

LAURA JESUS DE MOURA E COSTA

**ORGANIZAÇÕES DE BAIRRO: HISTÓRIA E PRÁTICAS
COMUNITÁRIAS QUE POSSAM LEVAR À SUSTENTABILIDADE DO
MEIO NA CIDADE DE PARANAGUÁ E ILHA DOS VALADARES -
PARANÁ - BRASIL**

Volume 2

Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresentada ao Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadores: Professora Doutora Maria do Rosário Knechtel e Professor Doutor Dimas Floriani.

**CURITIBA
1999**

SUMÁRIO

VOLUME 1

LISTA DE GRÁFICOS	xv
LISTA DE TABELAS	xx
LISTA DE QUADROS	xxiv
LISTA DE MAPAS	xxv
LISTA DE FIGURAS	xxvii
LISTA DE SIGLAS	xxix
RESUMO	xxxiv
ABSTRACT	xxxv
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 JUSTIFICATIVA	3
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	9
1.3 QUESTÕES NORTEADORAS	11
1.4 OBJETIVOS	12
1.4.1 Objetivo Geral	12
1.4.2 Objetivos Específicos	12
1.5 HIPÓTESES	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 ASPECTOS DO SISTEMA INDUSTRIAL CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E DA SUSTENTABILIDADE	13
2.2 RACIONALIDADE ECONÔMICA CAPITALISTA E RACIONALIDADE AMBIENTAL SEGUNDO ENRIQUE LEFF	34
2.3 OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO	50
2.3.1 Desenvolvimento Sustentável	50
2.3.1.1 Clube de Roma	50
2.3.1.2 Ecodesenvolvimento	50
2.3.1.3 Declaração de Cocoyok e Relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld	53
2.3.1.4 Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD/ONU ..	53
2.3.1.5 Rio/92 ou Eco/92	56
2.3.1.6 Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais...	57
2.3.1.7 Outros autores	60
2.3.2 Desenvolvimento Viável	64
2.3.3 Comentários Complementares	71
2.4 SOCIEDADE CIVIL - SER SOCIAL E CONSCIÊNCIA SOCIAL	76
2.5 SOCIEDADE POLÍTICA - A QUESTÃO DO ESTADO	86

2.6 O ESTADO MODERNO EM MAX WEBER, CLAUS OFF E POULANTZAS ...	94
2.7 MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTO POPULAR DE BAIRRO	100
2.7.1 Movimento Social Popular de Bairro em Nível Nacional	105
2.7.2 Associações de Moradores no Paraná	110
2.7.3 Organizações Sociais na Década de 90 em Nível Nacional	113
2.8 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL	116
2.8.1 Educação Popular como Modalidade de Educação Permanente	116
2.9 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	130
2.10 REPRESENTAÇÕES	149
2.11 INTERDISCIPLINARIDADE/TRANSDISCIPLINARIDADE	154
2.12 COMENTÁRIOS FINAIS	157
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	158
3.1 DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR	158
3.2 DA PESQUISA INDIVIDUAL	161

VOLUME 2

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	163
4.1 ASPECTOS GERAIS DA HISTÓRIA POLÍTICA DE PARANAGUÁ CONTADA ATRAVÉS DOS CICLOS ECONÔMICOS, DA DINÂMICA PORTUÁRIA E DA ORIGEM DOS BAIRROS	163
4.2 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ: SUA HISTÓRIA DE LUTA E AS QUESTÕES AMBIENTAIS	185
4.3 CARACTERÍSTICAS E CARÊNCIAS DA CIDADE DE PARANAGUÁ E ILHA DOS VALADARES EM 1996, TENDO POR BASE OS DADOS DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR	203
4.3.1 Chefe de Família	204
4.3.1.1 Local de nascimento	205
4.3.1.2 Faixa etária	210
4.3.1.3 Tempo de moradia	212
4.3.1.4 Tempo de moradia dos não paranaguaras e zona da cidade de Paranaguá	215
4.3.1.5 Migração	216
4.3.1.5.1 Motivo de migração para Paranaguá	216
4.3.1.5.2 Motivo de saída cidade/cidade e tempo de chegada a Paranaguá	218
4.3.1.5.3 Motivo de saída do campo/ilha e tempo de chegada a Paranaguá	219
4.3.1.5.4 Motivo que levou a morar em Paranaguá	220
4.3.1.5.5 Motivo que levou a morar e tempo de chegada a Paranaguá	221
4.3.1.6 Mobilidade na cidade	222
4.3.1.6.1 Motivo de moradia no atual local da cidade de Paranaguá	222
4.3.1.6.2 Tempo de moradia no atual local da cidade de Paranaguá	223

4.3.1.6.3	Motivo e tempo de moradia no atual local da cidade de Paranaguá	224
4.3.1.6.4	Motivo de moradia no atual local e zona da cidade de Paranaguá	225
4.3.1.6.5	Motivo de moradia no atual local e bairro da cidade de Paranaguá	226
4.3.1.6.6	Tempo de moradia no atual local e zona da cidade de Paranaguá	226
4.3.1.6.7	Tempo de moradia no atual local e bairro da cidade de Paranaguá	227
4.3.1.7	Grau de escolaridade	228
4.3.1.7.1	Grau de escolaridade e zona da cidade de Paranaguá	229
4.3.1.7.2	Grau de escolaridade e bairro da cidade de Paranaguá	230
4.3.1.8	Ocupação/Trabalho	231
4.3.1.8.1	Situação em relação ao trabalho na cidade de Paranaguá	231
4.3.1.8.2	Motivo pelo qual não trabalha na cidade de Paranaguá	232
4.3.1.8.3	Modo como trabalha na cidade de Paranaguá	236
4.3.1.8.4	Ocupação do chefe de família que está trabalhando como empregado na cidade de Paranaguá	237
4.3.1.8.5	Ocupação do chefe de família que trabalha por conta própria e zona da cidade de Paranaguá	239
4.3.1.8.6	Situação de sindicalizado na cidade de Paranaguá	240
4.3.1.8.7	Empregados que trabalham com carteira assinada na cidade de Paranaguá	241
4.3.2	Características do Domicílio	243
4.3.2.1	Tipo de moradia	243
4.3.2.1.1	Tipo de moradia e material de construção	243
4.3.2.1.2	Tipo de material de construção das casas e zona da cidade de Paranaguá	243
4.3.2.1.3	Material de construção das casas e bairro da cidade de Paranaguá	244
4.3.2.2	Habitabilidade	245
4.3.2.2.1	Quantidade de habitantes e número de quartos em casas da cidade de Paranaguá	245
4.3.2.2.2	Quantidade de habitantes, número de quartos em cada casa e zona da cidade de Paranaguá	246
4.3.2.2.3	Condição de ocupação de casas da cidade de Paranaguá	247
4.3.2.3	Terreno	248
4.3.2.3.1	Tipo de terreno de casas da cidade de Paranaguá	248
4.3.2.3.2	Tipo de terreno de casas e zona da cidade de Paranaguá	249
4.3.2.3.3	Condição de aterro do terreno na cidade de Paranaguá	249
4.3.2.3.4	Condição de aterro do terreno e zona da cidade de Paranaguá	250
4.3.2.3.5	Condição de aterro do terreno e bairro da cidade de Paranaguá	250
4.3.2.4	Lixo	253
4.3.2.4.1	Acúmulo de lixo a céu aberto no terreno de casas da cidade de Paranaguá	253
4.3.2.4.2	Acúmulo de lixo a céu aberto no terreno de casas e zona da cidade de Paranaguá	253

4.3.2.4.3 Acúmulo de lixo na rua próximo à casa do informante na cidade de Paranaguá.	254
4.3.2.4.4 Acúmulo de lixo na rua próximo à casa do informante e zona da cidade de Paranaguá	254
4.3.2.4.5 Coleta pública de lixo na cidade de Paranaguá	255
4.3.2.4.6 Regularidade da coleta pública de lixo na cidade de Paranaguá	256
4.3.2.4.7 Frequência na semana da coleta de lixo na cidade de Paranaguá	256
4.3.2.4.8 Destino do lixo da cidade de Paranaguá	258
4.3.2.4.9 Destino do lixo e zona da cidade de Paranaguá	258
4.3.2.5 Esgoto	258
4.3.2.5.1 Destino do esgoto da cidade de Paranaguá	258
4.3.2.5.2 Destino do esgoto e zona da cidade de Paranaguá	259
4.3.2.5.3 Destino dos efluentes da fossa séptica na cidade de Paranaguá	260
4.3.2.5.4 Destino dos efluentes da fossa séptica e zona da cidade de Paranaguá	261
4.3.2.6 Água	261
4.3.2.6.1 Abastecimento de água na cidade de Paranaguá	261
4.3.2.6.2 Origem da água do domicílio na cidade de Paranaguá	264
4.3.2.6.3 Origem da água de beber na cidade de Paranaguá	264
4.3.2.6.4 Canalização interna de água na cidade de Paranaguá	265
4.3.2.6.5 Tratamento dado a domicílio à água de beber na cidade de Paranaguá	265
4.3.2.6.6 Destino das águas servidas na cidade de Paranaguá	266
4.3.3 Escolaridade da População	267
4.3.3.1 Grau de escolaridade da população da cidade de Paranaguá	267
4.3.3.2 Grau de escolaridade da população e zona da cidade de Paranaguá	268
4.3.3.3 Grau de escolaridade da população e bairro da cidade de Paranaguá	268
4.3.3.4 Grau de escolaridade e faixa etária da população da cidade de Paranaguá	269
4.3.3.5 Crianças fora da escola em idade escolar na cidade de Paranaguá	270
4.3.3.6 Tipo de escola freqüentada pela população da cidade de Paranaguá	272
4.3.3.7 Escolaridade e sexo da população da cidade de Paranaguá	272
4.3.4 Características Culturais	273
4.3.4.1 Informação escrita	273
4.3.4.2 Informação oral e televisiva	276
4.3.4.3 Lazer	277
4.3.4.3.1 Passatempo	277
4.3.4.3.2 Férias	278
4.3.5 Comentários Finais	279
4.4 ANÁLISE DE VARIÁVEIS CUJOS DADOS FORAM OBTIDOS PELA PESQUISA INDIVIDUAL	281
4.4.1 Ano de Fundação das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá	281
4.4.2 Motivos de Fundação das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá	288

4.4.3	Institucionalização e Amadurecimento	294
4.4.3.1	Documentação oficial	294
4.4.3.2	Sede própria	295
4.4.4	Participação das Bases e Rotatividade das Diretorias - Representatividade	300
4.4.4.1	Composição da diretoria das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá.....	300
4.4.4.2	Tempo de mandato da diretoria	306
4.4.4.3	Situação das diretorias das Associações de Moradores de Bairro em relação à última eleição	307
4.4.4.4	Votantes na última eleição de diretoria das Associações de Moradores de Bairro	309
4.4.4.5	Número de associados por Associação de Moradores de Bairro	312
4.4.4.6	Participação da população em Associações de Moradores de Bairro	312
4.4.4.7	Escolaridade e participação de membros da família em Associações de Moradores	314
4.4.4.8	Participação da população em outras entidades	315
4.4.4.9	Participação de membros da família em outras entidades	315
4.4.4.10	Participação da população e de membros da família em função ao tipo de entidade	316
4.4.4.11	Conhecimento da liderança do bairro	318
4.4.5	Funcionamento das Associações de Moradores de Bairro	319
4.4.5.1	Reuniões de diretoria	319
4.4.5.2	Assembléia geral	322
4.4.5.3	Número de pessoas presentes em reuniões de diretoria	324
4.4.5.4	Número de pessoas participantes de assembléia geral	326
4.4.5.5	Participação das Associações de Moradores de Bairro nas reuniões da UMAMP	329
4.4.5.6	Forma de tomada de decisões	330
4.4.5.7	Funções das Associações de Moradores de Bairro	332
4.4.5.8	Principais lutas desenvolvidas antes de 1996	335
4.4.5.9	Reivindicações das Associações de Moradores de Bairro em 1996	336
4.4.5.10	Reivindicações antes e no ano de 1996	339
4.4.5.11	Reivindicações da UMAMP	344
4.4.6	Principais Problemas do Bairro Levantados pela População	344
4.4.7	Relações da Sociedade Civil com a Sociedade Política	350
4.4.7.1	Funcionamento das Associações de Moradores de Bairro em período eleitoral ..	350
4.4.7.2	Candidatura do Presidente da Associação de Moradores de Bairro a vereador ..	351
4.4.7.3	Partido pelo qual o Presidente da Associação saiu candidato a vereador	352
4.4.7.4	Filiação da população em geral a partido político	355
4.4.7.5	Forma de participação em partido político	356

4.4.7.6	Influência que sofre a Associação de Moradores de Bairro	356
4.4.7.7	Referência no bairro para a resolução de problemas	358
4.4.7.8	Presença do Poder Legislativo Municipal no bairro	361
4.4.7.9	Partido dos vereadores citados pelos representantes de Associações de Moradores.....	363
4.4.7.10	Relação dos diretores das Associações de Moradores com o Executivo Municipal.....	364
4.4.7.11	Projeto S.O.S. Cidade Limpa	365
4.4.7.12	Perfil sócio-profissional do entrevistado	366
4.4.7.13	Perfil de um bom prefeito para Paranaguá na opinião dos entrevistados	369
4.4.8	Migração X Expansão/Ocupação do Espaço Urbano	372
4.4.8.1	Origem dos moradores	372
4.4.8.2	Situação e/ou tipo do local de moradia e bairro da cidade de Paranaguá	374
4.4.9	Problemática Ambiental e Representações	377
4.4.9.1	Compreensão de meio ambiente pela população da cidade de Paranaguá	377
4.4.9.2	Situação do meio ambiente em Paranaguá	381
4.4.9.3	Principais problemas de meio ambiente na cidade de Paranaguá	383
4.4.9.4	Compreensão dos problemas de meio ambiente pela população da cidade de Paranaguá	389
4.4.9.5	Ações de melhoria para o meio ambiente na cidade de Paranaguá	392
4.4.9.6	Espaço que têm as questões ambientais dentro das Associações de Moradores de Bairro	397
4.4.9.7	Principais questões de meio ambiente discutidas dentro das Associações de Moradores de Bairro	398
4.4.9.8	Compreensão de mangue pela população da cidade de Paranaguá	402
4.4.9.9	Compreensão de mangue pelo chefe de família (informante) da cidade de Paranaguá	404
4.4.9.10	Compreensão de mangue e local de nascimento do chefe de família/informante da cidade de Paranaguá	405
4.4.9.11	Compreensão da utilização do mangue pela população da cidade de Paranaguá.....	406
4.4.9.12	Compreensão do uso do mangue como local de moradia pela população da cidade de Paranaguá	409
4.4.9.13	Compreensão do uso do mangue como local de moradia pelo chefe de família/informante da cidade de Paranaguá	412
4.4.9.14	Compreensão do uso do mangue como local de moradia e local de nascimento do chefe de família/informante da cidade de Paranaguá	412
4.4.9.15	Visão de mangue e grau de escolaridade da população na cidade de Paranaguá.....	413
4.4.9.16	Visão de mangue e grau de escolaridade do chefe/informante na cidade de Paranaguá	414

4.4.9.17	Conhecimento da restinga pela população da cidade de Paranaguá	415
4.4.9.18	Conhecimento da restinga pelo chefe de família/informante da cidade de Paranaguá	416
4.4.9.19	Visão de restinga pelos que conhecem o termo na cidade de Paranaguá	418
4.4.9.20	Visão de restinga pelo chefe de família/informante que conhece o termo na cidade de Paranaguá	420
4.4.9.21	Compreensão da utilização da restinga pela população da cidade de Paranaguá	421
4.4.9.22	Compreensão da utilização da restinga pelo chefe de família/informante da cidade de Paranaguá	424
4.4.9.23	Visão de restinga e grau de escolaridade da população na cidade de Paranaguá.	425
4.4.9.24	Visão de restinga e grau de escolaridade do chefe de família/informante da cidade de Paranaguá	426
4.4.9.25	Maiores problemas do Município de Paranaguá	427
4.4.9.26	Relação entre problemas urbanos e problemas do meio ambiente.....	431
4.4.9.27	Compreensão de qualidade de vida na opinião dos representantes de Associações de Moradores de Bairro	432
4.4.9.28	Compreensão de qualidade de vida pela população da cidade de Paranaguá	436
4.4.10	Nova Amostragem com Dados Coletados em 1998	439
4.4.10.1	Perfil dos representantes de Associações de Moradores de Bairro entrevistados em 1998	441
4.4.10.2	Questões de saúde e de meio ambiente	442
4.5	PRÁTICAS SOCIAIS DESENVOLVIDAS	448
4.5.1	Pela Sociedade Política	448
4.5.2	Pela Sociedade Civil	468
4.5.2.1	Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá e UMAMP	468
4.5.2.2	Pastoral da Criança	469
4.5.2.3	Movimento Ecológico do Litoral	472
4.6	SUGESTÕES DE CONTEÚDOS E MECANISMOS DE AÇÃO	473
4.6.1	Ações Administrativas	473
4.6.2	Ações Políticas	474
4.6.3	Ações Jurídicas	479
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	482
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	501

VOLUME 3

ANEXOS	512
--------------	-----

ANEXO 1 - HISTÓRIA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ	512
ANEXO 2 - UNIÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ - UMAMP	619
ANEXO 3 - MOVIMENTO ECOLÓGICO DO LITORAL - MEL	647
ANEXO 4 - RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES E LEGISLADORES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ	651
ANEXO 5 - ARTIGOS PUBLICADOS EM JORNAIS DA ATUALIDADE	657
ANEXO 6 - DEFINIÇÃO OPERACIONAL DE VARIÁVEIS PELO PROJETO DE PESQUISA DE LAURA JESUS DE MOURA E COSTA.....	664
ANEXO 7 - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DE LAURA JESUS DE MOURA E COSTA COM DIRETORES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DA CIDADE DE PARANAGUÁ - JANEIRO DE 1996	666
ANEXO 8 - ENQUETE COMPLEMENTAR PARA A PESQUISA DE LAURA JESUS DE MOURA E COSTA, PARA O DOUTORADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (SEGUNDO LEVANTAMENTO DE DADOS - 1998)	667
ANEXO 9 - ENTREVISTA ESTRUTURADA COM O EX-CHEFE DO ESCRITÓRIO REGIONAL DA SETAS EM PARANAGUÁ, GERMANO JOSÉ PAVELKIEWICZ, POR LAURA JESUS DE MOURA E COSTA - ABRIL/MAIO DE 1998	669
ANEXO 10 - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DE LAURA JESUS DE MOURA E COSTA COM O SENHOR JOSÉ BAKA FILHO, EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE EM PARANAGUÁ E, ATUALMENTE, VICE-PREFEITO DE PARANAGUÁ, 15 DE JULHO DE 1998	670
ANEXO 11 - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DE LAURA JESUS DE MOURA E COSTA COM O SENHOR CARLOS ANTONIO TORTATO, EX-PREFEITO DE PARANAGUÁ. 16 DE JULHO DE 1998	671
ANEXO 12 - ENTREVISTA ESTRUTURADA DE LAURA JESUS DE MOURA E COSTA COM O TÉCNICO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DO IAP EM PARANAGUÁ - SEBASTIÃO GARCIA DE CARVALHO - SET/1998	672
ANEXO 13 - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DE LAURA JESUS DE MOURA E COSTA COM JOÃO EDSON MIRANDA QUE FOI ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DA SETAS-PR, MÁRCIA MARX EX-COORDENADORA DO PROJETO GRALHA AZUL E LUIZ ANTONIO BONATO QUE FOI TÉCNICO DO PROJETO	

GRALHA AZUL - CURITIBA, 8 DE ABRIL DE 1998	673
ANEXO 14 - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DE LAURA JESUS DE MOURA E COSTA COM O EX-PREFEITO DE PARANAGUÁ - SENHOR JOSÉ VICENTE ELIAS - 10/09/1998	674
ANEXO 15 - QUADRO 1	675
ANEXO 16 - QUADRO 2	677
ANEXO 17 - QUADRO 3	678
ANEXO 18 - QUADRO 4	679
ANEXO 19 - QUADRO 5	680
ANEXO 20 - QUADRO 6	681
ANEXO 21 - QUADRO 7	682
ANEXO 22 - QUADRO 8	683
ANEXO 23 - QUADRO 9	684
ANEXO 24 - QUADRO 10	685
ANEXO 25 - QUADRO 11	696
ANEXO 26 - QUADRO 12	713
ANEXO 27 - QUADRO 13	715
ANEXO 28 - QUADRO 14	716
ANEXO 29 - QUADRO 15	721
ANEXO 30 - QUADRO 16	725
ANEXO 31 - TABELA 1	727
ANEXO 32 - TABELA 2	728
ANEXO 33 - TABELA 3	729
ANEXO 34 - TABELA 4	730
ANEXO 35 - TABELA 5	731
ANEXO 36 - TABELA 6	732
ANEXO 37 - TABELA 7	733
ANEXO 38 - TABELA 8	734
ANEXO 39 - TABELA 9	735
ANEXO 40 - TABELA 10	736
ANEXO 41 - TABELA 11	737
ANEXO 42 - TABELA 12	738
ANEXO 43 - TABELA 13	739
ANEXO 44 - TABELA 14	740
ANEXO 45 - TABELA 15	741
ANEXO 46 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS ZONAS DA CIDADE DE PARANAGUÁ E ILHA DOS VALADARES - 1996-1998	743
ANEXO 47 - OFÍCIO DO CEDEA ENCAMINHADO AO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, EM 01 DE JULHO DE 1997 - PROTOCOLO NÚMERO 3.110.838-1	746

ANEXO 48 - ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1997.....	747
ANEXO 49 - OFÍCIO DO CEDEA ENCAMINHADO AO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO PARANÁ, EM 28 DE JANEIRO DE 1998 - PROTOCOLO NÚMERO 3.492.579 - 8.....	753
ANEXO 50 - OFÍCIO DO CEDEA ENCAMINHADO AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAGUÁ, EM 06 DE JULHO DE 1998 - ENTREGUE EM MÃOS NO DIA 15 DE JULHO DE 1998	754

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ASPECTOS GERAIS DA HISTÓRIA POLÍTICA DE PARANAGUÁ CONTADA ATRAVÉS DOS CICLOS ECONÔMICOS, DA DINÂMICA PORTUÁRIA E DA ORIGEM DOS BAIRROS

A origem dos bairros e a origem das Associações de Moradores de Bairros da cidade de Paranaguá fazem parte e ajudaram a escrever a história da cidade; assim como, não estão separadas da história política nacional.

O crescimento espacial da cidade, na maioria das vezes determinado pelas necessidades do Porto D. Pedro II ou pela exploração de recursos e/ou produtos naturais, foi dando origem a novos bairros, vilas ou conjuntos habitacionais ou, então, transformando os existentes, quer seja por indenização, industrialização ou expansão.

Embora a descoberta da Baía de Paranaguá tenha sido no início do século XVI, principalmente após a instalação de portugueses na Ilha da Cotinga em 1531, o processo de colonização só foi acontecer quase 100 anos depois, ou seja, a partir da descoberta de ouro na baía, o que atraiu grande número de habitantes vindo de Cananéia, São Vicente, Santos, São Paulo e Rio de Janeiro.⁵⁶⁴ Era um processo espontâneo de apropriação do solo e de suas riquezas.

Gabriel de Lara, a família Peneda e a Bandeira de Antonio Pedroso estabeleceram-se na região em 1617: primeiramente, na Ilha da Cotinga e, em torno de 20 anos depois, no continente. A organização política de Paranaguá (então, Vila de Nossa Senhora do Rosário de Pernogoá⁵⁶⁵) começou em 1640, quando Gabriel de Lara foi nomeado lugar-tenente do donatário da Capitania de Santo Amaro e Capitão-mor Povoador. O pelourinho foi instalado em 6 de janeiro de 1646 e a 29 de junho de 1648 ocorreram as primeiras eleições para a formação da Câmara Municipal. Paranaguá foi elevada, nesse mesmo ano, à categoria de vila e tornou-se ponto de irradiação e organização de Bandeiras.⁵⁶⁶ Em 26 de dezembro de 1648, foram eleitos os primeiros administradores civis do Município, que eram: dois Juizes Ordinários, três Vereadores, um Procurador, um Escrivão e Almotacés⁵⁶⁷,

⁵⁶⁴ MAACK, 1981 e WACHOWICZ, 1988. In: COSTA, L. J. M. et al. **Diagnóstico socioambiental da cidade de Paranaguá - 1995**. Curitiba: UFPR/PRPPG, 1999. p. 15-16.

⁵⁶⁵ PERNOGOÁ = palavra de origem indígena que significa “mar redondo”, naturalmente referindo-se à baía.

⁵⁶⁶ COSTA, L. J. M. et al., 1999, p. 16.

⁵⁶⁷ ALMOTACÉ - Inspetor encarregado da aplicação exata dos pesos e medidas e da taxaçaõ dos gêneros alimentícios. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**, 1975. p. 72.

eleitos pelos “homens bons” (com certa cotação social, condição abastada, idoneidade moral e conhecimento, mínimo que fosse, de letras, sabendo ler e escrever).⁵⁶⁸

O primeiro núcleo urbano de Paranaguá estruturou-se próximo à Igreja Matriz e Fonte Velha (antiga Fonte Grande), onde aportavam as embarcações, e onde hoje é o Centro Histórico. Desde o período colonial até o final do século XIX, a ocupação urbana da cidade limitava-se a esta área, ou seja, às proximidades da foz do rio Itiberê.⁵⁶⁹

Em 1686, a Vila sofreu um surto epidêmico denominado *peste grande* ou *peste da bicha*, que levou à morte centenas de pessoas, não só em Paranaguá, mas em toda a costa brasileira.⁵⁷⁰

O Porto viveu, nessa época, o CICLO DO OURO, cujo apogeu se deu no período de 1620 a 1720, mas perdurou até 1734. A colônia portuguesa no Brasil, naquela época, produzia e exportava por Paranaguá quantidades superiores a 2 toneladas de ouro por ano. Segundo dados históricos, de 1691 a 1700 houve a extração de mais de 15 toneladas de ouro, totalmente destinadas a Portugal.⁵⁷¹

A mineração do ouro foi o primeiro ciclo econômico paranaense e resultou no povoamento do litoral, no surgimento de Paranaguá, no desbravamento e colonização do primeiro planalto, na fundação de Curitiba e na abertura de picadas que ligaram o planalto curitibano ao litoral.⁵⁷²

Terminando o Ciclo do Ouro, Paranaguá viveu décadas de penúria, pois o povo, desmotivado, voltou-se apenas a atividades de subsistência, apoiado na pesca, na agricultura e no comércio com o planalto.⁵⁷³

A Capitania de Paranaguá existiu até 1710, quando foi extinta e incorporada aos territórios da Capitania de São Vicente e Santo Amaro, formando mais tarde a Capitania de São Paulo. Como era muito extensa, ela foi dividida em duas Comarcas, ficando a do sul com a sede em Paranaguá, onde passou a morar o Ouvidor.⁵⁷⁴

⁵⁶⁸ NASCIMENTO JR., Vicente. **História, crônicas e lendas: Paranaguá**. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1980. p. 76-77; 142-143.

⁵⁶⁹ COSTA, Samuel Guimarães. **O último capitão-mor: 1782 - 1857**. Curitiba : Scientia et Labor/Editora da UFPR; Paranaguá : Prefeitura, 1988. p. 14-15; COSTA, L. J. M. et al. 1999. p. 16.

⁵⁷⁰ RIBEIRO FILHO, Anibal. **Paranaguá na História de Portugal, suas relações com a monarquia portuguesa: 1648 - 1822**. Prefeitura Municipal de Paranaguá, 1967. p. 109.

⁵⁷¹ PARANÁ. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. **Porto de Paranaguá**. Paranaguá : Governo do Paraná/Secretaria dos Transportes/APPA, 1994. p. 6.

⁵⁷² WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1988. p. 57.

⁵⁷³ MORGENSTERN, Algacyr. **Porto de Paranaguá, contribuição à história: período 1648 a 1935**. Paranaguá : Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, 1985. p. 86.

⁵⁷⁴ WACHOWICZ, op. cit., p. 111.

A mudança do cais de pedra para a área em frente à Casa da Câmara e da cadeia, em 1758, provocou uma expansão urbana naquela direção e a conseqüente estruturação da Rua General Carneiro com todo o seu casario.⁵⁷⁵

Em 1772, a população de Paranaguá era de 3.193 pessoas, sendo 26,9% homens, 28,8% mulheres e 44,3% escravos. Enquanto que em Curitiba habitavam 1.939 pessoas, com 5,4% de escravos, e no Estado, 7.627 pessoas. Romário MARTINS (apud MORGENSTERN) registra no Paraná, em 1779 - 1780, 17.288 habitantes.⁵⁷⁶

O grande número de escravos em Paranaguá pode ser explicado pelo fato de que a baía e o porto funcionaram como cenário para o contrabando de escravos desde o século XVIII até o século XIX (quando se deu a libertação da escravatura).

os navios negreiros, ao virem carregados de escravos, às ocultas, por temerem a fiscalização das autoridades, desembarcavam-nos na Ilha dos Valadares, para, no dia seguinte, os traficantes virem à cidade tratar de vendê-los. Diziam mais, que nessa ilha moravam uns indivíduos que se encarregavam de tais transações e pertenciam à família Valadares.⁵⁷⁷

Foi a partir desse comércio irregular de escravos com a participação da família Valadares que a respectiva ilha passou a chamar-se “Ilha dos Valadares”.

Em 1808, com a chegada da Família Real ao Brasil, D. João, Regente de Portugal, decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, pois até então, só eram permitidas as embarcações portuguesas. Nessa época, eram feitas importações de: fazendas, sal, açúcar e ferragens e exportava-se: arroz pilado e com casca, peças de betas de embé⁵⁷⁸, tábuas e erva-mate (Congonha). Com a abertura, o comércio de madeira e erva-mate para os portos do Rio da Prata foi fortemente estimulado.⁵⁷⁹

Do ponto de vista econômico, no começo do século XIX, tem início o CICLO DA ERVA-MATE ou Congonha (*Ilex paraguariensis*), planta nativa das florestas do Paraná, tendo sido exportada, inicialmente, de forma natural e mais tarde, beneficiada. Sua utilização como bebida vem dos índios paranaenses, os quais faziam o mate ou chimarrão com água fria, denominado **tererê**. A exportação de erva-mate alcançou 6.000 toneladas em 1860, 12.000 toneladas em 1880 e 24.000 toneladas em 1900. O auge foi em 1926, quando atingiu 80.000 toneladas. Os principais importadores foram a Argentina e o Uruguai. A

⁵⁷⁵ MORGENSTERN, op. cit., p. 1, 14, 102-103; COSTA, L. J. M. et al. 1999. p. 16.

⁵⁷⁶ MARTINS apud MORGENSTERN, op. cit., p. 89.

⁵⁷⁷ COSTA, 1988. p. 153-155.

⁵⁷⁸ Peças de feixes de fios de embé ou imbé (vegetal com o qual se faz barbante ou corda).

⁵⁷⁹ RIBEIRO FILHO, op. cit., p. 145-147; MORGENSTERN, op. cit., p. 14-15; FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6 ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo : Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998. p. 563.

erva-mate teve na época papel preponderante na economia do Estado.⁵⁸⁰ O Paraná tornou-se o maior exportador do País. Este ciclo durou mais de cem anos, tendo sua fase mais próspera no período de 1843 a 1928.⁵⁸¹

Até o século XIX, embora Paranaguá estivesse submetida à jurisdição e governo das Capitanias do Rio de Janeiro, Santo Amaro e São Paulo, sempre manteve contato direto com a monarquia portuguesa através do Conselho Ultramarino, não necessitando de Capitães Gerais como mediadores. O rei prestava assistência direta às Vilas, prestigiando suas Câmaras, resguardando sua autonomia.⁵⁸²

Paranaguá, como porto de mar, acompanhou de perto e inclusive participou dos acontecimentos que culminaram com o Grito da Independência, em 1822.⁵⁸³

Em 1833, foi extinto o cargo de Capitão-Mor e criado o de Prefeito, tendo sido nomeado para esse cargo Manoel Antonio Pereira, que havia sido o 15º. e último Capitão-Mor. Ele exerceu as funções de Prefeito de setembro de 1835 a março de 1849.⁵⁸⁴ No entanto, a Câmara Municipal sempre manteve seus zelos em defesa das regalias municipais, tanto no período Colonial como no Imperial.⁵⁸⁵

Nessa época, a Comarca de Curitiba e Paranaguá era dominada politicamente pelos liberais e dela dependia a união de Minas Gerais e São Paulo aos Farrapos do Rio Grande do Sul, para formar a frente única revolucionária contra o Império. No entanto, a ação do Barão de Antonina (João da Silva Machado, comerciante de muares), convicto monarquista e fiel ao trono de D. Pedro II, foi decisiva para reverter o processo. Ele obteve a confiança do Barão de Monte Alegre (Presidente da Província de São Paulo) e começou a trabalhar contra a Revolução Farroupilha. Para barganhar adesões, reivindicava a elevação da Comarca de Curitiba e Paranaguá à categoria de cidade e a criação da Província separada da Capitania de São Paulo.⁵⁸⁶

Pela Lei número 5, de 5 de fevereiro de 1842, Paranaguá é elevada à categoria de cidade.⁵⁸⁷ Embora Curitiba tenha sido elevada à categoria de Província do Paraná nessa mesma data e por decreto do Barão de Monte Alegre, o referido projeto só foi aprovado

⁵⁸⁰ PARANÁ. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, 1994. p. 6.

⁵⁸¹ MORGENSTERN, op. cit., p. 91-94; 100; WACHOWICZ, op. cit., p. 126-128.

⁵⁸² RIBEIRO FILHO, 1967. p. 165-168.

⁵⁸³ COSTA, 1988. p. 84.

⁵⁸⁴ NASCIMENTO JR., 1980. p. 141; COSTA, 1988. p. 98.

⁵⁸⁵ NASCIMENTO JR., 1980. p. 143-144.

⁵⁸⁶ WACHOWICZ, 1988. p. 114-115.

⁵⁸⁷ NASCIMENTO JR., 1980. p. 151; VIVEKANANDA, Swami. **Paranaguá, uma senhora cidade paranaense**. Departamento Municipal de Turismo e Divulgação da Prefeitura Municipal de Paranaguá, 1970. p. 2. (fotocópias)

em 1853, quando São Paulo já apresentava certa importância e independência financeira com a cultura do café.⁵⁸⁸

Na história da cidade de Paranaguá, tem importância também o bairro do Rocio. O Santuário de Nossa Senhora do Rocio, Padroeira do Estado do Paraná, situado no referido bairro, tem sua construção datada de 1813 e constitui-se em importante ponto turístico da cidade de Paranaguá. A festa religiosa que se realiza todo ano na semana de 08 a 15 de novembro mobiliza praticamente toda a população local e atrai turistas de todas as partes. Isso também contribuiu para a ocupação no sentido leste-noroeste da cidade. No entanto, o fator determinante para a ocupação dessa área, principalmente no período entre o início e meados do século XX, foi a transferência do porto da foz do rio Itiberê para a baía.⁵⁸⁹

As obras de construção do cais do porto foram iniciadas em 1926, mas só foram concluídas em 1930; tendo sido realizada a primeira exportação de café em 1929; mas, a sua inauguração oficial só ocorreu em 17 de março de 1935.⁵⁹⁰

No período de 1903 a 1915, também são inauguradas em Paranaguá as redes de luz elétrica (1903), de água (1914), de esgoto e o serviço telefônico (ambos em 1915). Era Prefeito do Município Caetano Munhoz da Rocha.⁵⁹¹

Com a República e a adoção do sistema federativo, as Províncias se transformaram em Estados autônomos, os Municípios passaram a gozar de autonomia relativa e as Câmaras Municipais passaram a Intendências Municipais. Em Paranaguá, assumiu as funções de Intendente Municipal o coronel da Guarda Nacional Teodorico Júlio dos Santos. Nesse período, a vida municipal ficou muito perturbada, com ocorrência de vários incidentes próprios de épocas de confusão política.⁵⁹²

Após a Revolução Nacional de 1930, a Câmara Municipal fechou suas portas, voltando a funcionar em 1935 por curto espaço de tempo. A partir da instalação do Estado Novo, em 1937, os municípios com Prefeitos e Interventores passaram a ser fiscalizados por departamentos técnicos especializados do poder estadual. A volta efetiva do funcionamento da Câmara só vai ocorrer em 1947, após o fim da ditadura de Getúlio Vargas.⁵⁹³

⁵⁸⁸ MORGENSTERN, 1985. p. 1; WACHOWICZ, 1988. p. 115-117; COSTA, L. J. M. et al. 1999. p. 16-18.

⁵⁸⁹ COSTA, L. J. M. et al., 1999. p. 21.

⁵⁹⁰ MORGENSTERN, 1985. p. 34, 63 ; COSTA, L. J. M., 1999. p. 18.

⁵⁹¹ MORGENSTERN, 1985. p. 35.

⁵⁹² NASCIMENTO JR., 1980. p. 144-145.

⁵⁹³ PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. **Relatório da Administração do Prefeito José Vicente Elias.** (Introdução). Período de 31/01/1977 a 31/01/1983. p. 2. (fotocópia)

Quanto à questão demográfica, segundo o censo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1950 a população era composta por 24.915 pessoas, das quais 64,4% viviam na zona urbana e 35,6%, na zona rural.⁵⁹⁴

Nessa época, o movimento portuário teve um incremento significativo. Em 1951, a Alfândega de Paranaguá recebeu o Diploma de Reconhecimento e Estímulo, por ter apresentado nesse ano o maior índice de crescimento na arrecadação, superando Santos e Rio de Janeiro.⁵⁹⁵

É deste período também o CICLO DA MADEIRA, o qual perdurou de 1920 a 1955. Foi um período próspero do porto, sustentado pela exportação daquele produto. As maiores dificuldades vinham da falta de meios de transporte, pois tanto o rodoviário como o ferroviário eram bastante precários e o transporte em carroças era lento e, quando chovia, a madeira perdia qualidade, começava a apodrecer. O porto de Paranaguá construiu armazéns para estocagem da madeira, mas com o aumento da exportação de café, os armazéns foram destinados à estocagem deste produto. Inicialmente, a madeira era transportada em toras, depois foi sendo beneficiada, serrada e, em menor quantidade, laminada e compensada. Sua extração e exportação excessivas fizeram com que a necessidade de reposição das florestas começasse a preocupar as autoridades mais sensíveis ao problema e, assim, foram surgindo legislações restritivas a respeito.⁵⁹⁶ Começa um novo ciclo: o do café.

O CICLO DO CAFÉ no porto de Paranaguá abrangeu o período de 1960 a 1970, tendo exportado 2 milhões de sacas desse produto em 1960, 3 milhões em 1961 e chegando a 6 milhões em 1965, ano em que Paranaguá se colocou como o maior porto exportador de café do mundo e, no final dos anos 60, o Estado do Paraná tornou-se o maior produtor de café do Brasil.⁵⁹⁷

No que diz respeito à organização da Igreja Católica, em 1963, foi criada a Diocese de Paranaguá, que passou a atender todo o litoral e Vale do Ribeira, tendo sido nomeado, pelo Papa João XXIII, como primeiro bispo de Paranaguá o estadunidense Dom Bernardo José Nolker.⁵⁹⁸

Em relação à ocupação urbana, a partir da década de 60, o crescimento espacial da cidade de Paranaguá deu-se entre os rios Itiberê e Emboguaçu e intensificou-se o povoamento na Ilha dos Valadares.⁵⁹⁹

⁵⁹⁴ COSTA, L. J. M. et al., 1999. p. 27.

⁵⁹⁵ MORGENSEN, 1985. p. 21.

⁵⁹⁶ LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba : Grafipar, 1981. p. 14; 21; 47-48; 50; PARANÁ. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, 1994. p. 6.

⁵⁹⁷ ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, 1994. p. 6.

⁵⁹⁸ VIVEKANANDA, 1970. p.17.

⁵⁹⁹ COSTA, L. J. M. et al., 1999. p. 21.

O bairro da Estradinha, localizado próximo às margens do rio Itiberê, é formado por residências relativamente antigas (zona um: Centro urbano); mas, há, ali, no entanto, cerca de dez casas em áreas de mangue, invadidas por parnanguaras na segunda metade da década de 90.⁶⁰⁰

Os bairros Serraria do Rocha, Jardim Santa Rosa e Vila Rute, localizados na zona dois (Expansão portuária), estão justamente entre a Prefeitura e o Porto e, por serem bairros populosos em área estratégica, apresentam certa peculiaridade em relação às reivindicações de melhorias, pois estas ali sempre aconteceram de forma natural ou espontânea, ou seja, sem muita luta e com pouca espera, já que nunca ficaram sem receber bom atendimento da Prefeitura.⁶⁰¹

O bairro da Raia também é antigo e foi expandindo-se em direção ao Porto até formar o bairro do Bockmann, onde antes havia muita vegetação.⁶⁰²

Em relação às administrações municipais, no período de 1930 a 1947, Paranaguá teve quatorze interventores, voltando às eleições para prefeito após o fim da ditadura getulista. De 1947 a 1963, houve uma certa estabilização política, porém com a Revolução de 1964, o então Prefeito Brasília Abud foi cassado e assumiu o Vice-Prefeito Nelson de Freitas Barbosa, e, em abril de 1969, o Prefeito Constantino João Kotzias também foi cassado, tendo sido substituído, por alguns meses, pelo Vice-Prefeito Nilo Lázaro Abud. Em seguida, o próprio regime militar nomeou um Interventor para Paranaguá, o General João da Silva Rebelo que, mesmo sendo carioca, identificou-se com a cidade e fez uma boa administração, segundo a opinião do ex-Prefeito José Vicente Elias.⁶⁰³ Paranaguá, por ser uma cidade portuária e vista como de fronteira, era considerada área de segurança nacional e, portanto, manteve-se sob o controle do Governo Federal.

Até as décadas de 50 e 60, Paranaguá era a segunda maior cidade do Estado, ficando atrás somente de Curitiba, e sua importância era tanto política como econômica.

O Governo Militar deu muita ênfase ao sistema portuário e ao sistema de transporte, criando famosos “corredores de exportação” e Paranaguá representava um desses corredores. Os investimentos federais no setor agropecuário visavam também a sua canalização para o Porto de Paranaguá, o qual tinha como área de influência os Estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e parte de São Paulo e o Paraguai. Essa expectativa causou uma corrida de desenvolvimento no Porto de Paranaguá, sendo que, em função

⁶⁰⁰ Depoimentos de representantes de Associação de Moradores de Bairros obtidos por entrevistas gravadas, entre janeiro e março de 1996.

⁶⁰¹ Idem.

⁶⁰² Idem.

⁶⁰³ Depoimento obtido em entrevista gravada em 10 de setembro de 1998, com o ex-Prefeito de Paranaguá José Vicente Elias.

disso, as áreas próximas ao Porto foram sendo valorizadas e passaram a ser compradas por investidores, por produtores, por armazenadores, por pessoas que tinham interesse em investir no Porto e em ganhar dinheiro investindo em Paranaguá para vendas futuras. Com isso e porque o Porto estava rodeado de vilas, casebres, habitações humildes, foi necessário fazer a transferência dessas ocupações, indenizando ou deslocando moradores para outras áreas, tais como para a Ilha dos Valadares, a Vila dos Comerciantes, a Vila Divinéia, o Parque São João, etc. A área toda, desde a Costeira até o Imbocuí, ficou muito valorizada.⁶⁰⁴

No entanto, o Núcleo Residencial Guadalupe, construído por volta de 1974, com 56 casas, e que não foi desapropriado, encontra-se, na década de 90, bastante desvalorizado; pois os armazéns, as salinas, outras empresas próximas e os caminhões de soja produzem tanta poluição do ar e sonora que torna insuportável a vida naquela região. Então, quem mora ali, não consegue vender suas casas porque ninguém quer comprá-las e as firmas poluidoras oferecem indenizações muito abaixo dos valores de mercado, o que torna impossível a negociação.⁶⁰⁵

Pelo cadastro inicial, a Vila Divinéia (que se encontra na área de expansão e que surgiu pela transferência de moradores de áreas próximas ao Porto) abrangia em torno de 242 famílias; porém, com as invasões ocorridas na década de 90, o total de famílias na Vila passava de 400.⁶⁰⁶

Por outro lado, o aterro do mangue na Vila Guarani e a respectiva invasão da área deram-se entre o final da década de 60 e início dos anos 70 e, em 1971, através da Associação de Moradores (a mais antiga de Paranaguá), a população local já reivindicava: asfalto, esgoto, transporte coletivo, iluminação pública e legalização dos terrenos, além de outras benfeitorias. Nessa época também, foi construído o Núcleo Residencial Jardim Araçá, com 180 casas populares financiadas pelo BNH/Inocoop.⁶⁰⁷

A partir de 1967, verificam-se elevadas taxas de crescimento no movimento portuário. Tal fato deveu-se ao Plano de Expansão e Melhoramentos aplicados ao Porto e à execução da nova estrada de rodagem Paranaguá/Curitiba/Foz do Iguaçu (BR-277). Com essa rodovia, obteve-se a eliminação dos problemas de tráfego entre o Planalto Paranaense e o Litoral; além de fomentar o desenvolvimento do Sudoeste do Estado, notadamente na produção de cereais, exportados via Paranaguá.⁶⁰⁸

⁶⁰⁴ Idem.

⁶⁰⁵ Depoimentos de representantes de Associação de Moradores de Bairros obtidos por entrevistas gravadas, entre janeiro e março de 1996.

⁶⁰⁶ Idem.

⁶⁰⁷ Idem.

⁶⁰⁸ PARANÁ. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, 1994. p. 6.

No período da ditadura militar foram eleitos prefeitos de Paranaguá Nelson de Freitas Barbosa (gestão 1973-1977) e José Vicente Elias (gestão 1977-1983, advogado, eleito pela ARENA - Aliança de Renovação Nacional), sendo que este foi reeleito em 1988 para a gestão 1989-1992. Comparando a primeira (Regime Militar) com a segunda (pós Constituição de 1988) gestão na Prefeitura de Paranaguá, o ex-Prefeito avalia que o que mudou entre uma e outra foi o “trato diferente”, ou seja, na época dos militares, os relacionamentos com setores do Governo Federal eram diferentes, mas nunca foram prejudiciais.

Paranaguá nunca perdeu. (...) Eu fui Prefeito no Regime Militar. Eu fui Prefeito com o Presidente Figueiredo. Aliás, um Presidente muito aberto, o Presidente Figueiredo. Muito identificado com a população e eu não posso fazer nenhuma restrição. Não posso porque foi um período muito bom administrativamente, muito profícuo administrativamente, onde as coisas que se reivindicava eram conseguidas. O trato era diferente. Apenas o trato. O trato não era político. Não havia o trato político que ele está acostumado a ter, mas a vinda das solicitações, os benefícios, os investimentos, eles vinham no Regime Militar de forma a contentar a população, de contentar a cidade, de contentar o administrador. Eu, realmente, não posso. Eu estaria. Eu estaria faltando com a verdade se eu fizesse alguma restrição ao Regime Militar.⁶⁰⁹

Em relação ao Porto, Vicente Elias avalia que o Porto atua diretamente na economia de Paranaguá, sendo o responsável pela existência política e administrativa da cidade.

O Porto age diretamente na vida... na vida da cidade, na vida da sociedade, na vida da comunidade. Não na vida política da cidade no sentido político de organização política, de poder político. Quer dizer, o Porto não age na atuação do Prefeito, do poder político do Prefeito; mas, como ele age diretamente na vida da sociedade, da sociedade seja ela empresarial, seja ela classe média ou empregado, seja ela o patrão ou seja o empregado, certo? Como o Porto age nessa sociedade que representa a cidade, ele acaba indiretamente atuando na vida política da cidade. Não na vida do poder político; mas, na vida política que cria o poder político. Então, ele acaba tendo condições de ou tentar ou fazer o Prefeito. Nessa ação política de influência sobre o poder político, indiretamente, ele acaba ingerindo no resultado eleitoral. Ele acaba influenciando no resultado eleitoral para bom ou para ruim, para vitória ou para derrota.⁶¹⁰

Foi na gestão de José Vicente Elias que se instalaram em Paranaguá treze grandes empresas, tais como: Fertipar, Braswey, Cattalini, Cotriguaçu, Tenenge, CBC, DEKIT, FEM, além da consolidação da Becker (hoje, Fospar) e outras.⁶¹¹

Desde a década de 70, principalmente após a grande geada de 1975, quando a lavoura do café foi substituída pela de soja e houve uma grande investida na tecnificação da

⁶⁰⁹ Depoimento obtido através de entrevista gravada, em 10/09/1998, com o ex-Prefeito de Paranaguá, José Vicente Elias.

⁶¹⁰ Idem..

⁶¹¹ Idem.

agricultura, o porto vive o CICLO DA DIVERSIFICAÇÃO e que poderia ser chamado de CICLO DA SOJA, uma vez que esse produto lidera as exportações, principalmente em farelos.⁶¹²

Para atender à demanda habitacional, entre o final da década de 70 e início da de 80, foi construído o Núcleo Residencial Jardim Samambaia (Pequeno Samambaia) com 268 casas e localizado no bairro de mesmo nome. Mais tarde, construiu-se, ao seu lado, o Núcleo Residencial Samambaia II, com mais 158 casas.⁶¹³ Vale lembrar que este Núcleo habitacional localiza-se na zona três, ou seja, área de expansão recente.

Um outro conjunto residencial, com 99 casas, construído nesse período de mudança de década (70/80) foi o Conjunto Santos Dumont, também localizado na área de expansão recente (zona três), mas que, com as invasões ocorridas na década de 90, já somam mais de 400 famílias instaladas ao seu redor.⁶¹⁴

A Vila Padre Jackson, próxima às margens do rio Emboguaçu e à Vila Guarani, passou por uma situação semelhante. Ao redor do Núcleo Habitacional Padre Jackson, no início da década de 80, havia uma área de mangue que começou a ser invadida. A Prefeitura aproveitando o fato, mandou fazer uma dragagem do canal e usou a areia dragada para fazer ali um aterro de mais de 20 mil metros quadrados e o respectivo assentamento do pessoal. A região toda se transformou em um bolsão de pobreza maior do que aquele que já existia.⁶¹⁵

No que se refere à população, pelo censo de 1970, havia no Município de Paranaguá 62.327 habitantes, sendo que 22,2% destes (13.803 pessoas) eram migrantes e dentre os migrantes 81,8% (11.290 pessoas) eram provenientes de áreas urbanas.⁶¹⁶

Isso também ficou confirmado pela pesquisa interdisciplinar⁶¹⁷, já que dos 47,6% chefes de família amostrados que não eram naturais da cidade de Paranaguá, aproximadamente 90,1% tiveram como local de última moradia a cidade e somente 5,8% tinham vindo do campo; provenientes das ilhas ou outras localidades do litoral eram 4,1%.

No período de 1966 a 1975, haviam chegado a Paranaguá 21,2% dos chefes de família amostrados e entre 1956 e 1965, 19,2% deles, o que vale dizer que, entre 1956 e 1975, chegaram a Paranaguá 40,4% dos chefes de família amostrados⁶¹⁸ (GRÁFICOS 4 e

⁶¹² PARANÁ. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, 1994. p. 6-7; COSTA, L. J. M. et al., 1999. p. 19.

⁶¹³ Depoimentos de representantes de Associação de Moradores de Bairros obtidos por entrevistas gravadas, entre janeiro e março de 1996.

⁶¹⁴ Idem.

⁶¹⁵ Idem.

⁶¹⁶ COSTA, L. J. M. et al., 1999. p. 26.

⁶¹⁷ Dados do Banco de Dados EPI-INFO versão 6.04, da primeira turma do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, de 1996.

⁶¹⁸ Idem.

5). Nesse período, os maiores percentuais são de chefes de família provenientes do litoral do Estado, dos Estados de São Paulo e Santa Catarina ou de outros Estados do País (GRÁFICO 6).

Os motivos principais que levaram o chefe de família a sair do lugar onde morava (tanto na cidade, como no campo ou ilha) foram a falta/pouco ou a não existência de trabalho, vindo em seguida, os motivos de família, a venda da terra ou outros (GRÁFICOS 8, 9 e 10 e TABELA 3); assim como, o principal motivo que levou o chefe de família a morar em Paranaguá foi o de procurar emprego ou trabalho, vindo em seguida outro motivo e motivo de família (GRÁFICOS 11 e 12)⁶¹⁹.

A cidade de Paranaguá, com o porto e ao acentuar o seu papel na economia exportadora, passa a servir de contínuo pólo de atração econômico-populacional. O café que vinha do interior do Estado e era manipulado no setor urbano de Paranaguá, aumentando a oferta de empregos, foi outro dos motivos que contribuíram para o aumento populacional da cidade.⁶²⁰

Paranaguá é uma cidade que tem que trabalhar encima do Porto. O poder público municipal não pode ignorar a presença do Porto. Ele tem que valorizar a presença do Porto. (...) O Porto é fundamental para Paranaguá e a Administração Municipal tem que cuidar da cidade voltada para o Porto. Ela tem que colocar o Porto dentro de toda a evolução de progresso da cidade. Fora disso é suicídio. É não reconhecer a presença do Porto como fator fundamental de desenvolvimento da cidade. Ela pode até se libertar do Porto, mas usando o próprio Porto. Ela tem que procurar se industrializar com o Porto e, depois até, ela pode viver das indústrias geradas pela presença do Porto. (...) Porque Paranaguá existe antes do Porto. O Porto veio depois da cidade. Certo? Então, o Porto é uma cria da cidade. O Porto viveu em função da existência da cidade e não a cidade em função da existência do Porto. Quando o Porto chegou, Paranaguá já existia. Só que Paranaguá, para continuar existindo, tem que valorizar aquilo que veio com ela, que foi o Porto. Este casamento tem que ser perfeito. (...) O Porto tem que ser uma parte agregada da cidade, ser um componente da cidade, e não ser um apêndice dela. (...) A cidade precisa saber ganhar dinheiro através do Porto e não dependendo do Porto. Por outro lado, a cidade precisa criar riquezas de desenvolvimento tamanhas que o Porto também se beneficie com elas. (...) Por isso que eu digo que o Porto faz parte da nossa sociedade. A sociedade tem que entender isso. Ele pode não fazer parte da vida do Superintendente ou do Prefeito; mas, ele faz parte da sociedade, porque a cidade é o Porto e o Porto é a cidade. (...) Esse desenvolvimento do Porto provocou o desenvolvimento da cidade.⁶²¹

⁶¹⁹ Idem.

⁶²⁰ GODOY, Amália Maria Goldberg. Os impactos sócio-ambientais da expansão do Porto de Paranaguá frente à maior inserção do Brasil no mercado internacional. In: LIMA, Renato E.; NEGRELLE, Raquel R. B. (Org.) **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná: diagnóstico**. Curitiba : Editora da UFPR; Brasília : CNPq, 1998. p. 233.

⁶²¹ Depoimento obtido em entrevista gravada em 10 de setembro de 1998, com o ex-Prefeito de Paranaguá José Vicente Elias.

Nos anos 80 e 90, Paranaguá foi expandindo-se em direção ao continente, ampliando o seu perímetro urbano até a BR-277 e a PR-407 (Estrada das Praias) e novos loteamentos foram surgindo ao longo BR-277 com a Avenida Bento Munhoz da Rocha e a Estrada do Matadouro, bem como a criação do Distrito Industrial do Imbocui⁶²² e invasões de muitas áreas, principalmente de manguezais.

No início dos anos 80, o Serviço de Patrimônio da União destinou uma área para o Município, no local onde é, hoje, o bairro Ponta do Caju. A Prefeitura tinha um prazo simbólico para fazer obras de infra-estrutura na área; mas, repentinamente, de 30 ou 40 famílias ali instaladas, o número aumentou para 270 residências, cujos moradores (a maioria pescadores provenientes das ilhas ou outros municípios do litoral) rapidamente organizaram sua Associação de Moradores (fundada em 1982) e levantaram como principal reivindicação a legalização dos terrenos ocupados.⁶²³

A Vila São Vicente, por exemplo, tem 50,0% das casas em área de invasão e 50,0% em área de loteamento oficial da Vila. No caso da invasão, a maioria das pessoas é parnanguara, vindas de outros bairros. Um fato comum ali é o do indivíduo que tinha casa em outro bairro, vendeu-a, guardou o dinheiro e foi para a área invadida de mangue sem pagar nada, tendo inclusive o apoio de representante do Legislativo Municipal como “cabeça da invasão”, já que com isso ganhava muitos votos.⁶²⁴

A área toda do bairro Parque São João pertencia a um único proprietário que nunca pagou imposto à Prefeitura. Então, em meados da década de 80, próximo onde é hoje a Vila Paraíso, um morador invadiu um lote e o proprietário não se importou com isso. Vendeu o lote ao lado e fez a escritura. Com o falecimento do proprietário da área toda, a população foi invadindo progressivamente toda a extensão da Vila Paraíso. Os últimos moradores foram comprando seus terrenos de antigos invasores, alguns já com escritura; outros, não. A Prefeitura cobra o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) de todos, sem atualizar o nome do proprietário. Como o pagamento deste imposto e das taxas de luz e água legitimam a propriedade do terreno, os moradores, em 1996, através da respectiva entidade de bairro, reivindicavam a regularização das escrituras dos imóveis, tendo ido, inclusive, buscar o apoio de vereador para consegui-la.⁶²⁵

A Vila Nova Primavera, nas proximidades do rio Emboguaçu, ocupa a área próxima ao Aeroporto e ao Parque de Triagem da Rede Ferroviária Federal. A Vila surgiu em

⁶²² COSTA, L. J. M. et al., 1999. p. 21.

⁶²³ Depoimentos de representantes de Associação de Moradores de Bairros obtidos por entrevistas gravadas, entre janeiro e março de 1996.

⁶²⁴ Idem.

⁶²⁵ Idem.

decorrência de invasões realizadas na década de 80 e, em 1996, continuava crescendo, pois novas invasões estavam ocorrendo.⁶²⁶

O bairro Beira Rio, como o próprio nome diz, fica às margens do rio Emboguaçu e sua área corresponde a um antigo manguezal que foi sendo aterrado pela população à medida que o invadia e ali se instalava.⁶²⁷

O mesmo ocorreu com o Morro da Cocada (bairro Emboguaçu-Cocada), visto que é área de mangue invadida e aterrada, desde o final da década de 80. A denominação de Morro da Cocada tem duas origens: uma é de que morava ali uma senhora de idade, catarinense, que fazia e vendia muita cocada (um morro de cocada) e a outra provém da antiga denominação daquele local, ou seja, Morro dos Marginais (da cocaína), porque ali se concentravam muitas pessoas envolvidas com drogas.⁶²⁸

A Vila do Povo também é área de mangue invadida, sendo que os primeiros moradores começaram a instalar-se ali em torno de 1988 e com o apoio de vereadores. Em 1996, após o falecimento do vereador que liderou a invasão, tramitava no Departamento Jurídico da Prefeitura um processo reivindicando a mudança do nome de Vila do Povo para Jardim Costa Leite, em homenagem ao referido representante do Legislativo Municipal.⁶²⁹

A Vila Becker inteira é área de mangue invadida e a maioria das pessoas é de Paranaguá mesmo. Esta Vila fica atrás da Vila Portuária, loteamento feito e casas construídas pelo Porto e cedidas aos seus funcionários.⁶³⁰

A Vila Gabriel de Lara, dentro do bairro da Costeira, também era área de mangue que foi aterrada. Com a expansão do cais do Porto e a construção de armazéns, vários terrenos da Costeira foram desapropriados, fazendo com que o bairro também se deslocasse no mesmo sentido.⁶³¹

Invasões também ocorreram em áreas altas, como é o caso da Vila São Jorge. O pioneiro nas invasões era um corretor de imóveis, que, em meados da década de 80, apossou-se de uma grande área naquele local e ele próprio fazia as medições e o respectivo mapa, tendo ganho muito dinheiro com a venda dos lotes. Embora a Prefeitura já tivesse feito algumas medições na Vila, até fevereiro de 1996 nenhum terreno havia sido escriturado. Toda a área encontrava-se embargada e existia um certo conflito entre os então moradores da Vila São Jorge e o corretor que exigia o pagamento do terreno, mesmo

⁶²⁶ Depoimentos de representantes de Associação de Moradores de Bairros obtidos por entrevistas gravadas, entre janeiro e março de 1996.

⁶²⁷ Idem.

⁶²⁸ Idem.

⁶²⁹ Idem.

⁶³⁰ Idem.

⁶³¹ Idem.

depois que a Prefeitura o havia proibido de fazer qualquer transação. Os moradores buscavam a legitimação da posse do imóvel através do recibo do valor pago e do título de compra e venda, os quais, embora com valor probatório relativo, são indutores da relação possessória. Os moradores solicitavam também à Prefeitura a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), pois esta era outra forma de ir legitimando a propriedade do terreno⁶³²; somam-se a este o pagamento das taxas de consumo de energia elétrica e água. Pela legislação brasileira, a relação de uso, fruto e gozo é que determina a prevalência sobre o bem imóvel.

Pela pesquisa interdisciplinar realizada em 1996, 49,5% dos chefes de família amostrados moravam no referido local da cidade de Paranaguá há dez anos ou menos; 37,9% moravam no atual local entre 11 e 30 anos e 12,7% dos chefes de família, há mais de 30 anos (GRÁFICO 14). A zona quatro (Franjas insalubres) é a que apresenta os maiores percentuais de tempo de moradia no período de 1991-1995 (32,1%) e 1995-1996 (28,9%), o que pode ser melhor visualizado no GRÁFICO 16, mais adiante.⁶³³

Pelo censo de 1980, o percentual de migrantes em Paranaguá aumenta, se comparado com o censo de 1970. Dos 81.974 habitantes, 30.102 (36,7%) eram migrantes e 90,9% destes (27.351 pessoas) eram de origem urbana.⁶³⁴

Através da pesquisa interdisciplinar, obteve-se o dado que, de 1976 a 1985, haviam chegado a Paranaguá 25,0% dos chefes de família amostrados e que os maiores percentuais nesse período eram de indivíduos provenientes do litoral do Paraná ou de outros municípios do Estado, isto é, migração de curta distância (GRÁFICOS 4, 5 e 6). Os motivos principais de migração e para instalar-se em Paranaguá são os mesmos da década de 70, ou seja, falta de/pouco/sem nenhum trabalho e para procurar emprego/trabalho, respectivamente (GRÁFICOS 10, 11 e 12 e TABELA 3).⁶³⁵

É assim que vários ciclos do porto influenciaram não só no crescimento econômico-populacional da cidade, mas também no uso do solo e na definição de alguns assentamentos humanos do perímetro urbano de Paranaguá. Quando as grandes empresas iam instalar-se em Paranaguá, elas compravam áreas pertencentes à União ou ao Município nas quais já existiam vilas; então, ao mesmo tempo, firmava-se no Protocolo que elas comprariam uma área equivalente em outro local para abrigar ou transferir todos os moradores existentes, naquele momento, na respectiva vila. A empresa fazia, junto com a Prefeitura, um

⁶³² Idem.

⁶³³ Dados do Banco de Dados EPI-INFO versão 6.04, da primeira turma do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, de 1996.

⁶³⁴ COSTA, L. J. M. et al., 1999, p. 26.

⁶³⁵ Dados do Banco de Dados EPI-INFO versão 6.04, da primeira turma do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, de 1996.

levantamento de caráter social entre todos os moradores em questão, passava o terreno para eles, deixando levar a casa que possuíam e, inclusive, algumas empresas chegavam a ajudar na construção das casas, quando estas encontravam-se muito mal conservadas e sem condições de serem transferidas.⁶³⁶

Pela necessidade de expansão portuária, em função do famoso “Corredor de Exportação”, o qual passou a exigir uma área maior de manobra, de estacionamento de vagões de trens de cargas, foi preciso remover os moradores das Vilas Cesário, Palmeirinha (área da Cotriguaçu) e Pau Fincado, para conjuntos residenciais ou vilas, como: a Vila Divinéia, a Vila Paraíso e o Jardim América. Onde está a COAMO era a sede do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá.

A construção de silos na Costeira forçou a retirada de 25 famílias que foram transferidas para o Parque São João. A própria Vila Portuária surgiu da concessão, pelo porto, de casas a seus operários e/ou funcionários e que, hereditariamente, foram repassando aos filhos. A Vila São Francisco, que é bastante antiga, na década de 80 foi deslocada para o lado direito da estrada no sentido de quem entra na cidade, para que, no lugar onde estava, pudesse ser construído o pátio de estacionamento ferroviário da Rede Ferroviária Federal S. A. A região do Jardim Guaraituba no sentido do Posto Fiscal foi deslocada da Vila São Francisco. O aumento da ocupação na Ilha dos Valadares, por exemplo, deu-se pela transferência de pessoas que moravam na “Boca da Barra”, povoado que existia próximo ao porto e que foi forçado a deslocar-se por necessidade de expansão portuária. Uma outra quantidade de pessoas que invadiu a Ilha era proveniente de sítios (zona rural), da Vila São Miguel, de Guaraqueçaba, das Ilhas da Cotinga, Maciel, Amparo, Ilha do Mel e Pontal do Sul. Eles vinham trabalhar em Paranaguá e fixavam-se no lugar mais perto que era a Ilha dos Valadares.⁶³⁷

Na Ilha dos Valadares, a origem de uma das Associações de Moradores de Bairro está relacionada com a época dos governos militares (1979), quando a Prefeitura, em conjunto com a Capitania dos Portos, nomeava os “inspetores de bairro” para o serviço de vigilância, controle de invasores e passagem de informações à administração pública, uma vez que Paranaguá era considerada área de segurança nacional (fronteira marítima e porto). Esses inspetores de bairro (3) deram origem à Associação de Moradores da Ilha dos Valadares, fundada em 1979 e terceira mais antiga da cidade.⁶³⁸

⁶³⁶ Depoimento obtido em entrevista gravada em 10 de setembro de 1998, com o ex-Prefeito de Paranaguá José Vicente Elias.

⁶³⁷ Depoimentos de representantes de Associações de Moradores de Bairros de Paranaguá entrevistados entre janeiro e março de 1996.

⁶³⁸ Idem.

Quanto ao bairro Parque São João, embora seja antigo, constitui-se, predominantemente, de ocupações recentes; a maioria ocorridas a partir de 1990, o que lhe dava uma aparência de isolamento. O loteamento é oficial da Prefeitura e o pessoal que mora ali veio, em grande parte, da região central da cidade de Paranaguá, sendo que, alguns, em consequência de desapropriações feitas no bairro da Costeira para a construção de silos e instalação de armazéns. Há várias chácaras pequenas no bairro e somente na rua 13 há invasões. As partes mais invadidas são as próximas ao Conjunto Residencial Nilson Neves e ao Jardim Samambaia.⁶³⁹

Do final da década de 80 e início da década de 90 são também os Conjuntos Parque Agari (918 lotes, com 250 famílias residentes em 1996), Residencial Nilson Neves (488 unidades), Costa Sul (150 unidades), Conjunto Ouro Verde (128 famílias), Cominesi, Moradias Bertioga (368 famílias, entre casas e apartamento construídos pela Cohab), além de outros; assim como, a Vila Garcia e o Jardim Iguaçu.⁶⁴⁰

Em 1987 e 1988, na área do Conjunto Parque Agari, após o desmatamento para venda de madeira e retirada de lenha feito pelas poucas famílias que ali moravam, a Imobiliária Canfield Júnior procedeu a venda dos lotes e pessoas provenientes de vários locais mudaram-se para o referido conjunto. Da cidade de Paranaguá migraram para o Parque Agari pessoas: do Conjunto Padre Jackson; do bairro da Costeira (desapropriações); do Imbocuí (área rural que foi vendida à Sadia e as pessoas estavam fugindo da poluição do ar, mau cheiro e do lixo); da Colônia Santa Rita (para fugir da poluição sonora da BR-277 e do viaduto da Sadia); da Vila da Madeira/Vila Becker-Portuária (para fugir da poluição do ar produzida pelas indústrias e pela soja derrubada no asfalto pelos caminhões); de outras localidades, levadas para ali pela Prefeitura, etc.⁶⁴¹

O Jardim Iguaçu se estende desde a Rodovia até a beira do mangue. Trata-se de uma área de invasão de propriedade particular que estava em mãos de posseiros e, por ser de particular, foi difícil conseguir a abertura de ruas e outras obras de infra-estrutura. Em 1993, os moradores (invasores) fizeram um acordo com os posseiros e entraram na Justiça para que fosse autorizado o pagamento parcelado do valor do terreno aos supostos herdeiros (posseiros). No início, havia dez famílias, as quais começaram a dividir os lotes à medida que iam chegando novas famílias. Em 1996, já estavam ali instaladas cerca de 800 famílias.⁶⁴²

⁶³⁹ Depoimentos de representantes de Associações de Moradores de Bairros de Paranaguá entrevistados entre janeiro e março de 1996.

⁶⁴⁰ Idem.

⁶⁴¹ Idem.

⁶⁴² Idem.

Voltando à questão portuária e dentro de um contexto mais amplo, em 1992, um fato político a nível nacional, em relação à legislação portuária, às relações de trabalho no porto e às adequações necessárias ao processo de abertura de mercados, foi decisivo, segundo José Vicente Elias, para a definição política da administração municipal em Paranaguá.

Na área do Governo Federal, estava criando-se uma lei que dava novas regras, novas normas à atuação portuária, à vida portuária, ao relacionamento portuário entre patrão e empregado, entre empresa e sindicato. E essa lei que foi votada e passou no Congresso Nacional, e eu sempre disse isso há muito tempo, com muito pouca reação dos trabalhadores, de forma estranha; reagiram muito pouco a uma lei que iria prejudicá-los no futuro. Essa lei, depois de implantada, ela começou a ter reflexos no Porto de Paranaguá. (...) E dizendo-se defensores dos trabalhadores, eles criaram grupos políticos através de organizações, de sindicatos, inter-sindical e força representativa e começaram a usar o fato do novo relacionamento entre o patrão e o empregado, entre o empresário e o trabalhador, certo?, como fator político. Passaram a usar isso como fator político. Então, na minha eleição, isso aí teve uma força muito preponderante.⁶⁴³

Indiretamente, o Porto cria condições de poder. Vicente Elias continua dizendo que recebeu apenas o ônus do relacionamento ruim que a administração do Porto tinha com os trabalhadores, os bônus que ela poderia ter tido, ele não havia recebido. Isso fez com que se polarizasse a eleição para Prefeito entre quem estava com o Governo que prejudicava o trabalhador e quem estava com o trabalhador combatendo o referido Governo.

Então, passou a ter credibilidade o fato de que eu era candidato do Governo e o Governo era negativo, no momento, para os trabalhadores de Paranaguá, através da figura do Superintendente. Bem!... Claro que não foi só esse fato. Outros fatos se aliaram, mas esse foi preponderante. Esse foi o fundamental. (...) O mau relacionamento que o Governo tinha com a área portuária, na época. Funcionou nas duas eleições. Na eleição anterior que elegeu o Tortato e na eleição que elegeu o Roque.⁶⁴⁴

O desafio dos anos 90 é a modernização, informatização, dinamização, terceirização do Porto (com isso, foi criado e colocado em funcionamento o Órgão Gestor de Mão-de-Obra - OGMO). Paranaguá precisa criar condições para participar ativamente na vida portuária e vice-versa. Na perspectiva da globalização, o Governo Federal propõe maior inserção da economia portuária na economia internacional, o que está condicionado a preços mais competitivos e melhor qualidade de serviços.⁶⁴⁵

Em 1993, 75,0% do movimento do Porto era de exportação e 25,0% de importação, principalmente de carvão mineral e fertilizantes.⁶⁴⁶

⁶⁴³ Depoimento obtido em entrevista gravada em 10 de setembro de 1998, com o ex-prefeito de Paranaguá, José Vicente Elias.

⁶⁴⁴ Idem,

⁶⁴⁵ GODOY, 1998. p. 233-234.

⁶⁴⁶ PARANÁ. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, 1994. p. 8.

Há a previsão de que o Porto deverá movimentar mais de 20 milhões de toneladas de mercadorias no ano 2.000. A formação do MERCOSUL, abre mercado estratégico para o Porto de Paranaguá que, pelas suas instalações físicas e pelo desenvolvimento da tecnologia para operações com cereais, pode ser potencialmente beneficiado, em relação aos demais portos da região, considerando os terminais uruguaios, argentinos e os nacionais que operam na área de influência de Paranaguá.⁶⁴⁷

O que a Prefeitura procura fazer e está fazendo é criar as condições ideais para o desenvolvimento econômico e, aí sim, torna-se viável a cidade, para que empresas se instalem aqui. Agora, a Prefeitura não tem como interferir na política econômica; não tem como interferir na política social do Governo Federal; não tem como interferir na política industrial do Governo Federal; não tem como interferir na abertura que foi feita no País a tudo quanto é tipo de importado que aparece por aí, desde quinquilharia até máquinas super especiais; mas, principalmente, naquela chama dos produtos “**made in Taiwan**” dos plásticos e dos tecidos, que acabam com o emprego nacional. Então, a Prefeitura não tem como interferir nesse tipo de política. A Prefeitura pode participar junto com a população, com o pessoal que tem emprego, para que gere mais emprego na cidade, atraindo novas empresas. Mas, uma nova empresa só vem para cá se ela for ter um grande lucro. Para ter lucro, ela tem que ter algum interesse importante. Ninguém vem para uma cidade porque o Prefeito pediu. Vem porque ela tem visão de ter um grande lucro, mas gerar grandes lucros para si mesma. Aí, ela se instala. Ela amplia suas instalações. A Prefeitura tem que dar as condições ideais para o desenvolvimento econômico. (...) O maior problema em Paranaguá é o desemprego. (...) É no Brasil.⁶⁴⁸

O Prefeito Antonio Carlos Tortato (gestão 1993-1996), liderança sindical portuária e farmacêutico de formação, eleito em decorrência de uma pré-articulação dos movimentos popular e sindical em conjunto com partidos de oposição, deu grande prioridade, segundo seu depoimento, às questões de saúde e educação, reaparelhou os postos de saúde, aprimorou a qualidade do respectivo atendimento, estabeleceu convênios atraindo para dentro da estrutura da saúde maior número de recursos; reduziu, com o apoio da Pastoral da Criança, a mortalidade infantil de 64 para 17 mortes em mil nascidos vivos; investiu na recuperação de prédios escolares, na aquisição de equipamentos e material escolar, no aperfeiçoamento docente; deu início a um trabalho de limpeza da cidade, reaproveitamento do lixo e recuperação do patrimônio artístico cultural, com a restauração de prédios antigos e incentivo à cultura local.⁶⁴⁹ Nessa sua gestão, foi criada a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, tendo como primeiro secretário José Baka Filho.

⁶⁴⁷ Idem, p. 18-19.

⁶⁴⁸ Depoimento obtido em entrevista gravada no dia 15 de julho de 1998, com o então Vice-Prefeito de Paranaguá e Secretário Municipal de Obras, ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente, José Baka Filho.

⁶⁴⁹ Cartaz comemorativo dos 345 anos de Paranaguá - 1648-1993, elaborado pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, em 1993.

A modificação nos métodos e práticas políticas, envolvendo a mudança de postura da administração pública municipal, instalando reuniões comunitárias para a discussão do orçamento municipal, procurando esclarecer a população, buscando transparência e ampliando uma postura de governo democrático e participativo, no geral foi a grande característica da gestão Tortato (conforme afirma em seu depoimento) e o que o diferencia de seus antecessores, muito embora haja opiniões contrárias dentre os representantes de Associações de Moradores de Bairro.

Com isso, nós abrimos... praticamente, escancaramos a Prefeitura e devolvemos a Prefeitura à sociedade, à comunidade de Paranaguá. Talvez tenha sido uma das grandes contribuições da nossa Administração, ou seja, esta desmistificação da figura do Prefeito Reizinho, o dono da cidade, o cara que sabe tudo, o pai de todos. Não. Nós implementamos um tipo de administração onde houve uma valorização muito grande da participação da sociedade, envolvendo as comunidades em todos os projetos da administração, discutindo abertamente com a comunidade. E esta, como eu disse, talvez seja uma das grandes contribuições que nós pudemos dar na nossa Administração.⁶⁵⁰

Em Paranaguá, por exemplo, entre 1993-1996, para participar do Projeto S. O . S. Cidade Limpa a Prefeitura exigia que as respectivas contratações de mão de obra se dessem via Associação de Moradores; assim como, as práticas de reuniões comunitárias para discussão do orçamento municipal exigiam uma certa organização popular. Essas reuniões abertas em que se discutia não só o orçamento, como também o funcionamento da administração executiva municipal e as prioridades a serem estabelecidas, podem ter contribuído para a elevação do nível de consciência política das comunidades.

Pelas entrevistas com representantes de Associações de Moradores, entre janeiro e março de 1996, o então Prefeito desfrutava de um apoio popular de 59,6% e, dos 27,7% que se diziam oposição ao Executivo Municipal, muitos deles reconheciam as benfeitorias que estavam sendo feitas e responsabilizavam (em casos de ineficiência da ação administrativa) mais os assessores e funcionários da Prefeitura que o próprio Prefeito; 12,8% mantiveram-se indiferentes (GRÁFICO 54).

O relacionamento do Prefeito com os funcionários públicos municipais, em particular os professores, também ficou alterado, segundo depoimento de entrevistas realizadas, pois, antes, a figura do Prefeito era vista com certo medo, com muita distância e, depois, o “medo” do Prefeito havia acabado, sem que com isso houvesse acabado o respeito por ele.

⁶⁵⁰ Depoimento obtido em entrevista gravada em 17 de julho de 1998, com o ex-Prefeito de Paranaguá, Carlos Antonio Tortato.

Hoje, não só os funcionários municipais, mas todos os segmentos da sociedade, associação comercial, sindicatos, associações de moradores, entidades religiosas... todas... têm uma relação com a Prefeitura, muito mais aberta, muito mais crítica, muito mais independente, em função dessa postura democrática que nós adotamos na frente da Executiva Municipal.⁶⁵¹

Quanto à relação do Porto com a Administração Municipal, segundo o ex-Prefeito Tortato, o desenvolvimento portuário define o crescimento da cidade e influencia nisso. Embora a cidade esteja extremamente ligada à atividade econômica desenvolvida pelo Porto, ela não tem a sua arrecadação compatível com o desenvolvimento do Porto.

“As riquezas passam pelo Porto, mas a cidade é uma cidade pobre, uma cidade carente, uma cidade do desemprego. E isso, é claro!... é... porque a cidade vive em função da atividade portuária. Eu diria para você que 70,0 a 80,0% da economia da cidade depende e respira através da atividade e da economia do Porto.”⁶⁵²

Para o ex-Prefeito, a primeira grande vocação da cidade de Paranaguá é o Porto e a segunda vocação é a atividade ecoturística, esta extensa a todos os municípios do litoral; no entanto, falta apoio do Governo do Estado para a otimização destas funções. A modernização do Porto está diminuindo a “**massa salarial**” dos trabalhadores portuários e aumentando o desemprego em alguns setores. O número de homens trabalhando em cada navio diminui a cada negociação coletiva; também porque a mudança na legislação nacional alterou a antiga estrutura existente nos portos brasileiros.

Nós tínhamos uma legislação trabalhista de cem anos nos portos brasileiros e essa estrutura foi quebrada com essa lei 8.630 de 1993 e, com a implantação dessa lei a partir de um ano atrás, é que realmente os sindicatos portuários têm sentido muito a sua quebra no poder aquisitivo. (...) Hoje, o Porto está com a maioria de suas atividades terceirizadas. (...) Eu acho que a única maneira de atacar o problema do desemprego é criando alternativas ligadas à atividade portuária. Hoje, nos grandes portos do mundo inteiro é a retro-atividade ou atividade da retro-área (que eles chamam), é muito maior, emprega muito mais gente do que a própria atividade do embarque e desembarque no porto.⁶⁵³

Tortato complementa dizendo que seria necessária a existência, em Paranaguá, de um programa de incentivo à instalação de empresas e indústrias ligadas à atividade portuária; mas, isso depende de um empenho do Governo do Estado.

Existe a proposta polêmica de criação do Distrito Industrial do Imbocuí, próximo à Sadia e sobre um grande lençol d'água subterrâneo raso (lençol freático). Se este projeto

⁶⁵¹ Depoimento obtido em entrevista gravada em 17 de julho de 1998, com o ex-Prefeito de Paranaguá, Carlos Antonio Tortato.

⁶⁵² Idem.

⁶⁵³ Idem.

for viabilizado, haverá a necessidade de indenização e transferência de muitas famílias do respectivo local de moradia nos bairros Santa Helena, Colônia Santa Rita, Vila São Jorge e Jardim Iguaçu. Sofrerão influência indireta (impactos socioeconômicos): Alexandra, Vila Guarani, Porto dos Padres, Vila América, Parque São João, Jardim Samambaia, Vila do Povo, Vila Primavera e Vila Nova Primavera.⁶⁵⁴

Esse projeto prevê:

- a) a construção de um terminal marítimo no Imbocuí, visando descongestionar o Porto. Conteria infra-estrutura retroportuária, redes armazenadoras de retaguarda e industrialização de insumos destinados ou provenientes do exterior;
- b) a construção de um centro comercial com serviços: internet, táxi, telefone, restaurante, hotéis, salas de reuniões, auditórios, etc.;
- c) a construção de um centro gastronômico com comidas as mais variadas possíveis;
- d) a construção de um centro de eventos do MERCOSUL para exposição de produtos e serviços; restaurantes típicos de cada país; palcos para espetáculos de música, dança, teatro; escritórios de representação diplomática e comercial dos países do MERCOSUL;
- e) a instalação de indústrias:
 - para atender ao mercado local: de vestuário, artefatos de tecidos, mobiliário, metalurgia, madeira, produtos alimentares, construção civil;
 - para atender ao mercado internacional: setores de ponta com alta tecnologia.⁶⁵⁵

É um mega-projeto mais voltado para a necessidade de expansão portuária, modernização e competitividade do Porto D. Pedro II no processo de globalização, atendendo ao mercado internacional, do que para dar soluções eficazes aos problemas locais. Grande parte das lideranças comunitárias, em 1998, estava confiante na possibilidade de resolver o problema do desemprego ou subemprego existente na cidade; no entanto, isso não parece estar contemplado em profundidade na proposta, também porque a possibilidade de mercado de trabalho para um alto percentual da população com escolaridade de ensino fundamental (em torno de 70,0%) restringiria bastante a contratação dessa mão de obra disponível.

As alternativas de desenvolvimento para a cidade precisam ser amplamente discutidas com toda a população e novas opções devem ser levantadas, principalmente no sentido de otimizar as potencialidades naturais e sociais da cidade; bem como, buscar alternativas que permitam a sustentabilidade dos micro-ecossistemas ali existentes.

⁶⁵⁴ PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. **EIA/RIMA: Distrito industrial do Embocuí em Paranaguá**. Curitiba: Andrade Engenharia S/C Ltda., 1998. 4 v.

⁶⁵⁵ Idem.

35,36'W

48°29,6'W

7.177.383 m

MAPA 1

PERÍODO EM QUE FORAM OCORRENDO AS OCUPAÇÕES E O SURGIMENTO DOS BAIRROS DA CIDADE DE PARANAGUÁ ATÉ 1996

ESCALA 1: 50.000



LEGENDA

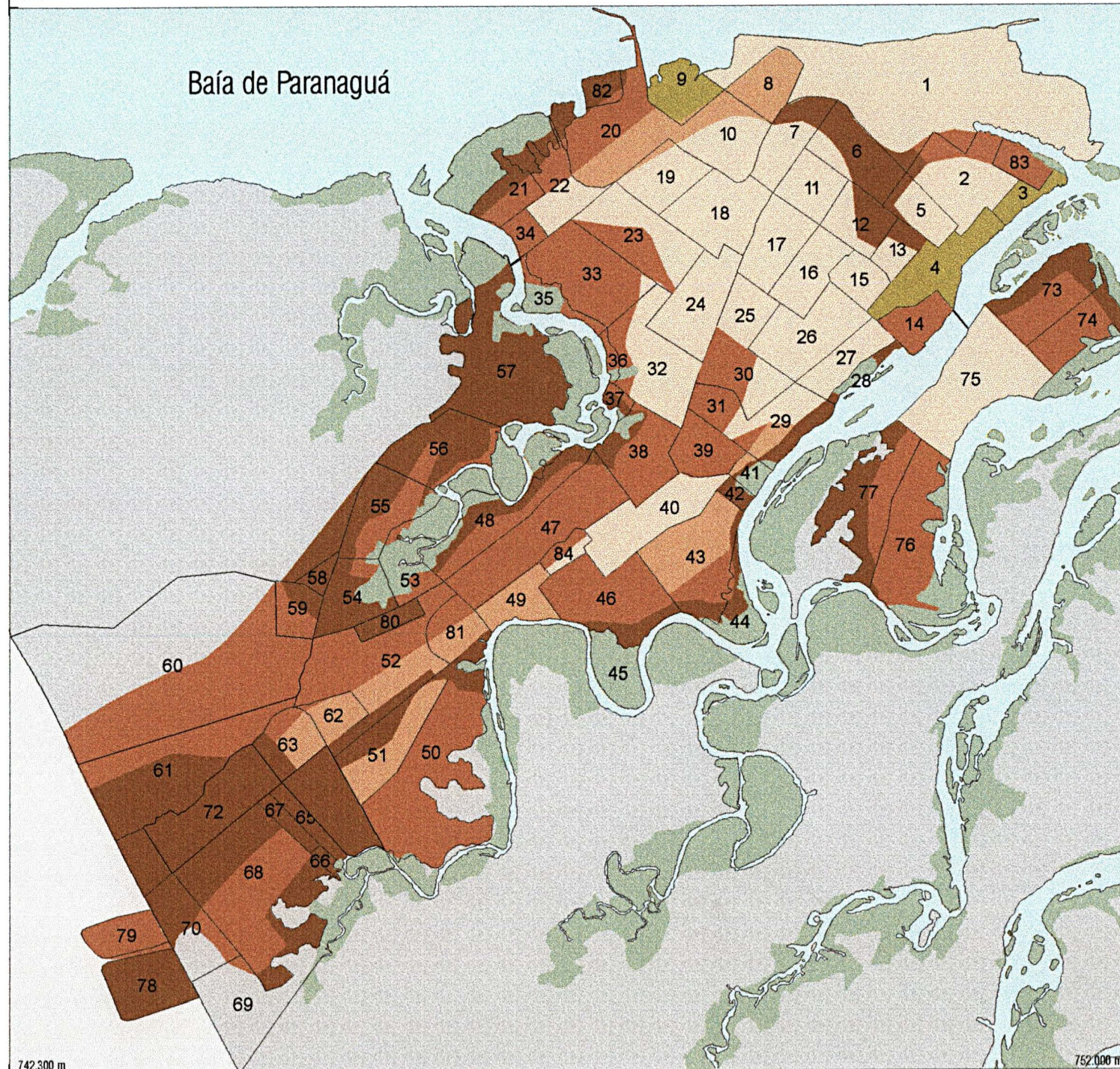
- Primeiros núcleos urbanos e bairro do Rocio (1813)
- Ocupações que se deram a partir do final do século XIX à década de 60
- Ocupações que foram ocorrendo na década de 70
- Ocupações ocorridas na década de 80
- Ocupações mais recentes - década de 90
- Mangue

FONTE

- Adaptado de CANEPARO ; MORAES .
Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá ,
1998 , inédito
- Adaptado de CANEPARO
Mapa da Dinâmica Espacial da Ocupação Antrópica
nas Áreas de Manguezal no Perímetro Urbano de Paranaguá
1952 - 1996 ; 1996 , inédito
- Entrevistas com representantes de
Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - 1996
- Banco de Dados do EPI-INFO do DMAD da UFPR - 1996
- COSTA , L.J.M.et al.
Diagnóstico socioambiental da cidade de Paranaguá-1995
Curitiba: PRPPG/UFPR, 1999 p.22(Relatórios Técnicos n1)

EXECUÇÃO

Msc Laura Jesus de Moura e Costa
Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPR - 1999



742.300 m

752.000 m 7.168.000 m

Pelo MAPA 1 e com base nos dados deste item, pode-se observar como foram dando-se as ocupações e o surgimento dos bairros ao longo da história da cidade. Nota-se a aceleração do processo de apropriação e uso do solo a partir da década de 60, ou seja, nos últimos 40 anos.

4.2 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ: SUA HISTÓRIA DE LUTA E AS QUESTÕES AMBIENTAIS.

A maioria das Associações de Moradores de Bairros de Paranaguá funciona em precárias condições, pois raramente tem sede própria, não tem contribuintes mensais efetivos, seus diretores realizam trabalho voluntário não remunerado, a área que abrange é imaginária e/ou política, uma vez que a participação e atuação na entidade pode variar dependendo dos momentos conjunturais; não há investimento em capacitação de lideranças, o atendimento às reivindicações depende mais da vontade e articulação políticas, que do direito a ser respeitado. Tais entidades sofrem influência direta das diferentes situações conjunturais, as plataformas de lutas do movimento de bairro buscam benefícios para todos, independente da idade, sexo, profissão, religião, partido político ou de ser associado ou não à entidade.⁶⁵⁶

Os principais problemas evidenciados pelos diretores e reivindicados pelas Associações de Moradores de Bairros apontam para a necessidade de realização de melhorias nos bairros: abertura e asfaltamento de ruas, colocação de meio-fio, construção de rede de coleta e tratamento de esgoto, fornecimento de água potável (em quantidade e qualidade), iluminação pública, coleta do lixo, ampliação de linhas de ônibus e de outros serviços públicos, criação de áreas de lazer, combate à poluição (do ar, sonora, hídrica), melhorias nos Postos de Saúde, aumento do número de médicos e melhoria na qualidade do atendimento, manutenção de ambulância no bairro, instalação de módulo policial, fiscalização e combate às drogas e à prostituição infanto-juvenil, canalização de rio poluído pelo esgoto e lixo, além de outras.

Quanto ao funcionamento, muitas destas Associações ficam na total dependência da realização de obras por parte da Prefeitura Municipal, o que é interpretado por seus representantes como um dos motivos do esvaziamento de muitas das entidades.

Portanto, as questões de saneamento básico (água potável, esgoto coletado e tratado e coleta e destino final adequado para o lixo), poluição ambiental, invasões de

⁶⁵⁶ COSTA, 1998. p. 206.

mangue, maior fiscalização, programa habitacional, atenção à saúde, construção de áreas de lazer, além de outros, estão presentes nas discussões feitas pela maioria das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá.

Um outro aspecto também a ser considerado é que, dentro dos próximos dez anos e pela primeira vez na história da humanidade, a maior parte da população do mundo viverá em áreas urbanas.⁶⁵⁷ Esse fato traz sérias consequências, principalmente às populações de baixa renda, para as quais a vida na cidade se caracteriza, quase sempre, por um meio ambiente altamente degradado. Nos precários e superpopulosos assentamentos que vão surgindo de forma rápida e desordenada, não existem redes de abastecimento de água potável, redes de coleta e tratamento de esgoto, serviço sistemático de coleta e destino final adequado do lixo, pavimentação das ruas, acesso aos serviços do transporte coletivo, escolas, postos de saúde e outros equipamentos relacionados à infra-estrutura urbana.

A história de luta de cada Associação de Moradores de Bairro de Paranaguá evidencia muitas dessas situações.

Na Ilha dos Valadares, por exemplo, em 1995-96, ocorreram muitos casos de hepatite B e a maioria da população abastecia-se com água de poço e não existia rede de coleta e tratamento do esgoto, mas através de uma luta conjunta das Associações de Moradores frente à Prefeitura e ao IAP, o abastecimento, em 1998, estava sendo feito através de rede pública e com água de melhor qualidade. As Associações de Moradores também vinham participando ou criticando a campanha de separação e reciclagem do lixo e desenvolvendo um trabalho de conscientização da população sobre o problema dos animais soltos pelos caminhos, principalmente cavalos e cachorros, dos acidentes com charretes, motos e bicicletas e sobre a prisão de pássaros em gaiolas, que era muito comum ali.

O problema de animais soltos nas ruas (cavalos, cabritos, cachorros, gatos, etc.) existia também nos bairros: Vilas Aviação e Horizonte (principalmente cachorros e gatos), Serraria do Rocha, Vila Rute e Jardim Santa Rosa, sendo que, ali, algumas pessoas soltavam seus animais para pastar (principalmente cavalos e cabritos) e eles acabavam destruindo jardins, gramas e as arborizações da frente das casas. A Associação reclamava a necessidade de maior conscientização dessas pessoas.

Pelas FIGURAS 2 e 3, pode-se observar cavalos soltos pelas ruas do bairro do Rocio e no aterro próximo ao Porto.

⁶⁵⁷ HERRERO, 1989. p. 66; CNUAH/Habitat, 1996. p. 2; COSTA, 1998. p. 205-206; BID, 1998. p. 1 e várias outras.

FIGURA 2, abaixo, tirada em 1996.

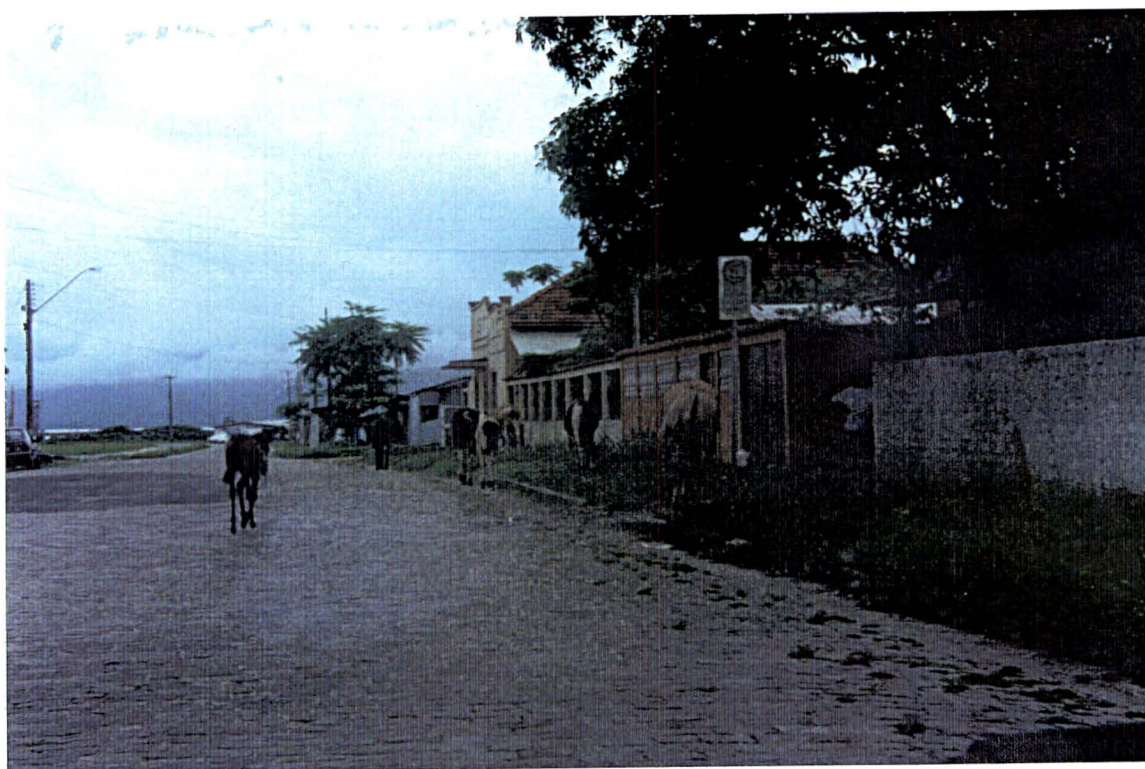


FIGURA 3 (1996).



No Jardim Samambaia, uma vitória importante conseguida pela Associação de Moradores foi a construção e reforma do Centro Comunitário com área de lazer bastante diversificada. Em 1996, a luta mais importante que a entidade desenvolvia era para conseguir a troca da tubulação de toda a rede de esgoto, pois esta não estava comportando o fluxo dos efluentes, os quais retornavam às casas. O combate à poluição sonora causada pelos caminhões do pátio de *containers* era outra reivindicação da entidade; inclusive, com manifestação de bloqueio da rua principal realizado em 1995, com duração de quase três meses. Em março de 1996, as lombadas solicitadas ainda não haviam sido colocadas. Mesmo assim, ao perguntar se a Associação discutia os problemas de meio ambiente do bairro, o entrevistado respondeu que **não**, porque não os tinham ali. Discutiam mais os problemas do bairro mesmo.

Lombadas foram colocadas na Avenida Bento Rocha, a pedido da Associação de Moradores da Vila Santa Helena. A alta velocidade e o forte ruído dos caminhões que vêm pelo desvio da BR-277 causam muitos problemas naquele local, principalmente em relação à poluição sonora e do ar.

Na Vila Padre Jackson, desde que foi construído o desvio da BR-277, foi reivindicada uma passarela para evitar os atropelamentos na rodovia; no entanto, o que foi conseguido não passou de algumas lombadas ao longo do trecho do referido desvio. Uma outra luta desenvolvida nessa Vila foi em relação à defesa do mangue, no final da década de 80. Os Diretores da Associação de Moradores da Vila Padre Jackson tiveram que chamar o Ibama e a Polícia Federal, que foram armados, para retirar as pessoas e agir sobre o então Presidente da Associação de Moradores da Vila Guarani, que havia cortado o mangue, aberto várias picadas e colocado cerca de arame farpado dentro do mar, na costa do Porto. Só mesmo armado é que o Ibama conseguiu retirar a cerca de arame farpado do mar.

No Porto dos Padres, a representante da Associação de Moradores entrevistada comentou sobre a necessidade de uma melhor conscientização da população em relação às questões ambientais, a carência de escolas e professores no bairro e na cidade, e sugeriu que as escolas trabalhassem mais estes assuntos com os alunos. Comentou também que, em dezembro de 1995, os Colégios Leôncio Correia e Hugo Correia fizeram um trabalho comunitário com os alunos, em que estes tinham que entrevistar os Presidentes de Associações de Moradores e isso foi interessante, pois deu oportunidade para levar os problemas da comunidade à escola e abriu espaço para um trabalho conjunto escola X comunidade na solução dos problemas.

A Vila São Francisco, que já havia sido “empurrada” para o lado direito da BR em função da construção do Pátio de Triagem da Rede Ferroviária Federal S. A., vinha

reivindicando, há 25 anos, a construção de uma área de lazer, com campo de futebol e, em 1996, o impasse continuava. Vale lembrar que a construção de área de lazer no bairro está presente nas pautas de reivindicações da maioria das entidades de bairro de Paranaguá. O entrevistado também comentou sobre o rápido crescimento da cidade sem que houvesse sido feito um correspondente planejamento, o que afetou profundamente os manguezais.

Na Ponta do Caju, no início de 1996, a Associação de Moradores priorizava seu trabalho em três aspectos:

- a) a questão fundiária, ou seja, que cada morador fosse proprietário de seu terreno;
- b) a coleta do lixo, com separação e venda feita pela entidade, em barracão próprio que havia sido construído para esse fim;
- c) a conscientização dos moradores, em todos os aspectos.

Entre 1994 e 1995, o problema do lixo, colocação de caçamba, sua separação, venda ou reciclagem havia sido encaminhado ou estava sendo reivindicado por várias entidades, dentre as quais cita-se: a da Vila Paranaguá (Projeto Papel, descrito mais adiante no item de práticas sociais), a do Beira-Rio, a do Jardim América, a da Estradinha, a da Vila Itiberê, a da Vila Alboitt, a do Parque São João, a do Conjunto Costa Sul, a da Colônia Santa Rita (que também organizou palestra sobre ratos e leptospirose), além de outras.

No Conjunto Costa Sul, a Associação de Moradores simultaneamente desenvolvia um trabalho de conscientização com os pais, pedindo-lhes que orientassem seus filhos para que cuidassem das árvores, dos jardins, dos pássaros e da área verde que ainda havia no Conjunto.

A Vila Guadalupe está localizada na região da cidade de Paranaguá que tem a maior degradação da qualidade do ar e os maiores problemas de poluição sonora. Desde a sua fundação, a Associação de Moradores da Vila vem reivindicando melhorias, exigindo maior fiscalização, medidas de controle e prevenção; mas, os resultados são mínimos. Na segunda metade da década de 80, a luta foi desenvolvida no sentido de impedir que o armazém da Socepar se expandisse, pois foi a partir daí que, segundo a entrevistada, ficou insuportável a poluição que vinha do silão da empresa. Nos anos 90, a zona que era residencial tornou-se quase que totalmente industrial e, ao mesmo tempo que se expandem as indústrias e armazéns, também cresce a luta contra a Prefeitura (responsável pela instalação das indústrias naquele local), a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o Instituto Ambiental do Paraná (responsável pela fiscalização do meio ambiente), além de outros órgãos, por causa dos problemas de poluição do ar e sonora provenientes da Socepar, da Fospar (Becker), da Cattalini, da Petrobrás, da Sucam (inseticidas e outros venenos), da Marcom (farelo de arroz e milho) e das Salinas. A Socepar e as Salinas já foram autuadas, mas

poucas melhorias são perceptíveis. A poluição sonora gerada pelas máquinas de armazenar soja incomoda muito, principalmente os aposentados e idosos que são os que mais sofrem, pois ficam em casa o dia todo e a noite toda escutando o mesmo e intenso barulho, já que a Socepar trabalha direto, 24 horas por dia, na época da safra. Uma outra fonte geradora de poluição sonora, reclamada tanto pelo representante da Vila Guadalupe como também pelo da Associação de Moradores do Jardim Guaraituba, é o volume do som dos alto-falantes dos carros de vendedores de produtos hortifrutigranjeiros (“Quase toda a cidade é assim, o ano todo.”) e o som dos trios elétricos em época de temporada e Carnaval. Quanto à poluição do ar (partículas e gases lançados na atmosfera), ela provém principalmente das salinas; do transporte, fermentação e produção de gases a partir da decomposição da soja e do farelo de soja derrubados no asfalto pelos caminhões transportadores; das chaminés de algumas indústrias (acima citadas), entre outros. Em 1995/96, existia o projeto de passar a linha férrea ao lado do Núcleo Residencial da Vila Guadalupe, mas a Associação de Moradores foi à luta, fez abaixo-assinado, contatou vereadores, esteve na Câmara Municipal, falou com o Secretário Municipal de Obras, na Prefeitura, etc., e conseguiu parar o projeto. A referida comunidade quer a indenização de suas propriedades por valor de mercado, para poder comprar outra propriedade de mesmo tamanho em outro local; mas as empresas que fizeram proposta de compra subvalorizaram os imóveis e a transação não pôde ser concretizada. Vender a casa para um particular é praticamente impossível, pois ninguém quer morar ali, devido à poluição. Reflexos na saúde vêm sendo denunciados pelos moradores do local, uma vez que a bronquite é uma das doenças mais comuns ali.

Vale lembrar que, em 1992, a segunda maior causa de internamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Paranaguá foram as doenças respiratórias, com 14,3%, estando atrás somente dos partos normais e cesáreo (30,5%). As doenças do aparelho respiratório, em 1992, também representavam a quarta maior causa de morte em Paranaguá, com 7,3%.⁶⁵⁸

O problema da poluição do ar afeta a população de toda a região mais próxima, tais como nas Vilas Alboitt (pelas firmas Nakamex, Nova Sul (poluição do ar e sonora), além das outras já citadas acima), Portuária/Becker, Guarani, Cruzeiro, Rute e o bairro do Rocio. Estas vilas todas também reivindicavam a canalização do corregozinho da Æinhãinha (Canal), pois encontrava-se altamente poluído, uma vez que transportava grande parte do esgoto da cidade. Na Vila Alboitt, havia uma manilha de esgoto entupida e tiveram que enviar vários ofícios à Prefeitura para que a mesma pudesse ser desentupida.

⁶⁵⁸ COSTA, L. J. M. et all., 1999. p. 37-38.

Na Vila Itiberê, a poluição do ar reclamada provinha da queima de pó de caxeta feita pela respectiva indústria, ali, instalada.

A principal luta encaminhada pela Associação de Moradores das Vilas Portuária/Becker foi em relação à poluição do ar gerada pela Fospar (Becker). Fizeram abaixo-assinado, estiveram conversando com o dono da indústria e solicitaram a fiscalização do IAP, o qual apresentou Relatório de Visita, datado de 10/09/93, constando o seguinte:

apesar da existência de sistema de controle da poluição do ar, há necessidade de implantação de novas medidas internas e externas ao processo industrial para sanar, definitivamente, o problema e os problemas existentes que trazem incômodo à comunidade local.

(...)

Tendo sido acertado com a indústria, a paralisação das atividades de novembro de 93 até fevereiro de 94, para implantação de reformas e aquisição de novos equipamentos de controle da poluição.⁶⁵⁹

Em 1996, o problema continuava e afetava a saúde das pessoas: cheiro forte que penetrava pelo nariz, fazendo arder tudo por dentro, nariz, olhos; a roupa ficava dura no varal devido à fumaça branca, as criança vomitavam, tinham a barriga inchada. Ainda, segundo o depoimento da entrevistada, pelo menos 4 mulheres que haviam abortado, denunciaram que a causa do aborto era a poluição do ar existente ali. “Dá muita dor de cabeça, náusea. Tem dias que não se consegue abrir a janela.”⁶⁶⁰

Através do Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental (CEDEA), entidade ambientalista não governamental e conselheiro usuário no Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES-PR, estas denúncias foram ali apresentadas e foi solicitada a presença de técnicos do Escritório Regional do IAP em Paranaguá para esclarecer a situação. O CES-PR colocou em pauta na reunião do dia 24 de setembro de 1997 e o assunto foi discutido, contando também com a presença de representantes das Associações de Moradores do Bairro do Rocio e do Jardim Araçá, do Vice-Presidente do MEL e de pessoas da comunidade. A imprensa deu boa cobertura ao problema.⁶⁶¹

Passado o prazo estabelecido (6 meses), novos esclarecimentos foram pedidos ao CES-PR e o IAP, em ofício nº. 09 datado de 26 de fevereiro de 1998, respondeu que:

as seguintes ações foram desenvolvidas pelo IAP, relativas à qualidade do ar em Paranaguá:

⁶⁵⁹ Depoimento obtido e documento lido durante a entrevista gravada no início de 1996, com uma das Diretoras da Associação de Moradores das Vilas Portuária e Becker.

⁶⁶⁰ Idem.

⁶⁶¹ Ver *Jornal do Estado*, Curitiba, em 24/09/97. p. b-5; *Gazeta do Paraná* de 24/09/1997. p. 5; *O Estado do Paraná*, de 24/09/1997. p. 4; e *Gazeta do Paraná* de 27/09/1997. p.10.

- a) medições da qualidade do ar nas imediações das empresas Fospar S/A, Romani S/A, Socepar, Macrofertil, Coopergrão, Participação LTDA. e Nossa Senhora Armazéns Gerais;
- b) autuação com multas diárias das empresas Coopergrão, Romani e Macrofertil;
- c) exigências de melhorias na retenção de poeiras da empresa Nossa Senhora Armazéns Gerais, em parte já atendidas e com prazo para atendimento integral até 11/03/98;
- d) exigências de melhorias na retenção de poeiras da empresa Socepar;
- e) programadas novas medições para o mês de março;
- f) comunicação ao Ministério Público de Paranaguá, pelo Escritório Regional do Litoral, através do ofício n°. 007/98 - ERLIT, cópia em anexo, visando a elucidação dos problemas;

No dia 27 de maio de 1998, a pedido do CEDEA, este assunto entrou novamente em pauta na reunião do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, mas a resposta dada pelo Estado não foi convincente. No dia 29 de maio de 1998, a **Folha do Paraná** (ou **Folha de Londrina**) publicou uma reportagem com a seguinte manchete: “População reclama de poluição gerada por indústrias no litoral” e colocou os posicionamentos da Presidenta da Associação de Moradores do Bairro do Rocio e da Coordenadora Geral do CEDEA, sendo que esta reivindicava um monitoramento permanente do ar em Paranaguá. O chefe do Escritório Regional do IAP em Paranaguá respondeu dizendo que: “as empresas que registraram níveis insatisfatórios em algumas amostras que recolhemos já estão se readequando, criando um sistema de tratamento. É o caso da Fospar, que já está com o seu sistema de afluentes atmosféricos em fase de implantação.”⁶⁶²

Em 08 de junho de 1998 e respondendo ao ofício do CEDEA enviado ao Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente e Secretário Estadual do Meio Ambiente do Paraná, o Escritório Regional do IAP em Paranaguá enviou ao CEDEA o Of. n°. 175/98 - ERLIT, constando o seguinte:

(...) tenho a informar:

- a) a Empresa COOPERGRÃO já efetivou o alongamento das mangas, conforme solicitado por este IAP;
- b) a Empresa MACROFÉRTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA, já concluiu os trabalhos de cortinamento, fechando todas as laterais com telhas de eternit, e a peneira vibratória também está sofrendo reparos, a fim de conter os elementos particulados;
- c) a Empresa NOSSA SENHORA ARMAZÉNS GERAIS S/A, atendeu as solicitações constantes no Relatório de Inspeção n°. 9078, confeccionando um portão de alumínio, totalmente fechado e que será aberto somente no momento de entrada e saída de caminhões;
- d) a ROMANI S/A protocolou neste IAP, processo prot. N°. 595/98, que já efetuou algumas melhorias e está adquirindo da Empresa Manut Soe Eletromecânica Ltda, compra e reforma total do exaustor em aço inox AISI 304;

⁶⁶² Ver **Folha do Paraná** ou **Folha de Londrina**, de 29/05/98.

- e) a Empresa FOSPAR S/A contratou a Empresa Andrade Engenharia S/C Ltda, para fazer monitoramento da Empresa levantando todos os pontos negativos da indústria referente ao lançamento de efluentes atmosféricos, líquidos e otimização do maquinário, tendo como consequência a melhoria do processo. O monitoramento terá duração de um ano e terá o acompanhamento de técnicos deste IAP em reuniões semanais entre a Consultora, FOSPAR e IAP. Também contratou a empresa R.C.F.L. de São Paulo, para realizar medições de diversos pontos da própria chaminé;
- f) a Empresa SOCEPAR S/A, em visita no dia 21.05.98, acompanhados por Técnicos do SENAI e Secretaria Municipal do Meio Ambiente, constatamos que parte das esteiras transportadoras já sofreram o devido enclausuramento e protocolou neste IAP - prot. 093/98, que contratou a Empresa Montepar - Montagem e Equipamentos Ltda, para execução do fechamento da parte inferior dos transportadores de correia e fechamento lateral das casas de transparências; trabalhos estes que deverão ser concluídos até o dia 30.06.98, conforme Ofício nº. 021/98, enviado pela citada empresa a este IAP, o qual recebeu o prot. 630/98;
- g) analisando o contexto geral, percebe-se que está havendo uma evolução no processo, com a participação efetiva das Empresas, que demonstram interesses reais em solucionar tais problemas;
- h) por outro lado, acrescentamos que está previsto para os meses de julho/agosto/98, a realização de novas medições nas referidas empresas, por este IAP, para que possamos avaliar na prática se houve melhora dos índices de poluição atmosférica, referente às emissões de partículas totais em suspensão;
- i) anexo, cópia dos laudos já concluídos.

Este registro foi feito para documentar uma outra forma de encaminhamento dado à reivindicação, ou seja, através do Conselho Estadual de Saúde e com o apoio de ONG ambientalista articulada com as Associações de Moradores, cuja luta vinham desenvolvendo há anos e pouco resultado haviam obtido. O apoio da imprensa foi fundamental para que providências mais efetivas fossem tomadas. Tal problema ainda não ficou solucionado, mas a população sentiu alguma melhora. Esta questão exige vigilância constante da população e do órgão estadual de fiscalização; por outro lado, ficam evidentes também as contradições existentes entre o direito de poluir da indústria e direito à saúde/a respirar um ar de boa qualidade da população. A redução da poluição exige investimento de capital pela indústria e, conseqüentemente, redução (ainda que temporária) de seu lucro; mas, por outro lado, o compate à poluição pode significar também combate ao desperdício, pois são produtos químicos que são jogados fora, quando poderiam ser reaproveitados, reciclados. Elevar o nível de consciência do industrial/do empresário é também uma tarefa educativa e política.

Nas FIGURAS 4, 5 e 6, pode-se ver a Fospar (ou Becker), a Socepar (que está atrás da sede da Associação de Moradores de Vila Guadalupe) e a Cotriguaçu. Fotos tiradas entre 1995 e 1998.

FIGURA 4.

(Fospar - 1995)



FIGURA 5.

(Socepar, atrás da sede da Associação de Moradores da Vila Guadalupe - 1998)

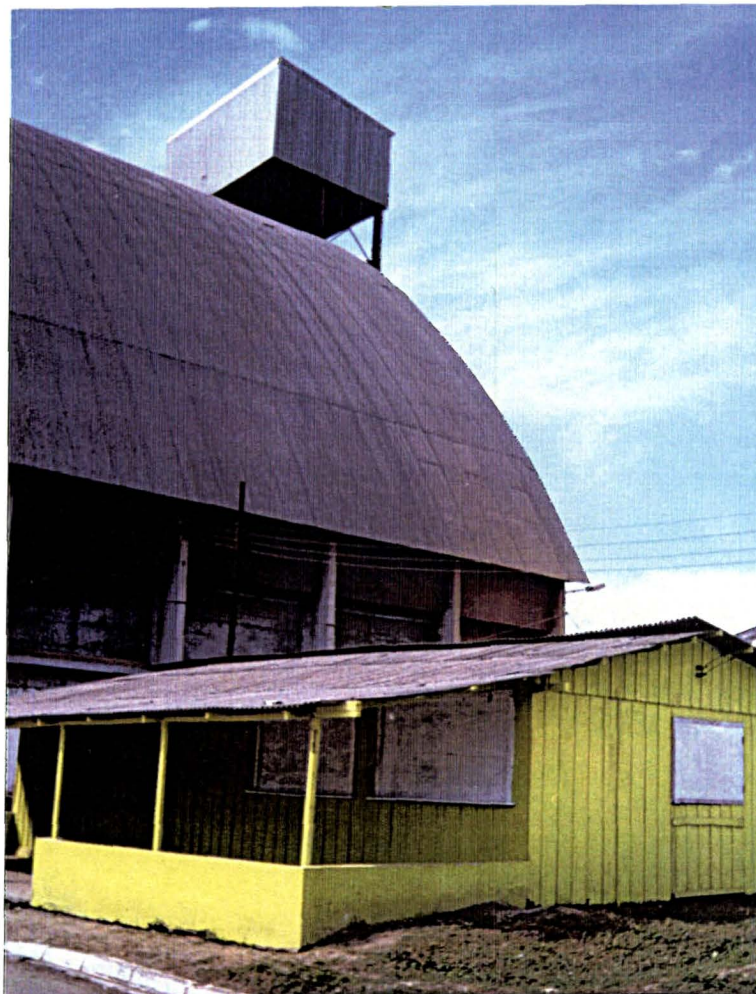


FIGURA 6 (Cotriguaçu - 1998).



A poluição do ar e sonora é significativa também no bairro do Rocio. Este tem importância turístico-histórico-religiosa, inclusive porque o Santuário de Nossa Senhora do Rocio ali existente é em homenagem à Padroeira do Estado do Paraná. No final da década de 90, havia transformado-se em uma área tanto industrial e portuária, como turística e residencial. As contradições do crescimento econômico-industrial-comercial com a qualidade de vida e preservação da natureza para estimular o turismo estavam bastante presentes ali. Além de combater a poluição do ar, uma outra luta importante desenvolvida pela Associação de Moradores do Bairro foi em relação à regulamentação da Festa do Rocio, à urbanização necessária para atender ao turismo, ao comércio, à decoração do bairro, à Igreja, além de outras. Inclusive, a entidade do bairro entrou em conflitos com a ACIAP (Associação Comercial de Indústria e Agricultura de Paranaguá) e com a Câmara de Vereadores, pois estes queriam acabar com a Festa do Rocio, alegando que os barraqueiros iriam levar todo o lucro da Festa para fora da cidade. A Associação de Moradores foi à luta, fez abaixo-assinado com 1700 assinaturas, foi à Prefeitura, entrou com ação na Justiça, levou a denúncia aos jornais, conseguiu apoio e as barracas puderam

ser instaladas ali, na semana da Festa (7 a 15 de novembro), como vinha sendo feita há muitos anos.⁶⁶³

No caso da poluição hídrica, os maiores problemas levantados por quase todas as entidades foram em relação ao lançamento de esgoto e lixo diretamente na água dos rios, manguezais e baía. O representante da Associação de Moradores do Parque São João comentou que, em fevereiro de 1996, ele, no cargo de Presidente da entidade, esteve na Capitania dos Portos e no Instituto Ambiental do Paraná para tentar resolver o problema do lançamento de óleo no rio Itiberê por uma firma. Há seis meses que isso vinha ocorrendo. A mesma denúncia já havia sido feita, há quatro meses, nas Secretarias Municipal de Meio Ambiente e Estadual de Turismo, mas nada havia sido feito. A Capitania dos Portos justificou que autuaria somente se fossem as lanchas as responsáveis por tal despejo. Mas, como o óleo vinha de um bueiro, provavelmente estaria sendo lançado por um posto de gasolina ou lavar, o que caberia a autuação ao IAP ou ao Ibama. Estava demorando para que a administração pública achasse uma solução e responsabilizasse devidamente os infratores.

No Parque Agari, no início de 1996, a Associação de Moradores reivindicava drenagem pluvial e alteração do curso do rio Chapecó de forma que ficasse mais reto, pois com a água da chuva, a água do rio não vencia fazer as curvas que existiam e acabava transbordando, alagando toda a região. Como o rio Chapecó recebe o esgoto das casas próximas, o entrevistado, associando a poluição às enfermidades, fez a denúncia de ocorrência de casos de meningite, hepatite e disenterias na região.

Drenagem e arruamento estavam entre as principais reivindicações da Vila Garcia, em 1996.

Muitos casos de diarreias, dor de barriga e vômito entre crianças também foram denunciados pela representante da Associação de Moradores do Jardim Iguaçu, pois a população daquele local utilizava, em 1996, água de poço com seis metros de profundidade, retirada com bomba; no entanto, a água era muito salobra e, com a chuva, as fossas de dois metros de profundidade que estavam a menos de 5 metros dos poços, transbordavam e a bomba ficava cercada de água de esgoto. A entidade orientava a fervura da água, mas nem todos obedeciam.

Na Costeira, uma importante luta levada pela Associação de Moradores, em 1995-96, foi em relação ao abastecimento de água. Fizeram duas ou mais assembléias,

⁶⁶³ Depoimentos obtidos através de entrevistas gravadas no início de 1996, com representantes da Associação de Moradores do Bairro do Rocio.

convidaram a Cagepar, o Presidente da Câmara de Vereadores, o Prefeito, além de outras autoridades do Município, a fim de buscar soluções para o problema.

Em 1998, a União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá (Umamp) vinha discutindo com o conjunto das entidades de bairro o problema do abastecimento de água e o valor alto cobrado pelo respectivo consumo. Reuniões com a Prefeitura e a empresa responsável (Águas de Paranaguá) haviam sido e estavam sendo agendadas. As reclamações e insatisfações populares eram muito grandes.

Vale lembrar que, em 1989, a Umamp já possuía uma pauta coletiva unificada de reivindicações e que constava de questões sobre a necessidade de melhorar o abastecimento de água na cidade, rede de coleta e tratamento do esgoto, regularização dos assentamentos, reparos nas vias públicas, melhorar a segurança no trânsito e nas vias públicas, reformas e manutenções de escolas públicas municipais, melhoria do atendimento à saúde, além de outras.⁶⁶⁴

Por fim, fica também registrado aqui que, no bairro Beira-Rio, a primeira luta da Associação de Moradores, desenvolvida entre o final da década de 80 e início da década de 90, foi anti-meio ambiente, ou seja, confrontou-se com o Ibama, pois a área toda do bairro era área de mangue invadida, pertencente à União. Não havia nível para a construção das casas e o Ibama não permitia que fosse feita qualquer modificação naquele local, quer seja desmatamento, aterro ou outra. Mas, segundo o entrevistado, o Ibama foi vencido pelo cansaço. Em fevereiro de 1996, a população já estava recebendo seus talões de luz e água, documentos que legitimam o uso, embora não fossem donos do terreno. A Prefeitura estudava uma forma de passar a posse de toda a área da União ao Município e para que depois este pudesse regularizar os lotes com os respectivos usuários.⁶⁶⁵

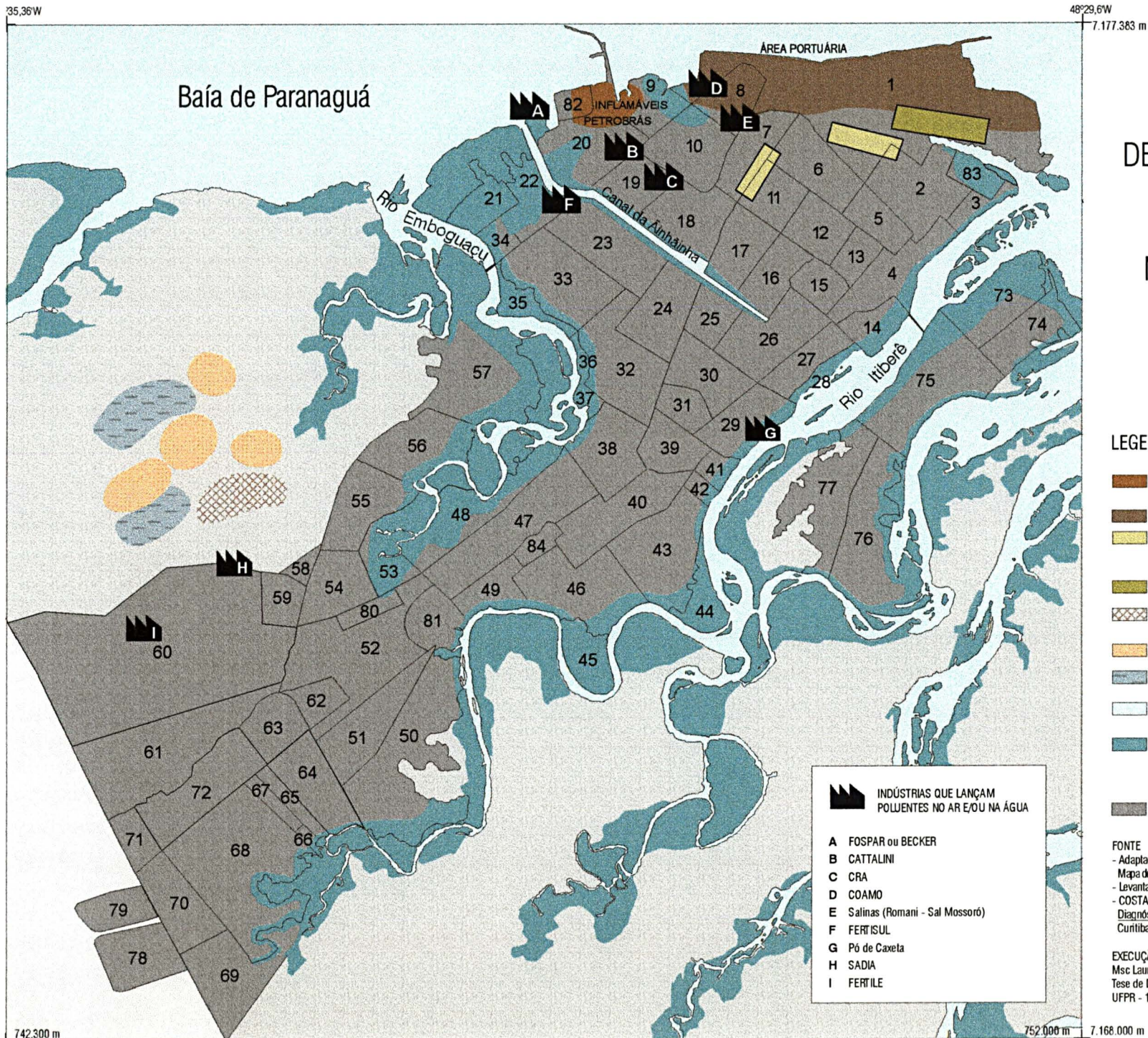
⁶⁶⁴ Ver a História da União Municipal das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - UMAMP, em anexo.

⁶⁶⁵ Depoimentos obtidos através de entrevistas gravadas no início de 1996, com representantes da Associação de Moradores do Bairro Beira-Rio.

Na FIGURA 7, vê-se que, apesar de placa proibitória da Prefeitura, Ibama e IAP, as ocupações de manguezais continuavam ocorrendo. Fotografia tirada em 1998.



Pelo MAPA 2, pode-se visualizar a localização espacial dos principais problemas de meio ambiente da cidade de Paranaguá, registrados no período de 1995 a 1998.



MAPA 2 PRINCIPAIS PROBLEMAS DE MEIO AMBIENTE DA CIDADE DE PARANAGUÁ NO PERÍODO DE 1995 A 1998

ESCALA 1: 50.000



LEGENDA

- Área de inflamáveis (poluição do ar e hídrica = baía)
- Área portuária (poluição dos navios e lixo)
- Armazéns e serviços (Coligação, Braswey, Brasóleos, etc) (poluição do ar e produção de resíduos sólidos)
- Corredor de exportação (silos de 100 mil toneladas)
- "LIXÃO" - depósito irregular de lixo (poluição do ar, hídrica e de solo, roedores)
- Lagoa (formada pela extração de areia)
- Cavas (impacto ambiental negativo pela extração de areia)
- Cursos d'água que recebem o lançamento direto do esgoto (poluição hídrica)
- Áreas de proteção permanente (mata ciliar e mangue) sob ocupação antrópica ou por ela afetadas
- Bairros da cidade de Paranaguá

FONTE

- Adaptado de CANEPARO ; MORAES .
 Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1998, inédito
 - Levantamento de Campo - 1995
 - COSTA , L.J. M. et al.
 Diagnóstico socioambiental da cidade de Paranaguá - 1995
 Curitiba : UFPR/PRPPG, 1999 p.45 (Relatório Técnico n.1)

EXECUÇÃO

Msc Laura Jesus de Moura e Costa
 Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
 UFPR - 1999

O impacto sobre o solo produzido pela atividade de extração de areia, na região do Imbocuí está documentado nas duas fotografias (em mesmo ângulo) que seguem abaixo (FIGURAS 8 e 9), sendo que a primeira foi tirada no primeiro semestre de 1995 e a segunda, em julho de 1998. Nesta segunda fotografia, observa-se a grande cava formada.



As FIGURAS 10 e 11 mostram as alterações que foram ocorrendo ao longo desses quatro anos (1995-1998) no lixão, próximo à Sadia (Colônia Santa Rita/Imbocuí), o qual foi, em 1997, compactado mecanicamente e aterrado. Em 1998, já havia uma pequena cobertura de vegetação sobre a área aterrada e os depósitos de lixo continuavam sendo feitos em áreas próximas.



Toda essa área do Imbocuí encontra-se sobre forte pressão antrópica, pois além do lixo, da extração de areia e das empresas ali instaladas (Sadia, Fertil, oleoduto da Petrobrás), já foram registrados casos de conflitos entre proprietários, como por exemplo quando as máquinas que estavam extraindo areia em um dos areais bloquearam a rua e moradores próximos motorizados quiseram passar e ficaram impedidos. Isso gerou ações de violência.

Uma outra questão também a ser considerada é que existe a previsão de ser construído nesta região o Distrito Industrial do Imbocuí, o qual poderá ocasionar impacto sócio-ambiental de grande alcance. Pelo EIA/RIMA, são levantadas, dentre outras, as probabilidades de contaminação direta de todo o lençol freático raso daquele local, a extinção de espécies da flora e fauna nativas e a necessidade de remoção de inúmeras famílias ali residentes.

Em um processo de discussão de sustentabilidade, essa questão do Imbocuí deve ser colocada em pauta e analisada com muita atenção, também porque todo o projeto do referido Distrito Industrial visa atender, prioritariamente, as necessidades de maior inserção do Porto no mercado internacional globalizado e no Mercosul.

4.3 CARACTERÍSTICAS E CARÊNCIAS DA CIDADE DE PARANAGUÁ E ILHA DOS VALADARES⁶⁶⁶ EM 1996, TENDO POR BASE OS DADOS DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR

O município de Paranaguá, localizado na porção oriental do Estado do Paraná (Litoral), entre as latitudes aproximadas de 25°20'S e 25°45'S e entre as longitudes de 48°20'W e 48°40'W ⁶⁶⁷, possui uma área terrestre de 665,410 Km² e uma população aproximada de 124.920 pessoas (Contagem do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1996), as quais se distribuem da seguinte forma: 86,5% em área urbana e 13,5% em área rural.

O fato de ser o povoamento mais antigo do Estado, estar a somente 91 Km da Capital, possuir um porto de escala obrigatória para grandes rotas internacionais e para o MERCOSUL, interligar-se com Foz do Iguaçu pela BR-277, cortando o Estado de Leste a Oeste; bem como, possibilitar o fácil acesso às BR-116 (via Estrada da Graciosa ou via BR-277) e BR-376 (via Estrada das Praias (PR-407) ou via BR-277) e estabelecer conexão férrea com a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), faz com que a cidade seja um importante pólo regional no que diz respeito aos aspectos histórico, comercial e turístico.

A partir do **Diagnóstico socioambiental da cidade de Paranaguá - 1995**,⁶⁶⁸ observa-se na cidade, cinco principais funções urbanas:

- a) **residencial** - localizada ao longo de todo o perímetro urbano, exceto na área portuária. Nas margens dos rios Itiberê e Emboguaçu, encontram-se as populações de mais baixa renda; nos territórios em expansão na direção da Estrada das Praias, de Alexandra e na Ilha dos Valadares, assentam-se moradores de renda média-baixa e remanescentes da população de baixa renda, predominando residências de baixo padrão.⁶⁶⁹ As residências de médio padrão distribuem-se entre a Estrada de Ferro e o rio Itiberê, na direção sul, e as de alto padrão, no extremo leste do perímetro urbano;
- b) **comercial** - localiza-se ao longo dos eixos estruturais, Centro Histórico e zona portuária;

⁶⁶⁶ O levantamento de dados foi feito na cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares; no entanto, será usado "cidade de Paranaguá" para designar todo o espaço da amostragem, ou seja, inclusive a Ilha dos Valadares.

⁶⁶⁷ COSTA et al., 1999. p. 9. (Relatórios Técnicos, n. 1).

⁶⁶⁸ Idem, p. 23 - 25.

⁶⁶⁹ PARANAGUÁ. Prefeitura. **Plano Diretor de Paranaguá - 1990**. p. 30. (fotocópias).

- c) portuária** - situada no extremo norte do perímetro urbano de Paranaguá, onde está o cais do Porto D. Pedro II;
- d) industrial** - é pequena, caracterizando-se pelas indústrias que estão ligadas às atividades portuárias (refino de sal, fertilizantes, etc.), o setor informal da economia (mão-de-obra familiar), e o Distrito Industrial do Imbocuí, previsto para instalar-se a oeste do perímetro urbano do município, no entanto, ali já se encontram instaladas a indústria de alimentos SADIA e a de fertilizantes Fertilite;
- e) turística** - refere-se ao Centro Histórico, o porto, a Igreja do Rocio o aeroporto e algumas áreas de lazer.

Por outro lado, o significativo aumento populacional nas últimas quatro décadas (em 1950, a população do município era de 24.915 pessoas), quer seja em função do fluxo migratório, quer seja pelo seu próprio crescimento interno⁶⁷⁰, além das crises econômicas pelas quais passou e vem passando o País, fazem com que aumentem também os problemas sociais e ambientais na cidade.

De acordo com os dados levantados pela pesquisa interdisciplinar, serão abordadas a seguir as características em relação a:

- a) Chefe de família:** local de nascimento, faixa etária, tempo de moradia na cidade de Paranaguá, migração, mobilidade na cidade, grau de escolaridade, ocupação/trabalho;
- b) Características do domicílio:** tipo de moradia, materiais de construção, condição do terreno, acúmulo de lixo, serviço de coleta de lixo, destino dos dejetos humanos; abastecimento de água, canalização interna de água, tratamento dado a domicílio à água de beber, destino das águas servidas;
- c) Escolaridade da população:** grau de escolaridade por faixa etária, crianças fora da escola, tipo de escola freqüentada, escolaridade e gênero;
- d) Características culturais:** uso de fontes de informações escritas (jornais, revistas e livros), oral (rádio) e televisiva (televisão); opções de lazer (como passatempo e em férias).

4.3.1 Chefe de Família

A amostra indica que 78,9% dos chefes de família são do sexo masculino (504 indivíduos) e 21,1% são do sexo feminino (135 pessoas).

⁶⁷⁰ COSTA et al., 1999. p. 26. (Relatórios Técnicos, n. 1).

4.3.1.1 Local de nascimento

Dos 639 chefes de família amostrados, em 1996, na cidade de Paranaguá, 52,4% nasceram nesse município; 14,7% são de outros municípios do litoral e ilhas; 11% são provenientes de outros municípios do Paraná; 9,1% vieram dos Estados vizinhos: São Paulo e Santa Catarina; 7,8% nasceram em outros Estados do Brasil e/ou outros países e, somente 5,0%, têm suas origens na capital do Paraná e região metropolitana (TABELA 1).

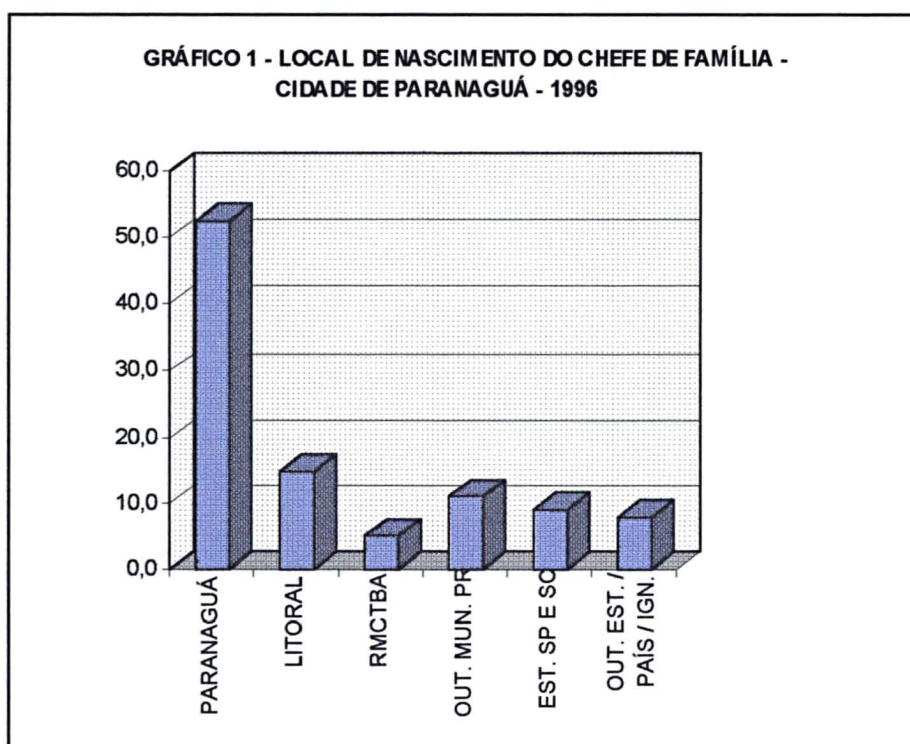
Embora estes dados sejam somente em relação ao chefe de família, eles sugerem que a migração de outros Estados para Paranaguá, em 1996, envolvia em torno de 17,0% das famílias e a migração de outros municípios do próprio Estado do Paraná para a cidade de Paranaguá abrangia aproximadamente 31,0% das famílias; pouco mais da metade dos chefes de família eram parnanguaras.

TABELA 1 - ORIGEM DO CHEFE DE FAMÍLIA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

ORIGEM	F	%
Paranaguá	335	52,4
Litoral	94	14,7
Região Metropolitana de Curitiba	32	5,0
Outros Municípios do Paraná	70	11,0
Estados de S. Paulo e Sta. Catarina	58	9,1
Outros Estados/País/Ignorado	50	7,8
Total	639	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

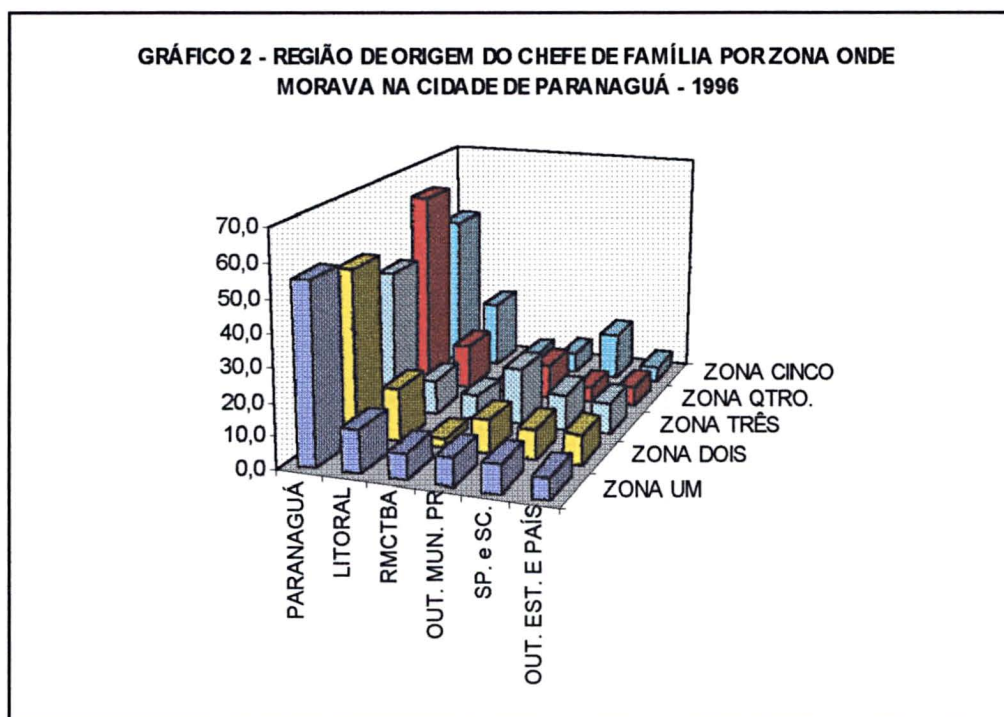
Estes dados podem ser também visualizados pelo GRÁFICO 1, abaixo.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Os chefes de família nascidos na cidade de Paranaguá aparecem com maior frequência em todas as cinco zonas⁶⁷¹ da cidade. Estas zonas podem ser observadas no MAPA 3. Em relação à proporcionalidade da região dos outros locais de nascimento, observa-se que, nas zonas um (Centro urbano) e dois (Expansão portuária), o segundo maior percentual é de chefes de família nascidos no litoral do Estado (13,0% e 16,6%, respectivamente). Na zona três (Expansão recente), o segundo maior percentual é de nascidos em outros municípios do Paraná (17,4%). Na zona quatro (Franjas insalubres), depois dos parnanguaras (61,9%), estão os nascidos no Litoral do Estado (14,2%) e em outros municípios do Paraná (10,6%). Já, na zona cinco (Ilha dos Valadares), em segunda posição estão os nascidos no Litoral (21,0%) e em terceira, os nascidos nos Estados de São Paulo e Santa Catarina (14,5%). Os maiores percentuais de chefes de família nascidos em outros Estados do Brasil ou outros países estão nas zonas três (9,9%) e dois (9,3%), cujos percentuais se aproximam bastante dos daqueles nascidos em São Paulo e Santa Catarina (10,7% na zona três e 9,3% na zona dois) - GRÁFICO 2.

Como as áreas de mangue invadidas estão na zona quatro (Franjas insalubres), em torno de 89,4% dos chefes de família dessas áreas são paranaenses e 10,6% provêm de outros Estados (inclusive de São Paulo e Santa Catarina) ou outros países ou são de origem ignorada.



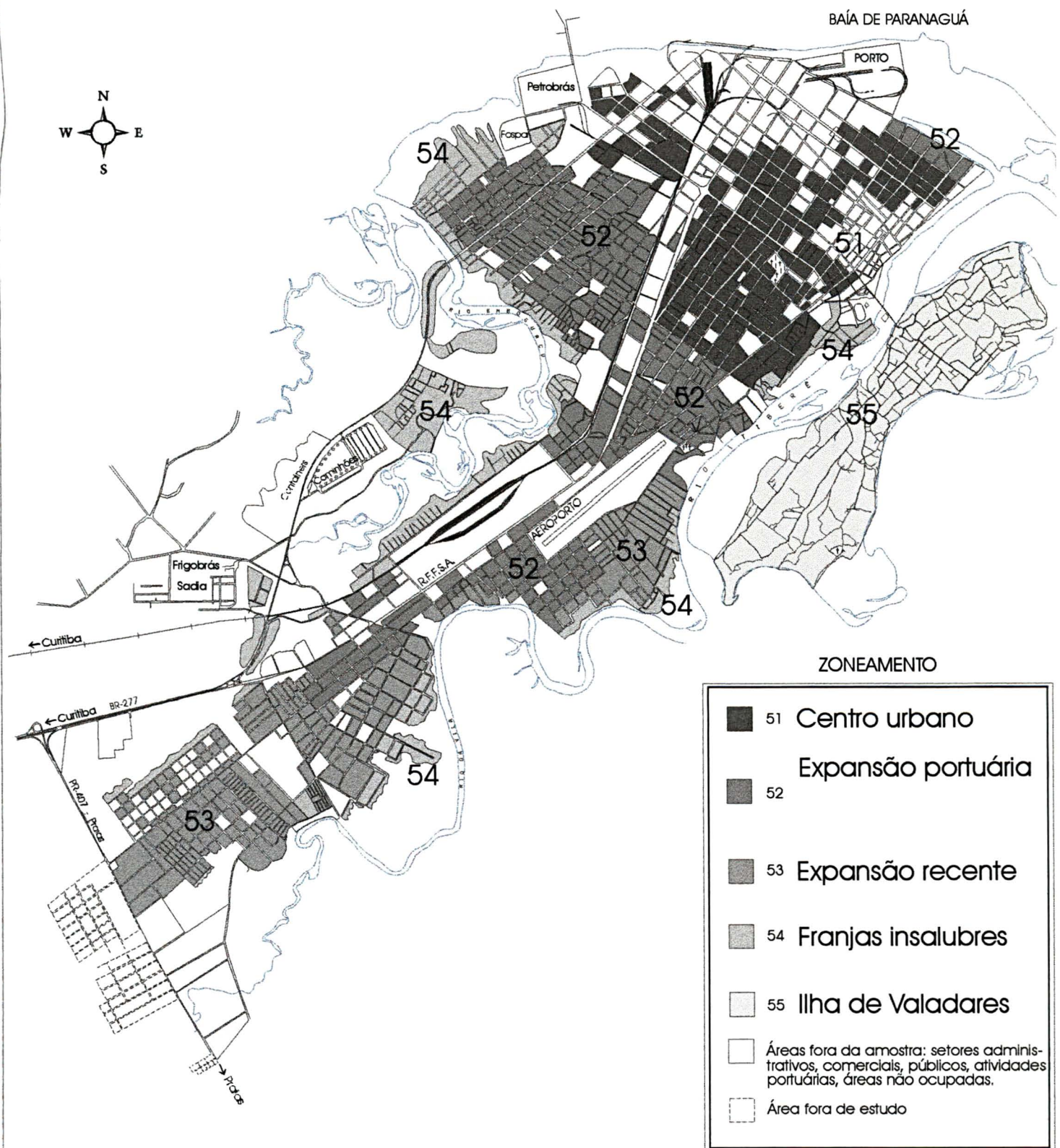
FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR - ANO: 1996.

⁶⁷¹ O zoneamento da cidade de Paranaguá consta no MAPA 3 e as características de cada zona estão no volume de Anexos. Pode-se consultar também CANEPARO, S. C. et al. Espaço urbano, situações de vida e saúde na cidade de Paranaguá: relato preliminar de uma prática interdisciplinar. **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n. 3, p. 42, 1998 e GERHARDT, T. E. et al. Heterogeneidades e homogeneidades do quadro de vida urbano de Paranaguá. Relatório preliminar. Curitiba: DMAD/UFPR, 1996. (fotocópias)

CIDADE DE PARANAGUÁ

ZONEAMENTO

MAPA 3



Nos bairros, como nas zonas, predominam os nascidos em Paranaguá; mas em relação aos outros locais de nascimento, os maiores percentuais de chefes de família nascidos no litoral do Paraná estão nos bairros: Campo Grande (50,0%), Vila Paranaguá (44,4%), Aeroporto/Aviação (33,3%) e Vila Itiberê (30,0%); dos nascidos na Região Metropolitana de Curitiba estão na Vila Alboitt (33,3%) e Asa Branca (25,0%). Quanto aos que nasceram em Outros Municípios do Paraná, os maiores percentuais aparecem nos bairros: Correia Velho (50,0%), Aeroporto/Aviação (33,3%), Alto São Sebastião (33,3%), Asa Branca (25,0%) e Vila São Carlos (25,0%). Os que nasceram em São Paulo e Santa Catarina, apresentam os maiores percentuais na Vila Industrial, Alto São Sebastião, Rocio, Vila Itiberê e Serraria do Rocha, e os de Outros Estados e Países estão no Parque de Triagem, Leblon, Vila Alboitt e Serraria do Rocha. Na Ilha dos Valadares, tanto na Vila Bela como no Bairro Itiberê, os segundos maiores percentuais são de chefes de família nascidos no litoral do Paraná e em São Paulo e Santa Catarina; no entanto, na Vila Sete de Setembro, estão os nascidos no litoral (22,2%) e em outros municípios do Paraná (11,1%).

O MAPA 4 apresenta a localização de cada bairro da cidade de Paranaguá e foi adaptado do mapa elaborado pelas doutorandas CANEPARO e MORAES,⁶⁷² como resultado de uma cooperação interdisciplinar na construção coletiva do conhecimento. Este mesmo mapa será utilizado ao longo desta pesquisa para a localização espacial de muitos outros dados.

⁶⁷² CANEPARO. 1999. Tese de Doutorado, UFPR; MORAES. 1999. Tese de Doutorado, UFPR.

48°35,36'W
25°30'S

48°29,6'W
7.177.383 m

MAPA 4

BAIRROS DA CIDADE DE PARANAGUÁ E ILHA DOS VALADARES 1999

ESCALA 1:50.000



LEGENDA

Aeroporto	40	Parque de Triagem	55
Alto São Sebastião	12	do Porto de Paranaguá	14
Área da Rede Ferroviária S/A	47	Ponta do Caiu	1
Asa Branca	42	Porto D. Pedro II	33
Baixada do Aragua	36	Porto dos Padres	81
Baixada Guaratuba	45	Posto Fiscal	16
Baixada do Porto dos Padres	35	Rala	9
Baixada São Vicente	44	Rocio	18
Bairro Iteberê Valadares	73	Serraria do Rocha	77
Beira Rio	21	Sete de Setembro	13
Bertioga	64	Tutuli	10
Bockmann	17	Vila Alboitt	75
Campo Grande	15	Vila Bela	65
Centro Histórico	4	Vila do Calc	68
Choupana	71	Vila dos Comerciantes	23
Colônia Santa Rita	60	Vila Cruzeiro	51
Conjunto Santos Dumont	43	Vila Divinéia	83
Conjunto Costa Sul	80	Vila Gabriel de Lara	78
Correia Velho	31	Vila Garcia	8
Costeira	2	Vila Guadalupe	22
Cunhapora	58	Vila Guarani	39
Emboaguçu	38	Vila Horizonte /	56
Estradinha	27	Vila Aviação	29
Ilha dos Valadares	76	Vila Iguazu	79
Industrial	7	Vila Iteberê	82
Jardim Alvorada	25	Vila Jardim Esperança	74
Jardim América	49	Vila da Madeira	48
Jardim Aragua	32	Vila Nova	34
Jardim Eldorado	30	Vila Nova Primavera	50
Jardim Guaratuba	46	Vila Padre Jackson	24
Jardim Ipê	63	Vila Paraíso / Rio da Vila	20
Jardim Ouro Fino	69	Vila Paranaguá	53
Jardim Paranaguá	70	Vila Portuária / Becker	28
Jardim Samambaiá	62	Vila do Povo	19
João Gualberto	5	Vila da Prefeitura	57
Leblon	11	Vila Rute	61
Morro Cocada	37	Vila Santa Helena	54
Nilson Neves I	67	Vila Santa Terezinha	84
Nilson Neves II	66	Vila São Carlos	59
Oceania	3	Vila São Francisco	41
Palmital	26	Vila São Jorge	6
Parque Agari	72	Vila São Vicente	
Parque São João	52	29 de Julho	

FONTE
Adaptado de CANEPARD ; MORAES .
Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1998, inédito
para tese de doutoramento de
Laura Jesus de Moura e Costa , 1999

25°34,8'S 742.300 m

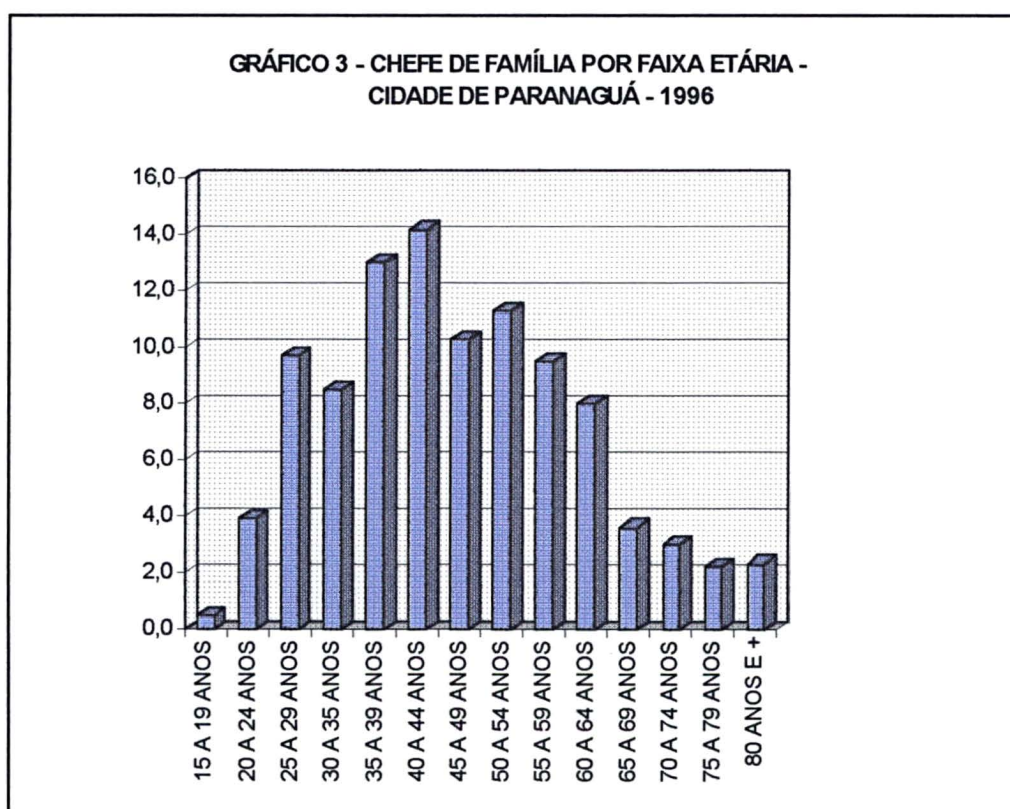
752.000 m 7.168.000 m

4.3.1.2 Faixa etária

Mais da metade (66,8%) dos chefes de família amostrados na cidade de Paranaguá, em 1996, estão na faixa etária dos 30 aos 59 anos e 19,1% apresentam idade igual ou superior a 60 anos; no entanto, se comparadas as faixas de idades entre 60 a 64 anos (8,0%) e 65 a 70 anos (3,6%), os respectivos percentuais se reduzem em mais da metade. Os chefes de família menores de 30 anos somam 14,1%. Os maiores percentuais estão na faixa etária dos 35 aos 44 anos (13,0% e 14,2%, respectivamente) e somente 4,4% dos chefes de família têm menos de 25 anos (GRÁFICO 3 e o total da TABELA 2).

A partir dos 35 anos, há uma maior presença da mulher como chefe de família, ou seja, é justamente quando aumentam as ocorrências de viúvas e separadas. Entre as mulheres chefes de família, 43,0% delas têm idades entre 35 e 54 anos.

Há uma significativa população adulta de chefes de família e 11,1% deles já ultrapassaram os 65 anos. Vale lembrar que a esperança de vida ao nascer no Brasil, em 1996, era de 67,58 anos e no Paraná, 69,23.⁶⁷³ Em Paranaguá, em 1991, a esperança de vida ao nascer era de 63,3 anos⁶⁷⁴.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

⁶⁷³ PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998. p. 122.

⁶⁷⁴ Idem, p. 3 - Perfil - CD room : Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.

Em relação às zonas, observa-se na TABELA 2 que o maior percentual de idosos está na zona um (21,7% acima de 65 anos) e o menor, na zona quatro (1,8% acima de 65 anos). Já, os maiores percentuais de chefes de família menores de 30 anos estão nas zonas três e quatro (24,0% e 21,3% respectivamente), sendo que os com idades de 15 a 19 anos só aparecem na zona três (2,5%) e na zona quatro não há nenhum registro de chefe de família com idade superior a 74 anos. Na zona um, os grupos etários dos chefes de família apresentam uma homogeneidade de percentuais nas faixas que vão dos 35 aos 64 anos (em média, 11,6%); na zona dois, esta equivalência aparece entre os 40 e 54 anos (em torno de 14,0%); nas zonas três e quatro, entre os 25 e 44 anos (em média 14,5% e 14,8% respectivamente). Já, na zona cinco, os percentuais de grupos etários são mais heterogêneos, havendo um mínimo nas faixas de 45 a 49 anos e de 65 a 69 anos (1,6%).

O fato de um maior percentual de chefes de família mais jovens estar nas zonas três e quatro e de mais velhos, nas zonas um e dois, pode ter relação com a antiguidade ou não da ocupação, uma vez que as residências mais antigas da cidade estão nas zonas um (Centro urbano) e dois (Expansão portuária) e as mais recentes, nas zonas três (Expansão recente) e quatro (Franjas insalubres). Os baixos percentuais na zona quatro de chefes de família com idade superior a 65 anos pode estar relacionado também com as precárias condições de saneamento básico.

TABELA 2 - GRUPO ETÁRIO DO CHEFE DE FAMÍLIA POR ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

TABELA 2 - GRUPO ETÁRIO DO CHEFE DE FAMÍLIA POR ZONA DA CIDADE DE PARANAGUA - 1998												
GRUPO ETÁRIO DO CHEFE	ZONAS DA CIDADE DE PARANAGUA										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
15 A 19 Anos	0	0,0	0	0,0	3	2,5	0	0,0	0	0,0	3	0,5
20 A 24 Anos	2	1,4	8	3,9	5	4,1	8	7,1	2	3,2	25	3,9
25 A 29 Anos	6	4,3	11	5,4	21	17,4	16	14,2	8	12,9	62	9,7
30 A 34 Anos	4	2,9	20	9,8	13	10,7	13	11,5	4	6,5	54	8,5
35 A 39 Anos	15	10,9	19	9,3	15	12,4	21	18,6	13	21,0	83	13,0
40 A 44 Anos	14	10,1	30	14,6	21	17,4	17	15,0	9	14,5	91	14,2
45 A 49 Anos	14	10,1	31	15,1	11	9,1	9	8,0	1	1,6	66	10,3
50 A 54 Anos	18	13,0	25	12,2	10	8,3	8	7,1	11	17,7	72	11,3
55 A 59 Anos	20	14,5	19	9,3	8	6,6	12	10,6	2	3,2	61	9,5
60 A 64 Anos	15	10,9	19	9,3	6	5,0	7	6,2	4	6,5	51	8,0
65 A 69 Anos	6	4,3	12	5,9	3	2,5	1	0,9	1	1,6	23	3,6
70 A 74 Anos	9	6,5	5	2,4	1	0,8	1	0,9	3	4,8	19	3,0
75 A 79 Anos	8	5,8	1	0,5	3	2,5	0	0,0	2	3,2	14	2,2
80 Anos E +	7	5,1	5	2,4	1	0,8	0	0,0	2	3,2	15	2,3
Total	138	100,0	205	100,0	121	100,0	113	100,0	62	100,0	639	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Quanto à origem (ANEXO 34 - TABELA 4), foram amostrados somente três chefes de família menores de vinte anos, os quais são nascidos em Paranaguá (2) e litoral (1); são de Paranaguá também as maiores frequências por grupo etário, cujas idades compreendem de 25 a 29 anos, de 35 a 39 anos e de 40 a 44 anos.

Em relação aos migrantes, as maiores frequências são dos nascidos no litoral paranaense, correspondendo aos grupos etários que vão dos 35 aos 64 anos, variando de 10 a 13 indivíduos em cada faixa etária, com exceção da que vai dos 45 aos 49 anos que apresenta uma frequência de 17 chefes de família. Para os nascidos na Região Metropolitana de Curitiba, as maiores frequências estão nas faixas etárias de 25 a 29 anos e nas acima de 40 anos. Dos chefes de família nascidos em outros municípios do Estado do Paraná, as maiores frequências são de 13 e 11 indivíduos, correspondendo às faixas etárias de 40 a 44 anos e de 50 a 54 anos respectivamente. Os que nasceram em São Paulo e Santa Catarina apresentam maior frequência nas faixas etárias de 35 a 39 anos e de 40 a 44 anos. Por último, estão os chefes de família procedentes de outros Estados e países, onde as maiores frequências correspondem às faixas etárias acima de 40 anos.

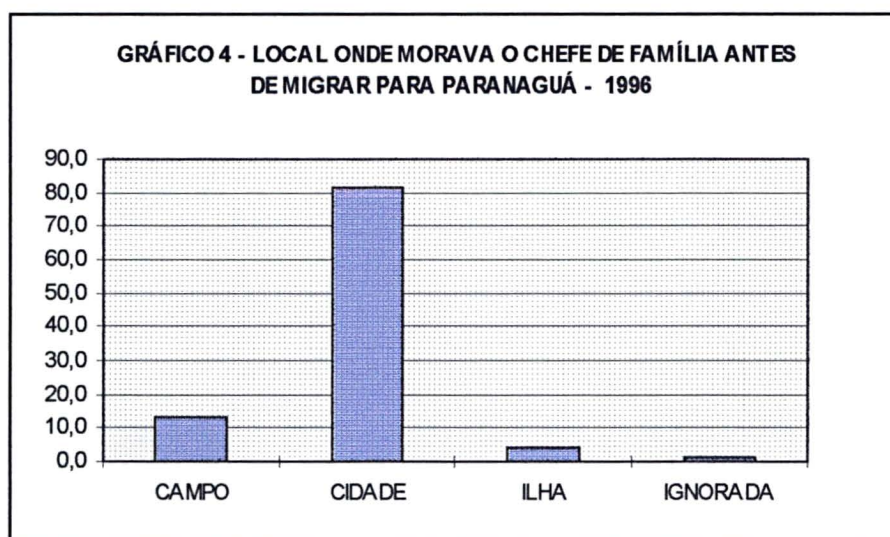
Nota-se que os chefes de família mais jovens são do Litoral e Região Metropolitana de Curitiba. A maioria dos chefes de família do interior do Estado do Paraná e de outros Estados e Países têm idades superiores a 40 anos.

4.3.1.3 Tempo de moradia

Dos 47,6% (304 pessoas) chefes de família amostrados que não são naturais da cidade de Paranaguá, aproximadamente 81,6% (248 pessoas) tiveram como local de última moradia a cidade; cerca de 13,2% (40 pessoas) vieram do campo para Paranaguá; em torno de 3,9% (12 pessoas) são provenientes de ilhas ou localidades da costa litorânea e 1,3% (4 pessoas) são de origem ignorada (GRÁFICO 4). Há que acrescentar ainda os 8 chefes de família parnanguaras que são provenientes de ilhas do município, com o que dará um total de 20 chefes de família provenientes de ilhas ou localidades da costa litorânea.

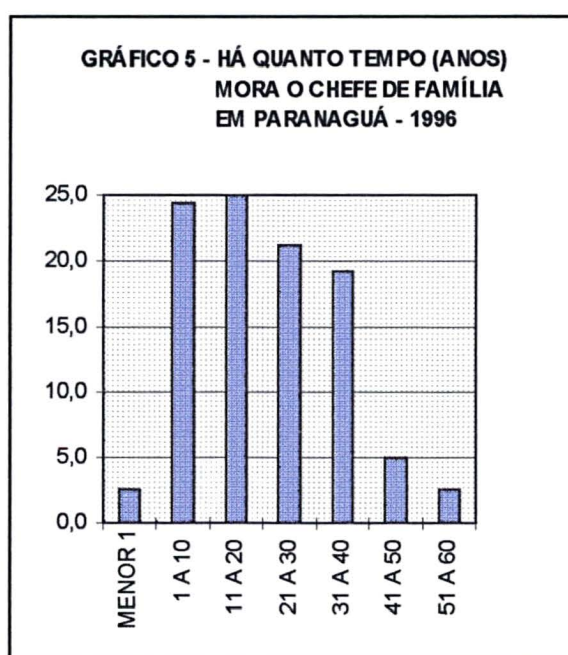
A migração cidade-cidade vem sendo observada desde o final da década de 80 e mais acentuadamente nos anos 90, período em que a emigração rural paranaense cai quase pela metade e o Paraná consolida-se como um Estado urbano, apresentando uma taxa de urbanização de 73,0%.⁶⁷⁵

⁶⁷⁵ IPARDES, março de 1991. p. 1.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Em relação aos chefes de família que chegaram na cidade de Paranaguá até 1996, os dados indicam que 2,6% (8 pessoas) ali residem há menos de 1 ano; 24,4% (76 pessoas) entre 1 e 10 anos; 25,0% (78 pessoas) residem de 11 a 20 anos; 21,2% (66 pessoas) chegaram na cidade entre 21 e 30 anos; 19,2% (60 pessoas) de 31 a 40 anos e apenas 7,7% (24 pessoas) estão em Paranaguá entre 41 e 60 anos (GRÁFICO 5). Neste total de 312 pessoas estão incluídos também os 8 chefes de família paranaguarenses que são provenientes de ilhas do município, além dos 304 nascidos em outros municípios do Estado e do País.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Os percentuais de tempo de moradia do chefe de família em Paranaguá são bem próximos nas faixas que vão de 1 a 10 anos (1986-1995), de 11 a 20 anos (1976-1985), de 21 a 30 anos (1966-1975) e de 31 a 40 anos (1956-1965). Com isso, nota-se que nos últimos 40 anos (1956 a 1996), a cidade de Paranaguá recebeu 92,4% dos chefes de família nascidos em outras localidades. Este período é também o de acentuada industrialização do País, de tecnificação da agricultura (a partir da década de 70) e de mudanças no movimento portuário de Paranaguá.⁶⁷⁶

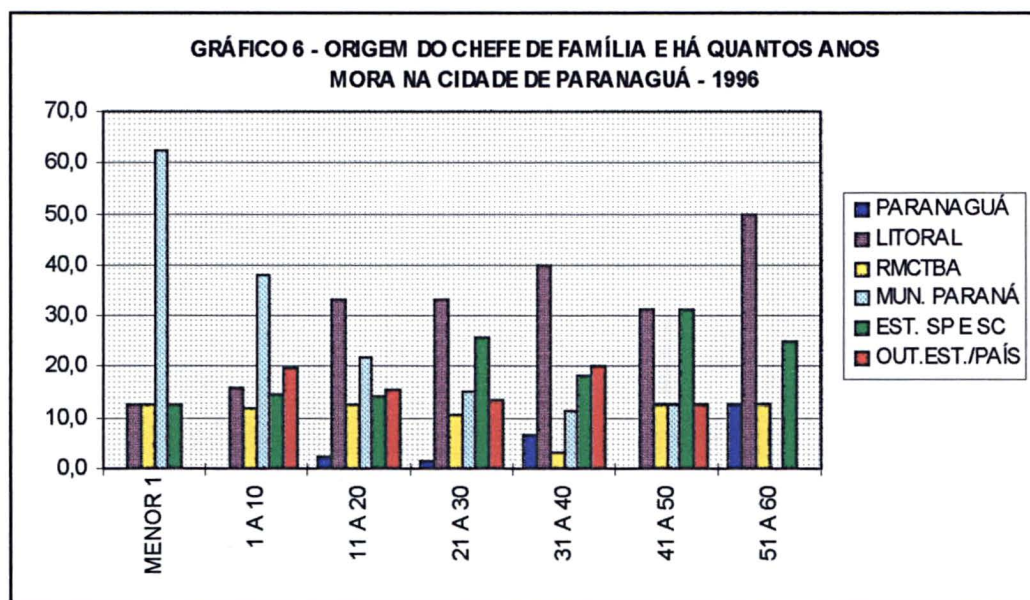
Pelo GRÁFICO 6, pode-se ver que, dentre os chefes de família que residem na cidade de Paranaguá há menos de um ano (1996) e de 1 a 10 anos, 62,5% e 38,2% respectivamente, vieram de outros municípios do Estado do Paraná; nos demais períodos, ou seja, acima de dez anos, os maiores percentuais são de nascidos no litoral paranaense (31,3% a 50,0%). Nota-se uma constância de percentuais (em média, 12,0%) em todos os períodos para os nascidos na Região Metropolitana de Curitiba, exceto no que se refere aos anos de 1956 a 1965 (de 31 a 40 anos) que apresenta somente 3,3% dos chefes de família. Quanto aos provenientes de São Paulo e Santa Catarina, os maiores percentuais estão nos períodos de 41 a 50 anos (31,3%) e de 21 a 30 anos (25,8%). Chefes de família provenientes de outros Estados e países apresentam equivalência de percentuais, em torno de 20,0%, nos períodos de 1 a 10 anos e de 31 a 40 anos e, em média 13,8%, nos períodos de 11 a 30 anos e de 41 a 50 anos.

Quanto aos oito chefes de família que nasceram no Município de Paranaguá, mas não na cidade de Paranaguá, um deles vive na cidade entre 51 e 60 anos; quatro vivem entre 31 e 40 anos; um vive há 21-30 anos e dois, entre 11 e 20 anos; ou seja, sete deles vivem na cidade há mais de dez anos e há menos de 41 anos.

Segundo dados do IPARDES, a migração na década de 70, no Paraná, era de longa distância e adquire novo caráter nos anos 80, uma vez que passa a ocorrer com predominância dentro do Estado, com movimentos inter-regionais, e muitas vezes no interior dos próprios municípios.⁶⁷⁷

⁶⁷⁶ O Ciclo da Madeira (1920-1955) chegava ao fim e tinha início o Ciclo do Café (1960-1970) e, em 1965, o porto de Paranaguá atingiu a exportação de 6 milhões de sacas de café, ano em que Paranaguá se colocou como o maior porto exportador de café do mundo. A partir da década de 70 até os anos 90, dá-se o Ciclo da Diversificação, sendo que a soja é o produto que lidera as exportações, principalmente em farelos. "A partir de 1967, verificaram-se elevadas taxas de crescimento no movimento portuário. Tal fato deveu-se ao Plano de Expansão e Melhoramentos aplicados ao Porto e à execução da nova estrada de rodagem Paranaguá/Curitiba/Foz do Iguaçu (BR-277). Com essa rodovia, obteve-se a eliminação dos problemas de tráfego entre o Planalto Paranaense e o Litoral; além de fomentar o desenvolvimento do Sudoeste do Estado, notadamente na produção de cereais, exportados via Paranaguá." PARANÁ. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. **Porto de Paranaguá**. Curitiba: Governo do Paraná/Secretaria dos Transportes/APPA, 1993. p. 6.

⁶⁷⁷ IPARDES, p. 1, março de 1991.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: O azul mais escuro "Paranaguá" refere-se aos chefes de família (8) que nasceram em Ilhas ou outras localidades do Município de Paranaguá, mas não na cidade de Paranaguá.

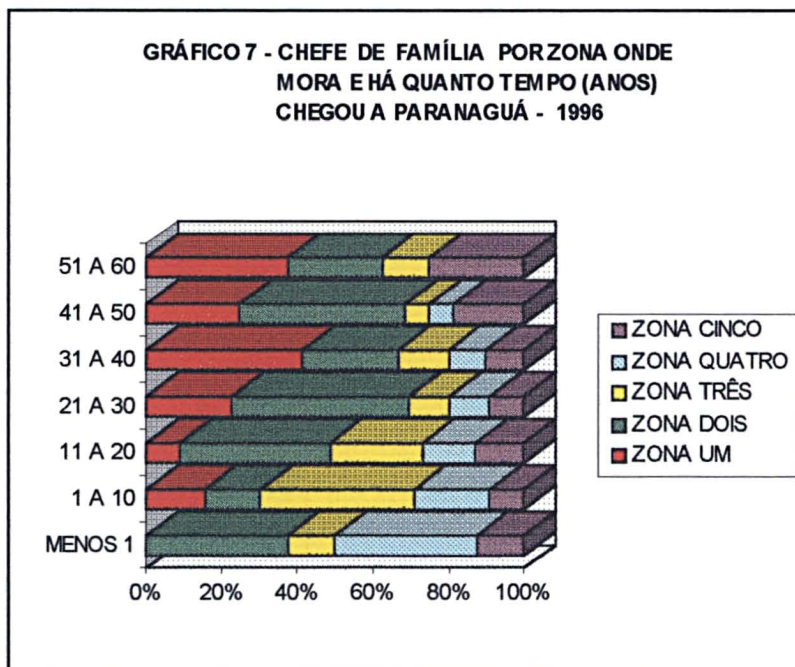
Pela contagem do IBGE feita em 1996, 7,3% da população (9117 pessoas) acima de 4 anos não residiam no Município de Paranaguá em 1991, sendo que destes, 68,4% (6.232 pessoas) eram provenientes do próprio Estado do Paraná; 14,0%, da Região Sudeste (1.278 pessoas); 8,8%, dos outros Estados da Região Sul (805 pessoas); 4,8%, da Região Nordeste (436 pessoas); 1,2%, da Região Norte (105 pessoas) e 2,9%, do Centro-Oeste, exterior ou sem declaração de origem (261 pessoas). Comparando a população do Município em 1991, que era de 107.601 habitantes, com a de 1996 (124.920 habitantes), verifica-se um aumento de 17.319 pessoas, das quais 9117 (52,6%) haviam chegado no Município de Paranaguá há menos de 5 anos, ou seja, após 1991. Estes dados confirmam a migração de curta distancia comentada anteriormente e o fato da cidade de Paranaguá continuar recebendo migrantes, mantendo sua característica de pólo regional.

4.3.1.4 Tempo de moradia dos não parnanguaras e zona da cidade de Paranaguá

Na zona um (Centro urbano) predominam os chefes de família (não parnanguaras) que moram há mais tempo em Paranaguá; nas zonas dois (Expansão portuária) e cinco (Ilha dos Valadares) a distribuição em função do tempo de moradia do chefe de família na cidade é mais homogênea, se comparada entre todos os períodos; nas zonas três (Expansão recente) e quatro (Franjas insalubres), predominam os chefes de família que moram na cidade há vinte anos ou menos.

No GRÁFICO 7, visualiza-se os percentuais dos chefes de família em relação ao tempo de moradia em anos e a zona da cidade de Paranaguá onde morava, em 1996.

Esta distribuição por zona em função do tempo de moradia na cidade mantém relação com o próprio crescimento espacial da cidade⁶⁷⁸, necessidades de expansão do porto, incidência de maior número de invasões em áreas de mangues e as formas de apropriação do uso do solo.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

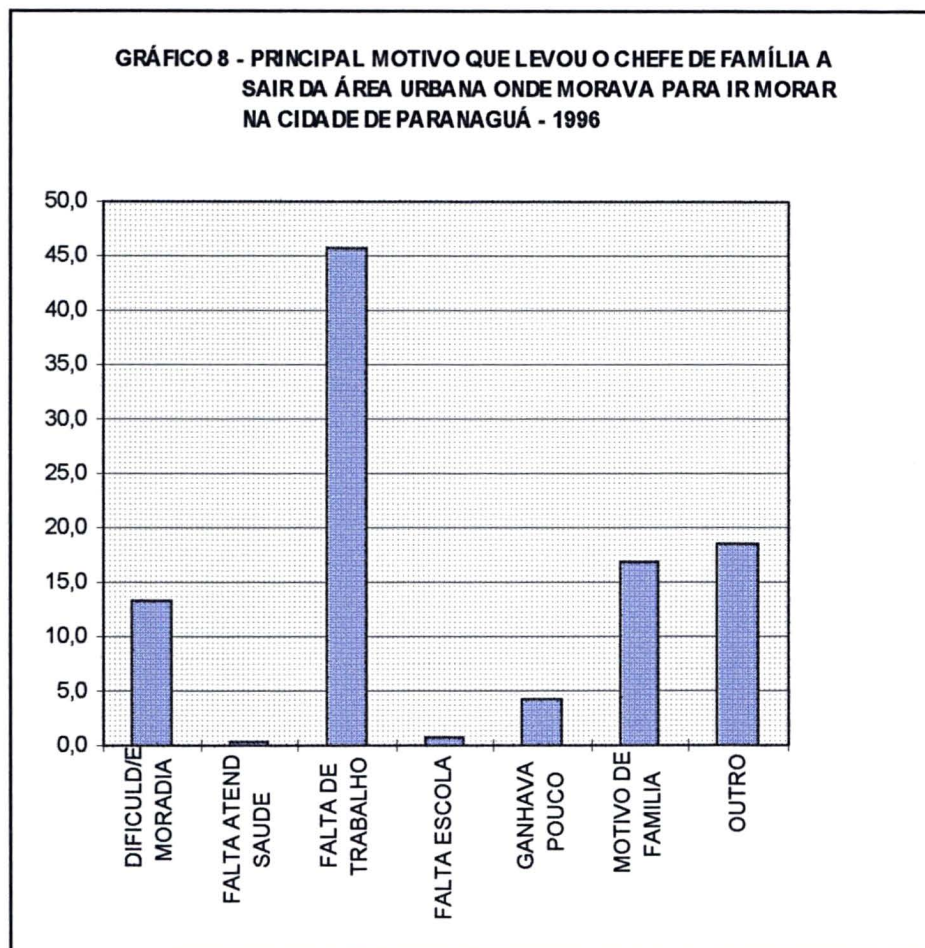
4.3.1.5 Migração

4.3.1.5.1 Motivo de migração de área urbana para a cidade de Paranaguá

Dentre os motivos que levaram o chefe de família que morava em área urbana (cidade) a migrar para a cidade de Paranaguá, o que apresenta maior porcentagem é a falta

⁶⁷⁸ "Crescimento espacial - Assentada primitivamente na Ilha da Cotinga, transferida no século XVII para o continente (barrancas do rio Itiberê), Paranaguá teve sua expansão inicialmente vinculada ao rio Itiberê (antigo atracadouro da cidade) e, depois, à baía, até próximo à foz do rio Emboguaçu, onde atualmente está o cais do porto. Assim, a cidade forma um istmo, em leque, entre os dois rios e a baía, estreitando-se em direção ao continente, no sentido da capital do Estado (...). (...): do Período Colonial até o final do século XIX, a ocupação limitava-se às proximidades da foz do rio Itiberê, atual Centro Histórico; do início até meados do século XX, a ocupação ocorreu no sentido leste-noroeste, sendo que o fator determinante foi a transferência do porto da foz do rio Itiberê para a baía; a partir da década de 60, o crescimento espacial deu-se entre os rios Itiberê e Emboguaçu e iniciou-se o povoamento na Ilha dos Valadares; já, nos anos 80 e 90, Paranaguá foi expandindo-se em direção ao continente, ampliando o seu perímetro urbano até a BR-277 e PR-407 (Estrada das Praias), com novos loteamentos distribuídos ao longo do trinário BR-277/Avenida Bento Munhoz da Rocha/Estrada do Matadouro e a criação do Distrito Industrial do Imbocuí. Nesse processo de expansão, principalmente a partir da década de 90, intensificou-se a ocupação irregular e desordenada das Áreas de Proteção Permanente, ou seja, as margens e afluentes dos rios Itiberê e Emboguaçu e o mangue." COSTA et al. **Diagnóstico socioambiental da cidade de Paranaguá - 1995**. Curitiba: UFPR/PRPPG, 1999. p. 21-22. (Relatórios Técnicos n. 1).

de trabalho (45,7%); vindo em seguida, motivos de família, ou seja, separação, morte e outros (16,9%) e dificuldade de moradia (13,4%); com menos de 5,0% aparecem: ganhava pouco (4,3%), falta de escola (0,8%) e falta de atendimento à saúde (0,4%); vários outros motivos, no total, atingem 18,5% (GRÁFICO 8).

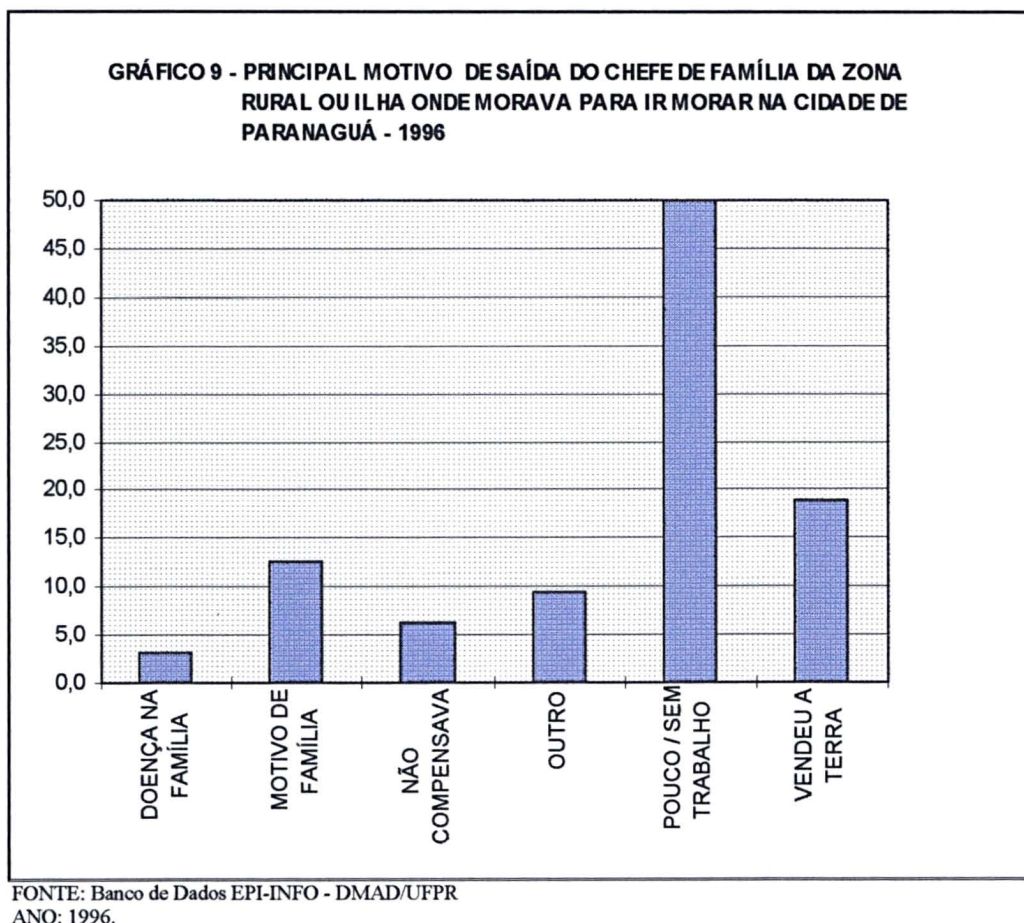


FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Em relação aos que moravam no campo ou ilha, o principal motivo que os levou a sair desses locais para ir morar em Paranaguá foi o fato de ter pouco ou nenhum trabalho (50,0%); em segundo lugar está o motivo de ter vendido a terra (o imóvel onde morava), com 18,8%; seguido de motivo de família, que apresenta um percentual de 12,5% e com menos de 10,0% estão: outros motivos (9,4%), não compensava trabalhar na terra/fazenda/pesca (6,3%) e doença na família (3,1%) - (GRÁFICO 9).

A falta ou busca de trabalho, a família e o local de moradia/venda da terra aparecem como principais motivos de migração do chefe de família para Paranaguá, tanto em relação aos que são provenientes de áreas urbanas, como aos que são provenientes do campo; apenas, com variações de sequência entre o motivo de família e o local de moradia (segundo ou terceiro lugar na prioridade). Há também uma diferença entre dificuldade de moradia

para quem sai da cidade (podendo ser, inclusive, uma segunda migração) e vai morar em Paranaguá, e entre vendeu a terra (primeira migração campo/ilha-cidade) para quem sai de zona rural ou ilha para morar na cidade de Paranaguá. A dificuldade de moradia na cidade muitas vezes é porque já havia perdido sua terra quando morava no campo, migrou para a cidade e, sem trabalho ou sub-empregado, continuou sem terra, sem local de moradia, migra novamente para outra cidade; no caso em estudo, migra para Paranaguá.



4.3.1.5.2 Motivo de saída cidade/cidade e tempo de chegada a Paranaguá

O motivo principal, nos últimos cinquenta anos (1946-1996), que levou o chefe de família a sair da cidade onde morava para se estabelecer em Paranaguá foi a falta de trabalho, que apresenta percentuais acima de 39,0% em quase todos os períodos, exceto de 51 a 60 anos, destacando-se o de 1995-96 que tem um percentual de 66,7%. Entre 1936 e 1945, o maior percentual é de outro motivo, com 42,9%; este aparece em segundo lugar nos períodos que vão de 1956 a 1965 e de 1986 a 1995, com percentuais de 23,3% e 25,0% respectivamente. Já o motivo de família aparece em segundo lugar no período de 1966 a 1975, com 27,1%, e empatado em segundo lugar com:

- a) falta de escola no período de 1995-1996 (16,7%);

- b) dificuldade de moradia entre 1976-1985 e 1946-1955, com 15,0% e 23,1% respectivamente;
- c) falta de trabalho no período de 1936-1945, com 28,6% (TABELA 3).

TABELA 3 - PRINCIPAL MOTIVO QUE LEVOU O CHEFE DE FAMÍLIA A SAIR DA CIDADE ONDE MORAVA, RELACIONADO COM O TEMPO (EM ANOS) DE MORADIA NA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

MOTIVO DE SAÍDA	TEMPO DE MORADIA EM ANOS															TOTAL(*)	
	MENOS 1		1 A 10		11 A 20		21 A 30		31 A 40		41 A 50		51 A 60				
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	
Dificuldade de Moradia	0	0,0	8	12,5	9	15,0	4	8,3	4	9,3	3	23,1	0	0,0	28	11,6	
Falta Atendim. à Saude	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,3	0	0,0	0	0,0	1	0,4	
Falta de Trabalho	4	66,7	31	48,4	31	51,7	19	39,6	19	44,2	6	46,2	2	28,6	112	46,5	
Falta Escola	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,3	0	0,0	0	0,0	2	0,8	
Ganhava Pouco	0	0,0	2	3,1	3	5,0	3	6,3	1	2,3	1	7,7	0	0,0	10	4,1	
Motivo de Familia	1	16,7	7	10,9	9	15,0	13	27,1	7	16,3	3	23,1	2	28,6	42	17,4	
Outro	0	0,0	16	25,0	8	13,3	9	18,8	10	23,3	0	0,0	3	42,9	46	19,1	
Total	6	100,0	64	100,0	60	100,0	48	100,0	43	100,0	13	100,0	7	100,0	241	100,0	

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

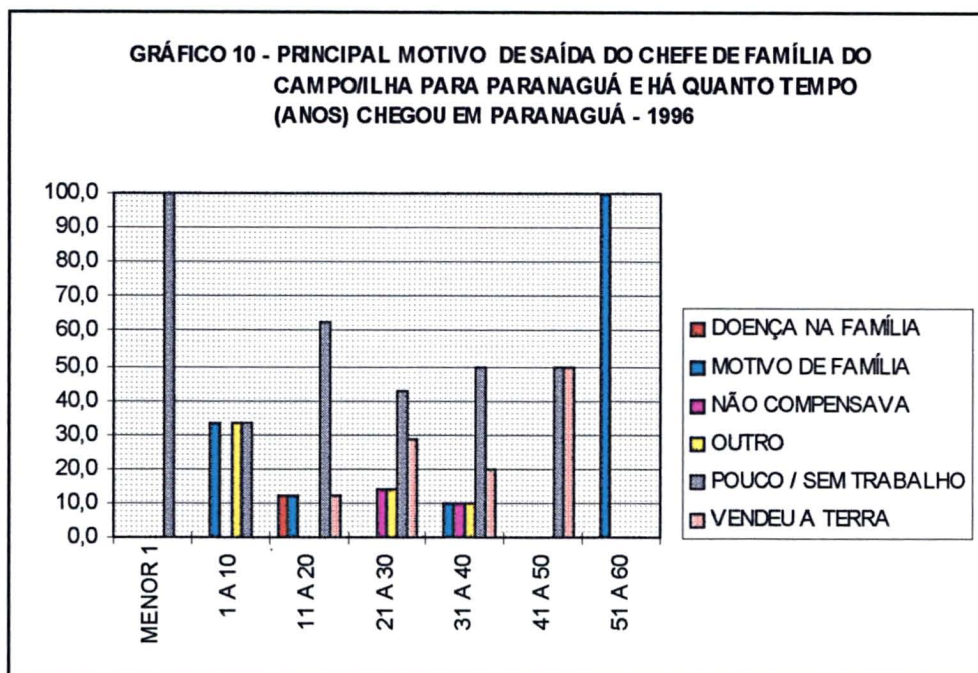
NOTA: Embora sejam 248 chefes de família vindos de áreas urbanas para a cidade de Paranaguá, o Banco de Dados EPI-INFO do DMAD/UFPR registra, em relação a este cruzamento de dados, uma frequência total de 241.

4.3.1.5.3 Motivo de saída do campo/ilha e tempo de chegada a Paranaguá

O motivo principal, nos últimos cinquenta anos (1946-1996), que levou o chefe de família a sair do campo/ilha onde morava para estabelecer-se em Paranaguá foi o de ter pouco ou nenhum trabalho, apresentando os seguintes percentuais:

- a) de 100,0% no período de 1995-1996;
- b) de 62,5% entre os anos de 1976 e 1985;
- c) de 50,0%, nos anos que vão de 1956 a 1965;
- d) de 42,9%, no período de 1966 a 1975.

Há uma equivalência de percentuais (50,0%) entre pouco ou nenhum trabalho com o motivo vendeu a terra, pois não estava compensando, no período que vai de 1946 a 1955; e com o motivo de família e outro (33,3%), nos anos de 1986 a 1995 (GRÁFICO 10).



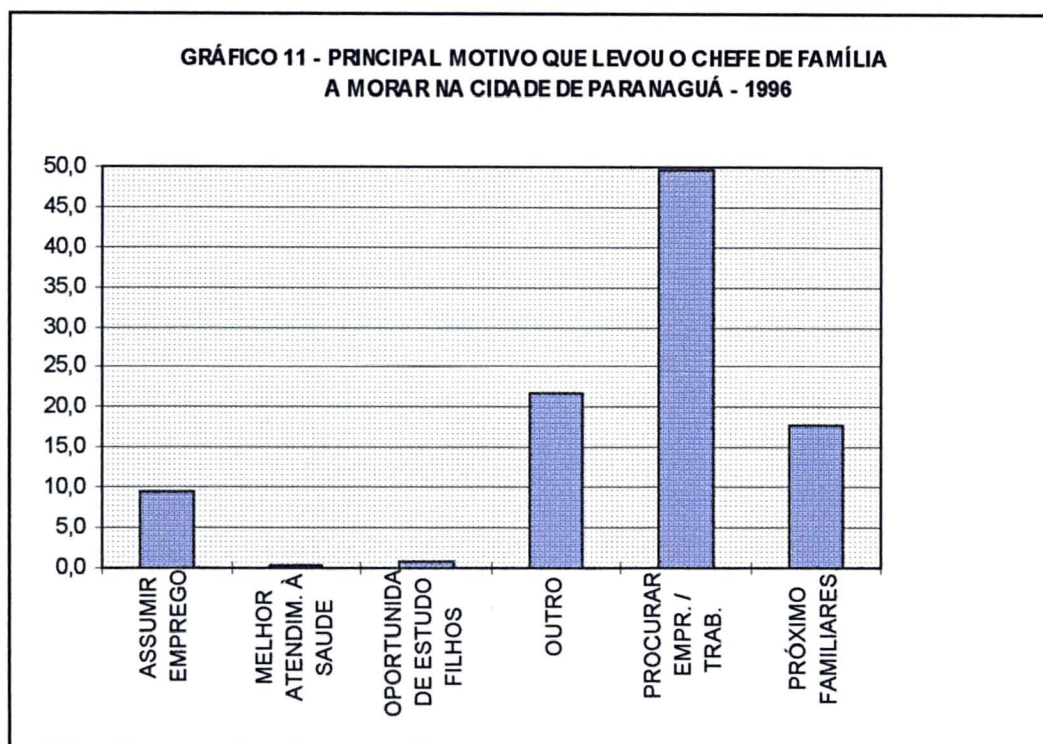
FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Principalmente nos últimos anos, a falta ou necessidade de trabalho e os motivos de família (melhor escola para os filhos, melhores oportunidades, proximidade dos parentes, etc.) são as principais causas de migração para Paranaguá, tanto para quem sai de uma cidade para outra, como para quem migra do campo ou ilha para a cidade.

Estes motivos de migração devem ser considerados em um planejamento estadual, regional ou mesmo nacional de desenvolvimento e, na maioria das vezes, suas causas estão fora da gerência municipal.

4.3.1.5.4 Motivo que levou a morar em Paranaguá

O motivo principal que levou o chefe de família a morar em Paranaguá foi o de procurar emprego ou trabalho, com 49,7%; vindo em seguida, outro motivo, com 21,9%; estar mais próximo de familiares apresenta percentual de 17,8% e com 9,6% aparece o motivo assumir emprego; com percentuais menores de 1,0% estão os motivos oportunidade de estudo para os filhos (0,7%) e melhores condições de atendimento à saúde (0,3%) (GRÁFICO 11).

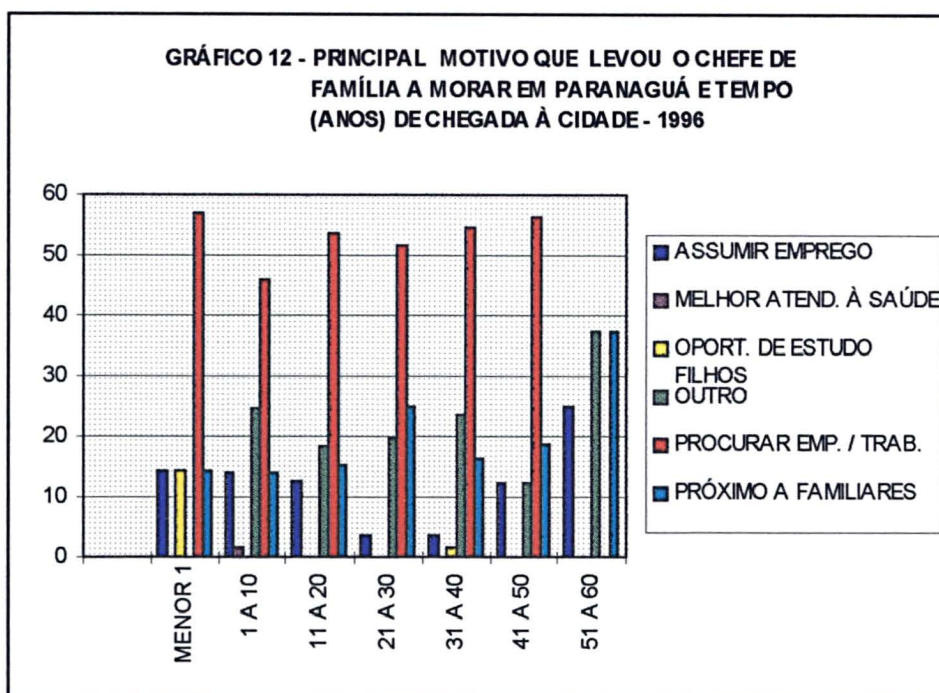


FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.1.5.5 Motivo que levou a morar e tempo de chegada a Paranaguá

O motivo principal, nos últimos cinquenta anos (1946-1996), que levou o chefe de família a morar na cidade de Paranaguá foi o de procurar emprego ou trabalho apresentando percentuais entre 46,2% e 57,1%, destacando-se os períodos de 1995-1996 (a menos de um ano) e de 1946-1955 (de 41 a 50 anos) que possuem percentuais de 57,1% e 56,3% respectivamente. De 1936 a 1945 (de 51 a 60 anos), há uma equivalência entre outro motivo e estar mais próximo de familiares, com 37,5%; aparecendo em segundo lugar assumir emprego, com 25,0%. Nos períodos que vão de 1956 a 1965, de 1976 a 1985 e de 1986 a 1995, aparece em segundo lugar o motivo outro, com percentuais de 23,6%, 18,3% e 24,6% respectivamente. Já o motivo estar mais próximo de familiares aparece em segundo lugar nos períodos de 1946 a 1955 (com 18,8%) e de 1966 a 1975 (com 25,0%), e, no período que vai de 1995-1996, apresenta uma equivalência com assumir emprego e oportunidades de estudo para os filhos, com 14,3% (GRÁFICO 12).

A existência do porto, os vários ciclos do movimento portuário e a posição de pólo regional, somada às crises econômicas do País, fizeram com que Paranaguá, em todos os períodos dos últimos 50 anos, atraísse muitos chefes de família, principalmente para procurar emprego. Outros motivos como assumir emprego, estar próximo de familiares e buscar oportunidades de estudo para os filhos (mais no último ano: 1995-1996) também motivaram sua migração a Paranaguá.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

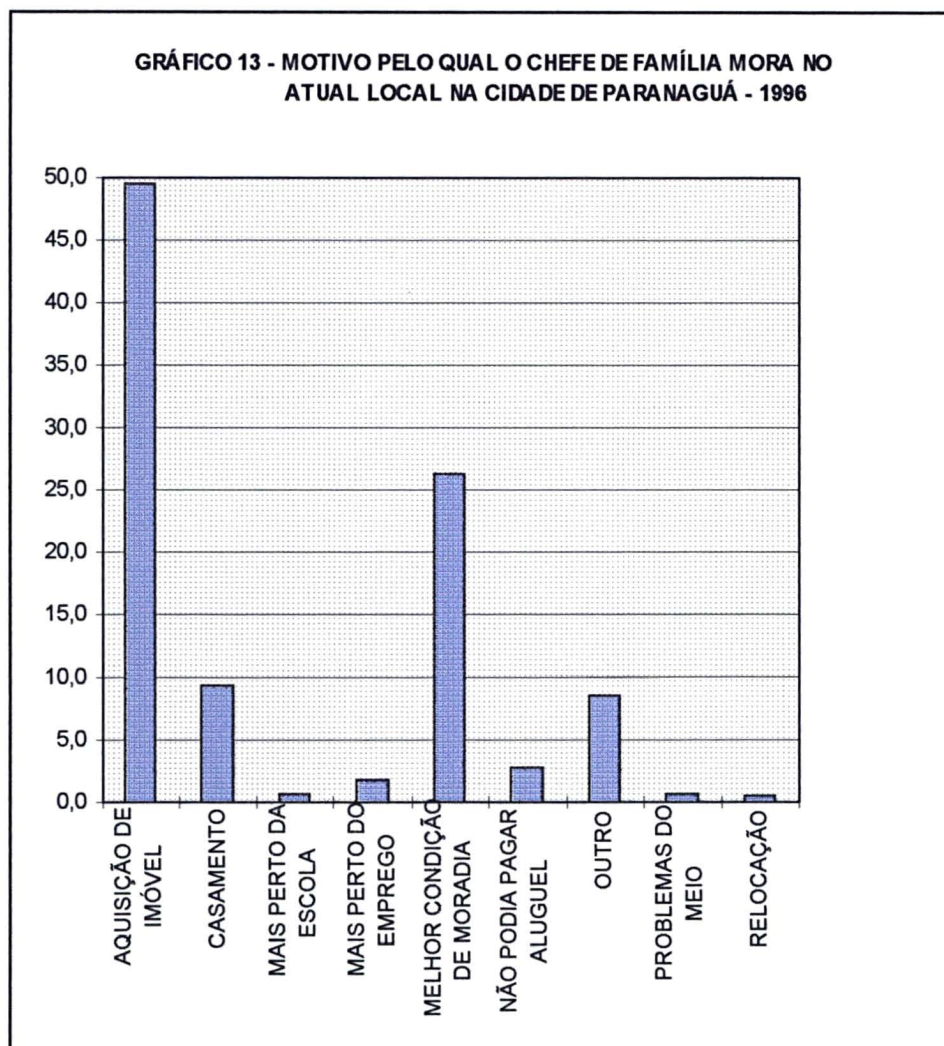
4.3.1.6 Mobilidade na cidade

4.3.1.6.1 Motivo de moradia no atual local da cidade de Paranaguá

O principal motivo que levou o chefe de família a morar no atual local da cidade de Paranaguá, em 1996, é a aquisição de imóvel, com 49,5%; vindo em seguida, melhores condições de moradia, com 26,3%; os outros motivos apresentam percentuais abaixo de 10,0%, sendo que os motivos de casamento e outros têm percentuais de 9,4% e 8,6% respectivamente (GRÁFICO 13).

A aquisição do imóvel, independente da forma como ela se dá, e a busca por melhores condições de moradia estão fortemente inter-relacionadas. A habitação e o trabalho são necessidades básicas, um dos doze componentes utilizados para indicar o nível de vida⁶⁷⁹ e variáveis fundamentais a serem consideradas em qualquer planejamento sustentável ou viável de desenvolvimento.

⁶⁷⁹ “Dada a impossibilidade prática do uso de apenas um indicador global, foram sugeridos os seguintes componentes de nível de vida: **Saúde**, incluindo condições demográficas; Alimentos e nutrição; Educação, incluindo alfabetismo e ensino técnico; **Condições de trabalho**; **Mercado de trabalho** (negrito feito pela doutoranda); Consumo e economias gerais; Transporte; **Habitação, com inclusão de saneamento e instalações domésticas** (negrito feito pela doutoranda); Vestuário; Recreação; Segurança Social; Liberdade humana.” In: ROUQUAYROL, Maria Zélia. **Epidemiologia & Saúde**. 3. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1988. p. 49.



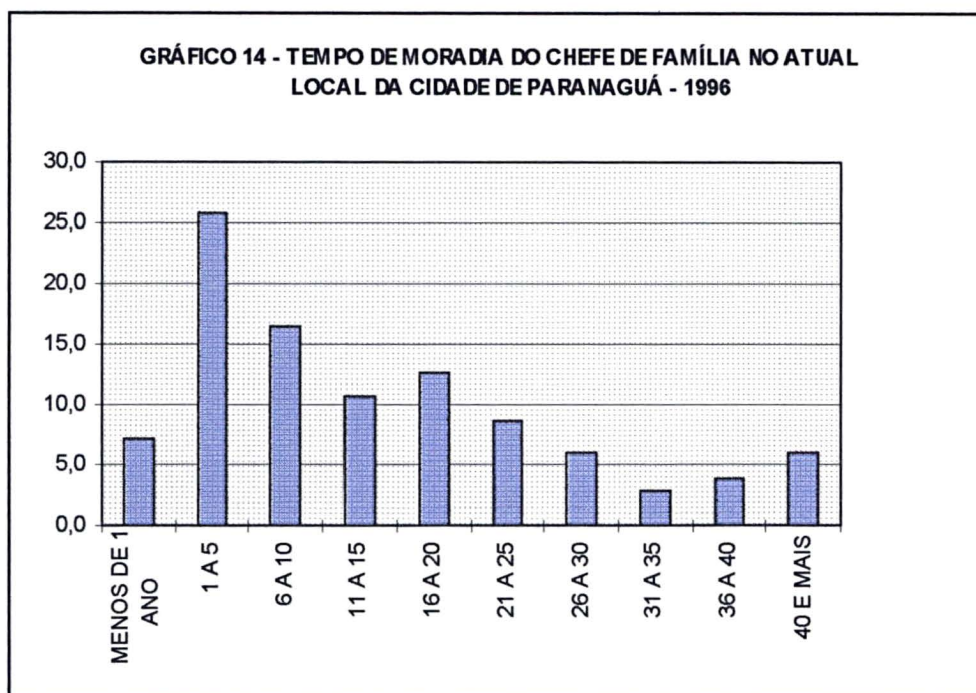
FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.1.6.2 Tempo de moradia no atual local da cidade de Paranaguá

Com base no ano de 1996, cerca de 49,2% (315 pessoas) dos chefes de família amostrados moravam no atual local da cidade de Paranaguá há dez anos ou menos; 37,8% (241 pessoas) moravam no atual local entre 11 e 30 anos e 13,0% (83 pessoas) dos chefes de família, há mais de 30 anos.

O maior percentual de tempo de moradia no atual local da cidade de Paranaguá é de 25,8% (165 pessoas) e corresponde ao tempo de 1 a 5 anos (1990-1995); vindo em seguida, 16,4% (105 pessoas), entre 6 e 10 anos; 12,5% (80 pessoas), entre 16 a 20 anos e 10,7% (68 pessoas), entre 11 a 15 anos. Com menos de um ano morando no atual local da cidade (1995-1996) estavam 7,0% (45 pessoas) dos chefes de família e o menor percentual é de 2,8% (18 pessoas) dos chefes morando, entre 31 a 35 anos, no atual local da cidade de Paranaguá, ou seja, a menor mobilidade residencial ocorreu entre os anos de 1961 a 1965 - período de grave crise política no País e início do Regime Militar. Morando há 40 anos ou

mais no atual local estavam, em 1996, somente 6,3% (40 pessoas) dos chefes de família amostrados (GRÁFICO 14).



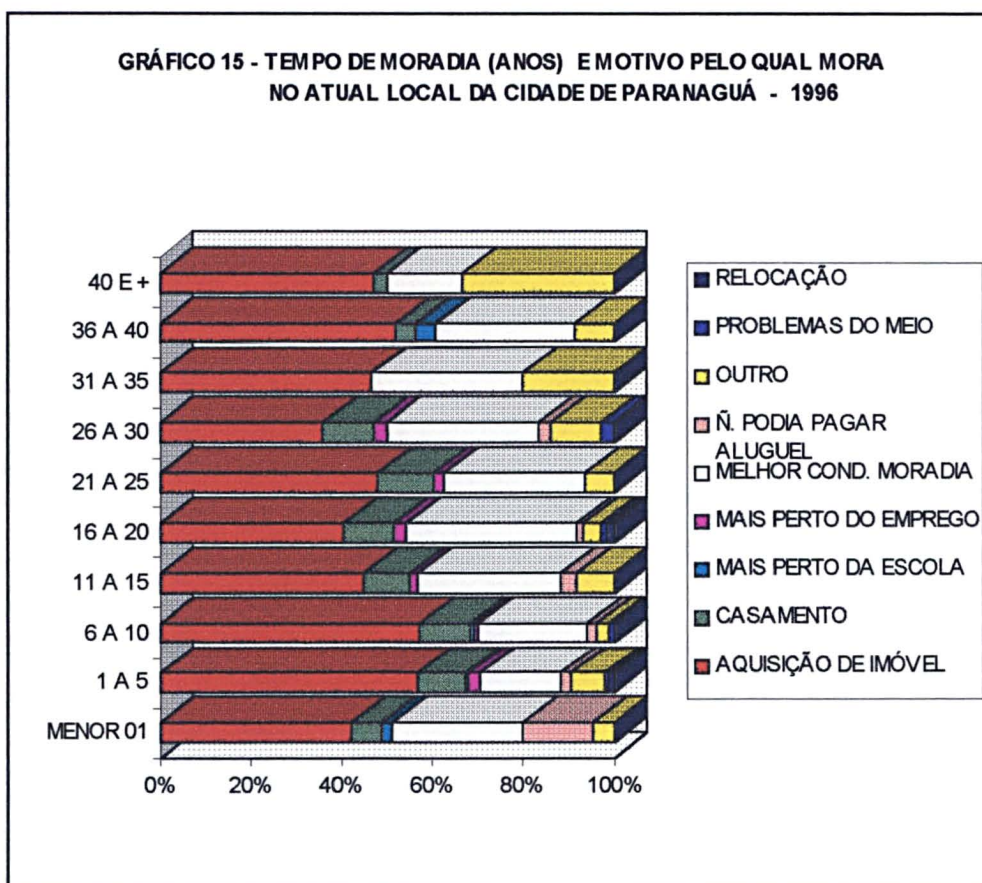
FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Por estes dados, pode-se perceber a grande mobilidade que há na cidade de Paranaguá, pois metade dos chefes de família amostrados moram no atual local há 10 anos ou menos e se for ampliada para 30 anos ou menos, alcança 87,0% deles. Estes dados também indicam o processo de expansão recente da cidade.

4.3.1.6.3 Motivo e tempo de moradia no atual local da cidade de Paranaguá

Em todos os períodos, o principal motivo pelo qual o chefe de família morava no atual local da cidade de Paranaguá é o de aquisição de imóvel, com percentuais variando entre 36,1% e 57,4%. Como segundo motivo está melhor condição de moradia que apresenta percentuais de 17,9% a 37,5%, exceto no período há mais de quarenta anos (anterior a 1956), cujo segundo maior motivo é outro com percentual de 33,3%. Com tempo de moradia há menos de um ano (1995-1996) aparece como terceiro motivo não podia pagar o aluguel, representando 15,6% dos chefes de família desse período (GRÁFICO 15).

Novamente, aparece aqui a questão habitacional como os dois principais motivos pelos quais os chefes de família estão morando no atual local e também como principal motivo de mobilidade na cidade. Pelo menos 15,6%, vivem em áreas invadidas, pois não podiam pagar o aluguel.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.1.6.4 Motivo de moradia no atual local e zona da cidade de Paranaguá

O principal motivo pelo qual o chefe de família morava, em 1996, nas zonas dois, três, quatro e cinco da cidade de Paranaguá é o de aquisição de imóvel, cujos percentuais são, respectivamente, de 39,6%, 64,3%, 56,0% e 77,4%. Na zona um (Centro urbano), o principal motivo é melhor condição de moradia, com 34,6%, havendo, no entanto, uma aproximação de percentuais com o motivo aquisição de imóvel (32,3%). Melhor condição de moradia aparece como segundo motivo nas zonas dois, três e quatro, sendo que na zona dois, o percentual deste (32,1%) se aproxima muito do primeiro motivo. Na zona cinco, o segundo motivo é casamento, com 11,3%. Em terceiro lugar, com percentuais acima de 10,0%, aparecem: casamento na zona dois (13,4%) e outro na zona um (15,4%).

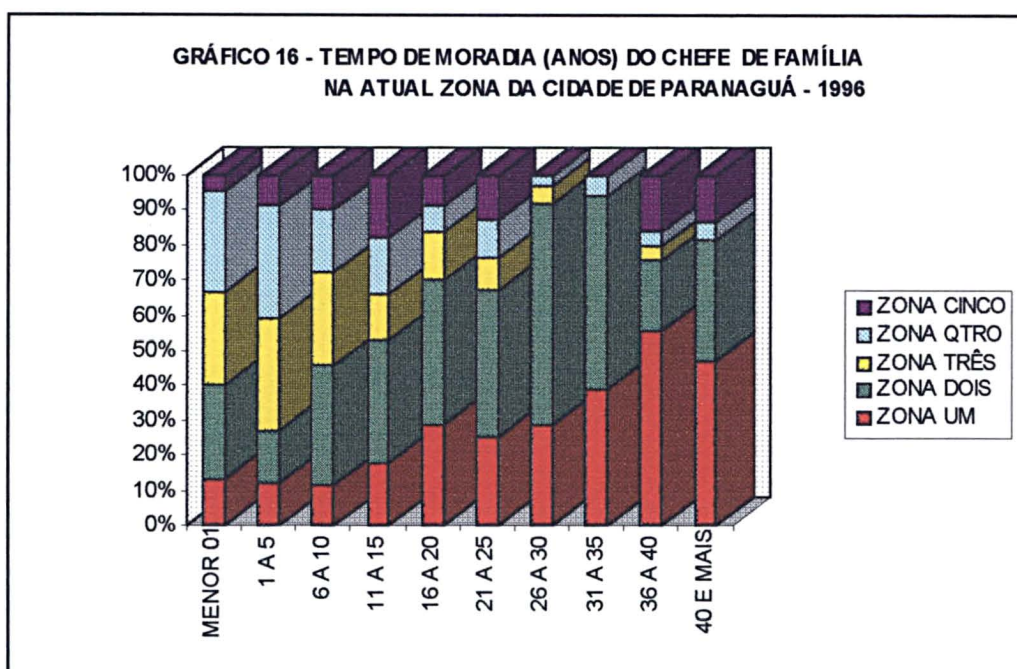
Nas zonas, observa-se o mesmo processo de mobilidade existente, em geral, na cidade. Destaca-se, no entanto, o principal motivo de morar na zona um: melhor condição de moradia, pois é a parte mais urbanizada e mais antiga da cidade, e a zona cinco, em que pelo menos 11,3% dos chefes de família amostrados justificaram estar morando naquele local por motivo de casamento.

4.3.1.6.5 Motivo de moradia no atual local e bairro da cidade de Paranaguá

A aquisição de imóvel e melhores condições de moradia aparecem como os principais motivos pelos quais, praticamente, todas as famílias amostradas estavam morando no respectivo bairro, em 1996. No entanto, vale comentar que o motivo casamento tem percentuais mais altos nos bairros: Vila Portuária, Oceania, São Vicente, Padre Jackson e Aeroporto. Estar mais perto da escola foi motivo pelo qual 50,0% dos chefes de família do bairro Correia Velho optaram por morar naquele local. Na Vila Guadalupe, 75,0% dos chefes de família moravam ali por outro motivo, assim como, 33,3% Vila Alboitt e 26,9% da Costeira. A relocação é o motivo para 33,3% dos chefes de família morarem na Asa Branca e para 16,7% morarem na Serraria do Rocha. Problemas de meio ambiente existentes nos locais de última moradia levaram chefes de família a mudar-se para os bairros: Jardim Araçá (20,0%), São Vicente (20,0%), Vila Nova Primavera (14,3%) e Palmital (6,7%). Em relação à Ilha dos Valadares, além de aquisição de imóvel e melhores condições de moradia, também aparecem os motivos: casamento e outro, como determinantes para levar os chefes de família a morar naquele local.

4.3.1.6.6 Tempo de moradia no atual local e zona da cidade de Paranaguá

A zona um apresenta os maiores percentuais de tempo de moradia (56,0% e 47,5%) há mais de 36 anos, ou seja, antes de 1960. Na zona dois os maiores percentuais estão nos períodos entre os anos de 1961 e 1990, sendo que, de 1961-1965 e 1966-1970, os percentuais são de 55,6% e 63,2%. Entre 1991 e 1995, os maiores percentuais de tempo de moradia estão nas zonas três e quatro, havendo uma equivalência de percentuais (32,1%); e entre 1995-1996, o maior percentual de tempo de moradia está na zona quatro (28,9%), havendo uma equivalência de percentuais entre as zonas dois e três (26,7%). Nota-se que os percentuais de tempo de moradia entre os anos de 1966 e 1995, vão aumentando progressivamente na zona três e diminuindo na zona dois, havendo uma equivalência de percentuais entre as duas zonas (26,7%) no período de 1995-1996. É a partir de 1966 (últimos trinta anos) que se dão as maiores mobilidades para a zona três (Expansão recente). Na zona quatro (Franjas insalubres), os maiores percentuais de tempo de moradia ocorrem nos seguintes períodos: 1971-1975 (10,9%), 1981-1985 (16,2%), 1986-1990 (18,1%), 1991-1995 (32,1%) e 1995-1996 (28,9%). Na zona cinco, não há registro de tempo de moradia entre os anos de 1961 a 1970 e os maiores percentuais de tempo de moradia estão nos seguintes períodos: 1956-1960 (16,0%) e 1981-1985 (17,6%) - (GRÁFICO 16 e ANEXO 35 - TABELA 5).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Os tempos de moradia em cada zona têm relação com o crescimento espacial da cidade, o zoneamento proposto, os ciclos do porto e a conjuntura nacional. Chama a atenção, no entanto, os períodos na zona quatro em que a mobilidade foi maior, ou seja:

- a) de 1971-1975 (10,9%) - época de regime militar, o município foi administrado por um Interventor e vários terrenos foram doados em áreas de mangue, como por exemplo na Vila Guarani;
- b) 1986-1990 (18,1%) - aprofundam-se as invasões de manguezais;
- c) 1991-1995 (32,1%) - aprofunda-se a crise econômica no País, a administração municipal de Paranaguá passa por mudanças significativas e é o período em que as invasões ocorrem com bastante frequência;
- d) 1995-1996 (28,9%) - proporcionalmente, é o período em que mais invasões ocorrem nas áreas de manguezais.

4.3.1.6.7 Tempo de moradia no atual local e bairro da cidade de Paranaguá

Alguns bairros apresentam uma distribuição de percentuais de chefes de família mais ou menos homogênea ao longo dos anos, ou seja, em todos os períodos houve registro de fixação de moradia no bairro, podendo ser citados os seguintes: Bockmann, Costeira, Eldorado, Estradinha, Jardim Guaraituba (nos últimos 30 anos), Palmital, Porto dos Padres, Raia, Serraria do Rocha, Vila Guarani, Vila Paranaguá e na Ilha dos Valadares: Vila Sete de Setembro, Bairro Itiberê e Vila Bela (nos últimos 25 anos).

No bairro do Rocio, por exemplo, 66,7% dos chefes de família residem ali há mais de 40 anos, o que é explicado pela própria história da cidade e por ser um bairro histórico-turístico-religioso-tradicional. Os outros 33,3% foram registrados no período de 1995-96, ou seja, moradias recentes.

Campo Grande apresenta 50,0% dos chefes de família no período de 1961 a 1965 (de 31 a 35 anos) e os outros 50,0% entre 1991 a 1995 (recente). O mesmo se verifica com o bairro Correia Velho, porém entre os anos de 1966 e 1970 (50,0%) e de 1981 a 1985 (50,0%).

A Vila Rute apresenta registro somente nos períodos de 16 a 20 anos e de 21 a 25 anos, ou seja, de 1971 a 1980.

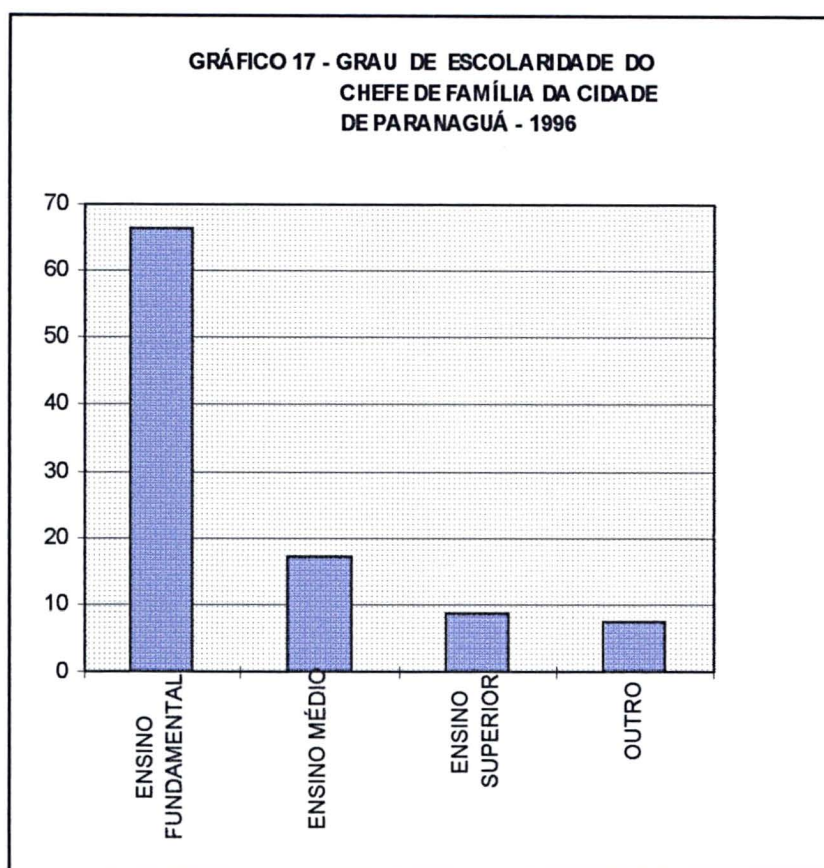
A Vila São Carlos, ocupação recente, e Asa Branca apresentam 100,0% dos chefes de família morando ali entre 1 e 5 anos.

Com os maiores percentuais de chefes de família morando no bairro há menos de 15 anos estão: 29 de Julho (100,0% entre 11 e 15 anos), Aeroporto/Aviação, Alto São Sebastião, Vila Industrial (100,0% entre 1986 e 1990), Jardim Araçá, Jardim Nova Iguaçu (100,0% há menos de cinco anos), Parque de Triagem (100,0% há menos de 1 ano), Cunha-Porã, Vila do Povo (100,0% nos últimos dez anos) e Vila dos Comerciários.

Os mesmos comentários feitos anteriormente em relação às zonas valem para este item, pois os percentuais de tempo de moradia no bairro ou o ano desde o qual mais chefes de família estão morando naquele local mantém relação com as conjunturas municipais e nacionais, as necessidades de expansão portuária e o crescimento espacial da cidade.

4.3.1.7 Grau de Escolaridade

Quanto à escolaridade do chefe de família da cidade de Paranaguá, em 1996, predominava o Ensino Fundamental, com 66,5% (425 pessoas); vindo em seguida o Ensino Médio, com 17,2% (110 pessoas) e o Ensino Superior, com 8,9% (57 pessoas). Outra escolaridade (alfabetização de adultos ou analfabeto, por exemplo) apresenta um percentual de 7,4%, ou seja, 47 chefes de família (GRÁFICO 17).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Pelo Perfil do Desenvolvimento Humano, em 1991, Paranaguá apresentou 32,2% da população com menos de 4 anos de estudo (sem ter o antigo curso primário completo); 67,7% da população, com menos de 8 anos de estudo (Ensino Fundamental incompleto) e 8,4%, com mais de 11 anos de estudo (pelo menos um ano completo de curso de Ensino Superior). No período de 1970 a 1991, diminuíram, em Paranaguá, os percentuais de menos de 4 anos de estudo e de menos de 8 anos de estudo e cresceram em até 432,3% os percentuais de mais de 11 anos de estudo, passando de 1,6% em 1970 para 8,4% em 1991. A taxa de analfabetismo caiu 47,0%, nesse período, passando de 16,5 em 1970 para 8,8 em 1991. A taxa de analfabetismo no Brasil, em 1991, era de 19,4.⁶⁸⁰

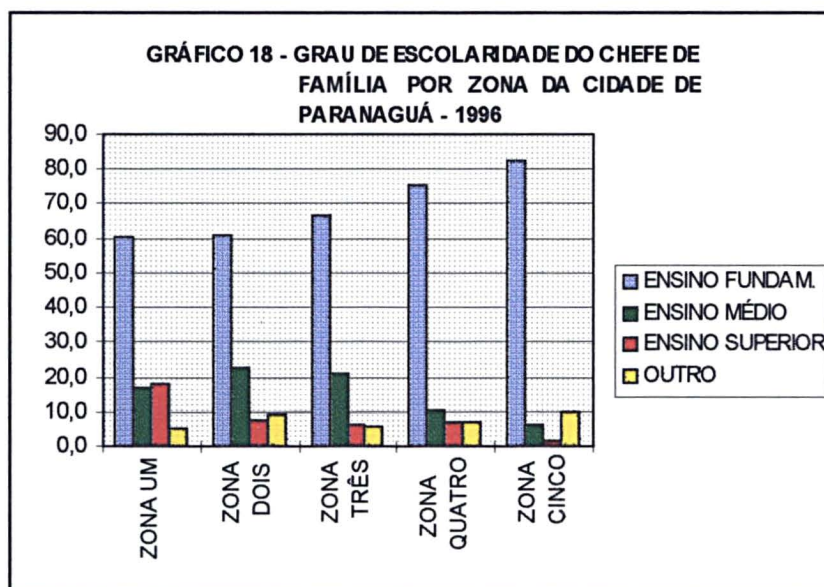
4.3.1.7.1 Grau de escolaridade e zona da cidade de Paranaguá

Em relação às zonas, nota-se que a escolaridade de Ensino Fundamental apresenta percentuais crescentes da zona um à cinco, os quais variam de 60,1% a 82,3%. O Ensino Médio, predomina nas zonas dois (22,4%) e três (20,7%); na zona um o percentual de escolaridade média é de 16,7%. O Ensino Superior tem o maior percentual na zona um,

⁶⁸⁰ PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998. (Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil - BRA/97/007) - CD room - Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. p. 4.

com 18,1%. Os percentuais de Outro tipo de escolaridade variam de 5,1% a 9,7%, entre todas as zonas (GRÁFICO 18 e ANEXO 36 - TABELA 6).

A escolaridade mantém relação com o zoneamento proposto, pois na zona um, onde as condições de vida são melhores, a escolaridade do chefe de família também é maior.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.1.7.2 Grau de escolaridade e bairro da cidade de Paranaguá

A escolaridade de Ensino Fundamental (I Grau) do chefe de família predomina na maioria dos bairros, sendo que alguns só apresentam este grau de escolaridade ou outro, tais como: 29 de Julho, Vila Alboitt, Correia Velho, Vila Industrial, Parque de Triagem, Rocio, Cunha-Porã, Sete de Setembro (Ilha dos Valadares), Vila Nova Primavera e Vila São Carlos.

O Ensino Médio (II Grau) apresenta maiores percentuais no Aeroporto/Aviação, Alto São Sebastião, Eldorado, Tuiuti, Jardim Guaraituba, Raia, Vila do Povo e Oceania, sendo que este último é o que apresenta maior homogeneidade de percentual entre os vários graus de escolaridade, ou seja, 33,3% em cada um.

O Ensino Superior predomina em Campo Grande, Tuiuti, Vila Guadalupe, São Vicente, Centro Histórico, Palmital, Costeira, Leblon, Raia e Jardim Araçá, além de Oceania; nos demais bairros, os percentuais variam de 16,7% a 0,0%.

Todos esses bairros onde predomina o Ensino Superior encontram-se nas zonas um (Centro urbano) ou dois (Expansão portuária), correspondendo, portanto, ao zoneamento proposto.

4.3.1.8 Ocupação/Trabalho

4.3.1.8.1 Situação em relação ao trabalho na cidade de Paranaguá

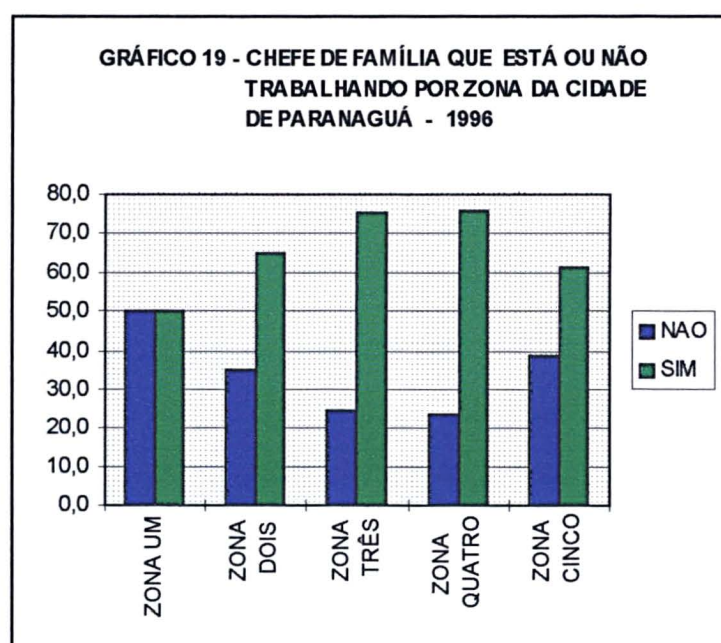
Dos 639 chefes de famílias registrados no banco de dados da pesquisa, 65,3% estavam trabalhando (encontravam-se empregados) em 1996 e 34,7% responderam que não estavam trabalhando. Dos 417 chefes que responderam que estavam trabalhando, 365 são do sexo masculino (87,5%) e 52 são do sexo feminino (12,5%) - (TABELA 4).

TABELA 4 - CHEFE DE FAMÍLIA QUE ESTÁ OU NÃO TRABALHANDO
NA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

ESTÁ TRABALHANDO	%	TOTAL
Não	34,7	222
Sim	65,3	417
Total	100,0	639

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Quanto à situação do chefe de família em relação às zonas da cidade de Paranaguá, observa-se, pelo GRÁFICO 19, que há uma equivalência de percentuais entre os que estão trabalhando nas zonas 3 e 4 (75,2% e 76,1%, respectivamente) e entre as zonas 2 e 5 (64,9% e 61,3%, respectivamente). Na zona 1, os percentuais dos que estão trabalhando ou não é de 50,0 %. Os menores percentuais de chefes de família que não estão trabalhando encontram-se nas zonas 3 (24,8%) e 4 (23,9%).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.1.8.2 Motivo pelo qual não trabalha na cidade de Paranaguá

Dos 34,7% chefes de família amostrados na cidade de Paranaguá que, em 1996, não estavam trabalhando, 59,9% eram aposentados (20,8% do total de chefes de família); 20,3%, pensionistas (7,0% do total); 14,9% (5,2% do total) encontravam-se desempregados e 4,9% (1,7% do total de chefes de família) não estavam trabalhando por motivo familiar ou de saúde ou outro motivo (nunca trabalhou, por exemplo). Se considerados em conjunto aposentados e pensionistas, 80,2% dos que não trabalhavam tinham alguma fonte de renda (27,8% do total de chefes de família amostrados). Portanto, a porcentagem de chefes de família desempregados ou sem trabalho, em relação ao total de chefes amostrados, é de 6,9%, ou seja, aproximadamente 7,0% (TABELA 5).

Dentre os que não estavam trabalhando, 62,3% eram do sexo masculino (138 pessoas) e 37,7% do sexo feminino (84 pessoas). Dentre os 59,9% que não estavam trabalhando por estarem aposentados, 80,4% eram homens e 19,6% mulheres, e 100,0% de pensionistas eram mulheres (45 pessoas ou 20,3% dos que não trabalhavam). Quanto aos 33 desempregados (14,9% do total), 87,9% eram homens (29 pessoas) e 12,1% (4 pessoas) eram mulheres. Os chefes de família que não trabalhavam, em 1996, em Paranaguá, por motivo de saúde ou familiar eram todos mulheres; dois homens que não trabalhavam por outro motivo era porque um cumpria pena no presídio e o outro tinha mais de 80 anos.⁶⁸¹

TABELA 5 - CHEFES DE FAMÍLIA QUE NÃO TRABALHAM, MOTIVO E SEXO - CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

MOTIVO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
Aposentado	107	48,2	26	11,7	133	59,9
Pensionista	0	0,0	45	20,3	45	20,3
Desempregado	29	13,1	4	1,8	33	14,9
Fam./Saúde/ Outro	2	0,9	9	4,1	11	4,9
Total	138	62,2	84	37,9	222	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

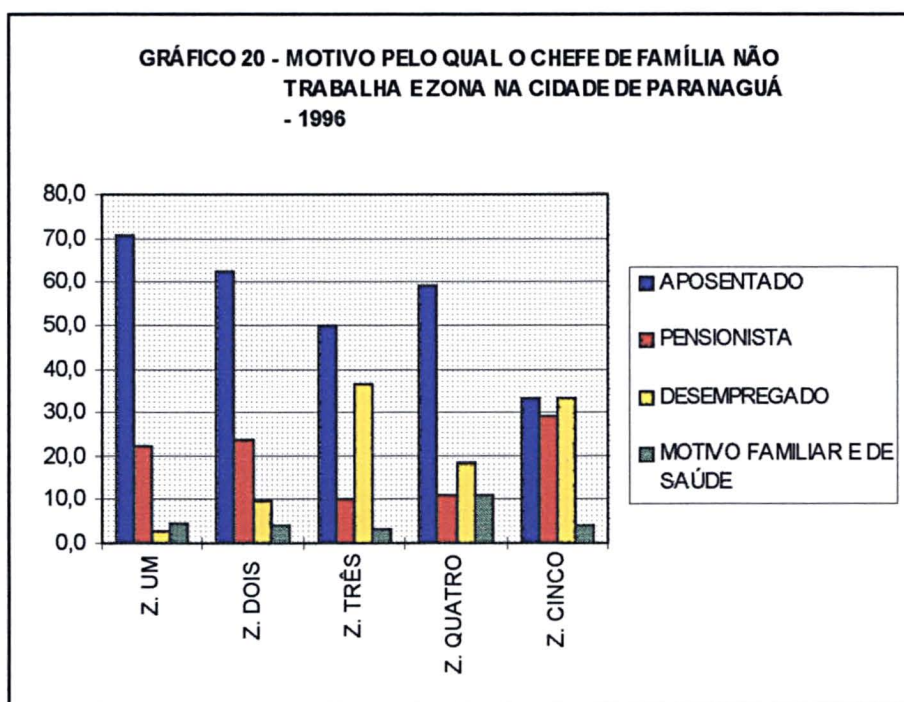
Em relação às zonas (GRÁFICO 20), observa-se que a zona 1 é a que contém o maior número de aposentados (70,6% dos chefes que não trabalham, em relação àquela zona), vindo em seguida as zonas 2 e 4 (com 62,5% e 59,3% respectivamente).

Quanto aos pensionistas, o maior percentual está na zona 5 (29,2%), havendo uma certa equivalência entre as zonas 1 e 2 com 22,8% em média; a maior ocorrência de

⁶⁸¹ GODOY, Amália Maria G. Análise da enquête: Trabalho. (Relatório da pesquisa interdisciplinar do curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento na UFPR, cidade de Paranaguá, 1996). p. 7 (fotocópia).

desempregados está na zona 3 (36,7%), sendo seguida pelas zonas 5 (33,3%) e 4 (18,5%); o menor percentual de chefes de família desempregados está na zona 1 com 2,9%.

Em relação ao motivo familiar ou de saúde pelo qual o chefe de família amostrado não estava trabalhando na cidade de Paranaguá, em 1996, verifica-se que o maior percentual está na zona 4 (11,1%); nas demais zonas esse percentual fica abaixo de 4,4%. A zona 4 corresponde às Franjas insalubres e onde as condições de saneamento e de moradia são as piores da cidade, e, portanto, não é de se estranhar que o maior percentual de chefe de família que não trabalha por motivo de saúde ou familiar esteja ali.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

O grande percentual de aposentados nas zonas um pode ter relação com o fato de viver ali o maior percentual de chefes de família idosos (21,7% acima de 65 anos - TABELA 2) e os maiores tempos (anos) de moradia no atual local, pois, 29,0% dos chefes de família da respectiva zona ou 6,3% do total de chefes de família amostrados vivem ali há mais de trinta anos; ou seja, estão ali as residências mais antigas (GRÁFICO 7 e ANEXO 35 - TABELA 5).

Quanto aos que não estavam trabalhando por faixa etária, há uma certa homogeneidade entre 0,5% (de 15 a 19 anos) e 4,1% (de 35 a 39 anos), inclusive incluindo também as faixas etárias que vão dos 40 aos 44 anos e dos 45 aos 49 anos. Porém, dos 50 aos 54 anos, o percentual de quem não está trabalhando sobe para 15,8%, e, nas faixas etárias dos 55 a 59 anos e de 60 a 64 anos, os percentuais são 17,6%; acima de 65 anos, os percentuais são inferiores a 9,5% (TABELA 6).

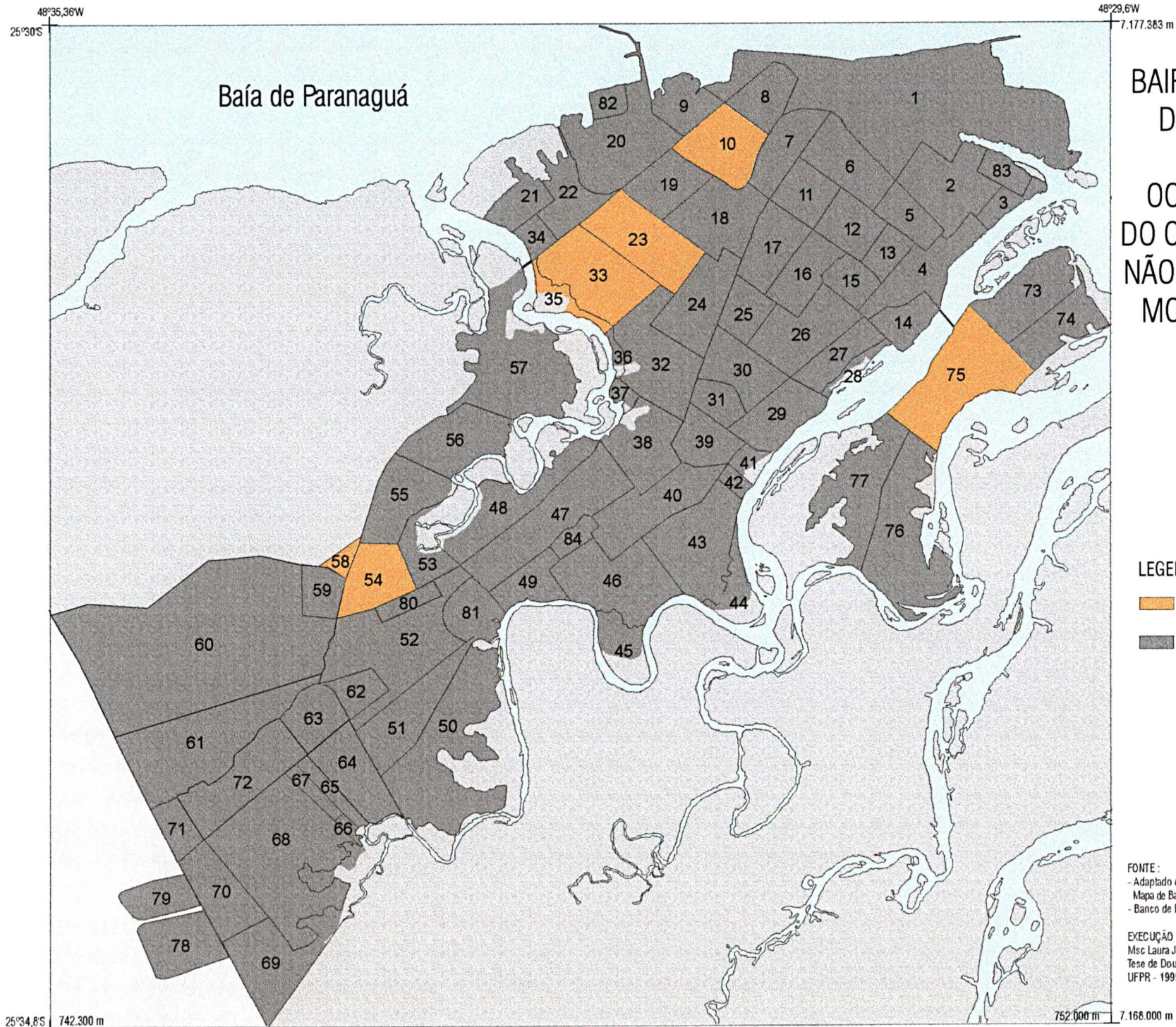
TABELA 6 - FAIXA ETÁRIA DO CHEFE DE FAMÍLIA E SITUAÇÃO DE EMPREGADO -
CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

FAIXA ETÁRIA	ESTÁ TRABALHANDO					
	NÃO		SIM		Total	
	F	%	F	%	F	%
15 A 19 Anos	1	0,5	2	0,5	3	0,5
20 A 24 Anos	5	2,3	20	4,8	25	3,9
25 A 29 Anos	8	3,6	54	12,9	62	9,7
30 A 35 Anos	4	1,8	50	12,0	54	8,5
35 A 39 Anos	9	4,1	74	17,7	83	13,0
40 A 44 Anos	7	3,2	84	20,1	91	14,2
45 A 49 Anos	8	3,6	58	13,9	66	10,3
50 A 54 Anos	35	15,8	37	8,9	72	11,3
55 A 59 Anos	39	17,6	22	5,3	61	9,5
60 A 64 Anos	39	17,6	12	2,9	51	8,0
65 A 69 Anos	21	9,5	2	0,5	23	3,6
70 A 74 Anos	17	7,7	2	0,5	19	3,0
75 A 79 Anos	14	6,3	0	0,0	14	2,2
80 Anos e Mais	15	6,8	0	0,0	15	2,3
Total	222	100,0	417	100,0	639	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Quanto aos que não trabalham por estarem desempregados, em relação aos bairros, os maiores percentuais foram registrados na Vila dos Comerciários (66,7% do total dos que não trabalham no bairro); no Emboguaçu, Jardim América e Vila São Carlos (50,0%); nos Bairros Itiberê e Vila Bela (ambos na Ilha dos Valadares) com 40,0% e 37,5% dos que não trabalham no bairro, respectivamente; Alto São Sebastião, Jardim Samambaia e Serraria do Rocha, com 33,3% cada. Em Cunha-Porã e Vila Guarani 25,0% dos que não trabalham estão desempregados; nos outros bairros os percentuais de desempregados ficam abaixo de 17,0% em relação ao total dos que não trabalham no respectivo bairro.

Os motivos de família e saúde pelos quais o chefe de família não estava trabalhando em 1996 ocorrem com maiores percentuais nos bairros: Vila Carlos (50,0%), Alboitt (33,3%), Cunha-Porã (25,0%), Vila Bela (Ilha dos Valadares, 12,5% dos que não trabalham), Vila Cruzeiro (10,0%) e Porto dos Padres, com 4,3% do total dos que não trabalham no bairro. (MAPA 5)



MAPA 5

BAIRROS DA CIDADE
DE PARANAGUÁ
EM QUE
OCORREM CASOS
DO CHEFE DE FAMÍLIA
NÃO TRABALHAR POR
MOTIVO DE SAÚDE
1996

ESCALA 1:50.000



LEGENDA

- Bairros em que ocorrem casos do chefe de família não trabalhar por motivo de saúde
- Outros bairros

FONTE:

- Adaptado de CANEPARD ; MORAES .
- Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1998, inédito
- Banco de Dados EPI-INFO do DMAD da UFPR - 1996 .

EXECUÇÃO

- Msc Laura Jesus de Moura e Costa
- Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
- UFPR - 1999

752.000 m 7.168.000 m

4.3.1.8.3 Modo como trabalha na cidade de Paranaguá

Dos 417 chefes de família amostrados que, em 1996, estavam trabalhando na cidade de Paranaguá, 57,3% trabalhavam como empregados; 26,2%, por conta própria; 14,4% eram trabalhadores portuários e os 2,1% restantes eram empregados e/ou trabalhavam por conta própria e/ou no porto. (TABELA 7)

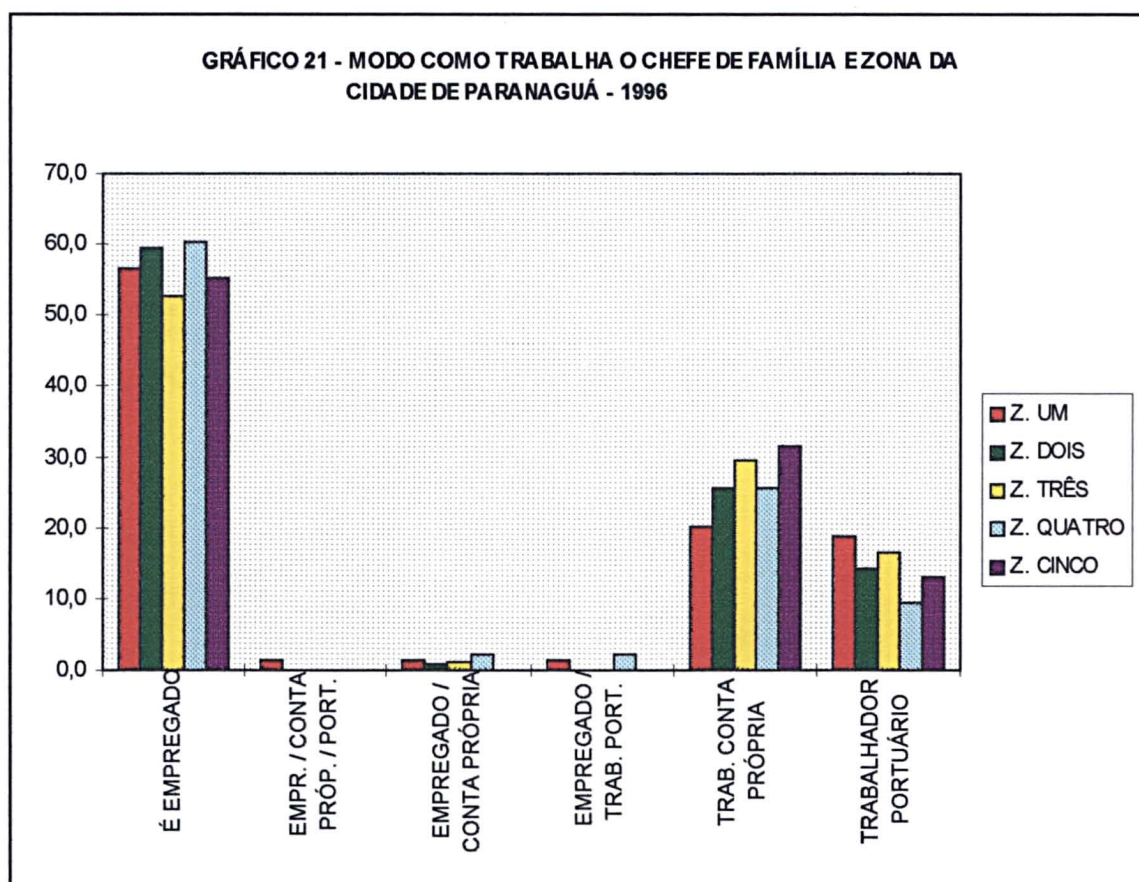
TABELA 7 - MODO COMO TRABALHA O CHEFE DE FAMÍLIA NA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

COMO TRABALHAVA	F	%
É Empregado	239	57,3
Empregado/Conta Própria/Portuário	1	0,2
Empregado/Conta Própria	5	1,2
Empregado/Trabalha no Porto	3	0,7
Trabalha por Conta Própria	109	26,2
Trabalhador Portuário	60	14,4
Total	417	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Em relação às zonas (GRÁFICO 21), observa-se que há uma equivalência de percentuais de empregados entre as zonas 2 e 4 (59,4% e 60,5% respectivamente) e nas demais zonas os percentuais se aproximam, variando entre 52,7% e 56,5%. Quanto aos que trabalham por conta própria, os percentuais mais altos ocorrem nas zonas 3 e 5 (29,7% e 31,6%, respectivamente); há uma equivalência de percentuais entre as zonas 2 e 4 com 25,6% e o menor percentual está na zona 1 (20,3%).

Já em relação aos trabalhadores portuários, o maior percentual está na zona 1 (18,8%), vindo em seguida as zonas 3 (16,5%), 2 (14,3%) e 5 (13,2%) o menor percentual aparece na zona 4 (9,3%).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.1.8.4 Ocupação do chefe de família que está trabalhando como empregado na cidade de Paranaguá

Os dados dos chefes de família que estão trabalhando como empregados, registrados pela enquête ampla domiciliar, foram agrupados nas seguintes categorias: construção civil (pedreiro, servente de pedreiro, empreiteiro, etc.), serviços de escritório (secretária, contador, digitador, office boy, etc.), serviços no porto (carregador, conferente, ensacador, etc.), serviços na saúde (enfermeira, laboratorista, auxiliar de enfermagem, etc.), serviço público (carteiro, policial, bombeiro, professor, etc.), comércio (vendedor, balconista, caixa, comerciante, etc.), serviços gerais (taxista, eletricista, jardineiro, diarista, etc.) e outros (autônomo, estagiário, estudante, etc.).

Os maiores percentuais são observados nas categorias: serviços gerais (22,3%), serviços no porto (18,6%) e comércio (17,0%); ficando em uma posição intermediária: outros (13,4%), serviço público (10,9%) e serviços de escritório (10,1%); já os menores percentuais correspondem às categorias: construção civil (5,7%) e serviços na saúde (2,0%) - (TABELA 8).

TABELA 8 - O QUE FAZ O CHEFE DE FAMÍLIA EMPREGADO DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

O QUE FAZ O CHEFE	TOTAL	%
Trabalha na Construção Civil	14	5,7
Serviços de Escritório	25	10,1
Serviços no Porto	46	18,6
Serviços na Saúde	5	2,0
Serviço Público	27	10,9
Comércio	42	17,0
Serviços Gerais	55	22,3
Outros	33	13,4
Total	247(*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: Neste total estão computados: 239 só empregados + 5 que trabalham como empregados e por conta própria + 3 que trabalham como empregados e no porto (ver TABELA 7).

Relacionando as zonas onde moravam os chefes de família com o tipo de ocupação do mesmo, verifica-se que os serviços gerais e o comércio apresentam percentuais aproximados em todas as zonas, variando de 19,6% a 23,9% e de 14,3% a 19,6%, respectivamente. Os chefes de família que prestam serviços no porto, concentram-se na zona quatro (33,9%); os que trabalham em serviços públicos estão em maior percentual na zona um (21,4%); os que desempenham “outros” serviços, aparecem com maior percentual na zona três (19,6%); os serviços de escritório e construção civil têm maiores percentuais na zona dois (14,6% e 11,0%, respectivamente). Não foi registrado nenhum dado de chefe de família que trabalha na construção civil nas zonas 4 e 5; bem como de chefe de família empregado em serviços de saúde nas zonas 3 e 5 (TABELA 9).

TABELA 9 - O QUE FAZ O CHEFE DE FAMÍLIA EMPREGADO E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

O QUE FAZ O CHEFE DE FAMÍLIA EMPREGADO	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Trabalha na Construção Civil	2	4,8	9	11,0	3	6,5	0	0,0	0	0,0	14	5,7
Serviços de Escritório	1	2,4	12	14,6	5	10,9	5	8,9	2	9,5	25	10,1
Serviços no Porto	6	14,3	13	15,9	4	8,7	19	33,9	4	19,0	46	18,6
Serviços na Saúde	3	7,1	1	1,2	0	0,0	1	1,8	0	0,0	5	2,0
Serviço Público	9	21,4	7	8,5	5	10,9	2	3,6	4	19,0	27	10,9
Comércio	7	16,7	12	14,6	9	19,6	11	19,6	3	14,3	42	17,0
Serviços Gerais	9	21,4	19	23,2	11	23,9	11	19,6	5	23,8	55	22,3
Outros	5	11,9	9	11,0	9	19,6	7	12,5	3	14,3	33	13,4
Total	42	100,0	82	100,0	46	100,0	56	100,0	21	100,0	247(*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

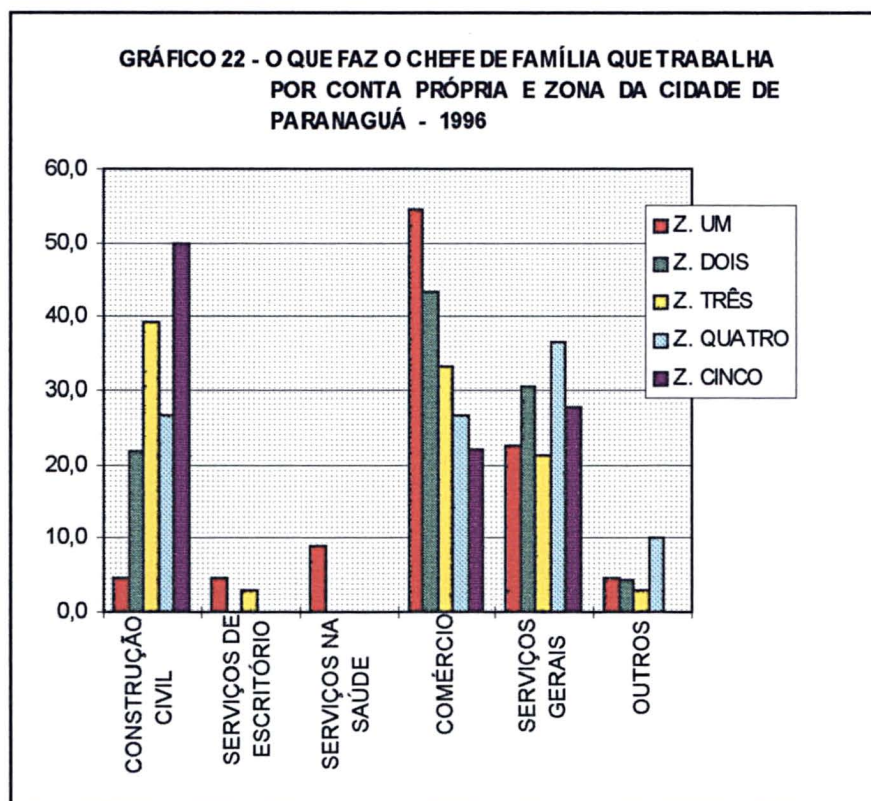
NOTA: Neste total estão computados: 239 só empregados + 5 que trabalham como empregados e por conta própria + 3 que trabalham como empregados e no porto (ver TABELA 7).

4.3.1.8.5 Ocupação do chefe de família que trabalha por conta própria e zona da cidade de Paranaguá

Os dados dos chefes de família que estavam trabalhando por conta própria segundo a enquête ampla domiciliar realizada na cidade de Paranaguá, em 1996, foram agrupados nas seguintes categorias: construção civil (pedreiro, mestre de obras, carpinteiro, etc.), serviços de escritório (gerência, advogado), serviços na saúde (dentista, enfermeira e médico), comércio (ambulante, comerciante, motorista), serviços gerais (caminhoneiro, diarista, eletricitista) e outros (coleta resíduos de navios, corta palmito nas ilhas, movimentação madeira no pátio, etc.).

Os maiores percentuais são observados nas categorias: comércio (36,9%); serviços gerais (28,2%), construção civil (27,5%), ficando com percentuais abaixo de 5,0%: outros, serviços de escritório e serviços na saúde.

Relacionando as zonas onde moram os chefes de família com o tipo de ocupação do mesmo por conta própria, verifica-se que o comércio, os serviços gerais e a construção civil ocorrem em todas as zonas, havendo no entanto variações de percentuais. (GRÁFICO 22) Nas zonas 1 e 2 estão os maiores percentuais em relação ao comércio (54,5% e 43,5% respectivamente); nas demais zonas, os percentuais variam de 22,2% a 33,3%. Serviços gerais apresenta maiores percentuais nas zonas 4 e 2 (36,7% e 30,4% respectivamente), ficando nas demais zonas com percentuais entre 21,2% e 27,8%. Nas zonas 5 e 3 destaca-se a construção civil com 50,0% e 39,4% respectivamente, ficando o menor percentual na zona 1 (4,5%). Outras ocupações por conta própria ocorrem com maior percentual na zona 4 (10,0%). Os serviços na saúde somente aparecem na zona 1 (9,1%) e os serviços de escritório, nas zonas 1 e 3 com percentuais de 4,5% e 3,0% respectivamente.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.1.8.6 Situação de sindicalizado na cidade de Paranaguá

Os chefes de família que trabalhavam por conta própria eram os que apresentavam, em 1996, um menor percentual de sindicalização (3,8%, sendo 3 na zona um e 2 na dois); vindo em seguida os empregados assalariados em geral, com 28,0%. Os que trabalhavam como portuários eram os que maior percentual de sindicalização apresentavam, ou seja, 93,8% deles eram sindicalizados, fato que se deve, principalmente, ao papel importante que os sindicatos sempre tiveram na contratação de mão-de-obra e na distribuição de serviços. O Órgão Gestor de Mão-de-Obra (OGMO), na prática, vem substituindo os sindicatos; além disso, as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho têm alterado as relações de trabalho e, conseqüentemente, conduzem ao enfraquecimento das entidades sindicais.

Em relação às zonas onde mora o chefe de família (TABELA 10), o percentual mais alto de não sindicalizados está na zona dois, no que se refere aos que trabalham como empregados. Quanto aos portuários, a zona dois (Expansão portuária) não apresentou nenhum registro de não sindicalizado e nas demais zonas o percentual ficou em 1,6%.

TABELA 10 - SITUAÇÃO DE SINDICALIZADO DO CHEFE DE FAMÍLIA NA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

ZONA	EMPREGADO				PORTUÁRIO				SUBTOTAL				TOTAL	
	F		%		F		%		F		%		F	%
	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM		
Zona Um	27	12	11,3	5,0	1	14	1,6	21,9	28	26	9,2	8,6	54	17,8
Zona Dois	58	19	24,3	7,9	0	19	0,0	29,7	58	38	19,1	12,5	96	31,7
Zona Três	36	11	15,1	4,6	1	14	1,6	21,9	37	25	12,2	8,3	62	20,5
Zona Quatro	36	19	15,1	7,9	1	8	1,6	12,5	37	27	12,2	8,9	64	21,1
Zona Cinco	15	6	6,3	2,5	1	5	1,6	7,8	16	11	5,3	3,6	27	8,9
Subtotal	172	67	72,0	28,0	4	60	6,2	93,8	176	127	58,1	41,9	303	100,0
Total	239		100,0		64(*)		100,0		303		100,0			

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: Neste total estão computados: 60 trabalhadores portuários + 3 empregados/trabalham no porto + 1 empregado/portuário/trabalha por conta própria (ver TABELA 7).

4.3.1.8.7 Empregados que trabalham com carteira assinada na cidade de Paranaguá

Dentre os 247 chefes de família amostrados que trabalhavam como empregados, em 1996, na cidade de Paranaguá, 86,6% deles (214 pessoas) tinham a carteira assinada e 13,4% trabalhavam como empregados, mas sem carteira assinada. (TABELA 11)

Este percentual de empregados com carteira assinada é relativamente alto se comparado com a realidade nacional em que mais de 60,0% dos trabalhadores não têm carteira assinada.

TABELA 11 - CHEFE DE FAMÍLIA EMPREGADO COM CARTEIRA ASSINADA NA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

TEM CARTEIRA ASSINADA	F	%
Não	33	13,4
Sim	214	86,6
Total	247(*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: Neste total estão computados: 239 só empregados + 5 que trabalham como empregados e por conta própria + 3 que trabalham como empregados e no porto (ver TABELA 7).

Em relação às zonas, pode-se observar pela TABELA 12 que é na zona quatro que está o maior percentual de empregados sem carteira assinada (25,0%), vindo em seguida a zona dois (13,9%). A zona cinco é a que apresenta o menor percentual de trabalhadores sem carteira assinada (4,8%).

TABELA 12 - CHEFE DE FAMÍLIA EMPREGADO COM CARTEIRA ASSINADA E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

PARANAGUA 1996												
COM CARTEIRA ASSINADA	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Não	3	7,1	11	13,8	3	6,5	14	25,0	1	4,8	32	13,1
Sim	39	92,9	69	86,2	43	93,5	42	75,0	20	95,2	213	86,9
Total	42	100,0	80	100,0	46	100,0	56	100,0	21	100,0	245(*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: Dos 247 empregados (239 + 5 + 3 - Ver TABELA 7), dois empregados da zona dois não responderam a esta questão, daí porque um total de 80 trabalhadores na referida zona e 245 no cômputo geral.

Dos 64 trabalhadores portuários amostrados, 85,9% deles trabalhavam, em 1996, com carteira assinada e 14,1% não a tinham assinada. Estes percentuais estão bastante próximos daqueles em relação aos empregados em geral. (TABELA 13)

TABELA 13 - CHEFE DE FAMÍLIA PORTUÁRIO COM CARTEIRA ASSINADA NA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

TEM CARTEIRA ASSINADA	F	%
Não	9	14,1
Sim	55	85,9
Total	64(*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: Neste total estão computados: 60 trabalhadores portuários + 3 empregados/trabalham no porto + 1 empregado/portuário/trabalha por conta própria (ver TABELA 7).

Em relação ao registro no OGMO, 52,6% responderam que têm registro no referido órgão e 47,4% não o têm. (TABELA 14) Estes percentuais diferem bastante dos relacionados à sindicalização, que, em 1996, alcançava 93,8% dos trabalhadores portuários. Com o recente processo de modernização/automação do porto, somado à crise econômica da globalização, este perfil deve ter mudado significativamente nos últimos três anos.

TABELA 14 - REGISTRO DO CHEFE DE FAMÍLIA PORTUÁRIO NO OGMO (*) NA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

TEM REGISTRO	F	%
Não	27	47,4
Sim	30	52,6
Total	57(**)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: (*) OGMO - Órgão Gestor de Mão de Obra.

(**) Dos 60 trabalhadores portuários, 3 não responderam a esta questão.

4.3.2 Características do Domicílio

4.3.2.1 Tipo de moradia

O tipo de moradia mais comum em Paranaguá, em 1996, era a casa, com 98,9% do total de residências (632 do total de 639); os barracos (3) representavam 0,5% e havia uma equivalência de percentuais em 0,3% entre os apartamentos (2) e as palafitas (2).

4.3.2.1.1 Tipo de moradia e material de construção

Mais da metade (56,3%) das 632 casas da cidade de Paranaguá, em 1996, era de alvenaria; 29,1% eram de madeira; 12,5%, mistas e 2,1% de outros materiais. Os barracos (3) eram 100,0% em madeira e os materiais predominantes na construção das palafitas (2) eram madeira e outros (plásticos, papelão e sucata), com equivalência de percentuais em 50,0%.

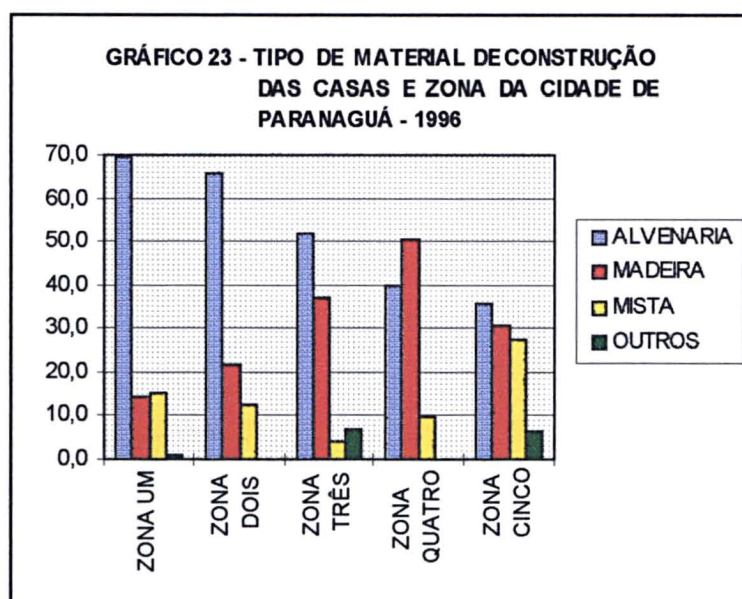
Segundo dados do PNUD/IPEA/FJP, no período de 1970 a 1991, a porcentagem da população do município de Paranaguá que vivia em domicílios com materiais de construção duráveis cresceu 11,6%, passando de 89,3% em 1970 para 99,7% em 1991. No Brasil, os percentuais eram de 73,8% em 1970 e 91,6% em 1991.⁶⁸²

4.3.2.1.2 Tipo de material de construção das casas e zona da cidade de Paranaguá

As casas de alvenaria, em 1996, predominavam nas zonas um (69,3%), dois (65,7%), três (52,1%) e cinco (35,5%) da cidade de Paranaguá e as de madeira, na zona quatro (50,4%). As diferenças de percentuais entre casas de alvenaria, madeira e mista eram pequenas (inferior a 8,2%) na zona cinco e entre casas de alvenaria e madeira (inferior a 11,0%) na zona quatro. Cerca de 22,0% das casas da zona dois eram de madeira e 12,4%, mistas; na zona um, as casas de madeira e mista representavam, em média, 14,9%. Os percentuais de casas de alvenaria diminuem da zona um à cinco e os de casas de madeira aumentam da zona um à quatro. (GRÁFICO 23)

O predomínio de casas de madeira na zona quatro está relacionado com o tipo de construção que é feito em áreas invadidas de mangue e com as dificuldades econômicas da população de baixa renda, pois a madeira é mais barata.

⁶⁸² PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998. (Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil - BRA/97/007) - CD room - **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. p. 7.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.2.1.3 Material de construção das casas e bairro da cidade de Paranaguá

Na grande maioria dos bairros predominavam as casas de alvenaria; no entanto, há alguns bairros em que 100,0% dos dados são sobre a existência de casas de madeira, tais como: 29 de Julho, Correia Velho, Parque de Triagem e Vila São Carlos. Em outros, havia um predomínio destas: Vila do Povo (83,3%), Jardim Nova Iguaçu (73,9%), Itiberê Valadares (45,8%) e Santos Dumont (41,2%); havia uma equivalência entre casas de alvenaria e de madeira nos bairros: Jardim América (46,2%), Vila Nova Primavera (50,0%), Vila dos Comerciantes (em média, 46,7%) e Vila Guarani (em média, 47,4%); percentuais iguais entre casas de alvenaria e mistas apareciam em: Leblon (50,0%) e Cunha-Porã (40,0%). As casas mistas apareciam com maior percentual na Vila Itiberê (60,0%) e havia uma equivalência de percentuais (33,3%) entre casas de alvenaria, madeira e mistas no Aeroporto. Outros materiais (plástico, papelão e sucata) foram usados na construção de casas nos bairros: Santos Dumont (17,6%), Jardim Samambaia (16,7%) e Vila Bela na Ilha dos Valadares (15,0%), aparecendo ainda com menores percentuais no Jardim América (7,7%), Bockmann (6,7%) e Bairro Itiberê Valadares (4,2%). Nos bairros: Asa Branca, Campo Grande, Centro Histórico, Vila Guadalupe, Vila Industrial e Tuiuti, as casas eram em 100,0% de alvenaria.

4.3.2.2 Habitabilidade

4.3.2.2.1 Quantidade de habitantes e número de quartos em casas da cidade de Paranaguá

Das 639 residências amostradas, em 1996, na cidade de Paranaguá, 632 eram casas, 2 apartamentos, 3 barracos e 2 palafitas. Os apartamentos tinham 3 e 2 quartos com 1 e 3 moradores, respectivamente; os barracos tinham 1, 2 e 4 quartos e eram habitados por 4, 5 e 8 pessoas respectivamente; e cada palafita tinha 2 quartos, com 2 e 6 habitantes cada uma.

De acordo com a enquete realizada, havia um predomínio de casas com dois e três quartos (39,2% e 35,4% respectivamente), sendo que as maiores frequências do número de habitantes estão entre dois e sete (68,0%) nas respectivas moradias (34,6% e 33,4%). As casas com um quarto representam 15,5% do total da amostra e das 98 casas com um quarto, 90 delas (91,8%) tinham de um a seis moradores, havendo um maior percentual (23,5%) de casas com três moradores e uma proximidade de percentuais entre as que tinham quatro, cinco e dois moradores (18,4%, 17,3% e 15,3% respectivamente). Na TABELA 15 pode-se ver a distribuição do número de casas em relação ao cruzamento de dois dados: número de quartos e número de habitantes em cada casa.

Cerca de 26,8% das casas têm densidade superior a dois moradores por quarto, ficando abaixo do percentual obtido pelo PNUD/IPEA/FJP, em 1991.

O estudo do Perfil do Desenvolvimento Humano em Paranaguá, desenvolvido pelo PNUD/IPEA/FJP, registra que, no período de 1970-1991, a porcentagem da população do município que vivia em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por cômodo caiu 33,6%, passando de 52,1% em 1970 para 34,6% em 1991. No Brasil, estes percentuais eram de 52,0% em 1970 e de 31,1% em 1991.⁶⁸³

Além do número de habitantes por número de quartos em cada residência, merece maior estudo as dimensões de cada cômodo, principalmente dos quartos, pois existem, em Paranaguá, muitas reclamações de que conjuntos habitacionais financiados pela Caixa Econômica Federal são tão pequenos que recebem a irônica denominação de **“Pés prá fora”**, uma vez que as camas têm que ser feitas sob medida para caberem nos respectivos quartos.⁶⁸⁴

⁶⁸³ Ibid, p. 7.

⁶⁸⁴ Depoimentos sobre este problema estão registrados na História das Associações de Moradores de Bairros de Paranaguá, em volume anexo.

TABELA 15 - QUANTIDADE DE CASAS, NÚMERO DE HABITANTES E NÚMERO DE QUARTOS DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

NÚMERO DE HABITANTES EM CADA CASA	NÚMERO DE QUARTOS EM CADA CASA E NÚMERO DE CASAS							TOTAL DE CASAS
	UM QUARTO	DOIS QUARTOS	TRÊS QUARTOS	QUATRO QUARTOS	CINCO QUARTOS	SEIS QUARTOS	OITO QUARTOS	
Um	10	23	4	2	1	0	0	40
Dois	15	50	29	1	0	0	0	95
Três	23	46	41	8	0	1	0	119
Quatro	18	61	50	11	1	0	0	141
Cinco	17	31	47	9	0	1	0	105
Seis	7	19	31	7	2	0	0	66
Sete	3	12	13	5	1	0	1	35
Oito	1	4	5	3	1	0	0	14
Nove	3	0	1	0	0	0	0	4
Dez	0	2	1	3	0	0	0	6
Onze	1	0	1	2	1	0	0	5
Treze	0	0	1	0	0	0	0	1
Quinze	0	0	0	0	1	0	0	1
Total de Casas	98	248	224	52	8	2	1	632 (*)

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

NOTA: Este total de 632 representa somente o número de casas da amostra, ou seja, não estão incluídos aí os 2 apartamentos, 3 barracos e 2 palafitas, com os quais ter-se-ia o total de 639 residências amostradas.

4.3.2.2.2 Quantidade de habitantes, número de quartos em cada casa e zona da cidade de Paranaguá

Em torno de 95,0% das casas da zona um têm até seis moradores, sendo que 92,7% têm até quatro quartos, havendo no entanto maiores frequências de casas com três quartos e com dois moradores (22,9%), três quartos e três moradores (24,6%) e três quartos e quatro moradores (21,3%); 31,6% das casas com dois quartos têm dois moradores. Nenhuma das casas amostradas, em 1996, na zona um tinha mais de oito moradores e, quando ocorria a existência de sete ou oito habitantes, a casa sempre possuía três ou mais quartos.

Na zona dois, 93,0% das casas têm até quatro quartos e até sete moradores, sendo que 79,1% das casas têm dois e três quartos e de um a sete moradores; as maiores frequências são de casas com três quartos e cinco moradores (21,4%) e de dois quartos e quatro moradores (25,0%), vindo em seguida as casas com três quartos e quatro moradores (19,1%) e com dois quartos e dois moradores (22,4%); 16,8% das casas com três quartos têm três moradores e 18,4% das casas com dois quartos têm três moradores. Nesta mesma zona, 4,0% das casas têm de dois a cinco quartos e dez ou onze moradores.

Na zona três, 95,8% das casas têm até quatro quartos e até seis moradores, sendo que 72,3% têm dois e três quartos. As maiores frequências são de casas com dois quartos e quatro moradores (33,3%) e com três quartos e quatro moradores (36,1%). Nesta zona, 2,5% das casas têm sete moradores com dois, três e quatro quartos e somente uma casa tem

nove moradores com um quarto. Apenas uma casa possui seis quartos e cinco moradores; não foram registrados dados de casas com oito, dez e mais moradores.

Na zona quatro, 93,7% das casas têm até três quartos e até sete moradores, sendo que 65,2% têm dois e três quartos. Os maiores percentuais de casas com dois quartos têm quatro moradores (21,8%) ou dois moradores (14,5%) e as casas com três quartos apresentam uma média de percentuais em 20,5% entre três e seis moradores. Foram registradas somente duas casas com quatro quartos e sete moradores. Em torno de 4,5% das casas da zona quatro têm oito, onze e treze moradores com dois, um e três quartos respectivamente. Não houve registro de casas com nove, dez e quinze moradores, nem de casas com mais de cinco quartos.

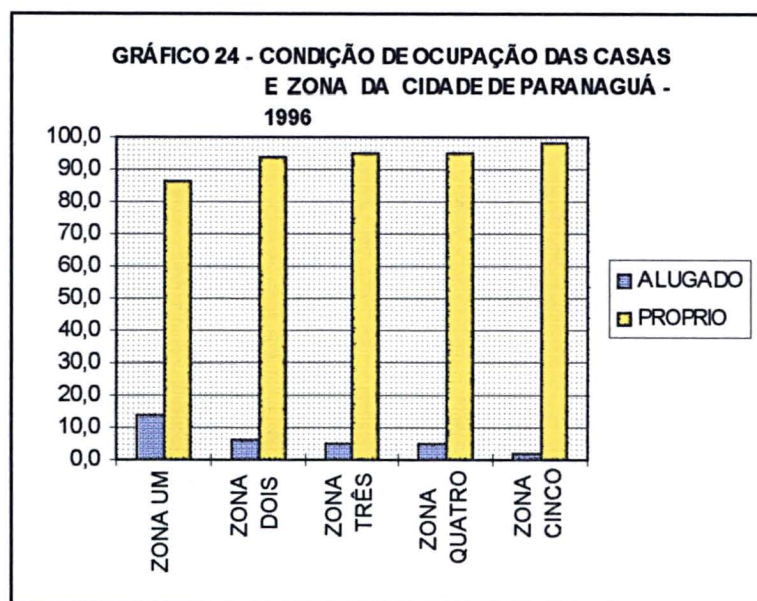
Na zona cinco, 87,1% das casas têm até quatro quartos e até sete moradores, sendo que 61,3% têm dois e três quartos. Nas casas com dois quartos, 75,0% delas têm dois, três e quatro moradores e nas casas com três quartos, 81,2% têm de quatro a sete moradores. Em torno de 13,0% das casas desta zona têm oito, nove, dez ou quinze moradores com números de quartos que variam de um a cinco. Não foram registrados dados de casas com onze e treze moradores, nem casas com mais de seis quartos.

Quanto à densidade superior a duas pessoas por quarto, o menor percentual de casas nesta situação está na zona um (12,4%), vindo em seguida as zonas dois (23,4%) e três (26,0%). Na zona cinco, 37,1% das casas têm mais de duas pessoas por quarto e na zona quatro, 45,5% casas, sendo este o maior percentual apresentado e quase quatro vezes maior que o percentual da zona um. Há relação destes dados com o zoneamento proposto e reafirmam as condições de vida mais críticas para a zona quatro (Franjas insalubres) e as melhores condições para a zona um (Centro urbano).

4.3.2.2.3 Condição de ocupação de casas da cidade de Paranaguá

Em torno de 93,0% das casas da cidade de Paranaguá, em 1996, eram próprias e somente cerca de 7,0%, alugadas.

A zona que apresentava maior percentual de casas alugadas era a zona um, com cerca de 14,0%, e a que tinha menor percentual era a zona cinco (1,6%); nas zonas dois, três e quatro os percentuais de casas alugadas ficavam entre 6,3% e 5,0% (GRÁFICO 24).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

A autoconstrução e a apropriação de terrenos por invasões, doações ou concessões favorecem a aquisição da casa própria. Quando não tem condições de pagar o aluguel, a família vai para a área invadida, que não custa nada ou está dentro do que ela pode pagar. Na Ilha dos Valadares (zona cinco), por exemplo, os terrenos não são escriturados particularmente, pois toda a ilha é patrimônio da União; no entanto, os moradores são donos de suas casas. Quando vendem a casa, vendem também o direito de posse do terreno; a pessoa que a compra passa a ser um usuário do terreno. Na realidade, é um direito de posse, de uso sem documento, mas com base apenas em acordos verbais, transações feitas. Esta forma de apropriação se dá em toda a área de mangue invadida (zona quatro) e em algumas outras áreas de invasões. Um outro critério que legitima o direito de uso ou a posse do terreno é o pagamento das contas de água e luz e da taxa de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), junto à administração municipal, ou de Imposto Sobre o Patrimônio da União (ISPU), junto ao Governo Federal.

4.3.2.3 Terreno

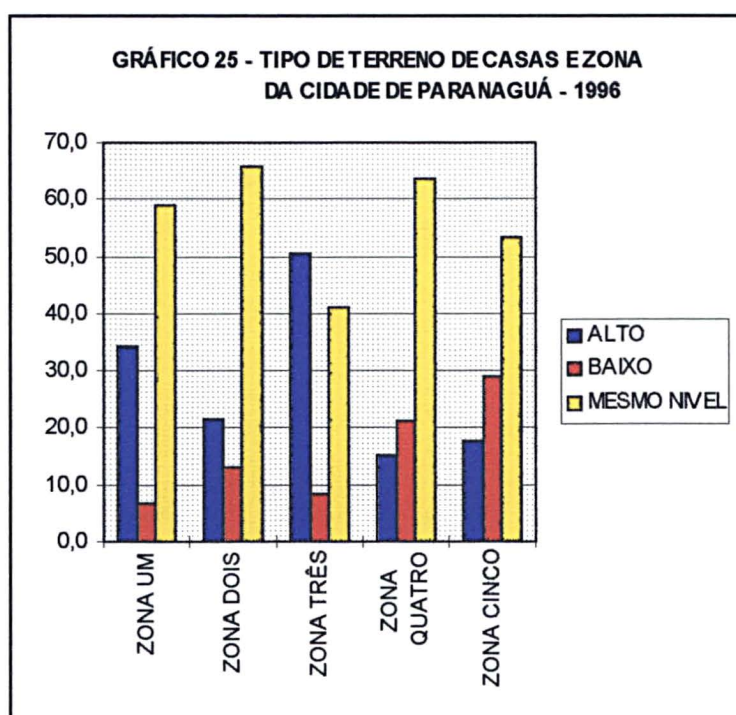
4.3.2.3.1 Tipo de terreno de casas da cidade de Paranaguá

Cerca de 58,0% das casas (367 unidades) da cidade de Paranaguá, em 1996, encontravam-se construídas em terrenos no mesmo nível da rua; 28,2% (178 unidades) em terrenos mais altos que o nível da rua e 13,8% (87 casas), em nível mais baixo que o da rua.

Os percentuais de terrenos que são afetados por inundação e/ou sujeitos a alagamentos estão entre 11,0% e 15,5%.

4.3.2.3.2 Tipo de terreno de casas e zona da cidade de Paranaguá

Nas zonas um, dois, quatro e cinco predominavam, em 1996, as casas construídas no mesmo nível da rua (59,1%, 65,7%, 63,7% e 53,2% respectivamente) e na zona três, predominavam as construídas em terrenos mais altos que o nível da rua (50,4%); os maiores percentuais de terrenos mais baixos que o nível da rua encontravam-se nas zonas quatro (21,2%) e cinco (29,0%) - (GRÁFICO 25).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

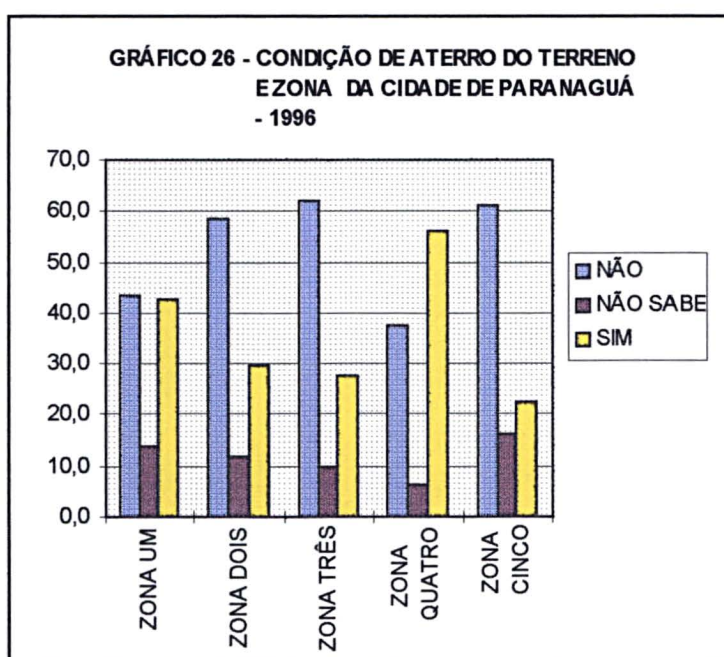
Os percentuais maiores de casas construídas em nível mais baixo que o da rua nas zonas quatro e cinco têm relação com as áreas de manguezais ocupadas.

4.3.2.3.3 Condição de aterro do terreno na cidade de Paranaguá

Mais da metade (52,5%) dos entrevistados responderam que o terreno de sua casa não era aterrado; 36,1%, afirmaram ser a área aterrada e 11,4% desconheciam a condição de aterro de seu terreno.

4.3.2.3.4 Condição de aterro do terreno e zona da cidade de Paranaguá

Nas zonas dois (58,5%), três (62,2%) e cinco (61,3%) estavam os maiores percentuais de áreas não aterradas, segundo a informação prestada pelos entrevistados, em 1996; na zona quatro (56,3%), o maior percentual era de áreas aterradas e na zona um havia uma relativa equivalência de percentuais entre as áreas aterradas (42,6%) e as não aterradas (43,4%). Dentre os que não sabiam sobre a condição do terreno, nas zonas um, dois, três e cinco os percentuais variavam de 10,1% a 16,1% e na zona quatro, era de 6,3% (GRÁFICO 26).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

O fato da zona quatro apresentar o maior percentual de respostas afirmando ser o terreno aterrado, novamente pode ser explicado pela ocupação que se dá de áreas de manguezais. Embora com menor percentual, na zona um isso também ocorre, como por exemplo o aterro do mercado, além de outros.

4.3.2.3.5 Condição de aterro do terreno e bairro da cidade de Paranaguá

Em relação aos bairros, em 1996, aqueles em que 100,0% dos entrevistados responderam ser seus terrenos aterrados são: Vila do Povo, Ponta do Caju, Vila Industrial, Correia Velho, Vila Alboitt e Aeroporto/Aviação; com 84,2% e 80,0% estão Eldorado e Alvorada, respectivamente; com percentuais entre 50,0% e 67,0% estão: Vila Guarani, Raia, Jardim Nova Iguaçu, Palmital, Tuiuti, Vila Nova Primavera, Vila São Carlos, Jardim Samambaia, Vila Guadalupe e Campo Grande; nos demais bairros os percentuais ficavam

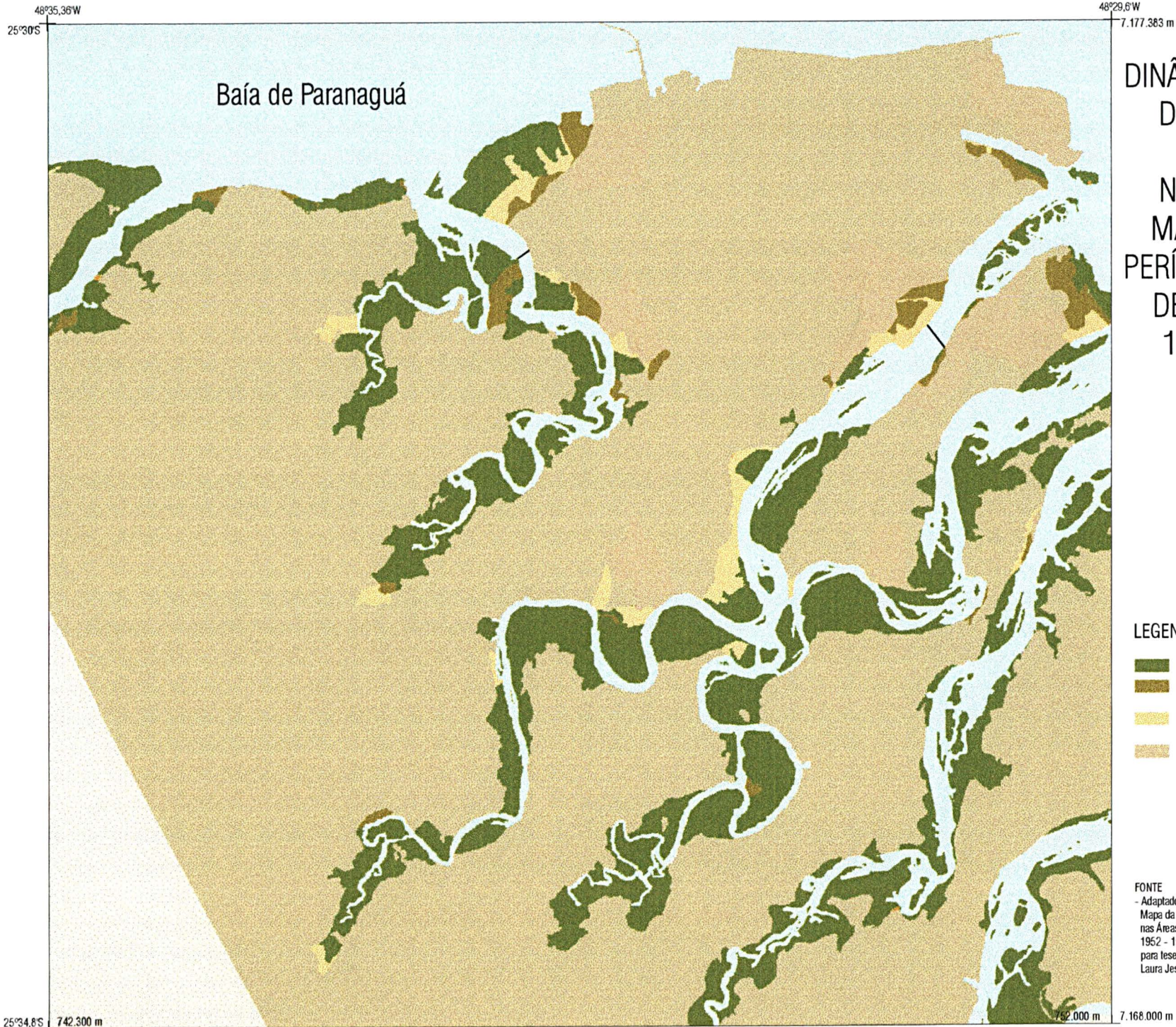
abaixo de 47,0%. Quanto aos que não sabiam da condição de aterro de seu terreno, os maiores percentuais estavam no bairro 29 de Julho, Rocio e Oceania.

Conforme informação dada pela doutoranda CANEPARO⁶⁸⁵, havia, em 1996, em Paranaguá, presença ou remanescência de manguezais nos seguintes bairros: Asa Branca, Centro Histórico, Costeira, Emboguaçu, Estradinha, Vila Itiberê, Jardim Araçá, Jardim Guaraituba, Oceania, Parque de Triagem, Parque São João, Ponta do Caju, Porto dos Padres, Santos Dumont, São Vicente, Vila do Povo, Vila Nova Primavera, Vila Nova Iguaçu, Vila Portuária/Becker, Beira Rio, Vila Guarani, Vila Santa Helena, Vila São Carlos, Vila Paraíso e Bairro Itiberê Valadares. Estas áreas de manguezais podem ser visualizadas no MAPA 6.

Na FIGURA 12, observa-se casas de madeira e palafitas construídas em área de mangue, nas margens do Rio Itiberê, cujas fotos foram tiradas em 1998.



⁶⁸⁵ CANEPARO, 1999. Tese de Doutorado/UFPR.







MAPA 6

DINÂMICA ESPACIAL
DA OCUPAÇÃO
ANTRÓPICA
NAS ÁREAS DE
MANGUEZAL NO
PERÍMETRO URBANO
DE PARANAGUÁ
1962 - 1996

ESCALA 1:50.000



LEGENDA

-  Manguezal
-  Área de manguezal ocupada a partir de 1962 a 1980 e de 1980 a 1996
-  Área de manguezal ocupada de 1980 a 1996
-  Domínio original de outras formações vegetais e áreas cobertas por manguezal anteriores a 1962

FONTE

- Adaptado de CANEPARO
Mapa da Dinâmica Espacial da Ocupação Antrópica
nas Áreas de Manguezal no Perímetro Urbano de Paranaguá
1962 - 1996 ; 1996, inédito
para tese de doutoramento de
Laura Jesus de Moura e Costa , 1999

4.3.2.4 Lixo

4.3.2.4.1 Acúmulo de lixo a céu aberto no terreno de casas na cidade de Paranaguá

Em somente 6,2% dos terrenos amostrados da cidade de Paranaguá, em 1996, não havia acúmulo de lixo; dentre os 93,8% que evidenciavam a presença de lixo, 82,2% deles estavam com o mesmo embalado e em 11,6%, espalhado a céu aberto (TABELA 16).

TABELA 16 - ACÚMULO DE LIXO A CÉU ABERTO NO TERRENO E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

PARANAGUA - 1990													
LIXO A CÉU ABERTO	ZONAS										TOTAL		
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO				
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	
Embalado	129	94,2	182	88,8	63	63,0	87	79,8	43	69,4	504	82,2	
Espalhado	8	5,8	20	9,8	10	10,0	14	12,8	19	30,6	71	11,6	
Não	0	0,0	3	1,5	27	27,0	8	7,3	0	0,0	38	6,2	
Total	137	100,0	205	100,0	100	100,0	109	100,0	62	100,0	613 (*)	100,0	

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

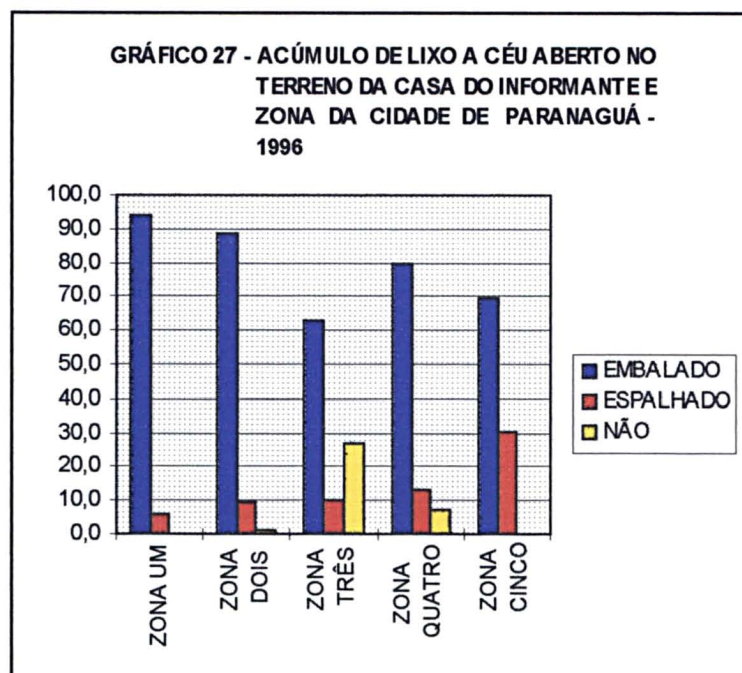
NOTA: Embora tenham sido levantados dados de 639 residências, o Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR registra 613, ou seja, em 26 instrumentos esta questão não foi respondida.

4.3.2.4.2 Acúmulo de lixo a céu aberto no terreno de casas e zona da cidade de Paranaguá

O maior percentual de terrenos sem acúmulo de lixo (27,0%) foi registrado na zona três. Quanto ao lixo espalhado a céu aberto, o maior percentual está na zona cinco (30,6%), vindo em seguida as zonas: quatro (12,8%) e, com percentuais médios de 9,9%, as zonas dois e três; a zona um foi a que apresentou o menor percentual de lixo espalhado a céu aberto (5,8%) e o maior percentual de lixo embalado (94,2%) - (TABELA 16 e GRÁFICO 27).

Na Ilha dos Valadares (zona cinco) há o problema da dificuldade de circulação de veículos, ou seja, do caminhão de coleta de lixo. Para tentar resolver este problema, a Prefeitura iniciou, em 1995, uma campanha para a reciclagem do lixo, instalando ali um barracão de separação e reciclagem. Faltava, no entanto, uma maior conscientização da população para mudança de comportamento.

Como a zona um abrange a área central e mais antiga da cidade, o serviço de coleta é mais satisfatório. No entanto, um trabalho envolvendo a comunidade seria útil e necessário em qualquer uma das zonas.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.2.4.3 Acúmulo de lixo na rua próximo à casa do informante na cidade de Paranaguá

Não havia acúmulo de lixo na rua próximo à residência do informante em 69,5% (444 moradias) dos casos e, em 30,5% (195 residências), foram registrados acúmulo de lixo.

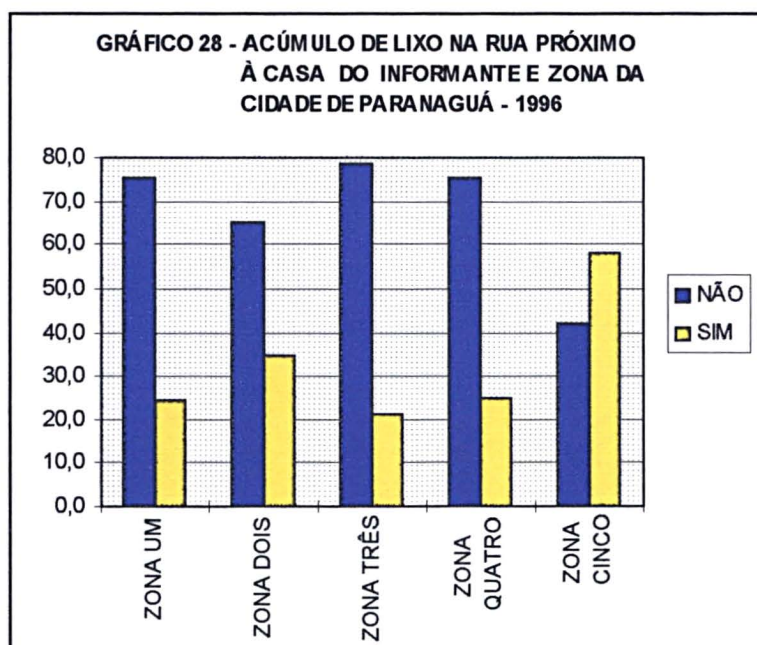
4.3.2.4.4 Acúmulo de lixo na rua próximo à casa do informante e zona da cidade de Paranaguá

O maior percentual de acúmulo de lixo na rua próximo à casa do informante foi registrado na zona cinco (58,1% ou 36 residências), vindo em seguida a zona dois, com 34,6% (71 residências); nas demais zonas, os percentuais variaram entre 21,5% (26 residências) e 24,8% (28 residências) - (GRÁFICO 28).

Novamente aparece a zona cinco (Ilha dos Valadares) e a zona dois (Expansão portuária) como as mais problemáticas, mas os percentuais das outras zonas também são altos, indicando tanto debilidades no serviço de limpeza pública e coleta do lixo, como também falta de maior conscientização da população.

O problema do lixo e da limpeza pública é constante nos centros urbanos e agrava-se em cidades portuárias se não receber a devida atenção. Em Paranaguá, a Prefeitura, na gestão municipal de 1993-1996, desenvolveu o Projeto **SOS-Cidade Limpa** que teve como objetivo realizar limpeza e obras na cidade, através de contratação de mão-de-obra desempregada via Associação de Moradores de Bairro e, em colaboração com o

IAP/SEMA-PR, realizou a **Festa da Vida** que visou estimular a população para o plantio de mudas de árvores na cidade e fazer a limpeza no bairro através de gincanas com a participação de toda a comunidade. Foram iniciativas válidas, porém pontuais. Nesse mesmo sentido e buscando dar uma continuidade ao trabalho iniciado na gestão anterior, a administração municipal gestão 1997/2000, vem desenvolvendo o Projeto **Nossa rua, nossa calçada**. Carece, no entanto, de um trabalho de educação ambiental mais consistente para a obtenção de maiores e melhores resultados.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.2.4.5 Coleta pública de lixo na cidade de Paranaguá

Segundo os dados da enquête domiciliar realizada na cidade de Paranaguá, em 1996, existia coleta pública de lixo em 96,2% dos domicílios amostrados.

TABELA 17 - EXISTÊNCIA DE COLETA PÚBLICA DE LIXO NA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

COLETA PÚBLICA DE LIXO	ZONA										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Não	1	0,7	2	1,0	2	1,7	3	2,8	16	28,6	24	3,8
Sim	137	99,3	199	99,0	119	98,3	106	97,2	40	71,4	601	96,2
Total	138	100,0	201	100,0	121	100,0	109	100,0	56	100,0	625 (*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

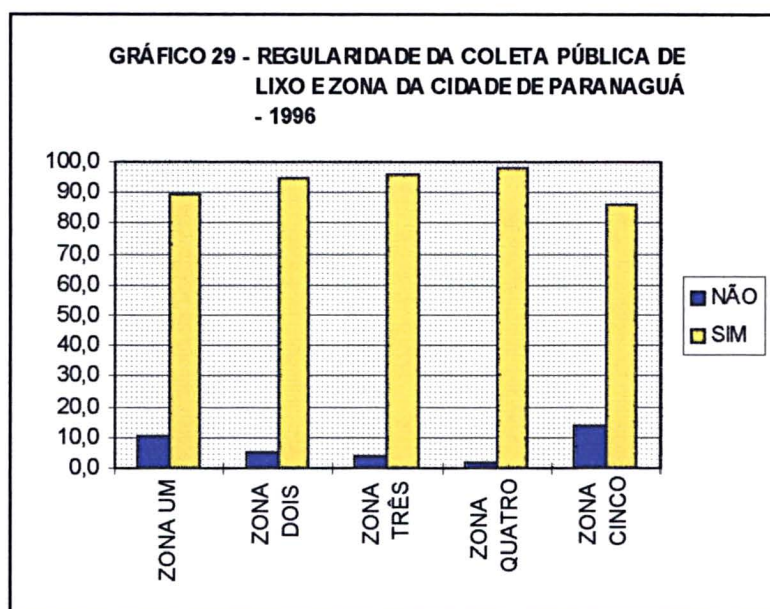
NOTA: Embora tenham sido levantados dados de 639 residências, o Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR registra 625, ou seja, em 14 instrumentos esta questão não foi respondida.

Em relação às zonas (TABELA 17), o maior percentual de não existência de coleta pública de lixo encontrava-se na zona cinco (28,6%); nas demais zonas, os percentuais ficavam abaixo de 3,0%.

4.3.2.4.6 Regularidade da coleta pública de lixo na cidade de Paranaguá

Existia, em 1996, regularidade da coleta pública de lixo em 93,9% dos domicílios amostrados.

No que diz respeito às zonas, o maior percentual da não regularidade de coleta pública de lixo encontrava-se na zona cinco com 14,0% (6 domicílios de um total de 43); vindo em seguida a zona um, com 10,2% (14 domicílios de um total de 137); nas demais zonas, os percentuais ficavam iguais ou abaixo de 5,0%. (GRÁFICO 29)



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.2.4.7 Frequência na semana da coleta de lixo na cidade de Paranaguá

O maior percentual de respostas obtidas sobre o número de vezes na semana em que era realizada a coleta de lixo na cidade de Paranaguá, em 1996, faz referência a três vezes, com 62,9% dos dados obtidos (379 domicílios); vindo a seguir, duas vezes por semana com 10,8% (65 domicílios), sete vezes (9,1% ou 55 domicílios) e seis vezes na semana (8,5% ou 51 domicílios); com zero, uma, quatro e cinco vezes na semana, os percentuais ficavam iguais ou abaixo de 3,5%. (TABELA 18 e GRÁFICO 30)

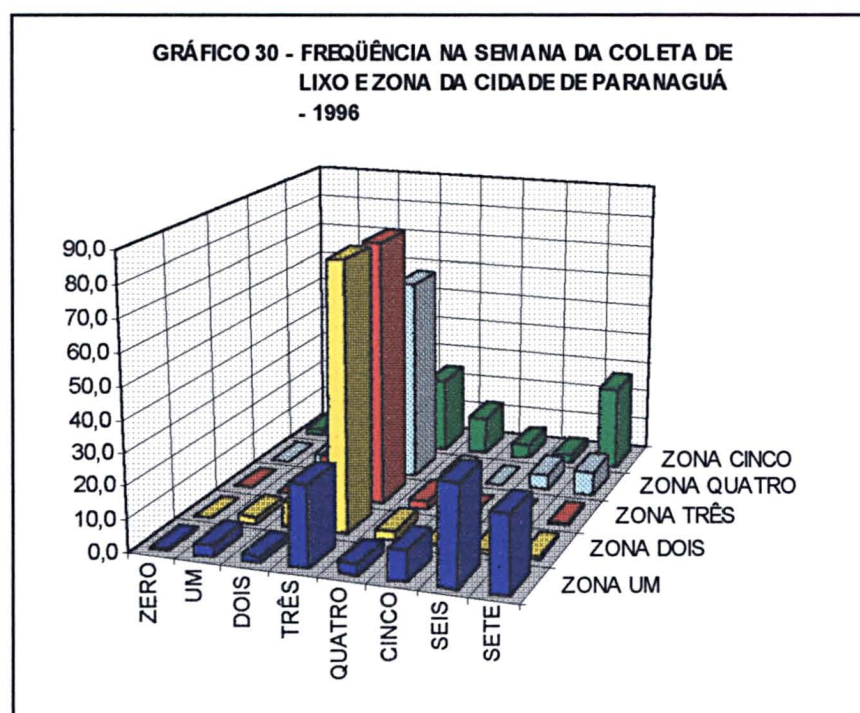
TABELA 18 - FREQUÊNCIA NA SEMANA DA COLETA DE LIXO NA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

NÚMERO DE VEZES NA SEMANA	ZONAS										TOTAL DE RESPOSTAS	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Zero	1	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,4	2	0,3
Um	5	3,6	4	2,0	0	0,0	4	3,8	0	0,0	13	2,2
Dois	3	2,2	16	8,1	16	13,5	19	17,9	11	26,8	65	10,8
Três	35	25,4	167	83,9	99	83,2	68	64,2	10	24,4	379	62,8
Quatro	5	3,6	6	3,0	3	2,5	2	1,9	5	12,2	21	3,5
Cinco	13	9,4	2	1,0	0	0,0	0	0,0	2	5,0	17	2,8
Seis	43	31,2	2	1,0	0	0,0	5	4,7	1	2,4	51	8,5
Sete	33	23,9	2	1,0	1	0,8	8	7,6	11	26,8	55	9,1
Total	138	100,0	199	100,0	119	100,0	106	100,0	41	100,0	603 (*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: Embora tenham sido levantados dados de 639 residências, o Banco de Dados EPI-INFO do DMAD/UFPR registrou 603 respostas em relação a esta questão, ou seja, em 36 instrumentos este item não foi respondido.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

Em relação às zonas, a coleta realizada três vezes por semana teve um maior percentual de respostas nas zonas dois, três e quatro; na zona um, seis vezes por semana está em primeira posição, seguida de sete e três vezes; e, na zona cinco, apresentam o mesmo percentual as respostas de duas e de sete vezes, vindo em seguida três vezes por semana (GRÁFICO 30).

4.3.2.4.8 Destino do lixo da cidade de Paranaguá

Quanto ao destino do lixo domiciliar na cidade de Paranaguá, em 1996, predominava a coleta pública em casa, com 89,0% (568 residências); depósito coletivo para coleta apresentava 4,1% (26 residências); queimado, 2,5% (16 residências) e colocação em caçamba, 2,0% (13 residências); em relação aos outros itens: enterrado, jogado no quintal, jogado no rio, no mar ou mangue e outro apresentaram percentuais abaixo de 1,0%.

4.3.2.4.9 Destino do lixo e zona da cidade de Paranaguá

Em todas as zonas, predominava a coleta pública em casa com percentuais entre 92,9% e 99,3 % das respostas obtidas, com exceção da zona cinco onde havia uma proximidade de percentuais entre coleta pública em casa (35,5%) e depósito coletivo para coleta (32,3%) e 16,1% dos informantes responderam que o lixo era queimado. (TABELA 19)

TABELA 19 - DESTINO DO LIXO E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

DESTINO DO LIXO	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Caçamba	0	0,0	10	4,9	2	1,7	1	0,9	0	0,0	13	2,0
Coleta Pública em Casa	137	99,3	190	92,7	114	95,0	105	92,9	22	35,5	568	89,0
Depósito Coletivo p/ Coleta	0	0,0	4	2,0	1	0,8	1	0,9	20	32,3	26	4,1
Enterrado	0	0,0	0	0,0	1	0,8	1	0,9	4	6,5	6	0,9
Jogado no Quintal	1	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2
Jogado rio/mar/mangue	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,9	0	0,0	1	0,2
Jogado Terreno Baldio	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,9	1	1,6	2	0,3
Outro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	8,1	5	0,8
Queimado	0	0,0	1	0,5	2	1,7	3	2,7	10	16,1	16	2,5
Total	138	100,0	205	100,0	120	100,0	113	100,0	62	100,0	638 (*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: Embora tenham sido levantados dados de 639 domicílios, o Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR registrou 638 respostas em relação a esta questão, ou seja, um instrumento da zona três não foi respondido.

4.3.2.5 Esgoto

4.3.2.5.1 Destino do esgoto da cidade de Paranaguá

Quanto ao destino do esgoto, os dados da enquête domiciliar indicam que 66,4% das residências (423 unidades) são atendidas com rede de manilhamento de esgoto e em torno de 20,0% das moradias (125 unidades) têm fossa séptica; as demais situações (lançamento direto em rio ou mar, fossa rudimentar (casinha), lançamento em outro terreno, valeta a céu aberto e outro) apresentam percentuais abaixo de 5,6% em cada um.

Dados do PNUD/IPEA/FJP sobre o Perfil do Desenvolvimento Humano do Município de Paranaguá, indicam que, no período de 1970 a 1991, a porcentagem da população do município que vivia em domicílios com esgoto adequado cresceu 54,4%, passando de 43,6% em 1970 para 67,3% em 1991, acima da média nacional. No Brasil, em 1970, o percentual era de 42,3% e, em 1991, de 58,9%.⁶⁸⁶ Por “instalação adequada de esgoto”, o PNUD entende as instalações sanitárias não compartilhadas com outro domicílio e com escoamento através de fossa séptica ou rede geral de esgoto⁶⁸⁷.

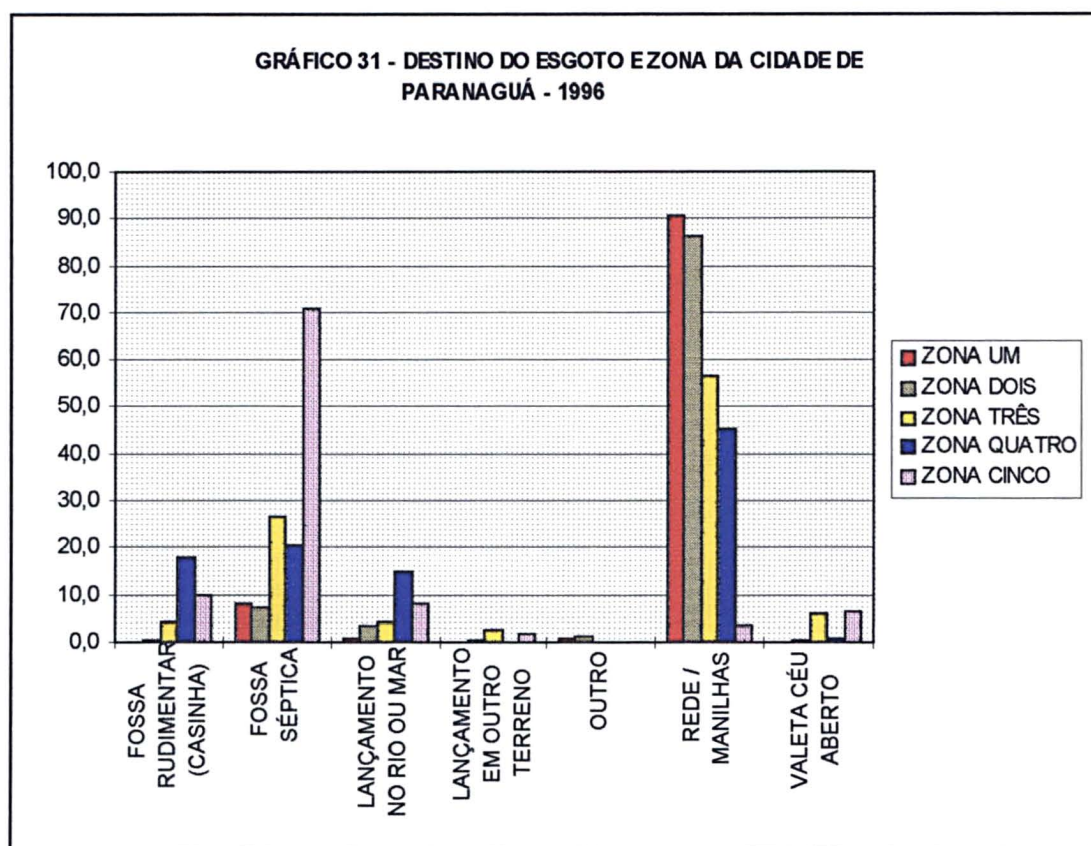
No entanto, há uma grande diferença entre adequação do esgoto em casa e o tratamento ou destino final adequado do esgoto para toda a população. Na cidade de Paranaguá, não existe tratamento de esgoto, sendo o mesmo lançado diretamente nos rios e na baía. Este é um dos maiores problemas ambientais da cidade, tendo sido apontado pela própria população.

4.3.2.5.2 Destino do esgoto e zona da cidade de Paranaguá

Em relação às zonas, nota-se que os percentuais de residências atendidas com rede de manilhamento de esgoto são decrescentes da zona um à cinco, ou seja, 90,6%, 86,3%, 56,7%, 45,5% e 3,2% respectivamente; na zona cinco, 71,0% das moradias possuem fossa séptica. Esta alternativa de depósito final dos dejetos é utilizada por 26,7% das residências na zona três e por 20,5%, na zona quatro. A fossa rudimentar (“casinha”) está presente em cerca de 18,0% das casas da zona quatro e em 9,7%, na zona cinco. Já o lançamento dos dejetos diretamente no rio ou mar é feito por 15,2% das moradias da zona quatro e 8,1%, nas da zona cinco. (GRÁFICO 31)

⁶⁸⁶ PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998. (Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil - BRA/97/007) - CD room - **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. p. 8.

⁶⁸⁷ Idem, p. 114.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.2.5.3 Destino dos efluentes da fossa séptica na cidade de Paranaguá

Segundo a enquête domiciliar realizada na cidade de Paranaguá, em 1996, das 138 residências que apresentavam fossa séptica (125) e lançamento de esgoto em valeta a céu aberto (13), 32,6% das residências (45 unidades) conduzem os efluentes da fossa séptica para poço morto; em 26,1% das casas (36 unidades), os efluentes não têm saída; em 16,7% (23 unidades), os efluentes da fossa séptica são conduzidos por manilhamento; 13,8% das moradias (19 unidades) lançam os efluentes da fossa séptica diretamente em rios e mar; nos demais casos (valeta a céu aberto, lançamento em outro terreno e outro) os percentuais ficam abaixo de 9,0%. (TABELA 20)

TABELA 20 - DESTINO DOS EFLUENTES DA FOSSA SÉPTICA E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

DESTINO DOS EFLUENTES	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Lance no Rio ou Mar	1	7,7	2	12,5	1	3,1	8	24,2	7	15,9	19	13,8
Lance Outro Terreno	0	0,0	0	0,0	1	3,1	0	0,0	0	0,0	1	0,7
Não Tem Saída	1	7,7	0	0,0	14	43,8	12	36,4	9	20,5	36	26,1
Outro	0	0,0	0	0,0	2	6,3	0	0,0	0	0,0	2	1,4
Poço Morto	4	30,8	6	37,5	5	15,6	11	33,3	19	43,2	45	32,6
Rede/Manilhas	7	53,8	8	50,0	4	12,5	1	3,0	3	6,8	23	16,7
Valeta a Céu Aberto	0	0,0	0	0,0	5	15,6	1	3,0	6	13,6	12	8,7
Total	13	100,0	16	100,0	32	100,0	33	100,0	44	100,0	138 (*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: Estão computados neste total as 125 residências que têm fossa séptica e as 13 residências que lançam os efluentes em valeta a céu aberto (12) ou em outro terreno (1).

4.3.2.5.4 Destino dos efluentes da fossa séptica e zona da cidade de Paranaguá

Em relação às zonas, observa-se que nas zonas um e dois predomina o lançamento de efluentes da fossa séptica em rede de manilhas, com percentuais respectivos de 53,8% e 50,0%; nas zonas três e quatro, os maiores percentuais são em relação a não existência de saída para os efluentes da fossa séptica nas residências (43,8% e 36,4% respectivamente). Na zona três, em segunda posição, há uma equivalência de percentuais entre o lançamento dos efluentes da fossa séptica (15,6%) em poço morto e em valeta a céu aberto. Na zona quatro, o lançamento dos efluentes em poço morto representa 33,3% das residências e diretamente nos rios e mar, 24,2%. Na zona cinco, predomina o lançamento de efluentes da fossa séptica em poço morto (43,2%), vindo em seguida a falta de saída para os respectivos efluentes (20,5%), o lançamento dos mesmos diretamente nos rios e mar (15,9%) e o lançamento em valetas a céu aberto (13,6% das casas) - (TABELA 20).

Com base nestes dados, observa-se que a zona quatro é a que apresenta as piores condições de saneamento.

4.3.2.6 Água

4.3.2.6.1 Abastecimento de água na cidade de Paranaguá

O abastecimento de água individual atingia, em 1996, 97,8% das residências amostradas da cidade de Paranaguá (625 unidades); estando 2,2% (14 unidades) submetidas ao abastecimento coletivo, dentre as quais, o maior percentual aparece na zona um (5,1% ou 7 residências) e o menor, na zona quatro (0,9% ou uma residência amostrada) - (TABELA 21).

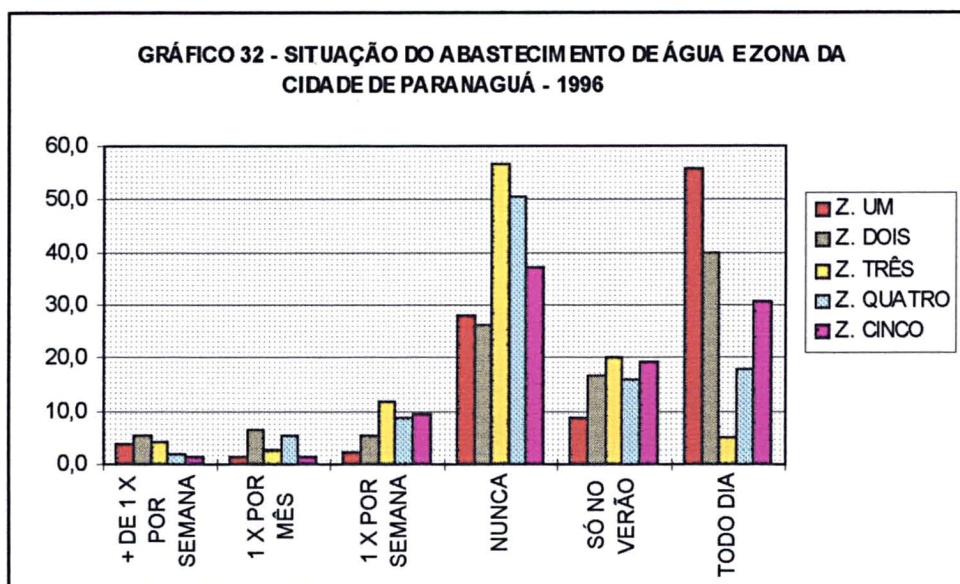
TABELA 21 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Coletivo	7	5,1	3	1,5	2	1,7	1	0,9	1	1,6	14	2,2
Só da Casa	131	94,9	202	98,5	119	98,3	112	99,1	61	98,4	625	97,8
Total	138	100,0	205	100,0	121	100,0	113	100,0	62	100,0	639	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

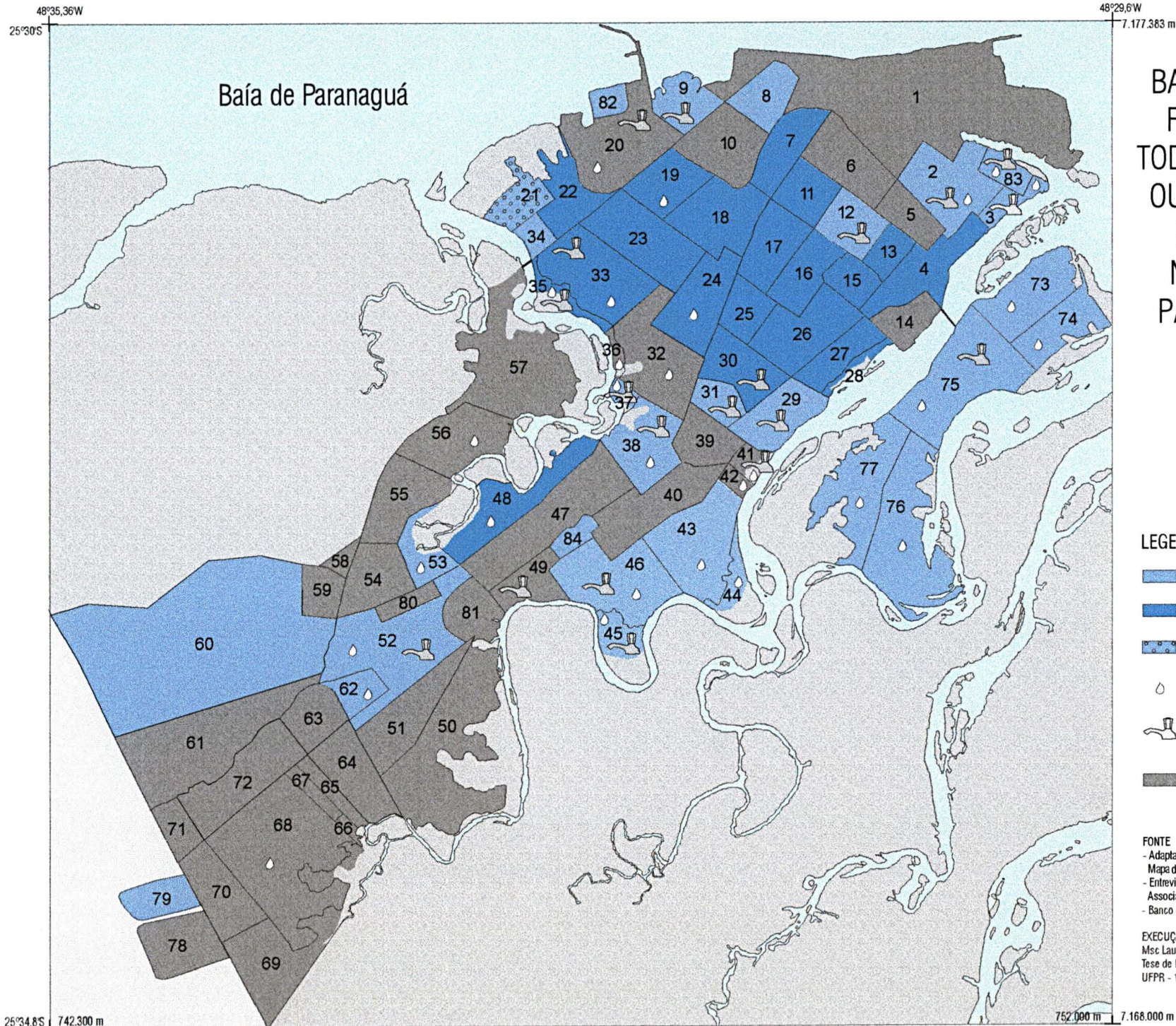
Quanto à falta de água no ano de 1996, em 32,0% das residências (204 unidades) faltava água todo dia; em 15,7% (100 unidades), faltava água somente no verão; em 14,6% (93 residências), faltava água uma ou mais vezes por semana ou, pelo menos, uma vez por mês, e, em 37,8% das residências (241 unidades) nunca faltava água.

As zonas que apresentavam maiores problemas de falta de água todo dia eram as zonas um (55,8% das residências ou 77 unidades) e a zona dois (40,0% ou 82 unidades), vindo em seguida as zonas cinco (30,6% ou 19 unidades) e quatro (17,7% ou 20 unidades). Com menor percentual de falta de água todo dia estava a zona três (5,0% das residências ou 6 unidades) e, portanto, com maior percentual de nunca faltar água (56,7% ou 68 residências) - (GRÁFICO 32).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Em relação aos bairros, os maiores percentuais de falta de água todo dia correspondem aos bairros: Alvorada, Bockmann, Campo Grande, Centro Histórico, Eldorado, Estradinha, Industrial, Leblon, Palmital, Porto dos Padres, Raia, Serraria do Rocha, Tuiuti, Vila Cruzeiro, Vila Guarani, Vila Paranaguá e Vila Nova Primavera.



MAPA 7

BAIRROS EM QUE
FALTAVA ÁGUA
TODO DIA, UMA VEZ
OU VÁRIAS VEZES
POR SEMANA
NA CIDADE DE
PARANAGUÁ EM
1996

ESCALA 1: 50.000



LEGENDA

- Reclamação de falta de água todo dia por até 49% dos entrevistados
- Reclamação de falta de água todo dia por 50% a 100% dos entrevistados
- Reclamação de falta de água todo dia e de fornecimento de água suja
- Reclamação de falta de água uma vez por semana
- Reclamação de falta de água mais de uma vez por semana
- Não houve registro de falta de água todo dia ou até uma vez por semana

FONTE

- Adaptado de CANEPARO ; MORAES .
Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1998, inédito
- Entrevistas com representantes de
Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - 1996
- Banco de Dados EPI-INFO do DMAD da UFPR - 1996 .

EXECUÇÃO

- Msc Laura Jesus de Moura e Costa
Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPR - 1999

O MAPA 7 mostra o cruzamento dos dados de reclamações de falta de água todo o dia, uma vez e mais vezes por semana, levantados tanto pela pesquisa interdisciplinar como pela individual.

4.3.2.6.2. Origem da água do domicílio na cidade de Paranaguá

O fornecimento de água pela rede pública de abastecimento (em 1996, era a CAGEPAR - Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá a responsável) predominava em 92,8% das residências (593 domicílios) e em 5,8% (37 domicílios) o abastecimento se dava por água de poço particular (TABELA 22).

Em relação às zonas, 18,6% das residências (21 domicílios) na zona quatro e 16,1% (10 domicílios), na zona cinco, retiram água de poço particular.

TABELA 22 - ORIGEM DA ÁGUA DE DOMICÍLIO E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

ORIGEM DA ÁGUA DE DOMICÍLIO	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Outro	0	0,0	0	0,0	1	0,8	0	0,0	2	3,2	3	0,5
Poço Particular	0	0,0	6	2,9	0	0,0	21	18,6	10	16,1	37	5,8
Rede (Cagepar)	138	100,0	195	95,1	119	98,3	92	81,4	49	79,0	593	92,8
Rede e Poço	0	0,0	4	2,0	1	0,8	0	0,0	1	1,6	6	0,9
Total	138	100,0	205	100,0	121	100,0	113	100,0	62	100,0	639	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

4.3.2.6.3 Origem da água de beber na cidade de Paranaguá

A água da rede pública de abastecimento, em 1996, era usada para beber em 92,2% das residências (589 domicílios) e 5,5% (35 domicílios) usavam água de poço particular.

Em relação às zonas, os maiores percentuais de uso de água de poço para beber estavam nas zonas quatro (18,6%) e cinco (14,5%) - (TABELA 23).

TABELA 23 - ORIGEM DA ÁGUA DE BEBER E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

ORIGEM DA ÁGUA DE BEBER	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Outro	2	1,4	1	0,5	1	0,8	1	0,9	3	4,8	8	1,3
Poço Particular	0	0,0	5	2,4	0	0,0	21	18,6	9	14,5	35	5,5
Rede (Cagepar)	136	98,6	195	95,1	119	98,3	90	79,6	49	79,0	589	92,2
Rede e Poço	0	0,0	4	2,0	1	0,8	1	0,9	1	1,6	7	1,1
Total	138	100,0	205	100,0	121	100,0	113	100,0	62	100,0	639	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

4.3.2.6.4 Canalização interna de água na cidade de Paranaguá

A canalização interna de água, em 1996, atingia 97,5% das residências da cidade de Paranaguá (616 domicílios da amostra) e somente 2,5% (16 domicílios da amostra) não dispunham de água encanada em casa, sendo que as maiores carências estavam na zona cinco (13,1% das residências ou 8 domicílios), vindo em seguida a zona quatro (3,6% ou 4 domicílios) - (TABELA 24).

TABELA 24 - CASAS COM CANALIZAÇÃO INTERNA DE ÁGUA E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

CANALIZAÇÃO INTERNA DE ÁGUA	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Não	2	1,5	0	0,0	2	1,7	4	3,6	8	13,1	16	2,5
Sim	134	98,5	205	100,0	117	98,3	107	96,4	53	86,9	616	97,5
Total	136	100,0	205	100,0	119	100,0	111	100,0	61	100,0	632 (*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: Este total representa somente as casas, ou seja, **NÃO** estão computados aí os 3 barracos, 2 apartamentos e 2 palafitas, com os quais daria um total de 639.

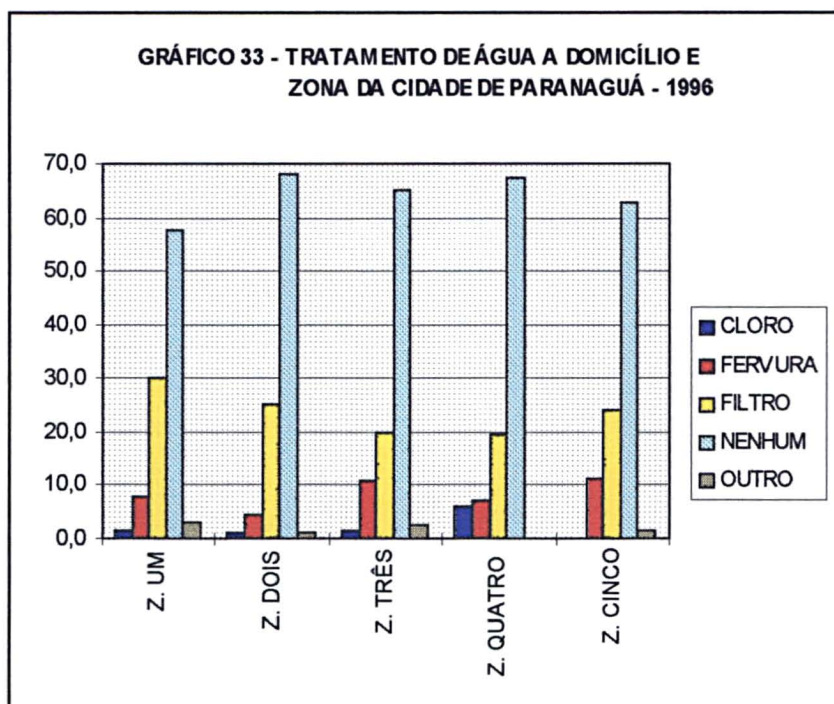
Segundo os dados do PNUD/IPEA/FJP, em 1970, 57,2% da população do município de Paranaguá viviam em domicílios com abastecimento adequado de água⁶⁸⁸ e, em 1991, este percentual era de 91,7%, significando um crescimento de 60,3%. A nível nacional, em 1970, o percentual era de 51,3% da população e, em 1991, 83,9%.

4.3.2.6.5 Tratamento dado a domicílio à água de beber na cidade de Paranaguá

Em 64,7% das residências (413 domicílios), em 1996, não era feito nenhum tratamento a domicílio da água de beber; 24,1% (154 domicílios) utilizavam filtro; 7,5% (48 domicílios) ferviam a água; 2,0% (13 domicílios) colocavam cloro; um outro tratamento era feito por 1,6% das residências (11 domicílios).

Em relação às zonas, os maiores percentuais de residências que utilizavam filtro estavam na zona um (29,9% ou 41 domicílios), vindo em seguida as zonas dois (25,4% ou 52 domicílios) e cinco (24,2% ou 15 domicílios). A fervura da água de beber era usada em 11,3% das residências da zona cinco (7 domicílios) e em 10,7% (13 domicílios) da zona três; o cloro era mais usado na zona quatro (6,2% ou 7 domicílios) - (GRÁFICO 33).

⁶⁸⁸ O PNUD considera **abastecimento adequado de água** quando este é feito através de rede geral de canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna. Idem, p. 114.



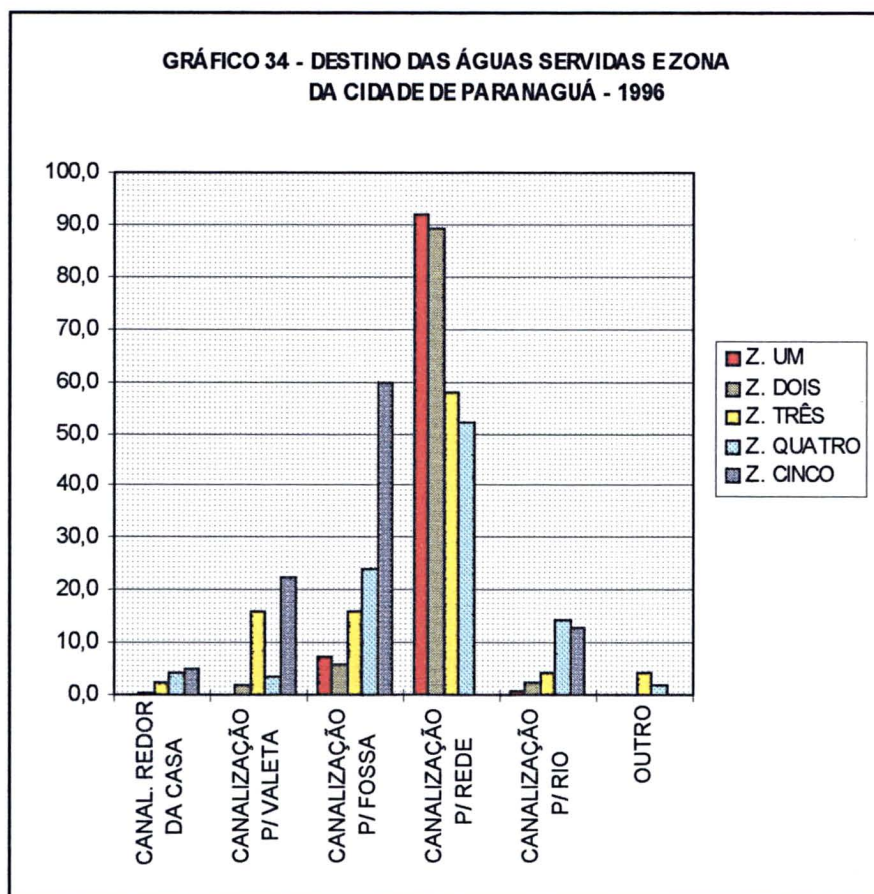
FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.2.6.6 Destino das águas servidas na cidade de Paranaguá

Em 68,7% das residências da cidade de Paranaguá (439 domicílios), em 1996, as águas servidas ou usadas eram lançadas diretamente na canalização da rede de esgoto e 16,4% (105 domicílios) lançavam-nas em fossa; os outros 14,9% (95 domicílios) correspondiam a: lançamento em valeta a céu aberto (6,4% ou 41 domicílios), canalização direta para o rio (5,5% ou 35 domicílios), lançamento ao redor da casa (1,9% ou 12 domicílios) e outro (1,1% ou 7 domicílios).

Em relação às zonas, o lançamento das águas servidas na canalização da rede apresentava os maiores percentuais em quase todas as zonas, exceto na zona cinco, onde predominava o lançamento em fossa (59,7% das residências ou 37 domicílios). O lançamento em valeta a céu aberto atingia 22,6% da zona cinco (14 domicílios) e 15,7% (19 domicílios) da zona três. A canalização diretamente para o rio ou o lançamento ao redor da casa tinham os maiores percentuais nas zonas quatro (14,2% e 4,4% respectivamente) e cinco (12,9% e 4,8% respectivamente) - (GRÁFICO 34).

Estes dados reafirmam a não existência de separação de coleta entre esgoto e águas servidas, ou seja, a não existência de tratamento de esgoto, pois ambos são lançados na mesma rede, a qual também recebe as águas pluviais, e são conduzidos diretamente para os rios ou baía.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.3 Escolaridade da População

4.3.3.1 Grau de escolaridade da população da cidade de Paranaguá

Através da enquête domiciliar, obteve-se os seguintes dados: 69,3% da população amostrada da cidade de Paranaguá possuem escolaridade de primeiro grau (ensino fundamental); 18,7% possuem o segundo grau (ensino médio) e somente 5,3% têm nível superior (ensino universitário); 6,7% têm Outro tipo de escolaridade (alfabetização de adultos, ensino de excepcionais, etc.) - (TABELA 25).

TABELA 25 - ESCOLARIDADE GERAL DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

ESCOLARIDADE	F	%
Primeiro Grau	1602	69,3
Segundo Grau	432	18,7
Superior	122	5,3
Outro	157	6,7
Total	2313 (*)	100,0

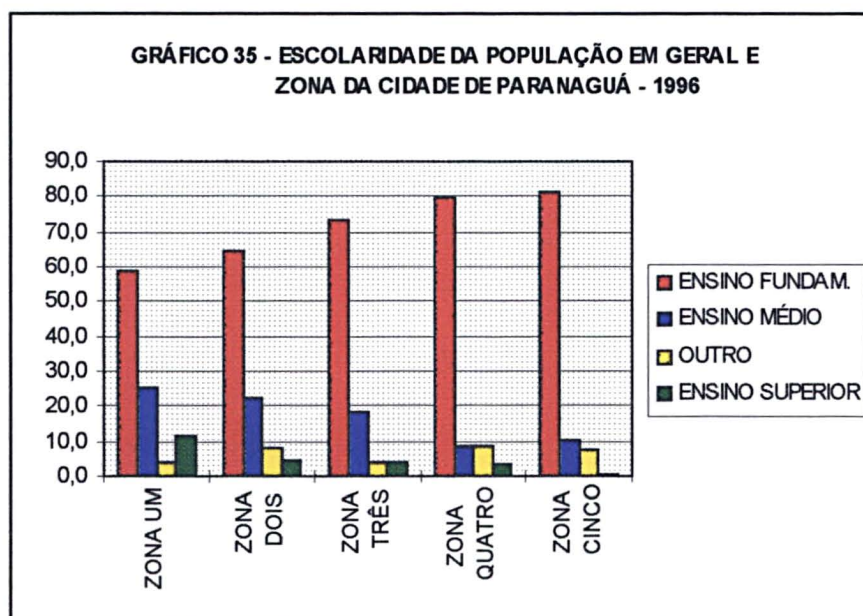
FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

NOTA: Embora os registros sejam de 2635 pessoas, o Banco de Dados EPI-INFO do DMAD/UFPR apresenta, para este item, um total de 2313 pessoas. Neste total **NÃO** estão incluídos os dados de 322 pessoas, cuja escolaridade é ignorada ou que não têm escolaridade (12,2%).

Ao cruzar os dados de sexo com grau de escolaridade, verifica-se que praticamente não existe diferença entre o sexo masculino e feminino, havendo uma escolaridade levemente superior para o sexo feminino em relação ao ensino médio, em torno de 2,0% e em relação ao ensino superior, 0,5%.

4.3.3.2 Grau de escolaridade da população e zona da cidade de Paranaguá

Em todas as zonas predomina a escolaridade de ensino fundamental (I Grau), com percentuais crescentes que variam de 58,8% a 81,3% da zona um à cinco. O ensino médio aparece em segunda posição em todas as zonas, com percentuais de 25,1% (zona um), 22,6% (zona dois), 18,3% (zona três), 8,8% (zona quatro) e 10,6% (zona cinco). O ensino superior predomina na zona um, com 11,7%, ficando nas demais zonas com percentuais iguais ou abaixo de 4,5% (GRÁFICO 35).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

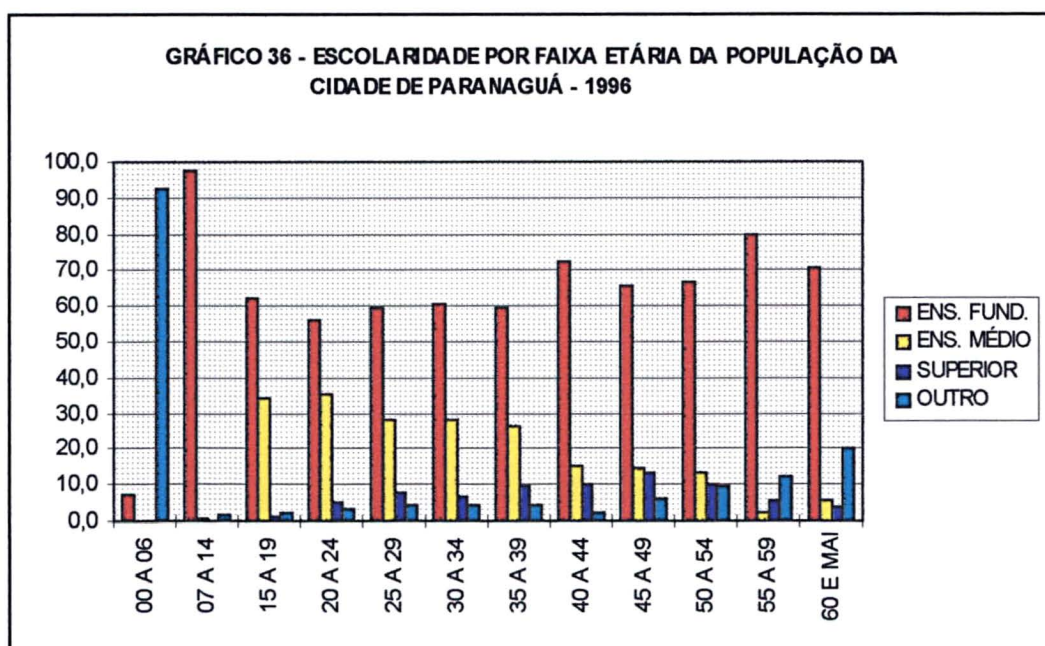
4.3.3.3 Grau de escolaridade da população e bairro da cidade de Paranaguá

Quanto à escolaridade da população por bairro, o ensino fundamental (I Grau) predomina em todos os bairros, exceto no 29 de Julho e Tuiuti onde o ensino médio (II Grau) apresenta maiores percentuais, ou seja, 75,0% e 53,3% respectivamente. Com percentuais entre 20,0% e 41,0% da população com escolaridade de ensino médio estão os bairros: Eldorado, Rocio, Centro Histórico, Alvorada, Raia, Alto São Sebastião, Vila Cruzeiro, Jardim Guaraituba, Aeroporto/Aviação, Palmital, Jardim Samambaia, Vila Industrial, Jardim Araçá, Leblon, Oceania, Vila Portuária, Serraria do Rocha, Costeira,

Jardim América, Ponta do Caju, São Vicente e Vila do Povo; nos demais bairros, os percentuais estão abaixo de 20,0%. O ensino superior predomina no Campo Grande (60,0%) e Oceania (42,1 %) e apresenta percentuais entre 10,0% e 35,0% nos bairros: São Vicente, Rocio, Leblon, Tuiuti, Vila Guadalupe, Palmital, Costeira, Centro Histórico, Vila Portuária, Alto São Sebastião, Jardim Araçá e Vila Rute.

4.3.3.4 Grau de escolaridade e faixa etária da população da cidade de Paranaguá

Com base nos dados da enquête domiciliar realizada na cidade de Paranaguá, em 1996, tem-se que na faixa etária de 00 a 06 anos, predomina Outra escolaridade (creche, pré-escola e/ou ensino de excepcionais), com 92,9%, e apresentando percentuais entre 9,0% e 20,0% nas faixas acima de 50 anos (analfabetos e/ou excepcionais). A partir dos 7 anos, em todas as faixas etárias, predomina a escolaridade de ensino fundamental; o ensino médio tem seus maiores percentuais nas faixas etárias que vão dos 15 aos 44 anos, havendo uma equivalência média de percentuais com o ensino superior entre 45 e 54 anos; os maiores percentuais de escolaridade de ensino superior estão nas faixas que vão dos 35 aos 54 anos (GRÁFICO 36).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

O predomínio da escolaridade de ensino fundamental dá-se, provavelmente, em função da carência de cursos de ensino médio e das poucas opções de cursos profissionalizantes e de ensino superior, visto que existem na cidade somente cursos de magistério, técnico de administração e contabilidade, algumas licenciaturas e bacharelado

em administração e contabilidade; também contribuem para a não continuidade dos estudos a falta de perspectivas de trabalho, tendo em vista as restrições do mercado, e a necessidade de buscar alternativas de sobrevivência independentes da formação escolar.

Segundo dados do PNUD/IPEA/FJP, em 1991, Paranaguá estava em melhor situação que o País, pois o número médio de anos de estudo no município era de 5,6 e no Brasil era de 4,9; o IDH-M Educação (Índice Municipal de Desenvolvimento Humano em relação à Educação) em Paranaguá era 0,733 e a nível nacional era 0,645. Segundo a classificação do PNUD, Paranaguá encontrava-se entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,50 e 0,80) e ocupava a 151^a. posição, ou seja, somente 3,0% dos municípios do País estavam em melhor situação que Paranaguá.⁶⁸⁹

4.3.3.5 Crianças fora da escola em idade escolar na cidade de Paranaguá

Conforme a TABELA 26, do total da população amostrada, quatrocentos e quarenta e uma (441) são crianças que estão na faixa etária de sete a quatorze anos (idade escolar), sendo que somente vinte e oito (28) destas não frequentam a escola, o que corresponde a 6,4%.

TABELA 26 - FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DA
CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO	
	F	%
00 A 06 Anos	335	12,7
07 A 14 Anos	441	16,7
15 e Mais Anos	1859	70,6
Total	2635	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Conforme a TABELA 27, os motivos pelos quais essas crianças estão fora da escola são:

- a) não quer - com maior percentual - 50,0%;
- b) outro (condição financeira, distância, expulsão, falta de vaga, etc.) - 42,9%;
- c) doente - 7,1%.

TABELA 27 - MOTIVOS PELOS QUAIS AS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR NÃO VÃO
À ESCOLA NA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

FAIXA ETÁRIA	MOTIVOS						TOTAL	
	DOENTE		NÃO QUER		OUTRO			
	F	%	F	%	F	%	F	%
07 A 14 ANOS	2	7,1	14	50,0	12	42,9	28	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

⁶⁸⁹ Idem, p. 1.

Segundo a TABELA 28, pode-se observar que, em relação às zonas:

- a) na zona um, não há registro de crianças fora da escola em idade escolar;
- b) a maior frequência de crianças fora da escola está na zona quatro (17 crianças ou 60,7%), cujos motivos principais são **outro** (52,9%) e **não quer** (35,3%); em segunda posição está a zona dois (8 crianças ou 28,6%), sendo o motivo principal **não quer** (87,5%) e, em terceira, a zona cinco (2 crianças ou 7,1%); por último está a zona três com apenas uma criança fora da escola (3,6%) por **outro** motivo;
- c) por motivo de **doença** há somente duas crianças fora da escola, as quais vivem na zona quatro;
- d) as idades que apresentam maior número de crianças fora da escola são 7 e 14 anos, com 9 crianças em cada uma destas faixas etárias.

A situação da zona um se deve, possivelmente, ao fato de estar ali o maior percentual de população adulta e idosa da cidade, serem melhores as condições de vida e mais alto o grau de escolaridade da população. Por outro lado, o inverso se dá com a zona quatro (Franjas insalubres).

TABELA 28 - CRIANÇAS FORA DA ESCOLA EM IDADE ESCOLAR NA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

IDADE DA CRIANÇA	ZONAS															TOTAL
	UM			DOIS			TRÊS			QUATRO			CINCO			
	MOTIVOS															
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
7 Anos				2		1			1			4		1		9
9 Anos				1												1
10 Anos										1	1	1				3
11 Anos												1			1	2
12 Anos				1							2					3
13 Anos										1						1
14 Anos				3							3	3				9
Subtotal de Motivo				7		1			1	2	6	9		1	1	28
Subtotal na Zona	0			8			1			17			2			28

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

OBS.: Motivos: 1 = Doente; 2 = Não quer; 3 = Outro.

A situação de Paranaguá em relação ao percentual de crianças fora da escola é melhor mas não é muito diferente da do Estado e da do País, onde os percentuais são de 8,2%⁶⁹⁰ e 9,0%⁶⁹¹ respectivamente. Se comparados com os dados do PNUD/IPEA/FJP em relação a 1991, houve uma significativa melhora, pois Paranaguá naquele ano tinha 12,9% de crianças em idade escolar fora da escola e o Brasil, 22,7%.⁶⁹²

⁶⁹⁰ Dado fornecido pelo Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e publicado no Jornal *O Estado do Paraná*, em 20/01/1998, p. 15.

⁶⁹¹ Dado do IBGE, de 1997.

⁶⁹² PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998. (Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil - BRA/97/007) - CD room - Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. p. 5.

4.3.3.6 Tipo de escola freqüentada pela população da cidade de Paranaguá

Observando a TABELA 29, verifica-se que praticamente toda a população de Paranaguá freqüentou ou freqüenta a escola pública (96,6%), sendo que somente 3,4% estudou ou estuda na escola privada.

TABELA 29 - TIPO DE ESCOLA FREQUENTADA PELA POPULAÇÃO DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

TIPO DE ESCOLA	POPULAÇÃO	
	F	%
Privada	75	3.4%
Pública	2119	96.6%
Total	2194 (*)	100.0%

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

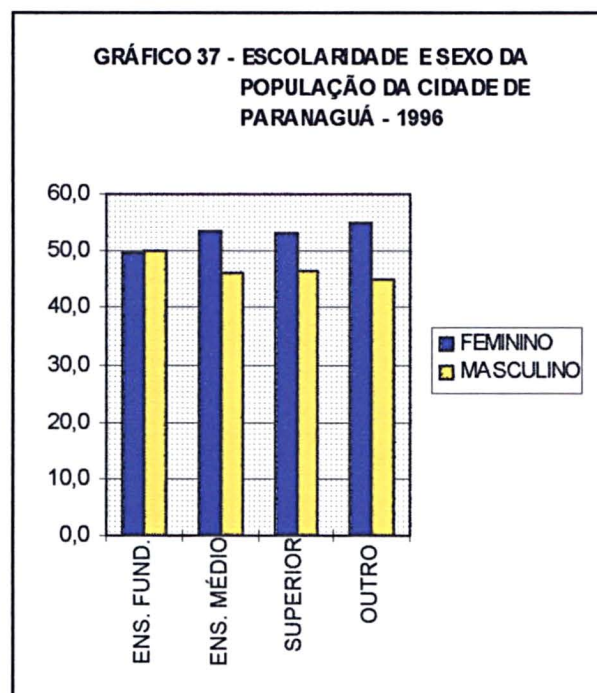
NOTA: Embora tenham sido coletados dados de 2635 pessoas, o Banco de Dados EPI-INFO do DMAD/UFPR registra, para este item, o total de 2194, ou seja, para 441 pessoas (16,7%) esta questão não ficou respondida, quer seja porque nunca freqüentou escola, quer seja porque ignora-se a escolaridade e/ou o tipo de escola freqüentada.

A escola pública é, sem dúvida, a maior opção da população que, com baixo poder aquisitivo⁶⁹³, incrementa a demanda da prestação deste serviço junto ao Estado; além do que, na cidade de Paranaguá há um pequeno número de escolas particulares (17 unidades), as quais atendem especialmente o ensino fundamental.

4.3.3.7 Escolaridade e sexo da população da cidade de Paranaguá

Os dados obtidos são 51,0% do sexo feminino e 49,0% do sexo masculino; mesmo assim, o sexo masculino apresenta um maior percentual em relação ao feminino no que se refere ao ensino fundamental (50,2 % contra 49,8 %); mas, em relação aos ensinos médio e superior, o sexo feminino tem os maiores percentuais (53,7 % e 53,3 % respectivamente) - (GRÁFICO 37).

⁶⁹³ Conforme dados levantados na pesquisa de campo pela doutoranda Sônia Maria Marchiorato Carneiro, em 1996, apenas 19,0% das famílias com filhos nas escolas públicas amostradas apresentaram renda acima de três salários mínimos. Pelo PNUD/IPEA/FJP, em 1991, no município de Paranaguá, a renda familiar *per capita* média era 1,28 (contra 1,31 a nível nacional) e a porcentagem de pessoas com renda insuficiente era de 30,9% (contra 45,46% a nível nacional). A renda *per capita* média é a razão entre o somatório da renda pessoal de todos os indivíduos e o número total destes indivíduos na unidade familiar. Os valores da renda familiar *per capita* foram expressos em salários mínimos de setembro de 1991. PNUD/IPEA/FJP/IBGE. **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros**. Brasília : PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998. (Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil - BRA/97/007) p. 112 e CD room - **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. p. 6.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.3.4 Características Culturais⁶⁹⁴

O levantamento de dados abordou fontes de informações escritas (jornais, revistas e livros), orais (rádio) e televisivas, as quais são tratadas a seguir.

4.3.4.1 Informação escrita

A informação escrita compreendeu jornais, revistas e livros.

Quanto aos jornais, de um total de 639 informantes, constatou-se que:

- a) lêem jornais: 25,5% ou 163 pessoas;
- b) não lêem jornais: 49,5% ou 316 pessoas;
- c) respostas em branco: 25,0% ou 160 pessoas.

Referente aos que lêem jornais, verifica-se:

- a) 82,0% são leitores de jornais de âmbito estadual (**Gazeta do Povo, Tribuna do Paraná, Folha de Londrina e Jornal Tibagi**);
- b) 7,7% lêem jornais locais e/ou do Litoral;

⁶⁹⁴ Os dados das características culturais e outros da população de Paranaguá, após terem sido computados e sistematizados pelos cinco doutorandos referidos nos Procedimentos Metodológicos, foram analisados em conjunto pelas doutorandas Laura Jesus de Moura e Costa e Sônia Maria Marchiorato Carneiro e constam no relatório intitulado Descrição dos dados da pesquisa realizada na cidade de Paranaguá - PR (Relatório técnico) no que se refere à educação, participação comunitária, aspectos culturais e questões ambientais, o qual encontra-se à disposição no Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, em Curitiba. (Fotocópias) Estes dados também podem ser consultados em COSTA, Laura J. M.; CARNEIRO, Sônia M. M. Educação e participação comunitária. In: LIMA, Renato; NEGRELLE, Raquel (Org.) Curitiba: Editora da UFPR; Brasília: CNPq, 1999. (no prelo)

- c) 6,2% jornais de fora do Estado
- d) 4,1% outros jornais (**Alô Negócios**, jornais religiosos, etc.)

Considerando o total da amostra de cada zona, o percentual mais alto de leitores de jornais está na zona um, com 36,2%; na zona dois alcança 27,8% e na zona três, 25,2%. Na zona cinco, 19,4% dos informantes lêem jornal e na zona quatro está o menor percentual de leitores, 13,5%.

Dentre os que lêem:

- a) os jornais de âmbito estadual têm leitura destacada em todas as zonas, sendo que o maior percentual está na zona cinco (93,3%) e o menor, na zona um (75,0%);
- b) os jornais locais e/ou do Litoral são lidos por um percentual maior de informantes da zona quatro (13,1%), vindo em seguida a zona um (8,9%);
- c) nesta mesma zona, há o maior percentual de leitores de jornais de fora do Estado (12,5%); nas zonas dois e três, alcança 5,0% dos leitores e nas zonas quatro e cinco não houve registro de leitores de jornais de outros Estados (0,0%).

Em relação às revistas, tem-se que:

- a) lêem revistas: 19,1% ou 122 pessoas;
- b) não lêem revistas: 52,1% ou 333 pessoas;
- c) respostas em branco: 28,8% ou 184 pessoas.

Dentre os que lêem revistas, pode-se observar na TABELA 30:

- a) o maior percentual de leitores (39,5%) lê revistas de conteúdo noticioso e/ou cultural (**Veja, Isto é, Super Interessante, Globo Ciência, Manchete** e outras);
- b) em segundo lugar ficam as revistas populares (**Capricho, Contigo, Querida, Sabrina** e outras), com um percentual de 23,7%;
- c) as revistas sobre moda e artesanato (**Moda Moldes, Manequim, Cláudia, Criativa, Desiner's, Faça Fácil, Sobre Crochê**, além de outras) alcançam 20,0% da preferência dos leitores e outros tipos de revistas (esportivas, em quadrinhos, forma física e outras), 16,8%.

TABELA 30 - TIPO DE REVISTA LIDA PELO TOTAL DE INFORMANTES DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

TIPO DE REVISTA	POPULAÇÃO	
	F	%
Noticiosas e Culturais	75	39,5
Populares	45	23,7
Moda, Artes	38	20,0
Outras	32	16,8
Total	190	100,00

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Dentro de cada zona:

- a) o maior percentual de leitores de revistas está na zona um, com 33,3%, e na zona cinco está o menor percentual (8,1%); há uma equivalência de percentuais entre as zonas dois, três e quatro, em torno de 16,2%;
- b) as revistas noticiosas e culturais têm a preferência dos leitores em todas as zonas, sendo que os maiores percentuais estão nas zonas quatro (51,5%) e cinco (57,1%) e há uma equivalência de percentuais entre as zonas um e dois, em torno de 37,0%; na zona três, o percentual é de 32,4%;
- c) as revistas populares alcançam os seus maiores percentuais de leitores nas zonas quatro (42,4%) e três (35,3%) e o menor percentual na zona um, com 13,8%, com exceção da zona cinco (0,0%); na zona dois este percentual é de 22,2%;
- d) as revistas de moda e artesanato se destacam na zona um, com 33,8% da preferência dos leitores; representam somente 3,0% na zona quatro e na zona cinco, há ausência de leitores de revistas populares, de moda e artesanato;
- e) em relação a outras revistas, a zona cinco se destaca com 42,9%; na zona dois, o percentual de outras revistas é o mesmo do de revistas populares (22,2%) e na zona quatro, se equivale ao de moda e artesanato (3,0%).

Quanto à leitura de livros, do total de informantes:

- a) apenas 4,4% lê livros ou 28 pessoas;
- b) não lêem livros: 60,6% ou 387 pessoas;
- c) em brancos: 35,1% ou 224 pessoas.

A zona que apresenta o maior percentual de leitores de livros é a zona três (12,1%); nas demais, os percentuais ficam abaixo de 3,7%.

Dentre os que lêem livros, verifica-se que:

- a) 56,7% das leituras são de livros de cunho religioso (*Bíblia* e livros místicos);
- b) 30,0% são de outros livros (didáticos, culinária, dicionário, etc.);
- c) 13,3% são relacionados a obras literárias (romances, literatura e ficção).

O pouco uso da informação escrita tem relação com a característica de oralidade da cultura brasileira⁶⁹⁵ e com o pouco incentivo que é dado ao hábito da leitura; bem como, pode ser consequência também do baixo poder aquisitivo da população.

GOHN, fazendo referência a COELHO (1997) em relação à cultura e cultura política, comenta que não existe uma política cultural para os movimentos sociais populares no Brasil.⁶⁹⁶

4.3.4.2 Informação oral e televisiva

⁶⁹⁵ FREIRE; NOGUEIRA, 1989.

⁶⁹⁶ GOHN, 1999. p. 61-62.

Sobre a audiência de rádio, constata-se que:

- a) a maioria dos informantes ouve rádio: 84,8% ou 542 pessoas;
- b) não ouvem rádio: 15,0% ou 96 pessoas;
- c) em branco: 0,2 % ou uma pessoa.

Dos que escutam rádio, 71,0% sintonizam as emissoras locais e 29,0% outras emissoras.

Referente aos programas de rádio, nota-se que:

- a) o maior percentual (45,1%) é de programas variados, como por exemplo: horóscopo, Giovani Rossi, sem preferência, etc.;
- b) em segundo lugar na preferência estão os programas musicais, com 33,8% (Alô, samba!, Disque e Toque, Sertanejo, Clube do Berço, etc.);
- c) os programas religiosos (evangélicos) ficam em terceira posição com 11,7%, seguido por programas de notícias (7,7%) e por último programas de esporte (1,8%).

Quanto às zonas, de forma geral, os percentuais de quem escuta rádio ficam entre 80,0% e 92,0%, expressando pouca variabilidade entre as zonas. A diferença se expressa, no entanto, pelo tipo de programa ouvido, ou seja, na zona um, predominam os programas musicais (45,7%); nas zonas dois, três e quatro, os programas variados, com percentuais de 57,8%, 48,3% e 46,2% respectivamente, e, na zona cinco, são os programas religiosos que têm a preferência de audiência (42,9%).

Em relação à televisão, verifica-se que quase toda a população amostrada assiste televisão, ou seja, 93,3% (596 pessoas), ficando sem assistir televisão somente 6,7% (43 pessoas).

Sobre os programas de televisão:

- a) os de maior audiência são as novelas (34,0%) e as notícias (26,5%);
- b) em seguida estão os programas variados (entrevistas - Jô Soares; humor - Sai de baixo; religiosos - Evangélico Record, etc.) e filmes, com respectivamente 11,3% e 11,0%;
- c) com menos de 7,0% de audiência aparecem em ordem decrescente: auditório (Sílvio Santos, Gugu, etc.) com 6,7%; esporte (4,3%); infanto-juvenil (3,3%) e documentários (2,9%).

No que diz respeito às zonas, as porcentagens dos que assistem televisão nas zonas um, dois, três e quatro estão entre 96,5% e 88,9%; na zona cinco, está o menor percentual: 82,3%.

Quanto aos programas assistidos:

- a) as novelas têm a preferência de audiência em todas as zonas, sendo que nas zonas um, dois, três e quatro há uma equivalência de percentuais em torno de 33,0% e na zona cinco, alcança 42,3%;
- b) as notícias vêm em segunda posição em todas as zonas, com uma audiência média de 26,5%;
- c) os programas variados praticamente têm o mesmo percentual (em média 11,9%) nas zonas um, dois e três, sendo que, na zona quatro, este percentual fica abaixo da metade das outras zonas (5,1%);
- d) os filmes e programas de auditório se equivalem na zona um, com 8,4%; mas, na zona dois, os filmes têm 9,5% de audiência e os programas de auditório a metade deste percentual (4,8%); nas zonas três, quatro e cinco, os filmes alcançam em torno de 13,4% da audiência e os programas de auditório, 3,2% nas zonas três e cinco, e na zona quatro, 13,0%;
- e) os programas de esporte têm um maior percentual nas zonas dois (6,6%), cinco (5,1%) e três (4,3%);
- f) os programas infanto-juvenis, na zona quatro (7,2%) e os documentários, na zona um, com 5,5%.

O rádio e a televisão são, efetivamente, os meios de comunicação de massa mais acessíveis à população; daí porque a necessidade de que as emissoras proporcionem uma maior e melhor informação sobre as questões ambientais; bem como, que prezem pela qualidade das informações dadas. Uma rádio e um canal comunitários podem cumprir um importante papel neste sentido e para o desenvolvimento de uma **Educação Ambiental Popular Permanente**.

4.3.4.3 Lazer

4.3.4.3.1 Passatempo

- a) os passeios são o passatempo preferido da população amostrada, com 42,2%;
- b) assistir televisão vem em segunda posição com 18,0% da preferência;
- c) 13,6% da população amostrada não manifestou preferência por nenhum passatempo;
- d) os passatempos: reunião familiar, viagens, leitura, esporte e outros ficam com menos de 10,0%;

Em relação às zonas, o passeio apresenta os maiores percentuais nas zonas um (51,4%), dois (58,3%) e cinco (33,9); nesta, porém, se equivale a nenhum passatempo (32,3%). Nas zonas três e quatro, o passatempo preferido é assistir televisão (em média, 31,6%). Em segunda posição, aparece na zona um a reunião familiar (13,0%) e nas zonas três e quatro, o passeio (27,0% e 23,2% respectivamente).

4.3.4.3.2 Férias

- a) o lazer preferido nas férias é viagem (21,7%) e passeio (18,3%);
- b) 17,5% da população entrevistada responderam que não têm férias e 13,4% não fazem nada nas férias;
- c) os demais passatempos de férias (trabalha em casa, outros, vai à praia, reunião familiar, esporte e leitura) ficam abaixo de 10,0%.

Quanto às zonas, os dados obtidos foram:

- a) na zona um, viagem (30,5%) e passeio (25,8%) são os lazeres de férias com maiores percentuais, tanto dentro da própria zona, quanto em relação às demais; viagem fica em segunda posição nas outras zonas;
- b) na zona dois, viagem praticamente se equivale com passeio em torno de 20,0% e há uma equivalência entre não faz nada e outros (em média 15,5%);
- c) na zona cinco trabalha em casa é o lazer de férias que predomina (com 29,6%) e vai à praia se equivale com não faz nada na terceira posição (11,3%);
- d) nas zonas três e quatro, os maiores percentuais são de não tem férias, com 33,9% e 27,0%, ficando em segunda posição na zona três viagem (18,3%) e, na zona quatro, há uma equivalência de percentuais entre não faz nada e passeio (19,4%), vindo em seguida, viagem (18,3%);
- e) reunião familiar, esporte e leitura ficam com percentuais abaixo de 3,0% em todas as zonas, observando-se que leitura somente aparece na zona dois, com 0,5%.

A opção de lazer, tanto nas férias como em passatempo, reflete aspectos culturais e econômicos. O fato de 78,3% da população não optarem pela viagem como lazer preferencial de férias e 94,8% como lazer de passatempo pode ser em função de seu custo, muitas vezes, alto. Por outro lado, com custo baixo ou sem qualquer gasto estão passeio e assistir televisão como passatempos preferenciais que, somados, envolvem mais de 60,0% dos informantes. A soma de não tem férias, não faz nada nas férias, trabalha em casa e passeia, como opções de lazer de férias, alcança 59,0% dos entrevistados.

Há que se considerar, também, a falta de alternativas de lazer na cidade de Paranaguá, tais como: parques, praças poliesportivas, atividades culturais (teatro, espetáculos musicais, etc.), o que restringe bastante a sua diversificação.

Um outro dado que pode ser relacionado com o lazer é a propriedade de barco; sem ignorar, no entanto, que este é também um meio de transporte e um instrumento de trabalho (para o pescador). Assim, dos 27 barcos registrados pela pesquisa, todos pertenciam a moradores de casas, sendo que 40,7% eram lanchas voadoras; 33,3%, barcos de madeira a motor e 25,9%, barcos a remo.

Quanto às zonas, a aquisição de barcos foi registrada com maior frequência nas zonas um (7 informantes), dois (8 informantes) e cinco (8 informantes), sendo que nas zonas um e dois predominou a lancha voadora com percentuais de 71,4% e 50,0% respectivamente e na zona cinco, o maior percentual (62,5%) era de barco de madeira a motor. Na zona três, foi registrado somente uma lancha voadora (100,0%) e na zona quatro, três barcos, sendo um de madeira a motor (33,3%) e dois a remo (66,7%). Estes dados também estão relacionados com o zoneamento proposto e reafirmam as melhores condições de vida na zona um e as piores na zona quatro.

4.3.5 Comentários Finais

Os dados da pesquisa interdisciplinar confirmaram dados do **Diagnóstico socioambiental da cidade de Paranaguá - 1995**⁶⁹⁷ e o zoneamento proposto; bem como, estão compatíveis com alguns parâmetros analisados pelo PNUD/IPEA/FJP, entre 1970 e 1991.

Para este, o **desenvolvimento humano** pode ser definido como um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural, sendo algumas dessas escolhas básicas para a vida humana, uma vez que, alcançadas, abrem caminho para as demais. O desenvolvimento humano é o desenvolvimento **das** pessoas, **para** as pessoas e **pelas** pessoas. A equidade entre gerações está no centro do desenvolvimento humano sustentável, abrangendo aspectos ambientais, institucionais, culturais, sociais e políticos.⁶⁹⁸

O Índice Municipal de Desenvolvimento Humano de Paranaguá (IDH-M), no período de 1970-1991, cresceu 43,2%, passando de 0,537 em 1970 para 0,769 em 1991.

⁶⁹⁷ COSTA et al., 1999. 47 p. (Relatórios Técnicos n. 1).

⁶⁹⁸ PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998. (Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil - BRA/97/007) p. 35-37.

Segundo a classificação do PNUD, Paranaguá estava, em 1991, entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,50 e 0,80).⁶⁹⁹

Relativamente aos outros municípios do Brasil, Paranaguá apresentava uma situação boa: ocupava a 340^a. posição, ou seja, somente 8,0% dos municípios brasileiros estavam em melhor situação. O Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M) para o Brasil era 0,742.

Em relação aos outros municípios do Estado do Paraná, Paranaguá também apresentava, em 1991, uma situação boa: ocupava a 11^a. posição, sendo que somente 10 municípios (3,0%) estavam em melhores condições. O Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M) para o Estado do Paraná era 0,760, sendo Curitiba o município com melhor índice: 0,819.⁷⁰⁰

Na ordem do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tanto em 1991 como em 1996, o Estado do Paraná esteve na 6^a. posição em nível nacional⁷⁰¹, cujos valores foram 0,811 em 1991 e 0,847 em 1996. No entanto, em 1995, o Estado chegou a ocupar a 5^a. posição, com IDH de 0,844.

⁶⁹⁹ “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) vem sendo calculado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990. O IDH representa três características desejáveis e esperadas do processo de desenvolvimento humano: a **longevidade** de uma população - expressa pela esperança de vida - , seu **grau de conhecimento** - traduzido por duas variáveis educacionais, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino - e sua **renda ou PIB per capita**, ajustada para refletir a paridade do poder de compra entre os países. O índice se situa entre os valores 0 (zero) e 1 (um), valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano. Segundo a classificação utilizada nos RDH internacionais é possível enquadrar os países em três categorias, segundo os valores observados para o IDH: (i) Países com baixo desenvolvimento humano, quando o IDH for menor do que 0,500; (ii) Países de médio desenvolvimento humano, para os valores entre 0,500 e 0,800; (iii) Países de alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800. O **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)** focaliza o município como unidade de análise e tem metodologia similar à do IDH.” PNUD/IPEA/FJP/IBGE. **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros**. Brasília: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998. (Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil - BRA/97/007) p. 19-20.

⁷⁰⁰ Idem, 122-124 e CD room - **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. p. 1.

⁷⁰¹ Em 1996, a ordem do IDH nacional era: 1) Rio Grande do Sul; 2) Distrito Federal; 3) São Paulo; 4) Santa Catarina; 5) Mato Grosso do Sul e 6) Paraná. Em 27^a. e última posição aparece o Estado do Piauí, com IDH de 0,534. Idem, p. 122.

Em relação ao Índice de Condições de Vida (ICV) ⁷⁰², em 1991, Paranaguá ocupava a 472^a. posição em nível nacional, ou seja, somente 10,0% dos municípios brasileiros estavam em melhor situação; e em nível estadual, Paranaguá ocupava a 11^a. posição, isto é, somente 3,0% dos municípios do Estado estavam em melhores condições. ⁷⁰³

4.4 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS CUJOS DADOS FORAM OBTIDOS PELA PESQUISA INDIVIDUAL

4.4.1 Ano de fundação das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá

Das 47 Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá, cujos dados foram coletados nos meses de janeiro e fevereiro de 1996, através de entrevista gravada com os respectivos diretores (geralmente o Presidente), a maioria delas (46,8%) foi criada no período de 1990 a 1993; outras dezesseis (34,0%) foram fundadas entre os anos de 1986 e 1989; seis delas (12,8%) surgiram entre os anos de 1980 e 1983, e somente três (6,4%) têm suas origens na década de setenta: Associação de Moradores da Vila Guarani (1971), Associação de Moradores do Jardim Araçá (1974) e Associação de Moradores da Ilha dos Valadares (Vila Bela - 1977). Nenhuma entidade foi criada nos anos de 1984 e 1985 e 80,8% das entidades surgiram a partir de 1986. Observa-se também que há uma equivalência de percentuais (46,8%) entre a década de 80 (34,0% + 12,8%) e os três ou quatro primeiros anos da década de 90 (46,8%).

Vale lembrar que a Federação das Associações de Moradores de Paranaguá foi criada em 1987 e que passou a denominar-se União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá (UMAMP) em 1989.

⁷⁰² “O ICV - Índice de Condições de Vida é construído através de metodologia básica idêntica à utilizada na construção do IDH, mas incorpora um conjunto maior de indicadores que retratam realidades sociais, econômicas e ambientais; avalia as **condições de vida da população**”, utilizando-se de um conjunto de vinte indicadores. Estes foram agregados em cinco grupos, ou famílias de indicadores, de modo a retratar cinco diferentes dimensões das condições de vida. **Renda** - com cinco indicadores: renda familiar per capita média; grau de desigualdade; porcentagem de pessoas com renda insuficiente; insuficiência média de renda; grau de desigualdade na população com renda insuficiente; **Educação** - com cinco indicadores: taxa de analfabetismo; número médio de anos de estudo; porcentagem da população com menos de quatro anos de estudo; porcentagem da população com menos de oito anos de estudo; porcentagem da população com mais de 11 anos de estudo; **Infância** - com quatro indicadores: porcentagem de crianças que trabalham; porcentagem de crianças que não frequentam a escola; defasagem escolar média; porcentagem de crianças com mais de um ano de defasagem escolar; **Habitação** - com quatro indicadores: porcentagem da população que vive em domicílios com densidade média acima de duas pessoas por dormitório; porcentagem da população que vive em domicílios duráveis; porcentagem da população que vive em domicílios com abastecimento adequado de água; porcentagem da população que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto; **Longevidade** - com dois indicadores: esperança de vida ao nascer; taxa de mortalidade infantil. Idem, p. 29; 74-75; 111-119.

⁷⁰³ Idem, p. 1.

No final dos anos 60 e na década de 70, a repressão do regime militar agiu fortemente sobre as organizações da sociedade civil, desarticulando-as, reprimindo-as, colocando-as na clandestinidade. Sobreviveram algumas poucas através da Igreja ou da convivência ideológica com o regime vigente (com diretorias **pelegas**).

Com a Anistia em 1979 e desde o início da década de 80, não só em Paranaguá, mas em todo o Brasil ocorreram grandes mobilizações sociais, motivadas, principalmente, através da luta pelo fim do regime militar, por uma Assembléia Nacional Constituinte, eleições diretas para Presidente da República, Governadores e Prefeitos de Municípios de áreas de Segurança Nacional. Foi nessa época, também, que surgiram ou ressurgiram muitas organizações da sociedade civil, dentre as quais incluem-se algumas Associações de Moradores de Bairro.⁷⁰⁴

No caso de Paranaguá, além do período que vai **de 1980 a 1983**, outros dois períodos representativos de organização popular foram:

- a) **de 1986 a 1989** - com a aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), foi restaurada a possibilidade de existência jurídica das entidades civis; surgiram vários programas assistencialistas e/ou repassadores de recursos federais (*ticket* de leite) e estaduais (**Projeto Gralha Azul**), os quais procuravam condicionar suas ações à existência de organizações comunitárias e, também, porque este foi um período pré e pós-eleições para Presidente da República. No Paraná, a oposição ao regime, representada pelo PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, havia vencido duas eleições consecutivas (1982 e 1986) e as lideranças do movimento pelas Diretas Já, então no Governo, deram abertura aos funcionários e técnicos para um trabalho de maior articulação Estado X sociedade civil e, inclusive, estimularam ou proporcionaram o surgimento de muitas entidades. O Prefeito de Paranaguá, nessa época, havia sido eleito pelo PMDB (gestão 1983-1988); mas, em 1989, iniciou-se novo mandato na Prefeitura, cujo prefeito pertencia a partido político que era oposição ao então Governador do Estado e já havia assumido, anteriormente, o comando do Executivo Municipal no período do regime militar (1977-1983), o que fez com que emergissem várias situações de confronto com algumas lideranças do movimento de bairro de Paranaguá. Estas passaram a ser oposição ao Prefeito;

⁷⁰⁴ Pesquisas em cartórios de São Paulo e Rio de Janeiro indicam que 68,0% das associações civis existentes em 1986 haviam sido criadas a partir de 1970. No caso de metade das 32 categorias organizacionais analisadas em São Paulo, a maioria das associações é recente, resultado de uma mobilização impulsionada pelo reordenamento social das últimas décadas. PNUD/IPEA. **Relatório sobre o desenvolvimento Humano no Brasil 1996**. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: PNUD, 1996. p. 129, 145.

bem como, reforçaram as organizações existentes ou criaram novas entidades para fortalecer a luta. Destaca-se, aí, a grande contribuição que deu o Chefe do Escritório Regional da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social (SETAS ou SEJA) em Paranaguá, no período de 1986 a 1991, no sentido de organizar a comunidade, partindo das iniciativas e necessidades do próprio bairro, e de promover o surgimento de inúmeras Associações de Moradores (42,6%, das 47 entidades em estudo).

Na opinião do ex-Prefeito de Paranaguá, gestões 1977-83 e 1989-92, a Prefeitura sempre deve estimular e, sempre que foi possível, sua administração estimulou a criação de Associações de Moradores de Bairro; mas, faz a ressalva de que algumas delas se descaracterizaram, perderam a sua motivação, no momento em que elas se tornaram uma Associação de Bairro política, com objetivos eminentemente políticos. Na sua opinião, a entidade deve servir de apoio ao vereador; deve ser a grande estimuladora do trabalho do vereador; deve ter por objetivo levantar as aspirações da população local, através de lideranças (no plural), não de um líder somente. O fato de que determinados presidentes de entidades de bairro quiseram exercer o poder de vereador sem sê-lo, acabou gerando conflitos com o poder público, pois certos indivíduos tornaram-se líderes em disputa do poder.⁷⁰⁵

A Associação de Bairro tem que ser um organismo de apoio, de orientação, de ajuda ao vereador; sobretudo ao vereador, porque ela representa a força coletiva do bairro em nome de alguém que representa o bairro; porque ela não tem a prerrogativa que o vereador tem. A Associação de Bairro só deve ir ao Prefeito... Não que ela seja proibida. Não. Ela não é proibida. Mas, ela só deve ir ao Prefeito quando a existência do vereador no bairro não se justifica; quando ele não está cumprindo a sua finalidade; quando ele não está dando razão do seu mandato. Aí, a Associação, então, com todas as prerrogativas de força política, ela deve se fazer representar perante o Poder Executivo, ao Prefeito. Mas, se for ao contrário, criam-se forças oponentes. A Associação passa a lutar contra o vereador e o vereador passa a lutar contra a Associação e o Prefeito fica no meio desse fogo. Então, o fundamental, o importante é que a Associação de Bairro seja a grande estimuladora do trabalho do vereador e só deva agir politicamente quando o vereador é omissor. (...) O erro está em que, quando se cria a Associação de Bairro, surge a figura de um líder que toma conta de tudo. A Associação de Bairro, o nome já diz: é como uma Assembléia Legislativa, né? É o poder coletivo.⁷⁰⁶

b) de 1990 a 1993 - período pré e pós-eleições municipais e estaduais, coincidindo com a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - RIO/92, ea realização de alguns programas municipais de contratação de mão-de-obra através

⁷⁰⁵ Depoimento obtido em entrevista gravada em 10 de setembro de 1998, com o ex-Prefeito de Paranaguá José Vicente Elias.

⁷⁰⁶ Idem.

de Associação de Moradores. Em 1993, teve início uma nova gestão na Prefeitura Municipal de Paranaguá, cujo Prefeito eleito havia integrado, em 1989, a Frente Inter-Sindical e Popular de oposição às administrações municipal e federal.

Em depoimentos obtidos através das entrevistas gravadas com autoridades da Administração Pública Municipal, a gestão 93-96 da Prefeitura de Paranaguá não criava Associações de Moradores, mas indicava o caminho a ser percorrido ou recomendava procurar a União Municipal das Associações de Moradores, como ocorreram com as Vilas Jardim Iguaçu, São Carlos e Jardim Eldorado. Segundo um dos entrevistados, a entidade deve ser criada com o empenho de sua base no bairro, para que possa sobreviver, inclusive nas adversidades; também sugeriu que as entidades fossem cada vez mais independentes de qualquer ação da Prefeitura.⁷⁰⁷

Mas, em depoimento de outra autoridade, foi confirmado que várias Associações de Moradores foram montadas com o apoio dos advogados da Prefeitura e de outros funcionários com experiência nessa área, a pedido da própria comunidade. As pessoas se reuniam, tinham intenção de criar a Associação e iam buscar subsídios na Prefeitura para conseguir estruturar-se.

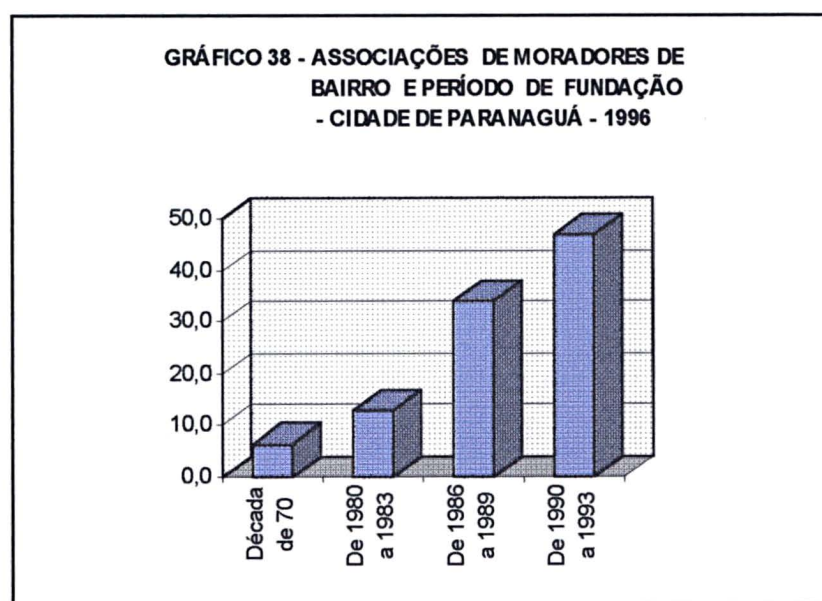
Enfim, nunca faltou apoio da Prefeitura para que mais e mais Associações fossem criadas, desde que esse desejo viesse da própria comunidade, da própria população, que sentia a necessidade de se organizar, lá, no bairro, através da sua Associação. (...) Nós tivemos várias Associações que foram criadas; inclusive de bairros que foram se formando ao longo da nossa Administração. Crescendo e desmembrando. (...) Na medida em que o bairro consegue se mobilizar, se unir, se agregar em torno de uma proposta, de um projeto de bairro e consegue eleger representações legítimas dos seus bairros, das suas comunidades, essa Associação tem tudo para se fortalecer e crescer e, na medida em que se organiza, na medida em que reivindica de uma maneira organizada, inteligente, o Administrador Público fica de uma maneira muito direta, empenhado em resolver e solucionar esses problemas, porque está lidando com uma Associação que tem representação, que tem liderança e que tem organização. Então, essa talvez seja a visão que eu tenho de Associações... Que eu vi que, no meu período, aquelas mais organizadas, aquelas que tinham realmente propostas consistentes que envolviam a maioria da comunidade, que não eram questões pontuais, pessoais, elas sempre tiveram mais vantagem. Porque você detecta, claramente, que ao atender uma reivindicação dessa, justa... como eu disse: inteligente, pensada e que envolve a comunidade como um todo, você tem muito mais prazer e tem muito mais intenção até de ajudar nesse sentido, porque você sabe que o resultado é bom para a comunidade e é bom para a Administração. Então, eu acho que, nesse ponto, eu acho que é fundamental que a liderança seja realmente uma liderança autêntica, que a comunidade consiga enxergar dentre os seus associados, pessoas de representatividade, que briguem pelas questões maiores da Associação e isso, com certeza, fortalece a Associação, faz com que ela seja mais respeitada, seja atendida, porque a Administração Pública, o Prefeito sabe que está lidando com uma Associação que tem capacidade de mobilização, que tem senso crítico, que tem organização e tem liderança.⁷⁰⁸

⁷⁰⁷ Depoimentos obtidos através de entrevistas gravadas em 15 de julho de 1998, com ex-Secretário Municipal de Paranaguá, José Baka Filho.

⁷⁰⁸ Depoimentos obtidos através de entrevistas gravadas em 17 de julho de 1998, com ex-Prefeito do Município de Paranaguá, Carlos Antonio Tortato.

Portanto, a história do surgimento das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá acompanhou, com alguns anos de diferença, o próprio contexto nacional, pois, segundo comenta AMMANN, o Movimento Popular de Bairro (em particular o do Centro-Oeste do Brasil) eclodiu após 1979, ou seja, durante a abertura política nacional e com a crise de hegemonia do regime militar; sendo que, em alguns casos, foi precedido por grupos organizados e assessorados pelo Estado. Este tinha interesse no movimento de bairro quer seja para manter o controle político sobre a população, quer seja para transformá-la em órgãos de apoio e reforço à administração pública. Salienta também que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) existentes, anteriormente à abertura política, prepararam, em muitas áreas, o surgimento do Movimento de Bairro. A mobilização popular se acentua a partir de 1980, com a abertura política, mas o seu apogeu se dá entre 1983 e 1985, especialmente no período eleitoral.⁷⁰⁹

Pelo GRÁFICO 38 e QUADRO 1, visualiza-se o surgimento das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá nos períodos compreendidos entre a década de 70 até o início de 1993.



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Pela história das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá (ANEXOS 1 e 2), pode-se perceber a inserção desse movimento social na dinâmica da cidade e também dentro de um contexto político nacional.

Ainda, no MAPA 8, visualiza-se a distribuição espacial das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá de acordo com o período em que foram fundadas. Nota-

⁷⁰⁹ AMMANN, 1991. p. 55-57.

se que, em 1996, havia um vazio de existência de Associações de Moradores nos bairros da parte central da cidade (parte mais antiga) e em alguns bairros de áreas de expansão recente (parte mais nova), principalmente naquelas situadas nas proximidades da Estrada das Praias e do Distrito Industrial do Imbocuí.

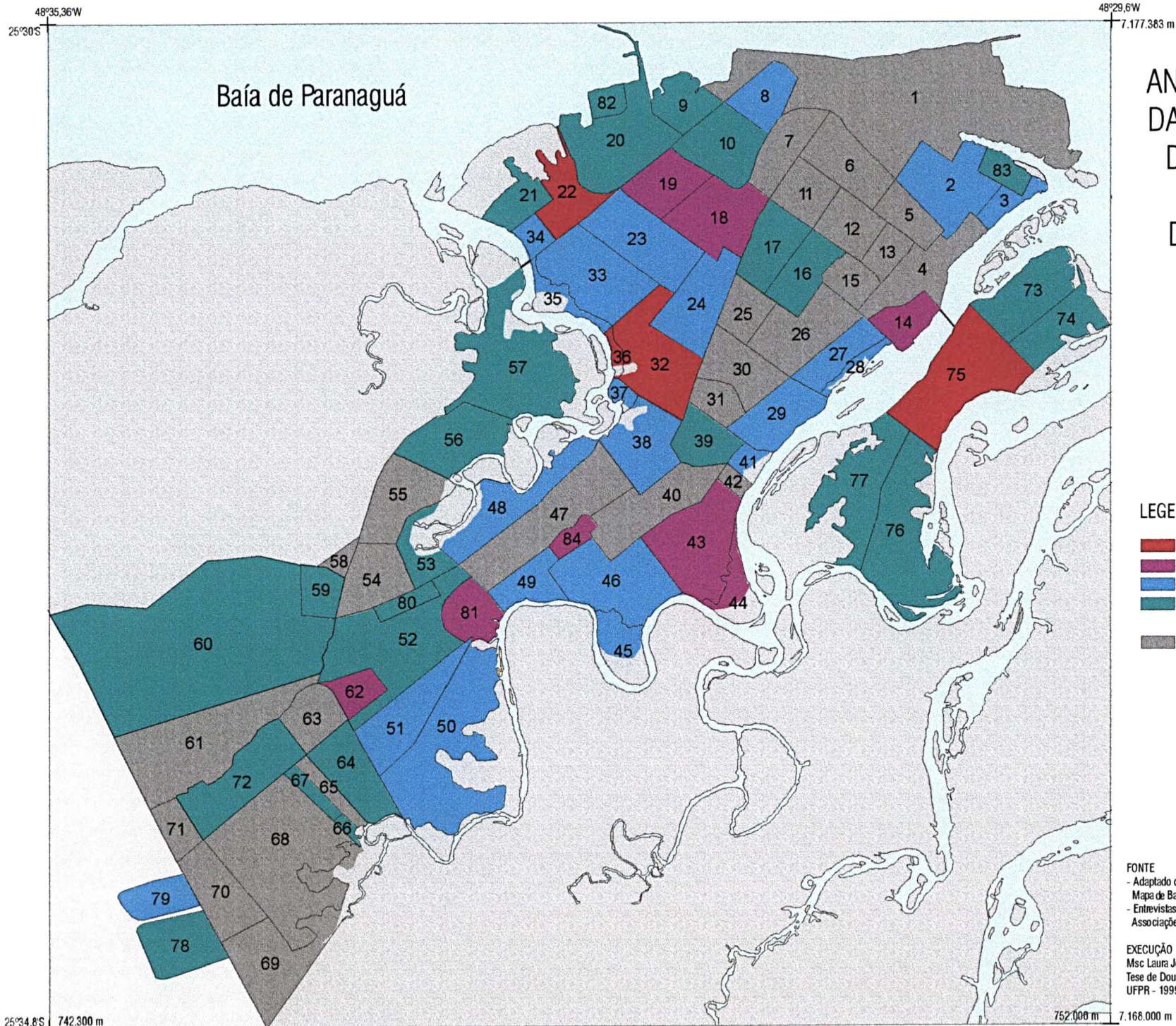
QUADRO 1 - ANO DE FUNDAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

Década de 70	Entre 1980 e 1983	Entre 1986 e 1989	Entre 1990 e 1993
<ul style="list-style-type: none"> • Ass. Mor. da Vila Guarani (1971). • Ass. Mor. do Bairro Jardim Araçá (1974). • Ass. Mor. da Ilha dos Valadares (Vila Bela) - 1979. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ass. Mor. do Bairro Jardim Samambaia (1981). • Ass. Mor. da Vila São Francisco (1982). • Ass. Mor. do Bairro Ponta do Caju (1982). • Ass. Mor. do Bairro Posto Fiscal (1982). • Ass. Mor. do Conjunto Santos Dumont - 1983 (mas, a primeira diretoria só foi eleita em 1988). Em 1989, foi considerada de utilidade pública municipal. • Ass. Mor. dos Bairros Serraria do Rocha, Jardim Santa Rosa e Vila Rute (1983). 	<ul style="list-style-type: none"> • Ass. Mor. da Vila Guadalupe (1986). • Ass. Mor. da Vila Paranaguá (1986 e reativada em 1992). • Ass. Mor. da Vila São Vicente (1986). • Ass. Mor. do Bairro da Costeira (1986). • Ass. Mor. da Vila Paraíso (1986). • Ass. Mor. do Bairro Jardim América (1987). • Ass. Mor. da Vila Cruzeiro (1987). • Ass. Mor. do Conjunto Padre Jackson (1987). • Ass. Mor. do Conjunto Porto dos Padres (1988). • Ass. Mor. do Bairro da Estradinha (1989). • Ass. Mor. da Vila Divinéia (1989). • Ass. Mor. da Vila Nova Primavera (1989). • Ass. Mor. da Vila Itiberê (Continente - 1989). • Ass. Mor. do Bairro Emboguaçu/Cocada (1989). • Ass. Mor. do Bairro Jardim Esperança (1989). • Ass. Mor. do Bairro Jardim Guaraituba (1989). <p>Federação Municipal das Associações de Moradores (1987), que passou a União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá - UMAMP (1989).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ass. Mor. da Vila Gabriel de Lara (1990) • Ass. Mor. do Bairro do Bockmann (1990). • Ass. Mor. da Vila São Jorge (1990). • Ass. Mor. do Parque São João (1991). • Ass. Mor. das Vilas Aviação e Horizonte (1991). • Ass. Mor. do Bairro da Raia (1991/92). • Ass. Mor. do Conjunto Residencial Nilson Neves (1992). • Ass. Mor. do Conjunto Costa Sul (1992). • Ass. Mor. das Vilas Portuária e Becker (1992). • Ass. Mor. do Bairro do Rocio (1993). • Ass. Mor. da Vila Sete de Setembro (Ilha dos Valadares - 1993). • Ass. Mor. do Bairro Itiberê Valadares (Ilha dos Valadares - 1993). • Ass. Mor. da Vila Alboit (1993). • Ass. Mor. do Bairro Beira Rio (1993). • Ass. Mor. da Vila Santa Helena (1993). • Ass. Mor. do Bairro Colônia Santa Rita (1993). • Ass. Mor. do Parque Agari (1993). • Ass. Mor. da Vila do Povo (1993, tendo tido uma Diretoria provisória de 1991 a 1993). • Ass. Mor. da Vila da Madeira (1993, tendo tido uma Diretoria provisória de 1991 a 1993). • Ass. Mor. da Vila Garcia (1993). • Ass. Mor. do Conjunto Bertioga (1993, tendo funcionado informalmente no período de 1990 a 1993). • Ass. Mor. do Bairro Jardim Iguaçu (1993).

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.



MAPA 8

ANO DE FUNDAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ ATÉ 1996

ESCALA 1:50.000



LEGENDA

- Fundadas na década de 70
- Fundadas entre 1980 e 1983
- Fundadas entre 1986 e 1989
- Fundadas entre 1990 e 1993
- Bairros cujos dados não foram computados

FONTE

- Adaptado de CANEPARO ; MORAES .
Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1998, inédito
- Entrevistas com representantes de
Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - 1996

EXECUÇÃO

Msc Laura Jesus de Moura e Costa
Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPR - 1999

752.000 m 7.168.000 m

4.4.2 Motivos de Fundação das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá

A maioria das Associações de Moradores foi fundada com o objetivo de resolver problemas de consumo coletivo a partir da realidade do bairro, isto é, foram fundadas para conseguir melhorias, benefícios para a vila e/ou bairro, para desenvolvê-los. Tais melhorias/benefícios/desenvolvimento significavam: asfalto, saneamento (rede de esgoto, coleta e programa de reciclagem do lixo, limpeza do bairro, água potável), combate à poluição, transporte coletivo, área de esporte, módulo policial, posto de saúde e melhor atendimento médico, iluminação pública, telefone público, escola, cursos profissionalizantes (manicura, costura, artesanatos, horta, entre outros), desenvolvimento social, amenizar a carência/miséria do bairro, além de: ter lideranças como referenciais para o encaminhamento das reivindicações do bairro.

Segundo AMMANN, as populações periféricas se organizam tanto a partir das carências de bens e recursos essenciais, como também pela tomada de consciência da pobreza em que vivem. A espoliação urbana é um processo que ocorre associado à acumulação de capital e ao grau de pauperismo da população. É a própria dinâmica de criação e apropriação de riquezas que gera essas duas faces da mesma moeda. Quase a totalidade dos Movimentos Populares de Bairro se move na instância da reprodução da força de trabalho e não, diretamente, no modo de produção, nem em suas características fundamentais.⁷¹⁰

No caso de Paranaguá, há algumas razões específicas para a criação de cada entidade que as diferenciam entre si (GRÁFICO 39 e QUADRO 2), tais como: a Associação de Moradores do Jardim América foi criada com o objetivo de unir o povo para aumentar a integração social do mesmo. Já, no Conjunto Costa Sul, a razão principal foi a de garantir a segurança dos moradores contra os roubos que constantemente ocorriam, principalmente nas casas dos fundos do conjunto. No Parque São João, havia a intenção de agrupar em uma única Associação de Moradores outras três existentes, ou seja, eliminando a da Vila Paraíso e a do Posto Fiscal, que deveriam ser incorporadas à Associação Unificada do Parque São João e, em seguida, uni-la à da Vila Divinéia. Não deu certo, pois só a do Posto Fiscal aceitou essa idéia.

No Bairro do Rocio, a Associação de Moradores surge com forte empenho de desenvolver o turismo histórico-religioso tradicional ali e de lutar contra a poluição do ar, a que se somavam também as Associações de Moradores das Vilas Guadalupe e Portuária/Becker, além da Associação de Moradores da Vila Alboitt. Por outro lado, esta última entidade (Vila Alboitt) surgiu da disposição de um grupo amigos do bairro e teve a

⁷¹⁰ Idem, p. 56-59.

sua continuidade garantida através de um grupo de senhoras (amigas entre si) que resolveu assumi-la. Cerca de vinte mulheres integravam o Grupo Rosa Branca que, há anos, vinha desenvolvendo atividades sociais com o objetivo de aproximá-las umas das outras, para desfrute de seu próprio lazer (jantares, excursões, passeios, etc.) e para prestar ajuda a quem necessite. Rosa era o nome da senhora mais idosa entre elas e fizeram o primeiro encontro no dia de seu aniversário, trazendo-lhe como presente uma rosa branca. Desse grupo de senhoras, dedicadas, prestativas, saiu a segunda gestão da Diretoria da Associação de Moradores. Vale lembrar ainda que, na Vila Santa Helena, também foi um grupo de mulheres (amigas entre si) que assumiu a Associação de Moradores na segunda gestão. A existência de grupos de amigos que se reuniam periodicamente também foi decisiva para a criação de outras três Associações de Moradores: Jardim Samambaia, Bockmann e Raia, embora nesta última (Raia) o trabalho da entidade não tenha tido continuidade. No Jardim Samambaia, o Presidente, por vários anos, da Associação de Moradores era também Presidente da Escola de Samba do Bairro (isso igualmente ocorreu na Vila Gabriel de Lara, cujo Presidente foi o criador da Escola de Samba Junqueira). No Bairro do Bockmann, a Associação surgiu a partir de uma reunião de moradores, amigos entre si, realizada na casa de um vizinho, os quais estavam dispostos a levar suas reivindicações junto aos órgãos competentes. No Bairro da Raia, seguindo o exemplo do Bairro do Bockmann, um grupo de amigos que se encontrava no Bar do Pelé ou na Escola de Samba Império do Samba (hoje, Águia de Ouro), resolveu unir-se e formar a Associação de Moradores.

A luta pela redução da prestação da casa própria foi a principal razão do surgimento das Associações de Moradores do Jardim Araçá (financiado pela Inocoop/BNH) e do Conjunto Bertoga (ter mais força para brigar contra a Cohab), além de ser uma das mais importantes lutas desenvolvidas pela Associação de Moradores do Conjunto Residencial Nilson Neves (imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal). Já, legalizar os terrenos invadidos com realização de obras de infra-estrutura foi uma das reivindicações que muito contribuiu para a criação das Associações de Moradores dos Bairros Vila Guarani, Ponta do Caju, Jardim Iguaçu, Beira Rio, Emboguaçu/Cocada, Vila do Povo, Vila São Jorge e Vila São Vicente (envolvendo cerca de 50,0% das moradias). Os moradores do bairro Beira Rio, para poderem aterrar o mangue, confrontaram-se com o Ibama. A Vila São Jorge situa-se em área alta, mas é propriedade particular que sofreu invasão; como também de propriedade particular é a área do Jardim Iguaçu. Embora não esteja diretamente relacionado com a origem da Associação de Moradores, deve-se observar que a Vila Becker é totalmente originada pela invasão de sua respectiva área e a Vila Portuária

resultou da doação de casas que o Porto fez aos seus funcionários portuários, os quais foram passando o imóvel hereditariamente, ou seja, de pai para filho.

Nas Vilas Nova Primavera, Cruzeiro, Itiberê, Divinéia e Estradinha, a criação da Associação de Moradores foi motivada pelo programa de distribuição do *ticket* de leite a famílias carentes com crianças, o qual só era dado via entidade de bairro. Indiretamente, a distribuição do *ticket* do leite também contribuiu para a criação da entidade de bairro no Jardim Guaraituba e para um relativo fortalecimento de lideranças em vários outros locais. A Associação de Moradores do Jardim Guaraituba (onde havia muita criança carente) pertencia, juntamente com outras duas (Jardim América e Conjunto Santos Dumont), à Associação de Moradores da Vila São Francisco, a qual não conseguia atender toda a demanda, razão pela qual ficou decidida a criação de entidades nos respectivos bairros.

A carência de um referencial de representação para o encaminhamento de reivindicações motivou o surgimento de Associações de Moradores nos bairros: Porto dos Padres, Padre Jackson, Vila Sete de Setembro e Bairro Itiberê (estas duas últimas, na Ilha dos Valadares).

O programa **SOS Cidade Limpa** da Prefeitura Municipal de Paranaguá que visava a contratação de mão-de-obra através das Associações de Moradores, indiretamente também estimulou o surgimento de várias entidades de bairro, tanto no Continente como na Ilha dos Valadares. Já, a Associação de Moradores da Ilha dos Valadares (Vila Bela) foi criada na época do Regime Militar (1979) e tinha como principal função fiscalizar e defender a Ilha contra invasões, prestando auxílio aos Inspetores de Bairro da Ilha, que eram nomeados pela Prefeitura Municipal.

A necessidade de melhorias sociais (Vilas Aviação e Horizonte) e de desenvolvimento e melhorias de infra-estrutura estimulou a organização de Associações de Moradores nos demais (maioria) bairros da cidade de Paranaguá. A criação da Associação de Moradores da Vila Horizonte foi motivada, principalmente, pela criação de cursos profissionalizantes, em especial para mulheres e crianças: manicura, costura, horta comunitária, etc.; mas, muitos deles ficaram somente na proposição.

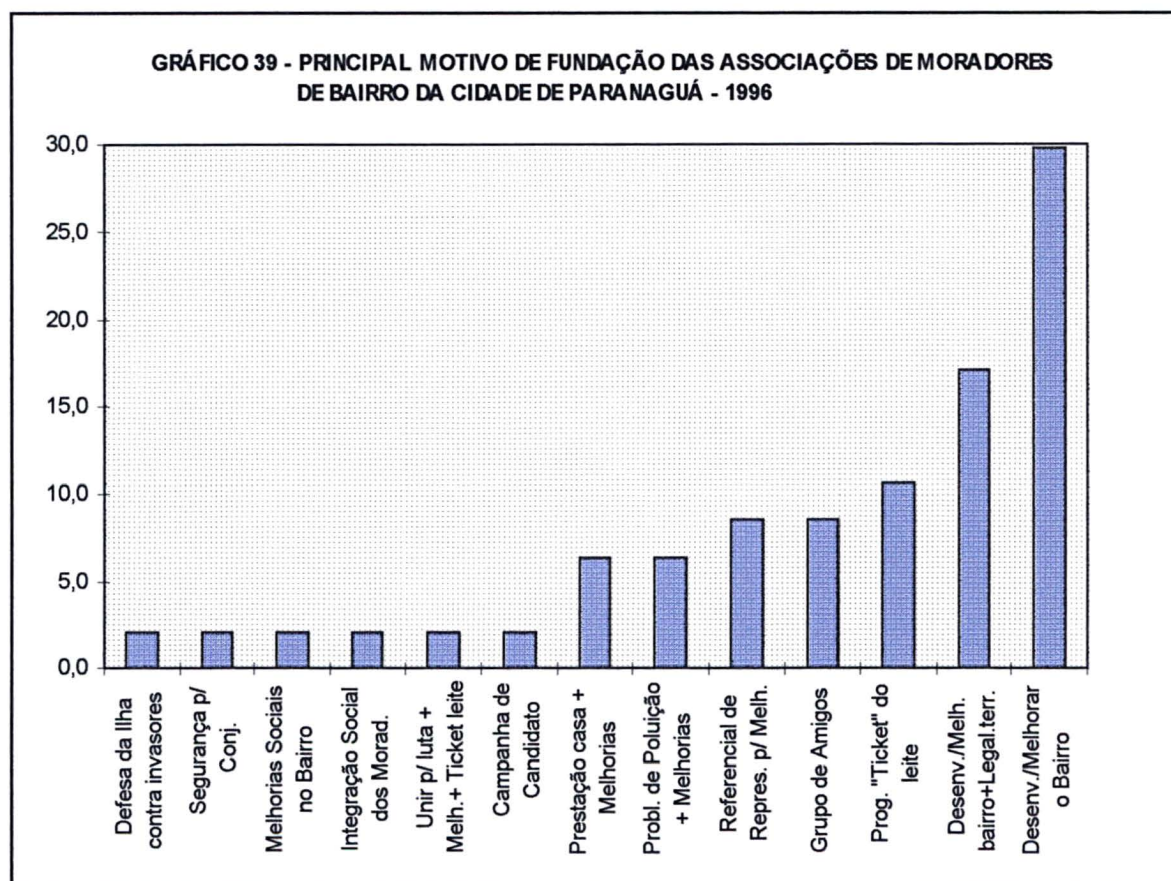
Programas de coleta seletiva de lixo, venda de papel e papelão e distribuição de cesta básica foram importantes estímulos para a criação da Associação de Moradores da Vila Paranaguá.

Um outro programa que estimulou a organização da sociedade civil nos bairros foi o **Gralha Azul** do Governo do Estado do Paraná e a ação efetiva do chefe do Núcleo Regional da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (SETAS) ou Secretaria de

Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social (SEJA), na segunda metade da década de 80 e início da década de 90.

Há que considerar ainda que a sobreposição de área de abrangência e a disputa política pelo trabalho no bairro já geraram conflitos entre as Associações de Moradores do Bairro da Costeira e a da Vila Gabriel de Lara; bem como, entre as Associações de Moradores do Bairro Itiberê e a da Vila Bela, na Ilha dos Valadares, cujos Presidentes, em 1996, eram irmãos e antigos moradores da Ilha, além de sempre existir conflitos entre times de futebol dos respectivos bairros.

Um dos depoimentos obtidos, relaciona ainda o fato de que um candidato a vereador em Paranaguá, nos primeiros anos da década de 80, saiu criando Associações de Moradores em todos os cantos do Município, sendo uma delas a das Vilas Serraria do Rocha, Vila Rute e Jardim Santa Rosa.



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Pelo MAPA 9, pode-se visualizar a distribuição espacial das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá em função do motivo pelo qual foi criada e do período em que isso ocorreu.

QUADRO 2 - PRINCIPAL MOTIVO PELO QUAL FORAM FUNDADAS E PERÍODO DE FUNDAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

Motivo de Fundação	Década de 70	De 1980 a 1983	De 1986 a 1989	De 1990 a 1993	TOTAL
Desenvolver / Melhorar o bairro (asfalto, saneamento, transporte coletivo, área de esporte, módulo policial, posto de saúde e melhor atendimento médico, iluminação pública, telefone público, escolas, creche, etc.)		V. São Francisco Posto Fiscal Cj. Santos Dumont	Vila Paranaguá Costeira Vila Paraíso Jardim Esperança Jardim Guaraituba	Vila Gabriel de Lara Vila Santa Helena Colônia Santa Rita Parque Agari Vila da Madeira Vila Garcia	14
Desenv./Melh. Bairro+ legalização terr.	Vila Guarani	Ponta do Caju	Vila São Vicente Emboguaçu/Cocada	Vila São Jorge Beira Rio Vila do Povo Jardim Iguaçu	8
Programa do <i>Ticket</i> do Leite			V. Nova Primavera Vila Itiberê (Cont.) Vila Cruzeiro Estradinha V. Divinéia		5
Grupo de Amigos + Melhorias		Jardim Samambaia		Bockmann Raia Vila Alboitt	4
Referencial de Repres. p/ Melhorias			Vila Padre Jackson Porto dos Padres	V. 7 de Set. (I. Val.) Bairro Itiberê (I.Val.)	4
Probl. de Poluição + Melhorias			Vila Guadalupe	V. Portuária/ Becker Rocio	3
Prest. Casa Própria + Melhorias	Cj. Jardim Araçá			Conj. Nilson Neves Conjunto Bertioga	3
Campanha de Candidato		Serr.Roch.+ V.Rute Jd. Santa Rosa			1
Defesa da Ilha contra invasores	I. Valad. (V. Bela)				1
Integração Social dos Moradores			Jardim América		1
Unir p/ luta + Melhorias + <i>Ticket</i> leite				Parque São João	1
Melhorias Sociais no Bairro				AVIHORI	1
Melhorar Segurança das Residências				Conjunto Costa Sul	1
TOTAL	3	6	16	22	47

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

48°35,36'W
25°30'S

48°29,6'W
7.177.383 m

MAPA 9

MOTIVO PRINCIPAL PELO QUAL FORAM FUNDADAS AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ E PERÍODO EM QUE FORAM FUNDADAS ATÉ 1996

ESCALA 1: 50.000



LEGENDA

- Desenvolver/Melhorar o bairro
- Desenvolver/Melhorar o bairro e legalizar terrenos
- Para participar do Programa do "ticket" do leite
- Grupo de amigos se uniram para conseguir melhorias no bairro
- Para ter um referencial de representação no bairro para lutar por melhorias
- Para combater os problemas de poluição e conseguir melhorias para o bairro
- Para diminuir a prestação da casa própria
- Para favorecer a campanha de candidato a vereador
- Para defender a ilha contra invasões
- Para conseguir maior integração social dos moradores
- Para unir os bairros para fortalecer a luta por melhorias e conseguir o "ticket" do leite
- Para conseguir melhorias sociais no bairro
- Para melhorar a segurança das casas do conjunto

- I Fundadas na década de 70
- II Fundadas entre 1980 - 1983
- III Fundadas entre 1986 - 1989
- IV Fundadas entre 1990 - 1993

Bairros cujos dados não foram computados

FONTE

- Adaptado de CANEPARO ; MORAES .
Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1998, inédito
- Entrevistas com representantes de Associações de Moradores de Bairro e Consulta a alguns Livros Atá - 1996

EXECUÇÃO

Msc Laura Jesus de Moura e Costa
Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPR - 1999

Baía de Paranaguá

25°34,8'S 742.300 m

752.000 m 7.168.000 m

Segundo depoimento do ex-Chefe do Núcleo Regional da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, o objetivo principal do trabalho comunitário que desenvolveu era

a formação e conscientização sócio-comunitária da população e uma participação mais efetiva da população junto à administração pública, já que seus problemas estão direta e indiretamente ligados ao seu convívio diário com os problemas.⁷¹¹

Fica evidente o compromisso de técnicos (**intelectuais**) funcionários da sociedade política com a organização da sociedade civil; bem como, a tomada de uma postura democrática e participativa na relação Estado/Movimento Popular de Bairro, em determinados períodos da conjuntura Estadual e/ou Municipal.

4.4.3 Institucionalização e Amadurecimento

4.4.3.1 Documentação oficial

Praticamente, todos os entrevistados confirmaram a existência de Livro de Ata, Estatuto e Registro em Cartório das respectivas Associações de Moradores; inclusive, alguns citaram até o CGC - Cadastro Geral de Contribuinte obtido junto à Receita Federal (Vila São Jorge, Vila da Madeira, Jardim Guaraituba e Itiberê Valadares). Embora em 1996 estivesse bastante desativada, foi citado também que a Associação de Moradores do Conjunto Santos Dumont recebeu, em 1989, o título de utilidade pública municipal.

Até o início de 1996, pelo menos duas entidades: a do Bairro da Raia (completamente desativada) e a do Jardim América, não tinham o registro em Cartório do Estatuto e da Ata de Fundação da entidade. A Associação de Moradores do Beira Rio já estava com sua documentação no Cartório para ser registrada e a Diretoria da Associação de Moradores da Vila do Povo aguardava decisão da Justiça sobre a validade das últimas eleições e o reconhecimento da Diretoria de então, mas o registro em Cartório do Estatuto e da Ata de Fundação da entidade estava em ordem. A Associação de Moradores da Vila Gabriel de Lara havia perdido toda a sua documentação oficial em um incêndio ocorrido, em 1995, no barracão onde funcionava a entidade e a Associação de Moradores da Vila Padre Jackson, mesmo tendo os registros em Cartório da Ata de Fundação e do Estatuto, em 1996 encontrava-se totalmente desativada.

⁷¹¹ Depoimento obtido por escrito via correspondência vinda do Japão, datada de 23 de julho de 1998, de Germano Pavechiewicz.

4.4.3.2 Sede própria

Das 47 Associações de Moradores envolvidas nesta pesquisa, somente 04 (8,5%) têm sede própria: a do Conjunto Residencial Nilson Neves (provisória), a do Conjunto Costa Sul (no Centro Comunitário do Conjunto), a da Vila Bela (Ilha dos Valadares - construída em 1988, com recursos do Governo do Estado do Paraná) e a da Vila Guadalupe (construída, em 1994, em terreno doado pela Prefeitura (final de rua) e com recursos angariados pelos próprios moradores, através de festas, bingos, etc.). Por ser sua sede muito pequena, quando os moradores do Conjunto Nilson Neves necessitam fazer uma assembléia, utilizam o CAÍC - Centro de Atenção Integral à Criança.

As FIGURAS 13 e 14 mostram as sedes das Associações de Moradores da Ilha dos Valadares (Vila Bela) e da Vila Guadalupe (ao lado da Socepar).

FIGURA 13.
(Foto de 1998)

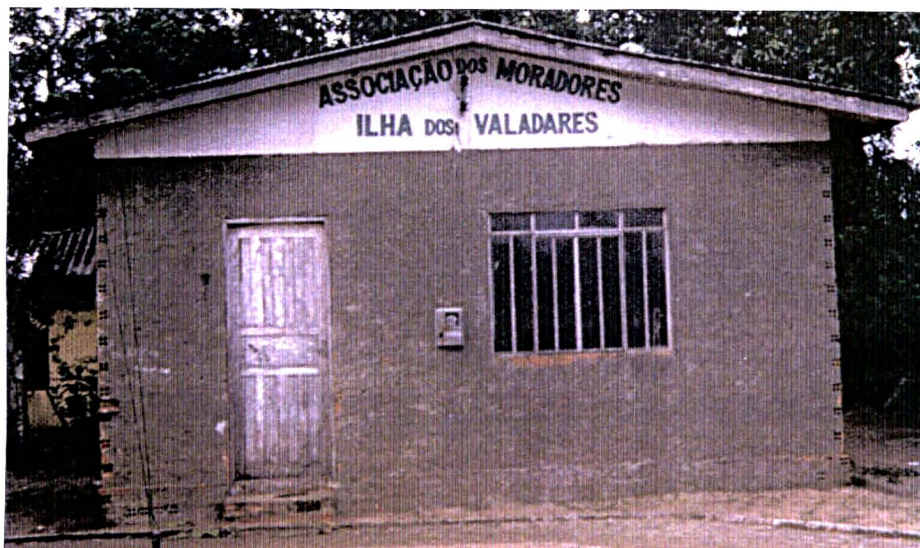


FIGURA 14 (Foto de 1998)

A Associação de Moradores do Bairro do Bockmann utilizava, em 1996, como sede da entidade o barracão (garagem) da casa do então Presidente, Pacelli Machado.

Na Vila Cruzeiro, a Associação de Moradores tinha como sede o imóvel do Centro Espírita, cuja Presidenta (Milena) era também a responsável pelo referido Centro.

No Bairro Ponta do Caju, através do Programa de Reciclagem de Lixo desenvolvido pela Prefeitura Municipal na gestão de Carlos Antônio Tortato, foi construído, nos fundos da casa do então Vice-Presidente, um barracão, onde era feita a separação do lixo e também ali faziam as reuniões da entidade; mas, com a mudança de Diretoria, em julho de 1998 este barracão já não existia mais. Havia sido demolido e as reuniões da Associação de Moradores passaram a ser feitas no Ginásio de Esportes do Aterro.

A FIGURA 15, mostra o barracão desmanchado onde funcionou a separação do lixo e a sede da Associação de Moradores da Ponta do Caju.



A Associação de Moradores da Vila Gabriel de Lara usava como sede o barracão da Escola de Samba Junqueira, cujo Presidente dirigia as duas entidades, ou então, fazia suas reuniões na sede do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos do Comércio ou na Igreja do Exército da Salvação do bairro. A Igreja do Exército da Salvação também cedia suas dependências para as reuniões da Associação de Moradores do Bairro da Costeira. Durante o pouco tempo que existiu, a Associação de Moradores do Bairro da Raia fazia suas

reuniões no Bar do Pelé ou em salas do Clube da Escola de Samba **Império do Samba** (hoje, **Águia de Ouro**).

O salão paroquial da Igreja Católica era usado para as reuniões da Associação de Moradores da Vila Horizonte, da Vila Itiberê, do Rocio (ou a casa de algum Diretor da entidade) e da Vila Guarani (que também usava a escola ou a casa do Diretor de Esporte e Lazer da entidade, senhor Jorge Charrão).

O Centro Comunitário do bairro é usado pelas seguintes Associações de Moradores: Jardim Samambaia (que o reformou, pintou e colocou bancos), Estradinha (reúne-se no Centro de Saúde Dona Baduca), Vila Sete de Setembro da Ilha dos Valadares (Centro Comunitário São Francisco de Chagas ou de Assis onde o Reverendo é Vice-Presidente da Associação de Moradores), Vila Paranaguá (que também se reúne na casa da líder da Pastoral da Criança, diretora do Departamento de Saúde da entidade e mãe da então Primeira Tesoureira).

Pela FIGURA 16, pode-se ver o Centro Comunitário São Francisco da Vila Sete de Setembro (Ilha dos Valadares), onde também funciona a sede da Associação de Moradores.



Escolas Municipais ou Estaduais ou casa de Diretores são locais onde se realizam as reuniões das Associações de Moradores dos Bairros: Jardim Guaraituba, Parque Agari, Vilas Portuária/Becker e Bairro Itiberê Valadares (que também utiliza a Escola Municipal Graciela Elizabete Almada Diaz - Ensino Fundamental e o Clube Itiberê).

Na Vila da Madeira as reuniões vinham sendo feitas, até 1996, na casa do então Presidente da Associação de Moradores ou no bar do Senhor Abel. A lanchonete que pertencia ao Vice-Presidente em 1966 era o local preferido para a realização das reuniões da Associação de Moradores da Vila Nova Primavera.

Na Vila São Francisco havia uma grande área onde os moradores jogavam futebol e queriam transformá-la em área de lazer e sede da Associação de Moradores, mas o terreno foi vendido para a Concessionária Casa Grande da FIAT, gerando uma grande insatisfação popular no bairro e um conflito com a Prefeitura Municipal. Da mesma forma, no Parque São João havia uma grande área, usada pelos moradores como campo de futebol, local de bingo, da festa das crianças, etc., e que foi reivindicada sua compra à Prefeitura; no entanto, o terreno foi vendido para a Associação dos Médicos da Unimed, desagradando profundamente os moradores. Igualmente, na Vila São Jorge, a Associação de Moradores havia reivindicado à Prefeitura a compra de um terreno onde deveria ser construída uma escola e a sede da entidade, mas seu pedido não foi atendido.

Na Vila São Vicente, a Associação de Moradores havia conseguido, junto ao Prefeito Municipal, um terreno e, em 1996, iriam iniciar a construção da sede, com a ajuda da própria comunidade.

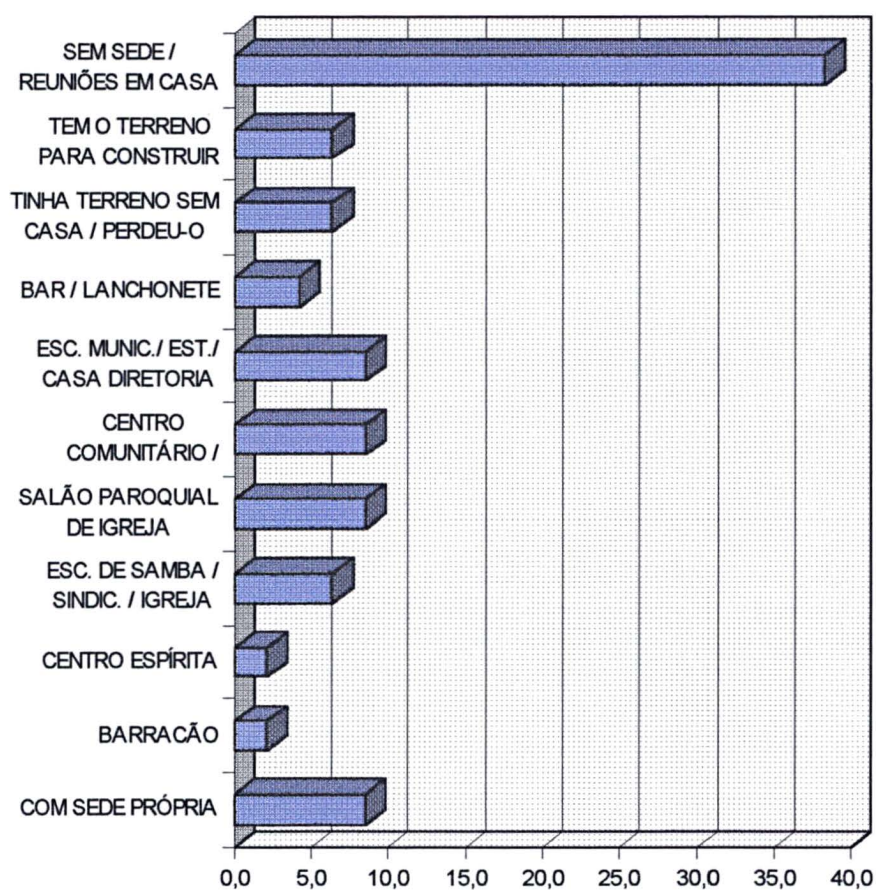
Na Vila Divinéia, a Associação de Moradores havia conseguido o terreno; faltava a construção da sede. No Jardim Esperança, em 1996, também existia um terreno e a Associação reivindicava a construção ali de um Posto de Saúde, uma área de lazer e a sede da entidade.

Não têm sede e fazem as reuniões em casa de Diretores da entidade, geralmente na casa do Presidente, as Associações de Moradores dos seguintes Bairros: Jardim Araçá, Posto Fiscal, Conjunto Santos Dumont (encontrava-se desativada em 1996), Serraria do Rocha/Vila Rute/Jardim Santa Rosa, Vila Paraíso, Jardim América, Padre Jackson, Porto dos Padres, Emboguaçu/Cocada, Beira Rio, Vila Alboitt, Vila Santa Helena, Colônia Santa Rita, Vila do Povo, Vila Garcia, Moradias do Conjunto Bertioaga e Jardim Iguaçu.

Quanto à União Municipal das Associações de Moradores, esta também não tem sede própria e funciona provisoriamente em locais cedidos, emprestados ou alugados. No final da década de 80 e início da década de 90, funcionava em espaços cedidos pelo Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e várias assembleias

gerais realizaram-se no Lar Hercília de Wasconcellos. O III Congresso Municipal das Associações de Bairros de Paranaguá, em 1992, realizou-se na sede do Sindicato dos Estivadores. Em 1996, a Umamp funcionou em uma sala do Provopar, cedido pela Prefeitura Municipal e as reuniões mais amplas eram feitas no auditório da Biblioteca Pública Municipal. Em 1998, as reuniões amplas ou assembléias gerais eram feitas em um dos auditórios do Clube Literário, no centro de Paranaguá.

GRÁFICO 40 - CONDIÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BAIRRO DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

O local onde se reúnem os membros da Associação de Moradores mantém relação com questões de apoio, autonomia ou dependência do mesmo. Um local cedido significa apoio, podendo expressar também uma dependência do proprietário do imóvel ou um atrelamento político-partidário ou ideológico a ele.

As reuniões são mais frequentemente realizadas nas residências dos próprios diretores, conforme mostra o GRÁFICO 40. Isso pode trazer vantagem da intimidade, da proximidade com a vizinhança e evitar a dependência de instituições políticas ou religiosas. Mas também, por outro lado, estão mais sujeitas a interferências externas, interrupções e dissipação. A conquista de sede própria está presente nas pautas de reivindicações da maioria das entidades (ANEXO 25 - QUADRO 11).

4.4.4 Participação das Bases e Rotatividade das Diretorias - Representatividade

4.4.4.1 Composição da diretoria das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá

Embora a composição média estatutária das Diretorias de Associações de Moradores seja de dezesseis ou dezessete membros (16,6), segundo os dados das entrevistas, há uma variação neste número que vai de um mínimo de seis (Vilas Aviação e Horizonte), sete (Jardim Araçá, Vila São Francisco, Posto Fiscal) ou oito membros (Jardim Iguaçu) a um máximo de trinta e seis pessoas (Costeira).

Como padrão mínimo de Diretoria estão seis cargos que são: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro. Exceção se faz: à Associação de Moradores do Bairro do Bockmann que na Secretaria só tem um Secretário, à da Vila São Vicente e à do Posto Fiscal que tanto na Secretaria como na Tesouraria só têm um Secretário e só um Tesoureiro, à da Vila Padre Jackson que tem uma pessoa na Secretaria e duas nas Finanças (Tesouraria) e à das Vilas Portuária/Becker que tem três Secretários e dois Tesoureiros. Por outro lado, podem haver denominações diferentes a alguns cargos, tais como: Secretário e Vice-Secretário/Tesoureiro e Vice-Tesoureiro (Vila Horizonte) ou Secretário/Diretor Financeiro e Vice (Padre Jackson).

Algumas entidades têm o cargo de Orador, como por exemplo as do: Jardim Araçá, Conjunto Residencial Costa Sul, Estradinha (com dois oradores), Vila Sete de Setembro (Valadares) e Bairro Itiberê Valadares.

O Conselho Fiscal, geralmente composto de seis membros (três efetivos e três suplentes) está presente em grande parte das entidades (42,6 %), com exceção de: Jardim

Araçá, Vila São Francisco e Vila Horizonte cujos entrevistados não citaram a existência do mesmo. Em algumas Associações, o número de membros do Conselho Fiscal varia entre um efetivo e dois suplentes (Bairro do Bockmann), dois efetivos e dois suplentes (Vila Divinéia, Costeira, Vila Paranaguá, Porto dos Padres), dois efetivos e um suplente (Estradinha), três efetivos e dois suplentes (Jardim Samambaia, Conjunto Costa Sul), cinco efetivos (Jardim América, Parque São João,), oito efetivos e oito suplentes (Vila Itiberê), cinco efetivos e três suplentes (Jardim Guaraituba), somente dois efetivos (Jardim Iguaçu, Vila Santa Helena, Beira Rio), somente três efetivos (Emboguaçu/Cocada, Parque Agari, Rocio, Posto Fiscal e Conj. Santos Dumont), quatro efetivos (Jardim Esperança), cinco efetivos (Vila São Vicente, Serraria do Rocha/Vila Rute/Jardim Santa Rosa), sete membros (Vila da Madeira).

Quanto ao Conselho Deliberativo, a composição média é também de seis membros sendo três efetivos e três suplentes; mas, de acordo com os dados das entrevistas, pelo menos dezenove entidades (40,4%) não o possuem: Vila Guarani, Jardim Araçá, Jardim Samambaia, Vila São Francisco, Posto Fiscal, Serraria do Rocha/Vila Rute/Jardim Santa Rosa, Vila Guadalupe, Vila São Vicente, Vila Itiberê, Vila Cruzeiro, Padre Jackson, Porto dos Padres, Vila Divinéia, Parque São João, Vilas Aviação e Horizonte, Conjunto Residencial Nilson Neves, Vilas Portuária/Becker, Vila da Madeira e Jardim Iguaçu. Dentre as Associações de Moradores que possuem Conselho Deliberativo, as variações em sua composição (diferentes de três efetivos e três suplentes) são as seguintes: um efetivo e cinco suplentes (Bockmann), dois efetivos e dois suplentes (Costeira, Vila Paranaguá), somente dois membros (Beira Rio, Conjunto Residencial Costa Sul, Rocio e Vila Santa Helena), somente três membros (Conjunto Santos Dumont, Estradinha, Emboguaçu/Cocada, Vila São Jorge e Parque Agari), três efetivos e um suplente (Vila Alboitt), quatro membros (Jardim Esperança), quatro efetivos e dois suplentes (Jardim Guaraituba) e quatro efetivos e cinco suplentes (Jardim América). As Associações de Moradores da Ilha dos Valadares (Vila Bela) e da Ponta do Caju, em vez de Conselho Deliberativo, têm Conselho Consultivo, composto de seis membros, sendo três efetivos e três suplentes.

No entanto, o que mais diferencia as entidades em relação à composição da Diretoria e respectivo número de membros, são as Diretorias ou Departamentos específicos, tais como:

- a) de Cultura - Ilha dos Valadares (Vila Bela), Ponta do Caju e Vila Gabriel de Lara, ou de Cultura e Turismo - Bockmann;
- b) da Ação Social ou Assistência Social ou do Bem-estar Social - Ilha dos Valadares (Vila Bela), Ponta do Caju, Porto dos Padres, Sete de Setembro (Ilha dos Valadares), Bockmann e Parque Agari;

- c) de Patrimônio - Ilha dos Valadares (Vila Bela), Ponta do Caju, Padre Jackson, Bockmann e Vila Gabriel de Lara;
- d) de Relações Públicas - Vila Paraíso, Vila Gabriel de Lara e Rocio;
- e) de Saúde - Jardim América, Vila Paranaguá e Jardim Guaraituba;
- f) de Medicina Comunitária - Bockmann;
- g) de Esportes (a maioria das entidades) ou Esportivo (Colônia Santa Rita) ou Secretaria de Esportes (Jardim América) ou de Esporte e Lazer (Vila Guarani);
- h) Diretor Social - Vila Nova Primavera, Jardim Samambaia, Padre Jackson, Estradinha e Colônia Santa Rita;
- i) de Promoções e Propaganda - Bockmann;
- j) de Segurança da Mulher - Bockmann, ou Conselho da Mulher - Costeira;
- k) Assessoria Jurídica - Vila Gabriel de Lara, Padre Jackson, ou Departamento Jurídico - Bockmann.

São mais frequentes nas Associações de Moradores os Departamentos ou Diretores de Esportes (presentes em 48,9% delas), Social (em 12,8% delas) e de Assistência Social (também, em 12,8% delas).

O representante da Associação de Moradores do Bairro Estradinha citou como também membro da Diretoria, eleito com a chapa eleitoral, os três representantes da entidade junto à União Municipal de Associações de Moradores de Paranaguá (Umamp).

Há ainda o cargo de Presidente de Honra nas Associações de Moradores dos Bairros Estradinha, Bockmann e Itiberê Valadares.

Por fim, um destaque pode ser feito às entidades que possuem mais de vinte e dois membros na composição de sua Diretoria: da Costeira (36), da Vila Gabriel de Lara (28), Vila Nova Primavera (26), do Jardim Guaraituba (25), do Bockmann (24), do Jardim América (24), da Vila Paraíso (24) e da Vila Sete de Setembro na Ilha dos Valadares (24). A Associação de Moradores do Bairro da Costeira, embora possua somente um Departamento, o Esportivo com oito pessoas, possui também o Conselho da Mulher com quatorze pessoas. No Jardim Guaraituba, são os Conselho Deliberativo (com 6) e Conselho Fiscal (com 8) os responsáveis pelo maior número de membros na Diretoria. Na Vila Nova Primavera, há duas pessoas no Departamento Social e cinco pessoas no Departamento de Esporte. Na Vila Paraíso, a entidade tem dois Departamentos: o de Relações Públicas com quatro pessoas e o de Esportes com duas pessoas. No Jardim América, há a Secretaria de Esportes com três pessoas e o Departamento de Saúde com uma pessoa. Na Vila Sete de Setembro, a Associação de Moradores, além do Orador, tem também o Departamento de Esportes com duas pessoas e o Departamento de Bem-estar Social com três pessoas.

No entanto, as composições de Diretoria mais variadas são as das Associações de Moradores da Vila Gabriel de Lara e do Bairro do Bockmann. A primeira, possui duas pessoas (Presidente e Vice) em cada Departamento, sendo estes: de Cultura, Social, de Esporte e do Patrimônio, uma pessoa no de Relações Públicas e outra na Assessoria Jurídica. Já a segunda, tem dois advogados no Departamento Jurídico e um representante em cada um dos seguintes Departamentos: de Tesouraria (além do Primeiro e Segundo Tesoureiros), de Cultura e Turismo, de Segurança da Mulher, de Medicina Comunitária, de Assistência Social, de Patrimônio, de Promoções e Propaganda, e Esportivo. Os Departamentos agem em conjunto um com o outro e a entidade também possui emblema, o qual é pintado em camisetas e agasalhos (principalmente do time de futebol), e um jornalzinho de divulgação de atividades, eventos e outros.

As FIGURAS 17 e 18, registram a cerimônia de posse de uma das diretorias eleitas pela Associação de Moradores do Bairro do Bockmann, bem como o emblema criado e usado pela entidade. Fotos de 1995 e 1996.

FIGURA 17 (1995).



FIGURA 18 (1996).



Vale lembrar que, pelo Estatuto da União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá (Umamp), a criação de Departamentos fica livre, ou seja, a critério da Diretoria ou dependendo da necessidade deste para a “**perfeita execução do plano de trabalho programado**”. Em várias Associações de Moradores, os suplentes vêm a ocupar os cargos nos Departamentos, principalmente quando estes são criados após a eleição da Diretoria.

A maioria das Associações de Moradores está constituída por grupos de pequeno porte, pois, como pode-se observar na TABELA 31, o maior percentual é de 11 a 15 diretores por entidade (36,2%), vindo em seguida de 21 a 25 diretores (23,4%) e com até 25 membros na diretoria estão 93,6% das organizações de bairro de Paranaguá.

TABELA 31 - NÚMERO DE DIRETORES POR ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE
BAIRRO DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

NÚMERO DE DIRETORES	F	%
De 6 a 10	7	14,9
De 11 a 15	17	36,2
De 16 a 20	9	19,1
De 21 a 25	11	23,4
De 26 e Mais	3	6,4
Total	47	100,0

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.
ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Estes dados podem ser visualizados pela localização espacial do bairro no MAPA

Baía de Paranaguá

MAPA 10

NÚMERO TOTAL DE DIRETORES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ 1996

ESCALA 1:50.000



LEGENDA

- de 6 a 10 diretores
- de 11 a 15 diretores
- de 16 a 20 diretores
- de 21 a 25 diretores
- de 26 a mais diretores

Bairros cujos dados não foram computados

FONTE

- Adaptado de CANEPARO ; MORAES .
Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1998, inédito
- Entrevistas com representantes de
Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - 1996

EXECUÇÃO

Msc Laura Jesus de Moura e Costa
Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPR - 1999

4.4.4.2 Tempo de mandato da diretoria

A grande maioria (68,1%) das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá tem estabelecido como tempo de mandato de suas Diretorias dois anos (TABELA 32 e GRÁFICO 41); no entanto, é muito comum vencer o mandato, não existir nenhuma inscrição de chapa para concorrer às eleições e as mesmas pessoas da gestão vencida continuarem à frente da entidade. Por esse motivo e também para que houvesse uma certa coincidência entre as gestões das Associações de Moradores e a da Administração Executiva Municipal, em 1996 a Umamp discutia a possibilidade de unificar os Estatutos das Associações de Moradores em quatro anos de mandato. Pelo menos duas entidades fizeram essa alteração: a da Colônia Santa Rita e a da Vila Sete de Setembro (Ilha dos Valadares) e outras quatro, cujo tempo de mandato era de dois anos, estudavam a possibilidade de alterá-lo para quatro anos (Vila Cruzeiro, Jardim Esperança, Vila do Povo e Parque Agari). Oito Associações de Moradores de Bairro tinham estabelecido em seus Estatutos o tempo de mandato da Diretoria em três anos: Jardim Araçá, Vila Nova Primavera, Emboguaçu/Cocada, Vila São Vicente, Vila Itiberê, Posto Fiscal, Porto dos Padres e Vila São Jorge (cujo Estatuto deixa livre o tempo de mandato, podendo ser de um, dois ou três anos). A Associação de Moradores do Bairro da Raia estava e continua completamente desativada, inexistente.

O Congresso Municipal das Associações de Moradores, instância máxima de decisão da Umamp e ocasião em que ocorre a mudança de Diretoria da entidade, deve ser realizado de dois em dois anos.

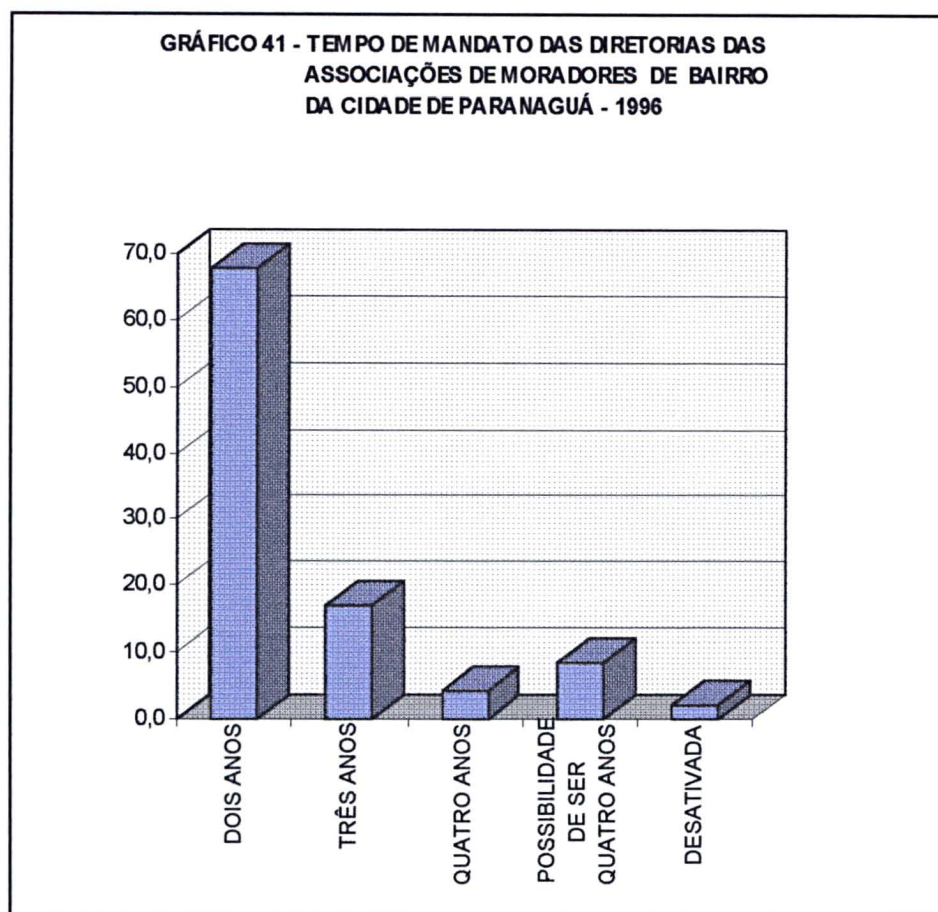
TABELA 32 - TEMPO DE MANDATO DA DIRETORIA

TEMPO DE MANDATO	NÚMERO DE ENTIDADES	%
Dois Anos	32	68,1
Três Anos	8	17,0
Quatro Anos	2	4,3
Há Possibilidade de Ser 4 Anos	4	8,5
Desativada	1	2,1
Total	47	100,0

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

4.4.4.3 Situação das diretorias das Associações de Moradores de Bairro em relação à última eleição

Com base nos dados das entrevistas, no início de 1996 pelo menos 8,5% das entidades não passavam por processo de renovação de suas Diretorias há alguns anos e 6,4% delas encontravam-se completamente inativas; aproximadamente 15,0% das entidades já estavam com a gestão vencida e haviam prorrogado o mandato uma ou duas vezes. Com pouca renovação, porém com o referendado do processo democrático (votação), estavam 10,7% das entidades e em situação indefinida, 4,3% delas, uma vez que aguardavam a decisão judicial ou organizacional (Umamp) para que nova eleição pudesse ser convocada. Mas, a grande maioria das entidades (53,2%) encontrava-se em dia, ou seja, com seu processo eleitoral e tempo de mandato praticamente atualizado. A Associação de Moradores do Conjunto Santos Dumont (2,1%) que, em 1996, encontrava-se completamente desativada, em 1998 já havia sido renovada e desfrutava de nova Diretoria (QUADRO 3 e GRÁFICO 42).

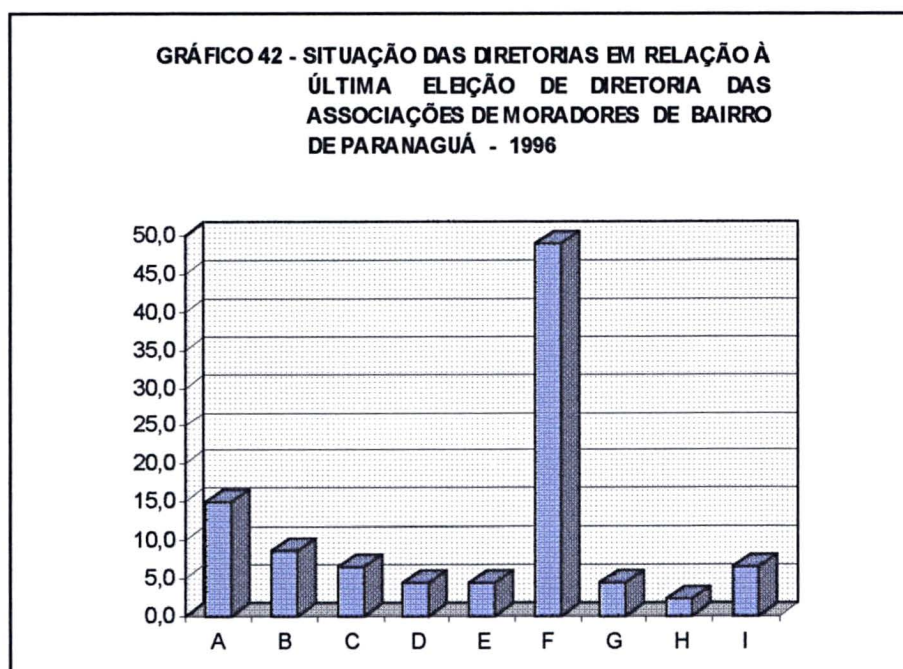
QUADRO 3 - SITUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ EM RELAÇÃO À ÚLTIMA ELEIÇÃO DE DIRETORIA - EM 1996

SITUAÇÃO DA GESTÃO EM JANEIRO/FEVEREIRO DE 1996	% DAS ENTIDADES
A - Gestão Vencida e Prorrogado o Mandato Pelo Menos Uma Vez	14,9
B - Gestão Vencida e Prorrogado o Mandato Três Vezes ou Mais	8,5
C - Uma Reeleição, com Chapa e Votação	6,4
D - Duas ou Mais Reeleições, com Chapa e Votação	4,3
E - Primeira Gestão - Não Vencida - Mandato de Quatro Anos	4,3
F - Atualizada Gestão em 94, 95 ou 96 ou Vencida em 95/96 e c/ Eleições Previstas p/ 96	48,9
G - Aguardava Decisão da Justiça ou da Umamp para Convocar Eleições em 1996	4,3
H - Encontrava-se Desativada em 1996, mas Tinha Nova Diretoria em 1998	2,1
I - Encontrava-se e Encontra-se Completamente Desativada	6,4
Total	100,0

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.



Fonte: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

Ano: 1996.

Local: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Entre 1994 e 1996, muitas entidades atualizaram suas diretorias para poderem participar de programas promovidos pela Prefeitura, como por exemplo o **S. O . S. Cidade Limpa**, que envolvia a contratação de mão-de-obra por meio da Associação de Moradores e a continuidade no referido programa também exigia diretoria atualizada. No entanto, o percentual de renovação girava em torno 63,9% das entidades.

4.4.4.4 Votantes na última eleição de diretoria das Associações de Moradores de Bairro

De acordo com o QUADRO 4, observa-se que 44,7% das Associações de Moradores, ao longo de oito anos (1988-1995), tiveram participação média de menos de cem pessoas no processo eleitoral para escolha de nova Diretoria. Se for considerada a participação de até 200 pessoas, o percentual de entidades sobe para 70,2%. As entidades que maior número de pessoas mobilizaram para as eleições de Diretoria no período de 1992 a 1995 foram: Vila Itiberê e Jardim Iguaçu (entre 401 e 500 pessoas), Vila Paranaguá, Ponta do Caju, Porto dos Padres, Estradinha, Vila Guarani, Jardim Esperança e Serraria do Rocha/Vila Rute/Jardim Santa Rosa (entre 501 a 900) e com 983 votantes na eleição realizada em 1995 está a Associação dos Moradores da Ilha dos Valadares (Vila Bela).

Em relação ao ano, nota-se que 38,3% das entidades renovaram suas Diretorias em 1993 e que, nos anos de 1993 - 1994 - 1995, 70,2% das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá passaram por processos eleitorais para mudança de Diretoria. No ano de 1995, houve assembléia geral no bairro da Costeira para substituição do Presidente (eleito em 1994), a qual contou com a presença de cerca de sessenta pessoas; nos bairros Itiberê Valadares e Ponta do Caju foram realizadas assembléias gerais que referendaram a continuidade dos então Presidentes, cujas gestões encontravam-se vencidas, e contaram com a participação de 101-200 e 501-900 pessoas respectivamente.

Os dados de número de votantes na última eleição de diretoria das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá, até início de março de 1996, podem ser visualizados espacialmente no MAPA 11.

QUADRO 4 - NÚMERO DE VOTANTES NA ÚLTIMA ELEIÇÃO ATÉ FEVEREIRO DE 1996

ANO ELEIÇÃO	ATÉ 100	DE 101 A 200	DE 201 A 300	DE 301 A 400	DE 401 A 500	DE 501 A 900	> 900	TOTAL	%
1988	POSTO FISCAL		JD. ARAÇÁ					2	4,3
1989	V. CRUZEIRO							1	2,1
1990		V. GAB. LARA						1	2,1
1991	PQ. S. JOÃO V. AVI. E HORIZ. BEIRA RIO							3	6,4
1992	CJ. COSTA SUL V. PORT/BECKER				V. ITIBERÊ	VILA PNGUÁ.		4	8,5
1993	V. S. VICENTE V. PARAÍSO V. S. JORGE V. ALBOITT CJ. PQ. AGARI V.S. FRANCISCO V. DO POVO	JD.GUARAIT. V. MADEIRA V. GARCIA CJ. BERTIOGA 7 SET. (L VAL.) V.N. PRIMAV. B. ITIBERÊ VAL	C. STA. RITA			PONTA CAJU PORTO DOS Pe. ESTRADINHA		18	38,3
1994	JD. SAMAMBAIA EMBOG/COCAD	BOCKMANN	COSTEIRA CJ. NILSON N.			V. GUARANI JD. ESPERANÇA		7	14,9
1995	V. GUADALUPE V.STA.HELENA ASS.MUD.COST.	V. DIVINÉIA ROCIO JD. AMÉRICA ASS.REF. IT. V.			JD. IGUAÇU	SER.ROCHA + ASS.REF.P.CAJ	LVALAD. (V. BELA)	8	17,0
DESATIV.	STOS. DUMONT Pe. JACKSON RALA							3	6,4
TOTAL ASS.	21	12	4	0	2	7	1	47	
% ASSOC.	44,7	25,5	8,5	0,0	4,3	14,9	2,1		100,0

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Baía de Paranaguá

MAPA 11

NÚMERO DE VOTANTES NA ÚLTIMA ELEIÇÃO DE DIRETORIA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ ATÉ FEVEREIRO DE 1996

ESCALA 1: 50.000



LEGENDA

- 900 votantes e mais
- De 501 a 900 votantes
- De 401 a 500 votantes
- De 201 a 300 votantes
- De 101 a 200 votantes
- Até 100 votantes
- Bairros cujos dados não foram computados

FONTE
- Adaptado de CANEPARO ; MORAES .
Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1998, inédito
- Entrevistas com representantes de
Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - 1996

EXECUÇÃO
Msc Laura Jesus de Moura e Costa
Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPR - 1999

4.4.4.5 Número de associados por Associação de Moradores de Bairro

Quanto ao número de Associados por entidade, é livre, ou seja, basta morar no bairro para pertencer à entidade. Não há controle de número de associados e poucas são as entidades que têm algum cadastro de moradores e, quando este existe, muitas vezes é porque foi feito a pedido da Prefeitura. Nos Conjuntos Residenciais ou Habitacionais, já é mais fácil e possível fazer o controle e o cadastro; o número de moradias é relativamente fixo e estável; também a arrecadação de contribuição mensal fica facilitada, pois corresponde a uma taxa normal de condomínio, em valor muito menor. Vale lembrar que a crise econômica nacional colocou muitos moradores mutuários em inadimplência.

4.4.4.6 Participação da população em Associações de Moradores de Bairro

Com relação aos dados da enquete ampla domiciliar, realizada coletivamente pela pesquisa interdisciplinar, observa-se na TABELA 33 que a participação ativa de membros da família em Associação de Moradores é mínima (1,7% para o chefe de família e 1,4% para o cônjuge); já a participação eventual é um pouco maior (5,5% para o chefe e 4,3% para o cônjuge). Comparando-se a participação ativa e eventual do chefe de família em relação ao cônjuge, o percentual maior é do chefe de família, com 7,2% (1,7% + 5,5% respectivamente), contra 5,7% (1,4% + 4,3% respectivamente) do cônjuge. Os índices de **não participação** são de 92,8% para o chefe de família e de 94,4% para o cônjuge.

TABELA 33 - FORMA DE PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MEMBROS DA FAMÍLIA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	MEMBROS DA FAMÍLIA			
	CHEFE		CÔNJUGE	
	F	%	F	%
Ativamente	11	1,7	7	1,4
Eventualmente	35	5,5	22	4,3
Não	592	92,8	485	94,4
Total	638 (*)	100,0	514 (**)	100,0

FONTE: Banco de Dados do EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTAS: (*) Embora tenham sido levantados dados de 639 chefes de família, o Banco de Dados EPI INFO do DMAD/UFPR registra, em relação a este item, o total de 638, ou seja, em um instrumento esta questão não foi respondida.

(**) O total de cônjuges não coincide com o total de chefes de família, pois há 125 chefes de família sem cônjuges (19,6%).

Em relação às zonas, pelas TABELAS 34 e 35:

- a) o maior percentual de participação ativa, tanto do chefe como do cônjuge, em Associação de Moradores está na zona 1, com 3,8% em média;
- b) há equivalência entre as zonas 3 e 5, em torno de 1,6%, em relação à participação ativa do chefe de família e por último estão as zonas 2 (1,0%) e 4 (0,9%);

- c) quanto à participação eventual do chefe de família, é maior nas zonas 4 (8,9%) e 1 (6,6%), sendo ausente na zona 5;
- d) já em relação à participação ativa do cônjuge, fica em segundo lugar a zona 4, com 1,1% e em terceira posição a zona 3 (1,0%); a zona 2 apresenta 0,6%, notando-se a ausência de sua participação na zona 5, tanto de forma ativa quanto eventual; ainda em relação à participação eventual do cônjuge, o maior percentual está na zona 4 (9,7%), seguido pelas zonas 1 (5,0%), 3 (3,9%) e 2 (2,4%);
- e) também observa-se ainda que a participação eventual em Associação de Moradores é maior que a ativa nas zonas 1, 2, 3 e 4 tanto por parte do chefe quanto do cônjuge.

TABELA 34 - PARTICIPAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA EM ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

CIDADE DE PARANAGUA - 1996												
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Ativamente	5	3,6	2	1,0	2	1,6	1	0,9	1	1,6	11	1,7
Eventualmente	9	6,6	9	4,4	7	5,8	10	8,9	0	0,0	35	5,5
Não Participa	123	89,8	194	94,6	112	92,6	102	90,2	61	98,4	592	92,8
Total	137	100,0	205	100,0	121	100,0	113	100,0	62	100,0	638 (*)	100,0

FONTE: Banco de Dados do EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: Embora tenham sido levantados dados de 639 chefes de família, o Banco de Dados EPI INFO do DMAD/UFPR registra, em relação a este item, o total de 638, ou seja, em um instrumento esta questão não foi respondida.

TABELA 35 - PARTICIPAÇÃO DO CÔNJUGE EM ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

PARANAGUA - 1996												
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Ativamente	4	4,0	1	0,6	1	1,0	1	1,1	0	0,0	7	1,4
Eventualmente	5	5,0	4	2,4	4	3,9	9	9,7	0	0,0	22	4,3
Não Participa	92	91,1	162	97,0	98	95,1	83	89,2	50	100,0	485	94,4
Total	101	100,0	167	100,0	103	100,0	93	100,0	50	100,0	514 (*)	100,0

FONTE: Banco de Dados do EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: O total de cônjuges não coincide com o total de chefes de família, pois há 125 chefes de família sem cônjuges (19,6%).

Estes dados evidenciam uma mínima participação da população amostrada nas organizações da sociedade civil (Associação de Moradores), predominando a forma eventual, de menor compromisso, menor responsabilidade. Esse pouco engajamento da população pode ser consequência de uma cultura política, de um processo histórico-cultural

e político do País, cujo Estado sempre manteve uma característica assistencialista, autoritária e de falsa democracia.⁷¹²

4.4.4.7 Escolaridade e participação de membros da família em Associações de Moradores

Pelas TABELAS 36 e 37 pode-se verificar que os chefes de família e cônjuges que participam (ativa e eventualmente) de Associação de Moradores têm predominantemente a escolaridade de primeiro grau (52,2% para o chefe e 72,4% para o cônjuge). Observa-se que na participação eventual, os índices de escolaridade em todos os níveis são superiores aos percentuais da participação ativa tanto para os chefes quanto para os cônjuges. Ainda neste âmbito da participação eventual, constata-se que há uma equivalência entre segundo grau e superior (13,0%) em relação à participação do chefe de família, sendo que o percentual de segundo grau é quase três vezes maior (17,2%) que o de nível superior (6,9%) quanto à participação do cônjuge. Estes dados estão dentro das características gerais de escolaridade da população da cidade de Paranaguá.

TABELA 36 - ESCOLARIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA QUE PARTICIPA DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

DE ESCOLARIDADE	FORMA DE PARTICIPAÇÃO				TOTAL	
	ATIVAMENTE		EVENTUALMENTE			
	F	%	F	%	F	%
Primeiro Grau	10	21,7	14	30,5	24	52,2
Segundo Grau	1	2,2	6	13,0	7	15,2
Superior	0	0,0	6	13,0	6	13,0
Outros	0	0,0	9	19,6	9	19,6
Total	11	23,9	35	76,1	46	100,0

FONTE: Banco de Dados do EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

TABELA 37 - ESCOLARIDADE DO CÔNJUGE QUE PARTICIPA DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

MORADORES DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1990						
DE ESCOLARIDADE	FORMA DE PARTICIPAÇÃO				TOTAL	
	ATIVAMENTE		EVENTUALMENTE			
	F	%	F	%	F	%
Primeiro Grau	6	20,7	15	51,7	21	72,4
Segundo Grau	0	0,0	5	17,2	5	17,2
Superior	1	3,5	2	6,9	3	10,4
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	7	24,2	22	75,8	29	100,0

FONTE: Banco de Dados do EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

⁷¹² DEMO, 1993. p. 32-34; 1994. p. 20-27.

4.4.4.8 Participação da população em outras entidades

A TABELA 38 mostra que apenas 4,3% da população amostrada participa de outra entidade além de sua própria Associação de Moradores, sendo que o maior percentual de participação em relação ao membro da família é do chefe (2,2%); a participação conjunta do casal é mínima (0,3%).

TABELA 38 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO AMOSTRADA E DE MEMBROS DA FAMÍLIA EM OUTRAS ENTIDADES - CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

PARTICIPAÇÃO EM OUTRA ENTIDADE	MEMBROS DA FAMÍLIA								TOTAL	
	CHEFE		CÔNJUGE		OS DOIS		IGNORADO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Sim	14	2,2	5	0,8	2	0,3	7	1,0	28	4,3
Não	1	0,2	0	0,0	0	0,0	604	94,5	605	94,7
Em Branco	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	1,0	6	1,0
Total	15	2,4	5	0,8	2	0,3	617	96,5	639	100,00

FONTE: Banco de Dados do EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.4.4.9 Participação de membros da família em outras entidades

Na TABELA 39, pode-se observar que, dos membros da família que participam de outras entidades, o maior percentual é do chefe de família (66,7%).

Em relação às zonas, visualiza-se que, dos membros da família que participam de outras entidades, o chefe de família apresenta os maiores percentuais nas zonas 1 (75,0%), 2 (80,0%) e 4 (100,0); na zona 3, o maior percentual de participação é do cônjuge (66,7%) e na zona 5 não houve nenhum registro de participação de membros da família em outras entidades. Nota-se, ainda, que a participação conjunta do chefe e do cônjuge, no geral, é inferior a 10,0%, e, em relação às zonas, ocorre na 2 e 3, com percentuais de 20,0% e 33,3%, respectivamente.

TABELA 39 - PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DA FAMÍLIA EM OUTRAS ENTIDADES E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

MEMBROS DA FAMÍLIA	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Chefe	9	75,0	4	80,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	14	66,7
Cônjuge	3	25,0	0	0,0	2	66,7	0	0,0	0	0,0	5	23,8
Os Dois	0	0,0	1	20,0	1	33,3	0	0,0	0	0,0	2	9,5
Total	12	100,0	5	100,0	3	100,0	1	100,0	0	0,0	21	100,0

FONTE: Banco de Dados do EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

4.4.4.10 Participação da população e de membros da família em função ao tipo de entidade

Pela TABELA 40, visualiza-se que, dos 4,4% da população que participam de outra entidade, a maior participação é em Associação de Moradores (32,1%); em segunda posição fica a associação religiosa (Evangélica e Católica), com 17,9%; vindo em seguida, entidade filantrópica de apoio à criança (creche, Pastoral da Criança, LBV, entre outras), com 14,3%; clube social e esportivo e sindicato de categoria profissional, com o mesmo percentual de 10,7%, e, por último, associação de categoria profissional (7,2%) e instituição feminina e de amigos, com 7,1%. Somando-se a participação em sindicato e em associação de categoria profissional, que representam formas de organização do trabalhador, obtém-se um percentual de 17,8%, que equivale à participação em associação religiosa que está em segunda posição.

TABELA 40 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO AMOSTRADA EM OUTRA ENTIDADE E CATEGORIA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL - CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996		
PARTICIPAÇÃO EM OUTRA ENTIDADE	POPULAÇÃO AMOSTRADA	
	F	%
Outra Associação de Moradores de Bairro	9	32,1
Associação Religiosa	5	17,9
Entidade Filantrópica de Apoio a Criança	4	14,3
Clube Social e Esportivo	3	10,7
Sindicato de Categoria Profissional	3	10,7
Associação de Categoria Profissional	2	7,2
Instituição Feminina e de Amigos	2	7,1
Total	28	100,0

FONTE: Banco de Dados do EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

A TABELA 41 mostra:

- a) o maior percentual de participação do chefe de família em outra entidade é em associação religiosa (28,6%); em segundo lugar, em sindicato de categoria profissional (21,4%); havendo, em terceiro lugar, uma equivalência entre os percentuais de participação em Associação de Moradores de Bairro e associação de categoria profissional (14,3%). Somando-se a participação em sindicato e em associação de categoria profissional, obtém-se um percentual de 35,7%, que coloca a participação em entidade de organização do trabalhador em primeiro lugar;
- b) quanto ao cônjuge, a participação maior é em Associação de Moradores de Bairro (60,0%); ficando em segundo lugar, com um percentual equivalente de 20,0%, a participação em entidade filantrópica de apoio à criança e em instituição feminina e de amigos;

- c) os dois juntos participam, com equivalência de percentual (50,0%), em associação religiosa e clube social e esportivo.

TABELA 41 - PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DA FAMÍLIA EM OUTRA ENTIDADE E CATEGORIA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL - CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

PARTICIPAÇÃO EM OUTRA ENTIDADE	MEMBROS DA FAMÍLIA						TOTAL	
	CHEFE		CÔNJUGE		OS DOIS			
	F	%	F	%	F	%	F	%
Assoc. de Morad. de Bairro	2	14,3	3	60,0	0	0,0	5	23,8
Associação Religiosa	4	28,6	0	0,0	1	50,0	5	23,8
Sindicato de Categ. Profission.	3	21,4	0	0,0	0	0,0	3	14,3
Assoc. de Categ. Profissional	2	14,3	0	0,0	0	0,0	2	9,6
Ent. Filant. de Apoio à Criança	1	7,2	1	20,0	0	0,0	2	9,5
Clube Social e Esportivo	1	7,1	0	0,0	1	50,0	2	9,5
Instituição Feminina e de Amigos	1	7,1	1	20,0	0	0,0	2	9,5
Total	14	100,0	5	100,0	2	100,0	21	100,0

FONTE: Banco de Dados do EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Pela TABELA 42 vê-se:

- nas zonas 1 e 4, a maior participação em outra entidade é em Associação de Moradores de Bairro (37,5% e 100,0% respectivamente);
- na zona 3, há uma equivalência de percentuais (33,3%) entre a participação em Associação de Moradores, em entidades filantrópicas de apoio à criança e em clube social e esportivo;
- já em relação à zona 2, o maior percentual (42,8%) é de participação em associação religiosa, vindo em seguida, a participação em entidades filantrópicas de apoio à criança;
- na zona 5, não há registro de participação em outra entidade;
- as zonas 1 e 2 são as que apresentam as maiores frequências de participação e uma maior presença nas várias categorias de entidades da sociedade civil;
- se somados os percentuais de participação em associação religiosa e em entidades filantrópicas de apoio à criança, dá um total de 32,3%, o que remete a uma equivalência com a participação em Associação de Moradores de Bairro (primeira posição).

Dentre os que participam em outras entidades da sociedade civil (4,4% do total de informantes amostrados), pode-se dizer que há uma considerável pré-disposição para o trabalho de apoio, cooperação, colaboração, fraternidade, humanismo, caridade; possivelmente explicados pela cultura religiosa e pelo caráter solidário-assistencial das práticas sociais mais comuns. Vale recordar que, na caracterização de aspectos culturais da

população da cidade, dos 4,4% da população que lêem livros, 56,7% lêem livros de cunho religioso (Bíblia e livros místicos).

TABELA 42 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM OUTRA ENTIDADE EM RELAÇÃO À CATEGORIA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

PARTICIPAÇÃO EM OUTRA ENTIDADE	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Associação de Moradores de Bairro	6	37,5	0	0,0	1	33,4	2	100,0	0	0,0	9	32,1
Associação Religiosa	2	12,5	3	42,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	18,0
Ent. Filant. de Apoio à Criança	1	6,3	2	28,6	1	33,3	0	0,0	0	0,0	4	14,3
Clube Social e Esportivo	1	6,2	1	14,3	1	33,3	0	0,0	0	0,0	3	10,7
Sindicato de Categoria Profissional	2	12,5	1	14,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	10,7
Assoc. de Categoria Profissional	2	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	7,1
Instituição Feminina e de Amigos	2	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	7,1
Total	16	100,0	7	100,0	3	100,0	2	100,0	0	0,0	28	100,0

FONTE: Banco de Dados do EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

4.4.4.11 Conhecimento da liderança do bairro

A TABELA 43 mostra que a maioria da população amostrada (82,4%) não conhece a liderança do bairro, ou seja, apenas 17,6% respondeu afirmativamente sobre o conhecimento da liderança de seu bairro.

Quanto às zonas, é na 5 (Ilha dos Valadares) que se encontra o maior percentual de população que conhece a liderança de seu bairro (24,2%), vindo em seguida a zona 3 (Expansão recente) com 21,5%, e, na zona 2 (Expansão portuária), está o menor percentual (12,2%); há uma proximidade de percentuais entre as zonas 1 e 4, em média 18,5%. Na Ilha dos Valadares existem três Associações de Moradores, sendo uma bastante antiga (criada em 1979) e as outras duas, bastante recentes (criadas em 1993), e os seus respectivos presidentes são moradores tradicionais da Ilha (dois irmãos que nasceram e se criaram ali, tendo sido também candidatos a vereador e um deles em, pelo menos, três eleições) ou pastor religioso que, por sua função, torna-se conhecido de muitas pessoas. Na zona três, há várias entidades criadas entre 1990 e 1993, ou seja, recentemente, como por exemplo as Associações de Moradores do Parque São João (1991), Conjunto Residencial Nilson Neves (1992), Conjunto Costa Sul (1992), Parque Agari (1993), Conjunto Bertiooga (1993); além de outras entidades bem conhecidas dos moradores como a da Vila Divinéia (cujo presidente de 1996 também foi candidato a vereador) e do Jardim Samambaia (em que o presidente, em 1996, terminava seu segundo mandato e era também presidente da Escola de Samba do bairro).

TABELA 43 - POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO CONHECIMENTO DA LIDERANÇA DO BAIRRO E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

CONHECIMENTO DA LIDERANÇA		ZONAS										TOTAL	
		UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
		F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Sim		26	19,1	25	12,2	26	21,5	20	17,9	15	24,2	112	17,6
Não		110	80,9	179	87,8	95	78,5	92	82,1	47	75,8	523	82,4
Total		136	100,0	204	100,0	121	100,0	112	100,0	62	100,0	635 (*)	100,0

FONTE: Banco de Dados do EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

NOTA: Embora tenham sido levantados dados de 639 domicílios, o Banco de Dados EPI INFO do DMAD/UFPR registra, para este item, o total de 635, ou seja, em quatro instrumentos esta questão não foi respondida.

O fato de 82,4% dos informantes terem respondido que não conhecem a liderança do bairro pode estar indicando tanto a falta de engajamento da população nas organizações sociais, como também as debilidades das ações das próprias lideranças.

4.4.5 Funcionamento das Associações de Moradores de Bairro

4.4.5.1 Reuniões de diretoria

Em março de 1996, mais da metade das Associações de Moradores (53,2%) mantinham uma periodicidade de reuniões de Diretoria de até 60 dias, sendo que, destas, 25,5% reuniam-se mensalmente e 12,8% faziam mais de uma reunião por mês; com intervalo de três meses entre uma reunião e outra de Diretoria estavam as Associações de Moradores dos Bairros da Costeira, Vila da Madeira e Vila do Povo, e, semestralmente reunia-se a Associação de Moradores da Vila Sete de Setembro na Ilha dos Valadares. Em torno de 10,0% das entidades realizavam as reuniões de Diretoria somente quando necessário; destacando-se, no entanto, a Associação de Moradores da Ponta do Caju que adotava como prática informal os frequentes bate-papos entre seus respectivos diretores. No período entre o final de 1995 e o início de 1996, enfrentavam dificuldades para se reunir as Diretorias das Associações de Moradores da Vila Nova Primavera, Posto Fiscal, Vila Itiberê, Vila São Jorge e Parque São João; há um ano parada estavam as Diretorias das Associações de Moradores do Jardim Araçá, Emboguaçu/Cocada e Beira Rio, e, quase que totalmente paradas estavam 10,6% das entidades, ou seja, as Associações de Moradores do Conjunto Santos Dumont, Raia, Vilas Aviação e Horizonte, Vila Paranaguá e Padre Jackson, sendo que a do Bairro da Raia vinha sendo considerada inexistente pelo conjunto de entidades de Paranaguá (GRÁFICO 43).

É natural que, as entidades que apresentam maior dinamismo, necessitem reunir-se com mais frequência.



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.
ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Muitos diretores de Associação de Moradores de Bairro alegaram que a falta de reuniões era devido à falta de retorno da Prefeitura sobre as reivindicações apresentadas e que isso desgastava a Diretoria, pois ficava sem explicações para dar à comunidade. No entanto, as entidades que se reuniam com mais frequência, eram justamente as que procuravam desenvolver um trabalho com mais autonomia, maior independência e não se detinham apenas a pautas reivindicativas apresentadas à Prefeitura, mas realizavam outras atividades (sociais, esportivas, beneficentes, etc.) de interesse da comunidade, como é o caso por exemplo das Associações de Moradores: da Vila Guadalupe, do Bockmann, da Vila Garcia, do Jardim Samambaia, do Rocio, do Conjunto Residencial Nilson Neves, do Conjunto Costa Sul, das Moradias Bertioga, além de outras.

Os dados do GRÁFICO 43 estão localizados espacialmente no MAPA 12.

48°35,36'
25°30'S

48°29,6'W
7.177.383 m

MAPA 12

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DE DIRETORIA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ 1996

ESCALA 1: 50.000



LEGENDA

- Só quando necessário
- Várias reuniões no mês
- Reuniões mensais
- De dois em dois meses
- De três em três meses
- Semestrais
- Parada há poucos meses
- Parada há um ano
- Parada há mais de um ano
- Bairros cujos dados não foram computados

FONTE
- Adaptado de CANEPARO ; MORAES .
Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá,
1998, inédito
- Entrevistas com representantes de
Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - 1996
EXECUÇÃO
Msc Laura Jesus de Moura e Costa
Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPR - 1999

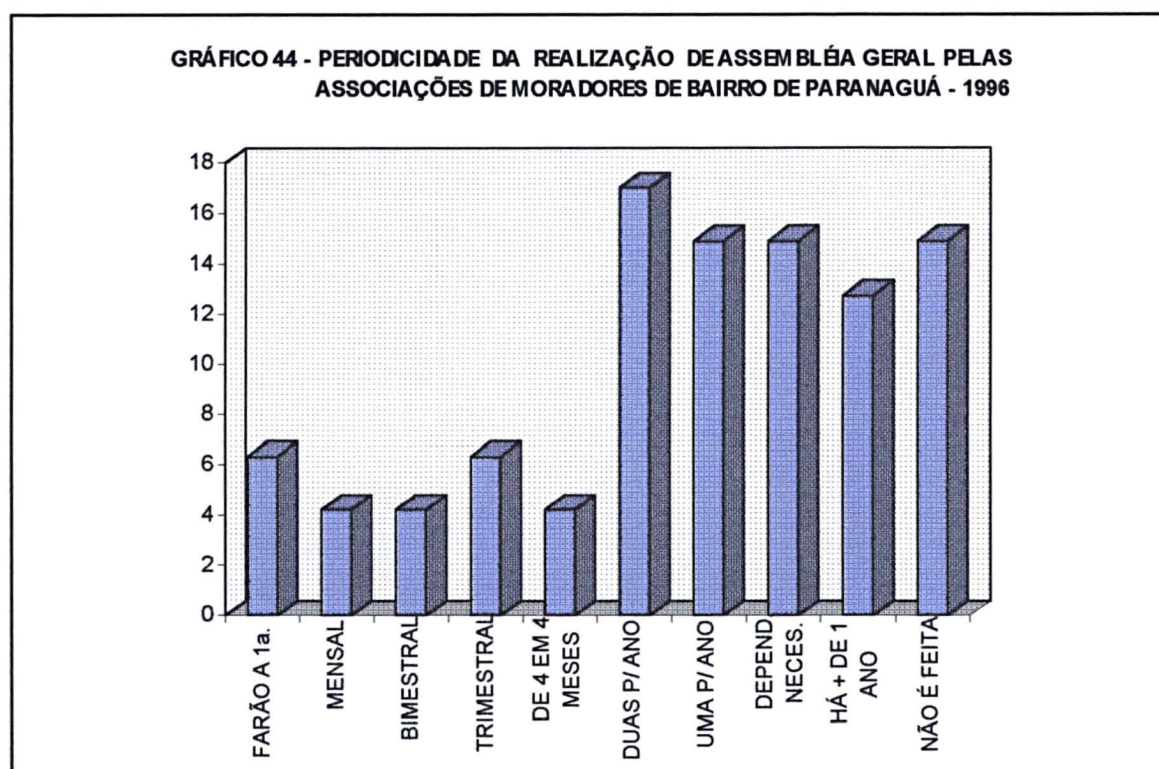
25°34,8'S 742.300 m

752.000 m 7.168.000 m

4.4.5.2 Assembléia geral

Até março de 1996, a realização de uma (17,0%) ou duas (14,9%) assembléias gerais por ano era o mais comum entre as Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá e Ilha dos Valadares (32,0%); cerca de 19,3% das entidades realizavam-na mensal, bimestral, trimestralmente ou de 4 em 4 meses; 6,4% das entidades não haviam feito ainda sua primeira assembléia geral (Jardim América, Bockmann e Parque Agari); em torno de 15,0% das entidades realizavam-na dependendo da necessidade e/ou da pauta em questão; aproximadamente 13,0% das entidades não realizavam assembléia geral há mais de um ano (Vila São Jorge, Vila São Francisco, Vila Paranaguá, Emboguaçu/Cocada, Jardim Araçá e Posto Fiscal) e 15,0% delas não convocavam nunca assembléia geral ou porque estavam paradas (Padre Jackson, Aviação e Vila Horizonte, Raia e Conjunto Santos Dumont) ou porque os poucos Diretores que atuavam na entidade não se propunham a fazê-lo, alegando a baixa participação dos moradores, a falta de tempo da Diretoria e as dificuldades existentes para a sua convocação (Vila Itiberê, Vila Portuária/Becker e Vila Santa Helena) - (GRÁFICO 44 e MAPA 13).

Há que se considerar também que é característica do Movimento Popular de Bairro a existência de situações de maior ou menor mobilização, apresentando refluxos quando as reivindicações são alcançadas ou no intervalo das lutas específicas.⁷¹³



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.
ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

⁷¹³ AMMANN, 1991. p. 66.

Baía de Paranaguá

PERIODICIDADE DA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL PELAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ 1996

ESCALA 1:50.000



LEGENDA

- A Assembleia se realizava dependendo da necessidade
- Há mais de um ano não era feita Assembleia Geral
- A Assembleia Geral nunca foi feita até 1996
- Faria, a partir de 1996, a primeira Assembleia Geral
- Uma Assembleia por ano
- Duas Assembleias por ano
- Assembleia de quatro em quatro meses
- Assembleia trimestral
- Assembleia bimestral
- Assembleia mensal

Bairros cujos dados não foram computados

FONTE

- Adaptado de CANEPARO ; MORAES .
Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1998, inédito
- Entrevistas com representantes de Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - 1996

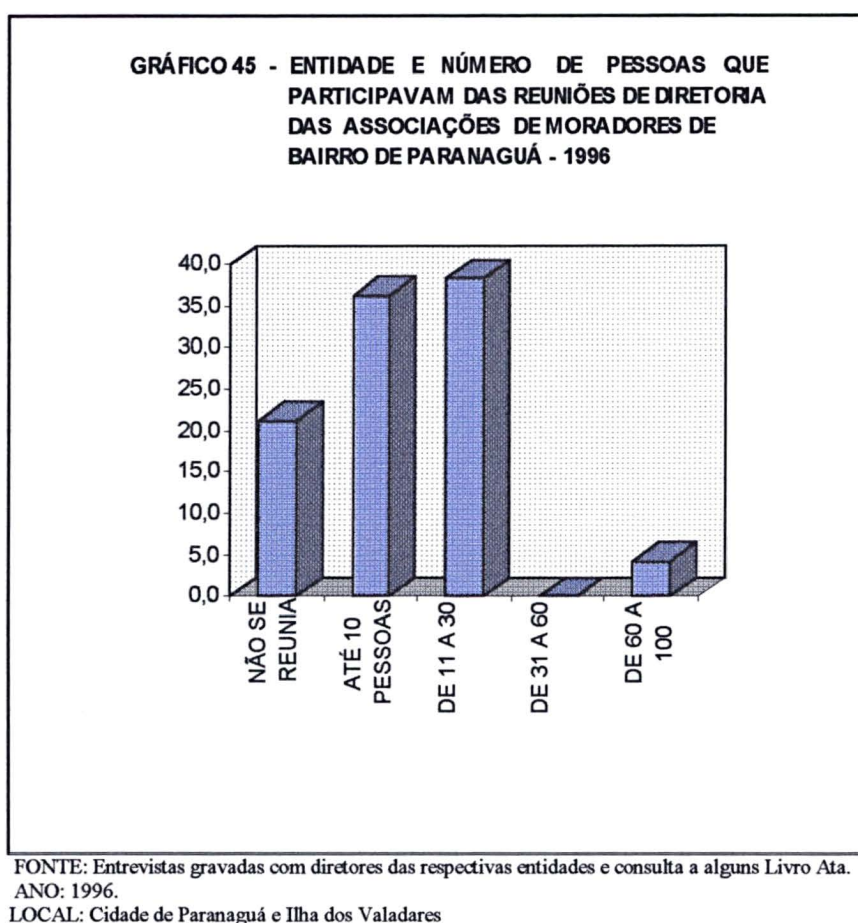
EXECUÇÃO

Msc Laura Jesus de Moura e Costa
Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPR - 1999

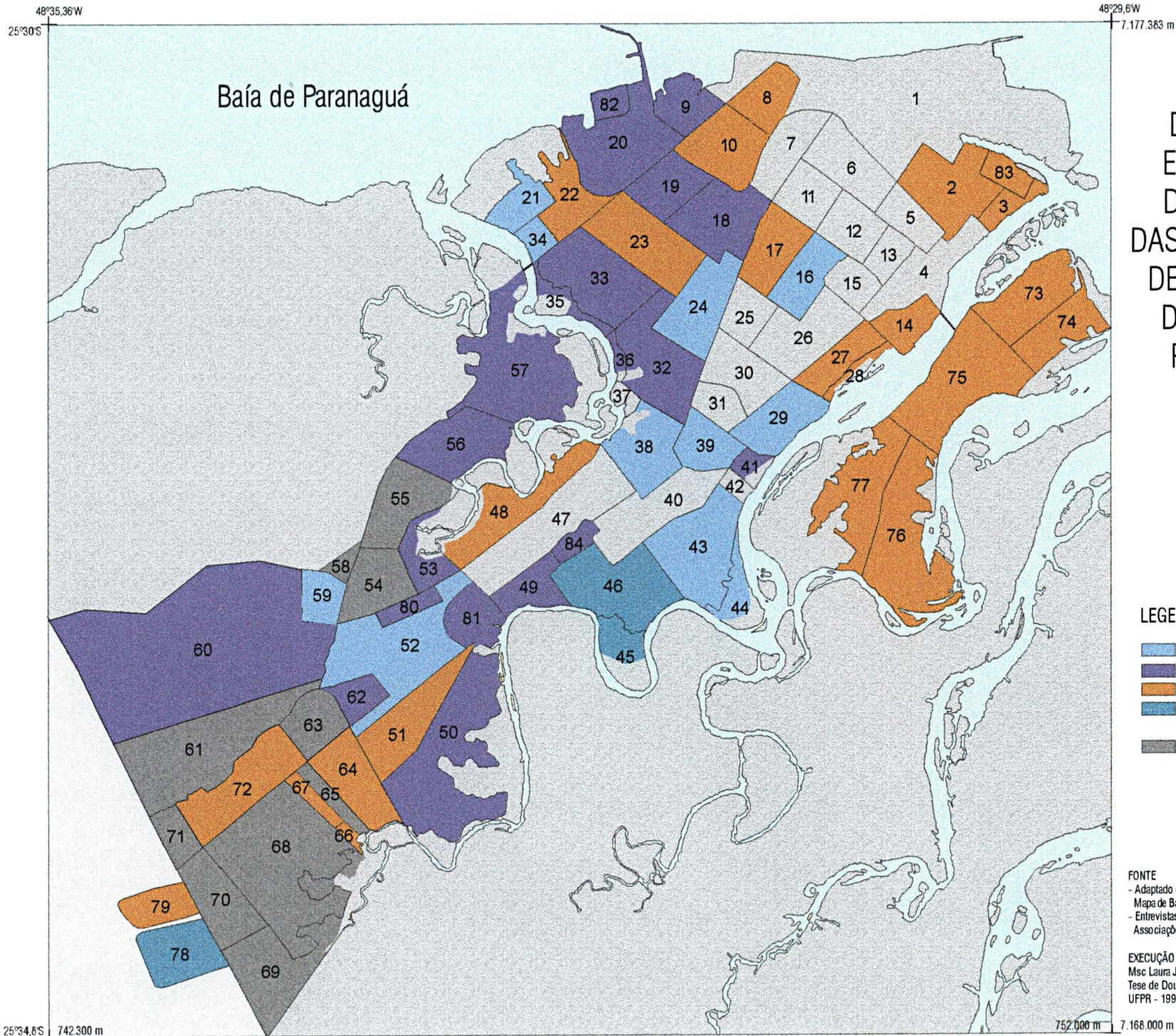
4.4.5.3 Número de pessoas presentes em reuniões de diretoria

Em março de 1996, em 74,5% das Associações de Moradores o número de pessoas que participavam das reuniões de Diretoria não ultrapassava 30, ou seja, em 36,2% delas a participação era de até dez pessoas e em 38,3%, era de 11 a 30 participantes; somente duas (4,3%) Associações de Moradores (Jardim Guaraituba e Vila Garcia) tinham uma participação mais numerosa (de 61 a 100 pessoas), realizando reuniões de Diretoria abertas a todos os moradores; e, em torno de 21,0% das entidades de bairro da cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares não realizavam nunca reunião de Diretoria (Padre Jackson, Vila Paranaguá, Emboguaçu/Cocada, Vilas Aviação/Horizonte, Raia e Conjunto Santos Dumont) ou raramente isso acontecia e de forma bastante esvaziada (Beira Rio, Vila São Jorge, Parque São João e Vila Itiberê) - (GRÁFICO 45 e MAPA 14).

Como já foi dito anteriormente, as Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá são dirigidas, na maioria das vezes, por grupos de pequeno porte, de voluntários ou de militantes políticos. É uma atividade não remunerada, sem fonte fixa de recursos e com muitas carências de capacitação de lideranças.



O MAPA 14 mostra a localização espacial destes dados.



4.4.5.4 Número de pessoas participantes de assembléia geral

Em 44,6% das Associações de Moradores de Bairro da cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares a frequência nas assembléias gerais da entidade ficava entre 11 a 100 pessoas, sendo que o maior percentual (19,1%) era de 31 a 60 participantes; as Associações de Moradores do Jardim Guaraituba, Bairro Sete de Setembro (Ilha dos Valadares) e Vila Gabriel de Lara obtinham de 101 a 150 presenças e com mais de 150 pessoas estavam 12,8% das entidades. As Associações de Moradores do Jardim América, Bockmann e Parque Agari, até março de 1996, ainda não haviam feito sua primeira assembléia geral e cerca de 30,0% das entidades de bairro da cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares não realizavam nunca assembléia geral com seus associados (GRÁFICO 46 e MAPA 15).

O tema que mais mobilizava o conjunto de moradores para a assembléia geral era o imobiliário ou fundiário, ou seja, a discussão do valor da prestação da casa própria (Conjuntos Costa Sul, Nilson Neves e Moradias Bertioga) ou sobre a legalização do terreno invadido (Vila do Povo, Ponta do Caju, Vila Nova Primavera, etc.). O combate à poluição do ar gerou mobilizações nas Vilas: Alboitt, Guadalupe, Portuária/Becker e bairro do Rocio. Na Vila Garcia, a mais incisiva reivindicação era a construção de uma escola de ensino fundamental naquele local. A construção de lombadas como medida para conter a alta velocidade dos veículos e alto número de atropelamentos mobilizou, em 1995 e 1996, os moradores das vilas próximas à Estrada das Praias (Vila Garcia, Jardim Esperança e outras) e próximas à BR-277 (Jardim Samambaia e outras). Também foi fator de mobilização popular, principalmente no final da década de 80, a campanha desenvolvida, com o apoio do Governo Federal, para a entrega de *ticket* de leite, bem como outras, locais, para a distribuição de cobertores, cesta básica, etc., ou seja, ações assistenciais. Mensalmente, quando ocorrem as pesagens e medições de crianças por líderes da Pastoral da Criança, há grande mobilização principalmente de mães e crianças; no entanto, esta nem sempre é uma atividade realizada através de ou em conjunto com a Associação de Moradores.

Pela pesquisa interdisciplinar, como consta no item sobre características e carências da cidade de Paranaguá (GRÁFICO 13), o principal motivo que levou o chefe de família a morar no atual local (em 1996) foi o da “aquisição de imóvel”, com 49,5%; vindo em seguida “melhores condições de moradia”, com 26,3%. Estes dois motivos aparecem como principais razões de mobilidade do chefe de família na cidade de Paranaguá, em todos os períodos analisados (GRÁFICO 15). Em relação ao tempo de moradia há menos de um ano (1995-1996), aparece como terceiro motivo “não podia pagar o aluguel”, com 15,6%, ou seja, viviam em áreas invadidas (manguezais e outras), pois não podiam pagar o aluguel.

Baía de Paranaguá

NÚMERO DE PARTICIPANTES EM ASSEMBLÉIA GERAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ 1996

ESCALA 1:50.000



LEGENDA

- Não fazia Assembleia Geral.
- Fariam a primeira Assembleia em 1996 ou após.
- ASSEMBLÉIA COM PARTICIPAÇÃO DE:
- 11 a 30 pessoas
- 31 a 60 pessoas
- 61 a 100 pessoas
- 101 a 150 pessoas
- mais de 150 pessoas
- Bairros cujos dados não foram computados

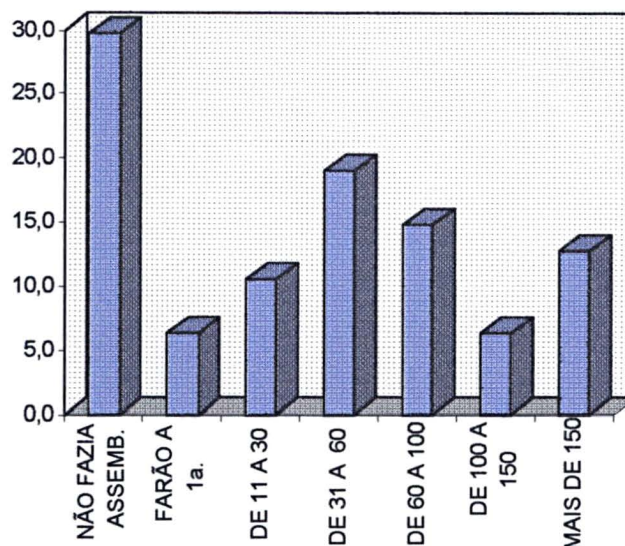
FONTE

- Adaptado de CANEPARO ; MORAES .
- Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1996, inédito
- Entrevistas com representantes de Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - 1996

EXECUÇÃO

- Msc Laura Jesus de Moura e Costa
- Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
- UFPR - 1999

GRÁFICO 46 - PRESENCAS EM ASSEMBLÉAS GERAIS DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ - 1996



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

O problema habitacional na cidade está relacionado também com a questão fundiária em áreas rurais e com o modelo de desenvolvimento capitalista vigente. Segundo AMMANN, os maiores responsáveis pelo problema habitacional na cidade são:

- a) de um lado, a expulsão do homem do campo, provocada pela concentração da propriedade fundiária, pela grilagem e pela monocultura;
- b) de outro lado, a espoliação urbana, a exploração, a pauperização crescente do trabalhador e a especulação desenfreada do solo urbano.⁷¹⁴

No Estado do Paraná, a partir da modernização e inovação tecnológica na agricultura, ocorrida entre a segunda metade da década de 70 e início da década de 80, houve um processo intenso de êxodo rural, de concentração da posse da terra no campo e de concentração populacional nas grandes cidades do Estado, com destaque para: Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu. Paranaguá, por exercer uma função de pólo regional (litoral), também vem atraindo migrantes desde o final da década de 50 e mais intensamente no final da década de 80 e nos anos 90 (GRÁFICOS 5 e 14). As políticas econômico-desenvolvimentistas do Governo Federal também deram importante contribuição para o desencadeamento desse processo.

⁷¹⁴ AMMANN, 1991, p. 59.

4.4.5.5 Participação das Associações de Moradores de Bairro nas reuniões da UMAMP

No período de 10 de novembro de 1986 a 25 de abril de 1998, a União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá (Umamp) realizou 47 reuniões, cujos registros constam no Livro Ata da entidade. Dentre as 37 entidades que participaram de pelo menos 10 reuniões da Umamp, 22 delas participaram de 15 ou mais reuniões, ou seja, com mais de 31,0% do total de reuniões participadas (TABELA 44). Com exceção de 4 (Rocio, Moradias Bertioiga, Itiberê Valadares e Vila da Madeira) dessas 22 Associações de Moradores, todas as demais foram criadas antes da década de 90.

TABELA 44 - ASSOCIAÇÕES DE MORADORES PRESENTES NAS REUNIÕES DA UMAMP E RESPECTIVO NÚMERO TOTAL DE PRESENCAS - PERÍODO DE 10/11/86 A 25/04/98

BAIRRO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	NÚMERO DE REUNIÕES PARTICIPADAS	NÚMERO TOTAL DE PRESENCAS NAS REUNIÕES	% DO TOTAL DE REUNIÕES PARTICIPADAS
Vila Divinéia	35	51	74,5
Vila São Francisco	29	31	61,7
Ilha dos Valadares (V. Bela)	25	35	53,2
Vila Guarani	23	31	48,9
Vila Nova Primavera	22	28	46,8
Jardim Araçá	21	29	44,7
Estradinha	21	21	44,7
Rocio	20	28	42,6
Vila Cruzeiro	20	24	42,6
Jardim Guaraituba	20	23	42,6
Vila Paraíso	20	22	42,6
Serr.Rocha / V. Rute / Jd.Sta.Rosa	19	25	40,4
Vila Guadalupe	18	24	38,3
Moradias Bertioiga	18	24	38,3
Itiberê Valadares (Ilha)	18	21	38,3
Emboguaçu / Cocada	18	19	38,3
Vila São Vicente	17	23	36,2
Jardim Samambaia	17	22	36,2
Costeira	16	19	34,0
Conjunto Santos Dumont	16	17	34,0
Vila Paranaguá	15	21	31,9
Vila da Madeira	15	17	31,9
Jardim Eldorado	14	23	29,8
Ponta do Caju	14	17	29,8
Vila Gabriel de Lara	14	16	29,8
Jardim América	14	16	29,8
Padre Jackson	13	17	27,7
Posto Fiscal	13	14	27,7
Vila dos Comercários	12	20	25,5
Porto dos Padres	12	16	25,5
Conjunto Cominési	12	16	25,5
Vila São Jorge	12	13	25,5
Jardim Esperança	11	12	23,4
Parque Agari	11	11	23,4
Parque São João	11	11	23,4
Vila Santa Helena	10	13	21,3
Vila Alboitt	10	12	21,3

FONTE: Livro Ata da UMAMP.

ANO: 1998.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

As três entidades que têm os maiores percentuais de participação em reuniões da Umamp e os maiores números de presenças nas respectivas reuniões são as Associações de Moradores da Vila Divinéia, da Vila São Francisco e da Ilha dos Valadares (Vila Bela). As demais entidades que não constam na TABELA 44 participaram em menos de 10 reuniões da Umamp, neste período de 11 anos e 5 meses.

Das 56 Associações de Moradores cujas presenças estão registradas no Livro Ata da Umamp, 66,1% (37 entidades - TABELA 44) têm mais de 31,0% de presença nas reuniões da entidade geral do Município, o que representa uma boa participação se considerados os períodos de fluxo e refluxo do movimento, o número pequeno de pessoas que assumem a entidade de bairro e as inúmeras dificuldades que enfrentam seus diretores.

4.4.5.6 Forma de tomada de decisões

A instância mais comum (57,5%) adotada para a tomada de decisões nas Associações de Moradores de Bairro da cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares, em março de 1996, era em nível de Diretoria, mesmo que desta participassem poucas pessoas; em 19,1% das entidades a decisão ficava a cargo do Presidente com mais uma ou duas pessoas; 10,6% das Associações de Moradores adotavam como instância para a tomada de decisões a assembléia geral e somente a Associação de Moradores do Parque São João delegava a decisão para comissões de moradores criadas dentro da entidade. No Conjunto Nilson Neves também era freqüente a formação de equipes de moradores para o encaminhamento das decisões. Na Vila Paranaguá, quando funcionou, as decisões em nome da Associação de Moradores eram tomadas pelas pessoas mais atuantes, presentes nas reuniões. Nas Vilas Alboitt e Guarani e no Conjunto Costa Sul os presentes também sempre participavam das decisões das respectivas Associações de Moradores. Em fevereiro de 1996, no Parque Agari funcionava uma Comissão Provisória e era ela a responsável pelas decisões da entidade. Pelo menos quatro Associações de Moradores (Padre Jackson, Raia, Vilas Aviação/Horizonte e Conjunto Santos Dumont) não tomavam decisões nunca, pois, em março de 1996, encontravam-se paradas, desativadas.

Estes dados podem ser melhor visualizados pelo GRÁFICO 47 e sua localização espacial pode ser verificada no MAPA 16.

48°35,36'W
25°30'S

48°29,6'W
7.177.383 m

MAPA 16

MODO COMO SÃO TOMADAS AS DECISÕES DENTRO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ 1996

ESCALA 1: 50.000



LEGENDA

- Não faz nada
- Pelo Presidente mais 1 ou 2 pessoas
- Pela Diretoria
- Pela Assembleia Geral
- Pelos Altantes
- Por Comissões de Moradores
- Bairros cujos dados não foram computados

FONTE
- Adaptado de CANEPARO ; MORAES .
Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1998, inédito
- Entrevistas com representantes de
Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - 1996

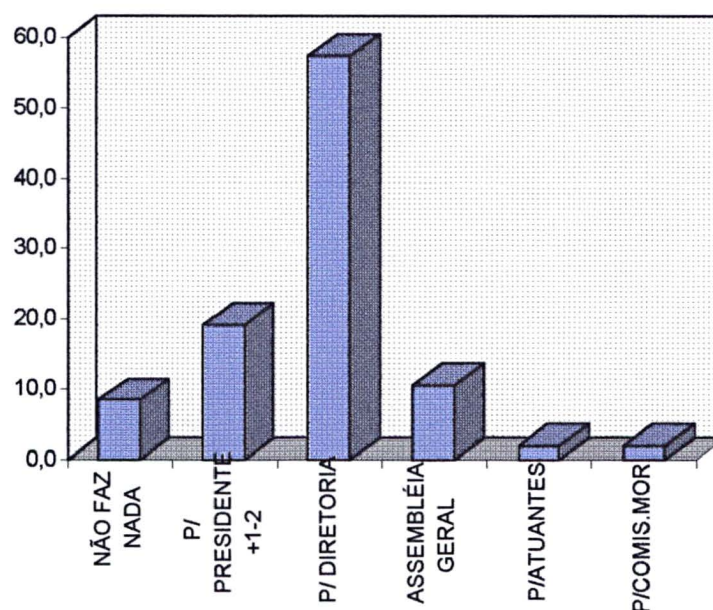
EXECUÇÃO
Msc Laura Jesus de Moura e Costa
Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPR - 1999

Baía de Paranaguá

25°34,8'S 742.300 m

752.000 m 7.168.000 m

GRÁFICO 47 - FORMA COMO SÃO TOMADAS AS DECISÕES DENTRO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ - 1996



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

4.4.5.7 Funções das Associações de Moradores de Bairro

Pelos depoimentos obtidos através das entrevistas, observa-se que as Associações de Moradores de Bairro e/ou de Conjuntos Habitacionais podem ter as mais variadas funções, desde a de representação política até a puramente assistencial.

Dentre as funções políticas, tem-se: criar oportunidades de espaço político, organizar a população local, mobilizá-la em cima de lutas, buscar a conscientização das pessoas sobre os problemas existentes, ir em busca de soluções, participar de reuniões comunitárias sobre o orçamento municipal levando propostas, cobrar dos Administradores que as promessas de campanha sejam cumpridas, estabelecer e assinar convênios, lutar contra a poluição, etc.

Com caráter assistencial foram referenciadas as seguintes funções: levantar o número de desempregados e conseguir empregos para eles e, principalmente, para o Presidente da Associação de Moradores, comprar remédios para os doentes pobres, comprar caixão para o defunto pobre, distribuir doações (leite em pó, cobertor, cesta básica, etc.), colaborar com a limpeza pública, organizar os postos de coleta de lixo, conseguir enxada e pá para os serviços de limpeza do lixo e de canalização do esgoto, organizar festas (principalmente no Dia das Crianças, no Natal, na Páscoa), bingos,

atividades de lazer para as crianças e associados, fazer a distribuição de brinquedos, promover campeonatos de futebol, colaborar com a realização da Festa da Rainha de Bairro (coordenada pela Umamp), promover a alfabetização de adultos (Mobral), etc.

Outras funções ainda, em que o político e o assistencial ficam embutidos, são: colaborar com o barateamento do custo da limpeza pública, usar a distribuição de doações para a conscientização da população, pedir ao vereador mais próximo que pague contas de luz e água altas que se encontram vencidas, conseguir vale transporte (principalmente para o Presidente da Associação de Moradores), negociar a redução do valor das prestações da casa própria, etc.

Nos Conjuntos Habitacionais/Residenciais, a Associação de Moradores praticamente substitui o papel do Síndico e de seu Conselho Consultivo, tendo uma função mista: quer seja como “administrador” do Condomínio “Fechado” (Conjunto), quer seja como organizador, mobilizador e representante dos respectivos moradores (Associação).

Por outro lado, as Associações de Moradores de Bairro/Vila/Conjunto Habitacional de Paranaguá são automaticamente filiadas à União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá (Umamp) e esta tem por funções: estimular a criação de Associação de Moradores onde não existe, organizar o processo sucessório das mesmas acompanhando todo o pleito eleitoral, politizar e democratizar o movimento popular, orientar as entidades na realização de seus respectivos balancetes, dar assessoria jurídica às organizações de base, etc.

Na opinião do ex-Prefeito de Paranaguá (gestões 1977/83 e 1989/92), as Associações de Moradores têm por função reunir-se com os moradores; oferecer aos moradores, através de reuniões, novidades, normas e regras na área da saúde, de educação, de formação da família, de lazer do jovem. “A Associação de Moradores, para mim, é como se fosse um pequeno clube... um pequeno clube da comunidade local.” Comenta, também, que a entidade que representa a comunidade, o bairro, a região, deve cobrar do vereador a presença, o trabalho, a eficiência. “Cabe a ela fazer isso e cabe a ela punir o vereador que não faz isso. (...) Agora, o que não deve, na minha opinião, está errado, é a Associação... o que não pode é ela se vestir da roupagem de vereador e querer exercer o mandato de vereador... sem ter as prerrogativas do vereador.”⁷¹⁵ Sua posição aborda a cobrança que a Associação de Moradores deve fazer do Legislativo, sem fazer referências, no entanto, à cobrança do Executivo, ficando confusa a representação da entidade de bairro em relação

⁷¹⁵ Depoimento obtido em entrevista gravada em 10 de setembro de 1998, com o ex-Prefeito de Paranaguá José Vicente Elias.

aos Poderes Executivo/Legislativo. A compreensão que se pode ter é a de que a Associação deve cobrar atuação do Legislativo e ajudar, colaborar com a ação do Executivo.

Eu acho que todas as Associações de Moradores representam o Poder Executivo, certo? O que elas não podem representar é o Poder Legislativo. Entende? Porque, na realidade, todo cidadão é uma extensão do Prefeito, mas ele é muito mais uma extensão do próprio vereador, porque o vereador representa o poder popular. O poder popular coletivo. O vereador representa o extrato da sociedade e a Associação é o próprio extrato que o vereador representa. Por isso, ela tem que ser muito mais vinculada ao Poder Legislativo, à força do vereador do que ao Poder Executivo e só deve exercer essa força quando o vereador for omissor. Todas as Associações de Moradores, no meu período de Prefeito, representavam o poder político da região em que elas estavam. (...) Então, a Associação tem que ter a sensibilidade para poder expurgar o que não é importante... Não definitivamente, mas provisoriamente... E lutar, imediatamente, por aquilo que é prioritário. Esse é o trabalho importante da Associação e nesse relacionamento ela ajuda muito o Município, que, como não há recursos, ela traz aquilo que é eminentemente urgente.⁷¹⁶

Vicente Elias conclui dizendo que, em resumo, a Associação de Bairro é o extrato do povo como o é o Poder Legislativo. Já, o Poder Executivo deve ter a sensibilidade suficiente para fazer a avaliação do que está em torno dele e não esperar que os que o rodeiam o avaliem. “É ele que tem que avaliar. Se o Poder Executivo tiver essa sensibilidade de avaliar o que está em torno de si, ele poderá ter grandes resultados. Eu acho que... seria essa a conclusão.”⁷¹⁷

Na gestão municipal 1993-96, as autoridades entrevistadas expressaram a importância e a necessidade de que os moradores tenham a sua Associação para que possam fazer as suas reivindicações, levar os seus pedidos, ajudar na solução dos problemas e que muitos trabalhos vinham sendo executados em parceria entre a Prefeitura e as Associações de Moradores.⁷¹⁸

Nota-se que há diferença de posição dos representantes do Executivo Municipal de Paranaguá entre uma gestão e outra, em relação às Associações de Moradores, pois enquanto o da primeira gestão compreende que o trabalho da entidade deve dar-se mais vinculado ao Legislativo; os da segunda, oferecem oportunidade de um trabalho em parceria com o Executivo Municipal.

⁷¹⁶ Depoimento obtido em entrevista gravada em 10 de setembro de 1998, com o ex-Prefeito de Paranaguá José Vicente Elias.

⁷¹⁷ Idem.

⁷¹⁸ Depoimentos obtidos em entrevistas gravadas em 15 e 17 de julho de 1998, com o ex-Secretário Municipal de Paranaguá José Baka Filho e o ex-Prefeito Carlos Antonio Tortato.

4.4.5.8 Principais lutas desenvolvidas antes de 1996

Pelos depoimentos das entrevistas realizadas, observa-se que o principal problema apontado e reivindicado atendimento pelas Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá, antes de 1996, era em relação ao manilhamento de esgoto/desentupimento/rede de coleta de esgoto (ANEXO 24 - QUADRO 10), estando presente nas pautas de 61,7% das entidades. Em segunda posição estão os problemas de urbanização/nome de rua/placas de nome de ruas virados/abertura de ruas/colocação de meio-fio/calçamento, referenciado por 48,9% das Associações de Moradores de Bairro. A colocação de asfalto/ensaibramento de ruas/colocação de anti-pó fica em terceira posição, tendo a indicação de 38,3% das entidades; também com este mesmo percentual estão os problemas relacionados ao abastecimento de água/troca de tubulação/construção de adutoras ou caixas d'água. Apresentam equivalência de percentuais (36,2%), em quarto lugar, as questões relativas a iluminação pública/colocação de luz elétrica nas residências/colocação de postes/troca de transformador/substituição de lâmpadas queimadas ou quebradas, escola de I Grau (Ensino Fundamental) - instalação e melhorias/construção de mais salas de aula e de muro em colégio e a construção de áreas de lazer/prça poliesportiva/campo de futebol/reparos na cancha/colocação de telas novas/de mesas de xadrez, de ping-pong, bancos, parquinho/arborização". Referidos por 34,0% das entidades estão as carências de Posto de Saúde/mais e melhor atendimento médico/ambulância e limpeza e manutenção do bairro ou da cidade/capinação". Em sexta posição, com indicação de 27,7% das Associações de Moradores de Bairro estão os problemas relativos à coleta do lixo/colocação de lixeira grande (caçamba) no final da rua e a realização de bingos/festas/torneios/festas juninas/rifas, etc., para a arrecadação de fundos para a entidade. As questões fundiárias posse do terreno e melhoramentos (IPTU, luz, água, etc.) para pagá-lo e a luta pela construção de sede própria para a entidade/construção ou recuperação do Centro Comunitário apresentam percentuais de 25,5%. Em oitavo lugar está a reivindicação de módulo policial/combate a roubos, vandalismo, drogas, com 23,4%; vindo em seguida a luta por mais ônibus/extensão, ampliação da linha, com a indicação de 21,3% das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá. Na décima posição, com 19,1%, estão as carências de creche/pré-escola e drenagem pluvial/desentupimento de bocas de lobo/problemas de enchente/subida da maré invadindo as casas. Pelo menos 17,0% das entidades fizeram referência ao programa de distribuição de *ticket* de leite (Governo Sarney) e à realização de festas comemorativas ao Dia das Crianças, Dia das Mães, Natal, Páscoa, etc., com a distribuição de brinquedos e lanches. Cerca de 15,0% das entidades citaram a necessidade de lombada, de intensificar o relacionamento com as autoridades do Município/marcas audiência com o

Prefeito/protestar contra o abandono do bairro e sobre a participação no programa **S. O . S. Cidade Limpa** (contratação de mão de obra para limpeza e arrumação do bairro através de convênio entre a Prefeitura e a Associação de Moradores). Vale destacar ainda que em torno de 13,0% das entidades referiram-se à necessidade de um trabalho de conscientização social como importante carência que existia antes de 1996; 10,6% das entidades reivindicavam Clubes de Mães/cursos profissionalizantes para crianças e adultos/cursos de artesanato, de manicura, cabeleireira, costura, culinária, jardinagem, horti-fruticultura, marcenaria, carpintaria, etc.; 8,5% citaram os problemas de uso de drogas, melhor salário/mais emprego, a entrada na Justiça com ações trabalhistas pelo programa **S. O . S. Cidade Limpa** e a necessidade de canalização de rio ou do Canal da Æinhãinha que afetava nove bairros/vilas, ou seja: Vila Guarani, Bockmann, Vilas Portuária/Becker, Vila Cruzeiro, Alboitt, Raia, Vila Rute, Vila Guadalupe e Rocio. Questões como: reciclagem do lixo/coleta seletiva/educação para o lixo, **Festa da Vida**/plantio de árvores frutíferas/cultivo de plantas medicinais, combate à poluição (sonora, do ar, da baía), luta para aterrar o mangue, baixar a prestação da casa própria/unificar o valor das prestações para imóveis de mesmo tamanho, a Pastoral da Criança e problemas relacionados com o trânsito, fluxo de veículos, velocidade, etc., foram citadas por 6,4% das entidades; a necessidade de escola de Segundo Grau (Ensino Médio) e a proposta de combater o crescimento desordenado/a ocupação desordenada da faixa ribeirinha estavam nas pautas de reivindicações de 4,3% das entidades. Nos demais itens, os percentuais estão abaixo de 4,5% (ANEXO 24 - QUADRO 10).

4.4.5.9 Reivindicações das Associações de Moradores de Bairro em 1996

Observa-se que as reivindicações das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá em 1996 não diferem muito das reivindicações feitas nos anos anteriores, o que difere, no entanto, é o número/percentual de entidades que apresenta essa ou aquela reivindicação (geralmente maior em 1996) e a sequência das mesmas em relação aos maiores e menores percentuais.

Por outro lado, a principal reivindicação das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá, em 1996, continuava sendo o manilhamento do esgoto/desentupimento e rede de coleta/tratamento do esgoto (ANEXO 25 - QUADRO 11), referenciados por 76,6% das entidades. Em segunda posição está a luta por Posto de Saúde/mais e melhor atendimento médico, odontológico e especialidades médicas/compra de ambulância/assistência social familiar/distribuição de medicamentos, tendo sido citados por 70,2% das entidades. As questões referentes a coleta do lixo/colocação de lixeira grande

(caçamba) no final da rua/horário e dia de coleta e a urbanização/nome de rua/placas de nome de rua viradas/abertura de ruas/colocação de meio-fio/calçamento/tapar buracos/arrumar caminhos aparecem em terceiro lugar com a referência de 66,0% das entidades.

Um exemplo da necessidade de manutenção viária pode ser visto pela FIGURA 19, onde um grande buraco se abriu no asfalto de uma das ruas próximas ao Porto.



Em quarta posição está a necessidade de limpeza e manutenção do bairro/capinação/educação e higiene/acabar com os ratos/limpar terrenos baldios, com 61,7% das Associações de Moradores; conscientização social detém a preocupação de 55,3% das entidades e a carência de asfalto na rua/ensaibramento e anti-pó, de cerca de 49,0%, ficando respectivamente em quinto e sexto lugares. Na sétima posição, citadas por 46,8% das entidades, estão as reivindicações de módulo policial/combate a roubos, vandalismo e drogas pelos policiais e de área de lazer/praça poliesportiva/campo de futebol/reparos na cancha/colocação de telas novas/mesas de xadrez/mesa de ping-pong, bancos/parquinho/escolinha de futebol/arborização. O abastecimento de água/troca de tubulação/redução de perdas/construção de adutora ou caixa d'água/de caixa comunitária/rebaixamento da tubulação da rede para evitar danos na superfície e a necessidade de solucionar o problema de uso e contrabando de drogas aparecem em oitavo lugar, com a

referência de 42,6% das entidades; vindo em seguida os problemas relacionados com a drenagem pluvial/desentupimento de bocas de lobo/bueiros/enchentes/subida da maré invadindo as casas, com um percentual de 40,4%. Na décima posição estão os problemas de combate à poluição (sonora, do ar, da Baía)/mau cheiro pela decomposição da soja derrubada no asfalto pelos caminhões/a necessidade que as indústrias invistam mais em segurança e prevenção da poluição/que haja mais e melhor fiscalização da Administração Pública, com indicação de 36,2% das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá. Apresentam equivalência de percentuais (34,0%) as reivindicações de escola de Primeiro Grau (Ensino Fundamental)/instalação e melhorias/construção de mais salas de aula/de muro em colégios/contratação de mais professores e funcionários/melhorar a qualidade do ensino, a construção de sede própria/do Centro Comunitário/recuperação do Centro Comunitário/criação de um Centro de Aprendizagem de Ofício/construção de barracão para ministrar os cursos e o combate à miséria/ajudar os que necessitam. Em décimo segundo lugar, citado por cerca de 30,0% das entidades, está a carência de reciclagem do lixo/coleta seletiva/educação para o lixo. As reivindicações relacionadas com melhores condições de moradia, defesa do mangue/Impedir novos assentamentos/exigir mais e melhor fiscalização da Administração Pública e com a organização política das Associações de Moradores/divulgação do bairro pela entidade/retomada do trabalho da entidade/chamar o povo para a luta/existência de mais união entre as Associações de Moradores/maior consciência política da população aparecem em décima terceira posição, com 27,7% das entidades. Há uma equivalência de percentuais em 25,5% no que se refere às questões de iluminação pública/luz elétrica nas residências/troca de transformador/de lâmpadas quebradas ou queimadas, de postes/iluminação do campo de futebol, bingos, festas, torneios, Festas Juninas, rifas, etc., para a arrecadação de fundos, a construção de creches/pré-escola/cursos do Mobral e a conquista de melhor salário/mais emprego. Na décima quinta posição, com 23,4% das entidades, estão as lutas por escola de Segundo Grau (Ensino Médio) e por mais ônibus/extensão da linha/mudança do ponto de parada do ônibus/construção de terminal de ônibus na vila/substituição do vale transporte de papel por de metal. Ainda, com percentuais de 21,3%, aparecem as reivindicações de posse do terreno/obtenção de melhoramentos (IPTU, luz, água) para pagá-lo (legitimação de propriedade), de intensificação do relacionamento com as autoridades do Município/realização de audiência com o Prefeito/exigência de atendimento e agilidade na execução das obras solicitadas/protesto contra o abandono do bairro e de controle de velocidade/educação para o trânsito/carroças/charretes/redução do barulho dos caminhões/impedir animais soltos nas ruas e caminhos/não dirigir alcoolizado/evitar atropelamentos. As demais reivindicações

apresentam percentuais inferiores a 20,0%. Pelo menos 12,8% das entidades expressaram preocupação com a necessidade de limpeza dos manguezais e baía e reivindicavam a canalização do rio da ãinhãinha (canal); o combate ao crescimento desordenado/à ocupação de áreas ribeirinhas foi referenciado por 10,6% das entidades. Tirar as crianças das ruas, das drogas, da prostituição/educá-las/pô-las na escola estava presente na pauta de reivindicações de 19,1% das Associações de Moradores; bem como, discutir e apoiar programas de saúde, em 12,8% e acabar com a prostituição infantil/exigir maior ação do Juizado de Menores, em 8,5% das entidades (ANEXO 25 - QUADRO 11).

4.4.5.10 Reivindicações antes e no ano de 1996

Comparando-se os percentuais de Associações de Moradores para essa ou aquela reivindicação existente no período anterior a 1996 com as de 1996, nota-se que, na ordem decrescente dos percentuais, os problemas de esgoto e urbanização/ruas/calçamento não mudam muito, mas outros sofrem significativas alterações e, no geral, aumenta também o número de entidades que reivindicam soluções para este ou aquele problema. Assim, a reivindicação de abastecimento de água, por exemplo, passa da terceira para a oitava posição; a iluminação pública vai do quarto lugar para o décimo quarto; escolas de ensino fundamental também vão do quarto para o décimo primeiro lugar; a posse do terreno passa da sétima para a décima sexta posição; a luta por mais ônibus/extensão das linhas vai do nono lugar para o décimo quinto e crescem em percentuais as reivindicações de: coleta de lixo/caçamba/dia e hora do caminhão passar (vai da sexta para a terceira posição), Postos de Saúde/Atendimento médico (sobe da quinta para a segunda posição), conscientização social (muda do décimo terceiro para o quinto lugar) e a necessidade de solucionar os problemas de uso e contrabando de drogas (passa da décima quinta para a oitava posição).

Se a seqüência de prioridades entre um período e outro coloca em posições inferiores determinados serviços, tais como: abastecimento de água, iluminação pública, transporte coletivo, ensino fundamental e legalização do terreno; por outro lado, conduz a posições superiores reivindicações de: coleta de lixo, postos de saúde e atendimento à saúde, combate às drogas e, com destaque, a necessidade de maior conscientização da população. Ou seja, as necessidades básicas vão sendo superadas por sintomas de degradação social e ambiental.

Conforme o QUADRO 5, pode-se observar que outras reivindicações também sofrem significativas alterações de percentuais, sugerindo que, em 1996 havia uma maior preocupação, em relação ao período anterior, com as questões de:

- a) **meio ambiente** - drenagem pluvial, limpeza de manguezais, reciclagem do lixo, canalização do rio da Æinhãinha, combate à poluição, não aterrar o mangue, defender o mangue, combater o crescimento desordenado, criação de áreas de lazer, limpeza da cidade, combate aos ratos e outros;
- b) **educação** - luta por creches, pré-escola, Mobral, mais professores e cursos superiores, escolas de Ensino Médio, além de outras;
- c) **emprego** - melhor salário, acabar com o desemprego e o sub-emprego;
- d) **sociais** - combater a miséria, ajudar os que necessitam, melhorar as condições de habitação, educação para o trânsito, controlar a velocidade, tirar as crianças da rua, da prostituição, apoiar programas e campanhas de saúde;
- e) **segurança** - construção de módulos policiais, combate à droga;
- f) **política** - organizar a população para a luta, fortalecer a Associação de Moradores, exigir o atendimento das reivindicações apresentadas nas reuniões do orçamento municipal, melhorar e intensificar o relacionamento com a Prefeitura, marcar audiência com o Prefeito, além de outros;
- g) **organizacionais** - lutar por uma sede própria para a Associação de Moradores; reativar entidades, pois pelo menos 10,0% delas encontravam-se desativadas, em 1996.

As FIGURAS 20 e 21 registram três grandes problemas existentes na Ilha dos Valadares, no início de 1996, ou seja: falta de água, legalização dos terrenos e coleta de lixo. Na placa de propaganda eleitoral, lê-se também a luta pela municipalização do Porto.



QUADRO 5 - LUTAS DESENVOLVIDAS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ, ANTES DE 1996 E REIVINDICAÇÕES EXISTENTES NO ANO DE 1996, NA CIDADE DE PARANAGUÁ.

LUTAS DESENVOLVIDAS	ANTES DE 1996		REIVINDICAÇÕES EM 1996	
	%	Freq.	%	Freq.
Manilhamento de Esgoto / Desentupimento				
Saneamento Básico (rede de esgoto) / <i>Tratamento do esgoto</i>	61,7	29	76,6	36
Urbanização / Nome de Rua / Placas de Nome Viradas				
Abertura de Ruas / Colocação de Meio-fio / Calçamento				
<i>Tapar Buracos das Ruas / Arrumar Caminhos</i>	48,9	23	66,0	31
Asfalto na rua / Ensaibramento de ruas / Anti-Pó	38,3	18	48,9	23
Abastecimento de Água / Trocar Tubulação / Reduzir Perdas				
Construção de Adutora ou Caixa d'água / Caixa Comunitária / <i>Rebaixar a tubulação da rede p/ evitar danos na superfície</i>	38,3	18	42,6	20
Iluminação Públ. / Luz elét. nas resid. / Trocar Transformador				
Substituir lâmpadas queimadas ou quebradas / Postes				
<i>Iluminação do campo de futebol</i>	36,2	17	25,5	12
Escola - 1o. Grau / Instalação e Melhorias / Mais sala de Aula /				
Murar o Colégio / Mais Professores e Funcionários / Melhorar <i>a Qualidade do Ensino</i>	36,2	17	34,0	16
Áreas de Lazer / Praça Poliesportiva / Campo de Futebol				
Reparos na Cancha / Colocação de Telas Novas				
Praça com mesa de xadrez, mesa de ping-pong, bancos, Parquinho / Escolinha de Futebol / Arborização	36,2	17	46,8	22
Posto de Saúde / Mais e Melhor Atendimento Médico, Odontol. <i>e Especialidades Médicas</i> , Ambulância, Assistência Social Familiar / <i>Medicamentos</i>	34,0	16	70,2	33
Limpeza e Manutenção / Capinação / Educação e Higiene/ <i>Acabar com ratos / Limpeza de terrenos baldios</i>	34,0	16	61,7	29
Coleta do lixo / Colocação de Lixeira Grande no Fim da Rua				
<i>Colocar Caçamba para o lixo / Horário e Dia de Coleta</i>	27,7	13	66,0	31
Bingos / Festas / Torneios para a Arrecadação de Fundos				
Festas Juninas / Rifas	27,7	13	25,5	12
Posse do Terreno / Melhoramentos para Pagá-lo	25,5	12	21,3	10
Construção de Sede Própria / do Centro Comunitário				
Recuperação do Centro Comunitário / Criar Centro de Aprendizagem de Ofício / <i>Construir Barracão para dar Cursos</i>	25,5	12	34,0	16
Módulo Policial / Combater roubos, vandalismo, drogas	23,4	11	46,8	22
Mais ônibus / Extensão da Linha / Mudança do Ponto de Parada do Ônibus / <i>Construção de Terminal de Ônibus na Vila / Substituição do vale transporte de papel por de metal</i>	21,3	10	23,4	11
Creche / Pré-Escola / MOBRAL	19,1	9	25,5	12
Drenagem Pluvial / Desentupimento Bocas de Lobo / Bueiros				
Enchente / Subida da Maré Inundando as Casas	19,1	9	40,4	19
"Ticket" do Leite / Vaca Mecânica	17,0	8	0,0	0
Festa no Dia das Crianças / Natal / Páscoa / Dia das Mães				
Distribuição de Brinquedos / Presentes	17,0	8	14,9	7
Intensificar o Relacionamento com as Autoridades do Município / Audiência com o Prefeito / Exigir atendimento e agilidade na Execução das Obras Solicitadas / Protestar Contra o Abandono do Bairro	14,9	7	21,3	10
Limpeza / Valetas / Projeto S.O. S. Cidade Limpa	14,9	7	4,3	2

(continua)

QUADRO 5 - LUTAS DESENVOLVIDAS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ, ANTES DE 1996 E REIVINDICAÇÕES EXISTENTES NO ANO DE 1996, NA CIDADE DE PARANAGUÁ. (continuação)

LUTAS DESENVOLVIDAS	ANTES DE 1996		REIVINDICAÇÕES EM 1996	
	%	Freq.	%	Freq.
Lombada / Sinalizar lombadas e ruas / Pôr semáforo no trevo	14,9	7	19,1	9
Limpeza de Manguezais e Baía	0,0	0	12,8	6
Conscientização Social	12,8	6	55,3	26
Cestas Básica / Alimentos / Horta Comunit. / Pagam. conta luz	12,8	6	8,5	4
Cobertores / Agasalhos / Roupas	12,8	6	4,3	2
Clube da Mulher / Cursos Profissionalizantes p/ crianças e Adultos / Cursos de Artesanatos (Crochê, Tricô, Bonecos, Pintura em Tecido, em Vidro, Confecção de Cartões de Natal), Cursos de Manicura, Cabeleireira, Costura, Culinária, Jardinagem, Horti-Fruticultura, Marcenaria, Carpintaria, etc.	10,6	5	19,1	9
Colocação de Telefone Público	8,5	4	8,5	4
Mais Professores / Mais Cursos Superiores: Medicina, Direito, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Engenharia, Agronomia, Disponibilizar ônibus para os alunos irem estudar em Curitiba	0,0	0	8,5	4
Solucionar o Problema do Uso de Drogas	8,5	4	42,6	20
Melhor Salário / Mais Emprego	8,5	4	25,5	12
Ações Trabalhistas pelo S. O. S. Cidade Limpa	8,5	4	2,1	1
Não Participaram do Projeto S. O. S. Cidade Limpa	8,5	4	8,5	4
Combater a Miséria / Ajudar os que necessitam	0,0	0	34,0	16
Canalização de Rio / do Canal da Ainhãinha (afeta 9 Vilas)	8,5	4	12,8	6
Reciclagem do lixo / Coleta Seletiva / Educação para o lixo	6,4	3	29,8	14
Festa da Vida / Plantio de Árvores Frutíferas				
Cultivo de Plantas Medicinais	6,4	3	0,0	0
Combater a Poluição (Sonora, do Ar, da Baía)				
Mau cheiro pela decomposição da soja derrubada no asfalto				
Que as indústrias invistam em segurança e prevenção				
Mais e melhor fiscalização da Administração Pública	6,4	3	36,2	17
Luta para Aterrar o Manguê	6,4	3	0,0	0
Baixar a Prestação da Casa Própria / Unificar o valor das Prestações para imóveis de mesmo tamanho	6,4	3	8,5	4
Melhorar Condições de Habitação	0,0	0	27,7	13
Passarela / Passagem de Nível / Linha Transversal / Travessia	6,4	3	8,5	4
Construção e/ou Melhoramento da Ciclovia	6,4	3	8,5	4
Controle de Velocidade / Educação para o Trânsito / Carroças				
Charretes / Reduzir barulho / Impedir animais soltos / Dirigir alcoolizado / Atropelamentos	6,4	3	21,3	10
Maior Segurança no Pátio de "Containers"				
Disciplinar o Transporte de Cargas	6,4	3	4,3	2
Medicamentos / Cadeira de Rodas / Óculos de Grau				
Remédios Caseiros / Funerária	6,4	3	10,6	5
Atividades Culturais / Teatro / Mímica / Gincana	6,4	3	2,1	1
Pastoral da Criança / Acompanhamento Médico na Pesagem	6,4	3	6,4	3
Merenda Escolar / "Freezer" para a Escola (brinde)	4,3	2		
Escola de Segundo Grau	4,3	2	23,4	11
Brinquedos / Material Escolar	4,3	2	2,1	1
Iluminação da Ponte de Madeira do Rio do Chumbo	4,3	2	0,0	0
Colocar Cobertura nos Pontos de Parada de Ônibus	4,3	2	0,0	0

(continua)

QUADRO 5 - LUTAS DESENVOLVIDAS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ, ANTES DE 1996 E REIVINDICAÇÕES EXISTENTES NO ANO DE 1996, NA CIDADE DE PARANAGUÁ.

(conclusão)

LUTAS DESENVOLVIDAS	ANTES DE 1996		REIVINDICAÇÕES EM 1996	
	%	Freq.	%	Freq.
Combater o Crescimento Desordenado / a Ocupação Desordenada da Faixa Ribeirinha	4,3	2	10,6	5
Maior Segurança no Condomínio Contra Roubos	4,3	2	4,3	2
Organização Política das Associações de Moradores / Divulgação do Bairro p/ Entidade/ Retomada do Trabalho da Entidade / Chamar o povo para a luta / Deve haver mais união entre as Assoc. de Moradores / Maior Consciência Política da População	4,3	2	27,7	13
Exigir cumprimento das reivindicações feitas p/ Orçam. Partic.	0,0	0	6,4	3
A Administração Pública deveria dar mais apoio às Associações de Moradores de Bairro	0,0	0	4,3	2
Falta Maior Compromisso do Porto com a Cidade de Paranaguá	0,0	0	2,1	1
Atividades Desportivas / Campeon. Futebol / Voleibol / Basq. C/ grande apoio da Imprensa local p/ divulgação dos eventos	4,3	2	4,3	2
Conseguir área para animais abandonados / Retirá-los da rua	0,0	0	4,3	2
Usar Muro do Colég. p/ Propag. e Fonte de Recursos p/ Colég.	0,0	0	2,1	1
Reabrir a "Casa do Pequeno Trabalhador" / Oferecer cursos de Datilografia, Computação Eletrônica, etc.	0,0	0	4,3	2
Fazer Controle de Natalidade / Planejamento Familiar	0,0	0	4,3	2
Tirar Crianças das Ruas, das Drogas, da Prostituição / Educá-las / Pô-las na escola	2,1	1	19,1	9
Acabar c/ Prostituição Infantil / Maior Ação do Juizado de Men.	0,0	0	8,5	4
Discutir e Apoiar Programas de Saúde	2,1	1	12,8	6
Dar Trabalho aos Detentos / Celas estão Superlotadas	0,0	0	4,3	2
Corpo de Bombeiros	2,1	1	2,1	1
Agência Bancária / Agência de Correio / Caixa Postal	2,1	1	4,3	2
Defesa do Mangue / Arrancar cerca de arame farpado / Impedir novos assentamentos / Mais e Melhor Fiscal. Adm.Púb.	2,1	1	27,7	13
Contra a Construção de Linha Férrea no Bairro	0,0	0	2,1	1
Reformar Ponte de Madeira para de Material	0,0	0	2,1	1
Indenização das casas devido à poluição	2,1	1	2,1	1
Disciplinar Fluxo de Veículos no Trânsito / Carros / Charretes Carroças em mãos de Crianças	2,1	1	8,5	4
Festa da Rainha dos Bairros	2,1	1	0,0	0
Criar Feira para Venda do Produzido	2,1	1	0,0	0
Infra-estrutura p/ Turismo / Maior divulgação Festa Padroeira Recuperar a tradição Histórico-religiosa do Bairro	2,1	1	2,1	1
Muro do Clube Literário (Orçamento Participativo)	2,1	1	0,0	0
Obteve Apoio de Mini-Empresários do Bairro	2,1	1	2,1	1
Mudar o Nome da Vila	0,0	0	2,1	1
Desativada / Parada	0,0	0	10,6	5
Sem muita história antes de 1996. Estavam começando	2,1	1	0,0	0

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

OBS.: A cor vermelha indica os acréscimos tidos em 1996.

4.4.5.11 Reivindicações da UMAMP

Desde o final da década de oitenta, a União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá (UMAMP) já tinha sua pauta unificada de reivindicações do Movimento Popular de Bairro, a qual reunia os problemas gerais e específicos como um todo e consistia em: saneamento básico, calçamento, conserto de vias públicas, abastecimento de água, distribuição (em conjunto com a SETAS) dos *tickets* do leite, assentamentos, maior segurança nas vias públicas, manutenção e conservação de escolas públicas, melhor atendimento à Saúde, transporte coletivo, vale transporte, a realização da Festa da Rainha das Associações, torneios de futebol, organização e representação política do Movimento Popular, conscientização política das lideranças, a união e o fortalecimento das entidades de base, o acompanhamento das mesmas tanto quanto ao processo sucessório de Diretoria, quanto ao encaminhamento das reivindicações mais específicas de cada bairro e a representação em Conselhos Municipais e/ou Estaduais.

A proposta de criação de uma **Tribuna Livre** na Câmara Municipal de Vereadores (**Caixa de Sabão**) para possibilitar a participação direta das lideranças comunitárias junto ao Poder Legislativo Municipal data de 1989 e continuou existindo na década de 90, mas sem êxito. Por outro lado, o Executivo Municipal criou, a partir de 1994, reuniões comunitárias para discussão do orçamento municipal com a finalidade de desenvolver uma maior interação entre o Movimento Popular e a Administração Pública de Paranaguá.

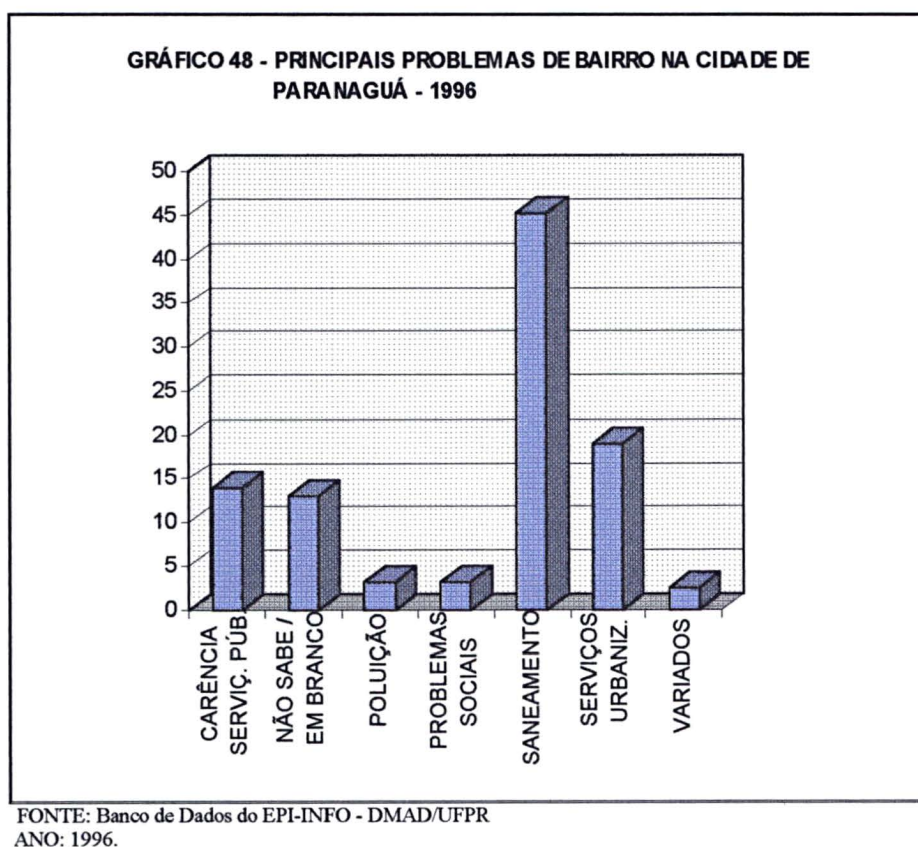
No final da década de 90, o problema do abastecimento, consumo e o valor da taxa de água que estava sendo cobrada pela firma Águas de Paranaguá passou a ser uma das principais discussões e lutas então encaminhadas pela Umamp.

4.4.6 Principais Problemas do Bairro Levantados pela População

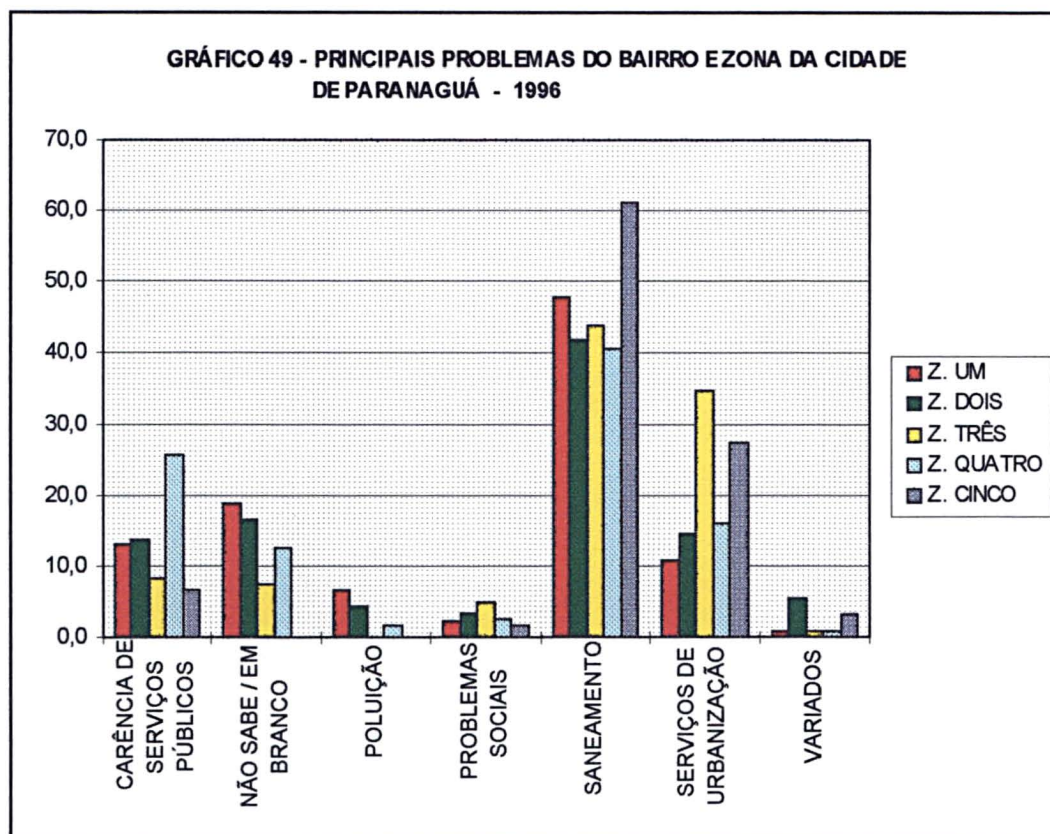
Muitas das posições dos representantes das Associações de Moradores de Bairro se coadunam com a opinião geral das pessoas na comunidade.

Pela pesquisa interdisciplinar, o principal problema do bairro, na opinião do informante amostrado na cidade de Paranaguá em 1996, era em relação ao saneamento (falta de esgoto, esgoto entupido, água suja, falta de água, acúmulo de lixo na vizinhança, sujeira, enchente, alagamento, mato, terreno baldio, etc.), com 45,2%; em segunda posição, com 19,1%, está a falta de serviços de urbanização (reformatar a praça local, iluminação, calçamento, falta de sinalização, de asfalto, abrir ruas, colocar lombadas, áreas de lazer, áreas verdes, etc.); com 13,9%, ficam em terceira posição os problemas relacionados com a carência de serviços públicos (falta de segurança, de posto policial, de posto de saúde, de

hospital, de médico, de farmácia, de creche, de escolas de Ensino Médio, de escolas profissionalizantes, de ônibus no transporte coletivo, etc.). Respostas não sabe/em branco aparecem com um percentual de 13,0%. Os problemas sociais (ladrão, velocidade dos carros, maconheiros, droga, pobreza, desordem, acidentes, moleques na rua, falta de Associações de Bairros, etc.) apresentam uma equivalência de percentual (3,1%) com problemas de poluição (poluição dos armazéns, poluição do ar, poluição sonora, etc.); e, por último, com 2,5% estão os problemas variados (ciclistas na calçada, falta de igreja, de indústrias, de sossego, de dinheiro, destruição do mangue, animais soltos e/ou mal tratados, além de outros) - (GRÁFICO 48) .



Em relação às zonas (GRÁFICO 49), nota-se que os problemas relacionados com saneamento predominam em todas elas, com percentuais que variam de 40,7% a 61,3%; em segunda posição, nas zonas um e dois estão as respostas não sabe/em branco (com 18,8% e 16,6% respectivamente); nas zonas três e cinco, ficam os serviços de urbanização (com 34,7% e 27,4% respectivamente) e na zona quatro, está a carência de serviços públicos, com 25,7%. Os problemas de poluição apresentam os maiores percentuais nas zonas um (6,5%) e dois (4,4%) e os problemas sociais, na zona três (5,0%).



FONTE: Banco de Dados do EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Quanto aos bairros, observa-se que, conforme consta no ANEXO 27 - TABELA 7, os problemas de saneamento também aparecem em todos os bairros, com percentuais variando de 12,5% a 100,0%, exceto no Aeroporto (área pouco habitada, com maiores percentuais de problemas sociais (33,3%) e problemas de poluição (33,3%)), na Vila Industrial, São Vicente e no Rocio (onde predominam os problemas de poluição com 66,7%). Em alguns bairros, o saneamento aparece e com percentuais altos, mas em segunda ou terceira posição, como é o caso de: Vila Guadalupe (predominam os problemas de poluição, com 50,0%); na Costeira, São Vicente, Tuiuti e Vila Nova Primavera (predominam carência de serviços públicos, com 29,6%, 36,4%, 40,0% e 50,0% respectivamente); na Asa Branca, Cunha-Porã, Vila Rute, Jardim Araçá e Oceania (há equivalência de percentuais entre saneamento e carência de serviços públicos, com 50,0%, 40,0%, 33,3%, 20,0% e 16,7% respectivamente); na Vila Itiberê, Jardim América, Conjunto Santos Dumont e Vila do Povo (onde predominam serviços de urbanização, com 40,0%, 69,2%, 47,1% e 50,0% respectivamente); e, na Vila Industrial só foram registrados problemas variados (100,0%).

Os problemas de poluição, além do Rocio, Vila Guadalupe e Aeroporto, também aparecem nos bairros: Ponta do Caju (25,0%), Vila Rute (16,7%), Costeira (14,8%), Vila

Portuária (8,3%), Emboguaçu (7,7%), Eldorado (5,0%), Jardim Guaraituba (3,4%), Parque São João (2,7%) e Porto dos Padres (2,0%), sendo que nos demais bairros não há registro deste problema.

Os problemas sociais, além do Aeroporto, também aparecem nos bairros: Oceania (16,7%), Vila Rute (16,7%), Vila Nova Primavera (12,5%), Ponta do Caju (12,5%), Alvorada (10,0%), Vila dos Comerciantes (9,1%), Jardim Samambaia (8,3%), Vila Portuária (8,3%), Parque São João (8,1%), Palmital (6,7%), Eldorado (5,0%), Vila Bela - Ilha dos Valadares (5,0%), Jardim Nova Iguaçu (4,3%) e Porto dos Padres (2,0%).

A carência de serviços públicos aparece também no Jardim Nova Iguaçu (30,4%), Centro Histórico (28,6%), Serraria do Rocha (28,6%), Padre Jackson (23,5%), Conjunto Santos Dumont (23,5%), Porto dos Padres (22,0%), Vila Guarani (19,0%), Vila do Povo (16,7%), Vila Portuária (16,7%), Guadalupe (12,5%), Ponta do Caju (12,5%), Estradinha (11,5%), Raia (11,1%), Vila Sete de Setembro na Ilha dos Valadares (11,1%), Vila Paranaguá (11,1%) e Eldorado (10,0%); nos demais bairros, quando há registro, os percentuais são inferiores a 10,0%.

Os problemas relacionados com a falta de serviços de urbanização foram registrados nos bairros: Vila Alboitt (33,3%), Alto São Sebastião (16,7%), Bockmann (31,3%), Centro Histórico (14,3%), Correia Velho (50,0%), Costeira (14,8%), Emboguaçu (15,4%), Guadalupe (12,5%), Jardim Guaraituba (37,9%), Jardim Nova Iguaçu (17,4%), Jardim Samambaia (29,2%), Parque São João (24,3%), Ponta do Caju (12,5%), Porto dos Padres (14,0%), Raia (22,2%), Cunha-Porã (20,0%), Serraria do Rocha (28,6%), Vila Sete de Setembro (16,7%), Vila Bela na Ilha dos Valadares (30,0%), Vila Cruzeiro (13,6%), Vila dos Comerciantes (21,2%), Bairro Itiberê na Ilha dos Valadares (33,3%) e Vila São Carlos (25,0%); nos demais bairros, quando ocorre, os percentuais são inferiores a 10,0%.

As respostas não sabe/em branco ocorrem com maiores percentuais no São Vicente (45,5%); Tuiuti, Palmital e Jardim Araçá (com 40,0%); Vila Guarani (38,1%); há equivalência de percentuais em 33,3% entre Aeroporto, Oceania e Rocio; em seguida estão Emboguaçu (30,8%), Estradinha (26,9%), Padre Jackson (23,5%), Jardim Guaraituba (20,7%) e há uma equivalência de percentuais em 20,0% entre Eldorado, Vila Itiberê e Porto dos Padres; nos demais, os percentuais ficam abaixo de 19,0%.

A falta de tratamento de esgoto é um sério problemas de saneamento básico não só de Paranaguá, mas de todo o País. Pelo PNUD/IPEA/FJP, em 1991, o percentual da população que vivia em domicílios com esgoto adequado era 58,9%, ou seja, 41,1% da população careciam deste serviço.⁷¹⁹ Em 1993, somente 8,0% da população brasileira era

⁷¹⁹ PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998. p. 8 (CD ROOM).

atendida com rede de coleta e tratamento de esgoto⁷²⁰ e dados mais recentes indicam que 56,0% da população não dispõem de solução adequada para a disposição de seus esgotos sanitários.⁷²¹

No Estado do Paraná, em julho de 1997, segundo dados fornecidos pela SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, o nível de atendimento com rede de esgoto era de 30,1%, isto é, cerca de 70,0% da população do Estado não dispunham e não dispõem em 1999 desse serviço.⁷²²

Quanto ao lixo, 75,0% do lixo coletado diariamente no Brasil ficam a céu aberto⁷²³ e 13,0% da população do País não dispõem de água potável. Segundo o Ministério da Saúde, atualmente cerca de 30,0% da população brasileira abastece-se de água proveniente de fontes inseguras, sendo que boa parte daqueles atendidos pela rede pública nem sempre recebem água com qualidade adequada e em quantidade suficiente.⁷²⁴

A existência de problemas de poluição nas zonas um e dois deve-se, principalmente, aos gases emitidos à atmosfera pelas indústrias de fertilizantes, produtos químicos, salinas e Petrobrás localizadas próximas ao Porto e também à rota dos caminhões de soja que derrubam resíduos no asfalto, o qual ao apodrecer, umedecido pela chuva, produz forte mau cheiro (provavelmente, pela produção de gás sulfídrico).

Os principais problemas de meio ambiente e a indicação da poluição como problema do bairro e de meio ambiente da cidade de Paranaguá podem ser melhor visualizados em sua localização espacial pelos MAPAS 7 e 17.

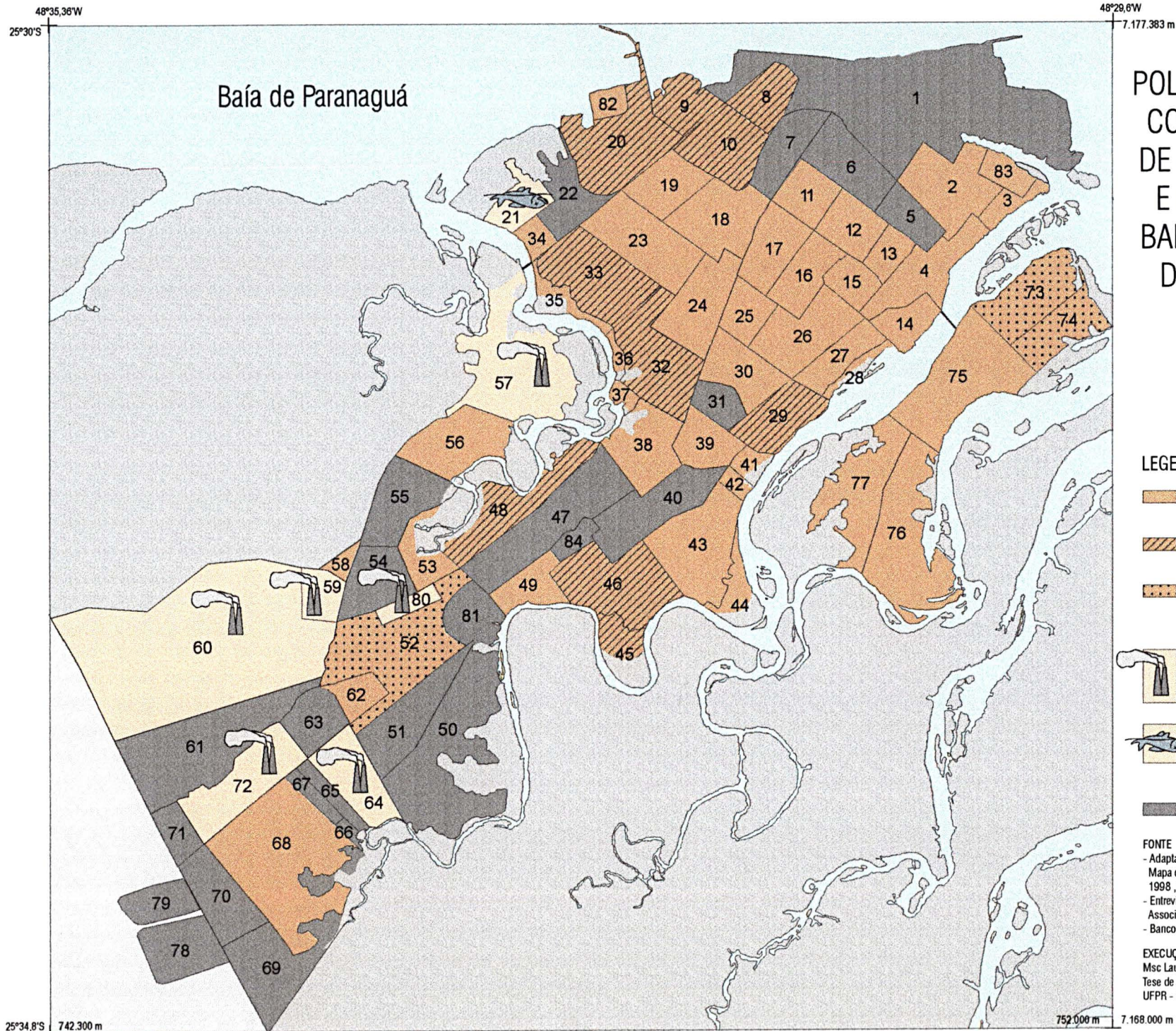
⁷²⁰ GAZETA DO POVO, ago./1993. p. 10.

⁷²¹ FÓRUM BRASILEIRO DE ONGs E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1997. p. 311.

⁷²² CADÊ, Internet, Saneamento no Paraná. 1998.

⁷²³ GAZETA DO POVO, ago./1993. p. 10.

⁷²⁴ FÓRUM BRASILEIRO DE ONGs E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1997. p. 310.









MAPA 17

POLUIÇÃO INDICADA COMO PROBLEMA DE MEIO AMBIENTE E PROBLEMA DO BAIRRO NA CIDADE DE PARANAGUÁ 1996

ESCALA 1: 50.000



LEGENDA

-  Bairros em que os entrevistados indicaram como problema de Meio Ambiente e Problema do Bairro a Poluição (Pesquisa Interdisciplinar)
-  Bairros em que a Associação de Moradores desenvolvia, em 1996, luta contra a Poluição do Ar e Sonora (Pesquisa Individual)
-  Bairros em que a Associação de Moradores reivindicava, em 1996, combate à Poluição Hídrica causada pelo lixo e pelo esgoto (Pesquisa Individual)
-  Bairros em que a Associação de Moradores desenvolvia, em 1996, luta contra a Poluição do Ar e Sonora, mas sem registro de dados pela pesquisa interdisciplinar
-  Bairros em que a Associação de Moradores reivindicava, em 1996, combate à Poluição Hídrica causada pelo lixo e pelo esgoto, mas sem registro de dados pela Pesquisa Interdisciplinar
-  Outros bairros

FONTE

- Adaptado de CANEPARO ; MORAES . Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1998, inédito
- Entrevistas com representantes de Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - 1996
- Banco de Dados do EPI-INFO do DMAD da UFPR - 1996

EXECUÇÃO

Msc Laura Jesus de Moura e Costa
Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPR - 1999

4.4.7 Relações da Sociedade Civil com a Sociedade Política

4.4.7.1 Funcionamento das Associações de Moradores de Bairro em período eleitoral

De acordo com os entrevistados, 42,6% deles responderam que as eleições oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo, tanto em nível municipal, estadual ou federal, interferem no funcionamento da entidade, principalmente se o candidato apoiado pelo Presidente da entidade não se eleger, pois aí não conseguirá nenhuma obra para a vila ou bairro. Quando o candidato a Prefeito apoiado pela Associação é continuação da atual gestão na Prefeitura e sai vencedor nas eleições, a conquista de benefícios para o bairro torna-se mais fácil; “existe afinidade entre a Associação e a Prefeitura.”⁷²⁵

Um outro fato é que, no período eleitoral, os candidatos procuram mais os Presidentes das Associações de Moradores com o objetivo de angariar mais apoio e conseguir mais votos. “São muita gente interferindo na Associação. Mas, só que, depois que passa a eleição, eles somem.” “É a época que a gente consegue maior benefício pro bairro... é na época política.”⁷²⁶

O processo eleitoral também pode atrapalhar porque “o pessoal (a população) confunde muito o trabalho da Associação com as questões pessoais, as necessidades pessoais.” “Alteram porque o povo vende o voto.” “É o ano de maior dificuldade para os diretores de entidade que têm uma ideologia voltada para a população.”⁷²⁷ Muitas opiniões dos entrevistados são de que, quando o próprio Presidente é candidato a vereador, deve licenciar-se e deixar outro no lugar ou fechar temporariamente a entidade.

Os 51,1% dos entrevistados que responderam que o processo eleitoral não altera o funcionamento da Associação de Moradores justificam suas posições argumentando que a entidade não participa da campanha, quem participa são as pessoas, os Diretores, enquanto cidadãos, indivíduos. A Associação se comporta normalmente, fica neutra ou indiferente, “não se envolve em política”. No entanto, cada Diretor é livre para apoiar quem quiser. “A gente pode até dá uma força fora da Associação.” “As eleições não interferem, mas os candidatos podem nos ajudar dando aterro, arrumam máquina prá abrir ruas...”⁷²⁸

Somente 6,4% dos entrevistados responderam que a alteração no funcionamento da entidade no período eleitoral depende muito do candidato. “Se Vicente Elias entrá, vai alterá. A Associação tem que assumir a campanha.”⁷²⁹ (GRÁFICO 50).

⁷²⁵ Depoimento de representantes de Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá, obtido por entrevista gravada, entre janeiro e março de 1996.

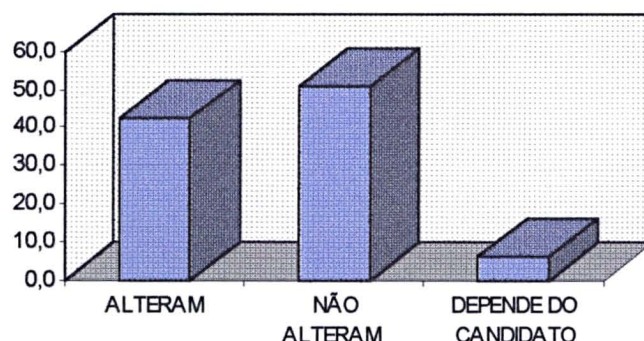
⁷²⁶ Idem.

⁷²⁷ Idem.

⁷²⁸ Idem.

⁷²⁹ Idem.

GRÁFICO 50 - INFLUÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL NO FUNCIONAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

4.4.7.2 Candidatura do presidente da Associação de Moradores de Bairro a vereador

Mais da metade (51,0%) dos diretores das Associações de Moradores de Bairro entrevistados, em 1996, na cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares, já haviam sido candidatos a vereador ou pensavam em sê-lo naquele ano; destes, 21,3% já haviam saído candidatos uma vez; 10,6% haviam sido candidatos mais de uma vez; 6,4% haviam sido candidatos anteriormente e pretendiam sê-lo outra vez em 1996, e cerca de 13,0% estavam pensando em candidatar-se a vereador em 1996 pela primeira vez.

Dentre os 49,0% não candidatos, 42,6% não haviam sido nunca candidatos e nem pretendiam sê-lo em 1996 e alguns usaram como justificativa o fato de não terem condições financeiras e/ou apoio econômico para tal ou porque seria necessário mostrar antes um bom trabalho no bairro para depois candidatar-se, e 6,4% responderam que não se metem em política (TABELA 45).

TABELA 45 - CANDIDATURA DO ENTREVISTADO À CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ - 1996

SITUAÇÃO DO ENTREVISTADO	F	%
Havia Sido Candidato uma Vez	10	21,3
Havia Sido Candidato Mais de uma Vez	5	10,6
Talvez Fosse Candidato em 1996 p/ 1ª. Vez	6	12,8
Havia Sido e Queria Ser Candidato em 1996	3	6,4
Não Foi Antes/Não Seria Candid. em 1996	20	42,6
Não se Mete em Política	3	6,4
Total	47	100,0

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

4.4.7.3 Partido pelo qual o presidente da Associação saiu candidato a vereador

Cerca de 77,6% dos entrevistados encontravam-se filiados a algum partido político, dos quais aproximadamente 47,0% já haviam saído ou iam sair candidatos a vereador; 4,1% não deixaram claro a qual partido filiaram-se e 26,5% encontravam-se somente filiados sem haver sido candidato a vereador; 22,4% não se encontravam filiados a nenhum partido político, mas pelo menos dois deles disseram ter o apoio de partido político (PSC e PMDB) - (GRÁFICO 46).

Pelos dados das entrevistas, o quadro de filiados ficou assim distribuído:

- a) foi ou seria candidato em 1996 - PSDB (2), PFL (2), PTB (5), PSC (5), PDC (2), PT (1), PC do B (1), PRN (2), PMDB (3) = Total 23;
- b) somente filiado - PMDB (2), PTB (1), PT (2), PSC (3), PSDB (3), PDT (1), PSB (1) = Total 13.

Alguns haviam saído candidatos a vereador por um partido e, em 1996, encontravam-se filiados em outro, tais como: do PDC passou para o PPB; do PFL passou ao PDT; da ARENA passou ao PDS, depois ao PTB e estava negociando entrar no PDT; do PTB passou ao PT; do PMDB passou ao PSC, e do PTB passou para o PSDB. Uma pessoa respondeu que havia sido candidata pelo PRN e que continuava nele, apesar do *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992; outra pessoa respondeu que estava filiada ao “Partido do Vicente Elias”, ou seja, o referencial era o líder político e não o partido político. De um modo geral, nota-se que não há o vínculo ideológico ao partido, mas sim conjuntural e pessoal.

TABELA 46 - FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DE DIRETORES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ - 1996

SITUAÇÃO EM 1996	F	%
Foi ou Será Candidato	23	46,9
Somente Filiado	13	26,5
Sem Partido	11	22,4
Partido Ignorado	2	4,1
Total	49 (*)	100,0

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

NOTA: Neste total de 49 pessoas estão incluídos, além dos 47 representantes das entidades entrevistados, também um ex-Presidente da UMAMP e da Associação de Moradores do Bairro da Estradinha e mais uma pessoa (total = duas) do bairro do Rocío.

Pelos dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral, foi possível montar o QUADRO 16 - ANEXO 33 e construir a síntese apresentada no QUADRO 6 que segue abaixo. Pode-se perceber que nas três últimas eleições um maior número de representantes de bairro saiu candidato a vereador, ou seja, 18 candidatos em 1988; 22, em 1992 e 19, em 1996,

correspondendo exatamente aos períodos em que mais Associações de Moradores foram criadas: 16 entre 1986 e 1989 e 22 entre 1990 e 1992 e no início de 1996 foi feita a coleta de dados. Representantes das Associações de Moradores da Ilha dos Valadares foram os que mais se candidataram se comparados com as outras entidades. Dos três candidatos de 1976, um era da Vila Guarani (cuja Associação de Moradores foi construída em 1971) e dois da Ilha dos Valadares - Vila Bela, onde a Associação de Moradores foi fundada em 1979. Entre 1980 e 1983 foram criadas 6 Associações de Moradores em Paranaguá e em 1982, oito representantes de bairro foram candidatos a vereador, tendo sido eleito somente um, pelo PMDB, e morador da Vila São Francisco (cuja Associação foi fundada em 1982), o qual foi reeleito em 1988, pelo mesmo partido; mas, em 1992, saiu candidato pelo PFL e não se reelegeu. Estas duas eleições foram as únicas vezes em que um representante de bairro conseguiu eleger-se vereador em Paranaguá; nas demais eleições, seus votos serviram para ampliar a legenda e aumentar a proporcionalidade do respectivo partido político.

O total de 70 candidaturas refere-se a 43 pessoas, uma vez que 18 dos 43 representantes de bairro (41,9%) foram candidatos mais de uma vez e 1 dos 4 representantes da Ilha dos Valadares foi candidato a vereador nos 5 pleitos eleitorais referidos, não tendo sido eleito em nenhum deles. Da mesma forma, o único candidato da Vila Guarani participou de 4 pleitos eleitorais (pela ARENA, PDS, PSC e PST); 4 candidatos participaram de 3 pleitos eleitorais (candidato A do bairro Itiberê Valadares (PDS, PTB e PTB), candidato A da Vila São Francisco (PMDB, PMDB e PFL), candidato A do Jardim Guaraituba (PT somente) e candidato A da Vila dos Comerciantes (PTB somente)); 12 candidatos participaram de 2 pleitos e 25 candidatos participaram de somente 1 pleito eleitoral, sendo que 12 deles no último, em 1996, podendo vir a se recandidatar nos próximos. Dos 18 (re)candidatos, 8 (44,4%) mudaram de partido a cada nova eleição.

Quanto ao número total de votos obtidos pelos candidatos, há um aumento em todos os anos, desde 1976 até 1996. Comparando o número total de votos das eleições de 1992 e 1996, percebe-se que nesta última havia três candidatos a menos em relação àquela e o número total de votos é 26,0% a mais. Em relação a 1988, cujos números totais de candidatos se equivalem, o total de votos obtidos em 1996 tem um aumento de 62,0%.

Em relação à votação individual de cada candidato, os números variam de 8 votos (candidato B do Conjunto Santos Dumont, pelo PFL, em 1992) a 548 votos (candidato A da Vila São Francisco, pelo PMDB, em 1982), sendo esta a maior votação já obtida por um representante de bairro e o único que conseguiu eleger-se. Comparando as votações de um pleito com outro dentre os 18 que se recandidataram, observa-se que 4 deles tiveram aumento e diminuição do total de votos entre um pleito e outro; 6 deles, sofreram

diminuição do total de votos; 7 deles aumentaram sua votação total e somente um manteve a mesma votação entre um pleito e outro.

QUADRO 6 - PARTIDOS PELOS QUAIS REPRESENTANTES DE BAIRROS FORAM CANDIDATOS A VEREADOR NA CIDADE DE PARANAGUÁ E RESPECTIVO ANO ELEITORAL

PARTIDO POLÍTICO	ANO ELEITORAL					TOTAL DE CANDID.
	1976	1982	1988	1992	1996	
ARENA	2	0	0	0	0	2
MDB / PMDB	1	2	2	2	0	7
PDS	0	3	0	0	0	3
PT	0	1	2	4	1	8
PTB	0	2	2	5	2	11
PSC	0	0	5	2	0	7
PFL	0	0	2	3	1	6
PTR	0	0	2	0	0	2
PSB	0	0	2	0	3	5
PDT	0	0	1	1	1	3
PDC	0	0	0	2	0	2
PRN	0	0	0	1	0	1
PST	0	0	0	1	1	2
PC do B	0	0	0	1	1	2
PPB	0	0	0	0	2	2
PSDB	0	0	0	0	3	3
COLIGAÇÃO	0	0	0	0	4	4
TOTAL DE CANDID.	3	8	18	22	19	70 (*)
TOTAL DE VOTOS	761	1612	1888	2411	3046	

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

ANO: 1996.

NOTA: Este total de 70 candidatos refere-se a 43 pessoas, pois várias delas se recandidataram.

Pelas siglas dos partidos e o número de candidatos, nota-se que há o predomínio de um perfil de centro-direita e direita no quadro de candidaturas, em torno de 42,9%; com 27,1% de centro e 30,0% de centro-esquerda e esquerda. Por outro lado, em municípios do interior é comum ocorrer o fato de que partidos considerados de direita em nível nacional assumem posições democráticas e progressistas em nível municipal.

Embora a maioria dos representantes de bairro afirme que sua entidade é apartidária, que se mantém neutra nos processos eleitorais, individualmente seus diretores e sócios têm suas opções políticas. Para muitos deles, à medida em que a organização se liga a um Partido político, perde sua identidade, pois o Movimento Popular de Bairro tem suas raízes plantadas na comunidade, como um todo, sem cisões. No entanto, consideram necessário ter uma representação junto ao Parlamento, para defender os interesses populares. Os representantes de bairro de Paranaguá colocam-se, alguns, de frente para o Estado e outros, ao lado dele.

Na opinião do ex-Secretário Municipal de Paranaguá entrevistado, é natural que, a partir do momento em que a comunidade começa a se organizar, surjam lideranças e que

estas desejem ser candidatas a vereador. A Prefeitura não incentiva nenhum Presidente de bairro ou qualquer outra pessoa a sê-lo. Geralmente, o estímulo à candidatura provém de grupos de amigos do próprio bairro ou de bairros vizinhos. No entanto, para eleger-se é necessário muito dinheiro, mas os representantes de bairro insistem em ser candidatos, comenta o ex-Secretário. Na sua opinião, não há como impedi-los, pois é o espírito democrático que deve prevalecer e é bom que surjam novas lideranças, que estas se fortaleçam para renovar as lideranças da própria cidade. Há uma contradição entre a continuidade do trabalho da liderança e a sua respectiva candidatura a vereador, como pode-se perceber no comentário abaixo:

e a gente tem visto que, nos bairros onde há um maior sucesso da Associação, é onde justamente aquele Presidente não saiu candidato a vereador. Porque a própria população confia mais nele, porque ele não está querendo fazer da Associação um trampolim político para ele se tornar vereador.⁷³⁰

O Movimento Popular de Bairro persegue o Parlamento; deve ocupar espaço em seu interior para representar as classes populares, defender os seus direitos e conquistar o poder, permanecendo de frente para o Estado e em busca do Parlamento. Segundo AMMANN, as Associações que se limitam à assistência social não podem ser definidas como Movimento Social, pois funcionam como aliadas do Estado, colocando-se ao lado dele.⁷³¹

4.4.7.4 Filiação da população em geral a partido político

Pelos dados da enquete ampla da pesquisa interdisciplinar e conforme a TABELA 47, somente 4,1% dos informantes amostrados estão filiados a partido político.

TABELA 47 - POPULAÇÃO QUE ESTAVA FILIADA A PARTIDO POLÍTICO NA CIDADE DE PARANAGUÁ, EM 1996

FILIAÇÃO A PARTIDO POLÍTICO	POPULAÇÃO	
	F	%
Não	613	95,9
Sim	26	4,1
Total	639	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Quanto às zonas, é na zona 1 que está o maior percentual de filiados a partidos políticos (8,0%), não havendo nenhum registro de filiados na zona 5 (Ilha dos Valadares) e é justamente nessa região que um maior número de representantes de bairro foi candidato a

⁷³⁰ Depoimento obtido em entrevista gravada em 15 de julho de 1998, com o ex-Secretário Municipal de Paranaguá José Baka Filho.

⁷³¹ AMMANN, 1991. p. 121-129.

vereador e que, para a resolução dos problemas do bairro, o vereador é o último a ser procurado (8,1% dos informantes).

O fato da zona 1 apresentar o maior percentual de filiados a partidos políticos pode estar relacionado a uma maior escolaridade e a um maior percentual de adultos e idosos nesta zona, bem como ao maior percentual de acesso à informação, principalmente escrita (leitura de jornais), além de ser, ali, o centro urbano, local onde se situam as sedes dos Poderes Municipais e onde ocorre a maioria dos fatos políticos.

4.4.7.5 Forma de participação em partido político

A TABELA 48 mostra que, dentre os que estão filiados a partido político, 36,0% deles participam ativamente e 64,0% são apenas simpatizantes.

TABELA 48 - FORMA DE PARTICIPAÇÃO EM PARTIDO
POLÍTICO DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE
PARANAGUÁ - 1996

FORMA DE PARTICIPAÇÃO	POPULAÇÃO	
	F	%
Participa Ativamente	9	36,0
Simpatizante	16	64,0
Total	25	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

O baixo percentual de filiados a partidos políticos e, dentre estes, o alto percentual de simples simpatizantes que, somados ao baixo percentual de participação em organizações da sociedade civil, com predomínio de participação eventual, indicam pouca cultura política, o que tem relação também com a grande dependência das entidades de bairro das ações da Administração Municipal para o encaminhamento das soluções para os problemas do bairro. Como já foi dito anteriormente, isso pode ser reflexo de um processo histórico-cultural e político do País, cujo Estado sempre manteve uma característica de dominação, assistencialista, autoritária e de falsa democracia.

4.4.7.6 Influência que sofre a Associação de Moradores de Bairro

Sem dúvida nenhuma, a maior influência que sofre ou que deveria sofrer a Associação de Moradores de Bairro, na opinião dos entrevistados, é da Administração Municipal, pois é ela quem executa as obras. Há uma dependência direta da Prefeitura. Dos 76,6% que responderam sofrer influência da Prefeitura, 25,0% deles entendem que a influência da Administração Municipal **deveria** existir, mas que isso não ocorre na prática,

porque o órgão não age, não atende ao que é pedido pelas entidades; se atender, exercerá influência sobre a Associação de Moradores.

A Câmara Municipal, os vereadores e/ou os partidos políticos exercem influência em 40,4% das entidades de bairro de Paranaguá, sendo que 10,5% delas responderam que a Câmara Municipal **deveria** exercer influência, mas que não o faz. O entrevistado da Associação de Moradores do Padre Jackson fez referência à Frente Intersindical e Popular, formada no final da década de 80 e apoiada por oito partidos políticos, a qual influenciou decisivamente não só sobre as entidades da sociedade civil, mas também no processo sucessório do Executivo Municipal e na conseqüente redefinição da correlação de forças políticas locais.

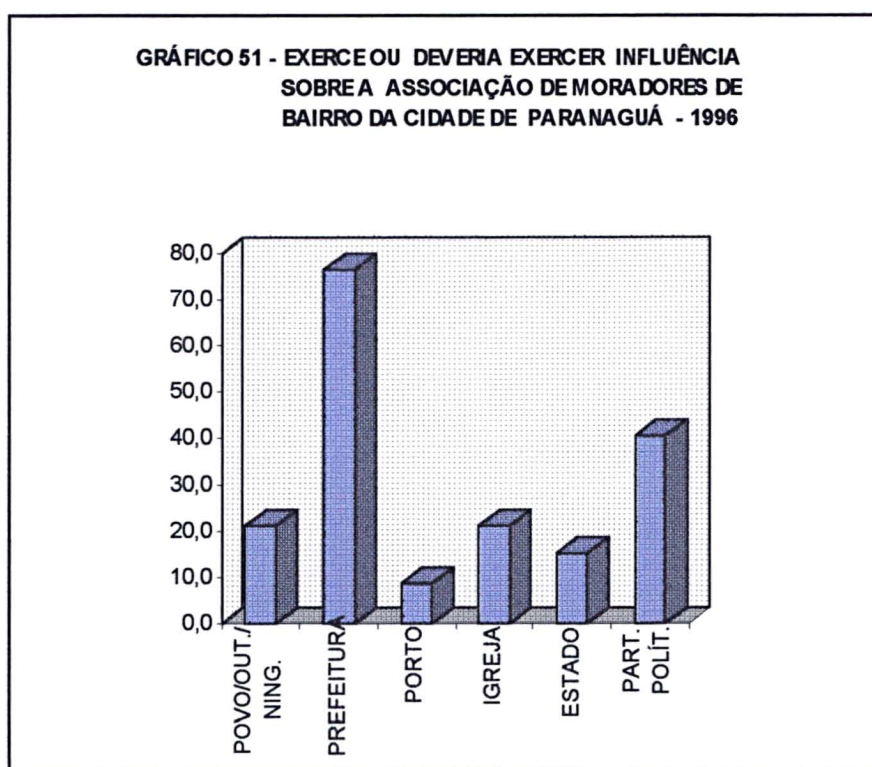
Há uma equivalência de percentuais (21,3%) entre a influência exercida pela Igreja (Católica e/ou Evangélica) e a exercida por Outro/Ninguém (o povo, todos, a Caixa Econômica Federal, o Sindicato dos Estivadores/Armadores ou qualquer um, desde que entre com força total no bairro). A influência da Igreja é mais no aspecto social, através do trabalho da Pastoral da Criança, apoio à realização de bingos, festas, reuniões, fornecimento de luz, etc. Quanto à influência da Caixa Econômica Federal, dá-se mais no aspecto econômico, ou seja, na negociação do valor da prestação da casa própria, exercendo assim mais **pressão** que **apoio**.

Os entrevistados de 10,6% das entidades de bairro de Paranaguá fizeram menção à influência do Estado, quer seja através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (SETAS), no período que vai do final da década de 80 ao início da década de 90, principalmente pela distribuição de *tickets* de leite (Programa Federal), quer seja pelos recursos que o Estado repassa ao Município e que proporciona a este a possibilidade de realização de obras. Embora não estejam computadas neste item, outras sete Associações de Moradores (em torno de 15,0%), ao longo das entrevistas, citaram o apoio recebido da SETAS, especialmente na pessoa de Germano Pavelkiewicz entre 1986 e 1991, e, em 1992, de Walter Maria. São elas: Associação de Moradores do Conjunto Santos Dumont, da Vila Nova Primavera, da Vila São Vicente, da Vila Itiberê, da Vila Cruzeiro, da Vila São Jorge e do Bairro Padre Jackson. No total, 27,7% das entidades referiram-se à SETAS como apoiadora do movimento de bairro, o que se encontra registrado também nas atas da União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá (Umamp). Segundo depoimento, Pavelkiewicz contribuiu para a formação de 27 Associações de Moradores no Município de Paranaguá (inclusive nas praias), sendo que 20 delas estão entre as 47 abordadas nesta pesquisa (42,6% do total).⁷³²

⁷³² Depoimentos obtidos através das entrevistas realizadas no período de 1996 a 1998.

Quanto ao Porto, este foi referenciado por apenas 8,5% das entidades, das quais somente a Associação de Moradores do Jardim América disse receber influência direta da Administração Portuária. Vale lembrar que o referido bairro recebeu os moradores da área do “Pau Fincado”, desapropriada no final da década de 80 pela necessidade de expansão do Porto. Os entrevistados de outras três entidades citaram a influência do mesmo como sendo de forma indireta, ou seja, porque emprega muitos moradores do bairro (Beira Rio), porque doou residências hereditariamente aos moradores (Vila Portuária) ou porque recebiam relativo apoio do Vereador que trabalhava como “segurança” no Porto (GRÁFICO 51).

Em um processo de gestão democrática participativa, o potencial comunitário pode ser melhor aproveitado pelo Estado; no entanto, o movimento popular deve manter sua autonomia e não perder a perspectiva das transformações sócio-políticas e econômicas necessárias, bem como os valores e princípios que compõem o processo da racionalidade ambiental ou sustentabilidade ou viabilidade.



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.
ANO: 1996.
LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

4.4.7.7 Referência no bairro para a resolução de problemas

A TABELA 49 expressa que, para a resolução de problemas no bairro, do total de 639 informantes interrogados pela pesquisa interdisciplinar, a maior porcentagem se dirige à Prefeitura (40,8%); em segundo lugar, ao vizinho e ao presidente da Associação de

Moradores, com uma equivalência em torno de 11,4%; “outros” (ninguém, família, igreja, polícia, sindicato, sozinho e não sabe) vem em terceiro lugar, com 10,5%; vereadores aparecem em quarto lugar (8,6%); e, por último, a Subprefeitura, com 4,4% dos informantes na procura de ajuda para a resolução de problemas no bairro. Se somados os percentuais de Prefeitura e Subprefeitura, tem-se 45,3% dos informantes. Observa-se que 12,8% dos instrumentos estão em branco em relação a esta questão.

O fato de que quase a metade da população amostrada tem a Prefeitura/Subprefeitura como maior referência para a busca de soluções dos problemas do bairro pode ser atribuída ao processo de municipalização/descentralização das obras de infra-estrutura e da prestação de serviços na cidade e/ou ao desconhecimento ou não valorização do papel da Associação de Moradores enquanto ator social de representação comunitária. Por outro lado, a pouca representatividade do vereador para intermediar a solução dos problemas do bairro tem conexão, possivelmente, com o descrédito do papel do político (formalmente eleito, porém desacreditado na prática)⁷³³, bem como à pouca informação/cultura política da população, que é uma realidade nacional.

TABELA 49 - QUEM A POPULAÇÃO PROCURA PARA RESOLVER PROBLEMAS DO BAIRRO NA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

SOLICITADO PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DO BAIRRO	POPULAÇÃO	
	F	%
Prefeitura	261	40,8
Vizinho	74	11,6
Presidente da Assoc.	72	11,3
Outros	67	10,5
Vereador	55	8,6
Subprefeitura	28	4,4
Em Branco	82	12,8
Total	639	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Em relação às zonas, a TABELA 50 mostra:

- considerando que a Subprefeitura faz parte da administração executiva municipal, a Prefeitura é a mais solicitada, em todas as zonas, para a resolução dos problemas do bairro, ocorrendo os maiores percentuais nas zonas 1 e 2 (52,9% e 54,0% respectivamente);
- em relação ao vizinho, este é mais procurado para ajudar a resolver os problemas do bairro na zona 5, com percentual de 22,6%, havendo uma certa equivalência

⁷³³ DEMO, 1993. p. 118.

de percentuais entre as zonas 2 e 3, em torno de 11,6%, e entre as zonas 1 e 4, com percentual médio de 9,1%;

- c) quanto ao presidente de Associação de Moradores, há uma maior procura na zona 5 (19,3%), ficando em segundo lugar as zonas 1 (13,8%) e 3 (13,9%); na terceira posição está a zona 4, com 8,7%, e, por último, a zona 2 (7,1%);
- d) “outros” aparece com maiores percentuais nas zonas 2 e 3 (10,1% e 28,7% respectivamente);
- e) o vereador é mais procurado na zona 4, com 15,1%; vindo em seguida a zona 5, com 8,1%, e a zona 3, com 7,8%; há uma equivalência de percentuais entre as zonas 1 e 2, em torno de 6,5%.

O Estado se consolida como provedor dos bens de consumo coletivo, tanto em nível de representantes de bairro como também pela compreensão da população em geral. O fato do vizinho e da Associação de Moradores terem o maior percentual na Ilha dos Valadares (zona 5) é compreensível, pois as amizades e a religião ali têm significativa presença e uma das três entidades de bairro da Ilha é a terceira mais antiga de Paranaguá, tendo sido fundada em 1979, e, em 1996 (ano em que foi feita a coleta de dados) era seu Presidente um senhor nascido na Ilha e que já havia sido candidato a vereador, ou seja, era bastante conhecido ali. Na zona 5 também está o maior percentual de respostas afirmativas sobre o conhecimento da liderança do bairro (24,2%) pelo informante. O maior percentual de Outros na zona 3 (28,7%), pode ser explicado pelo caráter recente das ocupações, ou seja, ainda está sendo gerado um referencial.

TABELA 50 - QUEM A POPULAÇÃO PROCURA PARA RESOLVER PROBLEMAS DO BAIRRO E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

CIDADE DE PARANAGUA - 1990												
SOLICITADO PARA RESOLVER PROBLEMAS DO BAIRRO	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Prefeitura	73	52,9	107	54,0	27	23,5	47	37,3	7	11,3	261	40,8
Vizinho	12	8,7	22	11,1	14	12,2	12	9,5	14	22,6	74	11,6
Presidente Ass. Morad.	19	13,8	14	7,1	16	13,9	11	8,7	12	19,3	72	11,3
Outros	11	8,0	20	10,1	33	28,7	1	0,8	2	3,2	67	10,5
Vereador	9	6,5	13	6,6	9	7,8	19	15,1	5	8,1	55	8,6
Subprefeitura	3	2,2	10	5,0	2	1,7	0	0,0	13	21,0	28	4,4
Em Branco	11	8,0	12	6,1	14	12,2	36	28,6	9	14,5	82	12,8
Total	138	100,0	198	100,0	115	100,0	126	100,0	62	100,0	639	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.

Quanto ao vereador, com maior percentual na zona 4 (15,1%), deve-se ao fato de que muitas invasões de manguezais que ocorreram ali (Franjas insalubres) foram apoiadas ou conduzidas ou aconteceram por iniciativa de dois ou mais vereadores. Nota-se que este percentual de 15,1% de informantes que recorrem ao vereador para resolver os problemas

do bairro é equivalente ao percentual do terceiro motivo pelo qual o chefe de família morava naquele local da cidade de Paranaguá em 1996, com tempo de moradia há menos de um ano, ou seja, “não podia pagar o aluguel” por isso foi morar ali (15,6%).

4.4.7.8 Presença do Poder Legislativo Municipal no bairro

A representação do bairro na Câmara Municipal de Paranaguá e/ou a presença do vereador no bairro foi confirmada por 17 dos 49 representantes Associações de Moradores entrevistados (34,7%), dos quais, pelo menos quatro (23,5% dos 17), responderam “sim e não”, ou seja, porque o vereador morava no bairro ou havia sido eleito pelo bairro mas não fazia nada por aquele local (Costeira e Posto Fiscal), ou porque havia falecido (como era o caso do vereador do PDT, na Vila do Povo), ou ainda, como ocorreu na Vila São Francisco em que tinha um vereador que morava no bairro, fora eleito pelo bairro e fizera bom trabalho ali (eleito pelo PMDB), mas que, em 1996, já não era mais vereador e havia um outro que morava lá mas não fazia nada pela Vila São Francisco. No bairro do Bockmann, o vereador era também Presidente de Honra da Associação de Moradores e, na Vila Paraíso, o vereador do PSC que era referencial ali, em 1996, era considerado o **cabeça** da entidade de bairro e muito representativo naquela região. Os demais vereadores citados, têm ou tiveram algum trabalho no respectivo local.

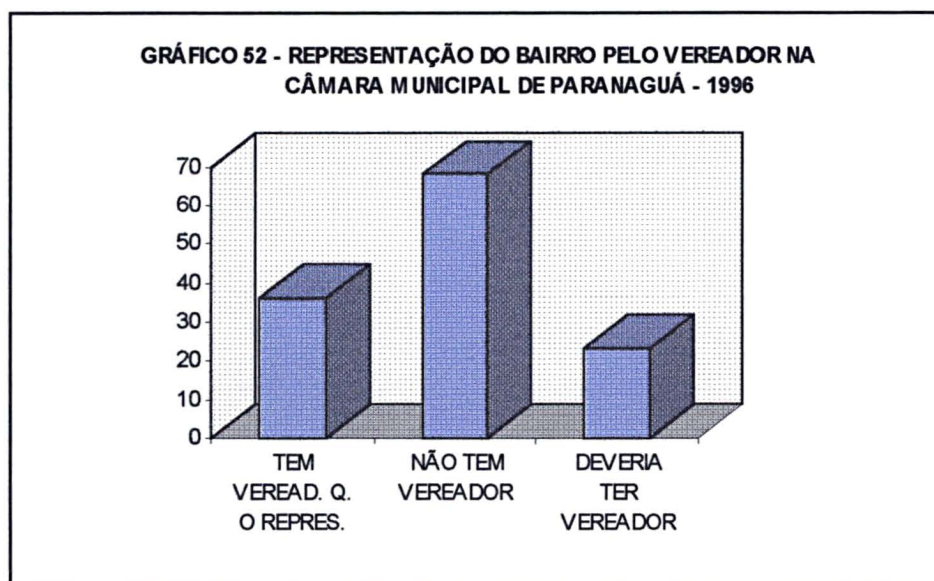
Dentre os representantes de 65,3% das entidades (32) que responderam **não** à existência de representação do bairro na Câmara, 59,4% deles (19) citaram o nome de um, dois ou três vereadores e um (Rocio) não citou o nome de um vereador, mas disse ter o apoio de vereadores de vários partidos (PSB/PSDB/PT); representantes de 40,6% destas 32 entidades não citaram o nome de nenhum vereador e negaram a existência de representação do bairro na Câmara Municipal de Paranaguá. Quanto aos vereadores citados, cerca de sete deles (36,8%) receberam a crítica de que moravam no bairro mas não faziam nada pelo lugar, portanto não o representam, ou que foram eleitos pelo bairro mas não o representavam porque não lhe davam a devida atenção. Um vereador do PTB foi criticado porque apresentou carta “mentirosa” na Câmara Municipal e isso ofendeu muito o Presidente da Associação de Moradores da Vila Itiberê; o representante da Associação de Moradores da Vila São Vicente cita um vereador do PSC como sendo o “cabeça das invasões”, ou seja, estimula, incentiva este tipo de ação. No Jardim América, um vereador PTB foi **pedir o apoio** da Associação de Moradores, mas não representava a Vila; em outras localidades, os vereadores citados **deram o apoio** à entidade de bairro e/ou fizeram doações de brinquedos, bicicletas, cobertores, etc., para as festas das crianças, da população em geral e para o bingo da Associação de Moradores, como por exemplo: na Vila Divinéia,

nas Vilas Portuária/Becker, na Vila Alboitt, na Vila Santa Helena, na Vila Guadalupe, no Parque Agari e nas Moradias Bertioiga. Há um vereador que foi citado pelo representante da Vila São Jorge e pelo da Vila Cruzeiro, mas cujo nome não ficou claro, provavelmente ambos tenham querido referir-se a um determinado vereador do PTB, com quem mantinham contato.

Os representantes de onze entidades de moradores (17,0%) responderam que o bairro não tinha vereador que os representasse na Câmara Municipal mas que deveriam tê-lo, pois isso ajudaria muito o bairro; destes onze, cinco (45,5%) citaram o nome de um ou mais vereadores conhecidos, que não representavam o bairro mas que deveriam fazê-lo, ou seja, deveriam mostrar trabalho naquele local e apoiar as respectivas reivindicações dos moradores. Há ainda o caso do Parque São João em que a Prefeitura estava atendendo à uma das solicitações da Associação de Moradores e não havia atendido à do vereador do PSC (mesmo partido do Prefeito naquela ocasião), que, ofendido, mandou parar tudo.

Por outro lado, um ex-Vereador e ex-Deputado Estadual pelo PTB foi citado por representantes de cinco Associações de Moradores (Jardim Araçá, Posto Fiscal, Costeira, Portuária/Becker e Vila Santa Helena) e o ex-Prefeito José Vicente Elias foi citado por, pelo menos, um representante de bairro (Vila Cruzeiro) - (GRÁFICO 52).

Dos 17 vereadores citados durante as entrevistas feitas com os representantes de Associações de Moradores de Bairro, 2 eram de gestões anteriores a 1996 e 8 deles se reelegeram naquele ano para a Câmara Municipal de Paranaguá.



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

O trabalho de vereança pode ser otimizado com o trabalho de bairro existindo melhor postura de ambas as partes, pois o que ocorre muitas vezes é conflito por disputa de poder político. O vereador fica com medo de perder votos e não vir a reeleger-se na próxima eleição se fortalecer o(s) representante(s) de bairro com um bom trabalho na Associação de Moradores. Estes, por sua vez, querem fazer um bom trabalho, mas também querem (e com todo direito) participar do poder municipal, quer seja pelo Executivo ou pelo Legislativo. A educação popular tem um importante papel para cumprir nesse processo, principalmente no sentido de contribuir para a construção de uma nova cultura política.

4.4.7.9 Partido dos vereadores citados pelos representantes de Associações de Moradores

Dentre os partidos aos quais pertenciam os vereadores citados nas entrevistas realizadas, o maior percentual era de vereadores do Partido Social Cristão - PSC (35,3%), vindo em seguida o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, com 23,5% dos vereadores citados; os do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB representavam 17,6% e havia uma equivalência de percentuais (11,8%) entre os vereadores do Partido Democrático Trabalhista - PDT e os do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Embora tendo sido eleito pelo PMDB, em 1996, o Prefeito havia mudado para o PSC e junto com ele foram vários vereadores. O segundo maior percentual é do mesmo partido do ex-Prefeito, oposição àquele. Com base na análise feita em relação aos partidos políticos a que pertenciam os representantes de bairro que foram candidatos a vereador até 1996 (QUADRO 6), observa-se que se repete aí o caráter de centro (64,7%) e de direita (35,3%) do Legislativo Municipal de Paranaguá (TABELA 51 e GRÁFICO 53).

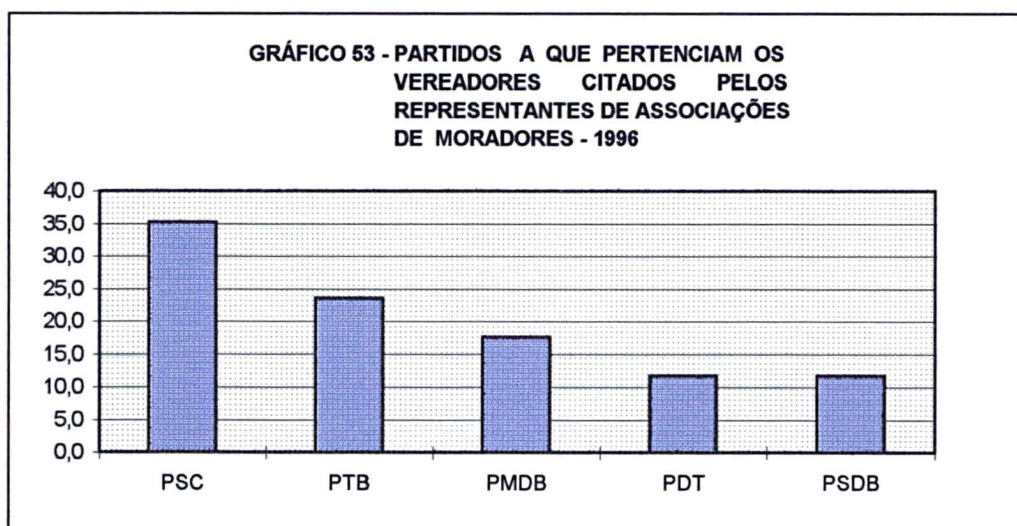
TABELA 51 - PARTIDO AO QUAL PERTENCIA, EM 1996, O VEREADOR CITADO PELOS REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ ENTREVISTADOS.

PARTIDO, EM 1996, DO VEREADOR CITADO	F	%
PSC	6	35,3
PTB	4	23,5
PMDB	3	17,6
PDT	2	11,8
PSDB	2	11,8
TOTAL	17	100,0

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

4.4.7.10 Relação dos diretores das Associações de Moradores com o Executivo Municipal

Com base nos dados das entrevistas realizadas em 1996 com os representantes de Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá, aproximadamente 59,6% deles responderam que apoiavam ou que estavam a favor do Prefeito; 27,7% ocupavam uma posição de oposição política ao então Prefeito Carlos Antonio Tortato e 12,8% mantiveram-se indiferentes, não manifestando posição política definida.

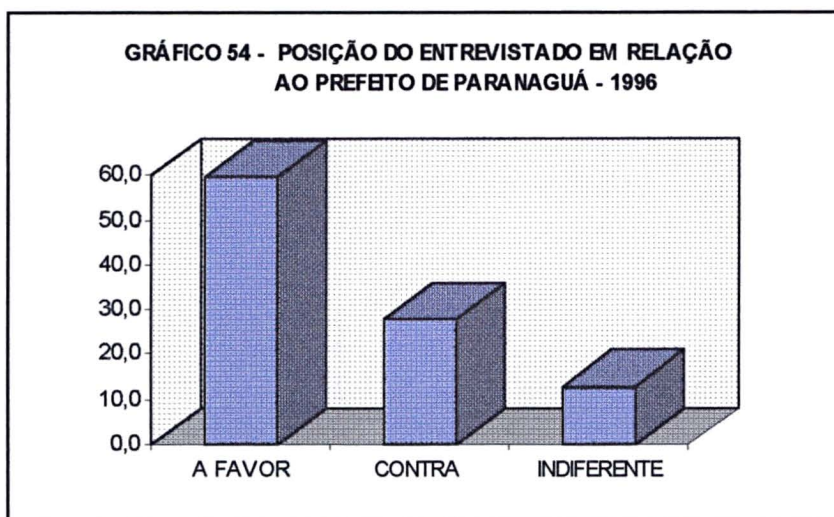
Dentre os que estavam a favor, alguns responderam ter recebido muito apoio do então Prefeito (Exemplo: Vila Paraíso, Beira Rio, Vila São Vicente: “É um excelente Prefeito”, Vila Divinéia, etc.); outros, consideravam-no muito bom, mas seu Secretariado, sua Assessoria, seus funcionários péssimos (Exemplo: Vila Itiberê, Rocio, etc.); outros, viam o Prefeito como muito bom, mas faltava-lhe verba para realizar mais obras (Exemplo: Estradinha, Sete de Setembro, etc.); alguns, disseram ser do mesmo partido do Prefeito, mas reclamaram a falta de atendimento às reivindicações, acrescentando que o apoio maior vinha do vereador do bairro (Jardim Iguaçu); na Vila Santa Helena, o Prefeito ajudou muito somente no início de sua gestão; na Vila Alboitt, o apoio maior viera através da esposa do Prefeito, senhora Vera Tortato, e, por fim, houve quem respondeu somente que apoiava o Prefeito, que era do mesmo partido dele, que mantinha um bom relacionamento com o chefe do Executivo Municipal mesmo sendo de outro partido ou simplesmente que havia apoiado o Tortato no processo eleitoral que o elegeu.

Quanto aos que se posicionaram “contrários” ao Prefeito, foi porque eram do partido do Vicente Elias ou apoiaram-no nas eleições; ou porque eram de outro partido e faziam oposição ao chefe do Executivo Municipal; alguns haviam apoiado outro candidato

(Vanhoni, Mário Budan, etc.); ou, então, eram de outro partido, mas mantinham um bom relacionamento com o Prefeito; havia ainda aqueles que consideravam o Tortato uma boa pessoa, mas seus assessores, seus Secretários péssimos e por isso eram contra o Prefeito, pois não eram atendidos no bairro.

Os indiferentes responderam que mantinham um bom relacionamento com o Prefeito, mas que ele não ajudava em nada o bairro; ou que não eram nem contra, nem a favor, e pelo menos dois entrevistados (Raia e Conjunto Santos Dumont) manifestaram-se indiferentes ao chefe do Executivo Municipal porque as suas entidades estavam paradas, desmobilizadas e, portanto, não estavam pedindo nada ao Prefeito, mas consideravam-no uma boa pessoa; por fim, houve quem respondeu manter-se indiferente ao Prefeito porque ele pagava muito mal os seus funcionários. “Ele tem que melhorar o bolso dos funcionários dele; tem que olhar mais pela vila; tem que olhar mais pela área de serviços.”

O apoio ao Prefeito de cerca de 60,0% dos entrevistados em 1996, deve-se, principalmente, à nova postura mais democrática da administração pública municipal. A prática de realização de reuniões periódicas para a discussão do orçamento e das prioridades, as ações em relação à saúde e à educação, bem como a “abertura” da Prefeitura à comunidade e a realização de atividades conjuntas em forma de convênio, como por exemplo o **S. O . S. Cidade Limpa**, podem explicar em parte este apoio (GRÁFICO 54).



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

4.4.7.11 Projeto **S. O . S. Cidade Limpa**

Embora a administração municipal de Paranaguá tenha dito que todas as entidades participaram desse projeto, dentre os representantes das 47 Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá entrevistados em janeiro e fevereiro de 1996, somente em 16 entidades

(34,0%) houve referência ao projeto **S. O . S. CIDADE LIMPA**, desenvolvido pela Prefeitura Municipal em convênio com as Associações de Moradores. Das 16 que citaram o referido projeto, 6 (37,5%) entraram e continuaram; 3 (18,8%) entraram, surgiram vários problemas trabalhistas, ações na Justiça e acabaram saindo do convênio; 4 (25,0%) não participaram ou porque não quiseram ou não concordaram com a proposta; e outras 3 (18,8%) não sabiam, não o conheciam ou ficaram sabendo dele bem mais tarde (desconheciam o projeto). Esta questão será retomada no Capítulo III - práticas sociais da Administração Pública (Prefeitura Municipal de Paranaguá).

4.4.7.12 Perfil sócio-profissional do entrevistado

Quanto à profissão dos entrevistados, em torno de 33,0% deles eram funcionários públicos, dentre os quais 25,6% serviam ao Município de Paranaguá, 5,5% à administração estadual e 1,8%, à federal; trabalhavam como autônomos 18,1% dos entrevistados, dos quais 9,1% eram comerciantes e havia uma equivalência de percentuais em 3,6% entre os que trabalhavam por conta própria (proprietário de firma de manilhas e pedreiro) e os que faziam “bico” (serviços gerais e radioamadorismo); os assalariados também somavam 18,1%, sendo que 7,3% deles eram assalariados em geral (empregados mensalistas), 7,2% faziam serviço de escritório ou eram diretores sindicais remunerados (liberado ou aposentado) e 3,6% eram portuários ou trabalhavam no Porto prestando serviço de forma terceirizada; os aposentados somavam 9,1% e as mulheres que somente trabalhavam em casa (do Lar), 7,3%; um mecânico que tinha sua própria oficina e empregava pelo menos outras seis pessoas falira com o Plano Real (1995) e, no início de 1996, encontrava-se “meio” desempregado, ou seja, prestava alguns serviços quando solicitado; 9,1% dos entrevistados não deixaram claro qual era a sua fonte de remuneração, podendo ser desempregado, aposentado, pensionista do INSS ou mesmo estar sendo mantido pelo trabalho religioso (Centro Espírita); duas pessoas disseram trabalhar com a Pastoral da Criança mas de forma voluntária, sem remuneração.

Por outro lado, havia alguns que acumulavam duas fontes de remuneração, tais como: funcionário público e radialista, comerciante e do Lar, funcionário público e comerciante, aposentado e comerciante, estivador/arrumador aposentado e funcionário público, etc.

Há que acrescentar ainda mais duas pessoas entrevistadas que não foram computadas neste total porque, em 1996, eram ex-Diretores da Umamp, ex-Diretores de Associação de Moradores e atuavam como Diretores Sindicais liberados, com remuneração do órgão empregador (transporte e metalurgia) - (TABELA 52 e GRÁFICO 55).

TABELA 52 - PROFISSÃO DOS ENTREVISTADOS - DIRETORES DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

PROFISSÃO DOS ENTREVISTADOS	F	%
Trabalha por Conta Própria	2	3,6
Do Lar	4	7,3
Funcionário Público Municipal	14	25,6
Funcionário Público Estadual	3	5,5
Funcionário Público Federal	1	1,8
Porto - Terceirizado	1	1,8
Portuário e Pastor Evangélico	1	1,8
Diretor Sindical Liberado/ Aposentado	2	3,6
Pastoral da Criança - S/ Remuneração	2	3,6
Assalariado em Geral	4	7,3
Autônomo - Comerciante	5	9,1
Cabeleireira - Autônoma	1	1,8
Autônomo - Faz "Bico"	2	3,6
Serviço de Escritório	2	3,6
Aposentado	5	9,1
Desempregado porque Faliu	1	1,8
Desconhecida	5	9,1
Total	55	100,0

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

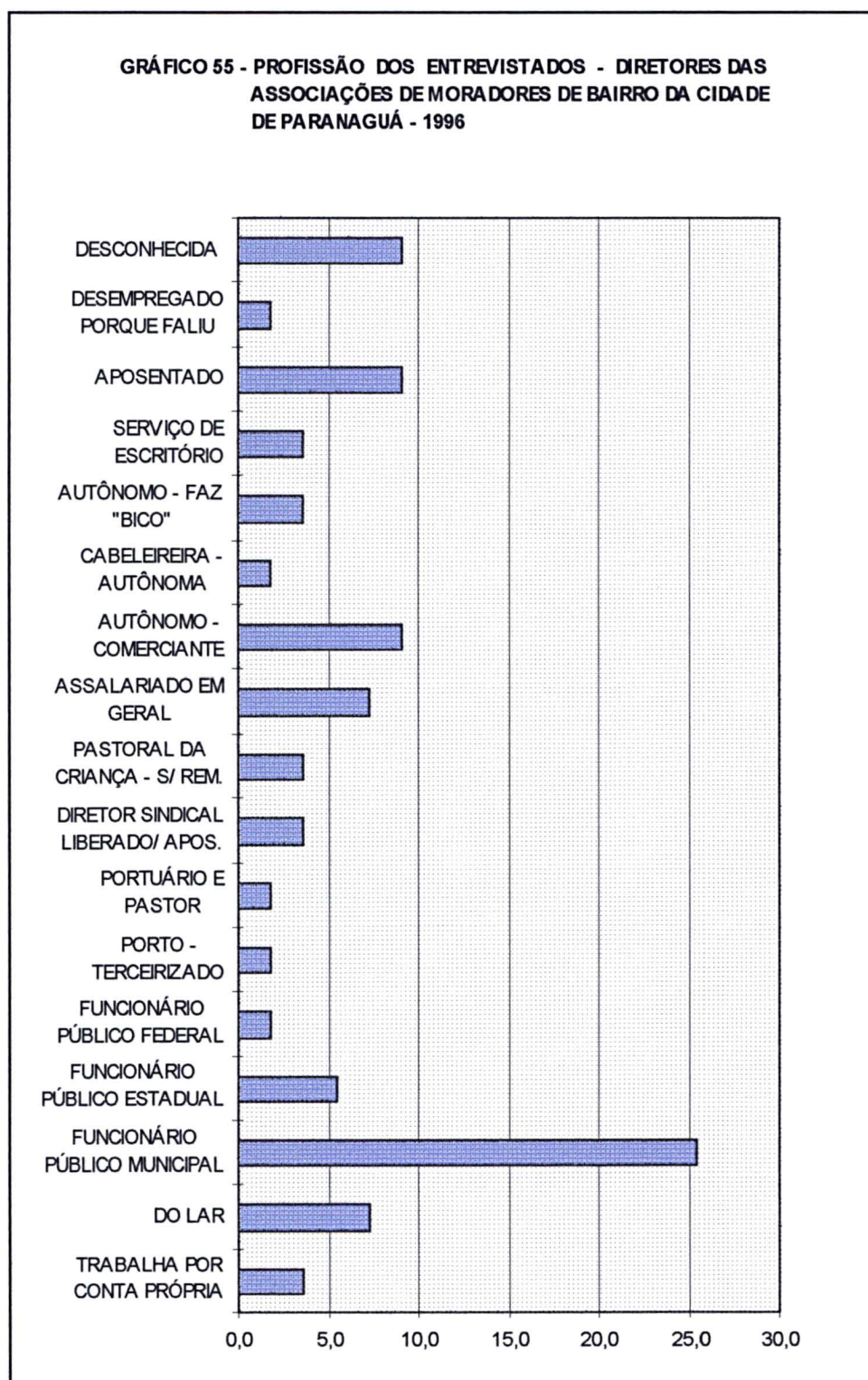
ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Este maior percentual de funcionários públicos municipais reflete as relações existentes entre o movimento de bairro e a Prefeitura de Paranaguá. Sempre após um pleito eleitoral, novos representantes de Associação de Moradores são incorporados ao trabalho do Executivo Municipal, quer seja por cooptação do Estado e manutenção do controle/dominação sobre a comunidade, quer seja pela própria necessidade da liderança.

Na opinião do ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Paranaguá, alguns vereadores percebem que há um Presidente de Associação de Moradores de Bairro que desenvolve um bom trabalho com a comunidade, imediatamente resolvem contratá-lo pelo seu gabinete e, então, aquela pessoa que era um bom Presidente no bairro, deixa de ser um bom Presidente para ser um assessor de vereador, perdendo seu trabalho comunitário. No entanto, com isso, o vereador não está conquistando aquela comunidade, mas somente o seu Presidente. O trabalho no bairro deixa de ser feito e o referido Presidente acaba perdendo a eleição seguinte na Associação de Moradores para um outro que o critica por essa atitude ou que é contra a contratação da liderança do bairro pelo vereador. A comunidade deve definir as suas prioridades e o Presidente nada mais é que seu porta-voz. "Se puder contar com a ajuda de algum vereador para pressionar o Poder

Executivo a executar com mais rapidez aquela obra, que se junte ao vereador naquele objetivo. Não mais que isso.”⁷³⁴



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

ANO: 1996

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

⁷³⁴ Depoimentos gravados através de entrevista realizada em 15 de julho de 1998 com o ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Paranaguá, José Baka Filho.

Quanto ao sexo, em torno de 70,0% dos entrevistados eram do sexo masculino e 30,0% do sexo feminino.

4.4.7.13 Perfil de um bom prefeito para Paranaguá na opinião dos entrevistados

Segundo os entrevistados, um bom Prefeito para Paranaguá seria aquele que visse a necessidade do bairro, que ouvisse os bairros, que fosse bom para os bairros (9,7%); em segunda posição está a opinião de que um bom Prefeito deve ser amigo do povo, ser popular, defender ou preocupar-se mais com o povo (8,5%); em terceiro lugar, com 6,1%, está a opinião de que um bom Prefeito deve continuar com a prática das reuniões para discussão do orçamento municipal e dar mais apoio às Associações de Moradores, atender às suas solicitações. Há uma equivalência de percentuais em 4,8% entre a opinião de que um bom Prefeito para Paranaguá deve estar voltado mais para as questões mais carentes, as maiores necessidades locais (do povo e da cidade) e entre a opinião de que o Prefeito deve colocar asfalto e abrir ruas, arrumar a vila, o bairro, urbanizá-los. Com iguais percentuais (4,2%) aparecem as opiniões de que o Prefeito de Paranaguá deve ser uma pessoa trabalhadora, honesta, atenciosa, simples, séria; que se preocupe com o problema do emprego/desemprego, que gere novos empregos; que mostre sua real intenção de fazer algo e faça-o, que tenha garra para administrar a cidade; que trabalhe mais por Paranaguá, que tenha amor à cidade; que brigue mais pela Educação, que leve escolas profissionalizantes para os bairros; que invista em saneamento básico, pois ele é importante para a Saúde; que construa mais Postos de Saúde, hospitais e que dê melhor assistência à Saúde. Pelo menos 3,6% das opiniões foram de que um bom Prefeito para Paranaguá deveria manter o perfil de Carlos Tortato e continuar com o seu trabalho; 3,0% das opiniões foram de que o próximo Prefeito deveria continuar o trabalho junto às comunidades, junto ao povo; desenvolver uma administração mais aberta, mais acessível à população e ter uma visão mais ampla, mais elevada das necessidades locais; 2,4% das opiniões fazem referência a que o novo Prefeito deve ver a cidade como uma cidade, devendo trabalhar para ela como um todo e não de forma setorializada; as demais opiniões apresentam percentuais abaixo de 2,0% (TABELA 53 e GRÁFICO 56).

Percebe-se que existe uma grande pré-disposição popular para o trabalho em cooperação com o Estado, o qual é visto, predominantemente, como o grande provedor de bens de consumo coletivo, mantendo um caráter assistencialista, paternalista. Embora exista uma visão crítica da comunidade em relação à administração pública (principalmente a municipal), não existe uma posição de confronto organizada, pois predomina a avaliação de certa impotência para a mudança de rumo. Este sentimento de impotência conduz a uma

certa apatia ou ao imobilismo, ao desânimo, à falta de reação e confronto, ou ainda, ao conformismo e à acomodação. Por outro lado, indica também a carência de uma cultura política para a cidadania, para a sustentabilidade ou viabilidade da qualidade de vida, para a racionalidade ambiental. A **Educação Ambiental Popular Permanente** pode dar grande contribuição neste sentido.

TABELA 53 - PERFIL DE NOVO PREFEITO PARA O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ SEGUNDO O ENTREVISTADO - 1996

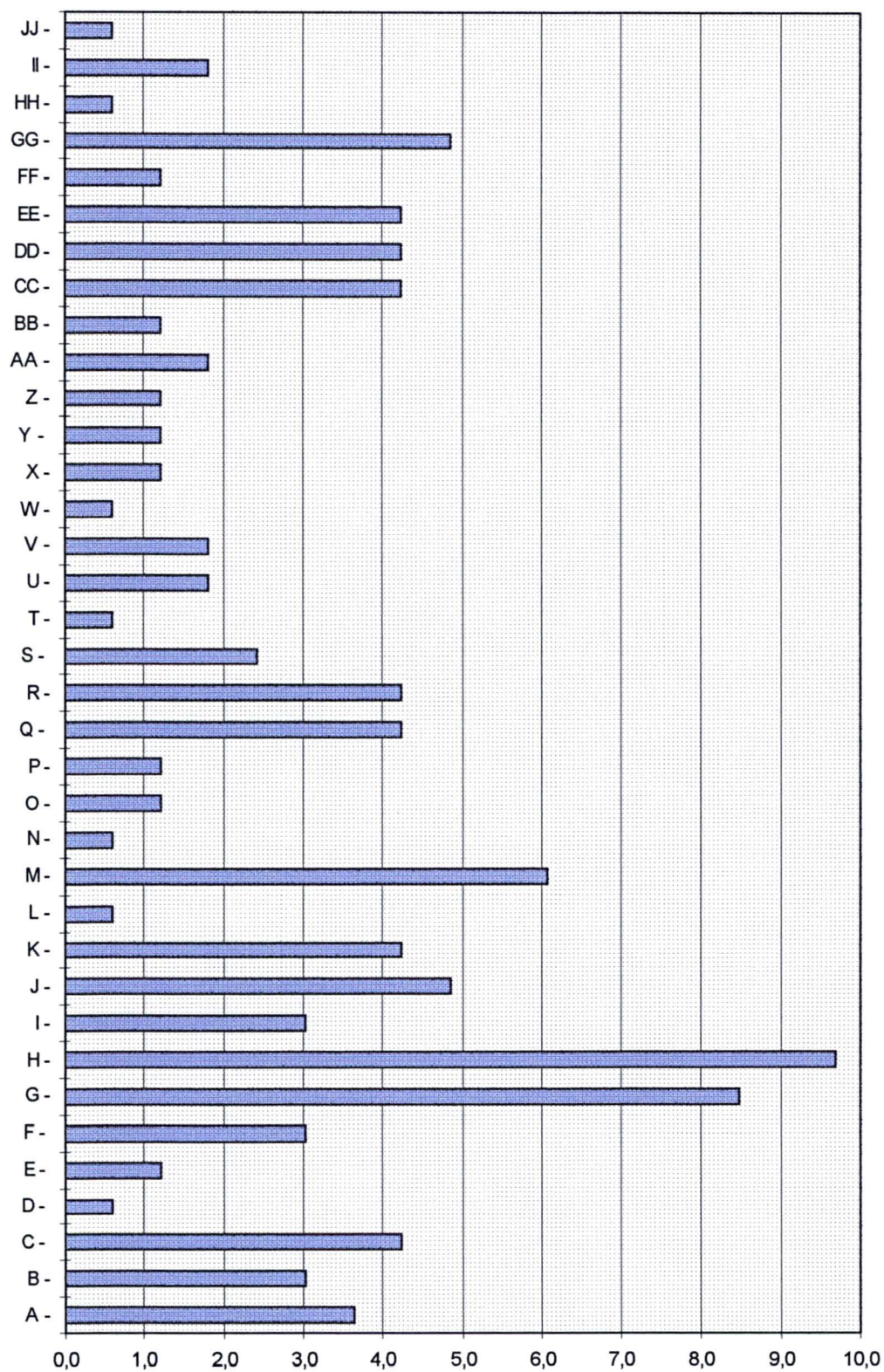
PERFIL DO NOVO PREFEITO	%	F
A - Que tenha o perfil do Carlos Tortato / Que continue seu trabalho	3,6	6
B - Que continue o trabalho junto às comunidades / junto ao povo	3,0	5
C - Que seja pessoa trabalhadora / honesta / atenciosa / simples / séria	4,2	7
D - Que tenha moral / seja casado / educado / tenha família / curso superior	0,6	1
E - Que tenha um perfil de um parnanguara mesmo / perfil político de parnanguara	1,2	2
F - Que seja acessível / Que tenha uma administração mais aberta	3,0	5
G - Que seja amigo do povo, popular / Ser mais p/ coisas do povo	8,5	14
H - Que veja a necessidade do bairro / Que ouça os bairros / seja bom ali	9,7	16
I - Que tenha uma visão mais ampla, mais elevada das necessidades	3,0	5
J - Que seja voltado mais para as questões mais carentes	4,8	8
K - Que se preocupe com emprego / desemprego - Que gere empregos	4,2	7
L - Que não empregue aposentados, mas dê oportunidade aos jovens	0,6	1
M - Que continue com o Orçamento Participativo / Mais apoio às Ass. Mor.	6,1	10
N - Que profissionalize os Presidentes de Ass. Mor. de Bairro	0,6	1
O - Que tenha um perfil de Trabalho / Começar e Terminar a obra	1,2	2
P - Que repasse mais informações aos Presidentes de Ass. Mor.	1,2	2
Q - Que mostre que quer fazer algo e faça-o / Que tenha mais garra	4,2	7
R - Que trabalhe mais por Paranaguá / Que tenha amor à cidade	4,2	7
S - Que veja a cidade como uma cidade / Que trabalhe p/ ela como um todo	2,4	4
T - Que vá mais à luta / "A emancipação de Pontal não é certa."	0,6	1
U - Que vá buscar verbas / Que corra atrás de apoio / Que seja insistente	1,8	3
V - Que não tenha divergências com o Governo do Estado / Prog. Habitacional	1,8	3
W - Que tenha uma boa assessoria / um bom secretariado	0,6	1
X - Que seja um jovem / Mais dinâmico / Com mais ação / Mais explosivo	1,2	2
Y - Que loteasse o aeroporto para construir conjuntos habitacionais	1,2	2
Z - Que melhore as condições de moradia e retire as crianças da rua	1,2	2
AA - Que diminuísse a invasão dos mangues / Que esteja atento ao Meio Amb.	1,8	3
BB - Que desapropriasse o pátio da Rede Ferroviária e desse melhor uso	1,2	2
CC - Que brigasse mais p/ Educação / Que leve escolas profission. p/ bairros	4,2	7
DD - Que invista em saneamento básico - é importante para a Saúde	4,2	7
EE - Que construa mais Postos de Saúde / Hospitais / Que dê assistência	4,2	7
FF - Que faça limpeza na cidade / terrenos baldios	1,2	2
GG - Que faça asfalto / abra ruas / arrume a Vila, o bairro / Urbanização	4,8	8
HH - Que atenda às reivindicações dos povos das colônias	0,6	1
II - Que seja quase como o Vicente Elias / trabalhador / fizesse obras	1,8	3
JJ - São todos uns Pára-quedistas / Só aparecem nas eleições	0,6	1
TOTAL	100,0	165

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

**GRÁFICO 56 - PERFIL DO NOVO PREFEITO NA OPINIÃO DOS
REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES DE
MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ - 1996**



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.
ANO: 1996 - LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

4.4.8 Migração X Expansão/Ocupação do Espaço Urbano

4.4.8.1 Origem dos moradores

De acordo com as informações dadas, em 1996, pelos representantes de Associações de Moradores entrevistados, a maioria da população dos bairros é de Paranaguá mesmo. No entanto, os moradores provenientes das ilhas do litoral paranaense estão mais concentrados na Vila Guarani, Vila Gabriel de Lara (provenientes das Ilhas do Amparo e das Peças), na Ilha dos Valadares (Bairros Sete de Setembro, Itiberê Valadares e Vila Bela - provenientes das Ilhas da Cotinga, Maciel, Ilha do Mel e Amparo) e Ponta do Caju. A Ilha dos Valadares recebeu também pessoas de Guaraqueçaba, Pontal do Sul, da Vila São Miguel e os relocados da “Boca da Barra” da região portuária, indenizados pela necessidade de expansão do Porto D. Pedro II. Outros bairros de Paranaguá que também receberam população de outros municípios do litoral paranaense foram: Emboguaçu/Cocada (de Morretes), Vila Garcia, Vila Guadalupe (alguns pescadores), Jardim Iguaçu (a maioria), Colônia Santa Rita e Vila São Jorge (de Antonina). Pessoas provenientes do interior do Estado do Paraná, Curitiba e Região Metropolitana instalaram-se em: Jardim Guaraituba, Vilas Aviação e Horizonte, Vila Paraíso, Jardim Iguaçu (muitos moradores), Conjunto Residencial Nilson Neves, Costeira, Ilha dos Valadares, Padre Jackson, Beira Rio, Vila Guadalupe, Vila Nova Primavera e Vila Guarani. Quanto aos migrantes de outros Estados do Brasil, os dados das entrevistas registram suas presenças nos bairros: Vila Nova Primavera (do Nordeste), Vila Guarani (SP, MG e Nordeste), Emboguaçu/Cocada (SC, SP, MG, CE, AL e outros), Vila Guadalupe (SP), Costeira, Conjunto Moradias Bertiooga, Jardim Esperança (CE, AL, PE), Jardim Iguaçu (BA), Conjunto Residencial Nilson Neves, Vila Paraíso (PE, SE, BA), Beira Rio (MT), Vila do Povo (SC, PE, AL, SE), Jardim Guaraituba, Estradinha (CE, PE) e Sete de Setembro (na Ilha dos Valadares). A presença de estrangeiros no bairro (italianos e japoneses) foi referenciada somente pelo representante da Raia.

Quanto aos moradores de Paranaguá mesmo, os bairros que receberam moradores de outras localidades da própria cidade foram: Vila São Vicente (de vários bairros), Vila Divinéia (relocação da Vila Cesário, próximo ao Porto, por necessidade de expansão portuária), Jardim América (relocação dos moradores do “Pau Fincado”, próximo ao Porto, por necessidade de expansão portuária, e da Vila São Francisco), Parque São João (recebeu 25 famílias da Costeira, indenizadas pela necessidade de construção dos silos dos armazéns - expansão portuária) e Jardim Samambaia (vários bairros), Parque Agari (saíram do Imbocuí porque venderam os terrenos para a Sadia e Frigobrás; da Colônia Santa Rita,

fugindo da poluição do lixo; do Padre Jackson; da Costeira (desapropriados para a instalação dos armazéns); da Vila da Madeira (fugindo da poluição do ar da indústria Fospar (Becker) e dos armazéns) e os trazidos de áreas rurais pela Prefeitura de Paranaguá).

Por outro lado, os depoimentos indicam como principais causas das mobilidades internas na cidade de Paranaguá o seguinte:

- a) a necessidade de expansão portuária (toda a região portuária e Costeira);
- b) fugir da poluição do ar (Vilas Guadalupe, Rocio e Vila da Madeira);
- c) fugir da poluição do lixo (Colônia Santa Rita).

A preferência pelos bairros: Parque São João e Parque Agari, em alguns casos, deu-se em função da possibilidade de instalar-se, ali, em uma chácara ou em casa com terreno para cultivo de hortaliças e criação de animais domésticos (galináceos principalmente).

Se tomado pelo ponto de vista geral, na realidade, o grande motivo de mobilidade é melhores condições de moradia (fugir da poluição, morar em chácara, etc.) ou a aquisição da própria moradia (já que a expansão portuária obrigou a comprá-la em outro local), estando, portanto, de acordo com os dados da enquete ampla interdisciplinar (GRÁFICOS 13 e 15).

Alguns dos dados de migração coletados pelas entrevistas com representantes de Associação de Moradores também estão de acordo com os dados coletados pela enquete ampla domiciliar da pesquisa interdisciplinar, cuja TABELA 3 está no ANEXO 32.

Nela consta que, em relação ao chefe de família proveniente dos municípios do litoral do Paraná e ilhas, os percentuais por bairro são os seguintes: Vila Guadalupe (25,0%); Vila Guarani (23,8%); Jardim Nova Iguaçu (21,7%); Costeira (onde está a Vila Gabriel de Lara) - 11,1%; e Ilha dos Valadares: na Vila Sete de Setembro (22,2%), na Vila Bela (25,0%) e no bairro Itiberê Valadares (16,7%).

Chefes de família provenientes de outros municípios do Paraná aparecem em: Vila Aviação/Aeroporto (33,3%); Padre Jackson (23,5%); Jardim Guaraituba (17,2%); Vila Guarani (14,3%); Vila Guadalupe (12,5%); Vila Nova Primavera (12,5%); Jardim Nova Iguaçu (4,3%); Costeira (3,7%); e Ilha dos Valadares: na Vila Sete de Setembro (11,1%), na Vila Bela (5,0%) e no bairro Itiberê Valadares (4,2%).

Quanto aos chefes de família nascidos na Região Metropolitana de Curitiba, somente três bairros são confirmados: Costeira (7,4%); Jardim Nova Iguaçu (4,3%) e Ilha dos Valadares: na Vila Sete de Setembro (5,6%), na Vila Bela (5,0%) e no Bairro Itiberê Valadares (4,2%).

Chefes de família nascidos em outros Estados do Brasil, inclusive São Paulo e Santa Catarina, aparecem em: Vila do Povo (16,7% de SP/SC); Emboguaçu/Cocada (15,4%); Jardim Nova Iguaçu (8,7%); Estradinha (7,7%); Jardim Guaraituba (6,9% de SP/SC e 3,4% de outros Estados); Vila Guarani (4,8% de SP/SC); Costeira (3,7% de SP/SC e 3,7% de outros Estados); e na Vila Sete de Setembro da Ilha dos Valadares (5,6%).

O motivo principal de migração para Paranaguá era procurar emprego ou trabalho, envolvendo cerca de 50,0% dos chefes de famílias que ali chegaram.

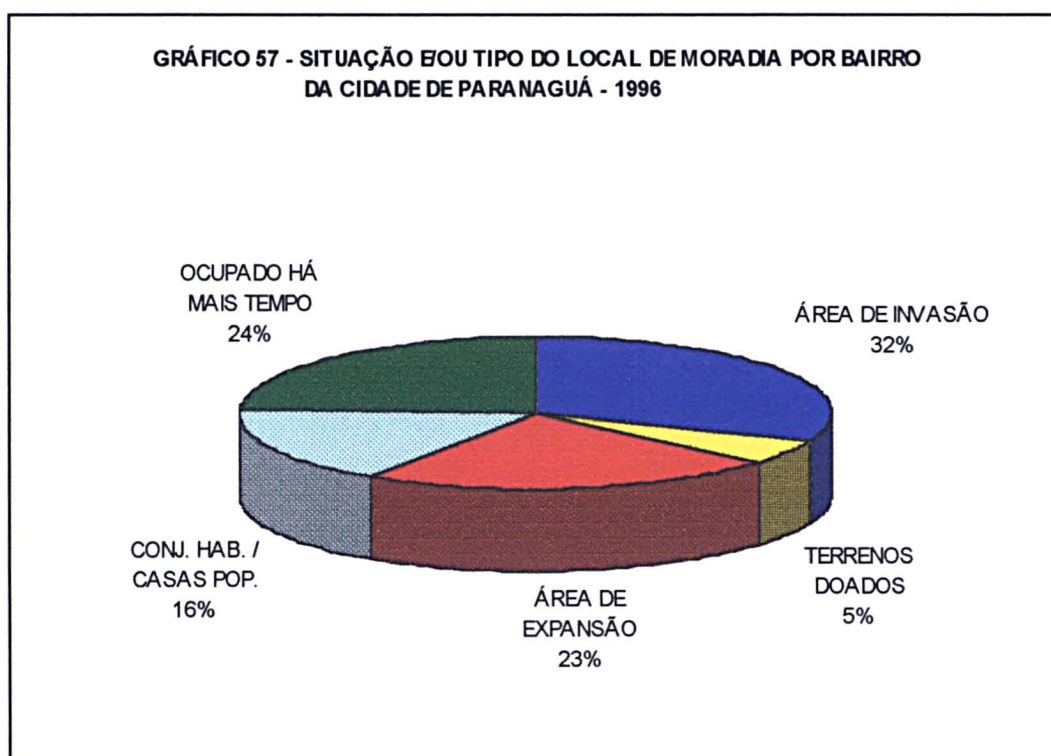
4.4.8.2 Situação e/ou tipo do local de moradia e bairro da cidade de Paranaguá

Em cerca de 49,0% dos bairros da cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares, em 1996, havia ocorrência de invasões, representando 32,0% do total de dados obtidos sobre esta questão pelas entrevistas realizadas; os terrenos doados pela União/Prefeitura (Ilha dos Valadares) ou pelo Porto (Vila Portuária) estavam presentes em 8,5% dos bairros (representando 5,0% do total de dados); os conjuntos habitacionais ou conjuntos de casas populares existiam em 25,5% dos bairros, ou seja, significavam 16,0% do total de dados, e havia uma proximidade de percentuais, em média 37,2%, entre os bairros de área de expansão e os bairros de ocupação mais antiga (23,0% e 24,0% do total de dados, respectivamente).

Quanto às áreas de invasões, somente na Vila Paraíso (área particular - 80,0% eram invasões), na Vila São Jorge (área mais alta) e Jardim Iguaçu (umidade de várzea - terrenos baixos de propriedade particular) as áreas invadidas não eram de mangue. Em alguns bairros, a invasão deu-se somente em uma parte dele, como por exemplo: na Vila São Vicente, 50,0% são de áreas invadidas e 50,0% são de assentamentos mais antigos; na Vila Itiberê, a invasão de mangue ocorreu há 10-15 anos e há também as residências mais antigas; na Vila Divinéia, que é uma área de expansão com construções de casas populares, ocorreram invasões recentes na periferia; na Estradinha, somente umas dez casas são de invasão; no Padre Jackson e Porto dos Padres, há os respectivos conjuntos habitacionais e também as áreas de mangue invadidas; na Costeira e Vila Gabriel de Lara, há invasões nas áreas de manguezais já aterradas e há também as ocupações de loteamentos mais antigos; na Ilha dos Valadares (Bairros Itiberê Valadares, Sete de Setembro e Vila Nova) há as áreas de invasões e os terrenos doados aos antigos moradores; o Jardim Guaraituba está em uma área de expansão e tem sofrido invasões na periferia; o Conjunto Santos Dumont é formado por casas populares construídas há algum tempo e registrou ocorrência de invasões mais recentes na periferia (mangue).

Alguns conjuntos habitacionais e/ou conjunto de casas populares estão em área de expansão, tais como: Conjunto Residencial Nilson Neves, Conjunto Costa Sul, Vila Divinéia, Conjunto Moradias Bertioga, conjuntos habitacionais do Parque Agari (Ouro Verde, Cominési, etc.), Vilas Aviação e Horizonte, etc.; assim como também, há aqueles que são construções mais antigas, como por exemplo: Vila Cruzeiro, Conjunto Santos Dumont, Jardim Araçá, Porto dos Padres e Padre Jackson.

Pelo GRÁFICO 57, pode-se visualizar os percentuais dos dados sobre a situação ou o tipo do local de moradia, obtidos pelas entrevistas realizadas.



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

Vale lembrar que pela pesquisa interdisciplinar, o tipo de moradia mais comum em Paranaguá, em 1996, era a casa, com 98,9% do total de residências; os barracos representavam 0,5% e havia uma equivalência de percentuais em 0,3% entre os apartamentos e as palafitas. Em torno de 93,0% das casas eram próprias e somente cerca de 7,0% eram alugadas. O principal motivo que levou o chefe de família a morar naquele local, em 1996, era a “aquisição do imóvel” (não importando **como** o mesmo era adquirido), com 49,5%; vindo em seguida, “melhores condições de moradia”, com 26,3%. Metade dos chefes de família amostrados moravam naquele local há 10 anos ou menos, o que indica a grande mobilidade e recente expansão da cidade.

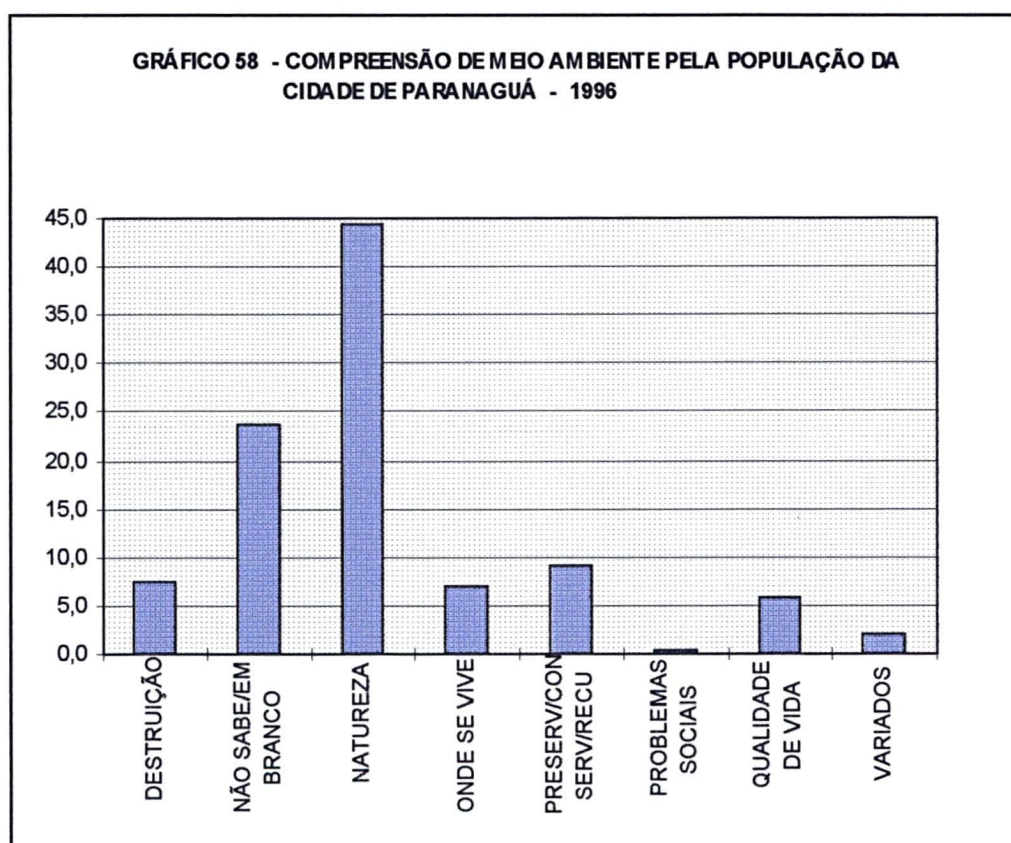
Nas FIGURAS 22 e 23, visualiza-se tipos de moradia característicos de áreas de invasão em manguezais (FIGURA 22 - 1995) e na Ilha dos Valadares (FIGURA 23 - 1998).

F
I
G
U
R
A2
2-
1
9
9
5
.F
I
G
U
R
A2
3-
1
9
9
8
.

4.4.9 Problemática Ambiental e Representações

4.4.9.1 Compreensão de meio ambiente pela população da cidade de Paranaguá

Pelos dados da enquête interdisciplinar, em 1996, um pouco mais da metade dos informantes entrevistados (53,5%) visualizava o meio ambiente como natureza, quer seja a natureza propriamente dita (árvores, animais, mar, rio, etc. - 44,4%) ou enquanto preservação/conservação/recuperação da mesma (9,1%); apresentavam a idéia de meio ambiente como destruição (poluição, sujeira, má conservação, agressão, etc.) 7,5%; o meio ambiente como local onde se vive é compreendido por 7,0% dos informantes entrevistados; como qualidade de vida, por 5,8%; com compreensão variada (ECO/92, visão mística, viver com Deus, inspiração, etc.) estão 2,0% e somente 0,5% dos informantes compreende o meio ambiente como problemas sociais (droga, prostituição, pobreza, violência, falta de emprego, etc.). Respostas de não sabe ou em branco totalizaram 23,6% (GRÁFICO 58).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Em todas as zonas (TABELA 54) predomina a compreensão de meio ambiente como natureza, sendo a zona cinco a que apresenta o maior percentual (74,2%); nas zonas um, dois e três os percentuais são de 44,2%, 50,2% e 35,5% respectivamente; na zona

quatro, embora com percentual de 27,4%, esta compreensão de meio ambiente como natureza fica em segunda posição, uma vez que as respostas de não sabe/em branco têm o maior percentual (42,5%). Nas zonas um, dois e três, as respostas de não sabe/em branco ficam em segunda posição com percentuais variando entre 12,3% e 28,9%; na zona cinco, este percentual é de somente 1,6%. A compreensão de meio ambiente como preservação/conservação/recuperação aparece com percentuais superiores a 10,0% nas zonas um e três; como lugar onde se vive, na zona um (11,6%); meio ambiente como qualidade de vida tem o maior percentual na zona um (9,4%); como destruição, na zona três (11,6%) e como problemas sociais só aparece nas zonas um (1,4%) e quatro (0,9%).

TABELA 54 - COMPREENSÃO DE MEIO AMBIENTE PELA POPULAÇÃO E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

PARANAGUA - 1990												
MEIO AMBIENTE COMPREENDIDO COMO	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Destruição	10	7,2	13	6,3	14	11,6	7	6,2	4	6,5	48	7,5
Não Sabe/Em Branco	17	12,3	50	24,4	35	28,9	48	42,5	1	1,6	151	23,6
Natureza	61	44,2	103	50,2	43	35,5	31	27,4	46	74,2	284	44,4
Onde se Vive	16	11,6	14	6,8	3	2,5	10	8,8	2	3,2	45	7,0
Preserv./Conserv./Recup.	14	10,1	14	6,8	16	13,2	8	7,1	6	9,7	58	9,1
Problemas Sociais	2	1,4	0	0,0	0	0,0	1	0,9	0	0,0	3	0,5
Qualidade de Vida	13	9,4	8	3,9	8	6,6	6	5,3	2	3,2	37	5,8
Variados	5	3,6	3	1,5	2	1,7	2	1,8	1	1,6	13	2,0
Total	138	100,0	205	100,0	121	100,0	113	100,0	62	100,0	639	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Quanto aos bairros, a compreensão de meio ambiente como natureza predomina em quase todos os bairros, sendo que onde isso não ocorre, na maioria das vezes, é porque prevalecem as respostas não sabe/em branco.

O meio ambiente compreendido como preservação/conservação/recuperação tem o maior percentual na Vila Alboitt (50,0%) e há equivalência de percentuais com a visão de natureza no Centro Histórico, com 28,6%, com compreensão variada (33,3%) na Oceania e com respostas não sabe/em branco na Vila São Carlos (50,0%).

Meio ambiente entendido como lugar onde se vive, apresenta os maiores percentuais nos bairros: Parque de Triagem (100,0%), Alvorada e Tuiuti (40,0% cada); tem equivalência de percentuais com qualidade de vida no Leblon (25,0%) e com natureza/destruição/não sabe/em branco na Vila Guadalupe (25,0%).

Meio ambiente como qualidade de vida aparece com maiores percentuais nos bairros: Industrial (100,0%), Rocio (66,7%), Leblon (25,0%) e Asa Branca (25,0%).

A compreensão de meio ambiente como problemas sociais só aparece em três bairros: Bockmann (6,3%), Centro Histórico (14,3%) e Cunha-Porã (10,0%).

Meio ambiente como destruição prevalece nos bairros: Campo Grande (50,0%) e São Vicente (27,3%); há uma equivalência de percentuais em 25,0% entre Asa Branca, Eldorado, Vila Guadalupe e Vila Nova Primavera; nos demais, os percentuais ficam abaixo de 17,0%.

As respostas de não sabe/em branco têm os maiores percentuais em: Vila Guarani (81,0%), Vila Paranaguá (55,6%), Ponta do Caju (50,0%), Vila São Carlos (50,0%) e Padre Jackson (47,1%).

Esta perspectiva naturalista mais saliente, provavelmente, decorra da influência dos meios de comunicação que, em geral, dão enfoque ecológico-preservacionista aos documentários e notícias, ou ainda, por influência de programas sociais da administração pública.

Segundo pesquisa nacional com amostragem de 2000 entrevistas, realizada pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins/CNPq/Ministério do Meio Ambiente/ISER, em 1992 e em 1997, existe uma consciência ambiental no Brasil caracterizada por três componentes básicos:

- a) uma reverência religiosa perante a natureza, considerada sagrada, por mais da metade da população, tanto em 1992 quanto em 1997;
- b) uma concepção naturalista do meio ambiente, pois são poucos os brasileiros que conseguem enxergar as cidades, favelas, homens e mulheres como partes integrantes do mesmo, ainda que mais de 75,0% da população estejam hoje vivendo em centros urbanos;
- c) uma disposição de não aceitar a poluição e a degradação ambiental, ainda que isto signifique maior desenvolvimento econômico e mais emprego.⁷³⁵

A maioria dos entrevistados disse ter orgulho de ser brasileiro e que um dos motivos para esse orgulho são as belezas naturais do país. Quase dois terços deles não aceitam a poluição como preço para a garantia de empregos; 47,0% concordam com a idéia de que o meio ambiente deve ter prioridade sobre o crescimento econômico e 95,0% entendem que a educação ambiental é o grande instrumento para a mudança do comportamento das pessoas em relação ao meio ambiente onde vivem.⁷³⁶

Na opinião do ex-Prefeito de Paranaguá, José Vicente Elias, é preciso ter sensibilidade para perceber que as pessoas não vivem sem o meio ambiente e que o meio ambiente não tem sentido se as pessoas não estiverem ali; no entanto, complementa dizendo

⁷³⁵ JORNAL DO MEIO AMBIENTE, Rio de Janeiro, set. 1997. p. 6-7.

⁷³⁶ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *A implantando da educação ambiental no Brasil*. Brasília: CEA-MEC/UNESCO, 1998. p. 17-18.

que, como o ser humano tem espírito, alma, sentimentos, raciocínio, é mais importante que o meio ambiente, porque o ser humano pode construir um novo meio ambiente e o meio ambiente não pode construir o ser humano novamente. É o homem que destrói o meio ambiente e não vice-versa.

Nós o destruímos e ele nos destrói pela sua falta. Agora, nós podemos construir o meio ambiente. Você pode fazer um replantio; você pode recuperar uma floresta, você pode recuperar um manguezal; você pode... Você tem, hoje, tecnicamente, através de toda a tecnologia moderna, você tem condições de recuperar meios ambientes anteriores existentes. Talvez, não com a mesma riqueza; mas, pelo menos, com o mesmo sentido de atender a sociedade, né? Então, eu tenho a impressão que, no instante em que você parar com essa luta do meio ambiente contra o homem e do homem contra o meio ambiente, você vai conseguir uma grande vitória. No instante em que houver sensibilidade. Por exemplo, a cidade se expande. Então, você tem que fazer a seguinte opção: ou você afunila todo mundo num lugar só ou você destrói mais meio metro de floresta? Você tem que fazer um estudo disso; você tem que fazer um planejamento disso. Será que, no você afunilar todo mundo num lugar só, você não vai destruir rapidamente aquele meio metro de floresta que você não quis destruir antes? Isto tudo tem que ser avaliado. É o caso dos manguezais que você vai me perguntar lá na frente. Eu sou totalmente contra a existência do manguezal urbano, porque ele está totalmente poluído. (...) Mas, o que importa é que, mesmo que o manguezal tenha chegado antes, certo?, a tua necessidade de vida passa a ser maior pelo teu raciocínio e pelo teu espírito de luta - e o mangue não luta - , maior do que a existência do manguezal.⁷³⁷

Para o ex-Prefeito, deve-se avaliar melhor se não é errado impedir a expansão da cidade por causa do manguezal urbano que já está poluído; deve-se, no entanto, cuidar do manguezal que ainda resta intocável, preservado. Não adianta defender o meio ambiente, se o mundo não quer defendê-lo. Segundo Vicente Elias, o meio ambiente é tudo: a água, o ar, a vegetação, tudo do que dependemos faz parte do meio ambiente em que vivemos. É preciso punir quem derruba a árvore, mas também quem a compra; porque se ninguém a compra, ninguém vai derrubá-la. Assim como também, se não existir o consumidor da droga, deixa de existir o traficante. “...enquanto o mundo não quiser acabar com a poluição do meio ambiente, a destruição do meio ambiente; não adianta nós, embaixo, ficarmos lutando.” Na sua opinião, há uma contradição entre a luta pelo combate à destruição da camada de ozônio e ao efeito estufa e a abertura de novas fábricas de automóveis a cada ano; entre defender o manguezal e permitir que sucatas velhas “andem” pelo meio do oceano carregadas de óleo (petróleo). “Se um navio carregado de petróleo se rompe bem em frente ao manguezal... o mundo está ignorando a tua luta pelo manguezal.” Os meios polutivos só aumentam, nunca diminuem. Se o carro elétrico não sai do papel é porque não interessa a quem manda no mundo que isso ocorra.⁷³⁸

⁷³⁷ Depoimento gravado através de entrevista realizada em 10 de setembro de 1998 com o ex-Prefeito de Paranaguá, José Vicente Elias.

⁷³⁸ Idem.

O dia em que nós pararmos de lutar com as coisas pequenas e passarmos a denunciar as coisas grande, nós vamos chegar a um resultado. (...) Então, eu acho que a luta está inversa. Então, nós chegamos nas cidades pequenas e lutamos... Então, nós lutamos contra os pequenos e esquecemos de lutar contra os grandes. Isso não vai chegar a lugar nenhum. Vai apenas criar movimentos, estimular movimentos, mas não vai ter resultados. (...) Então, ou nós cortamos o mal pela raiz, ou nós ficamos aparando os galhos. (...) Enquanto o destruidor não tiver o prejuízo no bolso, ele ignora o teu movimento. Ele tem que ter prejuízo no bolso.⁷³⁹

Vicente Elias ainda compara a miséria, a poluição, a destruição das matas, a exploração das riquezas minerais, a droga, etc., à indústria, ou seja, àquilo que gera ganhos, mais-valia. E conclui dizendo que a luta ambiental é só para “encher barriga”, pois não leva a nada, uma vez que se pune apenas os pequenos. “Porque eu acho que a proteção do meio ambiente não pode chegar a tal ponto em que prejudique a vida humana.”⁷⁴⁰

Vários pontos polêmicos são levantados em suas colocações, evidenciando as grandes contradições da problemática ambiental, tais como: expansão/crescimento e preservação; lucro/mais-valia e não destruição; poder econômico e preservação; vida humana e proteção do meio ambiente, etc. Percebe-se o predomínio de uma visão antropocêntrica e alta confiabilidade na reversão, tanto por processos naturais como produzidos pelo homem, principalmente pela alta sofisticação tecnológica existente. Comenta também os conflitos que a luta ambiental gera nos municípios e reforça a necessidade de uma luta global. Embora, haja uma constatação do problema, não há uma proposta de solução, de reversão. A não proteção do meio ambiente passa a ser justificada pelo não prejuízo à vida humana, quando, na verdade, deveria ser ao contrário: justifica-se a proteção do meio ambiente justamente para garantir a qualidade de vida do ser humano e dos demais seres vivos. É, aí, que entra a proposta de um **trabalho permanente de educação popular com enfoque também ambiental**, de forma que possa contribuir para o aprofundamento desses assuntos e o da sustentabilidade ou racionalidade ambientais tendo em vista um modelo de desenvolvimento, tanto em nível local como global.

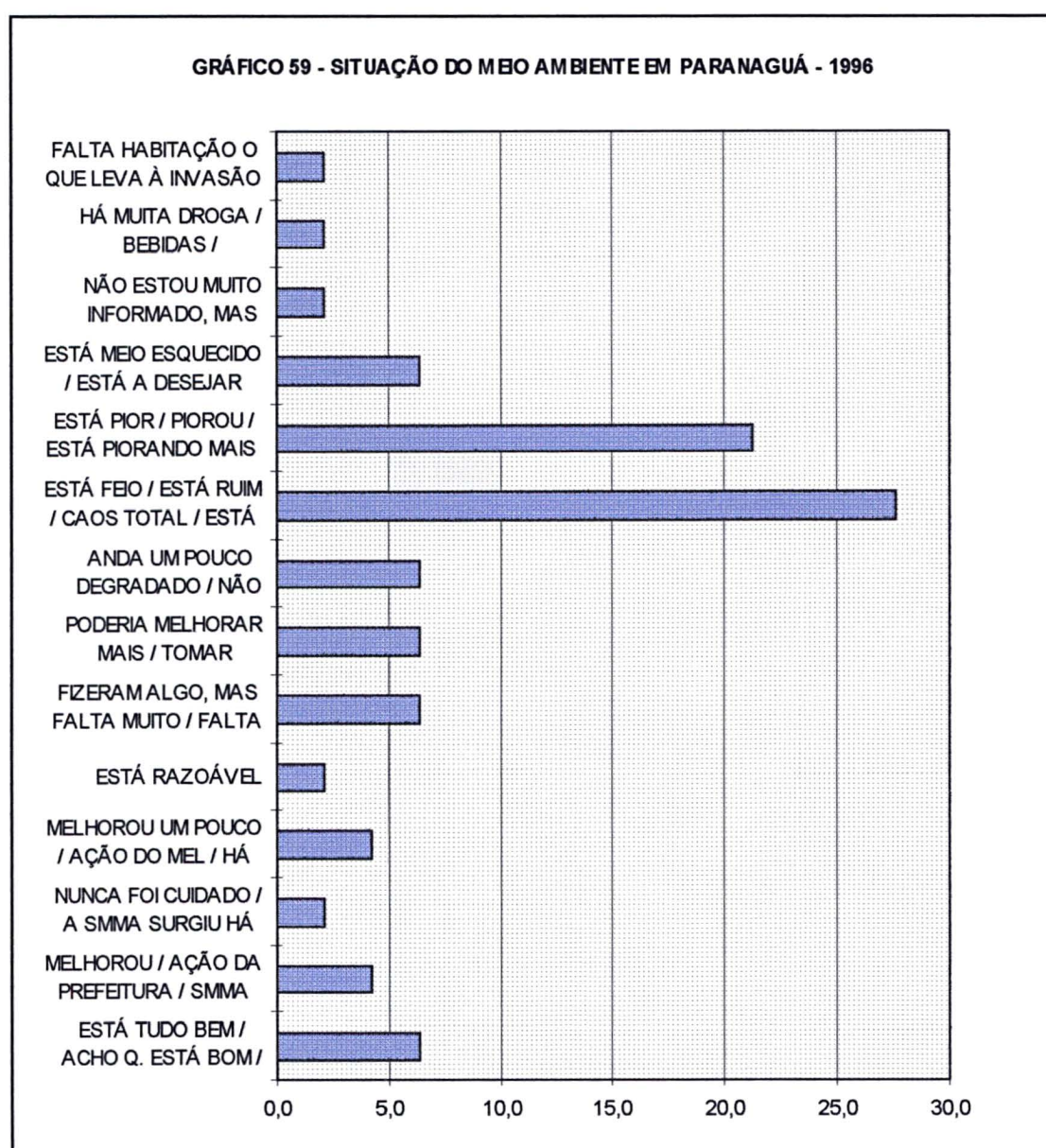
4.4.9.2 Situação do meio ambiente em Paranaguá

Em torno de 62,0% dos representantes de Associações de Moradores de Bairro entrevistados em 1996 posicionaram-se com uma avaliação negativa da situação do meio ambiente em Paranaguá, dos quais 27,7% consideraram que sua situação está feia/está ruim/caos total/está a zero/está péssima; 21,3% avaliaram que o meio ambiente está pior/piorou/está piorando mais; 6,4% opinaram que está meio esquecido/está a desejar e 6,4%, que

⁷³⁹ Depoimento gravado através de entrevista realizada em 10 de setembro de 1998 com o ex-Prefeito de Paranaguá, José Vicente Elias.

⁷⁴⁰ Idem.

anda um pouco degradado/não deve estar muito bom. Há uma equivalência de percentuais em 6,4% entre as opiniões de que o meio ambiente poderia melhorar mais/deveriam ser tomadas providências, de que os administradores públicos fizeram algo, mas faltava muito/faltava muito a ser feito e a de que está tudo bem/acho que está bom/está encaminhado/hoje se fala muito sobre meio ambiente. Com 4,3%, estão as posições de que o meio ambiente melhorou/houve ação da Prefeitura/da Secretaria Municipal do Meio Ambiente SMMA e melhorou um pouco/houve a ação do Movimento Ecológico do Litoral MEL/há algum trabalho nesse sentido. Com percentuais de 2,1% aparecem as posições: o meio ambiente nunca foi cuidado/a SMMA surgiu há três anos (1992-1993), está razoável, “não estou muito informado, mas dizem que há muita poluição...”, “falta habitação, o que leva à invasão” e há muita droga/bebidas/prostituição/safadagem (GRÁFICO 59).



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

Percebe-se que há uma consciência da degradação, da destruição do meio ambiente; no entanto, há também uma posição de expectativa, de observador apenas, esperando que a administração pública aja, que resolva tudo.

O trabalho de **Educação Ambiental Popular Permanente** deverá contribuir para a formação de uma consciência de responsabilidade, ou seja, levar à ação individual e coletiva e cobrar ação do Governo, em todas as suas instâncias de poder. Esta consciência de responsabilidade deve ser também crítica, deve ser capaz de analisar e avaliar as consequências de determinadas ações, de determinados projetos, de determinadas propostas de desenvolvimento.

4.4.9.3 Principais problemas de meio ambiente na cidade de Paranaguá

Embora um problema esteja relacionado com o outro, pelo ANEXO 28 - QUADRO 14, pode-se observar que, na opinião dos entrevistados, o principal problema de meio ambiente em Paranaguá é a destruição do mangue/redução da população de caranguejos, peixes/invasão e aterro dos manguezais/uso de lixo para aterrar os manguezais, tendo sido citado por 51,1% dos representantes das Associações de Moradores de Bairro. Em segunda posição, citado por 40,4% dos entrevistados, está o problema do lixo espalhado, lixo nos canais, na baía, nos rios, no mangue, nas praias/lixão/a falta de reciclagem do lixo/a falta de coleta de lixo. Em terceiro lugar, com 31,9%, estão os problemas de poluição hídrica (lixo, esgoto, líquido de firmas, de fábricas, etc.)/o Canal da Ainhãinha; vindo em seguida, na quarta posição com 23,4%, os problemas de falta de conscientização do povo sobre o lixo, a poluição, os terrenos baldios/a falta de um trabalho de Educação Ambiental/de zelar pelas árvores, pela natureza e, em quinto lugar (17,0%), os problemas em relação à sujeira dos navios/poluição da baía/morte de peixes. Há uma equivalência de percentuais na sexta posição (14,9%) entre os problemas de falta de fiscalização séria/falta de funcionários/necessidade de cuidar mais da cidade e os de destruição do verde/falta arborização/destruição da flora e fauna e em sétimo lugar, com 12,8%, entre os problemas de poluição do ar (indústrias, Becker (Fospar), Fertipar, Cattalini, Sadia, Frigobrás, Porto, etc.)/Mau cheiro decorrente da decomposição da soja, de existência de muita sujeira, muito mato, muito capim na cidade toda/muitos resíduos de soja, de excesso de roedores (ratos) e de péssimas condições de moradia/falta de infra-estrutura, planejamento/falta de urbanização.

Os problemas de crescimento desordenado/carência de serviços públicos aparecem em oitava posição, citados por 10,6% dos representantes de bairro entrevistados. Somente 8,5% deles disseram que não há problemas de meio ambiente em Paranaguá/está tudo bem/a Secretaria Municipal do Meio Ambiente está trabalhando bem/o meio ambiente está

encaminhado/está devagarinho, mas vai chegar lá; também com este mesmo percentual estão as opiniões de que o meio ambiente melhorou porque o MEL faz um bom trabalho/a luta do MEL é imensa e intensa e de que falta valorizar as atrações turísticas naturais de Paranaguá, como por exemplo: a cascata do rio Quintilha, a Ilha dos Valadares, etc. Os problemas de consumo excessivo de frutos do mar, principalmente caranguejo/o arrastão/está havendo falta de peixes, o que pode levar à falta de alimentos foram citados por 6,4% dos representantes de Associações de Moradores entrevistados. Com 4,3%, aparecem os problemas de poluição sonora (ruído de caminhões, vendedores ambulantes, indústrias) e os de maus tratos aos animais/crianças dirigindo carroças judiam dos animais/há muitos animais abandonados nas ruas, na BR (citados pelos representantes das Associações de Moradores dos Bairros Sete de Setembro (Ilha dos Valadares) e Vilas Aviação e Horizonte). Os demais problemas citados apresentam percentuais de 2,1%. (ANEXO 28 - QUADRO 14)

No entanto, tomando por base a frequência total dos problemas levantados, um novo agrupamento foi feito e, de acordo com o GRÁFICO 60, observa-se uma alteração na sequência dos problemas, ou seja, em primeira posição continua a destruição do mangue, representando 15,0% do total; mas, em segunda posição está a poluição hídrica (lixo, esgoto, líquido de firmas, de fábricas, etc.)/o Canal da Ainhãinha/da baía/de navios, com 13,8% do total; em terceiro lugar, o lixo espalhado, lixo nos canais, na baía, nos rios, no mangue, nas praias/lixão/a falta de reciclagem do lixo/a falta de coleta de lixo, com 11,9%; em quarto, aparece a falta de saneamento básico, com 9,4%; vindo em seguida, com 7,5%, a sujeira na cidade/mato/ratos e a falta de conscientização/de Educação, com 6,9%. Há uma equivalência de percentuais entre poluição sonora e do ar e faltam placas/sinalização/arborização, com 5,0% do total de problemas levantados. A falta de fiscalização aparece com 4,4%; péssimas condições de moradia/urbanização, com 3,8% e crescimento desordenado/carência de serviços públicos, com 3,1% do total de problemas levantados. Os demais, apresentam percentuais abaixo de 3,0%.

Estes problemas são confirmados pela enquete ampla domiciliar da pesquisa interdisciplina, porém com novo agrupamento e nova sequência (TABELA 55).

Ao somar os problemas de esgoto com os do lixo em uma categoria única de saneamento básico, como foi feito na pesquisa interdisciplinar, esta assume a primeira posição, inclusive com o mesmo percentual daquela, isto é, 28,8% do total dos problemas levantados. Da mesma forma, os vários tipos de poluição (do ar, sonora, hídrica) somados, ficam em segunda posição, com 18,8%, e o mangue (invasão, desmatamento, destruição)

desce para o terceiro lugar, com 15,0%, porém em posição superior à da pesquisa interdisciplinar.

TABELA 55 - SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE MEIO AMBIENTE CITADOS PELOS REPRESENTANTES DE BAIRRO DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

PROBLEMA CITADO	F	%
Falta de saneamento básico (esgoto, lixo)	46	28,8
Poluição	30	18,8
Desmatamento/invasão de mangue	24	15,0
Falta de conscientização/de Educação	17	10,6
Vários	16	10,0
Falta de equipamentos urbanos	12	7,5
Péssimas moradias/crescimento desord.	11	6,8
Não há problemas/está tudo bem	4	2,5
TOTAL	160	100,0

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

ANO: 1996.

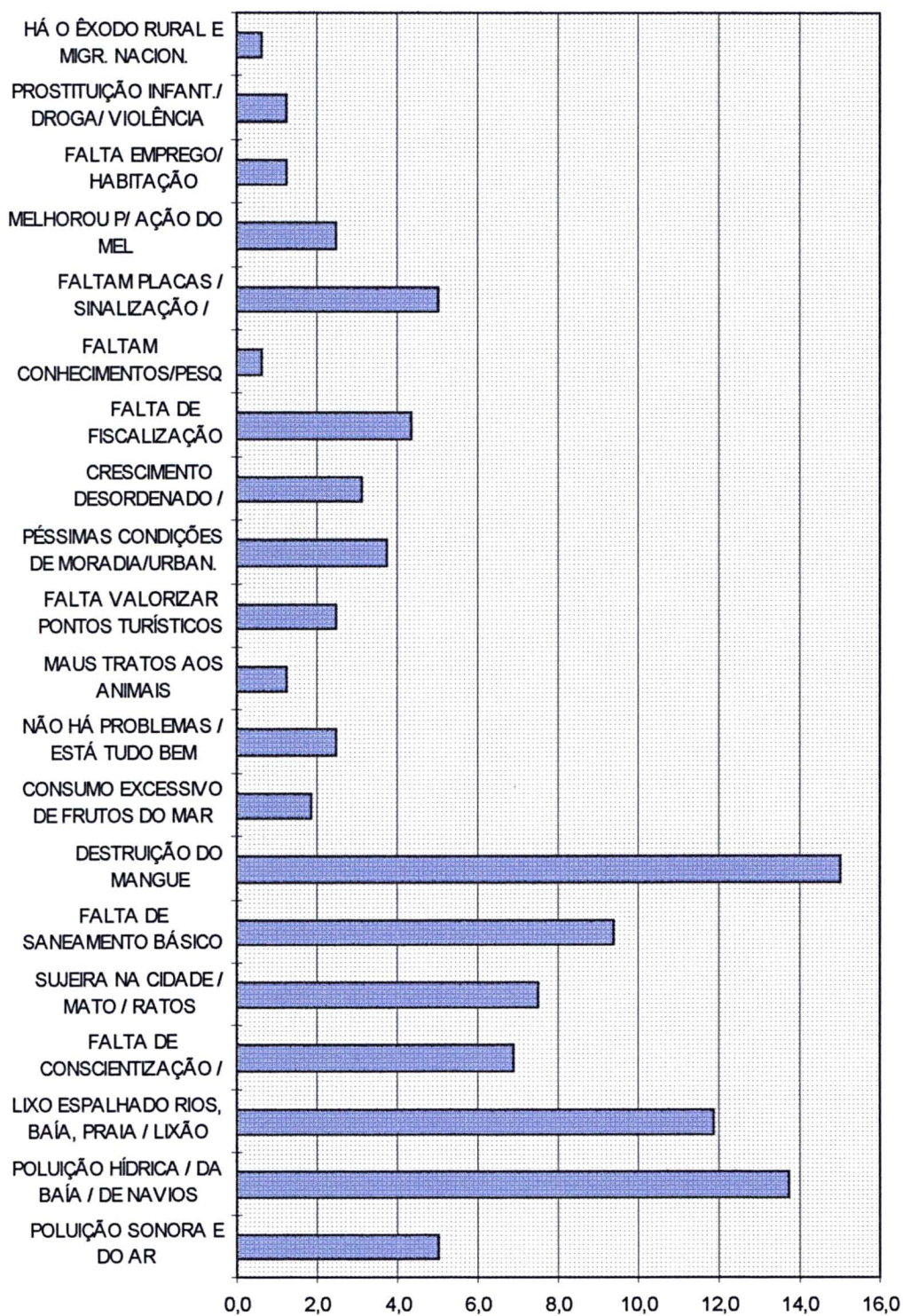
LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

A falta de conscientização da população, a falta de um trabalho intensivo de educação ambiental corresponde a 10,6% do total de problemas levantados pelos representantes de Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá; também com 10,0% estão os problemas variados, ou seja, problemas sociais: drogas, prostituição infantil, êxodo rural, desemprego, violência, etc. A falta de equipamentos urbanos representa 7,5% do total e os problemas de moradia e crescimento desordenado, 6,8%. As opiniões de que não existem problemas de meio ambiente em Paranaguá e que está tudo bem ali não passam de 2,5%. Com isso, pode-se dizer que a grande maioria dos representantes de entidades tem consciência de que existem problemas ambientais na cidade e pelo menos 10,0% das respostas relacionam as questões sociais com as ambientais.

Por outro lado, na opinião do ex-Prefeito de Paranaguá, José Vicente Elias, há ainda muito mangue preservado no litoral paranaense e o risco que o Paraná corre é pequeno em razão da densidade de manguezal existente, tanto na Baía de Paranaguá, como também na Baía de Pinheiros, na Baía de Laranjeiras, na Baía de Guaraqueçaba, na Baía de Antonina, etc. Para ele, quem manda no mundo (poder econômico e político) é que cria os problemas de meio ambiente na Terra. O maior risco que o litoral do Paraná corre não é com a destruição do manguezal, mas com a presença de navios no Porto. Um vazamento de óleo em qualquer um dos navios causaria uma destruição muito maior do que a existente nos manguezais atualmente e esse estrago seria causado por quem não deveria causá-lo, por quem deveria proteger o meio ambiente, ou seja, o poder econômico mundial.⁷⁴¹

⁷⁴¹ Depoimento gravado através de entrevista realizada em 10 de setembro de 1998 com o ex-Prefeito de Paranaguá, José Vicente Elias.

**GRÁFICO 60 - PRINCIPAIS PROBLEMAS DE MEO AMBIENTE DE PARANAGUÁ
PELOS REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
DE BAIRRO - 1996**



Fonte: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

Ano: 1996.

Local: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

Quem não pode causa muito pouco prejuízo ou quase prejuízo nenhum ao meio ambiente. Porque, na verdade, ele não ganha dinheiro com isso. Ele busca apenas um pequeno espaço para morar, ou para criar, ou para progredir. Agora, o outro não. O outro ganha dinheiro com isso, com esse tráfego, com esse trajeto, com essa movimentação... e nem sempre faz isso de forma protegida e quando acontece, nem sempre é punido devidamente... porque a multa em dinheiro não repõe o que foi perdido. (...) Então, eu acho que a discussão do meio ambiente em geral é conduzida de maneira pouco eficiente, com muito pouca eficiência, com poucos resultados. É, praticamente, só para dizer que existe o protesto. Não existe o resultado. Eu acho que, na hora que o mundo... quem manda no mundo tiver consciência de que eles também vão perder... Eles não tiveram essa consciência ainda.⁷⁴²

Uma outra opinião registrada foi a do ex-Prefeito Carlos Antonio Tortato. Para ele a região onde está Paranaguá é muito sensível do ponto de vista do meio ambiente e há o problema sério das ocupações desordenadas dos manguezais, cujas soluções exigem ações das demais esferas de Poder e programas habitacionais mais consistentes.

Esse talvez seja um dos grandes problemas ambientais, que só poderá ter uma solução minimamente aceitável, à hora que nós tivermos programas habitacionais consistentes na cidade, com o apoio do Governo Federal, com o apoio do Governo Estadual. A Prefeitura, por si só, não consegue segurar esta leva de pessoas que, diariamente, chegam na cidade e vão ocupando os nossos manguezais, aterrando um pedaço de mangue e construindo o seu barraco ali em cima.⁷⁴³

Vale lembrar, no entanto, que pelos dados da pesquisa interdisciplinar os maiores percentuais de chefes de família que moram na zona quatro (Franjas insalubres) são de parnanguaras, do litoral do Paraná e do interior do Estado (89,4% são paranaenses), conforme mostra o GRÁFICO 2. Junto com o problema habitacional há também o problema da migração de curta distância, ou seja, do interior do próprio Estado para Paranaguá. É assim que, um planejamento sustentável do desenvolvimento ultrapassa os limites municipais e deve contemplar, além da questão habitacional específica, também aspectos migratórios, laborais, fundiários, econômicos, educacionais, de saúde e outros de toda uma região, ou mesmo de todo o País.

Outro problema sério de Paranaguá, citado por Carlos Tortato, é a falta de tratamento do esgoto doméstico. “Nós não temos 2,0% do esgoto tratado, em Paranaguá. É tudo jogado na baía, nos rios, em canais, sem nenhum tratamento.” Segundo ele, este é o mais grave problema ambiental existente em Paranaguá, o que coincide com as respostas dadas pela população em geral através da pesquisa interdisciplinar (GRÁFICO 61) e com as opiniões dos representantes de Associações de Moradores de Bairro entrevistados pela

⁷⁴² Depoimento gravado através de entrevista realizada em 10 de setembro de 1998 com o ex-Prefeito de Paranaguá, José Vicente Elias.

⁷⁴³ Depoimento gravado através de entrevista realizada em 17 de julho de 1998 com o ex-Prefeito de Paranaguá, Carlos Antonio Tortato.

pesquisa individual (TABELA 55).

A partir do final de 1997 e início de 1998, a Prefeitura havia terceirizado os serviços da Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá (Cagepar) para a empresa **Águas de Paranaguá**, pela qual será investida uma grande quantidade de recursos com o objetivo de amenizar o problema do tratamento do esgoto.

Segundo Tortato, há também o problema da poluição do ar causada por fuligens lançadas pelas misturadoras de adubo e outros gases, causando problemas de saúde às pessoas da região, principalmente na Vila Portuária, Vila Guarani e outras. A Becker (Fospar) gastou 500 mil dólares nos últimos anos (em sua gestão) para melhoramento dos filtros das chaminés, mas o problema ainda existe. Tem a questão do lixão, a 100 metros da Sadia - Indústria de Alimentos, cujo lacre foi feito em 1995, em conjunto com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), mas que, por falta de outra alternativa, continuava recebendo todo o lixo da cidade.

Mas, são muitos os problemas ambientais aí. Tem que reconhecer é que Paranaguá, né?, com esse crescimento desordenado, com essa atividade portuária intensa, com essa ocupação de pessoas encima dos manguezais, tem problemas seríssimos na área de meio ambiente. Então, eu estou reconhecendo, aqui...; fazendo um atestado, aqui, de reconhecimento das dificuldades para enfrentar esses problemas ambientais.⁷⁴⁴

Tortato reconhece, ainda, que as invasões do mangue são também um problema político, uma vez que a própria Prefeitura, o próprio Poder Público, em anos anteriores, estimulava essa prática, expressando com isso uma visão estreita e eleitoreira do problema: a Prefeitura “cansou de fazer esse tipo de ação e aterrar o próprio mangue com lixo, inclusive.” A Vila do Povo, por exemplo, foi inteiramente aterrada com o caminhão do lixo. “Então, foram jogando lixo encima do mangue, depois fizeram uma camada de areia encima e colocaram, lá, seiscentas... setecentas famílias, hoje, moram lá.” Era uma ação da Prefeitura em conjunto com um determinado vereador, fato este que se repetiu em várias outras regiões. Para retirar essas pessoas do mangue, é preciso oferecer alternativas habitacionais decentes, que atendam às demandas das pessoas que chegam, diariamente, a Paranaguá, provenientes de várias regiões do Estado, conforme explica Tortato.

Quando você encontra uma família morando numa área insalubre, a única coisa que você pode fazer é tentar atenuar os problemas dela aterrando, fazendo o manilhamento e dando as mínimas condições de vida para essa pessoa, nessas áreas. Agora, é um problema sério. Continua existindo com... Foi na minha época também, continua tendo hoje. Porque é humanamente impossível numa cidade como a nossa, que existem várias áreas de marinha, áreas devolutas, áreas ribeirinhas, onde não tem dono, você não tem uma definição clara de

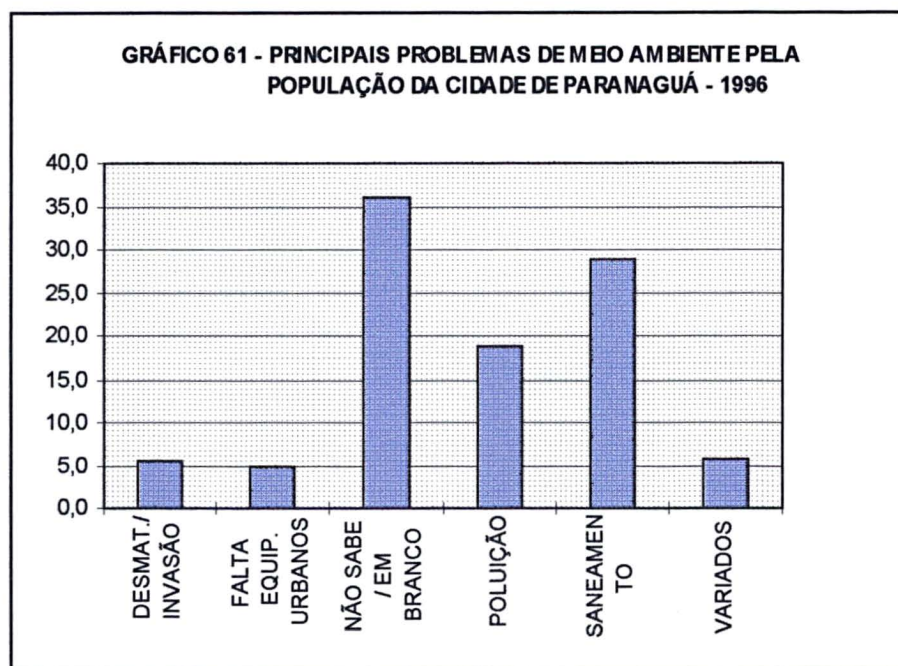
⁷⁴⁴ Depoimento gravado através de entrevista realizada em 17 de julho de 1998 com o ex-Prefeito de Paranaguá, Carlos Antonio Tortato.

quem é aquela área; você, muitas vezes, nem pode intervir. Às vezes, é uma área de particular, que está esperando uma valorização, nem mora mais aqui, há anos que existe aquela área..., as pessoas vão invadindo, ocupando... Quando você vê, só me resta levar os benefícios da urbanização.⁷⁴⁵

O ex-Prefeito comentou também sobre o problema da poluição visual no centro da cidade e os danos que vinha causando às construções históricas; bem como, o trabalho que foi feito de conscientização para conseguir a respectiva despoluição visual e recuperação do patrimônio artístico-cultural da cidade.⁷⁴⁶

4.4.9.4. Compreensão dos problemas de meio ambiente pela população da cidade de Paranaguá

No que se refere aos dados da pesquisa interdisciplinar, o maior problema de meio ambiente indicado pela população amostrada é em relação ao saneamento básico (lixo na rua, em terrenos baldios, problemas de esgoto, de falta d'água, de drenagem pluvial, etc.), com 28,8%; vindo em seguida, a poluição (do ar, rios, mar, sonora, visual, etc.) com 18,8%; os problemas de desmatamento/invasão, falta de equipamentos urbanos (falta de segurança, de posto de saúde, de escola, de manutenção e limpeza das ruas, de áreas verdes e de lazer, etc.) e problemas variados (mais fiscalização, droga, prostituição, violência, crise, tudo, muitos, etc.) apresentam um percentual médio de 5,5%. As resposta não sabe/em branco representam 36,0% do total (GRÁFICO 61).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

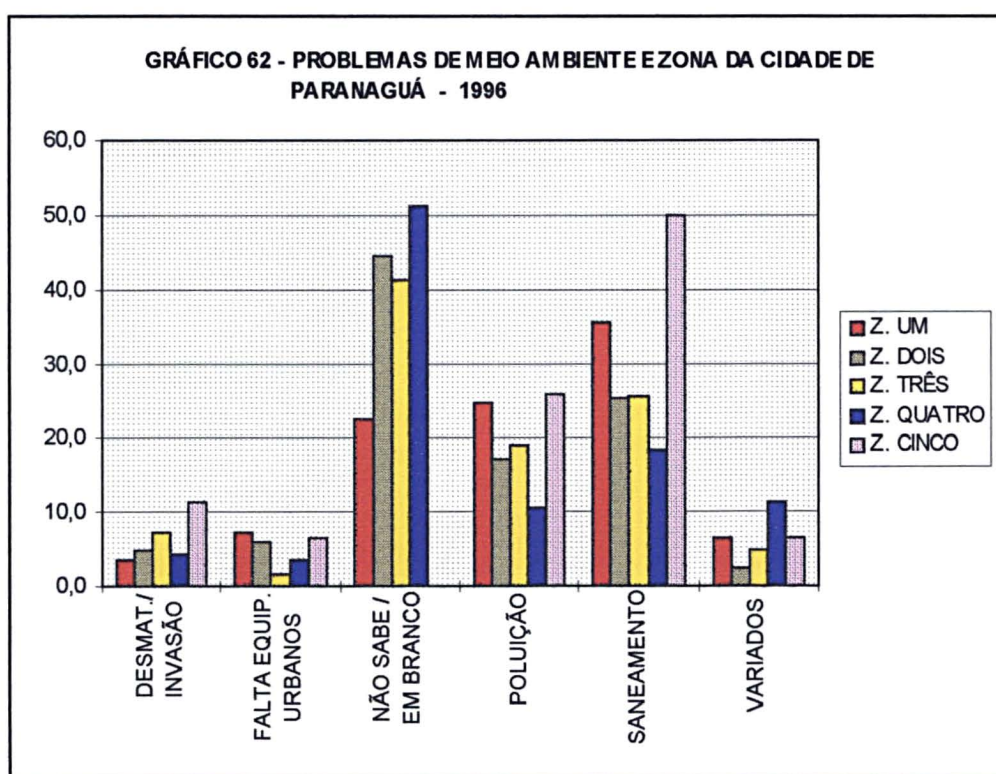
ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

⁷⁴⁵ Depoimento gravado através de entrevista realizada em 17/07/1998 com o ex-Prefeito Tortato.

⁷⁴⁶ Idem.

Em relação às zonas, as respostas não sabe/em branco apresentam os maiores percentuais nas zonas dois, três e quatro, variando de 41,3% a 51,3%; na zona um, o percentual é de 22,5% e na zona cinco, nenhum instrumento ficou com esta questão sem resposta (0,0%). Por outro lado, nestas duas últimas zonas, os problemas de saneamento básico aparecem com os maiores percentuais (35,5% e 50,0% respectivamente); e em segundo lugar, nas demais zonas, com percentuais variando de 18,6% a 25,6%. Os problemas de poluição aparecem em segunda posição nas zonas um (24,6%) e cinco (25,8%) e em terceira posição nas zonas dois e três, com percentuais de 17,1% e 19,0% respectivamente; na zona quatro, este problema fica em quarta posição com percentual de 10,6%, sendo que a terceira posição nesta zona corresponde aos problemas variados (11,5%). Os problemas relacionados com desmatamento/invasão apresentam maior percentual na zona cinco (11,3%) e a falta de equipamentos urbanos tem percentuais abaixo de 7,2% em todas as zonas (GRÁFICO 62).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.
LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Novamente os problemas de falta de saneamento básico e poluição continuam predominando. A poluição na zona um é justamente em consequência das salinas, caminhões de soja, armazéns, etc., localizados próximos ao Porto, recebendo também a poluição do ar das indústrias de fertilizantes e da Petrobrás, instaladas nas proximidades.

Quanto aos bairros (ANEXO 38 - TABELA 8), observa-se que o desmatamento/invasão aparece com os maiores percentuais nos bairros: Jardim América (23,1%), Vila Bela na Ilha dos Valadares (20,0%), Vila Guadalupe e Jardim Samambaia com percentuais equivalentes de 12,5%; Padre Jackson (11,8%) e Vila Sete de Setembro na Ilha dos Valadares com 11,1% (mesmo percentual de problemas de poluição); Parque São João, com 10,8% e, com equivalência de percentuais em 10,0% no Alvorada, Itiberê e Porto dos Padres; nos demais bairros, os percentuais ficam abaixo de 10,0%.

A falta de equipamentos urbanos apresenta o maior percentual no Alto São Sebastião (50,0%), vindo em seguida, Aeroporto (33,3%), Asa Branca (25,0%) e Alvorada (20,0%); a Costeira aparece com 14,8%; há uma equivalência de percentuais em 12,5% entre Ponta do Caju e bairro Itiberê Valadares; na Estradinha, o percentual é de 11,5%; nos demais bairros, o percentual é menor que 10,0%.

Os problemas variados aparecem no Parque de Triagem (100,0%), Campo Grande (50,0%, sendo o mesmo percentual de poluição), Correia Velho (50,0%), Cunha-Porã, com 40,0%, Tuiuti (40,0%) e com equivalência de percentuais em 25,0% na Vila Nova Primavera e Vila São Carlos; nos demais bairros, os percentuais ficam abaixo de 17,0%.

Quanto aos problemas de saneamento básico que aparece em, praticamente, todos os bairros, os maiores percentuais estão: na Vila Sete de Setembro (Ilha dos Valadares), com 72,2%; na Raia, com 66,7%; e no Centro Histórico (57,1%); com equivalência de percentuais em 50,0% estão Vila Alboitt, Correia Velho, Leblon, Ponta do Caju e no bairro Itiberê Valadares; nos demais, os percentuais ficam abaixo de 50,0%.

Em relação à poluição, os bairros com maiores percentuais são: Jardim Araçá (100,0%), Vila Guadalupe (62,5%), Vila Alboitt (50,0%), Asa Branca (50,0%), Campo Grande (50,0%), Centro Histórico (42,9%), Jardim Samambaia (41,7%), Vila Itiberê (40,0%), Palmital (40,0%), Jardim Nova Primavera (37,5%), Vila Bela na Ilha dos Valadares (35,0%) e Rocio (33,3%); nos demais bairros, os percentuais ficam abaixo de 30,0%. Estes dados podem ser também visualizados nos MAPAS 7 e 17.

As respostas de não sabe/em branco apresentam percentuais de 100,0% no 29 de Julho e Vila Industrial; 85,7% na Vila Guarani; 72,7% na Vila São Vicente; 70,6% no Padre Jackson; 68,2% na Vila Cruzeiro; 60,0% no Porto dos Padres; 55,6% na Vila Paranaguá; 52,9% no Conjunto Santos Dumont, e com equivalência de percentuais em 50,0% na Oceania, Vila do Povo, Vila Rute e Vila São Carlos; nos demais bairros, os percentuais são inferiores a 50,0%.

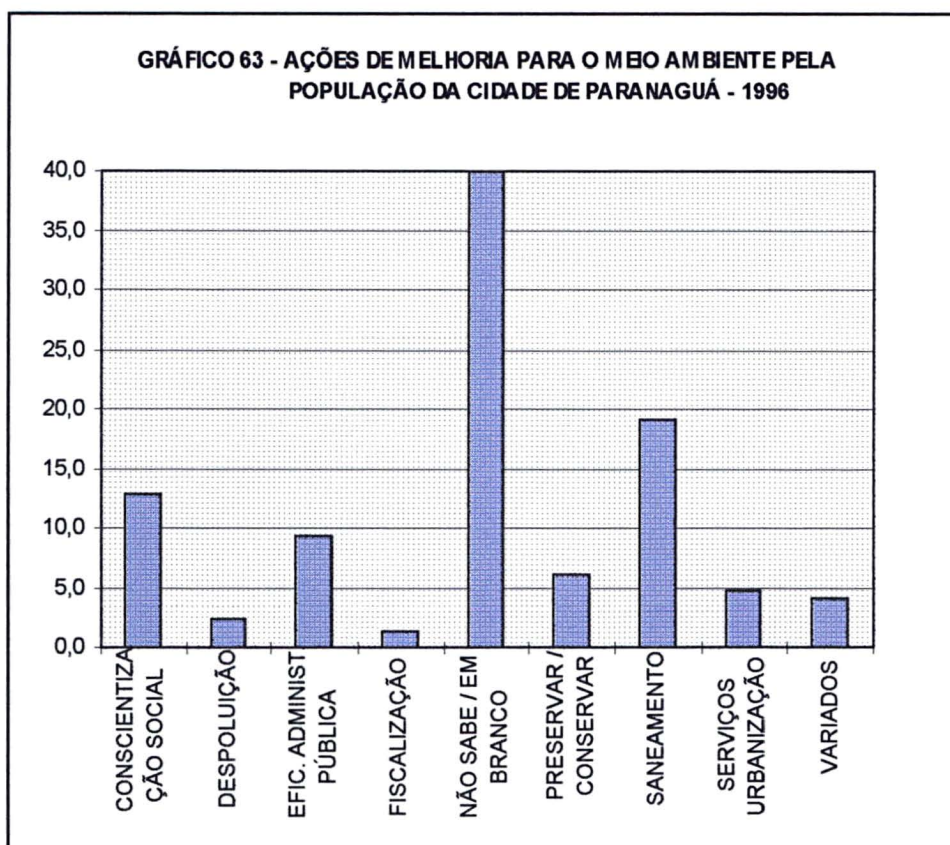
O saneamento básico aparece com maiores percentuais tanto em problemas de meio ambiente como em relação aos problemas do bairro (já discutido anteriormente) e,

consequentemente, nas ações de melhoria para o meio ambiente. Na realidade, este é um dos maiores problemas da cidade de Paranaguá, tanto é que no início de 1999 foi registrado ali um surto de cólera.

Os problemas de poluição do ar e sonora aparecem nos locais onde é maior a presença de gases na atmosfera lançados pelas indústrias de fertilizantes, Petrobrás, salinas, armazéns e no trajeto dos caminhões de soja; bem como, próximo do local onde queimam pó de caxeta (Vila Itiberê) - (MAPAS 7 e 17).

4.4.9.5 Ações de melhoria para o meio ambiente na cidade de Paranaguá

Ao ser perguntado à população amostrada quais seriam as ações de melhoria para o meio ambiente em Paranaguá, as respostas obtidas indicam como principais ações: a necessidade de saneamento básico (arrumar rede de água, de esgoto e de drenagem de águas pluviais, resolver os problemas do lixo, limpeza de ruas, de terrenos baldios, de rios, etc.), com 19,2%; as ações de conscientização social (conscientizar a população, os turistas, os políticos sobre as questões ambientais, por meio das escolas, das ações da comunidade, das propagandas, etc.), com 12,9%; e, com percentuais de 9,4%, a maior eficiência da administração pública (ações do Governo do Estado, do Prefeito e das autoridades em geral); as ações de preservação/conservação têm percentual 6,1%; ações variadas (tirar as crianças da rua, mais emprego, trazer mais fábricas, construir conjuntos habitacionais, etc.) e serviços de urbanização (calçamento, cuidar das estradas, construir áreas de lazer, parques e praças, criar posto de saúde, etc.), aparecem com percentual médio de 4,4%; com percentuais iguais ou inferiores a 2,4% estão as ações de despoluição e fiscalização. As respostas não sabe/em branco apresentam percentual de 40,0% (GRÁFICO 63).

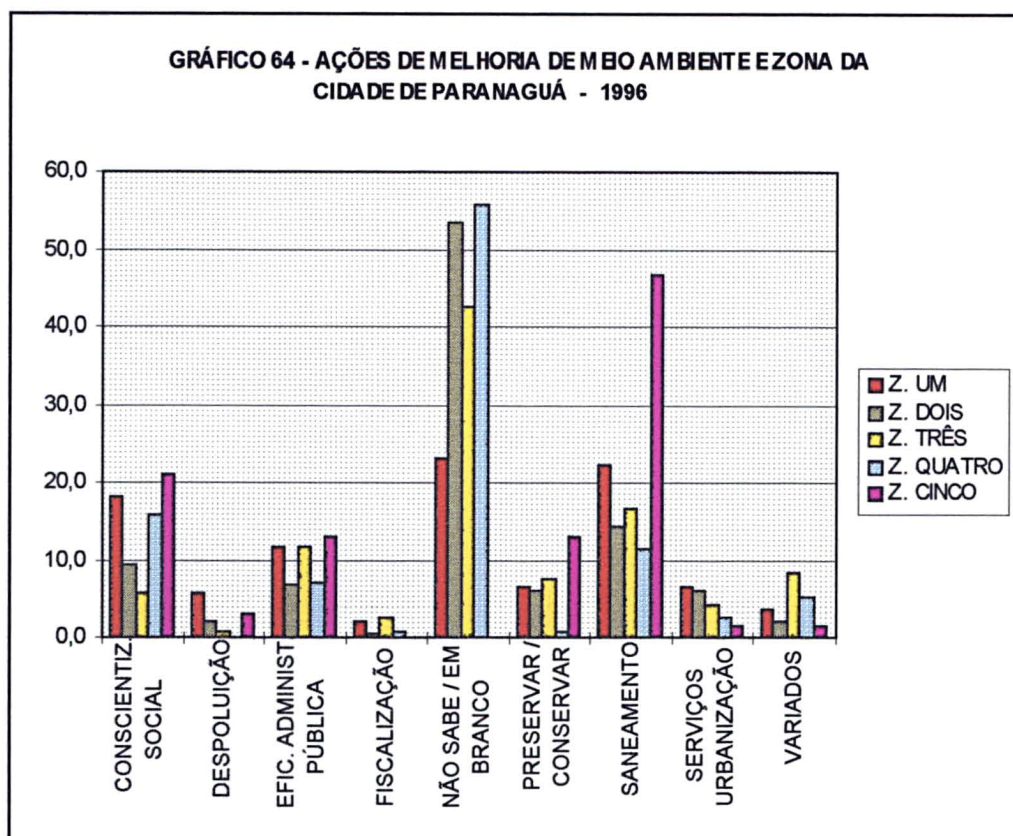


FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Em relação às zonas, observa-se que as respostas não sabe/em branco têm maior percentual nas zonas um (23,2%), dois (53,4%), três (42,5%) e quatro (55,8%); na zona cinco todos os entrevistados responderam a esta questão (0,0%). As ações de saneamento básico aparece como principal melhoria para o meio ambiente na cidade de Paranaguá nas zonas: um (22,5%), dois (14,2%), três (16,7%) e cinco (46,8%); na zona quatro, o saneamento básico está em terceiro lugar (11,5%), já que as ações de conscientização social apresentam o percentual de 15,9%, em segundo lugar; e, na zona cinco, estas ações têm percentual de 21,0%, ficando também em segundo lugar; nas zonas um e dois, as ações de conscientização social estão em terceira posição, com 18,1% e 9,3% respectivamente. Na zona três, a terceira posição corresponde às ações de maior eficiência da administração pública (11,7%); e, na zona cinco, preservar/conservar, com 12,9% (GRÁFICO 64).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Chama a atenção os altos percentuais de respostas não sabe/em branco, o que sugere, além de outras questões, a grande carência de informação que tem a população da cidade de Paranaguá. Este fato também pode estar relacionado com a própria visão naturalista de meio ambiente, as deficiências dos conhecimentos tidos sobre o assunto e as dificuldades em relacionar os problemas do dia a dia com os ambientais. Isso é observado, ainda, nos dados das entrevistas com os representantes de Associações de Moradores em que cerca de 10,7% dos entrevistados não vêem relação entre os problemas urbanos e os de meio ambiente e 6,3% vêem certa relação mas falta maior clareza em suas respostas. Novamente, outra razão para que seja desenvolvido um **permanente** trabalho de **Educação Ambiental Popular**. Ações visando a conscientização social aparecem em segunda posição (dentre as ações) em quase todas as zonas, somente abaixo das de saneamento básico; exceto na zona quatro, onde está acima.

Estes dados sobre conscientização social/educação ambiental podem ser visualizados em sua localização espacial no MAPA 18.

Nota-se, também, que há uma coerência entre as respostas dadas aos problemas existentes e às propostas de ações de melhoria para a resolução dos mesmos, observando-se que a indicação da necessidade de ações de conscientização social tem relação direta com a

carência de maior eficiência da administração pública e de melhoria da qualidade de vida da população.

A FIGURA 24 retrata as péssimas condições de saneamento (esgoto e lixo) existentes, em 1995, em áreas invadidas de manguezais, bem como o uso coletivo de “casinha”, construída sem fossa. Em 1999, esta situação era a mesma de quatro anos antes.



48°35,36'
25°30'S

48°29,6'W
7.177.383 m

Baía de Paranaguá

MAPA 18
CONSCIENTIZAÇÃO
SOCIAL E/OU
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
COMO AÇÃO DE
MELHORIA PARA
O MEIO AMBIENTE
NA CIDADE DE
PARANAGUÁ
1996

ESCALA 1: 50.000



LEGENDA

- Bairros cujos informantes indicaram a conscientização social como ação de melhoria para o Meio Ambiente (Pesquisa Interdisciplinar)
- Bairros em que a Associação de Moradores reivindicava, em 1996, um trabalho de conscientização social e/ou educação ambiental (Pesquisa Individual)
- Bairros em que coincidem a indicação, pelo informante, de um trabalho de conscientização social e a reivindicação, pela Associação de Moradores, de um trabalho de educação ambiental

Bairros cujos dados não foram computados

FONTE

- Adaptado de CANEPARO; MORAES .
Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá ,
1998, inédito
- Entrevistas com representantes de
Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - 1996
- Banco de Dados do EPI-INFO do DMAD da UFPR - 1996

EXECUÇÃO

Msc Laura Jesus de Moura e Costa
Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPR - 1999

25°34,8'S 742.300 m

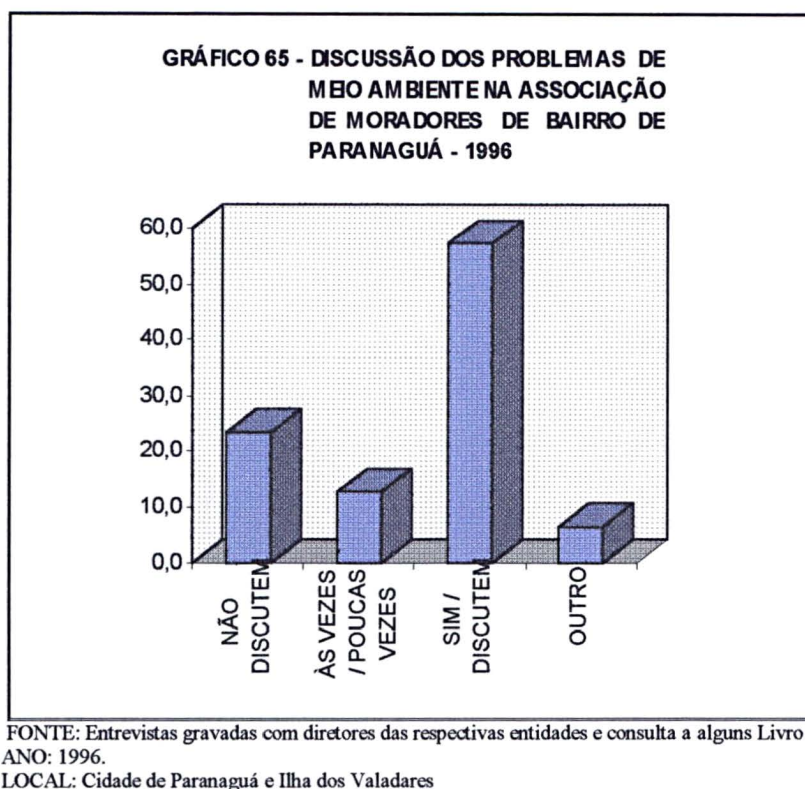
752.000 m 7.168.000 m

4.4.9.6 Espaço que têm as questões ambientais dentro das Associações de Moradores de Bairro

Questões de meio ambiente já haviam sido discutidas, até 1996, em cerca de 70,0% das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá (GRÁFICO 65), sendo que os representantes de 57,4% delas responderam que sempre discutem estas questões nas reuniões da entidade e 12,8% responderam que às vezes ou poucas vezes tais questões foram discutidas; 23,4% responderam que não discutem os problemas de meio ambiente na Associação de Moradores, no entanto, muitos deles responderam em outras perguntas que já levaram pela entidade lutas em relação ao saneamento básico (rede de coleta de esgoto) e ao lixo, além de outras; há aqueles que disseram não discutir tais problemas na entidade porque “estão sempre conversando com a presidenta do Movimento Ecológico do Litoral (MEL)” e que ela encaminha a luta; outros não discutem os problemas de meio ambiente na Associação de Moradores porque “do lado de seu bairro, não têm ainda problemas de poluição” ou “não têm ninguém que se encarregue disso dentro da Associação” ou porque “não atingiram isso daí ainda” ou então porque “têm que resolver muitos outros problemas da comunidade mesmo. (...) O meio ambiente ali não está sendo problema porque árvores têm bastante” ou “não têm muito o que falar sobre o meio ambiente” e, por fim, há os que disseram que “não têm discutido isso, mas pretendem fazê-lo. Talvez mais tarde.”

Dentre os 6,4% que falaram outra coisa, estão as opiniões de que “o único problema do bairro é o saneamento básico por causa do problema de **doença** que causa à comunidade” ou que “há muita compreensão de um para o outro e isso faz com que se entendam melhor. Seu bairro é um bairro amigo” ou ainda que “para plantar árvores nem dá, porque é tudo molhado. A pessoa tem que aterrar prá valer. É banhado. Aterrando melhora o meio ambiente da vila, mas custa caro aterrar.” Vale lembrar também que o representante do bairro da Raia considerou problemas de meio ambiente as questões relacionadas com drogas, bebidas e prostituição infanto-juvenil.

Em toda a década de 90, as questões ambientais vêm motivando discussões nos mais variados espaços, inclusive junto aos movimentos populares de bairro. Ocorre também que muitas vezes estão discutindo e encaminhando lutas ambientais, porém não as vêem como tal e sim como luta da comunidade, do bairro.



4.4.9.7 Principais questões de meio ambiente discutidas dentro das Associações de Moradores de Bairro

As questões de meio ambiente (GRÁFICO 66) que mais foram abordadas dentro das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá foram em relação ao lixo, quer seja quanto à conscientização sobre o lixo (embalagem adequada, lixo espalhado, sujeira nas ruas, etc.) que envolveu 44,7% das entidades, quer seja quanto ao problema do serviço público prestado: coleta regular do lixo, colocação de caçamba no bairro, lixão, etc., atingindo 34,0% das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá. As questões relacionadas com Educação e Conscientização Ambientais foram abordadas por aproximadamente 32,0% das entidades e os problemas de saneamento básico (rede de coleta de esgoto e abastecimento de água) por cerca de 30,0% delas. A poluição dos manguezais, rios e baía foi discutida em 27,7% das Associações de Moradores de Bairro; já a ocupação/invasão dos manguezais e/ou sua preservação estiveram presentes em, praticamente, 15,0% das entidades.

Há uma equivalência de percentuais em 12,8% entre as Associações de Moradores que somente discutem questões relacionadas com a luta do próprio bairro ou que se expressaram dizendo que em seu bairro todos são muito amigos uns dos outros e entre

aquelas que responderam que não discutem questões ou problemas de meio ambiente dentro da entidade ou que não têm ninguém encarregado destas questões na Associação.

Pelo menos 10,6% dos representantes de bairro entrevistados disseram que em sua entidade já haviam discutido sobre a necessidade de maior fiscalização para impedir a invasão e a destruição dos manguezais, necessidade de impedir a extensão de luz e água em áreas de mangue invadidas e de colocação de placas nesses locais.

Há equivalência de percentuais em 8,5% em relação aos assuntos:

- a) sujeira no mangue/aterro com lixo;
- b) necessidade de limpeza de terrenos baldios/limpeza do bairro;
- c) plantio de mudas/participação na Festa da Vida;
- d) necessidade de preservação das matas, do verde, da natureza/denúncias de desmatamento levadas ao Ibama.

Pelo menos 6,4% das entidades de bairro já haviam discutido, até 1996, problemas de poluição do ar e suas conseqüências para a saúde e o meio ambiente, problemas de poluição sonora e sobre a necessidade de abertura de ruas ou da retirada de invasores do leito da rua.

O lixo é, na atualidade, um dos maiores problemas na gestão das cidades e as soluções exigem também uma mudança de comportamento do consumidor, tanto na seleção do produto a consumir como também no destino final dado ao resíduo produzido com tal consumo e para que isso ocorra, a educação é um importante instrumento.

Entre 1993 e 1996, a Prefeitura de Paranaguá procurou levar a discussão do problema do lixo para as comunidades, através dos projetos **Festa da Vida** (promovido pelo Governo do Estado para plantio de mudas e realização de gincana com provas envolvendo o lixo); **S. O . S. Cidade Limpa** (manilhamento de esgoto e limpeza do bairro, com mão-de-obra contratada pela Associação de Moradores, mas pagos pela Prefeitura); reciclagem do lixo na Ilha dos Valadares; barracão de separação do lixo na Ponta do Caju, além de outros.

Pela pesquisa interdisciplinar tem-se que em torno de 12,0% do lixo da cidade de Paranaguá encontra-se espalhado a céu aberto e que o número de vezes mais freqüente de coleta pública é três vezes por semana.

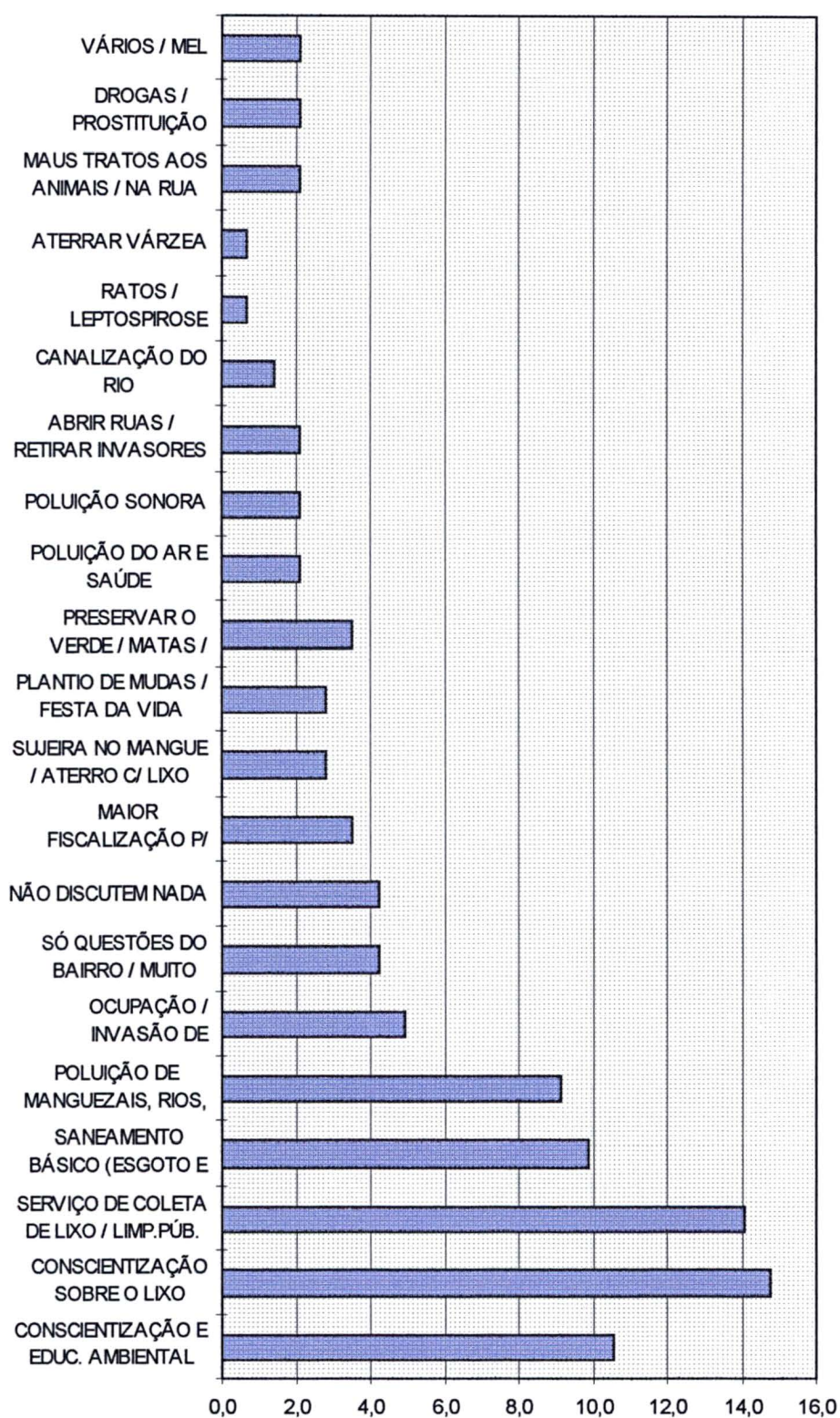
Nota-se também que os assuntos mais discutidos nas Associações de Moradores são exatamente os maiores problemas ambientais de Paranaguá, ou seja, a problemática do lixo, conscientização popular, saneamento básico e poluição e destruição dos manguezais. Existe uma pré-disposição das entidades a abrir espaços para estas questões. A proposta de reciclagem do lixo/coleta seletiva e respectiva revenda motivou muitas pessoas para esse

trabalho na Ilha dos Valadares, na Ponta do Caju, na Vila Paranaguá, além de outras. Nos conjuntos residenciais, por exemplo, o trabalho de limpeza das ruas e empacotamento do lixo levou à mobilização dos moradores quadra a quadra, tendo sido tirado um responsável por esse trabalho em cada uma delas. Os problemas de poluição do ar já foram motivo de muita discussão principalmente nas Vilas Guadalupe, Alboitt, Portuária/Becker e bairro do Rocio. Os representantes da Vila Guadalupe e do bairro Bockmann responderam que estão sempre participando de reuniões com as administrações públicas estadual e municipal para discussão desses assuntos. Na Colônia Santa Rita e na Ilha dos Valadares foram organizadas palestras sobre lixo e ratos, leptospirose, higiene e saúde.

Há muita carência de um trabalho mais contínuo e eficiente, acompanhado de ações da administração pública. É assim que uma proposta de **Educação Popular** vem a atender muitas dessas carências e o **enfoque ambiental em caráter permanente** podem trazer mudanças de comportamento coletivo de grande valia para a sustentabilidade ou racionalidade ambiental; sem esquecer, no entanto, que as causas maiores da degradação estão na forma acelerada, seletiva e excludente como se processam as relações de produção e consumo no sistema industrial e agro-industrial capitalista dominante.

Ainda, para saber o nível de compreensão que a população tinha sobre micro-ecossistemas locais, foram feitos os levantamentos de dados, pela pesquisa interdisciplinar, em relação à compreensão de mangue e restinga e respectivos usos.

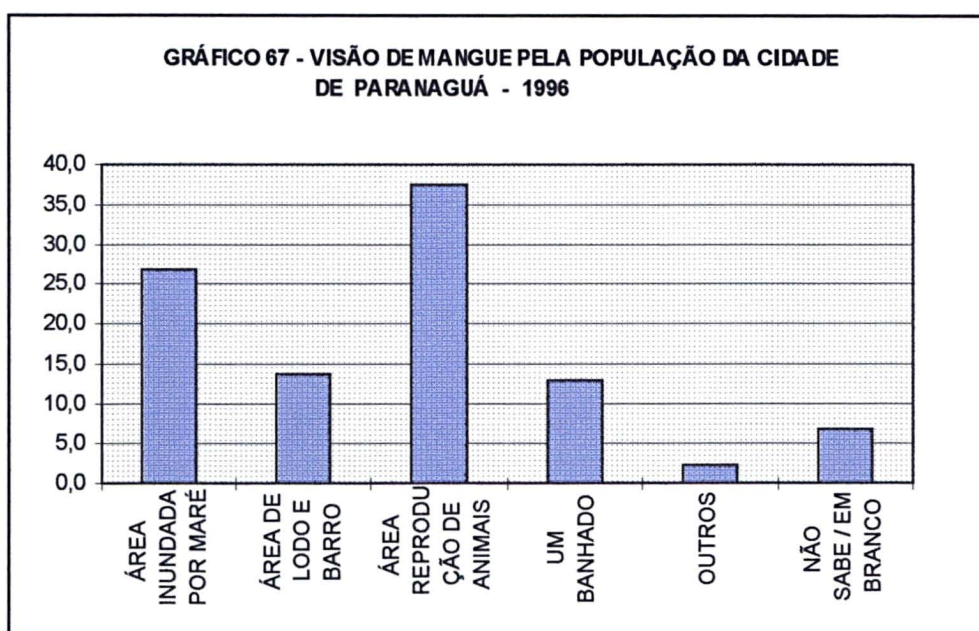
**GRÁFICO 66 - PRINCIPAIS ASSUNTOS DISCUTIDOS NAS ASSOCIAÇÕES
DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ - 1996**



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades e consulta a alguns Livro Ata.
ANO: 1996. LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

4.4.9.8. Compreensão de mangue pela população da Cidade de Paranaguá

Mais da metade da população entrevistada (64,4%) compreende o mangue como área de reprodução de caranguejos e outros animais (37,6%) ou área inundada pelas maré (26,8%); outros 26,6% consideram o mangue como área de lodo/barro (13,8%) ou banhado (12,8%); somente 6,7% dos entrevistados não sabem o que é o mangue ou não responderam a esta questão e 2,3% têm compreensão diferenciada do mangue. No entanto, os dados sugerem que em torno de 36,0% da população amostrada necessita de maiores e melhores informações sobre os manguezais (GRÁFICO 67).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Pela Resolução CONAMA número 004, de 18/09/85, o termo manguezal era definido como “ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos sujeitos à ação das marés localizadas em áreas relativamente abrigadas e formado por vasas lodosas recentes às quais associam comunidades vegetais características.”⁷⁴⁷ Mais tarde, esta definição foi revogada e substituída pela que consta na Resolução CONAMA número 10, de 1º/10/93, e que diz:

I - Manguezal - vegetação com influência flúvio-marinha, típica de solos limosos de regiões estaurinas e dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e Santa Catarina. Nesse ambiente halófito, desenvolve-se uma flora especializada, ora dominada por gramíneas (*Spartina*) e amarilidáceas (*Crinum*), que lhe conferem uma fisionomia herbácea, ora dominada por espécies arbóreas dos gêneros *Rhizophora*,

⁷⁴⁷ PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1996. F - R - 004/85 - p. 2.

Lagunculária e Avicennia. De acordo com a dominância de cada gênero, o manguezal pode ser classificado em mangue vermelho (Rhizophora), mangue branco (Laguncularia) e mangue siriúba (Avicennia), os dois primeiros colonizando os locais mais baixos e o terceiro os locais mais altos e mais afastados da influência das marés. Quando o mangue penetra em locais arenosos denomina-se mangue seco.⁷⁴⁸

São definições técnicas complexas que fogem ao senso comum; no entanto, com base nelas pode-se considerar como compreensões mais acertadas as de que o mangue é “área inundada por maré” e “área de reprodução de caranguejos e outros animais”.

Ainda com base nos dados da enquête interdisciplinar, nota-se, pela TABELA 56, que, nas zonas um (49,3%), três (44,6%) e quatro (37,2%), predomina a compreensão de mangue como área de reprodução de caranguejos e outros animais; nas zonas dois (30,2%) e cinco (35,5%) predomina a compreensão de mangue como área inundada pelas marés. Esta visão de mangue aparece em segunda posição nas zonas um (25,4%) e três (24,8%) e, na zona quatro, há uma equivalência (19,9% em média) com a compreensão de mangue como área de lodo e barro; nas zonas dois (27,8%) e cinco (30,6%), fica em segunda posição a visão de mangue como área de reprodução de caranguejos e outros animais, havendo, no entanto, uma equivalência de percentuais, na zona cinco, com a compreensão de mangue como área de banhado (29,0%). Os maiores percentuais de resposta “não sabe/ em branco” estão nas zonas dois e três, em média 9,4%.

TABELA 56 - VISÃO DE MANGUE DA POPULAÇÃO E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

VISÃO DE MANGUE	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Área Inundada por Maré	35	25,4	62	30,2	30	24,8	22	19,5	22	35,5	171	26,8
Área Lodo e Barro	11	8,0	39	19,0	12	9,9	23	20,4	3	4,8	88	13,8
Área Reprodução de Animais	68	49,3	57	27,8	54	44,6	42	37,2	19	30,6	240	37,6
Não Sabe/Em Branco	5	3,6	20	9,8	11	9,1	7	6,2	0	0,0	43	6,7
Outros	3	2,2	0	0,0	3	2,5	9	8,0	0	0,0	15	2,3
Um Banhado	16	11,6	27	13,2	11	9,1	10	8,8	18	29,0	82	12,8
Total	138	100,0	205	100,0	121	100,0	113	100,0	62	100,0	639	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Quanto aos bairros (ANEXO 39 - TABELA 9), a compreensão de mangue como área de reprodução de caranguejo e outros animais está presente em todos os bairros, com exceção de: 29 de Julho, Industrial, Parque de Triagem e Vila Paranaguá, os maiores percentuais desta visão estão nos bairros: Vila São Carlos, Leblon e Vila do Povo, com 100,0% cada. Pelo menos dois destes três locais são áreas de manguezais invadidas e aterradas.

⁷⁴⁸ Idem, F - R - 10/93. p. 3-4.

O mangue como área inundada pelas marés apresenta percentuais em quase todos os bairros, com exceção de: 29 de Julho, Leblon, Parque de Triagem, Rocio, Vila do Povo e Vila São Carlos; já os maiores percentuais ocorrem em: Vila Industrial (100,0 %) e Centro Histórico (71,4%).

A compreensão de mangue como lodo e barro apresenta os maiores percentuais nos bairros: Vila Cruzeiro (45,5%), Vila Paranaguá (44,4%), Porto dos Padres (34,0%), Rocio (33,3%), Aeroporto (33,3%) e Padre Jackson (29,4%).

O mangue como um banhado tem percentuais mais altos nos bairros: 29 de Julho (100,0%), Vila Bela (Ilha dos Valadares, com 40,0%), Costeira (37,0%), Rocio (33,3%) e Jardim América (30,8%).

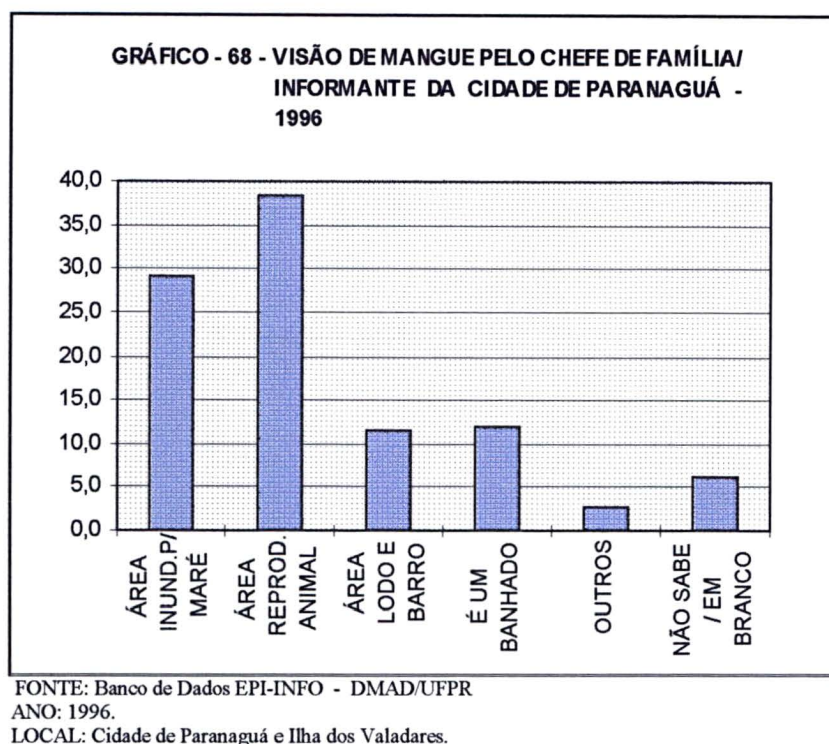
Embora sendo bem poucos os bairros que não responderam a esta questão, as resposta de não sabe/em branco têm os maiores percentuais nos bairros: Vila Itiberê (30,0%), Ponta do Caju (25,0%), Santos Dumont (23,5%), Estradinha (19,2%).

De um modo geral, a população compreende o que é o mangue, sua importância para a reprodução de caranguejos e outros animais; no entanto, continua destruindo-o, quer seja por necessidade de moradia, quer seja seguindo o exemplo de órgãos do Governo (Porto, Prefeitura, etc.) ou indústrias (Fospar e outras).

4.4.9.9 Compreensão de mangue pelo chefe de família (informante)⁷⁴⁹ da cidade de Paranaguá

Da mesma forma que a população em geral, também entre os chefes de família (informantes) da cidade de Paranaguá, predomina a compreensão de mangue como área de reprodução de caranguejos e outros animais (38,3%), vindo em seguida a visão de mangue como área inundada pelas maré (29,2%); em média, 11,7% dos chefes de família (informantes) consideram o mangue como área de lodo/barro ou banhado; somente 6,2% dos entrevistados não sabem o que é o mangue ou não responderam a esta questão e 2,9% têm compreensão diferenciada do mangue (GRÁFICO 68).

⁷⁴⁹ As informações da enquête ampla domiciliar da pesquisa interdisciplinar foram obtidas através da pessoa entrevistada nos 639 domicílio, a qual nem sempre era o chefe de família. A referência ao chefe/informante diz respeito às informações obtidas com os 209 chefes de família entrevistados (informantes).



4.4.9.10 Compreensão de mangue e local de nascimento do chefe de família/informante da cidade de Paranaguá

A compreensão de mangue como área de reprodução de caranguejos e outros animais predomina entre os chefes de família (Informantes) nascidos em Antonina (50,0%), Morretes (62,5%), Outros Estados do Brasil e Outros Países (37,1%), Outros Municípios do Paraná (40,0%), Paranaguá (40,7%) e Guaratuba (onde há uma equivalência em 50,0% com área de lodo e barro). Mangue visto como área inundada pelas marés apresenta os maiores percentuais entre os chefes de família nascidos em Curitiba (41,7%) e Outros Municípios da Região Metropolitana de Curitiba (40,0%). Entre os chefes de família (Informantes) nascidos em Matinhos, a única compreensão de mangue registrada foi a de ser um banhado (100,0%). Os chefes de família (Informantes) nascidos em Guaraqueçaba apresentam equivalência de percentuais de 28,6% entre a visão de mangue como área de lodo e barro e as respostas não sabe/em branco (TABELA 57).

Mesmo sendo conhecido pela maioria dos chefes-informantes, chama a atenção percentuais acima de 10,0% nas visões de outro, banhado e não sabe/em branco entre os nascidos em municípios do litoral do Paraná (Morretes, Matinhos, Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá), sugerindo a necessidade de maiores informações sobre este micro-ecossistema local; bem como, a assimilação de uma visão do processo de degradação em que se encontra grande parte dos manguezais na cidade de Paranaguá.

TABELA 57 - COMPREENSÃO DO USO DO MANGUE E LOCAL DE NASCIMENTO DO CHEFE DE FAMÍLIA/ INFORMANTE DA CIDADE DE PARANAGUÁ -1996

LOCAL DE NASCIMENTO	VISÃO												TOTAL	
	INUND. P/ MARÉ		LODO / BARRO		REPROD. ANIM.		N. SABE / EM BRAN.		OUTROS		BANHADO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
DO CHEFE														
Antonina	1	25,0	0	0,0	2	50,0	1	25,0	0	0,0	0	0,0	4	100,0
Curitiba	5	41,7	1	8,3	3	25,0	1	8,3	1	8,3	1	8,3	12	100,0
Guaraqueçaba	3	21,4	4	28,6	3	21,4	4	28,6	0	0,0	0	0,0	14	100,0
Guaratuba	0	0,0	1	50,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0
Matinhos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0
Morretes	0	0,0	2	25,0	5	62,5	0	0,0	1	12,5	0	0,0	8	100,0
Outros Estados	10	28,6	4	11,4	13	37,1	3	8,6	2	5,7	3	8,6	35	100,0
Outros Mun. do Paraná	5	25,0	3	15,0	8	40,0	0	0,0	1	5,0	3	15,0	20	100,0
Outros Mun. R. M. Ctba.	2	40,0	1	20,0	1	20,0	0	0,0	0	0,0	1	20,0	5	100,0
Paranaguá	35	32,4	8	7,4	44	40,7	4	3,7	1	0,9	16	14,8	108	100,0
Total	61	29,2	24	11,5	80	38,3	13	6,2	6	2,9	25	12,0	209	100,0
													(*)	

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

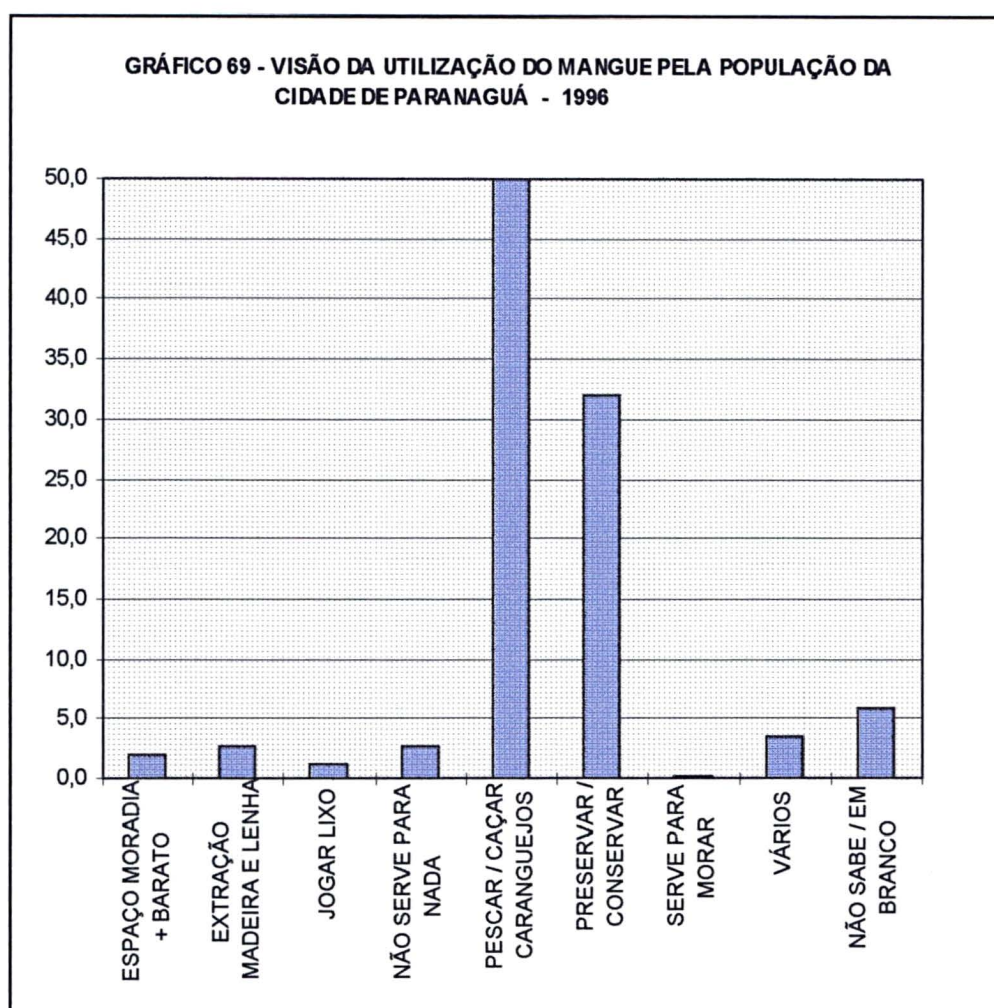
LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

NOTA: Este total de 209 diz respeito somente aos chefes de família/informantes, ou seja, aqueles que foram entrevistados diretamente.

4.4.9.11 Compreensão da utilização do mangue pela população da cidade de Paranaguá

Quanto ao uso do mangue, 50,0% dos entrevistados responderam que o mangue serve para caçar caranguejo e pescar; 31,9% disseram que o mangue é área de preservação e/ou conservação; 2,7% responderam que o mangue não serve para nada ou que serve para extrair madeira/lenha; 2,2% compreendem o uso do mangue como espaço de moradia mais barato ou como local para morar; 1,3% dos entrevistados responderam que o mangue serve para jogar lixo; 3,5% têm compreensão de que o mangue serve para outros usos (variados) e 5,8% responderam que não sabem para que serve o mangue ou deixaram em branco esta questão.

No GRÁFICO 69 vê-se que pelo menos 18,0% da população amostrada necessita de maiores e melhores informações sobre o uso dos manguezais; mas este percentual está abaixo daquele que se refere ao pouco ou não conhecimento do mangue (cerca de 36,0%).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Quanto às zonas, a visão da utilização do mangue como local para caçar caranguejo e pescar predomina em todas as zonas, com percentuais que variam entre 46,0% e 53,2%; em segunda posição, também em todas as zonas, está a visão de uso do mangue como área de preservação e/ou conservação, com percentuais variando entre 21,2% e 39,1%. A compreensão da utilização do mangue como espaço de moradia mais barato apresenta o maior percentual na zona cinco (9,7%), como espaço para morar, aparece unicamente na zona três (0,8%) e como local para extrair madeira/lenha, ocorre com maior percentual na zona quatro (7,1%). A utilização do mangue como local para jogar lixo, só aparece nas zonas três e quatro com percentuais de 3,3% e 3,5% respectivamente. O mangue como não servindo para nada tem o maior percentual na zona um (5,1%); compreensão variada de mangue têm o maior percentual na zona quatro (7,1%) e respostas não sabe/em branco, na zona três (11,6%) - (TABELA 58).

TABELA 58 - VISÃO DA UTILIZAÇÃO DO MANGUE PELA POPULAÇÃO E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

CIDADE DE PARANAGUA - 1990													
UTILIZAÇÃO DO MANGUE		ZONAS										TOTAL	
		UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
		F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Não Sabe/Em Branco	2	1,4	18	8,9	14	11,6	3	2,7	0	0,0	37	5,8	
Espaço Moradia Barato	1	0,7	3	1,5	1	0,8	2	1,8	6	9,7	13	2,0	
Extr. Madeira e Lenha	3	2,2	5	2,5	1	0,8	8	7,1	0	0,0	17	2,7	
Jogar Lixo	0	0,0	0	0,0	4	3,3	4	3,5	0	0,0	8	1,3	
Não Serve para Nada	7	5,1	4	2,0	2	1,7	4	3,5	0	0,0	17	2,7	
Pescar/Caranguejos	68	49,3	93	46,0	64	52,9	60	53,1	33	53,2	318	50,0	
Preserv./Conservação	52	37,7	79	39,1	27	22,3	24	21,2	21	33,9	203	31,9	
Serve para Morar	0	0,0	0	0,0	1	0,8	0	0,0	0	0,0	1	0,2	
Variados	5	3,6	0	0,0	7	5,8	8	7,1	2	3,2	22	3,5	
Total	138	100,0	202	100,0	121	100,0	113	100,0	62	100,0	636 (*)	100,0	

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

NOTA: Embora tenham sido levantados dados de 639 informantes, o Banco de Dados EPI-INFO do DMAD/UFPR registra, em relação a este item, o total de 636, ou seja, três informantes da zona dois não estão computados neste total.

Em relação aos bairros, observa-se no ANEXO 40 - TABELA 10 que a visão da utilização de mangue como local para caçar caranguejo e pescar está presente em todos bairros, com exceção do Industrial e do Parque de Triagem; os maiores percentuais desta visão estão nos bairros: 29 de Julho, Vila do Povo e Vila Rute, com equivalência de percentual em 100,0%, vindo em seguida Vila Portuária (83,3%), Jardim Araçá (80,0%) e Cunha-Porã (80,0%).

O mangue como área de preservação/conservação também apresenta percentuais em quase todos os bairros, com exceção de: 29 de Julho, Asa Branca, Parque de Triagem, Vila do Povo, Vila Rute e Vila São Carlos; já os maiores percentuais ocorrem no: Vila Industrial (100,0 %) e Eldorado (75,0%).

A compreensão da utilização do mangue como espaço de moradia mais barato apresenta o maior percentual (25,0%) na Asa Branca, seguida da Vila Sete de Setembro na Ilha dos Valadares (22,2%), Tuiuti (20,0%), Vila Itiberê (10,0%) e Emboguaçu (7,7%); no Parque São João, Porto dos Padres, Vila Guarani, Vila Bela e Bairro Itiberê Valadares (ambos na Ilha dos Valadares) apresenta percentuais abaixo de 5,0%.

O uso do mangue como local para extrair madeira/lenha aparece com maior percentual na Vila Guarani (14,3%), seguido do bairro Ponta do Caju (12,5%) e com equivalência de percentuais (em média 11,6%) na Estradinha e Padre Jackson; e, ainda, com percentuais variando entre 8,7% e 3,7% estão Jardim Nova Iguaçu, Bockmann, Porto dos Padres, Costeira e Jardim Guaraituba.

O mangue usado como local para jogar lixo só ocorre nos seguintes locais: Ponta do Caju (12,5%), Jardim Samambaia (8,3%), Emboguaçu (7,7%), Vila dos Comerciários (6,1%), Jardim Nova Iguaçu (4,3%) e Jardim Guaraituba (3,8%).

O mangue como não servindo para nada tem o maior percentual na Estradinha (23,1%), seguido de Oceania (16,7%) e Ponta do Caju (12,5%), com percentuais variando entre 7,7% a 5,9% estão Jardim América, Jardim Guaraituba, Costeira e Santos Dumont.

Com usos variados os maiores percentuais estão na Vila Alboitt (33,3%), Vila Primavera e Vila São Carlos (com 25,0% cada), Jardim Samambaia (16,7%), Parque São João e Cunha Porã, com 10,4% em média.

A visão da utilização do mangue como local para morar só aparece no bairro Conjunto Santos Dumont (5,9%).

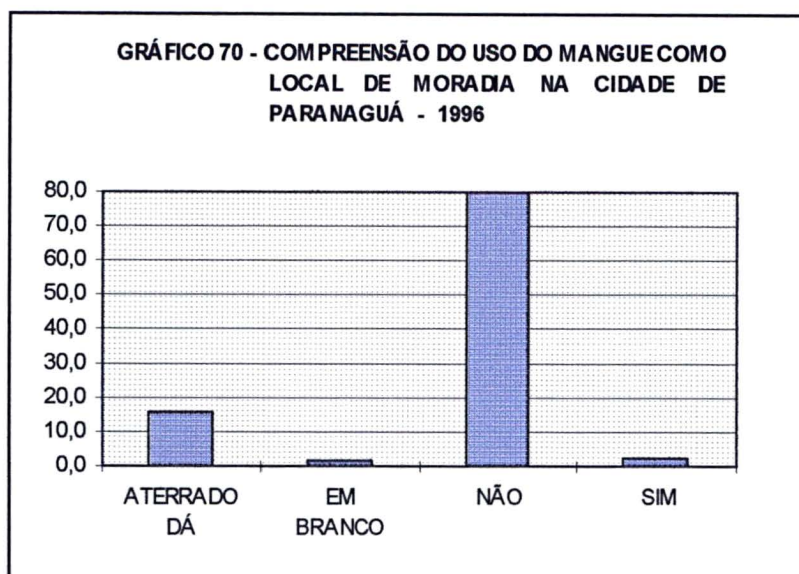
As resposta de não sabe/em branco têm os maiores percentuais nos bairros: Parque de Triagem (100,0%), Vila dos Comerciários (24,2%), Vila Itiberê (20,0%), Porto dos Padres (18,0%), Padre Jackson (17,6%), Vila Guarani (14,3%) e Vila Paranaguá (11,1%) e em outros oito bairros com percentuais abaixo de 8,5%.

Embora vários locais da cidade de Paranaguá apresentem processo de degradação dos manguezais, observa-se que os maiores percentuais de não compreensão da importância e função do mangue estão nos bairros Estradinha e Ponta do Caju, e com uma visão extrativista do mesmo, as Vilas Guarani e Padre Jackson.

4.4.9.12 Compreensão do uso do mangue como local de moradia pela população da cidade de Paranaguá

Em relação à pergunta: “O mangue serve para morar?”, 79,8% dos entrevistados responderam que **não**; 16,0% responderam que aterrado dá; 2,5% disseram que **sim**, ou seja, dá para morar no mangue e 1,7% não responderam a esta questão (GRÁFICO 70).

Somando os percentuais de aterrado dá com sim (no mangue dá para morar), obtém-se 18,5%, ou seja, praticamente o mesmo percentual da população amostrada que necessita de maiores e melhores informações sobre o uso dos manguezais (GRÁFICO 69).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Segundo depoimento do ex-Prefeito de Paranaguá José Vicente Elias, a vida no mangue não é boa e é exatamente por não ser boa que é necessário destruí-lo, aterr-lo. “Você tem que fazer o aterro, porque a vida no mangue sem o trabalho de saneamento é uma vida insalubre, uma vida imprópria. Ela não oferece condições de vida.” E acrescenta dizendo que é justamente nesta questão que vem o confronto entre os ambientalistas e a autoridade, pois esta vai dar condições de vida humana ao cidadão que mora próximo ao manguezal aterrando-o, asfaltando e colocando calçada encima do mangue e quando chega neste ponto o mangue já está totalmente poluído, destruído.⁷⁵⁰

Para muitos ambientalistas, a população deve reivindicar condições de moradia, condições de vida fora do mangue, pois morar no mangue é não garantir seus direitos de cidadania. Preservar o mangue e todas as vidas que ele contém é um direito e um dever do cidadão.

Vicente Elias defende que se deve preservar/revitalizar/repôr ou manter o mangue que não esteja ainda sob esse tipo de influência; mas, o mangue que está ao lado da cidade, é difícil mantê-lo, pois ele já perdeu o seu sentido, uma vez que foi invadido pela população. “ou, então, você tem que reduzir a expansão da cidade. Você tem que evitar o crescimento da cidade. Você tem que evitar o crescimento da população da cidade para você respeitar isso.”⁷⁵¹

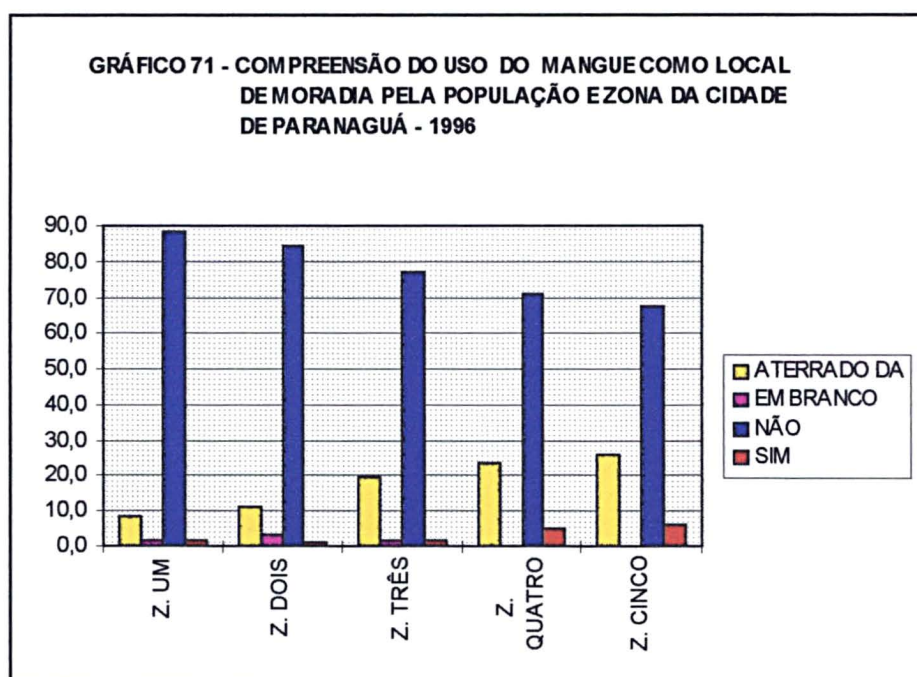
⁷⁵⁰ Depoimento obtido através de entrevista gravada em 10 de setembro de 1998, com o ex-Prefeito de Paranaguá José Vicente Elias.

⁷⁵¹ Idem.

Vale lembrar que a população que invade o mangue para morar, geralmente, é a mais excluída da sociedade. Invade-o para fugir do aluguel; porque não pode pagar o financiamento da casa própria com altas prestações; porque está desempregada ou subempregada. Em Paranaguá, os maiores percentuais de chefes de família moradores na zona quatro (Franjas insalubres) são de parnanguaras, de faixas etárias inferiores a 40 anos e que moram naquele local há menos de 15 anos. O mangue também é aterrado para a instalação de indústrias, do porto, de áreas de lazer (Ginásio Poliesportivo), há o aterro do mercado, etc.

No que diz respeito às zonas (GRÁFICO 71), o mangue entendido como um local não favorável à moradia apresenta os maiores percentuais em todas as zonas da cidade de Paranaguá, os quais variam de 67,7% (zona cinco) a 88,4% (zona um). A compreensão de que aterrado dá para morar no mangue tem percentuais crescentes da zona um à cinco, sendo que os maiores percentuais são: 25,8% (zona cinco), 23,9% (zona quatro) e 19,8% (zona três). O mangue como local possível de moradia predomina nas zonas: cinco (6,5%) e quatro (5,3%); nas demais, os percentuais são iguais ou inferiores a 1,7%. Respostas não sabe/em branco aparecem somente nas zonas: dois (3,4%), três (1,7%) e quatro (1,4%).

Embora baixos, mas superiores aos das demais, as zonas cinco (Ilha dos Valadares) e quatro (Franjas insalubres) são as que têm os maiores percentuais de informantes que concordam ser possível viver no mangue e é nestas zonas também que vive maior número de pessoas em áreas de manguezais.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.
LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Quanto aos bairros (ANEXO 41 - TABELA 11), a compreensão de que no mangue não dá para morar ocorre em todos os bairros, sendo que os menores percentuais estão na Ponta do Caju e Vila Sete de Setembro na Ilha dos Valadares, ambos com 50,0%; nos demais, os percentuais estão acima de 60,0%.

A compreensão de que aterrado dá para morar no mangue aparece em vários bairros, no entanto, os maiores percentuais estão nos bairros: Vila Sete de Setembro na Ilha dos Valadares (50,0%), Ponta do Caju (37,5%), Vila do Povo (33,3%), Vila Rute (33,3%) e Vila dos Comerciantes (30,3%); nos demais bairros os percentuais ficam abaixo de 30,0%.

Responderam que no mangue dá para morar os entrevistados dos bairros: Tuiuti (20,0%), Vila Bela na Ilha dos Valadares (15,0%), Ponta do Caju (12,5%), Santos Dumont (11,8%) e, ainda, com percentuais variando entre 9,1% e 5,0% estão: São Vicente, Jardim Nova Iguaçu, Emboguaçu, Vila Guarani, Vila Cruzeiro, Bairro Itiberê na Ilha dos Valadares, Costeira e Porto dos Padres; nos demais, nada foi registrado em relação a esta questão.

Respostas não sabe/em branco só aparecem no Rocio (33,3%), Porto dos Padres (12,0%), Jardim América (7,7%), Vila Guarani (4,8%), Estradinha (3,8%) e Vila dos Comerciantes (3,0%).

Os mesmos comentários feitos anteriormente também explicam o uso do mangue como local de moradia no diz respeito aos bairros.

4.4.9.13 Compreensão do uso do mangue como local de moradia pelo chefe de família/informante da cidade de Paranaguá

Quanto à questão: “O mangue serve para morar?”, 76,6% dos chefes de família entrevistados responderam que não; 18,7% responderam que aterrado dá; houve uma equivalência de percentuais em 2,4% entre os que disseram sim, ou seja, dá para morar no mangue e as respostas em branco.

Estes percentuais são equivalentes àqueles da população em geral (GRÁFICO 70).

4.4.9.14 Compreensão do uso do mangue como local de moradia e local de nascimento do chefe de família/Informante da cidade de Paranaguá

A compreensão do uso do mangue como **não sendo** local adequado para moradia é unânime (100,0%) entre os chefes de família/informantes nascidos em Antonina, Guaratuba e Matinhos; nos demais locais, os percentuais são superiores a 72,2%.

A compreensão de que, se aterrar, dá para morar no mangue (TABELA 59) apresenta os maiores percentuais entre os chefes de família (informantes) nascidos em

Morretes (25,0%), Paranaguá (22,2%) e Outros Municípios da Região Metropolitana de Curitiba (20,0%).

Responderam que no mangue dá para morar, os chefes de família (informantes) nascidos em: Curitiba (8,3%), Outros Estados do Brasil e Outros Países (2,9%) e Paranaguá (2,8%); nos demais locais, nada foi registrado em relação a esta questão.

As resposta não sabe/em branco ocorreram apenas entre os chefes de família nascidos em Guaraqueçaba (7,1%), Outros Estados do Brasil e Outros Países (2,9%) e Paranaguá (2,8%).

TABELA 59 - COMPREENSÃO DO USO DO MANGUE COMO LOCAL DE MORADIA E LOCAL DE NASCIMENTO DO CHEFE DE FAMÍLIA/INFORMANTE DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

LOCAL DE NASCIMENTO DO CHEFE DE FAMÍLIA	USO								TOTAL	
	ATERRADO DÁ		EM BRANCO		NÃO		SIM			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Antonina	0	0,0	0	0,0	4	100,0	0	0,0	4	100,0
Curitiba	2	16,7	0	0,0	9	75,0	1	8,3	12	100,0
Guaraqueçaba	2	14,3	1	7,1	11	78,6	0	0,0	14	100,0
Guaratuba	0	0,0	0	0,0	2	100,0	0	0,0	2	100,0
Matinhos	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Morretes	2	25,0	0	0,0	6	75,0	0	0,0	8	100,0
Outros Estados	5	14,3	1	2,9	28	80,0	1	2,9	35	100,0
Outros Mun. do Paraná	3	15,0	0	0,0	17	85,0	0	0,0	20	100,0
Outros Mun. R. M. Ctba.	1	20,0	0	0,0	4	80,0	0	0,0	5	100,0
Paranaguá	24	22,2	3	2,8	78	72,2	3	2,8	108	100,0
Total	39	18,7	5	2,4	160	76,6	5	2,4	209 (*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

NOTA: Este total 209 refere-se somente aos chefes de família informantes, ou seja, àqueles que foram entrevistados diretamente.

4.4.9.15 Visão de mangue e grau de escolaridade da população na cidade de Paranaguá

A visão predominante em todos os graus de escolaridade é a de mangue como área de reprodução de animais (TABELA 60), com percentuais que variam de 35,4% a 46,3%; em segunda posição, em todos os graus de escolaridade, está a compreensão de mangue como área inundada por maré, cujos percentuais vão de 26,0% a 31,7%; a compreensão de mangue como área de lodo e barro tem equivalência de percentual com área inundada por maré e fica na segunda posição (18,2%) em outro grau de escolaridade (alfabetização de adultos, por exemplo).

TABELA 60 - VISÃO DE MANGUE E GRAU DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

VISÃO DE MANGUE	ESCOLARIDADE								TOTAL	
	ENS. FUNDAM.		ENS. MÉDIO		ENS. SUPERIOR		OUTRO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Área Inundada por Maré	108	26,0	38	27,9	13	31,7	6	18,2	165	26,4
Área de Lodo e Barro	63	15,2	17	12,5	0	0,0	6	18,2	86	13,8
Área de Reprodução de Animais	147	35,4	57	41,9	19	46,3	13	39,4	236	37,8
Não Sabe/Em Branco	31	7,5	4	2,9	2	4,9	5	15,2	42	6,7
Outros	11	2,7	2	1,5	1	2,4	1	3,0	15	2,4
Um Banhado	55	13,3	18	13,2	6	14,6	2	6,1	81	13,0
Total	415	100,0	136	100,0	41	100,0	33	100,0	625 (*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

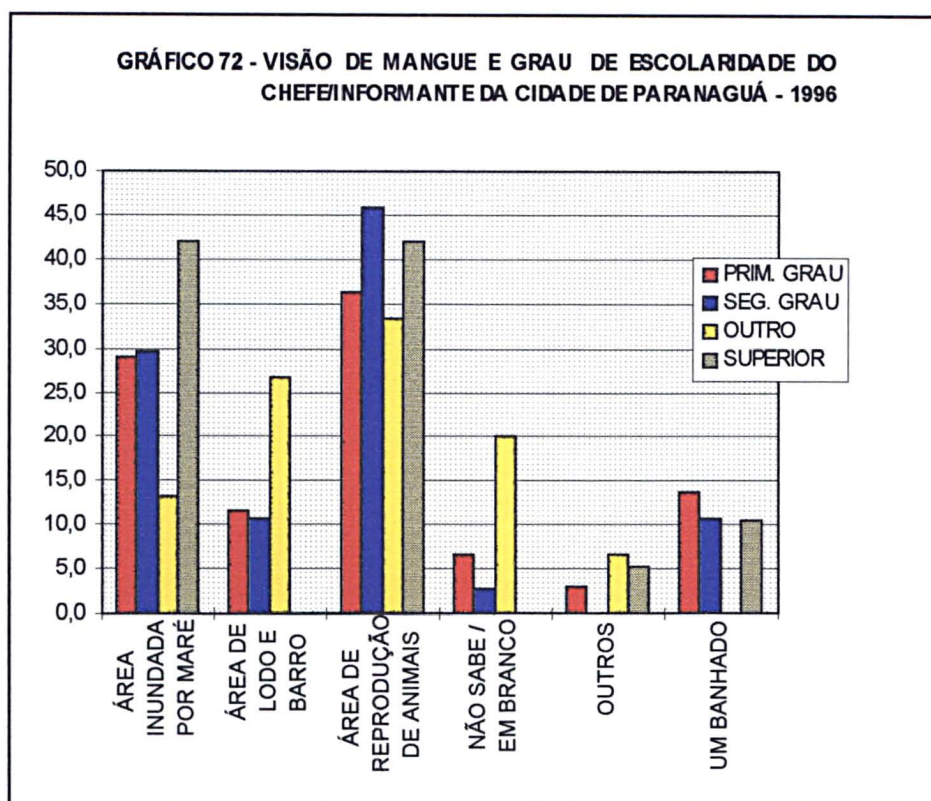
LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

NOTA: Embora tenham sido levantados dados de 639 informantes, o Banco de Dados EPI-INFO do DMAD/UFPR registra, para este item, o total de 625, ou seja, em 14 instrumentos o grau de escolaridade do informante é ignorado. Ver também TABELA 56.

4.4.9.16 Visão de mangue e grau de escolaridade do chefe/Informante na Cidade de Paranaguá

A visão predominante do chefe/informante da cidade de Paranaguá, em 1996, em todos os graus de escolaridade é a de que o mangue é uma área de reprodução de animais, com percentuais que variam de 33,3% a 42,1%, sendo que, em relação à escolaridade de nível superior do chefe de família, há uma equivalência de percentuais (42,1%) entre esta primeira compreensão e a de que o mangue é uma área inundada por maré. Esta última visão aparece em segunda posição nos graus de escolaridade de Ensino Fundamental (29,0%) e Médio (29,7%); no nível superior, está em segundo lugar, a compreensão de mangue como um banhado, com 10,5%. Nenhum informante de nível superior respondeu que mangue é área de lodo ou barro e todos responderam a esta questão. O maior percentual de respostas não sabe/em branco está em outro grau de escolaridade (GRÁFICO 72).

Percebe-se que um melhor conhecimento do mangue dá-se em todos os níveis de ensino do chefe/informante da cidade de Paranaguá, porém com maiores diferenças em relação a outro grau de escolaridade, sugerindo ser este o nível que apresenta as maiores carências de informação quanto a este assunto.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

4.4.9.17 Conhecimento da restinga pela população da Cidade de Paranaguá

O termo **restinga** é pouco conhecido pela população de Paranaguá, pois 88,6% responderam que nunca ouviram falar de restinga; 10,3% responderam que **sim** (já ouviram falar em restinga) e 1,1% não responderam a esta questão (TABELA 61).

Em relação às zonas, observa-se que a zona um é a que apresenta maior percentual de respostas afirmativas sobre o conhecimento da restinga (18,8%), vindo em seguida a zona cinco (12,9%), a zona três (11,6%) e a zona quatro (8,8%). A zona dois é a que apresenta maior percentual dos que não conhecem a restinga (95,1%). As respostas em branco foram registradas em somente duas zonas: um (3,6%) e dois (1,0%).

TABELA 61 - CONHECIMENTO DE RESTINGA PELA POPULAÇÃO E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

RESTINGA	CIDADE DE PARANAGUA - 1990											TOTAL	
	ZONAS												
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO		F	%	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	
Em Branco	5	3,6	2	1,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	1,1	
Não	107	77,5	195	95,1	107	88,4	103	91,2	54	87,1	566	88,6	
Sim	26	18,8	8	3,9	14	11,6	10	8,8	8	12,9	66	10,3	
Total	138	100,0	205	100,0	121	100,0	113	100,0	62	100,0	639	100,0	

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Quanto aos bairros (ANEXO 42 - TABELA 12), nota-se que o maior percentual de respostas afirmativas sobre o conhecimento de **restinga** (42,9%) está no Centro Histórico, vindo em seguida a Vila Guadalupe (37,5%) e as Vilas Alboitt e Rute com equivalência de percentuais em 33,3%; com percentuais próximos estão Leblon (25,0%) e Costeira (22,2%); há equivalência de percentuais em 20,0% entre Alvorada, Tuiuti e Vila Bela (Ilha dos Valadares); nos demais bairros os percentuais ficam abaixo de 20,0%.

Em relação às respostas negativas, ou seja, não conhecimento da **restinga**, aparecem com altos percentuais em todos os bairros, sendo que os menores estão no Rocio (33,3%) onde predominam as respostas em branco (66,7%) e no Centro Histórico, que apresenta o mesmo percentual de respostas afirmativas (42,9%).

As respostas em branco só ocorrem em cinco bairros: Rocio (com 66,7%), Centro Histórico (14,3%), Estradinha (7,7%), Eldorado (5,0%) e Porto dos Padres 2,0%.

Os percentuais dos bairros mantém relação com os das zonas, pois os maiores percentuais de respostas afirmativas sobre o conhecimento da **restinga** estão em bairros das zonas um e cinco. No caso da Costeira e Vila Rute, além de pertencerem à zona um, também ocupam áreas na zona dois, só que em menor proporção. Na zona um estão os maiores percentuais de escolaridade de ensino superior e de leitores de jornais, o que indica um melhor nível de informação; bem como, os maiores percentuais de chefes de família com tempo de moradia há mais de 36 anos no respectivo local, ou seja, os mais antigos. (GRÁFICOS 16 e 35).

No entanto, não basta ter conhecimento do termo **restinga**; é necessário saber se a compreensão de **restinga** está correta. Isso será abordado um pouco mais adiante.

4.4.9.18 Conhecimento da **restinga** pelo chefe de família/informante da Cidade de Paranaguá

Em relação aos 209 (32,7%) chefes/informantes de família entrevistados, 89,0% responderam que não conhecem a **restinga** e somente 10,0% disseram que a conhecem; as respostas em branco representam 1,0% (GRÁFICO 73).

Estes percentuais são, praticamente, equivalentes àqueles da população em geral (TABELA 61) e confirmam o desconhecimento do termo **restinga**.

Segundo a doutoranda Maria Esmeralda Santos de MORAES⁷⁵², não há um consenso teórico em relação às definições do termo **restinga**; no entanto, as que melhor contemplam o significado do mesmo são as apresentadas pela Fundação Estadual de

⁷⁵² MORAES, Tese de Doutorado/UFPR, 1999. (inédito)

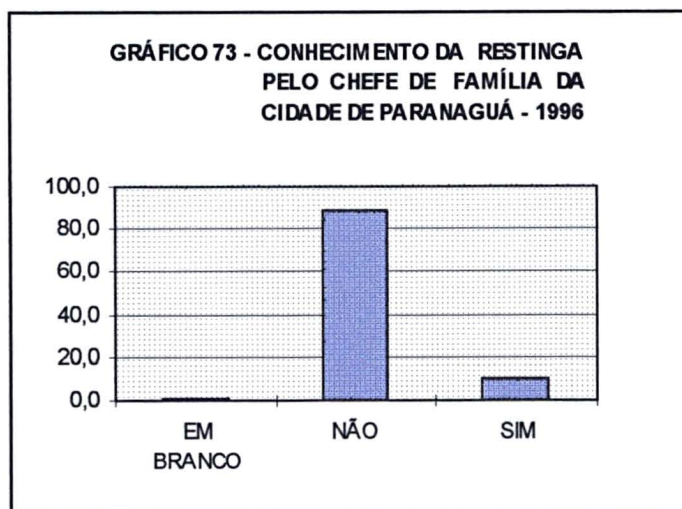
Engenharia do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (FEEMA) e pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Para a FEEMA, o termo **restinga** significa “acumulações arenosas litorâneas de formas geralmente alongadas e paralelas à linha de costa, produzidas pelo empilhamento de sedimentos transportados pelo mar.”⁷⁵³

Pela Resolução CONAMA número 004, de 18/09/85, o termo restinga também se refere à “acumulação arenosa litorânea, paralela à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzida por sedimentos transportados pelo mar, onde se encontram associações vegetais mistas características, comumente conhecidas como vegetação de restinga.”⁷⁵⁴ Esta definição foi revogada pela Resolução CONAMA número 10, de 1º/10/93, tendo sido substituída pela seguinte:

II - Restinga - vegetação que recebe influência marinha, presente ao longo do litoral brasileiro, também considerada comunidade edáfica, por depender mais da natureza do solo do que do clima. Ocorre em mosaico e encontra-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado.⁷⁵⁵

Tanto o mangue como a restinga têm definições técnicas complexas e para a análise dos dados da enquête interdisciplinar serão consideradas mais acertadas as compreensões de restinga como “é um capoeirão” ou “é um mato”.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.
LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

⁷⁵³ MORAES, Tese de Doutorado/UFPR, 1999. (inédito)

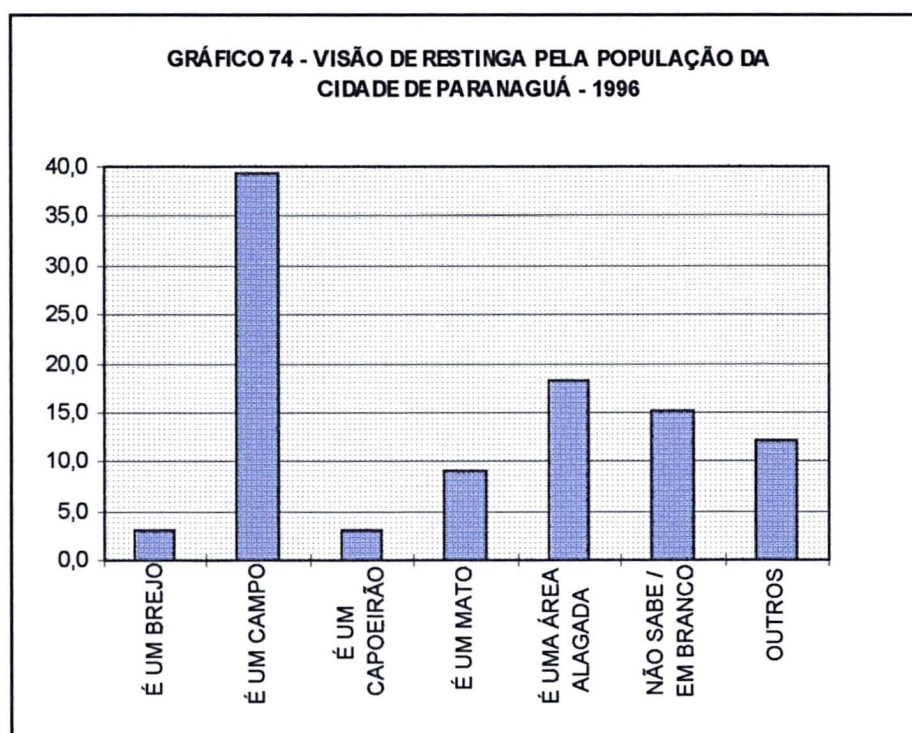
⁷⁵⁴ Idem; PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1996. F - R - 004/85 - p. 2.

⁷⁵⁵ PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1996. F - R - 10/93 - p. 4.

4.4.9.19 Visão de restinga pelos que conhecem o termo na cidade de Paranaguá

Dos 10,3% da população amostrada (66 pessoas) que responderam já ter ouvido falar em restinga, 39,4% têm a compreensão de que restinga é um campo; 18,2%, de que é uma área alagada; 9,1%, de que é um mato; 3,0%, de que é um capoeirão ou de que é um brejo; 12,1% têm outra compreensão de restinga (Outros) e 15,2% não responderam ou não sabem, apesar de já ter ouvido falar nesse termo (GRÁFICO 74 e TABELA 62).

O percentual da população amostrada que vê a restinga como sendo uma área alagada (18,2%) está bem próximo dos percentuais em relação à compreensão de mangue como local de moradia, ou seja, da soma dos percentuais das respostas **aterrado dá com sim** (no mangue dá para morar), obtendo-se 18,5% que é, praticamente, o mesmo percentual da população amostrada que necessita de maiores e melhores informações sobre o uso dos manguezais (GRÁFICO 69).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR
ANO: 1996.
LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Em relação às zonas, nota-se que a visão de restinga como um campo predomina nas zonas: um (38,5%), dois (62,5%) e cinco (87,5%) e há uma equivalência de percentuais em primeira posição (20,0%) na zona quatro com as visões de restinga como um brejo, uma área alagada e outros; na zona três a equivalência se dá em terceira posição (14,3%) com a visão de restinga como uma área alagada. Nesta zona, o maior percentual (42,9%) é de respostas não sabe/em branco, vindo em seguida outros com 21,4%. A visão de restinga

como uma área alagada fica em segunda posição nas zonas um (26,9%) e cinco (12,5%). Mato ou capoeirão têm iguais percentuais na zona dois (12,5%), aparecendo também na zona um com os respectivos percentuais: 11,5% e 3,8%; nas zonas três e quatro, não há registros da visão de restinga como capoeirão e na zona cinco, nem de capoeirão e nem de mato (TABELA 62).

A zona dois é a que apresenta o maior percentual (25,0%) da compreensão de restinga como mato e capoeirão, ou seja, a compreensão que mais se aproxima do tipo mais característico de vegetação de restinga. As visões de que é um campo ou uma área alagada predominam em quase todas as zonas; no entanto, estas não são as mais adequadas ao termo.

TABELA 62 - VISÃO DE RESTINGA PELA POPULAÇÃO E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

VISÃO DE RESTINGA	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
É um Brejo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	20,0	0	0,0	2	3,0
É um Campo	10	38,5	5	62,5	2	14,3	2	20,0	7	87,5	26	39,4
É um Capoeirão	1	3,8	1	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	3,0
É um Mato	3	11,5	1	12,5	1	7,1	1	10,0	0	0,0	6	9,1
É uma Área Alagada	7	26,9	0	0,0	2	14,3	2	20,0	1	12,5	12	18,2
Não Sabe/Em Branco	2	7,7	1	12,5	6	42,9	1	10,0	0	0,0	10	15,2
Outros	3	11,5	0	0,0	3	21,4	2	20,0	0	0,0	8	12,1
Total	26	100,0	8	100,0	14	100,0	10	100,0	8	100,0	66 (*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

NOTA: Este total se refere às 66 pessoas que responderam já ter ouvido falar no termo **restinga**. Ver TABELA 61.

No que diz respeito aos bairros (ANEXO 43 - TABELA 13), observa-se que a compreensão de restinga como um campo apresenta maiores percentuais nos bairros: Alvorada, Palmital, Raia, Serraria da Rocha, Vila Sete de Setembro (Ilha dos Valadares), Vila Cruzeiro e Bairro Itiberê Valadares, com equivalência de percentuais em 100,0%. Na Vila Bela na Ilha dos Valadares, a visão de restinga como campo abrange 75,0% dos informantes. Apresentam 66,7% o Bockmann e a Vila Guadalupe. Nos bairros: Eldorado, Jardim Samambaia, Porto dos Padres, Vila Portuária e Vila Rute a equivalência de percentuais se dá em 50,0%; na Costeira, o percentual é de 16,7%; nos demais bairros, não há registro desta compreensão.

A visão de restinga como brejo só aparece nos bairros: Jardim Nova Iguaçu (33,3%) e Vila Portuária (50,0%) e como capoeirão, na Costeira (16,7%) e em El Dorado (50,0%).

Restinga compreendida como área alagada apresenta uma equivalência de percentuais em 100,0% entre os bairros: Vila Alboitt, Leblon e Ponta do Caju. No Centro Histórico, Jardim Samambaia e Costeira, os percentuais são 66,7%, 50,0% e 33,3% respectivamente; na Vila Bela (Ilha dos Valadares), 25,0% dos informantes apresentam esta visão de restinga; no Parque São João e Porto dos Padres, 16,7%; nas demais localidades, não há registros desta visão.

Mato tem iguais percentuais (100,0%) nos bairros: Alto São Sebastião e Tuiuti; com 33,3% no Bockmann e Jardim Nova Iguaçu; e com 16,7%, no Porto dos Padres e Vila dos Comerciais; nos demais, não há registros.

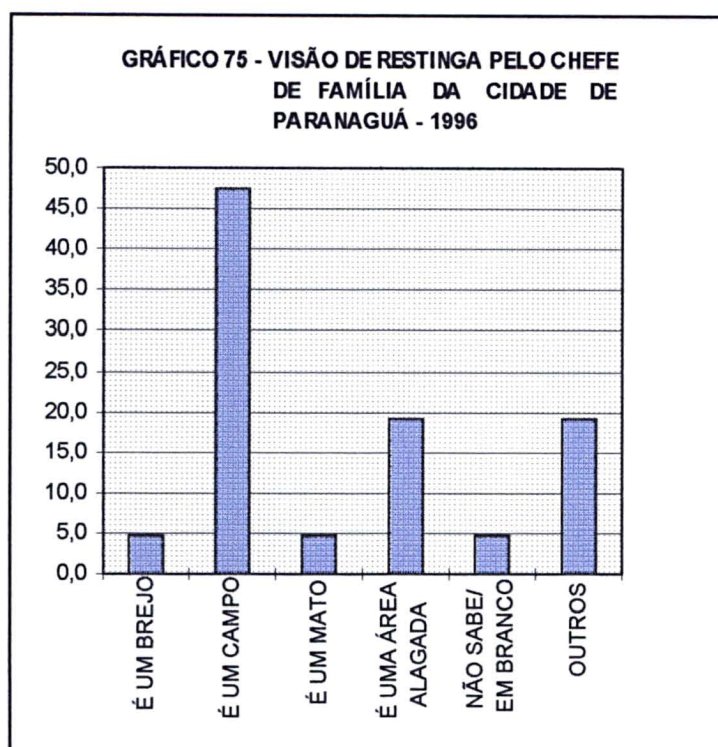
Uma outra visão de restinga aparece com 100,0% no Jardim Guaraituba e com 50,0% na Vila Rute; há equivalência de percentuais em 33,3% na Costeira, Jardim Nova Iguaçu, e Vila dos Comerciais; e no Parque São João o percentual é de 16,7%.

As respostas de não sabe/em branco têm maiores percentuais no Parque São João (66,7%) e na Vila dos Comerciais (50,0%) e há uma equivalência de percentuais em 33,3% entre os bairros: Centro Histórico e Vila Guadalupe; no Porto dos Padres, 16,7%; nos demais bairros, não há registro. Mesmo tendo já ouvido falar no termo, muitos não responderam a esta questão e as respostas dadas, na maioria das vezes, não são as mais adequadas ao termo.

4.4.9.20 Visão de restinga pelo chefe de família/informante que conhece o termo na cidade de Paranaguá

Dentre os 21 (10,0%) chefes de família/informantes de Paranaguá que responderam conhecer o termo **restinga**, 47,6% compreendem-na como campo e há equivalência de percentuais em 19,0% entre as visões de restinga como uma área alagada e outros e, em 4,8%, entre um brejo, um mato e não sabe/em branco (GRÁFICO 75).

O chefe de família também desconhece o significado correto do termo **restinga**.



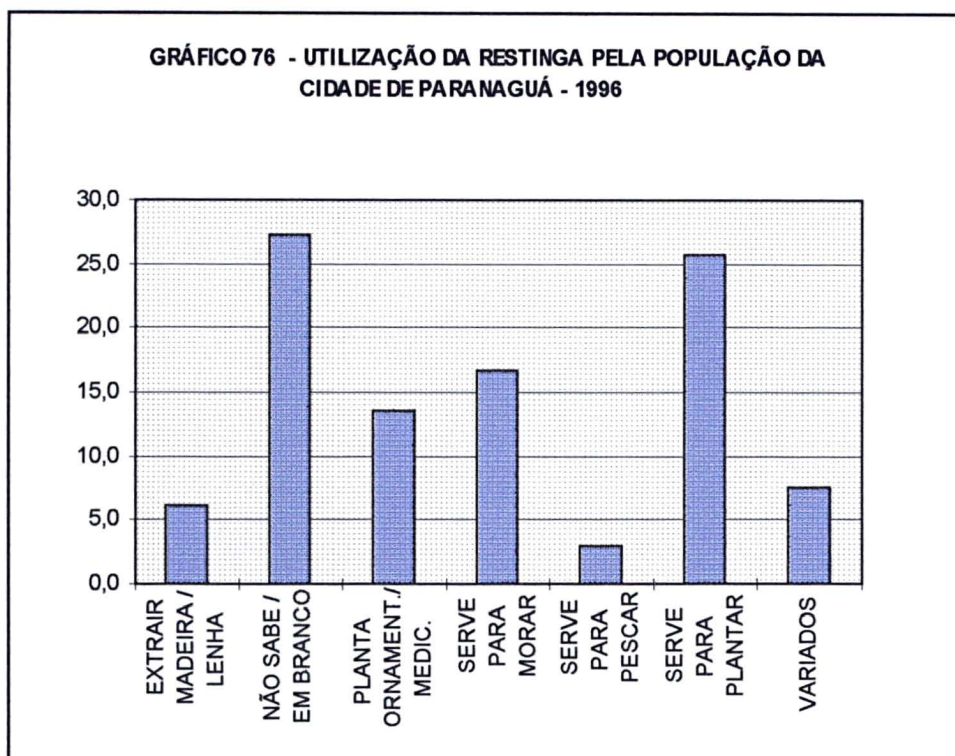
FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

4.4.9.21 Compreensão da utilização da restinga pela população da Cidade de Paranaguá

Quanto ao uso da restinga, dentre os que já ouviram falar dela, 25,8% responderam que a mesma serve para plantar; 16,7%, que serve para morar; 13,6%, que serve para colher plantas ornamentais/medicinais; 6,1% disseram que serve para extrair madeira/lenha; 3,0%, que serve para pescar; 7,6% crêem que a utilidade da restinga é outra e 27,3% não sabem para que ela serve ou não responderam a esta questão (GRÁFICO 76).



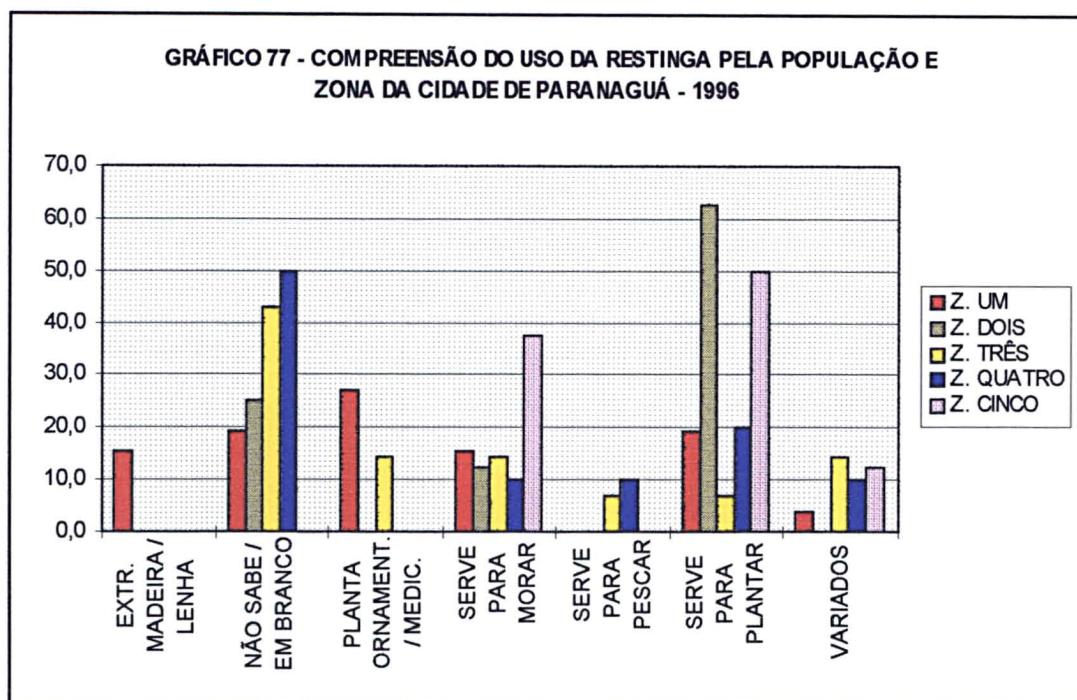
FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Em relação às zonas (GRÁFICO 77), a compreensão do uso da restinga para plantar tem o maior percentual nas zonas dois (62,5%) e cinco (50,0%); para morar predomina na zona cinco (37,5%) e apresenta percentual médio de 13,1% entre as demais zonas. A compreensão do uso da restinga para o cultivo de plantas ornamentais/medicinais só aparece nas zonas um (26,9% - em primeira posição) e três (14,3%), havendo nesta última zona uma equivalência de percentuais entre serve para morar e variados. O uso da restinga para extrair madeira/lenha só aparece na zona um (15,4%); para pescar tem percentual de 10,0% na zona quatro e 7,1% na zona três. As respostas de não sabe/em branco têm percentuais crescentes das zonas um (19,2%) à quatro (50,0%); na zona cinco não ficou nenhuma resposta em branco sobre esta questão.

Pelos maiores percentuais de respostas não sabe/em branco e de que a restinga serve para pescar das zonas três e quatro, entende-se que estas zonas são as que apresentam as maiores carências de melhores e maiores informações, mesmo dentre os que já ouviram falar no referido termo.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Em relação aos bairros (ANEXO 44 - TABELA 14), a compreensão do uso da restinga para plantar aparece com maiores percentuais nos bairros Serraria do Rocha, Vila Cruzeiro, Itiberê Valadares e Vila Portuária, com equivalência de percentuais em 100,0%; no Bockmann, com 66,7%; há uma equivalência de percentuais em 50,0% entre Alvorada, Jardim Samambaia, Palmital, Porto dos Padres e Vila Sete de Setembro na Ilha dos Valadares; na Vila Guadalupe e na Vila Bela na Ilha dos Valadares, os percentuais são 33,3% e 25,0% respectivamente; nos demais bairros não há registro.

O uso da restinga para morar apresenta equivalência de percentuais entre a Vila Rute e o Jardim Guaraituba, com 100,0% das respostas dos informantes; entre El Dorado, Palmital, Vila Bela (Ilha dos Valadares) e Vila Sete de Setembro (Ilha dos Valadares), com 50,0%; e entre Costeira e Porto dos Padres, com 16,7%; na Vila Guadalupe, o percentual é 33,3%; nos demais bairros, não há registros dessa compreensão de uso da restinga.

Para cultivar plantas ornamentais/medicinais aparece com maior percentual (100,0%) no Leblon, Raia, Tuiuti; há equivalência de percentuais (50,0%) entre Alboitt, Costeira e Jardim Samambaia e na Vila dos Comerciantes, esta compreensão de uso da restinga envolve 16,7% dos informantes.

Somente em quatro bairros foram registradas respostas sobre o uso da restinga para a extração de madeira/lenha, com percentual equivalente de 50,0%: Alboitt e Alvorada e com percentuais de 33,3%: Bockmann e Vila Guadalupe; nos demais, não há registros.

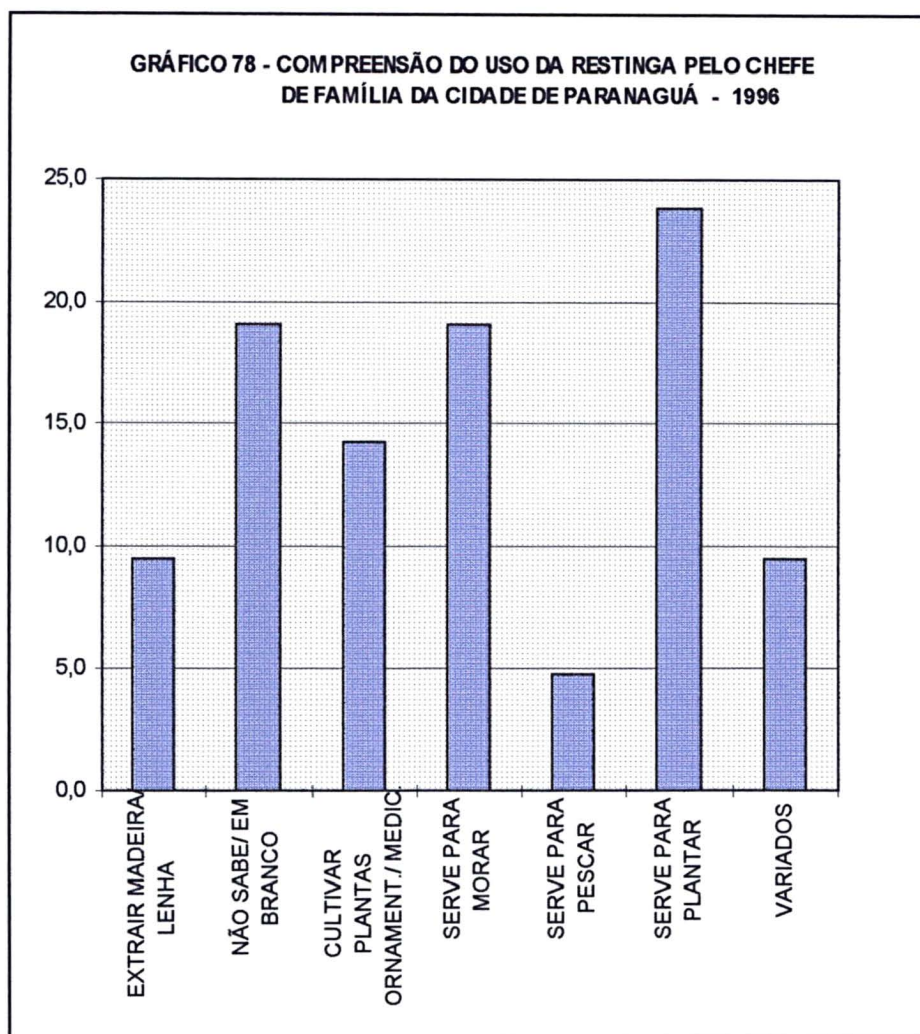
A compreensão do uso da restinga para pescar aparece somente em dois bairros: Parque São João (16,7%) e Porto dos Padres (16,7%).

A restinga para usos variados tem maior percentual na Vila dos Comerciantes (33,3%), vindo em seguida, Vila Bela (Ilha dos Valadares) com 25,0% e há uma equivalência de percentuais (16,7%) entre os bairros: Costeira e Parque São João; nos demais, não há registro.

Em relação às respostas não sabe/em branco, observa-se que o maior percentual (100,0%) está nos bairros: Alto São Sebastião, Centro Histórico, Jardim Nova Iguaçu e Ponta do Caju; no Parque São João o percentual é de 66,7% e há uma equivalência de percentuais em 50,0% entre a Vila dos Comerciantes e Eldorado, e em 16,7% entre Costeira e Porto dos Padres; nos demais bairros não há registro.

4.4.9.22 Compreensão da utilização da restinga pelo chefe de família/informante da Cidade de Paranaguá

Dos 21 chefes/informantes de família da cidade de Paranaguá que responderam já ter ouvido falar da restinga, 23,8% deles responderam que a mesma serve para plantar; 19,0% responderam que serve para morar e igual percentual têm as respostas não sabe/em branco; cultivar plantas ornamentais/medicinais apresenta percentual de 14,3%; há uma equivalência de percentuais com 9,5% entre a compreensão de uso da restinga para extrair madeira/lenha e variados; somente 4,8% responderam que a mesma serve para pescar (GRÁFICO 78).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

4.4.9.23 Visão de restinga e grau de escolaridade da população da cidade de Paranaguá

Em qualquer um dos três graus de escolaridade (exceto outro), a visão predominante do entrevistado pela enquête ampla interdisciplinar é a de que a restinga é um campo, com percentuais que variam de 28,6% a 48,5%, sendo que, em relação à escolaridade de nível médio, há uma equivalência de percentuais (28,6%) entre esta primeira compreensão e a de respostas não sabe/em branco. Na segunda posição, a compreensão de restinga varia entre os diferentes níveis de escolaridade: no ensino fundamental, aparece uma outra compreensão de restinga (15,2%); no ensino médio, está a visão de restinga como uma área alagada (19,0%) e no ensino superior, há uma equivalência de percentuais (20,0%) entre as visões de restinga como mato, uma área alagada e outro. Em relação a outro grau de escolaridade, 100,0% das respostas foram de que restinga é uma área alagada.

Nota-se que esta compreensão de **restinga** como área alagada aparece em todos os níveis de escolaridade, inclusive, no nível superior (TABELA 63).

TABELA 63 - VISÃO DE RESTINGA E GRAU DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

PARANAGUA - 1996										
VISÃO DE RESTINGA	GRAU DE ESCOLARIDADE								TOTAL	
	ENS. FUND.		ENS. MÉDIO		OUTRO		ENS. SUPER.			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
É um Brejo	1	3,0	1	4,8	0	0,0	0	0,0	2	3,1
É um Campo	16	48,5	6	28,6	0	0,0	4	40,0	26	40,0
É um Capoeirão	1	3,0	1	4,8	0	0,0	0	0,0	2	3,1
É um Mato	2	6,1	2	9,5	0	0,0	2	20,0	6	9,2
É uma Área Alagada	4	12,1	4	19,0	1	100,0	2	20,0	11	16,9
Não Sabe/Em Branco	4	12,1	6	28,6	0	0,0	0	0,0	10	15,4
Outros	5	15,2	1	4,8	0	0,0	2	20,0	8	12,3
Total	33	100,0	21	100,0	1	100,0	10	100,0	65 (*)	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

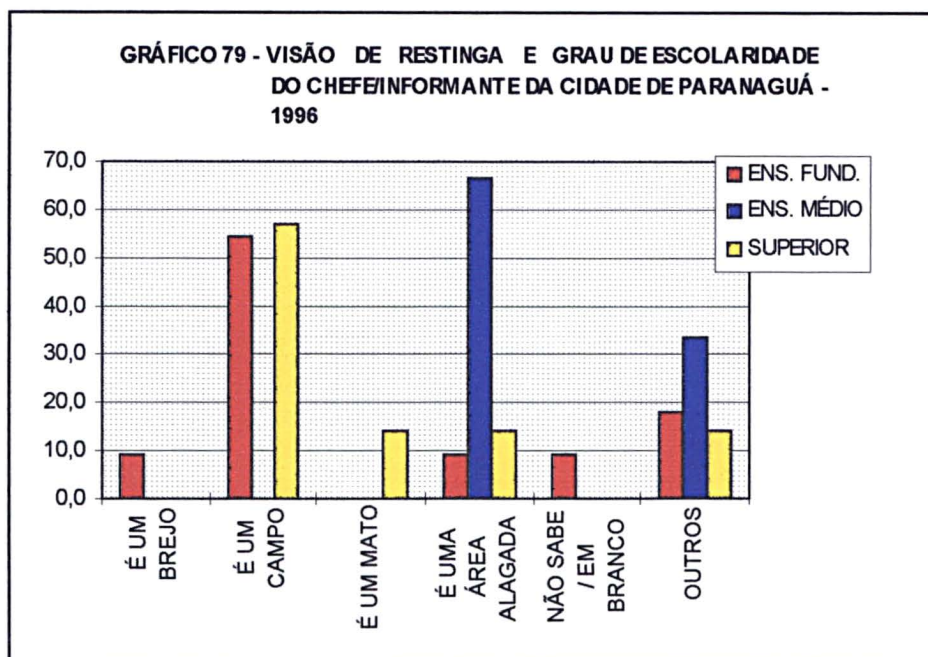
ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

NOTA: Embora 66 informantes tenham respondido conhecer o termo **restinga**, o Banco de Dados do EPI-INFO do DMAD/UFPR, registra para este item, o total de 65 pessoas, ou seja, um informante está com a escolaridade ignorada.

4.4.9.24 Visão de restinga e grau de escolaridade do chefe de família/informante da Cidade de Paranaguá

A visão predominante do chefe/informante da cidade de Paranaguá, em 1996, em todos os graus de escolaridade (exceto no ensino médio), é a de que a restinga é um campo, com percentuais que variam de 54,5% a 57,1%, sendo que, em relação à escolaridade de nível médio, aparece em primeiro lugar a compreensão de restinga como área alagada, com 66,7%. Na segunda posição, a compreensão de restinga varia entre os diferentes níveis de escolaridade: nos ensinos fundamental e médio, aparece uma outra compreensão de restinga (18,2% e 33,3% respectivamente) e no ensino superior, há uma equivalência de percentuais (14,3%) entre as visões de restinga como mato, uma área alagada e outro (GRÁFICO 79).



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

4.4.9.25 Maiores problemas do município de Paranaguá

O maior problema do Município de Paranaguá, na opinião de 57,4% dos representantes de Associações de Moradores de Bairro entrevistados em 1996, é o desemprego/a falta de empregos, representando 15,0% do total de problemas citados (TABELA 64 e GRÁFICO 80). Em segundo lugar, referenciado por 36,2% dos entrevistados, aparece a falta de saneamento básico (rede de coleta de esgoto/drenagem de águas pluviais), representando 9,4% do total de problemas mencionados. Na terceira posição, com 31,9% das opiniões dos representantes de bairro entrevistados e 8,3% do total de problemas levantados está a falta de indústrias/a necessidade de instalação de novas empresas, armazéns na cidade. Os problemas em relação à Saúde/carência e melhorias no atendimento médico/melhoria do atendimento nos Postos de Saúde, etc. aparecem em quarta posição, tendo sido citados por 29,8% dos entrevistados e representando 7,8% do total de problemas. Em quinto lugar, estão os problemas de Educação: falta de vagas nas escolas de ensino fundamental e médio, falta de educação para o povo e necessidade de usar as rádios para educar a população (25,5% dos entrevistados e 6,7% do total de problemas mencionados). Na sexta posição, com 19,1% das opiniões dos representantes de bairros, aparece a falta de água (5,0% do total de problemas citados). As questões relacionadas com a Segurança (necessidade de maior policiamento/mais agilidade no atendimento/combate aos roubos, à violência) estão em sétima posição (citadas por cerca de 15,0% dos

entrevistados e representando 3,9% do total de problemas) e os relativos à limpeza das ruas/problemas com o lixo/colocação de caçambas nos bairros/existência de muita sujeira na cidade vêm em oitavo lugar juntamente com a necessidade de combater as invasões, apresentando percentuais de 12,8% (em relação aos entrevistados) e de 3,3% (em relação ao total de problemas citados). Na nona posição, há uma equivalência de percentuais (10,6% dos entrevistados e 2,8% do total) entre os problemas de:

- a) drogas;
- b) necessidade de melhorar o transporte coletivo/colocação de mais linhas de ônibus;
- c) carências de outros cursos superiores/de mais e melhores professores/de valorização da profissão do magistério;
- d) a necessidade de boa administração pública/existindo muita má vontade por parte dos funcionários públicos municipais.

E, por último, em décimo lugar, também com equivalência de percentuais (8,5% e 2,2%) estão os problemas relacionados com:

- a) falta de urbanização, de arruamento, de asfalto, lombada;
- b) falta de um programa eficiente de habitação;
- c) existência de muita poluição do ar produzida pela Becker (Fospar), Cattalini, o Porto e outros;
- d) falta de uma maior organização do povo, maior conscientização;
- e) o fato de que os vereadores fazem o que querem..

Os demais problemas citados apresentam percentuais iguais ou inferiores a 2,1%.

Em síntese, as questões fundamentais que estão colocadas como problemas são: geração de empregos e melhores salários, saneamento básico (água, esgoto e lixo/limpeza pública) e educação (sistema de ensino, conscientização, capacitação profissional, etc.), vindo em seguida as obras de infra-estrutura urbana e os problemas sociais (drogas, violência, policiamento, etc.).

Estas questões estão colocadas também na discussão teórica dos conceitos de desenvolvimento sustentável ou de racionalidade ambiental, ou seja, são aspectos que qualquer proposta de desenvolvimento que se proponha a ser viável, sustentável ou racional precisa tratar e uma gestão democrática participativa seria fundamental para a obtenção do apoio e do envolvimento da comunidade.

A Educação Popular, com o enfoque ambiental e em caráter permanente, pode dar importante contribuição à solução desses problemas levantados, estimulando práticas

sociais educativas geradas no coletivo do Movimento Popular de Bairro na busca do resgate da cidadania e das transformações sociais e econômicas desejadas.

TABELA 64 - MAIORES PROBLEMAS DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - 1996

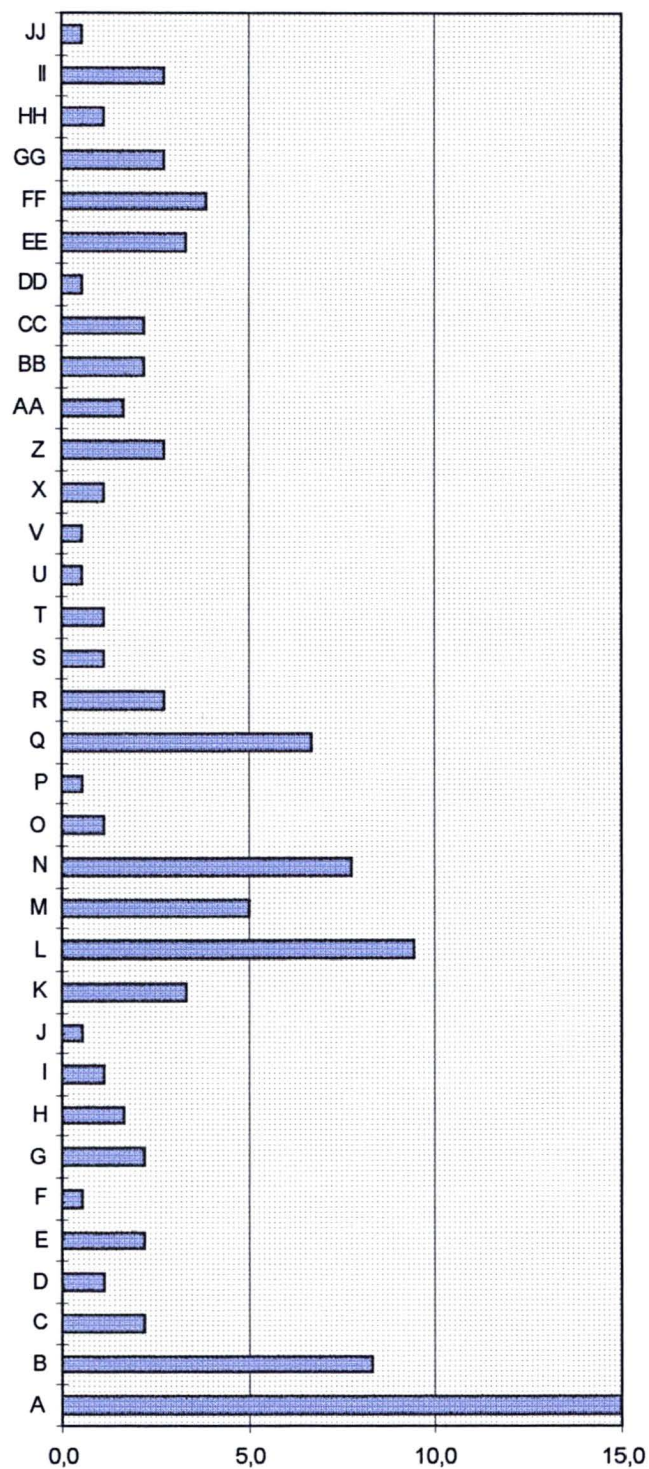
TIPO DE PROBLEMAS CITADOS PELAS LIDERANÇAS DE BAIRRO	F	% DO TOTAL DE PROBLEMAS	% DE LIDERANÇAS
A - Desemprego/Faltam Empregos	27	15,0	57,4
B - Faltam Indústrias/Novas Empresas/Armazéns	15	8,3	31,9
C - Urbanização/Arruamento/Asfalto/Lombadas	4	2,2	8,5
D - Ciclovias Cheias de Buraco	2	1,1	4,3
E - Falta Programa de Habitação	4	2,2	8,5
F - Faltam Alimentos/Desnutrição	1	0,6	2,1
G - Há Muita Poluição da Becker/Porto/Cattalini e Outras	4	2,2	8,5
H - Grande Inadimplência/Falta Dinheiro	3	1,7	6,4
I - Zoneamento/Falta Planejamento Urbano	2	1,1	4,3
J - Faltam Áreas de Lazer	1	0,6	2,1
K - Combater as Invasões	6	3,3	12,8
L - Saneamento Básico/Esgoto/Drenagem Pluvial	17	9,4	36,2
M - Falta de Água	9	5,0	19,1
N - Saúde/Atendimento Médico/Posto Atende Mal	14	7,8	29,8
O - Exploração do Trabalhador/Subemprego/Sindicalismo	2	1,1	4,3
P - Evitar ir à Justiça Trabalhista/Espanta Empresas	1	0,6	2,1
Q - Faltam Vagas nas Escolas/Educação/Usar Rádios	12	6,7	25,5
R - Faltam Cursos Superiores/Professores/Valorização	5	2,8	10,6
S - Há Muitos Ratos	2	1,1	4,3
T - Prostituição Infante-Juvenil/Maior Ação do Juizado de Menor.	2	1,1	4,3
U - Falta Instrução aos Pais	1	0,6	2,1
V - Falta Educação Sexual	1	0,6	2,1
X - Há Muita Aids/Tuberculose	2	1,1	4,3
Z - Falta Boa Administração Pública/Má Vontade dos Funcionár.	5	2,8	10,6
AA - Faltam Recursos/Verbas	3	1,7	6,4
BB - Falta Organização do Povo/Educação/Conscientização	4	2,2	8,5
CC - Vereadores Fazem o que Querem	4	2,2	8,5
DD - Serviços: Telefone/Luz	1	0,6	2,1
EE - Limpeza das Ruas/Lixo/Caçamba/Há Muita Sujeira	6	3,3	12,8
FF - Maior Policiamento/Agilidade/Roubo/Segurança/Violência	7	3,9	14,9
GG - Há Muita Droga	5	2,8	10,6
HH - Trânsito Cresceu e Não Cresceu a Cidade/Fiscaliz. Tráfego	2	1,1	4,3
II - Melhorar o Transporte Coletivo/Mais Linhas Ônibus	5	2,8	10,6
JJ - O Maior Problema é o Porto	1	0,6	2,1
Total	180	100,0	

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades de moradores de bairro.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

GRÁFICO 80 - MAIORES PROBLEMAS DE PARANAGUÁ - 1996



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades de moradores de bairro.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

4.4.9.26 Relação entre problemas urbanos e problemas de meio ambiente

Ao perguntar às lideranças de bairro de Paranaguá se havia relação entre os problemas urbanos e os de meio ambiente, 66,0% dos entrevistados responderam afirmativamente (TABELA 65) e outros 6,3% responderam que:

- a) os problemas da cidade é que influenciam sobre o meio ambiente/o meio ambiente não influencia sobre a cidade;
- b) por enquanto, os problemas urbanos não estão afetando o meio ambiente em Paranaguá; no futuro, sim, afetarão;
- c) há relação somente dentro de cada município/cada município tem que resolver seus próprios problemas.

Um dos entrevistados respondeu que isso é uma questão de educação (“Assim como tem muitas pessoas que ajudam, também tem muitas que destroem”) e que depende do funcionamento dos órgãos públicos, da fiscalização.

Em torno de 10,7% dos entrevistados responderam que não há relação entre os problemas urbanos e os de meio ambiente ou que não sabiam.

Para cerca de 15,0% dos entrevistados esta pergunta não foi feita.

Dentre os que responderam afirmativamente à questão, alguns opinaram que:

- a) por ser Paranaguá uma cidade portuária, tem problemas sérios de meio ambiente;
- b) a cidade cresceu sem planejamento... foi onde afetou o meio ambiente da cidade, os manguezais;
- c) se o meio ambiente está funcionando bem, a cidade também funciona bem; é um todo.
- d) não resta dúvida; com os sub-empregos, não têm onde morar, vão pros manguezais; eu atribuo à falta de emprego na cidade a questão de meio ambiente.
- e) a Prefeitura, os órgãos públicos são os maiores culpados das invasões de mangue.

Ao darem exemplos sobre a relação dos problemas urbanos com o meio ambiente, foram citadas várias vezes questões relacionadas: ao lixo/lixão, ao esgoto, à poluição do ar pelas indústrias da região portuária, à sujeira na cidade, aos resíduos de soja no asfalto, à invasão de manguezais, dentre outras.

TABELA 65 - RELAÇÃO ENTRE PROBLEMAS URBANOS E PROBLEMAS DE MEIO AMBIENTE - 1996

COMPREENSÃO DA RELAÇÃO CIDADE x MEIO AMBIENTE	F	%
A - Ambos estão interrelacionados	31	66,0
B - Só os problemas urbanos influenciam o meio ambiente	1	2,1
C - Por enqto. prob. urb. ã. afetam o m. amb., no futuro sim	1	2,1
D - Só dentro de cada município/Cada munic. tem q. resolver	1	2,1
E - É tudo questão de educação/Depende do funcion. Órgão	1	2,1
F - Não há relação entre ambos	3	6,4
G - Não sabe	2	4,3
H - Não foi feita a pergunta	7	14,9
TOTAL	47	100,0

FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades de moradores de bairro.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

Percebe-se que a maioria dos representantes de Associações de Moradores entrevistados consegue relacionar os problemas urbanos com os de meio ambiente, dentro de uma visão mais ampla. Outros entendem a relação, mas em um patamar mais próximo, restrito e há também os que não conseguem fazer nenhuma relação. De qualquer forma, a carência de maiores e melhores informações existe e envolve, pelo menos, 34,0% dos entrevistados.

4.4.9.27 Compreensão de qualidade de vida na opinião dos representantes de Associações de Moradores de Bairro

Na opinião de 68,1% dos entrevistados (TABELA 66 e GRÁFICO 81), para a melhoria da qualidade de vida em Paranaguá é preciso que haja melhor salário/mais emprego, trabalho, pois “o trabalho é a base de tudo/Sem trabalho você não pode fazer nada.”, o que representa 20,4% do total de referenciais de qualidade de vida sugeridos. Em segunda posição, representando 42,6% dos representantes de bairro entrevistados, está a compreensão de que para melhorar a qualidade de vida é preciso “ter boa educação/A educação faz com que o cidadão cobre qualidade de vida/É a base de tudo.” (12,7% do total de referenciais).

Uma pessoa só é humana com educação. Sem educação só vai criar monstros, pessoas violentas. Gera a violência. Então, é preciso ter educação, ter oportunidade, ter boa moradia. Daí, vai nascer o cidadão com boa qualificação humana e educado e tudo.⁷⁵⁶

⁷⁵⁶ Depoimento de um dos representantes de Associação de Moradores de Bairro de Paranaguá entrevistados entre janeiro e março de 1996.

A Saúde - **é fundamental** - aparece em terceiro lugar, representando 29,8% dos entrevistados e 8,9% do total de referenciais mencionados. Na quarta posição está a compreensão de que qualidade de vida “é você ter condições de viver/O povo não vive, vegeta/É ter boas condições de moradia”, representando 23,4% dos entrevistados e 7,0% do total de referenciais elencados. Em quinto lugar, com equivalência de percentuais (19,1% das lideranças de bairro entrevistadas e 5,7% do total de referenciais enumerados) estão as opiniões de que para melhorar a qualidade de vida é preciso ter saneamento básico/coleta de esgoto/água tratada/coleta de lixo e ter uma boa alimentação para ter saúde/alimentação com muita verdura/evitando congelados. Na sexta posição, está a compreensão de que é preciso “ter mais indústrias para oferecer (gerar) mais trabalho/atrair novas empresas/novas firmas à Paranaguá”, com percentuais de 17,0% das lideranças entrevistadas e 5,1% do total de referenciais mencionados.

“Combater a poluição, pois afeta à Saúde” aparece em sétimo lugar, com percentuais de 12,8% em relação aos entrevistados e de 3,8% para o total de referenciais citados. Na oitava posição há uma equivalência de percentuais (8,5% das lideranças de bairros entrevistadas e 2,5% do total de referenciais registrados) para o seguinte:

- a) tirar a juventude das drogas/ter uma ação mais efetiva da Polícia e autoridades/“A droga é a morte”;
- b) ter maior investimento em Segurança Pública;
- c) é conseguir que o próprio povo se conscientize e lute por melhorias/que aprenda a votar;
- d) é educar para a vida constantemente;
- e) é ter manutenção permanente das ruas/iluminação/asfalto.

Os demais referenciais citados ficam com percentuais abaixo de 6,5% e de 2,0% respectivamente em relação à compreensão de qualidade de vida das lideranças entrevistadas e ao total de referenciais registrados.

TABELA 66 - COMPREENSÃO DO QUE É NECESSÁRIO PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA - 1996

COMPREENSÃO DO QUE É NECESSÁRIO PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA	F	% DO TOTAL	% DE LIDER.
A - Depende da ação da Administração Pública em relação ao meio ambiente	1	0,6	2,1
B - Governo deve priorizar questões sociais: saúde, educação, habitação, terra, alimentação	3	1,9	6,4
C - Melhor salário/Mais emprego, trabalho/O trabalho é a base de tudo	32	20,4	68,1
D - Ter mais indústrias para oferecer mais trabalho/Novas empresas/Novas firmas	8	5,1	17,0
E - Melhorar o salário dos aposentados	1	0,6	2,1
F - Ter boa educação/A educação faz com que o cidadão cobre qualidade de vida/É a base	20	12,7	42,6
G - Ter oportunidade	1	0,6	2,1
H - Ter paz	1	0,6	2,1
I - Tirar a juventude das drogas/Ação mais efetiva da Polícia e Autoridades/A droga é a morte	4	2,5	8,5
J - Maior investimento em Segurança	4	2,5	8,5
K - Que o próprio povo se conscientize e lute por melhorias/Que aprenda a votar	4	2,5	8,5
L - Formação e capacitação profissional	1	0,6	2,1
M - Buscar outras alternativas de emprego	1	0,6	2,1
N - Posse dos terrenos/Urbanização	2	1,3	4,3
O - Educar para a vida constantemente	4	2,5	8,5
P - Combater o alcoolismo	1	0,6	2,1
Q - Manter a cidade limpa/A cidade limpa é saúde	1	0,6	2,1
R - Alimentação com verduras/Evitar congelados/Boa alimentação para ter saúde	9	5,7	19,1
S - Saúde - é fundamental	14	8,9	29,8
T - Combater a poluição/Afeta a saúde	6	3,8	12,8
U - Ter saneamento básico/Água tratada/Coleta de lixo	9	5,7	19,1
V - Ter mais segurança no trânsito/Controlar o fluxo de veículos/Ter passarelas/Melh. sist. viar.	2	1,3	4,3
X - Que o Governo olhe mais por Paranaguá/Dar mais recursos, verba	3	1,9	6,4
Z - Manutenção permanente das ruas/Iluminação/Asfalto	4	2,5	8,5
AA - É você ter condições de viver/O povo não vive, vegeta/Boas condições de Moradia	11	7,0	23,4
BB - É substituir o vale-transporte de papel por ficha de metal/Melhorar o transporte coletivo	3	1,9	6,4
CC - Criar colônia penal/Melhorar condições de carceragem	2	1,3	4,3
DD - Acabar com a pobreza	3	1,9	6,4
EE - Tirar as crianças da rua/Dar atendimento com assistente social/Estudo	2	1,3	4,3
TOTAL	157	100,0	

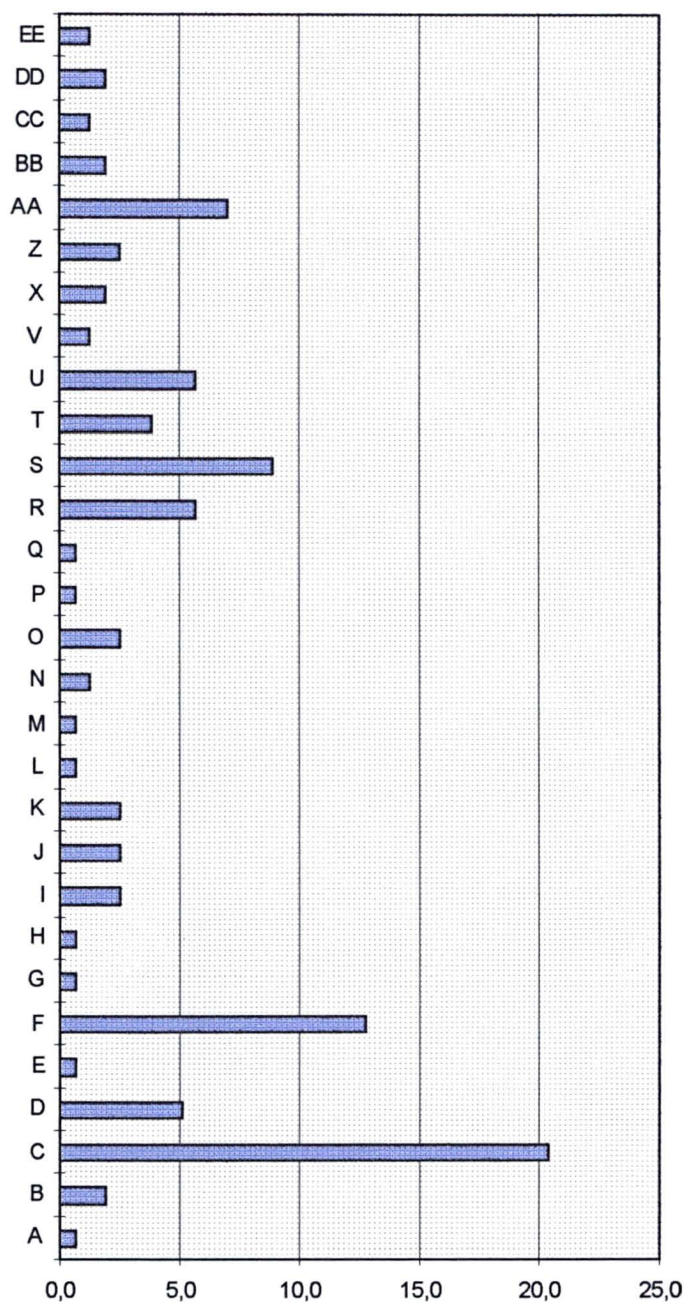
FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades de moradores de bairro.

ANO: 1996

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares.

Pode-se observar pela tabela acima que “lazer” não é citado como qualidade de vida; ou seja, há outras prioridades que o antecedem, tais como: trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação, moradia/terra, acabar com a miséria, entre outras. “É você ter condições de viver/O povo não vive, vegeta/Boas condições de Moradia”. No entanto, áreas de lazer no bairro, principalmente campo de futebol e/ou cancha poliesportiva, estão presentes nas pautas de reivindicações de grande número de Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá.

**GRÁFICO 81 - COM PREENSÃO DO QUE É NECESSÁRIO PARA
MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA**



FONTE: Entrevistas gravadas com diretores das respectivas entidades.

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

Trabalho e Educação são questões básicas para um processo de desenvolvimento e, hoje, a qualificação profissional é determinante no mercado de trabalho globalizado, terceirizado. As outras questões levantadas também estão interrelacionadas, pois a saúde depende em grande parte das condições de trabalho e remuneração e da qualidade

educacional do indivíduo, bem como, das condições habitacionais e de saneamento básico no local de moradia. A instalação de indústrias sugere abertura de mercado de trabalho e necessidade de combate à poluição. Drogas, segurança pública, conscientização e obras de manutenção e infra-estrutura urbana são carências sociais que exigem a elaboração de políticas públicas comprometidas com qualidade de vida, a sustentabilidade e o processo democrático e participativo de gestão.

4.4.9.28 Compreensão de qualidade de vida pela população da cidade de Paranaguá

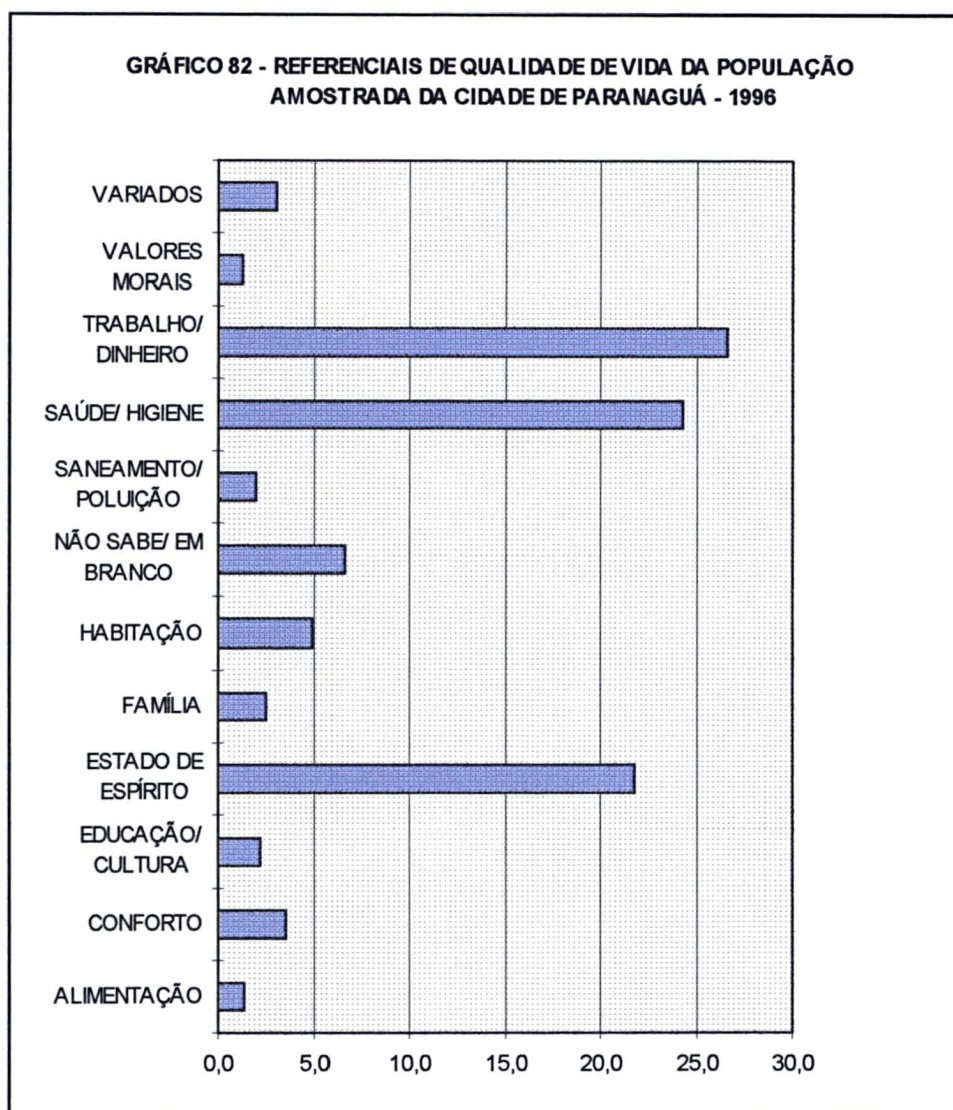
Quanto aos referenciais que expressam a compreensão que a população tem sobre qualidade de vida (GRÁFICO 82), obteve-se a seguinte ordem de importância decrescente:

- a) trabalho/dinheiro (aumento de renda familiar, mais emprego, melhor salário, aposentadoria boa, etc.) - com 26,6%;
- b) saúde/higiene (melhor atendimento na saúde, hospitais, etc.) - com 24,3%;
- c) estado de espírito (felicidade, paz, amor entre os familiares, fé em Deus, etc.) - com 21,8%;
- d) habitação (casa própria, melhor condição de moradia, melhor moradia para os filhos, etc.) - com 4,9%;
- e) os demais referenciais de qualidade de vida: conforto, variados (maneira de viver, cidade bem administrada, segurança, transporte, etc.), família, educação/cultura, saneamento/poluição, alimentação e valores morais têm percentuais iguais ou menores que 3,6%;
- f) para as respostas em branco/não sabe, o percentual é de 6,6%.

Essa compreensão de qualidade de vida, com percentuais próximos, expressa uma coerência de pensamento, uma vez que tendo trabalho pode-se ter dinheiro e tendo dinheiro pode-se ter saúde e paz de espírito. Tais referenciais da população amostrada têm relação com os maiores problemas do município citados pelos representantes de bairro entrevistados (TABELA 64 e GRÁFICO 80) e com alguns dos indicadores de nível de vida recomendados pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1952, tais como: Saúde, condições e mercado de trabalho, consumo e economias gerais, e liberdade humana.⁷⁵⁷

Há também certa equivalência entre a compreensão de qualidade de vida que têm os representantes de Associações de Moradores de Bairro (emprego/salário, educação e saúde) e a que tem a população em geral (trabalho/salário, saúde e estado de espírito).

⁷⁵⁷ ROUQUAYROL, 1988. p. 49.



FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

Em relação às zonas, observa-se que nas zonas um e quatro predomina como referencial de qualidade de vida o trabalho/dinheiro, com 31,2% e 35,4% respectivamente; na zona dois, saúde/higiene, com 28,3%; e, nas zonas três e cinco, estado de espírito, com 25,6% e 41,9% respectivamente. Em segunda posição, estão os referenciais de qualidade de vida: saúde/higiene, nas zonas um (23,2%), três (24,0%, com equivalência de percentual com trabalho/dinheiro), quatro (18,6%) e cinco (24,2%); e trabalho/dinheiro, na zona dois (25,9%). As respostas não sabe/em branco apresentam um maior percentual na zona quatro (13,3%) e na zona cinco, todos os entrevistados responderam a esta questão (TABELA 67).

O alto percentual de estado de espírito como referencial de qualidade de vida na zona cinco (Ilha dos Valadares) pode estar relacionado com a cultura religiosa bastante presente naquele local.

TABELA 67 - REFERENCIAL DE QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E ZONA DA CIDADE DE PARANAGUÁ - 1996

REFERENCIAL DE QUALIDADE DE VIDA	ZONAS										TOTAL	
	UM		DOIS		TRÊS		QUATRO		CINCO			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Alimentação	5	3,6	2	1,0	1	0,8	1	0,9	0	0,0	9	1,4
Conforto	4	2,9	5	2,4	3	2,5	5	4,4	6	9,7	23	3,6
Educação/Cultura	7	5,1	4	2,0	1	0,8	2	1,8	0	0,0	14	2,2
Estado de Espírito	23	16,7	45	22,0	31	25,6	14	12,4	26	41,9	139	21,8
Família	2	1,4	8	3,9	2	1,7	4	3,5	0	0,0	16	2,5
Habitação	7	5,1	5	2,4	9	7,4	6	5,3	4	6,5	31	4,9
Não Sabe/Em Branco	4	2,9	15	7,3	8	6,6	15	13,3	0	0,0	42	6,6
Saneamento/Poluição	5	3,6	3	1,5	0	0,0	0	0,0	5	8,1	13	2,0
Saúde/Higiene	32	23,2	58	28,3	29	24,0	21	18,6	15	24,2	155	24,3
Trabalho/Dinheiro	43	31,2	53	25,9	29	24,0	40	35,4	5	8,1	170	26,6
Valores Morais	1	0,7	2	1,0	3	2,5	1	0,9	1	1,6	8	1,3
Variados	5	3,6	5	2,4	5	4,1	4	3,5	0	0,0	19	3,0
Total	138	100,0	205	100,0	121	100,0	113	100,0	62	100,0	639	100,0

FONTE: Banco de Dados EPI-INFO - DMAD/UFPR

ANO: 1996.

LOCAL: Cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares

Quanto aos bairros (ANEXO 45 - TABELA 15), o referencial de qualidade de vida trabalho/dinheiro tem os maiores percentuais nos bairros: Parque de Triagem (100,0%), Vila do Povo (83,3%), Tuiuti (80,0%) e Asa Branca (75,0%); há uma equivalência de percentuais em 50,0% entre: Alto São Sebastião, Campo Grande e Vila São Carlos; nos demais bairros, os percentuais ficam abaixo de 50,0%.

Qualidade de vida como saúde/higiene ocorre com maiores percentuais (50,0%) no Campo Grande, Correia Velho, Leblon e Vila Rute; com percentuais variando entre 47,1% e 42,9% estão os bairros: Padre Jackson, Porto dos Padres, Raia, Vila Paranaguá e Serraria do Rocha; nos demais, os percentuais ficam abaixo de 40,0%.

A compreensão de qualidade de vida como estado de espírito representa 100,0% das respostas;

do bairro do Rocio; 70,0%, das da Vila Itiberê e 60,0% das do Jardim Araçá; no Jardim Samambaia o percentual é de 45,8%); na Vila Bela (Ilha dos Valadares), 45,0% e na Vila Sete de Setembro, também na Ilha dos Valadares, 44,4%; nos demais bairros, os percentuais ficam abaixo de 40,0%.

Poucos informantes deixaram de responder a esta questão; no entanto, as respostas não sabe/em branco têm o maior percentual na Vila Industrial (100,0%), vindo em seguida a

Vila Guarani (47,6%), o Aeroporto (33,3%), Ponta do Caju (25,0%) e com 23,5%, o Conjunto Santos Dumont e Padre Jackson; nos demais bairros, quando não foi respondida, os percentuais ficam abaixo de 15,0%.

4.4.10 Nova Amostragem com Dados Coletados em 1998.

Com base no QUADRO 2 (ano e motivo de fundação das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá), foi feita nova coleta de dados, dois anos depois, ou seja, em dezembro de 1998.

Foi elaborado um questionário, com 43 questões (objetivas e em aberto, mas diretas - ANEXO 8), as quais foram respondidas por representantes de nove entidades (19,15% do total de entidades entrevistadas em 1996) e por uma líder da Pastoral da Criança também pertencente à Diretoria de uma dessas nove entidades, as quais são: Associações de Moradores dos Bairros Jardim América (zonas 2 e 3), Vila Gabriel de Lara (zonas 1 e 2), Beira-Rio (zona 4), Bockmann (zona 1), Vila São Francisco (zona 2), Jardim Samambaia (zona 3), Moradias Bertioga (zona 3), Conjunto Santos Dumont (zonas 3 e 4) e Jardim Eldorado (zona 2). Exceto a zona 5 (Ilha dos Valadares), todas as demais zonas estão contempladas nesta nova amostragem. A localização destas entidades pode ser vista no MAPA 19.

Em três das nove entidades amostradas (33,3%), os entrevistados eram os mesmos de 1996, como também o era a líder da Pastoral da Criança. A Associação de Moradores do Conjunto Santos Dumont que em 1996 encontrava-se desativada, em 1998 tinha nova Diretoria e a do Jardim Eldorado havia sido criada em 1997, ou seja, após a coleta feita em 1996 e com um ano apenas de existência. As demais entidades (44,4%), tinham nova Diretoria em 1998.

Baía de Paranaguá

MAPA 19

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIRRO DE PARANAGUÁ QUE PARTICIPARAM DA NOVA COLETA DE DADOS REALIZADA EM 1998

ESCALA 1: 50.000



LEGENDA

- O entrevistado da Associação foi o mesmo em 1996 e 1998.
- A Associação participou da entrevista em 1996, mas em 1998 o entrevistado era outro.
- A Associação encontrava-se desativada em 1996 e tinha nova diretoria em 1998.
- Associação foi fundada em 1997 e em 1998 estava com um ano de existência.
- Outros bairros, cujos dados não foram levantados na segunda amostragem, em 1998.

FONTE
- Adaptado de CANEPARO; MORAES.
Mapa de Bairros do Perímetro Urbano de Paranaguá, 1998, inédito
- Entrevistas com representantes de Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá - 1998

EXECUÇÃO
Msc Laura Jesus de Moura e Costa
Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPR - 1999

4.4.10.1 Perfil dos representantes de Associações de Moradores de Bairro entrevistados em 1998

Dos 10 entrevistados, 8 encontravam-se na faixa etária dos 36 aos 60 anos, sendo 5 deles menores de 50 anos; havia também uma pessoa com 29 anos e outra com 64 anos.

Somente 2 das 10 pessoas entrevistadas eram mulheres e uma delas era a líder da Pastoral da Criança.

Em relação ao local de nascimento, 7 dos 10 eram parnanguaras; 2 haviam nascido em Curitiba e Região Metropolitana e um no interior do Estado (Londrina).

Quanto ao tempo de moradia, 7 estavam residindo naquele local, em 1998, há mais de 20 anos; uma pessoa entre 10 e 20 anos e 2 há menos de 10 anos. A casa era própria para 7 deles e 2 eram financiadas (Conjunto Eldorado e Moradias Bertioga); uma pessoa deixou em branco esta questão. Somente uma das residências apresentava 4 peças e 6 pessoas morando nela (bairro Beira-Rio, área de mangue invadida); nas demais, o mais freqüente eram 5 pessoas em casas com 5, 6, 7 e 9 peças.

A escolaridade predominante era de ensino fundamental (5 pessoas); com nível médio havia 3 pessoas e duas com nível superior completo e incompleto.

Nas férias, o lazer preferido é viajar (3 pessoas) e ir à praia (3 pessoas); uma pessoa respondeu que prefere jogar futebol e 2 disseram que não têm férias (um é aposentado e o outro trabalha como autônomo na construção civil); havia uma resposta em branco.

Das 10 pessoas entrevistadas, 3 trabalhavam como autônomas (comércio e construção civil - pedreiro e pintor) e 4 estavam empregadas, sendo que duas há menos de 5 anos e outras duas entre 10 e 20 anos; 3 pessoas responderam que não estavam empregadas (uma era aposentada, outra trabalhava na comunidade e em casa e a outra não fazia nada) e suas idades estavam entre 55 e 64 anos. Dentre os 4 que responderam estar empregados, 2 trabalhavam na área de saúde (hospital e radiologia), um era funcionário da Câmara Municipal de Pontal do Paraná e o outro trabalhava no Sindicato dos Estivadores.

Quanto à participação em outra entidade além da Associação de Moradores, 5 responderam afirmativamente e 5 não participavam de outra entidade. Dentre os 5 que participavam, um era Presidente da União Municipal de Associações de Moradores de Paranaguá (Umamp); outro, membro do Conselho Municipal de Saúde; outro, Presidente da Escola de Samba Junqueira; outro era diretor da FUNREBOM e uma senhora que participava na "Legião de Maria" e como líder da Pastoral da Criança (organizações da Igreja Católica).

No que diz respeito à filiação a partido político, 3 pessoas responderam que não estavam filiadas em nenhum partido e 7 das 10 pessoas entrevistadas estavam filiadas, sendo

uma no PT (há 5 anos), uma no PPS (há 5 anos), uma no PPB (há 2 anos e meio), uma no PSDB (há 10 anos) e 3 no PRP (há 6 meses, há 1 ano e há 2 anos). Nota-se que 2 dos 3 representantes de entidades de moradores, cujos entrevistados eram os mesmos de 1996 (33,3% das nove entidades), haviam-se filiado há 2 anos ou menos, ou seja, em 1996 não estavam filiados em nenhum partido. Pelo menos 3 dos 7 responderam que já haviam mudado de partido, ou seja, da UDN para o PPS; do PFL para o PPB, e do PMDB para o PSB e deste para o PRP. Predominam, nesse quadro, os perfis de centro (42,9%) e direita (28,6%), ficando a esquerda e centro-esquerda com 28,6% deles.

Ao perguntar se já haviam saído candidatos a vereador, 40,0% deles responderam que “sim” e 50,0% que “não”; um questionário estava com esta questão em branco. Dos 4 que já haviam saído candidatos, 3 deles, somente uma vez e um deles já havia saído candidato 2 vezes.

4.4.10.2 Questões de saúde e de meio ambiente

Observa-se que diminuiu a visão naturalista de meio ambiente, pois somente duas respostas manifestaram esta compreensão e uma outra relacionava o meio em que se vive com a questão ecológica; 50,0% das respostas compreendiam o meio ambiente como local onde se vive, relacionando-o com limpeza e vida saudável; 2 respostas estavam em branco (20,0%).

Provavelmente, isso ocorre em função das campanhas de limpeza do bairro e reciclagem do lixo que vêm sendo desenvolvidas pela Prefeitura de Paranaguá desde 1993 e pelas reportagens apresentadas nos meios de comunicação de massa, principalmente na televisão.

Quanto à compreensão de saúde, 4 pessoas relacionaram-na à visão de bem estar com o corpo e a mente/estar bem/estar muito bem e 2 pessoas relacionaram saúde a trabalho. Houve também quem respondeu que saúde “é o coração funcionando em perfeitas condições”, “é não estar doente”, “é a excelente qualidade de vida proporcionada pelo poder público.” As outras compreensões diziam respeito à boa alimentação, “moradia com saneamento básico”, “lazer” e “ter mais hospitais e remédios”.

Com base nestas respostas, percebe-se que há um predomínio da compreensão de saúde relacionada com qualidade de vida e bem estar.

Em oposição à saúde como bem estar, coloca-se a doença, compreendida pelos entrevistados como mal estar, “mal que tem cura”, “mal que incomoda”, “dor que tem cura”, “anomalia que tira a liberdade”, “agressão que sofre o organismo devido à má qualidade de vida”, “é a presença de qualquer vírus que prejudica o funcionamento do

organismo”, ou ainda, “é não se cuidar direito/não tomar remédio”; uma pessoa relacionou a doença com a “falta de trabalho”. Esta mesma pessoa havia definido saúde como “trabalho” e bom alimento como “bom emprego”.

As demais compreensões de bom alimento se referem à “boa qualidade nutricional dos mesmos”, aquele que “tem proteínas suficientes para nosso organismo”, “é uma verdura sem veneno”, “é o simples feito com higiene”, ou então, relacionam o bom alimento com o ato de comer, como por exemplo: “é saber o que comer sem extravagância”, “é comer bem”, “é um bom almoço”, “é comer frutas”, “é alimentar(-se) bem”. Um questionário estava com esta questão em branco.

Percebe-se que a compreensão de bom alimento está mais relacionada com as necessidades do organismo e a higiene do que com a fartura ou a abundância dos mesmos.

Como doenças decorrentes de problemas ambientais foram relacionadas principalmente aquelas devido à poluição do ar, ou seja, doenças respiratórias e pulmonares, bronquite, asma, tuberculose, gripe e alergias devido à poluição; e, também, as causadas por vetores, como por exemplo: dengue, malária, febre amarela e leptospirose. Duas pessoas responderam que os problemas ambientais não causam nenhuma doenças.

Chama a atenção o fato de que a falta de saneamento básico é apontada como principal problema de meio ambiente, como principal problema do bairro e como principal ação necessária para a melhoria do meio ambiente em Paranaguá; também, o esgoto é visto mais como um problema de saúde do que de meio ambiente e, talvez por isso, as diarreias, disenterias, cólera, hepatite, etc., não tenham sido relacionadas como doenças decorrentes de problemas ambientais.

Vale comentar que, em uma reunião com as líderes da Pastoral da Criança, realizada em 06 de outubro de 1998, no salão paroquial da Igreja da Paz, em Paranaguá, foi perguntado se elas discutiam questões ambientais com as mães das crianças nas reuniões mensais que faziam para a pesagem e a medição dos filhos, todas foram unânimes em dizer que **não**; mas, quando foi perguntado se orientavam as mães sobre o lixo, a higiene, a limpeza da casa, da roupa, dos alimentos, sobre a qualidade da água, etc., no mesmo instante, todas afirmaram que **sim** e que isso contribuía para a melhoria da qualidade de saúde e de vida das respectivas famílias. Isso pode ter ocorrido em função do predomínio da visão naturalista de meio ambiente e/ou por carência de maiores e melhores informações sobre o assunto.

Em relação aos representantes de Associações de Moradores de Bairro, ao perguntar, em 1998, se Paranaguá poderia sofrer as consequências da poluição planetária, todos afirmaram que **sim**.

Em seguida, foi perguntado a eles: como Paranaguá poderia sofrer as consequências da poluição planetária? E as respostas dadas foram em relação ao clima (“por causa do “El Niño””), aos movimentos da terra (“considerando a rotação”), ao meio ambiente (“com a degradação do meio ambiente”, “pelo desmatamento incontrolável”, “pelas grandes destruições”) e ao homem (“por causa do ser humano”, “com as próprias firmas”). Três questionários estavam com esta questão em branco.

No que diz respeito à globalização, 7 das 10 pessoas entrevistadas responderam que a globalização afeta Paranaguá e 3 responderam que não afeta.

Dentre as que responderam afirmativamente, 3 explicaram que a globalização afeta por ser Paranaguá uma cidade portuária; uma pessoa explicou que afeta porque “estamos no contexto”; outras três disseram que afeta “através das empresas”, “porque termina com a mão-de-obra” ou afeta “com a abertura do mercado”. Uma outra pessoa disse que a globalização não afeta Paranaguá em nada e 2 questionários estavam com esta questão em branco.

Percebe-se que em torno de 70,0% dos representantes de bairro entrevistados em 1998 expressaram alguma compreensão da problemática da globalização e viam relação entre este processo e a cidade onde viviam; outros 30,0% dos entrevistados careciam de maiores e melhores informações a esse respeito.

Dentre as coisas “que mais gosta na cidade de Paranaguá” foram relacionadas: o fato de “não termos calamidade atmosférica”, “o clima”, “o Porto”, “o ponto turístico”, “o lazer”, “tudo o que tem de bom”, “as minhas boas amizades”, “a tranquilidade”, “gosto de tudo”. Somente um questionário estava com esta questão em branco.

Estas “coisas boas” acima citadas podem ser agrupadas em aspectos ambientais (clima, atmosfera, ponto turístico, lazer), aspectos econômicos (Porto, o ponto turístico) e aspectos sociais (boas amizades, a tranquilidade, tudo o que tem de bom).

Em relação ao que “menos gosta em Paranaguá”, foram relacionados: “os governantes/a classe política/a falta de governantes” (3 pessoas), “a poluição” (2 pessoas), “a falta de interesse pelos adolescentes”, “o mau policiamento”, “a droga”, “o transporte coletivo”, “o baile”; um questionário estava com esta questão em branco.

Em síntese, o que menos gosta, na opinião dos representantes de bairro entrevistados, é da administração pública, da qualidade dos serviços prestados (ou não prestados) e da poluição (o que também sugere a falta de maior fiscalização, ou seja, uma ação mais eficiente da administração pública).

Sobre o conhecimento da legislação ambiental existente, somente duas pessoas afirmaram conhecê-la e 7 pessoas (70,0%) ignoravam seu conteúdo; um questionário estava

com esta questão em branco. Isso confirma a grande carência de maiores e melhores informações sobre a questão ambiental e sobre os seus próprios direitos e deveres.

Uma outra resposta que confirma a falta de informação é a de que 9 dos 10 entrevistados nunca tinham movido uma ação civil pública pela Associação de Moradores e uma última pessoa respondeu que desconhecia o que era uma ação civil pública.

Dentre os entrevistados, 5 (50,0%) responderam que nunca tinham realizado passeatas ou atos públicos pela Associação de Moradores; 4 responderam que **sim**, isto é, já os havia realizado; um questionário estava em branco. Os motivos pelos quais as entidades havia realizado passeata e/ou ato público eram: conseguir melhorias para a vila, conseguir área de lazer no bairro; para pedir a colocação de lombadas na PR-407 e para discutir o valor da prestação da casa própria.

Na realidade, o poder de mobilização das referidas entidades é bastante pequeno. Alguns aspectos sobre esta questão já foram comentados através dos dados coletados em 1996.

Ao perguntar se “quem comete infrações contra o meio ambiente deve ser punido”, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que **sim**.

À pergunta: “como deve ser punido?”, 70,0% dos representantes de bairro entrevistados responderam que com multa, sendo que 50,0% fizeram referência somente à multa; 10,0%, à multa precedida da necessária conscientização e 10,0%, à multa e prisão. Também foi respondido que a pessoa infratora deve ser punida “de toda forma possível” ou que “deve replantar o que tirou”. Somente um questionário estava com esta questão em branco.

Esta posição está mais branda que a obtida através dos dados levantados pela pesquisa nacional realizada pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins/CNPq, Ministério do Meio Ambiente e ISER, em 1997, que constata:

A prisão do responsável é a punição escolhida por parcela significativa da população para infrações que vão desde queimar matas e jogar lixo em locais proibidos. Prender quem queimar matas indiscriminadamente e quem picar a cidade recebem altos índices de aprovação (46% e 34%, respectivamente). (...) Entre outras alternativas, uma preferência aumenta também entre os moradores das capitais (45%): fazer esgoto clandestino, construir casas em áreas protegidas por leis ambientais, caçar e pescar em locais proibidos são agressões ao meio ambiente que deve ser punidas em dinheiro.⁷⁵⁸

À pergunta: “Está disposto a colaborar com ações em defesa do meio ambiente?”, 100,0% dos representantes de bairro entrevistados responderam que “sim”.

⁷⁵⁸ JORNAL DO MEIO AMBIENTE, set. 1997. p. 6-7.

A pesquisa nacional acima referida conclui que a disposição da população brasileira de ajudar as ONGs de meio ambiente é menos expressiva do que a simpatia demonstrada por estas instituições.

O interesse pelo trabalho voluntário é maior entre os jovens (66%), entre as pessoas com instrução secundária (60%), entre moradores das regiões Norte (64%) e Nordeste (63%) e residentes em cidades com até 2000 habitantes (62%). (...)

Quase $\frac{3}{4}$ da população brasileira se mostram dispostos a separar o lixo doméstico como forma de ajudar na proteção do meio ambiente. Comparando os dados de 92 com 97, percebe-se um aumento de 13% nesta disposição. Ela é maior entre os mais instruídos e de maior renda, entre os moradores das capitais e de cidades com mais de 100.000 habitantes.⁷⁵⁹

Ainda, foram dadas aos representantes de bairro de Paranaguá várias alternativas para que fossem colocadas em ordem decrescente de importância sobre o futuro de Paranaguá e que a médio prazo poderia ser realizado.

A sequência indicada pelas respostas dadas aos questionários foi:

- a) políticas honestas traçadas por políticos competentes;
- b) acesso aos serviços de saúde, educação, etc., de qualidade para toda a população;
- c) saneamento básico (água, esgoto e lixo) no Município de Paranaguá;
- d) estabilidade econômica e aumento do poder aquisitivo da população;
- e) fábricas modernas na cidade;
- f) combate à droga (ao contrabando e ao uso);
- g) condições de moradia para todos;
- h) um meio ambiente sadio e uma natureza protegida;
- i) a segurança para todos em Paranaguá;
- j) conscientização da população para fazer a sua parte;
- k) acabar totalmente com as invasões;
- l) uma justiça rápida, capaz de resolver os problemas da população;
- m) uma agricultura desenvolvida, para terminar com os conflitos pela terra;
- n) emprego para toda a população não empregada;
- o) alimentação boa para toda a população.

Observa-se que as prioridades estão colocadas mais a nível de políticas públicas, quer seja em termos de gestão, seriedade, competência, quer seja em relação aos serviços prestados e/ou programas de governo. A questão ambiental aparece em oitavo lugar, depois de políticas honestas, saúde, educação, saneamento básico, estabilidade econômica/maior poder aquisitivo, fábricas modernas, combate às drogas e habitação.

⁷⁵⁹ Idem, p. 7.

Vale lembrar que a pesquisa feita pelo IBOPE antes da campanha eleitoral de 1989⁷⁶⁰ já indicava como as três maiores preocupações dos brasileiros (urbanos e rurais) o seguinte:

- a) acesso aos serviços de saúde, educação e outros serviços, com qualidade;
- b) honestidade e competência política dos seus representantes;
- c) estabilidade econômica e fim da inflação.

Por fim, foi dada outra série de alternativas para que fossem colocadas em ordem decrescente de importância em relação aos problemas de meio ambiente mais graves no Brasil na atualidade e a sequência indicada pelos representantes de bairro de Paranaguá foi:

- a) queimadas sobre a floresta tropical no Centro-Oeste e Amazônia;
- b) a poluição industrial dos rios e das grandes cidades;
- c) destruição da Floresta Atlântica (Mata Atlântica);
- d) riscos de acidentes/de irradiação nucleares;
- e) poluição do ar por veículos;
- f) poluição do mar e das praias;
- g) construção de rodovias na Amazônia;
- h) aquecimento global e destruição da camada de ozônio (Poluição atmosférica);
- i) saneamento básico (água, esgoto e lixo);
- j) acabar com a pobreza;
- k) conscientização da população;
- l) melhores políticas públicas e melhores políticos;
- m) perda/destruição da biodiversidade.

Por influência da mídia ou não, existe uma determinada consciência dos representantes das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá entrevistados sobre os problemas de meio ambiente do País. Observa-se que as queimadas, a poluição, a destruição das florestas (inclusive, a Atlântica) são indicadas como os mais graves; repetindo, inclusive, os resultados do IBOPE de 1989.

Percebe-se que as preocupações com a qualidade de vida, humana e ambiental, e com políticas públicas que garantam a qualidade de vida são prioritárias, tanto para os representantes de bairro de Paranaguá entrevistados, como para os brasileiros em geral (segundo a referida pesquisa do IBOPE).

⁷⁶⁰ WORCESTER; CORRADO, 1992. p. 356-357, citado por COSTA; CARNEIRO; NOVAKOSKI, em trabalho sobre Modos de apropriação da natureza: representação social, apresentado no Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, em 1994. (fotocópias)

4.5 PRÁTICAS SOCIAIS DESENVOLVIDAS

4.5.1 Pela Sociedade Política

As práticas da Sociedade Política em relação à Sociedade Civil organizada, em Paranaguá, principalmente nas três últimas décadas, acompanharam as conjunturas da política nacional.

Assim, na década de 70, no regime militar, a administração pública municipal esteve mais preocupada com as propostas desenvolvimentistas, buscando formas de expansão econômica do município, implantação de grandes indústrias e ampliação da atividade portuária. O contato com a Sociedade Civil organizada, reduzida e reprimida pelo regime militar (no caso as Associações de Moradores de Bairro), deu-se no sentido de cooptação para a vigilância, controle comunitário e favorecimentos protecionistas.

Nos anos 80, principalmente após a abertura política e mais intensamente na segunda metade da década (quando partidos de oposição ao Governo Federal ganharam as eleições no Estado e no Município - PMDB), tanto a administração estadual como a municipal buscaram maior articulação comunitária como forma de legitimar o processo democrático e **educar** ou **exercitar** a população para um novo tipo de relacionamento entre a sociedade política e a sociedade civil. São dessa época os: **Projeto Cura**, **Projeto Gralha Azul**, a entrega do *ticket* do leite, as reuniões e articulações comunitárias realizadas pelo chefe do Escritório Regional da SETAS (ou SEJA) em Paranaguá, etc.

Na década de 90, as questões de meio ambiente tiveram grande repercussão pelos meios de comunicação de massa, principalmente antes, durante e após a RIO-92, o que fez com que crescesse a demanda de palestras, ações, discussões sobre problemas ambientais. A educação ambiental era utilizada para justificar muitos projetos, buscar financiamentos e popularizar serviços prestados. São criadas muitas Secretarias de Estado e Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Surgem inúmeras e diferentes propostas de trabalhos da administração pública envolvendo comunidades, tais como, em Paranaguá: caminhadas ecológicas, separação e reciclagem do lixo, **Baía limpa**, **Festa da Vida**, etc., e em nível municipal: **S. O. S. Cidade Limpa**, **Altereco**, além de outros.

O **Projeto Cura** foi iniciativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) e tinha por objetivo a realização de obras de melhorias na comunidade. Em Paranaguá, as Associações de Moradores propuseram-se a discuti-lo e a manifestar suas opiniões, acreditando que o mesmo pudesse transformar a cidade; no entanto, receberam-no como um **pacote** elaborado pela administração municipal, conforme seus interesses e

prioridades. Muita coisa não saiu do papel. “Com o que tinha no papel, nossa cidade, hoje, seria outra.”⁷⁶¹

A Associação de Moradores da Vila São Vicente foi a única em que o representante entrevistado fez referência à conquista, pelo **Projeto Cura**, de asfalto nas ruas e manilhamento de esgoto.

O **Projeto Gralha Azul** teve início na gestão do Governador José Richa (em 17 de outubro de 1983) e foi uma proposta comprada do técnico responsável através do BANESTADO. Até o final de 1988 (Governo de Álvaro Dias), o Projeto havia sido implantado em 200 municípios do Paraná. A metodologia desenvolvida buscava envolver a comunidade, levantando, através do preenchimento de formulários e respectivo recolhimento em urnas, as prioridades do Município. As urnas eram feitas de madeira pelo próprio BANESTADO e eram colocadas nas agências do banco, casas de comércio e pontos de fácil acesso à comunidade. Primeiramente, era feito um trabalho de divulgação através das rádios, da Igreja, das Associações de Moradores existentes e, ao mesmo tempo, era distribuído a toda a população interessada um questionário, o qual deveria ser respondido em até quinze dias e depositado em qualquer uma das urnas da cidade. Passado esse prazo, o pessoal do próprio Banestado, em conjunto com o coordenador municipal do Projeto, recolhia os questionários, fazia um primeiro levantamento das respostas dadas, eliminando as repetições e conseguindo, na maioria das vezes, um rol de 130 sugestões, as quais eram rediscutidas pela comunidade em um trabalho em grupo, em dia específico para isso. Marcava-se, geralmente, em uma escola pública estadual, em final de semana (sábado, por exemplo). Durante todo o dia, conforme a metodologia do Projeto, as questões eram discutidas, obtendo-se, no final, um elenco de prioridades para o município, relacionadas por ordem de importância e/ou necessidade.⁷⁶²

O Banestado, então, se comprometia em captar recursos junto à própria comunidade, estimulando-a a fazer depósitos, tanto em conta corrente como em caderneta de poupança, na própria agência do banco para que, dessa forma, os recursos captados, ali, voltassem para o respectivo município em forma de obras que beneficiassem a coletividade. O banco assumia o compromisso de ajudar na concretização da(s) obra(s) selecionada(s) pela comunidade para aquele local. A assinatura do contrato de seu financiamento dava-se em final de semana, geralmente à noite, com grande festividade, espetáculo musical em praça pública, ata de assinatura do contrato e forte propaganda do Banestado (*marketing empresarial*).⁷⁶³

⁷⁶¹ Depoimentos de técnicos da administração pública estadual entrevistado, entre 1996-1998.

⁷⁶² Idem.

⁷⁶³ Idem.

Na sequência, os técnicos da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social (SEJA ou SETAS) aproveitaram a proposta bancária de cunho comunitário do Governo de Estado (gestão 1982-86), enriqueceram-na através de suas experiências profissionais e criatividade e transformaram-na em Programa de Governo de cunho social, na gestão 1987-90 do Governo do Estado. A partir daí, o município interessado na implantação do Projeto Gralha Azul deveria fazer a solicitação, via ofício, à SETAS. Se a iniciativa partia de alguma Associação Comunitária, era feito o contato com a administração do respectivo município para a obtenção de seu apoio político e administrativo. Com o ofício em mãos, os técnicos da Secretaria marcavam uma reunião no referido município e convidavam o Prefeito, as lideranças comunitárias e o gerente do Banestado daquele local para, em conjunto, estabelecerem uma forma de **contrato verbal**, acertando os detalhes de como se daria o desenvolvimento do Projeto. A Prefeitura deveria apoiar os técnicos da SETAS, facilitar sua entrada nos colégios, nas escolas, estabelecer os contatos com lideranças comunitárias, etc., a fim de divulgar o Projeto e mobilizar as pessoas interessadas. A Prefeitura também ficava encarregada de nomear um coordenador municipal do Projeto, sendo que este deveria ter bom trânsito na Prefeitura e junto à sociedade local.⁷⁶⁴

Em seguida, era feita uma agenda de reuniões com Associações de Moradores, Associação Comercial, Industrial, com o Lyons Club, o Rotary Club, a Igreja, os sindicatos, as rádios locais, os jornais e demais espaços de divulgação e mobilização existentes no município. Era feito um pequeno treinamento com o coordenador municipal do Projeto e este passava a assumir todo o trabalho de divulgação, colocando a idéia de elaborar, em conjunto, um Plano de Governo Municipal. Então, o processo participativo comunitário ganhava caráter de processo decisório de Governo. Duas perguntas eram colocadas à comunidade:

- a) **Qual é o principal problema de seu município?**
- b) **O que você faria para resolver este problema?**

As pessoas deveriam responder a estas perguntas e colocá-las em urnas espalhadas pela cidade e, como estímulo, participavam do sorteio de uma Caderneta de Poupança, doada pelo Banestado, no valor aproximado de quatro ou cinco salários mínimos. O retorno obtido variava de município para município, mas girava em torno de 800 a 2000 formulários preenchidos e devolvidos. Depois de quinze dias, as urnas eram abertas com a presença dos

⁷⁶⁴ Depoimentos de técnicos da administração pública estadual entrevistado, entre 1996-1998.

técnicos da SETAS, o coordenador municipal do Projeto, lideranças comunitárias e demais participantes do processo de divulgação.⁷⁶⁵

Era feita uma listagem das sugestões, tanto dos problemas existentes como das possíveis soluções, consistindo de 80 a 130 itens. Discutia-se o município como um todo, tendo em vista a elaboração de um Plano de Ação Municipal. Era feita uma sub-divisão aleatória de 25 a 30 itens em cada sub-listagem. Os técnicos da SETAS davam um treinamento de dois dias aos monitores locais (de 12 a 25 pessoas) que, geralmente, eram professores da rede municipal de ensino (eram os que davam maior apoio a esse trabalho), alunos do curso de Magistério e funcionários do Banestado. Esse treinamento era eminentemente prático e consistia no repasse da metodologia, de como deveriam trabalhar com a comunidade.⁷⁶⁶

Qualquer pessoa acima de 14 anos podia inscrever-se para essa discussão. No início e em conjunto, deveria ser elaborado um “Regimento Interno” do dia do encontro, o qual serviria de guia para o bom andamento do trabalho. Elaborava-se um cartaz e fixava-se o mesmo na parede para ser visto e lembrado por todos a todo instante. Fazia-se também um trabalho de conscientização dos direitos do cidadão e de sua corresponsabilidade nas decisões da vida da cidade. Era reforçada a idéia de que a comunidade organizada poderia melhorar o seu meio ambiente, o seu município e conquistar transformações, havendo o espírito de união de todos. Em seguida, as sub-listagens eram distribuídas a cada um que, individualmente, lia as sugestões e pré-selecionavam dez prioridades, em ordem decrescente. Depois, o grande grupo era sub-dividido em pequenos sub-grupos de quatro... cinco pessoas, bastante heterogêneo (graus de escolaridade diferentes, rural e urbano, profissões diferentes, etc.). Estas pessoas cruzavam entre si as dez prioridades pré-selecionadas individualmente e reelaboravam uma nova relação de dez prioridades coletivamente. Das dez, deveriam selecionar cinco prioridades, em ordem decrescente. Depois, em separado, os técnicos da SETAS davam um peso de 1 a 5 para cada item, ou seja, prioridade um - peso cinco, prioridade dois - peso quatro, prioridade três - peso três, prioridade quatro - peso dois e prioridade cinco - peso um. Montava-se um quadro de prioridades e pesos e fazia-se a somatória final dos pontos obtidos em cada item. Aí, pelo total de pontos, elaborava-se a listagem final de prioridades, do maior para o menor. Essas prioridades todas, somadas, formavam o Plano de Governo Municipal ou Plano de Ação Municipal, feito pela comunidade e que era entregue, prontinho, ao Prefeito. Esse trabalho todo era feito, previamente, com os monitores e repassado à comunidade no dia marcado,

⁷⁶⁵ Depoimentos de técnicos da administração pública estadual entrevistado, entre 1996-1998.

⁷⁶⁶ Idem.

geralmente, um sábado. Participavam de 70 a 800 pessoas, com uma média geral de 100 pessoas; em cada sub-grupo havia dois monitores e era escolhido um relator. No dia do encontro com a comunidade, era feita a abertura solene em um salão, com a presença das autoridades locais e, em seguida, era dado início aos trabalhos que duravam todo o dia. O almoço era oferecido pela Prefeitura aos participantes. Havia também atividades paralelas para as crianças que vinham com suas mães.⁷⁶⁷

Como era início de um processo de abertura democrática no País, muitas vezes os técnicos da SETAS tinham que fazer o trabalho de conscientização, antes, com a administração municipal e, depois, com a comunidade. “- Muitas vezes, fomos até taxados de comunistas.” “- Ah!... Taxado de comunista... Sair correndo do município... Isso nós tivemos que sair.”⁷⁶⁸ O Governador e o Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social de então deram total liberdade aos técnicos para o desenvolvimento deste trabalho. “- Você não ficava se policiando, né? Então, isso era muito importante também.”⁷⁶⁹ E quando algumas prioridades levantadas diziam respeito a outra Secretaria de Estado, elas eram repassadas pela SETAS, via ofício, à respectiva Secretaria.⁷⁷⁰

O Banestado continuava fazendo o seu *marketing* no final do Projeto, durante o espetáculo musical por ele patrocinado para a assinatura do convênio. A aplicação de recursos no próprio banco era incentivada e reforçava-se a idéia de municipalismo.

Ainda, na plenária final com a comunidade, cada sub-grupo elegia um conselheiro, ou seja, a pessoa que mais se identificou com o grupo, que melhor liderança apresentou. Este(s) conselheiro(s) iria(m) intervir junto ao Prefeito e acompanhar a realização da(s) obra(s), isto é, a realização do Plano de Ação Municipal. Formava-se um Conselho Municipal. A SETAS repassava ao município de 30,0% a até 50,0% dos recursos necessários.⁷⁷¹

No entanto, uma das limitações do Projeto era a dificuldade que a SETAS tinha de repassar recursos aos municípios para obras que fugiam à sua área de atuação, como por exemplo recursos para: ônibus escolar, hospitais, postos de saúde, projetos habitacionais populares, etc.; mas, mesmo assim, muitos desses pedidos foram viabilizados. As solicitações mais facilmente atendidas eram de Centros Comunitários (que muitas vezes funcionavam como Postos de Saúde), creches, escolas de trabalho, etc.⁷⁷²

⁷⁶⁷ Depoimentos de técnicos da administração pública estadual entrevistado, entre 1996-1998.

⁷⁶⁸ Idem.

⁷⁶⁹ Idem.

⁷⁷⁰ Idem.

⁷⁷¹ Idem.

⁷⁷² Idem.

O Projeto Galha Azul trouxe, na época, uma metodologia nova para o trabalho do Estado com a comunidade; pregou a participação democrática da população, a definição coletiva dos recursos públicos dentro do município e incentivou a formação de Conselhos como espaços de interações entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil, de discussão e de tomada de decisões. Da mesma forma, para o funcionário público municipal o Projeto trouxe benefícios, pois além de tornar-se co-responsável pela realização do Plano, incorporava-se a ele e trabalhava de forma diferente também.

O projeto movimentou todo os rincões do Estado, porque ele foi implantado na maioria dos municípios. (...) Em muitos municípios, essa discussão e esse movimento que era levado pelo Projeto, possibilitou a criação de associações não governamentais, principalmente de Associações de Moradores.⁷⁷³

Estas práticas desenvolvidas pelo Projeto Galha Azul (na época, não tão comum como hoje em alguns municípios) podem ter contribuído para uma maior conscientização da comunidade, tornando-a mais crítica em relação à administração pública municipal, e podem ter dado uma ínfima contribuição à prática de reuniões comunitárias para a discussão do orçamento municipal.

Em Paranaguá, a implantação do Projeto Galha Azul foi adiada várias vezes, porque o Prefeito de então não demonstrava muito interesse em viabilizá-lo, justamente por manter uma visão conservadora, segundo a opinião dos entrevistados.

...você abrir para a população uma discussão para priorizar aonde que o recurso público vai ser utilizado, você está dividindo o poder. Você está abrindo o teu poder, porque o Prefeito tem todo o poder e a maioria deles ainda tem essa visão de eles definirem: “- Eu vou atender esse bairro, porque esse bairro me apoiou mais. Eu vou deixar de atender aquele...” (...) Então, os Prefeitos com uma visão conservadora... Para que o projeto fosse implantado, o Prefeito tinha que ter sensibilidade para isso, né?, porque ele acabava abrindo um pouco de seu poder e dizendo o quanto de recurso virá para o município. Como que a gente vai aplicá-lo...⁷⁷⁴

Então, entre o final de 1987 e início de 1988, o Projeto foi implantado em Paranaguá. Houve uma boa participação do pessoal da faculdade, dos grêmios estudantis e, principalmente, dos sindicatos (historicamente fortes) no processo de mobilização da comunidade. Em todos os sindicatos foram feitas reuniões e em todos eles foi colocada uma urna para o recolhimento dos questionários. As Associações de Moradores também participaram. Na Ilha dos Valadares e em outros locais foram feitas reuniões comunitárias. Pelo Projeto Galha Azul foi proposta a construção de três creches, em Paranaguá, sendo

⁷⁷³ Depoimentos de técnicos da administração pública estadual entrevistado, entre 1996-1998.

⁷⁷⁴ Idem.

uma no bairro Serraria do Rocha, outra na Vila Paranaguá e a outra no Conjunto Santos Dumont; porém, nenhuma delas foi construída na época. De acordo como os depoimentos, os recursos preliminares foram entregues ao Conselho Municipal do Galha Azul, mas o município não viabilizou a sua parte.⁷⁷⁵ Foram resultados do Projeto, em Paranaguá, a construção da passarela entre o continente e a Ilha dos Valadares e a construção do Centro Comunitário da Ilha (sede da Associação de Moradores, na Vila Bela).⁷⁷⁶

A questão da poluição de Paranaguá foi levantada, a questão da... (...) Eu lembro que havia uma preocupação, ali, daquela parte, ali, do Rocio, ali, né? (...) A questão da coleta de lixo... (...) Lembro também que a Ilha dos Valadares estava bastante abandonada, assim, sabe? O pessoal reclamava muito de seu abandono, infra-estrutura para os ilhéus, né? Tinha a questão também de uma comunidade... aquela que comprava caminhões de lixo para aterrar o mangue para construir casas encima, né? (...) Foi uma das coisas que mais me chamou a atenção, que eu nunca tinha visto isso no Estado inteiro, né? Ééé... A poluição, de uma forma geral, era um problema também. Não só a poluição... o lixo... por algum produto tóxico... ou alguma coisa assim... Mas também, por questão do visual, né?, de Paranaguá, que tinha que ter um colorido, alguma coisa assim... alguma coisa. A ligação entre a Ilha dos Valadares e o continente também era um problema, porque não tinha aquela ponte que, hoje, tem lá... (...) Naquele tempo, não havia aquela passarela e que foi uma das coisas levantadas também no Galha Azul. (...) Foi uma das grandes reivindicações daquela comunidade e houve uma participação boa também da comunidade do Valadares no encontro, né?, até reivindicando seu espaço. Lembro, também, que, naquela mesma época, tinha alguma coisa sobre a questão do *ticket* do leite, lá...⁷⁷⁷

Na FIGURA 25, pode-se ver a realização da plenária final do Projeto Galha Azul, em Paranaguá, em 1988.



⁷⁷⁵ Depoimentos de técnicos da administração pública estadual entrevistado, entre 1996-1998.

⁷⁷⁶ Idem.

⁷⁷⁷ Idem.

Um outro projeto desenvolvido pela SETAS e que estava sendo implantado em todo o litoral e, nessa época, realizava-se em Paranaguá, foi o **Brigadas do Trabalho**, que tinha por objetivo realizar cursos de alfabetização pelo método de Paulo Freire e cursos de qualificação profissional e documentação, além da valorização da cultura local. Propunha-se a criar espaços para que as camadas mais pobres da população tivessem acesso ao saber, aos direitos trabalhistas e de cidadania. Proporcionava, ainda, no âmbito comunitário, a criação de oficinas comunitárias. Criavam-se micro-unidades de produção, com recursos a fundo perdido, porém com reversão em forma de produtos produzidos doados a entidades filantrópicas previamente definidas. Chamava-se a tudo isso “Escola do Trabalho”. A Secretaria contribuía para a aquisição ou construção dos equipamentos necessários e os recursos eram viabilizados através do Projeto Galha Azul. O repasse da verba dava-se em três etapas, sendo que a realização da primeira etapa determinava a liberação da segunda parcela e a da segunda, a terceira parcela. Havia um controle social e um acompanhamento técnico da SETAS em relação à aplicação dos recursos.⁷⁷⁸

Quando iniciou-se a nova gestão do Governo do Estado (1991-1994), os recursos foram cortados, algumas pendências de repasse de verbas perduraram e o Projeto Galha Azul, bem como os demais a ele vinculados, deixaram de existir. Em alguns municípios, onde a comunidade cobrava mais, os Prefeitos foram buscar outras fontes de recursos para a conclusão das obras iniciadas.⁷⁷⁹

Faltava, nesses projetos todos, uma continuidade de acompanhamento ou avaliação, de forma que previsse a continuidade da participação comunitária no processo de tomada de decisões no âmbito municipal. Faltava também um maior entrosamento entre as várias Secretarias de Estado, no sentido de que as solicitações da comunidade, encaminhadas via SETAS mas de responsabilidade de outras Secretarias, fossem atendidas. Faltava uma articulação intersetorial ou interinstitucional entre os vários órgãos de Estado. Mas, a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social mantinha, inclusive em 1998, a Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário que, com muito menos recurso, desenvolvia uma linha de trabalho mais voltada para dar apoio à construção ou aquisição de equipamentos sociais, quando solicitados pela Prefeitura. Mantinha também o programa de capacitação de lideranças e a “vaca mecânica” (produção mecânica de leite de soja).⁷⁸⁰

Quanto à **distribuição do ticket do leite**, era um programa nacional e repassado aos Estados e Municípios através das ações sociais. Em Paranaguá, a referida distribuição dava-se pelo chefe do Escritório Regional da SETAS e era exigido que:

⁷⁷⁸ Depoimentos de técnicos da administração pública estadual entrevistado, entre 1996-1998.

⁷⁷⁹ Idem.

⁷⁸⁰ Idem.

- a) a Associação estivesse organizada social e juridicamente;
- b) possuisse um cadastro de famílias ou de associados;
- c) a população recebedora do *ticket* fosse comprovadamente carente, necessitada;
- d) a Associação deveria ter realizado eleições de diretoria nos últimos dois anos;
- e) a Associação deveria possuir os Livro Ata e Livro Caixa atualizados;
- f) haver renovação do Presidente da entidade, ou seja, que este não fosse vitalício;
- g) a diretoria da Associação ter participado de reuniões e debates sobre os problemas do município;
- h) participar das palestras e debates sobre os problemas locais, realizados no dia da entrega do *ticket* do leite;
- i) só recebia o *ticket* quem estivesse relacionado no cadastro de beneficiário existente.⁷⁸¹

No que se refere às **reuniões e articulações comunitárias** realizadas pelo chefe do Escritório Regional da SETAS (ou SEJA) em Paranaguá, segundo depoimento, seu trabalho tinha como objetivo organizar a comunidade, sempre partindo das próprias iniciativas e necessidades da população. Iniciava suas atividades com uma palestra, tendo por base os questionamentos dos moradores do bairro e estimulando para que os presentes sempre participassem dando suas opiniões sobre o assunto. Visava a formação e conscientização sócio-comunitária da população, bem como sua participação mais efetiva junto à administração pública. No início e com a presença da Prefeitura, eram feitas audiências comunitárias em cada bairro; mas, depois, as audiências foram sendo transferidas para os gabinetes. Mais tarde, a Prefeitura já não atendia ninguém e reconhecia o poder somente do chefe do Executivo e da Câmara de Vereadores. Formou-se, então, uma Frente Inter-Sindical e Popular, com o apoio de partidos políticos da oposição, conseguindo mudar o rumo (ainda que temporariamente) da representação do Executivo Municipal.⁷⁸²

Em 1986, havia 13 Associações de Moradores em Paranaguá, sendo que a maioria delas tinha o Presidente **nomeado** por influência de vereadores ou lideranças políticas locais. Havia Presidente de entidade de bairro que não sabia o que era um Estatuto de Associação; outros, buscavam ser Presidentes com a perspectiva de receber salário da Prefeitura, tomando por base a liberação remunerada do funcionário eleito para compor a diretoria do sindicato e realizar o trabalho sindical. Mas, com a interferência do chefe do Escritório Regional da SETAS (técnico comprometido com o Movimento Popular), iniciou-se um processo de conscientização, de questionamentos junto à comunidade, mudando os

⁷⁸¹ Depoimentos de técnicos da administração pública estadual entrevistado, entre 1996-1998.

⁷⁸² Idem.

rumos dessas práticas sociais. No entanto, muitas lideranças trocavam suas representações no bairro por cargos junto à Administração Pública Municipal (Executiva e Legislativa) e seu poder de mobilização diminuía.⁷⁸³

Dentre as principais dificuldades encontradas pelo então chefe do Escritório Regional da SETAS em Paranaguá destacam-se: falta de recursos financeiros; falta de compromisso das lideranças comunitárias; interferência do poder local constituído; interferência de políticos em campanhas eleitorais; baixo nível de formação e informação da população; não atendimento das reivindicações populares pelo poder público, além de outras.⁷⁸⁴

Alguns vereadores achavam-se donos de seus redutos eleitorais, ofereciam jantares e festas para os Presidentes das entidades e algumas lideranças, extra-oficialmente, recebiam benefícios de políticos. Quando não conseguiam desta forma, os políticos intimidavam os Presidentes ou indicavam-nos para futuros candidatos a vereador, sonho de algumas lideranças.⁷⁸⁵

Mesmo assim, foram desenvolvidos pela SETAS no Município de Paranaguá os seguintes projetos: ações integradas, mutirões comunitários, projetos patrocinados pela Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC), além dos já citados (Brigadas do Trabalho, Micro-unidades de Produção, Gralha Azul e Projeto Cura); e foram encaminhadas, junto com a União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá, as reivindicações de: implantação das linhas de ônibus Madrugueiro e Interbairros e outros projetos específicos sobre os problemas de cada bairro; a viabilização de novos conjuntos habitacionais; o início da construção de uma nova adutora para o abastecimento de água da cidade; a implantação do SESC; ações na Santa Casa; a implantação de atendimento ambulatorial em Postos de Saúde de bairros até as 22h00; a discussão com a comunidade da questão da criança e do adolescente; a formação e conscientização política e social da população dos bairros; além de outras.⁷⁸⁶

Em relação à Educação Ambiental, sua realização cabia à Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente - SUREHMA (vinculada primeiramente à Secretaria de Estado do Interior - SEIN, depois à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDU) e, em 1992, à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). Com a criação da SEMA⁷⁸⁷, houve a fusão da SUREHMA com o Instituto de

⁷⁸³ Depoimentos de técnicos da administração pública estadual entrevistado, entre 1996-1998.

⁷⁸⁴ Idem.

⁷⁸⁵ Idem.

⁷⁸⁶ Idem.

⁷⁸⁷ Lei número 10.066, de 27/07/92 - Cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, a entidade autárquica Instituto Ambiental do Paraná - IAP e adota outras providências.

Terras, Cartografia e Floresta (ITCF), dando origem ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Este, no entanto, quatro anos depois, voltou a dividir-se em IAP e Superintendência de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA)⁷⁸⁸, sendo que esta também incorporou a Superintendência de Controle de Erosão e Saneamento Ambiental (SUCEAM).

O Escritório Regional do IAP em Paranaguá tem somente um técnico que desenvolve algumas atividades de educação ambiental desde 1984, além de desempenhar inúmeras outras tarefas técnicas. Dentre as principais atividades de educação ambiental do IAP em Paranaguá⁷⁸⁹ destacam-se:

- a) **arborização nas escolas** - partindo a solicitação da própria escola e, juntamente com o plantio de mudas, eram feitas palestras para os alunos sobre temas de educação ambiental. Foram atendidas pelo menos 5 escolas com esse trabalho;
- b) **caminhadas ecológicas** - foram passeios realizados com alunos e professores pela Estrada da Graciosa, pelas praias, Ilha do Mel e pela baía em barco; simultaneamente, era feita a coleta de lixo, da qual a população também participava. Começavam em 10 pessoas e terminavam em 40;
- c) **passeio ciclístico** - feito com alunos, professores e voluntários que se incorporavam ao passeio ao longo do caminho; foi aproveitado também para plantar mudas de árvores ao longo do Rio das Pombas e houve a participação da Polícia Militar para o controle do trânsito;
- d) **desfile ecológico** - a problemática ambiental foi utilizada como tema por escolas que desfilaram nos dias 29 de julho (aniversário de Paranaguá) e 7 de setembro (Dia da Independência do Brasil). A alegoria apresentou o “Brasil ontem” com floresta e animais, o “Brasil hoje” com problemas de poluição, lixo, etc. e o “Brasil amanhã” transformado em deserto;
- e) **separação do lixo em casa, nas escolas e a partir das escolas** - no final da década de 80, foram feitas várias reuniões com Diretores de escolas municipais e estaduais para explicar a proposta da separação do lixo; houve também a participação do chefe do Núcleo Regional de Ensino. Através da escola e dos alunos, eram estimulados os pais para realizarem em suas casas a separação do lixo;

⁷⁸⁸ Lei número 11.352, de 13/02/96 - Dá nova redação aos artigos 1º, 6º, e 10º, da Lei número 10.066, de 27/07/92, cria a SUDERHSA e adota outras providências.

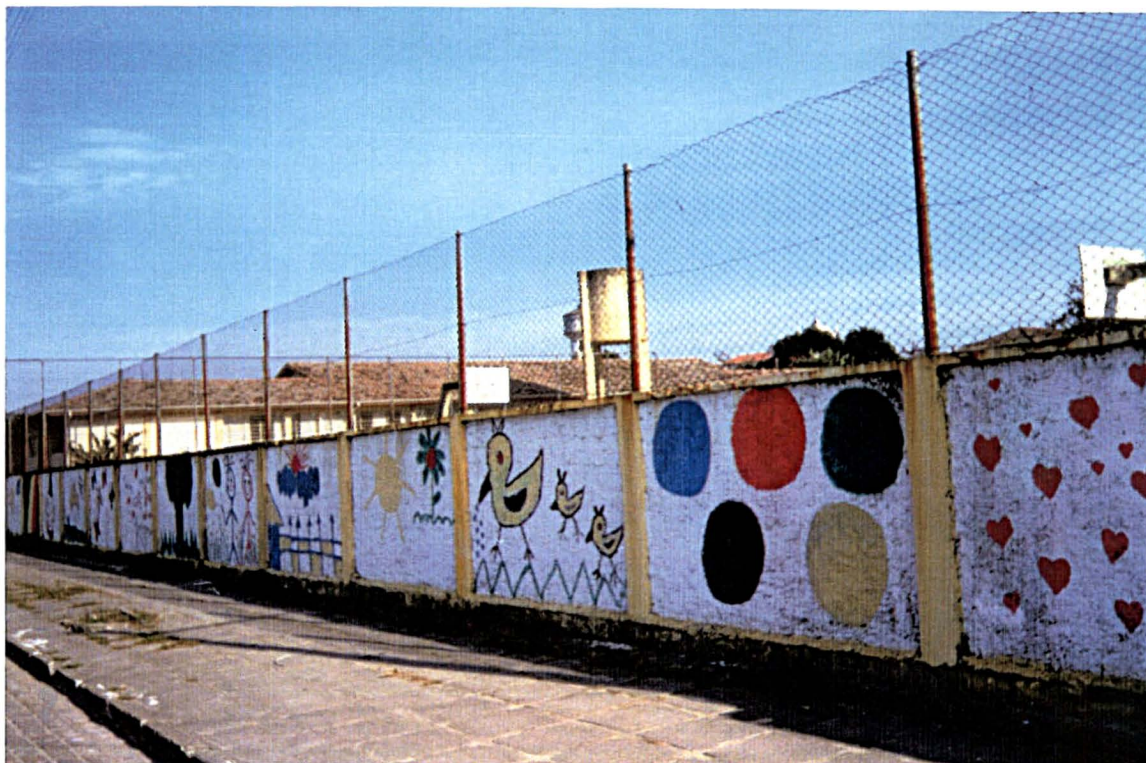
⁷⁸⁹ Depoimento de técnico da administração pública estadual entrevistado, em 1998.

- f) **Baía limpa** - embora a idéia tenha partido de Paranaguá, este projeto foi implantado inicialmente na Baía de Guaratuba, em 1995. Cerca de 60 pescadores recebiam uma ajuda de R\$ 100,00 por mês e colaboravam com a retirada de lixo da baía. O problema maior era para onde levar todo o lixo retirado da baía e quem o levaria. Na Baía de Guaraqueçaba, este projeto foi implantado em 1996. A seleção das famílias mais carentes vinha sendo feita pela Colônia dos Pescadores em conjunto com a EMATER. O dinheiro era repassado através da Colônia dos Pescadores e, em 1998, o **Baía limpa** atendia a 102 pescadores em Guaratuba e 500 em Guaraqueçaba. O Escritório Regional do IAP estudava a possibilidade de implantá-lo em mais três municípios, visando atender em torno de 500 pescadores em Paranaguá, 50 em Morretes e 150 em Antonina. A coleta do lixo vinha sendo feita três vezes por semana, durante toda a manhã, nas segundas, terças e quartas-feiras; era depositado em uma caçamba e, posteriormente, levado por um caminhão. Estudava-se a possibilidade de aproveitá-lo em reciclagem. A avaliação feita pelo entrevistado do IAP era de que, nos três anos do projeto, o número de peixes havia aumentado e algumas espécies consideradas desaparecidas haviam retornado. Além da maior limpeza da baía com a retirada do lixo, um outro motivo que pode ter conduzido ao aumento da população de peixes é o fato de que, com o envolvimento dos pescadores no trabalho de limpeza, havia diminuído o número de pessoas pescando por maior tempo. O problema, no entanto, continuava sendo o lixo lançado nos rios e que migrava para o mangue ou para a baía;
- g) **Festa da Vida** - esta foi uma proposta elaborada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre final de 1993 e primeiro semestre de 1994, e que, buscava envolver as administrações municipais, toda a rede escolar e comunidade, no trabalho de arborização urbana, com plantio de mudas de árvores pela cidade e em outros locais públicos. Em Paranaguá, no início, houve resistência da Prefeitura em realizá-lo por ser uma época quente e final de ano; mas, depois, foi viabilizado. O período preparatório durou em torno de dois meses e as atividades, quinze dias. Foram contatadas todas as escolas da cidade (tanto municipais e estaduais como particulares), clubes de serviços como o Rotary e o Lyons, artistas plásticos e várias Associações de Moradores de Bairro, dentre as quais estavam: a da Vila Paranaguá, Vila São Vicente, do Jardim Guaratuba, da Vila Cruzeiro, do Jardim Araçá, do Jardim América, além de outras. As reuniões nos bairros eram feitas à noite e era exposto todo o projeto. Um dia antes,

técnicos do IAP passavam fazendo um “X” com tinta branca nos locais onde podiam ser plantadas as mudas; em seguida, funcionários da Prefeitura passavam abrindo as covas e no dia seguinte os alunos, professores, escoteiros, além de outros, plantavam as mudas doadas pela SEMA-PR. Foram feitos plantios também em asilos, escolas e creches, sendo que houve plantio de mais de 50 mudas de árvores frutíferas (côco, côco anão, pitanga, araçá, jabuticaba, acerola, graviola, etc.) em cada unidade escolar como parte do sub-projeto **Pomar na Escola**. No final do dia, havia um grande espetáculo com música, teatro, mímica, gincana e palhaço. No total, foram plantadas mais de 30 mil mudas de árvores, entre frutíferas e ornamentais. Na Vila São Vicente, por exemplo, houve a apresentação da Banda Verde, teatro, etc. Foram feitas, pelas crianças das escolas, pinturas em vários muros da cidade, como por exemplo: o muro do Aeroporto, o muro da Escola da APAE - Escola Municipal Eva Tereza A. Cavani (Ponta do Caju), além de outros. Procurou-se desenvolver o conceito de cidade ambientalmente correto.

Nas FIGURAS 26 e 27, observa-se a pintura de muros escolares feita por alunos de escolas públicas, durante o Projeto Festa da Vida, em 1994. Foto tirada em 1996.





Este projeto foi realizado somente em quatro municípios do Estado, sendo Paranaguá e Guaratuba dois deles. A avaliação feita foi de que somente 5,0% das mudas plantadas em locais públicos abertos vingaram e que muitas pessoas retiravam-nas dos locais públicos e replantavam-nas em suas casas.

Segundo o entrevistado, de todo o trabalho de educação ambiental desenvolvido pelo IAP em Paranaguá foi conseguido: a recomposição da mata ciliar em alguns rios; diminuição do volume de lixo despejado no lixão pela separação da parte reciclável; maior limpeza das baías; maior conscientização e participação efetiva de membros da comunidade nos trabalhos de educação ambiental; maior envolvimento com a problemática ambiental e também uma maior cobrança de fiscalização e ações, fazendo com que a máquina pública desenvolva um trabalho conjunto. A despoluição do Rio Itiberê deveria entrar em pauta. O Escritório Regional do IAP se propõe a atender a todo solicitado, no entanto, faltam técnicos. Mesmo não havendo um acompanhamento posterior, a mensagem é deixada e sempre alguém sabe usufruí-la. Falta maior organização do trabalho e alguém que o encaminhe com maior exclusividade. A falta de estrutura para atender à demanda frustram as expectativas geradas, ocasionando assim um descrédito do órgão público junto à população.⁷⁹⁰

⁷⁹⁰ Depoimentos de técnicos da administração pública estadual entrevistado, entre 1996-1998.

O envolvimento da comunidade dava-se através das Associações de Moradores, da comunidade em geral, dos estudantes de escolas públicas e privadas e dos escoteiros, com os quais era dividido o trabalho de educação ambiental, após um treinamento básico inicial. Nas escolas, era feito o contato com as Direções, através das quais ocorria o envolvimento de professores e alunos, sendo que estes passavam a depender dos mestres somente para a organização das atividades.⁷⁹¹

Para a obtenção de melhores resultados, o entrevistado sugere: motivar os responsáveis pelo trabalho através de premiações; divulgar mais os trabalhos realizados, bem como, estruturar uma assessoria de imprensa em cada Regional do IAP; melhorar as estruturas do órgão; obter maior dedicação, maior compromisso e maior prioridade dos chefes para com o setor de educação ambiental. Se o povo for conscientizado e educado, estar-se-á formando multiplicadores e os trabalhos educativos serão executados pelos indivíduos no seu dia a dia, extinguindo-se, automaticamente, os trabalhos repressivos, punitivos e de fiscalização.⁷⁹²

No âmbito da administração pública municipal, com a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Paranaguá, em 1993, houve, inicialmente, um apoio à realização e participação efetiva na **Festa da Vida**, de iniciativa da SEMA-PR, e, em seguida, a viabilização de dois outros projetos envolvendo a problemática do lixo urbano e a limpeza da cidade: **S. O . S. Cidade Limpa e Altereco**; bem como, a realização de reuniões comunitárias para discussão do orçamento do município e apoio à realização das festas populares: Festa Junina, Carnaval, Festa da Tainha, Festa do Camarão, Festa das Crianças, Aniversário da Cidade, etc.

O **S. O . S. Cidade Limpa** foi um grande programa de mutirão, que visou manter limpa a cidade, recolhendo entulhos, varrendo ruas, etc., sendo que para viabilizá-lo foi feito um convênio entre Associações de Moradores, a Prefeitura e a Empresa de Desenvolvimento de Paranaguá S. A . (EMDEPAR). Este projeto também foi uma alternativa encontrada para solucionar o problema do favorecimento de empreiteiras, que existia há anos na Prefeitura. O sistema intermediário de contratação de empreiteiras havia chegado ao fim. A nova forma de realização dos serviços e obras passou a dar-se da seguinte forma: as Associações de Moradores contratavam as pessoas desempregadas do bairro para trabalhar ali e nos bairros vizinhos e o valor de um salário mínimo por empregado lhe era repassado pela Prefeitura, a qual também fornecia as ferramentas e dava as orientações técnicas necessárias, bem como fiscalizava as obras. Havia um percentual

⁷⁹¹ Depoimentos de técnicos da administração pública estadual entrevistado, entre 1996-1998.

⁷⁹² Idem.

(cerca de 2,5%) de administração que ficava para a própria Associação, para fortalecer o seu trabalho, estruturar-se e ter sua relativa independência em relação ao poder público. O Projeto durou em torno de três anos (de 1994 a 1996) e movimentou, segundo dados da Prefeitura, quase todas as Associações de Moradores de Bairro, isto é, as que estavam em dia com o Cadastro Geral de Contribuinte (CGC), com as eleições de Diretoria atualizadas, com o registro em Cartório do Estatuto, da Ata de Fundação e da Ata de Posse da Atual Diretoria. Foram contratadas cerca de 300 pessoas, que iam sendo substituídas a cada 89 dias, para evitar a geração de vínculos empregatícios. Várias pessoas entraram na Justiça reclamando seus direitos e, então, a Prefeitura criou uma cláusula no contrato afirmando que a Prefeitura assumiria o ônus e até disporia um advogado para fazer as defesas, caso houvesse alguma ação nesse sentido.⁷⁹³

Porque, infelizmente, a gente tratou com pessoas, né?, trezentas pessoas por mês, mais ou menos. Pessoas sérias que precisavam trabalhar, que queriam ajudar o seu bairro e outras não. Queriam ganhar um dinheirinho sem fazer nada e acabavam sendo dispensadas, trocadas, substituídas. Ai, essas entravam com ação na Justiça ainda, pedindo uma série de questões de indenização e tal... Alguns casos, onde houve a defesa a tempo e possível, foi bem feito e sem problema nenhum. Agora, onde houve a condenação, a Prefeitura acabou assumindo esse ônus. Então, eu acho que, hoje... Hoje, falando em noventa e oito... em noventa e sete, não existe mais esse tipo de problema, até porque as próprias Associações estão bem orientadas, né?⁷⁹⁴

O **Altereco** foi um programa melhor elaborado. A Prefeitura de Paranaguá fez um convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, através do Instituto de Saneamento Ambiental (ISAM), para fazer um estudo sobre o problema do lixo na Ilha dos Valadares (como era coletado, como era depositado, de que forma era feito o depósito, como as pessoas jogavam esse lixo fora, etc.) e o levantamento socioeconômico dos moradores daquele local. Foi observado que a maioria das pessoas agiam “livrando-se” do lixo; alguns atravessavam a passarela com a sacolinha e colocavam-na em uma caçamba que existia do outro lado do rio, no continente; outros, simplesmente jogavam todo o seu lixo no rio; havia ainda aqueles (poucos) que enterravam-no ou queimavam-no. Então, com base no estudo feito, o próprio ISAM desenvolveu um sistema de coleta específico, montou as rotas de coletas dentro da Ilha, definiu a frequência com que a mesma seria feita e o veículo mais adequado para a realização desse serviço (carroça de tração animal ou charrete).

⁷⁹³ Depoimento de ex-Secretário Municipal de Paranaguá, em entrevista gravada em 15 de julho de 1998.

⁷⁹⁴ Idem.

Foram instaladas três carroças dessas na Ilha, sendo uma central, para separação e triagem do lixo. Simultaneamente, foi desenvolvido um programa de educação ambiental, de forma a orientar as pessoas para que realizassem a separação do lixo dentro da própria casa e que só entregassem à carrocinha o lixo inorgânico, ou seja, aquele que poderia ser reciclado. O lixo orgânico deveria servir de adubo orgânico no quintal de cada casa. Segundo o entrevistado, no início, foi difícil conseguir que as pessoas fizessem a separação solicitada; mas, com o tempo criou-se o hábito. Ao longo da Ilha, foram instalados vários pontos com cestões de plástico com o símbolo do **Altereco**, para que a população que não tinha acesso à coleta da carrocinha pudesse depositar ali o seu lixo inorgânico; periodicamente, era feita a coleta desses cestões. Em 1997-98, com a nova administração municipal, os cavalos foram substituídos por um trator que puxava a carrocinha, uma vez que ficava difícil conseguir capim para alimentar os cavalos; no entanto, isso não estava funcionando bem e cogitava-se a volta da carrocinha com tração animal e a necessidade de um reforço no trabalho de educação ambiental junto à comunidade.⁷⁹⁵

O Orçamento participativo (depois denominado de Orçamento Cidadão) consistia em reuniões comunitárias para esclarecimentos à população e busca de sua participação; bem como, para dar transparência ao que a Prefeitura arrecadava e como o gastava; o que podia fazer e o que não podia fazer com os recursos que tinha; o que era prioritário naquele momento e o que não era. As reuniões tinham início com uma explanação analógica do lar, em relação ao orçamento doméstico disponível em cada casa. A população ajudava a decidir o que era mais importante fazer naquele momento. As reuniões eram feitas nos bairros, com a participação efetiva das Associações de Moradores. Muitas vezes, a necessidade de um bairro se completava ou interligava-se com a de outro bairro, envolvendo, inclusive, uma região toda da cidade. São exemplos: a ciclovia nas vilas São Vicente, Itiberê e Santos Dumont; o Canal da Ñinhãinha (corregozinho que recebia esgoto e lixo, a céu aberto), envolvendo 5 ou mais bairros (Vila Rute, Vila Portuária, Vila Cruzeiro, Vila da Madeira e Vila Guarani, além de outros), etc. O córrego estava sendo todo canalizado, com colocação de caixas de passagem ou caixas de visita interligadas à rede de drenagem, e por cima do canal seria construída uma ciclovia com respectiva urbanização. O problema existe quando ocorre uma chuva torrencial ou um período longo de chuvas fortes e a maré está cheia, pois a água da chuva não pode entrar porque o canal está sendo ocupado pelas águas da maré alta, então transborda todo. Quando a maré começa a baixar ou pára a chuva, o fluxo das águas do canal voltam ao normal.⁷⁹⁶ Vale lembrar que foi

⁷⁹⁵ Depoimento de ex-Secretário Municipal de Paranaguá, em entrevista gravada em 15 de julho de 1998.

⁷⁹⁶ Idem.

próximo ao Canal da ãinhãinha que se registraram os casos de cólera em Paranaguá, no início de 1999.

Então, esse é o Orçamento Participativo, tá? Todos os anos nós fizemos essas reuniões nos bairros. A população sempre participou. As primeiras reuniões foram as piores, porque, principalmente no primeiro ano, a população estava cansada de ser enganada, de ser iludida... Então, depois do primeiro ano, quando realmente eles viram acontecer as obras que eles tinham pedido no ano anterior, as reuniões do ano seguinte foram muito mais concorridas, com a participação sempre maior e continua tendo boa participação. Boa parte dos pedidos da comunidade são atendidos. O que pode ser atendido, é dito que vai ser atendido. O que não pode, a gente explica que não pode ser atendido... naquele ano, né? Provavelmente a gente possa programar no ano seguinte ou no outro. (...) Com o orçamento participativo, o que muda é o compromisso do Administrador Público. (...) Então, é importante por causa do compromisso que o Administrador Público assume com a população dos bairros, com a população daquele bairro em que está sendo feita a reunião. E, também, porque demonstra a transparência que tem a Administração Pública; que tem que ter a Administração Pública, que é na transparência... na aplicação dos recursos arrecadados através dos impostos. (...) Mas, permite uma maior conscientização da população, porque ela acaba descobrindo que ela tem uma série de direitos, ela tem uma série de deveres...⁷⁹⁷

O entrevistado comentou, ainda, que quanto mais participação comunitária houver, quanto mais ações conjuntas existirem, mais desenvolvida estará a população e melhor será o trabalho da própria Prefeitura. Muitos programas vinham sendo feitos de forma integrada.

Em 1998, por exemplo, a Prefeitura de Paranaguá desenvolvia o programa **Minha Rua e Minha Calçada** que consistia em fornecer bloquetes para a pavimentação da rua pela comunidade do respectivo local. Isso era feito em locais onde, por falta de recursos suficientes no Município, a alternativa adotada para resolver o problema era estimular e utilizar a mão-de-obra comunitária. Além dos bloquetes, a Prefeitura fornecia também o meio-fio, a areia, a terraplanagem e a topografia; ou então, onde tinha meio-fio e pavimentação, mas faltava a calçada, os moradores poderiam solicitar as lajotas à Prefeitura. O proprietário pagava a mão-de-obra e a Administração Municipal dava todo o material necessário. Em julho de 1998, estavam sendo entregues em torno de 1500 lajotas por dia, em toda a cidade, para que as pessoas executassem as obras, ou seja, fizessem as suas calçadas. Com isso, melhorava a drenagem pluvial, pois menos areia contribuía para o entupimento das manilhas e galerias; melhorava a conservação da rua e a limpeza do bairro.⁷⁹⁸

... quanto mais participação de Associação tivermos, melhor é o trabalho da Prefeitura e é melhor aplicado, também, o recurso, porque você não está atendendo uma única pessoa. Que existe muito fisiologismo. (...) Mas, a gente faz um trabalho num bairro, uma rua

⁷⁹⁷ Depoimento do ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Paranaguá, em entrevista gravada em 15 de julho de 1998.

⁷⁹⁸ Idem.

inteira, dez quarteirões... Aí, todo esse pessoal entra no projeto. Aí, entra. Então, todo mundo assina um pedido, todos concordam e a Prefeitura começa a fazer. (...) Porque, hoje, existe uma política municipal que aceita a Associação como um participante do processo político da cidade, que quer a contribuição dos Presidentes da União... (...) Priorizar a educação, priorizar a saúde e, quanto mais esclarecida for a população, com certeza melhor ela vai saber escolher seus governantes. (...) Aproveitar o momento que a gente está passando, que ninguém é eterno na Administração Pública, e deixar uma semente dessa, né? Tratar da organização social da cidade, para que isso vingue; para que esse tipo de ação vingue.⁷⁹⁹

Dentre os bairros onde a Prefeitura vinha realizando obras, em 1998, estavam: Jardim Esperança, Jardim Albertina, Parque Agari, Vila dos Comerciantes, Conjunto Cominési e Moradias Bertioga; os bairros onde já haviam sido feitas obras eram: Vila do Povo, Vila Primavera, Vila Cruzeiro, Vila Rute, Alexandra e Valadares; estavam sendo iniciados trabalhos no Jardim Bela Vista, Parque São João, Vila São Carlos, Vila São Jorge, Jardim Iguaçu, Santa Helena e Vila Portuária; estavam previstas obras na Vila Becker, Vila Itiberê, Conjunto Santos Dumont e Vila São Vicente. Segundo os depoimentos, a Prefeitura vinha procurando distribuir as obras por toda a cidade, como um todo.⁸⁰⁰

Por fim, a ação da Prefeitura em relação à **preservação do patrimônio histórico**. Foi necessário mudar a cultura local no centro da cidade, discutindo e criando valores de preservação e recuperação do rico patrimônio histórico da cidade; bem como, noções de despoluição visual. Mudou-se a legislação existente e criou-se o Centro de Planejamento Municipal da Prefeitura de Paranaguá (CEPLAM); foram contratados arquitetos especializados em preservação de patrimônio histórico e começou-se um trabalho de conscientização da população envolvida. Depois de dois anos de trabalho, a população começou a expressar sua conscientização sobre a importância da preservação, da despoluição visual do Centro Histórico e foi buscar benefícios da nova legislação criada, a qual dava uma série de isenções (ISS, IPTU, etc.) de acordo com o grau de intervenção nos prédios históricos. Muitos deles foram recuperados, no período de 1993-1996, através da própria iniciativa privada, do próprio proprietário do prédio, em parcerias que a Prefeitura estabelecia com a Rede Ferroviária Federal S. A., com o Estado (IAP/SEMA-PR), etc.

No âmbito da Administração Estadual, mas com implicações federais e municipais, está o **Porto D. Pedro II** de Paranaguá. Este é tido como o maior gerador de sujeira dentro da cidade e toda a zona de influência portuária acaba tornando-se tão suja quanto o próprio Porto. A necessidade de um trabalho conjunto entre a Prefeitura e o Porto é fundamental, pois a administração portuária carecia de maior conscientização sobre a sujeira que a carga

⁷⁹⁹ Depoimento do ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Paranaguá, em entrevista gravada em 15 de julho de 1998.

⁸⁰⁰ Idem.

que entra ou sai pelo Porto deixa na cidade. Então, sentiu-se a necessidade de haver uma integração sempre maior entre a Administração da cidade (do município) e a Administração do Porto. Em 1998, havia uma parceria estabelecida entre a Prefeitura e o Porto, sendo que este cedia equipamentos àquela para a limpeza. Nesse ano também, teve início o Projeto **Porto Limpo - Cidadão em Ação**, que tem por objetivo geral.

Executar um programa de educação ambiental, ação social e cidadania, por meio de um processo de mobilização social, iniciado nas escolas e instituições representativas, utilizando como mecanismos centrais recursos audiovisuais, instrumentos lúdicos e trabalhando comceitos nos cidadãos com idade acima de 9 anos.⁸⁰¹

Como temas a serem trabalhados estão o ar, a água e o solo, a flora e a fauna, higiene e saúde, cidadania e educação.

O Projeto compõe-se de quatro etapas que são:

- a) **1ª. - etapa de sensibilização e mobilização** - consiste na apresentação do programa de educação ambiental participativa e suas ferramentas pedagógicas, através de atividades internas (projeção de vídeo);
- b) **2ª. - Etapa de conscientização** - durante cerca de 30 dias, os Cidadãos em Ação (alunos de escolas) devem mapear os fatos e situações que merecem ser solucionados em sua comunidade, sempre contando com o apoio dos pais e o monitoramento dos professores;
- c) **3ª. Etapa da Ação** - após o desempenho das etapas anteriores, as escolas e as instituições devem reunir todos os mapas e elaborar em conjunto com a coordenação geral do projeto, um relatório completo, que deverá ser amplamente divulgado e discutido com a comunidade;
- d) **4ª. Etapa da Manutenção** - este projeto foi concebido para ser uma ferramenta permanente de mobilização social e cidadania. Uma vez desencadeado o processo de mobilização social, ele deve ser mantido e defendido.

Com o objetivo de monitorar e aperfeiçoar o projeto, será realizada uma avaliação através de formulários próprios preenchidos pelos professores e coordenadores envolvidos, que serão analisados pela coordenação geral do projeto.

Para a implantação do **Porto Limpo - Cidadão em Ação** foram elaborados, em material colorido e muito ilustrado, um Informativo dos Pais, um Guia do Professor e um Manual do Cidadão em Ação. Saber quais resultados foram obtidos com tal projeto poderá ser motivo de nova investigação.

⁸⁰¹ PARANÁ. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina et al., 1998. Folhetos de divulgação do projeto com "Informativo aos Pais", "Guia do Professor" e "Manual do Cidadão em Ação".

4.5.2 Pela Sociedade Civil

4.5.2.1 Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá e UMAMP

As práticas sociais das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá, em geral, tinham dois objetivos:

- a) participar dos projetos e programas da administração pública, quer seja Estadual ou Municipal;
 - b) conseguir recursos para a entidade e/ou membros da diretoria ou associados.
- Havia, ainda, um terceiro objetivo pontual que era divertir as crianças, proporcionar-lhes brinquedos, lanches, etc.

Em relação aos projetos ou programas da administração pública, estão todos comentados no item anterior, mas são eles: o **Projeto Cura**, o **Projeto Gralha Azul**, o **programa do ticket do leite**, **S. O . S. Cidade Limpa**, **Altereco**, **Festa da Vida** e as reuniões sobre o orçamento municipal.

No que se refere à busca de fontes de recursos, de patrocínio, as práticas sociais das entidades de bairro consistiam em:

- a) **organizar festas** em datas comemorativas, com entrega de brindes e lanches às crianças, tais como: Festa do Dia da Criança, Páscoa, Natal, além de outras;
- b) **bingos beneficentes** - com prendas arrecadadas entre a população e doações de prêmios mais valiosos feitas por autoridades, vereadores e/ou deputados. Muitas vezes, o lucro arrecadado era disponibilizado a pessoas carentes, com enfermidades graves, para tratamento médico, etc.;
- c) **teatro** - somente as Vilas Aviação e Horizonte (AVIHORI), em conjunto com Emboguaçu/Cocada, próximas ao aeroporto, relataram sobre a apresentação de uma peça de teatro intitulada “**Eu + Você = Nós**”, cuja mensagem era a de unir a população para fortalecer o trabalho no bairro através da Associação de Moradores;
- d) **projeto Papel** - foi realizado pela Associação de Moradores da Vila Paranaguá e consistia em coletar papelão e todo tipo de papel reciclável, o qual era vendido para o senhor “Polaco” (dono de um ferro velho no Jardim Samambaia) e com o dinheiro arrecadado compravam brinquedos e lanches para as crianças. O povo levava na casa da então Tesoureira da Associação de Moradores tudo o que coletava; depois, saíam em carro, de firma em firma, recolhendo papéis que estavam sendo jogados no lixo. Esta atividade durou cerca de dois anos (1993-1995);

- e) **separação e venda de Lixo** - foi realizada, entre 1995 e 1996, através de algumas Associações de Moradores, dentre elas: Ponta do Caju, Ilha dos Valadares, Vila Alboitt, etc.;
- f) **outras atividades** - participação e colaboração com a campanha de combate à dengue; formação de Agentes Comunitários e tentativas de realização de uma horta comunitária. O Porto já havia se comprometido a fornecer sementes, arado e outros equipamentos necessários. A idéia era aproveitar as crianças que iam para a rua, dar-lhes uma iniciação profissional e noções de agricultura, além de outras. Não saiu do papel.
- g) **festa da Rainha dos Bairros** - é uma programação anual que vinha sendo realizada desde 1990, geralmente entre o final de abril e início do mês de maio, sob coordenação da União Municipal das Associações de Moradores e consistia na venda de votos para a eleição da Rainha dos Bairros (adolescente ou jovem), na realização de campeonato de futebol e atividades em comemoração à Semana do Trabalho. A festa terminava com um grande baile, durante o qual era eleita e coroada a Rainha dos Bairros. Cada Associação de Moradores, em dia com a Tesouraria da Umamp, assumia o compromisso de vender, pelo menos, cinquenta ingressos do baile e seria também responsável pelas despesas com roupa, maquiagem, penteado, sapato, etc. de sua candidata. Este foi o evento que mais mobilizou o conjunto de entidades de bairro e que mais recursos proporcionou ao movimento;
- h) **Festa Junina** - em algumas regiões da cidade, várias Associações de Moradores se reuniam para realizar, em conjunto e de forma tradicional, a Festa Junina, no mês de junho.

4.5.2.2 Pastoral da Criança

O trabalho da Pastoral da Criança é coordenado pela Igreja Católica (em Paranaguá, pelas Irmãs de Caridade do Asilo São Vicente de Paula), mas desenvolve-se através do trabalho voluntário de “líderes comunitárias”, isto é, geralmente mulheres que dispõem de seu tempo para dedicar-se à comunidade. Em 1998, em alguns bairros, havia a colaboração da Associação de Moradores ou a própria líder da Pastoral era também da Diretoria da entidade, como por exemplo: no Porto dos Padres, Vila Gabriel de Lara e Vila Paranaguá, ou ainda, com a colaboração da Associação na Vila Itiberê, Vila do Povo, Vila Nova Primavera, Vila Guarani, Moradias Bertiooga e Conjunto Santos Dumont. As reuniões da

Pastoral da Criança com as mães, pesagem e medição das crianças, realizava-se em locais diferentes, como por exemplo:

- a) na Escola Municipal Carmem Costa Adriano - Vila dos Comerciários;
- b) na creche - Porto dos Padres;
- c) no salão paroquial da Igreja Católica - Vila Guarani;
- d) no Centro Comunitário e na Igreja - Conjunto Santos Dumont;
- e) no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora Aparecida - Vila Itiberê;
- f) no Centro Comunitário e no salão paroquial da Igreja - Vila Paranaguá;
- g) no Centro Comunitário Nossa Senhora da Esperança - Vila Nova (Ilha dos Valadares);
- h) no salão da Igreja Católica - Colônia Santa Rita;
- i) na casa das líderes comunitárias - Vila Nova Primavera, Vila da Madeira, Vila Bela (Ilha dos Valadares), Vila Gabriel de Lara, Colônia Santa Rita, Vila Paranaguá, etc.

As reuniões vinham sendo feitas pelo menos uma vez por mês e tinham por objetivo, além de pesar e medir as crianças fazendo o seu acompanhamento mensal, orientar as mães no preparo do soro caseiro, da multimistura (a base de farinha de soja), de remédios caseiros (xaropes, chás de ervas, alimentos, compressas com folhas de mamona, etc.); dar atendimento materno, atendimento à gestante; encaminhamento (quando era o caso) à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; orientações para não deixarem de levar os filhos à escola; busca de alternativas de renda familiar; orientações sobre higiene, lixo, água, esgoto, etc.; noções de cozinha alternativa (reaproveitamento de alimentos, criatividade, nutrição, alimentos essenciais, etc.), dentre outras.

Periodicamente, a Irmã que coordena o trabalho da Pastoral da Criança em Paranaguá reúne todas as líderes comunitárias, fazem uma oração inicial e discutem o encaminhamento dos trabalhos nos bairros, buscando tirar dúvidas, capacitar melhor as líderes e dar novos encaminhamentos, novas sugestões.

A FIGURA 28 registra as 30 participantes de uma das reuniões periódicas realizadas, pela Pastoral da Criança, com as líderes comunitárias, em julho de 1998, em Paranaguá.



São propósitos da Pastoral da Criança: unir pela fé com a vida e servir ao próximo por amor; dar uma resposta objetiva da Igreja à construção de uma sociedade justa e fraterna, a serviço da vida e da esperança, sem discriminação de raça, cor, sexo, credo religioso ou político; investir na formação de pessoas como multiplicadoras do saber; criar redes de solidariedade fraterna; investir nas lideranças comunitárias como melhor forma de fazer a transformação social; educar as mulheres e as famílias para as ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania como alavanca do desenvolvimento social e prevenção das doenças, da violência e da marginalidade; educar para a cidadania, na família, e para a participação no controle social das políticas públicas; desenvolver o espírito de equipe, partilhando amor, conhecimento e dons de cada um; “multiplicar pães e peixes” através da formação de comunidades, educação de lideranças e avaliação permanente dos resultados obtidos; entender o “Dia do Peso” como momento de Celebração da Vida e a “Visita Domiciliar” como fonte de paz e esperança; somar esforços com as famílias, a sociedade e os governos através das redes de solidariedade; valorizar o amor, dedicação e persistência das equipes de coordenação e dos (das) líderes comunitárias que estão sempre

prontos a auxiliar a quem precisa; acreditar em Deus que anima, acompanha e abençoa a todos na caminhada ecumênica e sem fronteiras.⁸⁰²

4.5.2.3. Movimento Ecológico do Litoral

O MEL é uma organização não governamental ambientalista, fundada em 1986 e registrada em 1988, tendo por objetivo principal a luta ambiental, o enfrentamento dos desafios ambientais. Desde sua fundação, o MEL vem desenvolvendo o seu trabalho em:

- a) apoio à população de Antonina na luta contra a instalação da BRASTI naquele município;
- b) defesa do litoral paranaense, em especial a Baía de Paranaguá;
- c) limitação e controle do licenciamento de produtos químicos a serem comercializados pela firma Cattalini, em Paranaguá, em 1988;
- d) combate à invasão de manguezais; visitar famílias ribeirinhas, buscando conscientizá-las de valores de cidadania;
- e) desenvolvimento de trabalhos de Educação Ambiental;
- f) quando necessário, ações em conjunto com a Promotoria Pública ou o IBAMA ou o IAP, fiscalizando e exigindo correções de problemas ambientais;
- g) promoção de atividades no Dia Mundial de Meio Ambiente;
- h) combate à poluição do mar, da baía, das praias e rios; a poluição do ar, sonora, de solo, etc.;
- i) realização de reuniões e trabalhos com os pescadores, principalmente observando, questionando, discutindo problemas que envolvem a redução de peixes e frutos do mar;
- j) proteção às florestas e fiscalização permanente da Mata Atlântica;
- k) combate à instalação de usina termoeletrica a carvão em Paranaguá;
- l) questionamento do impacto que poderá causar nos recursos hídricos, na flora e na fauna locais se ocorrer a instalação do Parque Industrial do Imbocuí;
- m) defesa do patrimônio histórico-cultural da cidade, tendo conseguido, após dois anos de luta (1993-1995), o tombamento da Estação Ferroviária Federal de Paranaguá.⁸⁰³

⁸⁰² Folheto de divulgação e propaganda da Pastoral da Criança pelos 15 anos a Serviço da Vida e da Esperança, Florestópolis - PR, de 13/09/1983 a 13/09/1998.

⁸⁰³ Depoimento obtido através de entrevista gravada com a Presidenta do MEL, Esmeralda da Silva Quadros, em julho de 1998.

Além da ação ambientalista, o MEL também atua nos Movimentos Sociais Urbanos, nos Movimentos de Direitos Humanos e Cíveis, apoia a luta sindical, mantendo intensa participação e atuação.

4.6 SUGESTÕES DE CONTEÚDOS E MECANISMOS DE AÇÃO

Um trabalho de **Educação Ambiental Popular Permanente** a ser desenvolvido com comunidades, na maioria das vezes bastante carentes e excluídas dos sistemas de consumo e produção, com reduzido acesso aos serviços públicos, aos direitos de cidadania e a uma melhor qualidade de vida, deve levar em conta a cultura local, reconstruir a história da cidade, aprofundar o conhecimento teórico do funcionamento da sociedade, do sistema político e econômico vigente, das razões pelas quais se deram a exploração e a degradação dos recursos naturais locais, dos modelos de desenvolvimento existentes; dos princípios de racionalidade ambiental ou sustentabilidade; bem como, do funcionamento dos micro-ecossistemas locais e da problemática ambiental nacional e mundial. Todo o conteúdo a ser trabalhado deve, no entanto, ser discutido e aprovado pelo conjunto dos participantes.

A carência e a qualidade das informações existentes entre as populações dessas comunidades devem indicar o maior ou menor aprofundamento necessário de tais conteúdos.

No caso de Paranaguá, as práticas sociais existentes entre as Associações de Moradores de Bairro indicam um baixo conhecimento da legislação vigente e dos mecanismos de ações que dispõe a sociedade civil organizada para encaminhar suas reivindicações.

Nesse sentido, torna-se indispensável um enfoque dos mecanismos de ações a nível administrativo, político e jurídico.

4.6.1. Ações Administrativas

Pode dar-se através de:

- a) **encaminhamento de denúncias** - feito após o levantamento dos fatos e a coleta do maior número possível de dados e provas; deve-se protocolar toda a documentação em forma de processo administrativo junto ao órgão responsável e, ao mesmo tempo, se possível, divulgar o fato pela imprensa;
- b) **requisição/solicitação de documentos** - qualquer pessoa ou entidade pode solicitar requisições ou documentos aos órgãos competentes, tais como: termos

de licenciamento, procedimentos exigidos para a instalação de determinada empresa, EIA/RIMA, além de outros e, ainda, solicitar providências junto ao Ministério Público;

- c) **acompanhamento da situação** - se ficar difícil este acompanhamento pela via administrativa normal, deve-se buscar apoio do Ministério Público, pela via alternativa da Ação Civil Pública ou outra.

4.6.2 Ações Políticas

As ações políticas são bastante diversificadas e sua realização depende da conjuntura, do poder de mobilização e organização dos envolvidos, das articulações que se estabelecem, da correlação de forças, do apoio dado pela imprensa, além de outros aspectos.

Seguem abaixo várias sugestões de ações políticas:

- a) **coleta de assinaturas/abaixo assinado** - em uma folha de papel, escreve-se a reivindicação, pedido ou denúncia sobre determinado assunto ou fato e, abaixo, coleta-se as assinaturas, contendo nome completo e documento de identificação;
- b) **moção** - é documento curto, direto, objetivo, capaz de comover e expressam um posicionamento sobre o estudo de uma questão ou sobre qualquer incidente. A moção deve ser apresentada, votada, aprovada e assinada por determinado número de pessoas ou entidades, presentes em reuniões, encontros, congressos, assembléias, conferências, etc., que o aprovou. Podem ser de apoio ou repúdio, de reivindicação, de recomendação, além de outras;
- c) **participação em conselhos** - o Conselho é um espaço de discussão e deliberação, vinculado à estrutura governamental, com caráter permanente, paritário, deliberativo e fiscalizador, tendo a função de coordenar e/ou definir a política para determinada área de serviços públicos ou de ação compartilhada entre o governo ou a empresa privada (gestores), o profissional técnico ou trabalhador organizado e a sociedade civil organizada (usuária);
- d) **elaboração e acompanhamento de (Ante)-Projetos de Lei** - as reivindicações da comunidade podem ser transformadas em projetos de lei através do apoio e encaminhamento dado junto ao Poder Legislativo, quer seja por um vereador, deputado estadual, deputado federal ou senador, quer seja pelos representantes do Executivo (Prefeito, Governador, Presidente da República ou mesmo Secretários e Ministros), desde que tenham interesse na questão; ao ser dado algum encaminhamento, é indispensável fazer o devido acompanhamento; além

dos contatos e articulações com os representantes do Executivo e Legislativo, deve-se também fazer uso da tribuna parlamentar, tanto da Câmara Municipal como da Assembleia Legislativa; esse espaço é para ser usado pelo parlamentar e pelo cidadão comum e, quando o assunto de interesse entra em pauta para discussão, é fundamental mobilizar o maior número possível de pessoas para assistirem a respectiva sessão;

- e) **grupo de pressão** - é uma importante forma de luta política e pode ser um gerador de leis; consiste em organizar grupo ou grupos de pessoas para irem conversar, discutir, pressionar parlamentares, executivos, empresários, autoridades envolvidas, etc.; é importante que o grupo todo fale a 'mesma língua', exija seus direitos, unifique o diálogo; o resultado do trabalho de um grupo de pressão fica, quase sempre, na dependência de uma tomada de decisão do(s) pressionado (s);
- f) **manifestações públicas/passeatas** - a passeata é uma manifestação pública em forma de caminhada devidamente organizada, com grande número de pessoas, caminhão de som, trio elétrico, faixas, cartazes, panfletos, palavras de ordem, reivindicações claras, uso simbólico de objetos, etc.; a passeata é sempre uma forma de chamar a atenção da comunidade e pode ou não terminar em ato público. Seu êxito depende muito da criatividade dos organizadores e da unidade de ação entre todos os participantes; o apoio que a imprensa possa dar na repercussão da manifestação pública pode trazer importantes resultados para a continuidade ou não da luta e para seu desfecho;
- g) **carreata** - é a passeata feita em carro, ou seja, um grande número de carros organiza-se para, em trajeto específico pré-definido, realizar a manifestação pública, a qual também deve envolver: carro de som ou trio elétrico, faixas, cartazes, panfletos, buzinas, apitos, etc.; da mesma forma que na passeata, é fundamental o apoio da imprensa e a clareza de reivindicações e objetivos que justifiquem sua realização; outras variáveis também podem ser usadas, como: bicicletas e motos;
- h) **atos públicos** - os atos públicos são atos políticos e necessitam da existência de uma comissão, previamente montada, que os organize; no planejamento de um ato público, deve-se prever: tema central (nome do ato), local, horário, mesa coordenadora do ato, relação dos que irão discursar, relação dos convidados, programação artística que será intercalada aos discursos, planejamento da mobilização populacional que deverá estar presente no ato, convite à imprensa,

equipamentos de som (trio elétrico ou palco com caixa acústica e amplificador, se for ao ar livre; e microfone com caixa de som, se for em ambiente fechado), relação de palavras de ordem, curtas e significativas, que possam ser pronunciadas pelo povo presente;

- i) **câmaras técnicas ou fóruns** - são reuniões abertas de pessoas que representam as organizações não governamentais ou órgãos públicos; têm por objetivo debater, discutir, avaliar, informar, alertar sobre assuntos de interesse coletivo; bem como, encaminhar propostas às autoridades competentes para providências;
- j) **articulação entre os movimentos sociais** - é outra importante forma de luta política e que fortalece muito o movimento. As articulações podem dar-se entre Associações de Moradores, Uniões e Federações de Moradores, Comitês de Defesa dos Direitos do Cidadão, dos Direitos Humanos, Sindicatos de Trabalhadores, Federações de Trabalhadores, Colônia de Pescadores, Movimento de Preservação de Culturas (Afro-brasileiras, Indígenas, etc.), Fórum popular, Movimentos/Uniões de Mulheres, Associações de Pais e Mestres, Entidades Ambientalistas, Federações e Uniões de Ambientalistas, Movimento Estudantil (DCE's, Centros Acadêmicos, Uniões Estaduais, União Nacional, Grêmios Estudantis, etc.), além de outras organizações da sociedade civil comprometidas com a luta. Há ainda a articulação com os partidos políticos que também é importante, no entanto, tem-se que tomar cuidado para não cair em oportunismos eleitoreiros, principalmente em ano de eleições, o que favorece a mobilização. A própria história do partido já revela seu compromisso político e o de suas lideranças com a luta social. Por outro lado, as universidades e centros de pesquisa muitas vezes dispõem de centros, departamentos e núcleos voltados para temas ou problemas que poderão fornecer dados, desenvolver seminários, promover pesquisas, laudos, perícias e estudos que tornarão mais consistentes e eficazes as ações dos movimentos. Além da organização acima de valores, projetos e interesses, há que se considerar também os elos éticos e políticos que aproximam os movimentos sociais. A fragmentação e a incomunicabilidade contribuem muito para o enfraquecimento dos movimentos da sociedade civil, cuja luta, muitas vezes, vai além de questões conjunturais, ou seja, envolve também questões estruturais, sistema político e econômico, paradigmas/valores, etc.;
- k) **participação em audiência pública** - a audiência pública pode ser compreendida tanto como uma grande aula de educação ambiental como um fórum específico

de consultoria popular à disposição do órgão responsável pelo licenciamento ambiental; pode ter uma posição plebiscitária ou uma posição de ordem. Na audiência, o órgão público presta informações ao público e o público passa informações à Administração Pública. A realização de audiência pública está prevista em lei desde 1986, pela **Resolução nº. 001/86** do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA. Para que seja realizada uma audiência pública, é necessário que, previamente, tenha sido feito o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA. O licenciamento de inúmeras atividades que modificam o meio ambiente exige a realização do EIA/RIMA. Estes dados todos devem estar à disposição da população em tempo hábil. Tanto o RIMA, como também o EIA - Estudo prévio de Impacto Ambiental devem ser analisados na audiência pública. Pela **Resolução nº. 09/87** do CONAMA, a audiência pública passa a ser obrigatória quando requerida “por entidade civil, pelo Ministério Público ou por cinquenta ou mais cidadãos.” Qualquer entidade, independente de suas finalidades, de período de existência e de sua abrangência territorial, poderá solicitar a realização de audiência pública. Quanto ao Ministério Público, este pode ser tanto Federal como Estadual, de qualquer Comarca e/ou instância funcional. Quando for requerida por 50 ou mais cidadãos, é recomendável que, junto com as assinaturas, esteja também o número do Título de Eleitor. Caso a audiência requerida não seja realizada, a “licença concedida não terá validade.” A **Resolução nº. 09/87** do CONAMA, no Art. 2º., §1º. estabelece que: “O Órgão de Meio Ambiente, a partir da data do recebimento do RIMA, fixará em edital e anunciará pela imprensa local a abertura do prazo que será no mínimo de 45 dias para solicitação de audiência pública. Quanto ao local da audiência pública, deve ser “em local acessível aos interessados.” Dependendo da localização geográfica dos solicitantes e da complexidade do tema, poderá haver mais de uma audiência pública sobre o mesmo projeto de respectivo RIMA. A audiência pública poderá ser repetida, sem limite de vezes, desde que sejam constatados vícios formais do EIA/RIMA. Sanados os vícios, ainda poderá ser realizada uma última audiência para discussão do mérito ou não do EIA/RIMA. A exposição do projeto e do EIA/RIMA deverão ser feitas de forma objetiva e, após, deverão ser abertas as discussões com os interessados presentes. Não pode ser recusada a palavra a nenhum dos presentes. No final, deverá ser lavrada uma ata sucinta, à qual deverão ser “anexados todos os documentos escritos e assinados que forem

entregues ao presidente dos trabalhos durante a seção.” A não juntada da documentação pode acarretar a não validade da ata, seja por via administrativa, seja por via judicial. Isso tudo e o EIA/RIMA servirão para a análise e o parecer final do licenciador quanto à aprovação ou não do projeto. A audiência pública não tem caráter deliberativo, mas sim consultivo e informativo;

- l) **uso da imprensa oral e escrita ('mídia')** - a obtenção do apoio dos meios de comunicação de massa, não só da imprensa televisiva e radiofônica, mas também da imprensa escrita, é fundamental para a divulgação das reivindicações, da luta e para a conquista de novas adesões ao movimento. Geralmente, há muita “censura” e as reportagens nem sempre dizem o que se quer, mas mesmo assim, qualquer apoio recebido dos meios de comunicação de massa será sempre muito importante. A pessoa que vai dar a entrevista à imprensa deve ser de frente da luta e dominar muito bem as questões, para que sua argumentação seja convincente até para aquele que está em casa, tranqüilo, sem querer se incomodar com nada. Levar um texto pronto, pré elaborado, facilita muito tanto para o entrevistado, como também para o entrevistador. Para a imprensa escrita, o texto pré elaborado facilita grandemente. Transformar uma informação ou denúncia em um fato politicamente interessante e que sensibilize os telespectadores, ouvintes ou leitores é um aspecto que deve ser visto com muita atenção ao acessar os meios de comunicação de massa;
- m) **uso de redes de informações via Internet** - prática bastante recente e até certo ponto elitizada, mas é possível popularizá-la. Através de um sistema informatizado e interligado, reúne-se dados e informações, os quais podem ser utilizados por um grande número de pessoas; assim como podem ser intercambiados entre os usuários. As redes podem ser viabilizadas tanto pela Internet, como pela televisão, rádio, telefone, transmissão via satélite, etc.;
- n) **elaboração de textos/teses** - a elaboração de texto e/ou teses é um trabalho intelectual imprescindível para a fundamentação da idéias e da argumentação das reivindicações. Devem ser elaborados por comissões, se possível interdisciplinares, e com a participação de técnicos conhecedores do assunto. Os textos podem ser usados para panfletagem na rua, em escolas, fábricas, praças públicas, terminais de ônibus, etc. Já as teses, são mais recomendadas para eventos: conferências, cursos, seminários, congressos, discussões em grupo, encontros, etc. As teses devem ser um pouco mais elaboradas que um simples texto; podem ser mais extensas e os conteúdos mais aprofundados. Sua leitura,

discussão e aprovação envolvem um processo intelectual e um posicionamento político/ideológico;

- o) **plebiscito** - como já foi dito acima, a audiência pública pode ter uma função plebiscitária. No entanto, as entidades podem fazer espontaneamente um plebiscito para consulta popular sobre determinada questão. Consiste em organizar uma votação cuja resposta só possa ser **SIM** ou **NÃO**. O plebiscito espontâneo, independente, ato político de consulta popular organizado pela sociedade civil (sem valor jurídico oficial) não pode ser confundido com o plebiscito constitucional em que sua convocação é competência exclusiva do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e é usado, por exemplo, em casos de consulta prévia como para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, criação de Estados e territórios, definição de sistema e forma de governo (estando assegurada a divulgação gratuita pelos meios de comunicação de massa);
- p) **atividades educativas como conscientização** - organizar debates, seminários, conferências, mesas redondas, cursos, oficinas de trabalho, fóruns específicos, etc., são atividades educativas muito importantes para repassar a informação correta, divulgar, esclarecer determinados pontos polêmicos, repassar conteúdos, proporcionar a discussão de assuntos polêmicos, definir e marcar posições (inclusive políticas) e para aglutinar mais simpatizantes à luta em causa. Estas atividades são sempre muito bem aceitas pelo caráter cultural das mesmas, dão boa repercussão na mídia, contribuem para o fortalecimento da entidade e do movimento popular, além de elevar o nível de informação e de consciência dos participantes.

4.6.3 Ações Jurídicas⁸⁰⁴

As ações jurídicas são um pouco mais complicadas e necessitam, muitas vezes, do acompanhamento de um advogado e do apoio direto e imediato do Ministério Público. No entanto, merecem destaques as seguintes:

- a) **licenciamento ambiental** - as normas de emissão de agentes poluidores condicionam a autorização, o licenciamento do empreendimento. O órgão público tem o dever legal de examinar o projeto apresentado para verificar se as

⁸⁰⁴ Todo este item foi construído com base em: AGUIAR, 1996. 158 p.; MACHADO, 1995. 696 p.; PARANÁ. Ministério Público Estadual, 1998. 79 p.; PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1996; PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano/CEDMA, 1990. 536 p.; BRASIL. Constituição, 1988. 292 p.

normas de emissão serão respeitadas. O requerente da autorização (empresa pública ou privada) cometerá o crime de falsidade ideológica se informar falsamente à Administração Pública acerca das emissões. Pela legislação federal, há três tipos de licenças: a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO), previstas pela **Portaria Normativa nº. 01**, de janeiro de 1990 e pelos Decretos **88.351**, de 01/06/83, e **99.274**, de 06/06/90, que regulamentam a **Lei 6.938**, de 31/08/81. A “Licença de Operação” vai depender do cumprimento daquilo que foi examinado e deferido nas fases da “Licença Prévia” e da “Licença de Instalação”. A Licença de Operação só poderá ser concedida após a vistoria do órgão público ambiental, na qual se constate que as exigências das fases anteriores foram cumpridas. A comunidade organizada pode interferir na liberação de um ou outro tipo de licença, caso discorde ou veja irregularidades na obra em questão;

- b) **ação civil pública** - está regulamentada pela **Lei nº. 7.347**, de 24 de julho de 1985, e garantida constitucionalmente pelo Art. 129 da Constituição Federal/88. Cabe Ação Civil Pública em casos de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e a bens de direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Esta ação é proposta através do Ministério Público, que é um órgão de importância para a garantia das instituições democráticas, do respeito aos direitos constitucionais e para a tutela dos interesses coletivos da sociedade. Cabe às organizações da sociedade civil (associações de moradores, entidades ambientalistas, fórum populares, etc.) levar ao Ministério Público (Promotor) o conhecimento dos fatos, irregularidades e problemas que prejudiquem os direitos dos cidadãos e das coletividades, exigindo dele uma ação saneadora, no âmbito de sua competência. O Ministério Público deve ser um potenciador institucional das lutas populares;
- c) **ação popular e ação popular constitucional** - é um instrumento hábil para os cidadãos exercerem seu dever de anular atos que atentem contra o patrimônio público. A Ação Popular surgiu pela **Lei nº. 4.717**, de 26 de junho de 1965. Hoje, a Ação Popular Constitucional está garantida constitucionalmente. A ação popular visa, dentre outros, anular atos lesivos ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. A Ação Popular Constitucional é mais abrangente que a Ação Popular (**Lei 4.717/65**), mas sua limitação continua a mesma, ou seja, só pode ser proposta por cidadão-eleitor com a intervenção obrigatória de advogado contratado, dificultando em parte a sua proposição;

- d) **tutela antecipada** - está prevista no Código de Processo Civil Brasileiro e sua concessão deverá ser deferida de forma total ou parcial, desde que exista prova inequívoca do fato alegado e nos casos em que exista o receio de dano irreparável, ou seja, que não pode mais ser recuperado;
- e) **medida ou ação cautelar** - O processo cautelar é usado em casos de urgência para estancar um prejuízo ou evitar um prejuízo potencial. Tem por finalidade evitar lesão grave e de difícil reparação, caso o ato ou atividade não seja paralisado (Art. 798, do Código de Processo Civil). O juiz poderá conceder a liminar sem, necessariamente, ouvir o outro lado. Qualquer vítima atual ou potencial do dano poderá requerer medida cautelar;
- f) **mandado de segurança individual e coletivo** - Resguarda o direito líquido e certo ferido por ato ilegal ou abusivo de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica. Qualquer cidadão pode impetrá-lo, desde que o direito seja inquestionável e possa ser provado no ato de pedir. Há necessidade de demonstração, sem qualquer equívoco, da certeza e liquidez do direito ferido. O Mandado de Segurança Coletivo é uma prerrogativa das associações legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados. Assim, qualquer entidade (ambientalistas, de moradores ou outra), com mais de um ano de existência, poderá entrar com um Mandado de Segurança Coletivo, em favor de seus associados, na defesa dos direitos (ambientais ou outros) líquidos e certos;
- g) **mandado de injunção** - também garantido constitucionalmente. Este Mandado será concedido sempre que, por não haver uma norma regulamentadora, o exercício dos direitos e liberdades constitucionais, além de outros fique prejudicado. Todo cidadão pode utilizar-se dessa medida, a qual diz respeito a todos os direitos constitucionais ainda não regulamentados;
- h) **ação de responsabilidade civil por danos** - pela **Lei nº. 6.938**, de 31/08/81, o Ministério Público da União e dos Estados são legítimos para propor Ação de Responsabilidade Civil por danos causados ao meio ambiente e outros. Esta lei não estabelece tetos para valores indenizatórios e fundamenta a obrigação de indenizar na responsabilidade objetiva, ou seja, a responsabilidade comprovada com fatos, de tudo que concorrer para o dano, sem questionamentos sobre dolo ou culpa, o que simplifica o processo e agiliza os resultados. Pelo Art. 632 e seguintes, do Código de Processo Civil, se uma pessoa física ou jurídica e mesmo

o Poder Público se negarem a cumprir uma decisão judicial, podem os atingidos fazê-lo e cobrar do acusado o montante do valor que gastaram;

- i) **ação penal** - O **Decreto-Lei nº. 2.848**, de 7 de dezembro de 1940, instituiu o Código Penal do Brasil. Os crimes dependem de ação dolosa (quando o agente quer o resultado, age consciente), ou culposa (quando o delito é cometido por negligência, imprudência ou imperícia). Em caso de danos à saúde pública ou à vida, a titularidade da ação penal está nas mãos do Ministério Público (Art. 24 do Código de Processo Penal e Art. 110 do Código Penal). Além do Código Penal, há ainda o Código de Proteção à Fauna, o Código Florestal Brasileiro, o Código das Águas, o Código de Pesca, o Código Nacional de Saúde, o Código de Mineração, o Estatuto do Índio e várias outras leis;
- j) **outros recursos** - Há ainda outros recursos que podem ser utilizados para a garantia dos direitos defendidos, tais como: uma notificação por cartório pedindo informações, um pedido de esclarecimentos por carta microfilmada e enviada por cartório, ações cautelares inominadas (previstas pelo Código de Processo Civil, Art. 798 e seguintes). As notificações, protestos e interpelações (previstos pelos artigos 867 e 873 do Código de Processo Civil) são outros instrumentos que podem ser usados e têm como objetivo a prevenção de responsabilidade, a conservação e ressalva de direitos, ou a manifestação formal de intenção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar à conclusão desta tese de doutorado representa muito mais que o crescimento individual da doutoranda. Significa, sobretudo, vencer mais uma das etapas da construção coletiva e interdisciplinar do conhecimento, princípio básico do curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná e da Educação Ambiental pregada no mundo todo.

Depois de seis anos de estudos, discussões, gestões de conflitos, elaborações e reelaborações de textos e relatórios, realizações de oficinas, seminários, reuniões, pesquisas de campo, viagens, leituras, etc., foi possível chegar ao fechamento de mais esta etapa, a qual não pretende ser a última, pois a construção do conhecimento é sempre coletiva e cumulativa.

Pelas metodologias (individual e interdisciplinar) adotadas nesta pesquisa e pelas fontes dos dados utilizados, pode-se verificar que uma rede bastante ampla de articulações

foi necessária e que um intercâmbio mais direto e constante ocorreu entre algumas doutorandas da equipe que estudou o meio urbano da cidade de Paranaguá. A soma das contribuições individuais enriqueceram bastante esta elaboração final, sendo que isso também pode ser observado em outras teses da primeira turma de doutorandos.

Ainda, por esta e outras pesquisas desta primeira turma, ficaram comprovadas muitas das questões levantadas pelo relatório preliminar elaborado de forma interdisciplinar e publicado como **Diagnóstico socioambiental da cidade de Paranaguá - 1995**⁸⁰⁵, assim como também foram confirmadas as características de cada zona tendo por base o zoneamento⁸⁰⁶ proposto.

Por outro lado, sabe-se que a análise dos dados obtidos não se esgota com a elaboração da tese, podendo servir para (e inclusive sugere) novos enfoques analíticos.

A extensa revisão de literatura foi elaborada a partir da necessidade de caracterizar o sistema industrial capitalista vigente, a problemática ambiental decorrente do atual modelo de desenvolvimento, a sustentabilidade ou insustentabilidade da vida futura no Planeta mantendo-se tal situação e aspectos conjunturais da realidade brasileira, paranaense e parnanguara, principalmente no que se refere às políticas econômicas e políticas públicas governamentais dos últimos 40 anos. Também porque as Associações de Moradores de Bairro, assim como outras organizações da sociedade civil, integram este contexto e sofrem, direta e indiretamente, as consequências das ações e imobilidades da sociedade política. Paranaguá, por ser uma cidade portuária e integrar o movimento comercial do mercado nacional e internacional, recebe e reflete os benefícios e prejuízos da respectiva integração.

A política neoliberal dominante no âmbito internacional somada ao processo de globalização tem trazido sérias e negativas consequências para os países periféricos, principalmente da América Latina, detentores de importantes ecossistemas tropicais, resultando em um processo anti-ecológico, anti-natureza, anti-meio ambiente e anti-nação. A apropriação dos recursos naturais, da biodiversidade e riquezas dos países pobres pelos ricos tem contribuído para o aumento da concentração da riqueza em mãos de poucos e da distribuição da pobreza entre muitos. A pobreza e o desemprego estão sendo globalizados, mas a riqueza está sendo cada vez mais concentrada, monopolizada, controlada, e isso tudo contribui para uma situação insustentável do atual processo de desenvolvimento. As culturas locais são destruídas, criam-se novos desejos de consumo e geram-se novas formas de dominação, principalmente cultural. A exploração e a destruição da natureza se dão pela

⁸⁰⁵ COSTA, 1999. 47 p.

⁸⁰⁶ GERHARDT et al., 1996.

e para a produção de mais-valia. Natureza/Capital/Trabalho integram o sistema produtivo. Não só o natural se absorve no processo de reprodução do capital, como também, a degradação do meio social inter-relaciona-se com a degradação do meio natural e vice-versa, ocorrendo duplo processo: pela espoliação urbana decorrente do modo de acumulação capitalista e pela forma como se dá a apropriação da natureza e das riquezas por grupos econômicos dominantes e controladores dos povos, induzidos pelas necessidades históricas de acumulação e reprodução do capital, principal elemento perturbador dos ecossistemas naturais. A racionalidade econômica vigente é a causa predominante da atual crise ambiental e de outros problemas sociais e econômicos a ela associados.

As propostas tecnológicas de despoluição ambiental visam, nos países industrializados, viabilizar a refuncionalização ecológica da racionalidade econômica dominante e, concordando com o formulado por Leff, nos países do Terceiro Mundo, a sustentabilidade exige muito mais do que tecnologias “limpas”, pois o sistema de recursos naturais que detêm representa também importante potencial produtivo para uma estratégia alternativa de desenvolvimento, o que exige, fundamentalmente, práticas sociais e econômicas adequadas.

Sendo a natureza um “produto de representações provenientes de sistemas de valores presentes nos sistemas sociais e no interior dos grupos que os integram”, é também um “espelho social”, uma vez que reflete as relações que determinada sociedade mantém com seu meio natural, projetando em si relações/sistemas de produção e categorias culturais, políticas e econômicas de cada grupo.

A construção de indicadores de sustentabilidade e de indicadores de qualidade ambiental de desenvolvimento aparecem como necessidades urgentes a serem supridas.

Por outro lado, o processo de sustentabilidade ou racionalidade ambiental carece da formação de uma cultura de massa, da construção de uma nova hegemonia capaz de fazer frente à atual hegemonia dominante do sistema industrial capitalista e isso só será possível se houver a formação de “intelectuais” orgânicos conscientes desta realidade e defensores da sustentabilidade ou da racionalidade ambiental. A criação de um novo bloco histórico que tenha por princípio, dentre outros, a defesa de valores ambientais exige a construção de uma interna e complexa rede de articulações. Será necessário a divulgação desta “ideologia” pelas rádios, televisões, jornais, apresentações culturais, igrejas, escolas, enfim, por todos os meios de comunicação que possam influenciar a opinião pública. A adesão de políticos conscientes, comprometidos com este processo e com a criação de um “Estado Ético” será fundamental. O exercício da nova hegemonia da racionalidade ambiental (com democracia,

autodeterminação, participação, interação, equidade, diversidade cultural, conhecimento e respeito ao funcionamento dos ecossistemas) buscará integrar sociedade civil e sociedade política em relações que determinem a passagem do “momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético político”, a passagem do quantitativo para o qualitativo. Significará uma “etapa superior da sociedade” e exigirá que “novas relações sociais de produção” tenham sido criadas, transformando os atuais meios/modos/sistemas/forças de produção. Será necessário que exista uma forte unidade entre a “filosofia da práxis” e o “movimento espontâneo das massas”.

A luta ambiental está associada a outras lutas existentes no interior dos Movimentos Sociais e visa, além da preservação e conservação de ecossistemas, também a garantia de condições dignas de vida, a inclusão social das massas excluídas e a construção de um desenvolvimento sustentável com racionalidade ambiental. Problemas como o desemprego, a fome, a pobreza, o êxodo rural, a favelização urbana, a violência, a droga, a prostituição infanto-juvenil, o saneamento básico, a poluição, a saúde, a educação, a habitação, o sistema econômico excludente e a globalização, além de outros, devem estar no centro das discussões de sustentabilidade, tendo em vista a sua superação e a formulação de políticas ambiental, econômica, cultural e socialmente sustentáveis e racionais.

A Educação Ambiental Popular Permanente, enquanto um instrumento potencializador de organização e direção das massas populares, pode dar grande contribuição no desenvolvimento de atividades orgânicas permanentes e na formação de quadros sociais que venham a ser os “intelectuais orgânicos alternativos”, ou seja, defensores da sustentabilidade ou racionalidade ambiental dentro de um processo de desenvolvimento que faça frente à atual hegemonia dominante do sistema industrial capitalista.

Esta proposta educativa deve dar a sua contribuição também para a formação de uma consciência de cidadania que converta “vínculos clientelistas, de troca de favores e rede de fidelidades pessoais” em processos de articulações qualitativos comprometidos com a proposta de sustentabilidade ou racionalidade ambiental.

No caso de Paranaguá, para melhor entender como funcionam as articulações sociedade civil (organizações de bairro) X sociedade política (Poderes Executivo e Legislativo), foi necessário conhecer a história das Associações de Moradores de Bairro e a história do surgimento dos bairros em um contexto político e econômico fortemente influenciado pela dinâmica portuária.

O crescimento espacial da cidade, na maioria das vezes determinado pelas necessidades do Porto D. Pedro II ou pela exploração de recursos e/ou produtos naturais

(ouro, erva-mate, madeira, café e soja), foi dando origem a novos bairros, vilas ou conjuntos habitacionais ou, então, transformando os existentes, quer seja por indenização, industrialização ou expansão. Todo esse movimento foi modelando o espaço urbano da cidade de Paranaguá.

Em relação às hipóteses da pesquisa, chegou-se aos seguintes resultados:

- a) o quadro de qualidade de vida e do meio ambiente da cidade de Paranaguá teria um impacto negativo maior se não existissem as Associações de Moradores de Bairro, pois, apesar do fraco poder de interferência que exercem sobre a melhoria do mesmo, sempre desempenharam certo papel ao longo de sua história, principalmente em relação à reivindicação de bens e serviços de consumo coletivo;
- b) a população tem consciência dos principais problemas socioambientais existentes, porém não consegue estabelecer com as autoridades governamentais vínculos ou nexos convincentes, visando o seu equacionamento, principalmente porque carece de maior quantidade de pessoas participando das Associações de Moradores e de melhor qualidade das ações de sensibilização e mobilização promovidas por tais entidades;
- c) as dificuldades de representação das principais reivindicações da população junto às instâncias de poder político reforçam o quadro de precariedade das condições de vida na cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares, ficando evidente o predomínio de caráter reivindicativo do Movimento de Bairro; o que não impede que se reconheça momentos de confronto ou protesto ao longo de sua história;
- d) programas de **Educação Ambiental Popular Permanente** poderão favorecer uma melhor conscientização da população, permitindo ações mais eficazes na resolução dos problemas ambientais; principalmente em relação à prática de novos mecanismos de ação, tanto no âmbito administrativo como político e jurídico.

Não basta apenas dar a informação correta ou o conteúdo teórico adequado; é preciso, também e fundamentalmente, ensinar como agir para conseguir o reivindicado; é preciso agir educando e conscientizar agindo, pois “é o ser social (a vida) que determina a consciência” e a consciência social se constrói através da história.

Com base nos questionamentos iniciais, pôde-se fazer o levantamento da qualidade da informação que os sujeitos da pesquisa têm em relação ao meio ambiente, saúde e qualidade de vida; foram identificados os principais atores sociais que intervêm no ambiente urbano de Paranaguá (IAP, IBAMA, Prefeitura, vereadores, o Porto, empresas,

Associações de Moradores, MEL e Pastoral da Criança) e as principais práticas sociais existentes, tanto no que se refere à Sociedade Política como também à Sociedade Civil.

As políticas públicas em Paranaguá são desenvolvidas, prioritariamente, em atenção à inserção do Porto no contexto nacional e internacional e atendendo a necessidades mais urgentes de bens e serviços de consumo coletivo. Há uma forte pressão antrópica sobre os ecossistemas locais.

A busca de emprego/trabalho representa, nos últimos 50 anos, o principal motivo de migração do chefe de família para Paranaguá, o que pode ser explicado pela função que exerce o porto de ser um contínuo pólo de atração econômico-populacional; bem como, pelas políticas agrícolas e pela tecnificação da agricultura que expulsaram o homem do campo e levaram-no para a periferia das grandes cidades e para áreas de péssima qualidade habitacional, tais como: mangues, várzeas, encostas e beira de rios.

O mangue da cidade de Paranaguá apresenta-se bastante degradado e isso deve-se, principalmente, à ausência de políticas habitacionais e ao baixo poder aquisitivo da população. Pela pesquisa interdisciplinar, obteve-se o dado de que na zona quatro (Franjas insalubres), predominam os chefes de família paranaenses (89,4%), sendo que em maior quantidade estão os parnanguaras, vindo em seguida os nascidos em outros municípios do litoral e em outros municípios do interior do Estado; os nascidos na região metropolitana de Curitiba representam 2,7% dos chefes de família que moram na zona quatro. Este dado mudou a compreensão inicial que se tinha de que quem estava invadindo e destruindo os manguezais de Paranaguá seriam migrantes do Nordeste do Brasil, os quais representam menos de 6,0% dos chefes de família dessa zona da cidade. Na verdade, essa destruição é feita pelos próprios parananguaras, pelos próprios paranaenses e pelas empresas que ali se instalam incentivadas pelas administrações públicas locais ou estaduais. A necessidade de moradia para uns e de acumulação do capital para outros se sobrepõe à consciência de que o mangue é área de reprodução de caranguejos e de outros animais e que o mesmo deve ser preservado. As invasões de mangue e de outras áreas em Paranaguá são resultados de um processo de espoliação urbana, de segregação social, de acumulação capitalista e de interesses político-eleitoreiros. Além do que, revelam também a falta de um planejamento efetivo de uso do solo, de ordenamento territorial e de preocupação com a otimização dos ecossistemas locais.

Surge, então, o seguinte questionamento: Como seria a cidade de Paranaguá se o mangue estivesse preservado? É possível fazer crescer a cidade preservando o mangue?

Por outro lado, a aquisição de imóvel e melhorias nas condições de moradia são os motivos que mais mobilizam os habitantes da cidade de Paranaguá.

Pelos dados das entrevistas com representantes de Associações de Moradores, em cerca de 49,0% dos bairros de Paranaguá e Ilha dos Valadares havia, em 1996, ocorrência de invasões, quer seja por poucas ou por muitas famílias. Esta apropriação do espaço urbano (principalmente na zona 4 - Franjas insalubres) que se dá pelo sistema de invasões remete à forma primitiva de como ocorreu o processo de colonização do País, ou seja, foi sendo ocupado (invadido) pelos europeus, apesar da existência de populações indígenas autóctones. A legitimação do uso do solo nas áreas invadidas da cidade de Paranaguá se dá através do pagamento de taxas de serviços consumidos (luz e água) e de impostos obrigatórios, tais como o IPTU (municipal) e o ISPU (federal). O acesso a esses serviços fornecidos pela administração pública e a cobrança tributária podem significar, também, a conivência do poder público com tal situação, ou então, a sua impotência em encontrar formas alternativas de solução.

Quanto ao tipo de moradia mais comum em Paranaguá, em 1996, predominava a casa, com 98,9% do total de residências, ao passo que apartamentos, palafitas e barracos representavam menos de 1,5%. Percebe-se, aí, a preferência pela expansão horizontal do uso do solo, o que somado ao predomínio de casas próprias (somente cerca de 7,0% eram alugadas) poderia significar melhor qualidade de vida; mas isso nem sempre ocorre, pois o tamanho das residências precisa ser também considerado. Conjuntos habitacionais horizontais são construídos com unidades tão pequenas (geralmente, 23 m² - Conjunto Nilson Neves; ou de 38 m² a 50,4 m² - Conjunto Costa Sul) que redundam em conflitos e indignações entre seus moradores. Talvez um uso vertical dessa mesma área, com unidades habitacionais maiores, pudesse ser mais significativo para a melhoria da qualidade de vida do que o uso atual. A qualidade do imóvel está relacionada também com a acumulação capitalista, principalmente no âmbito da especulação imobiliária. O valor da prestação da casa própria é um importante fator de mobilização em quase todos os conjuntos residenciais financiados pelo Sistema Financeiro Habitacional (Costa Sul, Moradias Bertioga, Nilson Neves além de outros).

O fato de que metade dos chefes de família amostrados, em 1996, morava naquele local há 10 anos ou menos, indica a grande mobilidade que há na cidade e/ou o processo de expansão recente. Também a degradação ambiental de uma região (poluição do ar, lixo, ruídos), muitas vezes conduz à mobilidade de um bairro para outro dentro da mesma cidade, tendo em vista a busca de melhores condições de moradia. Isso é verificado em Paranaguá, principalmente, entre a faixa que vai da área portuária (poluição do ar, sonora e hídrica) à Colônia Santa Rita (poluição hídrica, sonora e de solo, acúmulo de resíduos sólidos urbanos), cujos moradores, em alguns casos, migraram para o Parque Agari, o

Parque São João, o Jardim Samambaia, além de outros. Este problema da poluição do ar em Paranaguá também pode ser visto como o “exercício do poder coercitivo da burocracia estatal” e o favorecimento que o Estado proporciona à acumulação capitalista, pois a produção e o lucro das empresas que lançam poluentes na atmosfera se sobrepõem à qualidade do ar e à saúde das pessoas que vivem ao seu redor.

Como maiores problemas do Município de Paranaguá, foram indicados a falta de trabalho/emprego, de saneamento básico, de indústrias para gerar empregos, carência de melhor atendimento à saúde e falta de vagas nas escolas.

O trabalho/emprego é um problema nacional e está relacionado tanto a causas conjunturais (modernização, informatização, pacotes econômicos governamentais) como a causas estruturais (economia dependente, metropolização, sistema econômico dominante, concentração da posse da terra). O aumento da presença da mulher no mercado de trabalho é outro fator que pode levar ao respectivo aumento de sua demanda e da concorrência ou competição entre os trabalhadores.

O saneamento básico, principalmente a falta de rede de coleta e tratamento do esgoto e a coleta seletiva e reciclagem do lixo são as questões mais problemáticas da cidade, tanto na compreensão que tem a população sobre os problemas do bairro, como também na compreensão que tem dos problemas de meio ambiente e das respectivas carências de ações de melhoria. As soluções para os problemas de esgoto e lixo exigem muito empenho das administrações públicas e demandam ações em parceria com a comunidade e empresas, bem como necessitam de um processo contínuo de educação e conscientização. Quanto mais cresce a cidade, mais graves se tornam esses problemas, caso não tenham sido solucionados com medidas eficazes desde o início.

O trabalho/emprego/dinheiro, a saúde/higiene e o estado de espírito são indicados pela população como principais determinantes de qualidade de vida (enquete interdisciplinar) e o salário/emprego/trabalho, a educação e a saúde aparecem, como determinantes de qualidade de vida, na opinião dos representantes de Associações de Moradores de Bairro entrevistados.

Há uma lógica nestas respostas, pois o trabalho, a educação e a saúde são questões básicas para um processo de desenvolvimento e, na atualidade, a qualificação profissional é definidora e seletiva no sistema de concorrência de mercado de trabalho globalizado, terceirizado. A saúde depende, em grande parte, das condições de trabalho e remuneração e da qualidade educacional do indivíduo; bem como, das condições habitacionais e de saneamento básico no local de moradia.

Quanto à Administração Pública Municipal, há grande dependência do Movimento de Bairro das ações do Executivo Municipal e o trabalho deste com as Associações de Moradores se dá de forma articulada e com o apoio da maioria das entidades. No final da década de 80, houve um processo mais significativo de confronto do Movimento de Bairro (e também Sindical) com o Prefeito, inclusive, mudando o contexto político do município no início da década de 90. No entanto, nestes últimos anos, observa-se um perfil mais reivindicativo que contestatório das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá. A maioria, contudo, percebe e volta-se contra o sistema de exploração e exclusão vigente e solicita mudanças na sociedade.

O Movimento Popular demanda bens e serviços de consumo coletivo que não lhe são concedidos em decorrência de relações sociais determinadas, sobretudo no âmbito das relações de produção. Não só há a carência de serviços, mas também a população necessita de maior acesso a eles ou à qualidade dos mesmos, justamente em consequência de seu baixo poder aquisitivo. A falta de emprego/trabalho é apontada como o principal problema de Paranaguá e o principal motivo que levou o chefe de família a morar na cidade.

As soluções do problema global dos moradores exigem mudanças também no âmbito das relações sociais de produção e no acesso a melhor qualificação profissional. Vale lembrar, ainda, que predominam em Paranaguá a escolaridade de ensino fundamental e as atividades de serviços e comércio. Segundo as formulações de Marx,⁸⁰⁷ os “serviços” existem como “mercadorias autônomas”, independentes dos trabalhadores, e expressam o “**valor de uso particular** do trabalho”, sendo úteis como “atividade” e não como “coisa”; além do que, “pertencem às formas de transição” e devem ser tratados “sob a categoria de trabalho assalariado que não é ao mesmo tempo trabalho produtivo”.

Quanto à época em que foram fundadas as Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá, corresponde ao período de maior abertura política no País, de elaboração de nova Constituição e de mudanças na correlação de forças no município. Os motivos principais que levaram à fundação da maioria dessas entidades foram em relação à resolução de problemas de serviços e consumos coletivos. Vale lembrar, no entanto, que entre meados da década de 80 e início da de 90, existia toda uma conjuntura que direcionava à organização da sociedade civil, “verdadeiro lar e teatro de toda a história”, e esta mesma sociedade civil teve papel fundamental nas mudanças ocorridas na sociedade política de então. Também, a presença, em Paranaguá, de técnicos da administração pública estadual, comprometidos e articulados com as lideranças de bairro, contribuiu bastante para o desenvolvimento do respectivo processo organizativo. O projeto municipal **S. O . S.**

⁸⁰⁷ MARX, 1978, p. 76.

Cidade Limpa foi um outro estimulador da organização de moradores. No entanto, a questão que vem sendo colocada, atualmente, é em relação à manutenção e à continuidade do trabalho das lideranças de bairro; bem como, o desenvolvimento de novas práticas sociais que contribuam para uma maior independência e autonomia do Movimento, para uma maior e melhor interferência no processo de construção de uma sustentabilidade ou racionalidade ambiental.

Embora tendo existência legalizada (Estatuto, Registro em Cartório, Ata de Fundação, Ata de Posse da Diretoria e algumas até com CGC), a maioria das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá funciona em precárias condições, pois raramente tem sede própria, não recebe contribuições mensais efetivas, seus poucos diretores realizam trabalho voluntário não remunerado, a área de atuação que abrange é imaginária e/ou política, não há investimento em capacitação de lideranças, o atendimento às reivindicações depende mais da vontade e articulações políticas, que do direito a ser respeitado. Tais entidades sofrem influência direta das diferentes situações conjunturais, as plataformas de lutas do Movimento Popular de Bairro buscam benefícios para todos, independente da idade, sexo, profissão, religião, partido político, de ser associado ou não à entidade, além de outros.

O fato de que a maioria das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá está constituída por grupos de pequeno porte (com menos de 25 membros); de que o número de pessoas presentes nas reuniões de Diretoria não ultrapassa 30 em três quartos das entidades; de que a participação em eleições de diretoria gira em torno de até 100 ou 200 pessoas; de que a instância mais comum adotada para a tomada de decisões por mais da metade das Associações de Moradores é em nível de Diretoria, mesmo que desta participem poucas pessoas, ou em nível de Presidência com mais uma ou duas pessoas; bem como, o fato de que 82,4% da população respondeu que não conhece a liderança do bairro e somente 7,2% dos chefes de família responderam que participam (a maioria eventualmente) da Associação de Moradores, mostram a carência de uma maior representatividade das lideranças de bairro e de maior envolvimento organizativo da população em geral. Mais da metade das Associações de Moradores realizava até uma assembléia geral por ano ou realizavam-na dependendo da necessidade ou da pauta em questão; um pequeno número de entidades (6,4%) ainda iria fazer sua primeira assembléia e 28,0% das entidades não realizavam assembléia geral há mais de um ano ou não convocavam nunca assembléia geral alegando que estavam paradas porque os poucos diretores que atuavam não se propunham a fazê-lo devido à baixa participação dos moradores, à falta de tempo da Diretoria e às dificuldades existentes para a sua convocação. Já, a presença de moradores nas assembléias gerais na

maioria das entidades ficava entre 11 e 100 pessoas, sendo que o maior percentual era de 31 a 60 participantes. Esse relativo esvaziamento se reflete também nas práticas sociais adotadas e no fraco poder de pressão do Movimento, que, em consequência, mantém-se em posição predominantemente reivindicativa e algumas lideranças estabelecem articulações de vínculos clientelistas, troca de favores ou rede de fidelidades pessoais. Em torno de 33,0% das lideranças de bairro entrevistadas eram funcionários públicos, dentre os quais 25,6% serviam ao Município de Paranaguá. Havia alguns (poucos) que acumulavam duas ou mais fontes de remuneração. Estes dados podem dar uma idéia dos estreitos vínculos que se estabelecem entre tais representantes da sociedade civil e a sociedade política e que podem resultar “tão estreitos que se tornam orgânicos”.

Retomando o formulado por AMMANN⁸⁰⁸, tem-se que o Estado (*stricto sensu*) exerce sua tutela, assegurando a regulação do mercado de trabalho e o processo de proletarianização, ao oferecer condições concretas na área de consumo coletivo para a formação do exército de reserva nas periferias urbanas. Argumentando a falta de verbas e necessidade de combate ao desemprego, o Estado mantém o controle da oferta de serviços na área do consumo coletivo, utilizando-se da força de trabalho não assalariada e interferindo na organização e ação do movimento, tendo em vista a integração dos interesses específicos de grupos aos interesses mais altos do capital. O Estado infiltra no tecido social incontáveis mecanismos de controle e cooptação e, segundo POULANTZAS⁸⁰⁹ é possível modificar a relação de forças no próprio terreno do Estado, a partir de suas contradições. A conquista do poder passa pelas lutas e movimentos que extrapolam o âmbito estatal, como é o caso, por exemplo, do Movimento de Bairro.

Por outro lado, os poucos que participam procuram participar de tudo o que é possível, pois das 56 Associações de Moradores cujas presenças estão registradas no Livro Ata da Umamp, 66,1% (37 entidades) têm mais de 31,0% de presença nas reuniões daquela entidade geral do Município, o que representa uma boa participação se considerados os períodos de fluxo e refluxo do movimento, o número pequeno de pessoas que assumem a entidade de bairro e as inúmeras dificuldades que enfrentam seus diretores. Esse quadro de participação na cidade de Paranaguá não difere da realidade do Movimento de Bairro em âmbito nacional, o qual também apresenta inúmeros problemas.

Um outro aspecto a ser considerado na relação sociedade civil X sociedade política é que existe uma boa motivação das lideranças comunitárias para ocupar espaços no Legislativo Municipal, mas este processo se dá em colaboração com o Estado, legitimando-

⁸⁰⁸ AMMANN, 1991, p. 163-164.

⁸⁰⁹ POULANTZAS (1983a) apud AMMANN, 1991, p. 25.

o; ou seja, na década de 90, o Movimento de Bairro em Paranaguá tem atuado ao lado do Estado, em busca do Parlamento. Mas, na década de 80, a posição dos representantes das entidades era, em sua maioria, de confronto com o Estado, buscando conquistar espaços nas suas estruturas, tanto no âmbito do Executivo como do Legislativo. É grande o percentual de lideranças de bairro que sae candidato a vereador, mas dificilmente consegue eleger-se, pois falta-lhe capital para enfrentar o pleito eleitoral e tais lideranças acabam sendo somente úteis à proporcionalidade de legenda partidária ou coligação.

Quanto à representação do bairro na Câmara de Vereadores, esta foi confirmada por somente cerca de 35,0% dos entrevistados. O trabalho de vereança pode ser otimizado com o trabalho de bairro se existir melhor postura de ambas as partes, pois o que ocorre muitas vezes é conflito por disputa de poder político. O vereador fica com medo de perder votos e não vir a reeleger-se na próxima eleição se fortalecer o(s) representante(s) de bairro com um bom trabalho na Associação de Moradores. Estes, por sua vez, querem fazer um bom trabalho, mas também querem participar do poder municipal, quer seja pelo Executivo ou pelo Legislativo. Um outro fato que ocorre é que, alguns vereadores percebem que há um Presidente de Associação de Moradores de Bairro que desenvolve um bom trabalho com a comunidade, imediatamente resolvem contratá-lo pelo seu gabinete e, então, aquela pessoa que era bom Presidente de bairro, deixa de ser um bom Presidente para ser um assessor de vereador, perdendo seu trabalho comunitário, ficando desgastado na respectiva comunidade.

Não se pode ignorar que o trabalho comunitário tem caráter político e que, por isso mesmo, situa-se em terreno estratégico do Estado. O Parlamento (Poder Legislativo), por sua vez, tem caráter ambivalente, pois pode representar tanto os interesses da sociedade política (elaboração das leis) como os da sociedade civil, ao traduzir oficialmente a opinião pública; no entanto, a “classe dominante utiliza e combina uma e outra no exercício de sua hegemonia”, assim como, “podem surgir da sociedade civil novas forças de coerção da classe dominante”. É, assim, que GRAMSCI⁸¹⁰ amplia a sua definição de Estado para “o conjunto de órgãos, qualquer que seja o seu estatuto formal - (...) - através dos quais é exercida a influência do grupo dominante”.

Embora quase a metade dos representantes de bairro entrevistados tenha respondido que as eleições oficiais dos Poderes Executivos e Legislativos alteram o funcionamento da entidade, a maioria dos entrevistados respondeu que o processo eleitoral não altera o seu funcionamento. Defendem a posição de que a entidade deve ser apartidária e fixada na

⁸¹⁰ GRAMSCI apud PORTELLI, 1990, p. 35.

comunidade; mas, também, consideram importante fazer-se representar no Parlamento; ou seja, atuam em cooperação com o Estado e em busca do Parlamento.

Em cada nova eleição, há um crescimento do número total de votos obtidos pelo conjunto de representantes de bairro; no entanto, mesmo havendo um perfil de centro e centro-direita em relação aos partidos pelos quais saem candidatos, a maioria não pode ser considerada “votos ideológicos”, pois há constantemente mudança de partido pelos candidatos e a sua pessoa muitas vezes se sobrepõe à sigla partidária em um processo eleitoral.

Se o percentual de representantes de Associações de Moradores filiados a partidos políticos é alto (acima de 70,0%), o mesmo não se verifica com a população em geral, em que somente 4,1% dos informantes afirmaram estar filiados a partido político em 1996 e destes, 64,0% é somente simpatizante.

Verifica-se, aí, uma certa superficialidade na cultura política dos sujeitos da pesquisa, principalmente no que se refere à população em geral. A **Educação Ambiental Popular Permanente** tem um importante papel a cumprir nesse processo, especialmente no sentido de contribuir para a construção de uma nova cultura política. Cabe também ao “Estado ético” a função de elevar o nível cultural e moral das massas populares, o que só poderá ocorrer quando houver uma postura mais democrática nas instituições da sociedade política e quando se formar uma nova hegemonia dominante capaz de assegurar a participação e o poder de deliberação da sociedade civil, organizada em suas representações populares.

Por outro lado, a maior influência que sofre ou deveria sofrer a Associação de Moradores de Bairro, na opinião dos entrevistados, é da Prefeitura, pois é ela quem executa as obras. Para a resolução de problemas no bairro, a pesquisa interdisciplinar mostrou que a maior porcentagem dos informantes se dirige à Prefeitura ou Subprefeitura (45,3%); vindo em segundo lugar o vizinho e o presidente da Associação de Moradores; já os vereadores aparecem em quarto e último lugar. Assim, o Estado se consolida como provedor dos bens de consumo coletivo, tanto na opinião dos representantes de bairro como também pela compreensão da população em geral.

No que se refere ao então Prefeito de Paranaguá, mais da metade dos entrevistados manifestaram seu apoio, fato este que se deve, provavelmente, à nova postura mais democrática daquele administrador público. A prática de realização de reuniões periódicas para a discussão do orçamento e das prioridades para o Município, as ações em relação à saúde e à educação, bem como a “abertura” da Prefeitura à comunidade e a realização de atividades conjuntas em forma de parcerias ou convênios podem explicar em parte este

apoio. Para os representantes de Associações de Moradores de Bairro entrevistados, o perfil de um bom Prefeito para Paranaguá é o daquele que vê a necessidade dos bairros, que os ouve, que é bom para os bairros; vindo em seguida, a opinião de que o Prefeito deve ser amigo do povo, ser popular, defender ou preocupar-se mais com o povo; ou então, deve continuar com a prática de reuniões para discussão do orçamento municipal e dar mais apoio às Associações de Moradores, atender às suas solicitações. Retoma-se, aí, a compreensão de que há, entre os representante do Movimento de Bairro, uma significativa pré-disposição para o trabalho em cooperação com o Estado e que estão sempre almejando ocupar espaços decisórios junto à administração pública.

No entanto, o protesto contra a exploração e espoliação urbana não deixa de estar presente no Movimento de Bairro de Paranaguá. No início de 1998, a alta taxa cobrada pelo consumo de água e os incômodos e enfermidades causadas pela poluição do ar e hídrica na cidade geraram indignação e manifestações da população.

Ainda, em relação às práticas sociais desenvolvidas pela sociedade política, percebe-se uma adaptação à conjuntura nacional ao longo das três décadas, ou seja, na década de 70 são mais voltadas a projetos desenvolvimentistas; na década de 80, visam a legitimação do processo de democratização do País, e, na década de 90, o estabelecimento de maiores vínculos de parceria entre sociedade política e sociedade civil.

Já, as práticas sociais das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá, em geral, tinham dois objetivos: estabelecer parcerias com a administração pública e angariar recursos para a entidade ou brinquedos para as crianças.

A presença da Igreja, “verdadeira sociedade civil autônoma”, dá-se através do trabalho da Pastoral da Criança, o qual tem trazido resultados significativos, principalmente em relação à diminuição da mortalidade infantil e ao desenvolvimento de hábitos de higiene, alimentação e melhoria da qualidade de saúde. A Igreja, o sistema escolar e a imprensa constituem importante estrutura ideológica formadora de opiniões e que pode jogar um importante papel na construção de uma nova hegemonia, desde que comprometida com os interesses das classes populares e os princípios da sustentabilidade ou racionalidade ambiental.

O Movimento Ecológico do Litoral exerce papel fundamental no que se refere à defesa do meio ambiente, confrontando-se constantemente com as políticas públicas tanto em âmbito municipal como estadual. As práticas sociais que desenvolve são, predominantemente, de confronto com o Estado e com os representantes da acumulação de capital.

Os conflitos homem X natureza, sustentabilidade ou preservação X desenvolvimento, capital X natureza, sociedade política X sociedade civil existem e precisam ser geridos com competência e compromisso social e ambiental. Não basta conhecer o funcionamento dos ecossistemas para defendê-lo, é preciso também ter uma formação político ideológica que conduza a perspectivas mais amplas do processo de desenvolvimento e planejamento futuro.

No que se refere à compreensão da relação meio ambiente X meio urbano, verifica-se que pelo menos 66,0% dos representantes de bairro entrevistados, em 1996, responderam que há relação entre os problemas urbanos e os de meio ambiente, e outros 6,3% responderam que “sim”, mas não deixaram muito clara sua compreensão.

Percebe-se que a maioria dos representantes de Associações de Moradores de Bairro entrevistados consegue relacionar os problemas urbanos com os de meio ambiente, dentro de uma visão mais ampla. Outros entendem esta relação, mas em um patamar mais próximo, restrito e há também os que não conseguem fazer nenhuma relação entre ambos. De qualquer forma, a carência de maiores e melhores informações existe e envolve, pelo menos, de 18,0% a 34,0% dos entrevistados e uma proposta de **educação ambiental popular permanente**, organicamente vinculada às Associações de Moradores de Bairro, pode contribuir para a melhoria da qualidade de informação e mudança de comportamento.

Embora predomine, entre a população amostrada pela enquête interdisciplinar, uma visão naturalista do meio ambiente, pelo menos 70,0% das Associações de Moradores de bairro de Paranaguá já haviam discutido problemas ambientais em reuniões da entidade e o principal assunto discutido foi em relação ao lixo. Outras questões como: saneamento básico (água potável, esgoto coletado e tratado e destino final adequado para o lixo), poluição ambiental, invasões de mangue, maior fiscalização, programas habitacionais, atenção à saúde, construção de áreas de lazer, droga e prostituição infanto-juvenil, policiamento, transporte coletivo, manutenção das ruas, além de outros, estão presentes nas discussões feitas pela maioria das Associações de Moradores de Bairro de Paranaguá.

Em torno de 62,0% dos representantes de bairro entrevistados expressaram uma avaliação negativa e pessimista da situação do meio ambiente em Paranaguá, considerando-a feia, péssima, caótica e que vinha piorando nos últimos anos. Nota-se que há uma consciência da degradação, da destruição do meio ambiente; no entanto, há também uma posição de expectativa, de observador apenas, esperando que a administração pública aja, que resolva tudo. Esta posição também pode ser em decorrência da própria postura autoritária e paternalista do Estado.

Na segunda amostragem, realizada em 1998, observa-se uma diminuição do percentual de visão naturalista do meio ambiente, pois 60,0% das respostas indicavam a compreensão de meio ambiente como local onde se vive, relacionando-o com limpeza e vida saudável; somente 10,0% destas relacionavam o meio em que se vive com a questão ecológica. Provavelmente, isso tenha ocorrido em função das campanhas de limpeza do bairro e reciclagem do lixo desenvolvidas pela Prefeitura de Paranaguá nos últimos anos, ou mesmo por influência dos meios de comunicação de massa.

Em 1998, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que quem comete infrações contra o meio ambiente deve ser punido e 70,0% deles acreditavam que a melhor forma de punição é a multa, quer seja precedida de conscientização, quer seja seguida de prisão. Todos afirmaram estar dispostos a colaborar com ações em defesa do meio ambiente.

O trabalho de **Educação Ambiental Popular Permanente** deverá contribuir para a formação de uma consciência de responsabilidade, ou seja, levar à ação individual e coletiva e a cobrar ações do Governo, em todas as instâncias de poder. Esta consciência de responsabilidade deve ser também crítica, deve ser capaz de analisar e avaliar as consequências de determinadas ações, de determinados projetos, de determinadas propostas de desenvolvimento.

As preocupações com a qualidade de vida, humana e ambiental, e com políticas públicas que garantam a qualidade de vida são prioritárias para os representantes de bairro de Paranaguá entrevistados.

Comparando as reivindicações existentes antes de 1996 com as daquele ano, percebe-se que há um agravamento da situação, pois as reivindicações de atendimento às necessidades básicas (abastecimento de água, iluminação pública, transporte coletivo, ensino fundamental e legalização dos terrenos) vão sendo superadas pelos sintomas de degradação social (atendimento à saúde, combate às drogas, à prostituição infanto-juvenil) e ambiental (coleta do lixo, limpeza da cidade, tratamento de esgoto, etc.).

A baixa escolaridade (cerca de 70,0% da população tem escolaridade de ensino fundamental completo ou incompleto), a carência de mão-de-obra qualificada e a preferência pela informação oral estão inter-relacionados e caracterizam aspectos culturais da cidade.

Há uma grande carência de informação sobre legislação existente e direitos de cidadania e não existe um trabalho efetivo de Educação Popular na cidade. O que existe são ações pontuais ou projetos específicos de determinadas conjunturas administrativas; mas

faltam mecanismos de controle social e continuidade do trabalho para se conseguir mudanças efetivas de comportamento tanto da sociedade civil quanto da sociedade política.

É assim que um trabalho de **Educação Ambiental Popular Permanente** a ser desenvolvido com comunidades, na maioria das vezes bastante carentes e excluídas dos sistemas de consumo e produção, com reduzido acesso aos serviços públicos, aos direitos de cidadania e a uma melhor qualidade de vida, deve levar em conta a cultura local, reconstruir a história da cidade, aprofundar o conhecimento teórico do funcionamento da sociedade, do sistema político e econômico vigente, das razões pelas quais se deram a exploração e a degradação dos recursos naturais locais, dos modelos de desenvolvimento existentes; dos princípios de racionalidade ambiental ou sustentabilidade; bem como do funcionamento dos microecossistemas locais e da problemática ambiental nacional e mundial. Todo o conteúdo a ser trabalhado deve, no entanto, ser discutido e aprovado pelo conjunto dos participantes. Torna-se indispensável também um enfoque dos mecanismos de ações em nível administrativo, político e jurídico, para que novas e mais eficientes práticas sociais sejam desenvolvidas pela sociedade civil organizada. As rádios e canais comunitários podem ser um importantíssimo veículo de comunicação, educação, conscientização e politização.

Em relação à sociedade política, há que considerar que, enquanto existir uma hegemonia dominante comprometida com o atual modelo industrial capitalista de desenvolvimento, pouco poderá ser conseguido, pois seus objetivos maiores são conflitantes com a preservação ambiental e suas relações com a sociedade civil (massas populares) não vão além da manutenção do controle social e político da população para a manutenção do domínio de tal hegemonia. “Quando a classe fundamental é progressista faz avançar o conjunto da sociedade”.

No entanto, com administrações mais democráticas e responsáveis, com técnicos da administração pública comprometidos com as lutas populares e com a preservação da autonomia e independência dos Movimentos Sociais (no caso, os Movimentos Populares de Bairro) é possível o desenvolvimento de:

- a) ações em parcerias entre a administração pública, instituições de ensino, empresas e organizações da sociedade civil;
- b) promoção de cursos de capacitação de lideranças comunitárias;
- c) promoção de cursos de capacitação para administradores públicos e vereadores;
- d) elaboração de programas de conscientização pelos meios de comunicação de massa, principalmente rádio e televisão, envolvendo comunidade escolar, comunidade de bairro, comunidade política, religiosa, jurídica, etc.;

- e) campanhas educativas de saúde e meio ambiente que enfoquem problemas de saneamento básico, poluição, destruição de ecossistemas, educação sexual, drogas, aids, etc.;

Estas ações, no entanto, devem integrar todo um planejamento com objetivos e metas a serem alcançados; bem como, passarem por um processo constante de avaliação; pois, caso contrário, não passarão de simples ações pontuais, conjunturais e promocionais de determinadas administrações públicas.

A formação do “Estado Ético” deverá ocorrer dentro do mesmo processo de construção de uma nova hegemonia que leve à sustentabilidade e à racionalidade ambiental.

Relacionar o trabalho educativo de meio ambiente com o trabalho profissional dos educandos é outro aspecto a ser considerado, pois trabalho/natureza/capital são categorias fundamentais em uma proposta de desenvolvimento sustentável ou de racionalidade ambiental.

Por fim, novas investigações devem ser desenvolvidas, tanto para aprofundar aspectos que foram somente citados neste trabalho, como também para gerar novos questionamentos que levem a um melhor conhecimento da realidade e a um enriquecimento da construção coletiva e interdisciplinar do conhecimento.

Como sugestões, seguem-se os seguintes questionamentos:

- a) Até que ponto o conhecimento das relações homem X natureza impede ou contribui para que se leve uma luta mais contundente da questão ambiental?
- b) Como vencer a pressão da globalização a partir de práticas sociais locais?
- c) É possível educar para a sustentabilidade ou racionalidade ambiental sob a dominação de uma hegemonia industrial capitalista?
- d) Como ganhar a sociedade política e os empresários para a construção de uma nova hegemonia que faça frente à racionalidade econômica dominante?
- e) Como se dão as relações homem X natureza nos outros municípios do litoral do Paraná?
- f) Qual é a dinâmica dominante nos municípios não portuários do litoral paranaense?
- g) Até que ponto o êxodo rural do interior do Estado causa impactos sobre os ecossistemas litorâneos do Paraná?
- h) Que parâmetros de qualidade ambiental podem ser estabelecidos a partir de valores definidos pela **Educação Ambiental Popular Permanente**?
- i) Que indicadores de sustentabilidade ou racionalidade ambiental devem ser utilizados em uma proposta de desenvolvimento?

- j) Como a educação, em toda a sua amplitude, poderá dar um salto de qualidade no compromisso de substituir a cultura da racionalidade econômica dominante por valores, comportamentos, hábitos e atitudes que levem à construção da cultura da racionalidade ambiental?

A continuidade e o aprofundamento deste estudo poderá responder muitos destes questionamentos acima.

Por fim, na FIGURA 29, tem-se, a partir da passarela da Ilha dos Valadares, uma vista parcial da cidade de Paranaguá, focalizando as obras realizadas no aterro do mercado, próximo ao Centro Histórico, em 1998.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Dôra. **Sem ELA, nada feito!** Uma abordagem da importância da Educação Ambiental na implantação da ISO-14001. Salvador: Asset Negócios Corporativos, 1997. p. 125.
- AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. **Direito do meio ambiente e participação popular**. 2. ed. Brasília: IBAMA, 1996. 158 p.
- ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar Fermiano (org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 238 p.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo : Cortez, 1991. 175 p.
- ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 31-80. (Coleção questões de nossa época; 19)
- BARONI, Margaret. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 14-24, abr./jun. 1992.
- BARROSO, Sérgio. A crise atual e a tática dos trabalhadores. **Debate Sindical**, São Paulo, v. 13, n. 30, p. 20-21, jun./ago. 1999.
- BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 238 p.
- BECKER, Dinizar Fermiano. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 27-94.
- BERTOLINO, Osvaldo. A crise do fordismo e o futuro do trabalho. Vivemos a era “pós-fordista” ou em pleno “neofordismo”? Eis aqui uma polêmica interessante para o futuro do movimento sindical. **Debate Sindical**, São Paulo, v. 13, n. 30, p. 27-30, jun./ago. 1999.
- BID. **La ciudad en el siglo XXI: experiencias exitosas en gestión del desarrollo urbano en América Latina**. Washington/USA: Eduardo Rojas y Robert Daughters Editores, 1998. 362 p.
- BORGES, Altamiro. O pior já passou? **Debate Sindical**, São Paulo, v. 13, n. 30, p. 13-18, jun./ago. 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os caminhos cruzados: formas de pensar e realizar a educação na América Latina. In: GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos A. (Orgs.) **Educação Popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez/EDUSP, 1994. p. 23-49.

- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988. xvi, 292 p.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais: Meio ambiente**. Versão Preliminar, dez. 1995. 33 p. e versão em disquete, ago. 1996. 51 p.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/UNESCO. **PRONEA: Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: Coordenação de Educação Ambiental do MEC, 1997. 19 p.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: Coordenação de Educação Ambiental do MEC, 1998. 166 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **AMAZÔNIA: uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental**. Documentos metodológicos. Brasília: IBAMA, 1994. 128 p.
- BRASIL/UNESCO. **Educação Ambiental**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Coordenação de Educação Ambiental, 1997. 24 p.
- BRESSAN, Delmar. **Gestão racional da natureza**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 111 p.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p. 29-40.
- BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 94. (Coleção questões de nossa época; v. 19).
- BUONICORE, Augusto Cesar. Ideologia e hegemonia na obra de GRAMSCI. **Princípios: Revista teórica, política e de informação**, São Paulo, n. 21, p. 79-85, maio/jul. 1991.
- CANEPARO, Sony Cortese et al. Espaço urbano, situações de vida e saúde na cidade de Paranaguá: relato preliminar de uma prática interdisciplinar. **Cadernos de desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 3, p. 35-48, 1998.
- CANEPARO, Sony Cortese. **Manguezais de Paranaguá: uma análise da dinâmica espacial da ocupação antrópica - 1952 a 1996**. Curitiba, 1999. n. f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - PRPPG, Universidade Federal do Paraná. Inédito.
- CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. **A dimensão ambiental da educação escolar de 1ª. - 4ª. séries do ensino fundamental na rede escolar pública da cidade de Paranaguá**. Curitiba, 1999. n. f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - PRPPG, Universidade Federal do Paraná. Inédito.

- CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p. 153-174.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. 429 p.
- CEDEC. **Meio ambiente**: participação, representação e legitimidade. São Paulo, v. 2, n. 6, p. 1-32, fev./maio 1997.
- CEDEC. **Meio ambiente & educação para a cidadania**. São Paulo, v. 2, n. 7, p. 1-36, jun./sep. 1997.
- CMMAD/ONU. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430 p.
- CNUAH/Habitat. **Programa de desarrollo Comunitário**. Nairobi: United Nations Centre for Human Settlements/Habitat, 1996. 20 p.
- CNUMAD/RIO-92. **Agenda 21**: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997. 598 p.
- COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. **Nossa própria agenda**. São Paulo: PNUD/BIRD, 1990. 241 p.
- COSTA, L. J. M.; CARNEIRO, S. M. M.; NOVAKOSKI, L. E. R. Modos de apropriação da natureza: representação social. Curitiba: DMAD/UFPR, 1994. 12 p. (fotocópias)
- COSTA, Laura J. M. Organizações de bairro: o caso do município de Paranaguá e da Ilha dos Valadares. In: LIMA, Renato E.; NEGRELLE, Raquel R. B. (Org.) **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná**: diagnóstico. Curitiba: Editora da UFPR; Brasília: CNPq, 1998. p. 205 - 208.
- COSTA, Laura J. M. et al. **Diagnóstico socioambiental da cidade de Paranaguá - 1995**. Curitiba: PRPPG/UFPR, 1999. 47 p. (Relatórios Técnicos; n. 1)
- COSTA, Laura J. M.; CARNEIRO, Sônia M. M. Descrição dos dados da pesquisa realizada na cidade de Paranaguá - PR - Relatório técnico - Educação, participação comunitária, aspectos culturais e questões ambientais. Curitiba: Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, 1997. (fotocópias)
- COSTA, Laura J. M.; CARNEIRO, Sônia M. M. Educação e participação comunitária. In: LIMA, Renato; NEGRELLE, Raquel (Org.) Curitiba: Editora da UFPR; Brasília: CNPq, 1999. (no prelo).
- COSTA, Samuel Guimarães. **O último capitão-mor**: 1782 - 1857. Curitiba: Scientia et Labor/Editora da UFPR; Paranaguá: Prefeitura, 1988. 237 p.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Educação Ambiental em comunidade. In: SEMA/IBAMA. IV SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE. 4.ed. Florianópolis, 1990. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 1990. p. 172.

- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 134 p.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993. 176 p.
- DEMO, Pedro. **Pobreza política**. 4. ed. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 1994. 109 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 27).
- DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades interdisciplinares de Educação Ambiental**. Manual do Professor. São Paulo: Co-edição Global/Gaia, 1994. 112 p.
- DURKHEIM, Émile. Representações individuais e coletivas. In: **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1978. p. 15-49.
- ECOLOGÍA y vida. Barcelona: Salvat Ediciones, 1990. v. 46, p. 182.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 215 p.
- EPI INFO, version 6. Atlanta: Center of Disease Control, 1994. 589 p.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998. 660 p.
- FEDOZZI, Luciano. **Orçamento participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial; Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (FASE/IPPUR), 1997. 253 p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 11 ed. Rio de Janeiro: Gamma, 1990.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Brasil Século XXI**: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92. LERROY, Jean Pierre; MAIA, Katia Drager; GUIMARÃES, Roberto Pereira (Org.). Rio de Janeiro: FASE, 1997. 503 p.
- FREI Beto. Organização das classes populares. In: FARIA, Lourdes Solange Camargo (Org.) **A Educação Popular em discussão**. Passo Fundo: 7º. Núcleo do CPERS/APUPF/CMP, 1989. p. 121. Palestras e debates do II Colóquio Nacional de Educação Popular - 1986.
- FREIRE, Paulo. Educação Popular no Brasil. In: FARIA, Lourdes Solange Camargo; FIGUEIREDO, Lourivan Fisch de; FARIA, Nedison (orgs.) et al. **A Educação Popular em discussão**. Passo Fundo/RS : 7º. Núcleo do CPERS, 1986. p. 175. Palestras e debates do 1º. Colóquio Nacioal de Educação Popular - 1984.
- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: Teoria e prática em Educação Popular. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 68 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura) 165 p.

- GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos A. (Orgs.) **Educação Popular: utopia latino-americana**. São Paulo, Cortez/EDUSP, 1994. 341 p.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 1995. 175 p.
- GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção questões de nossa época, n. 25). 120 p.
- GERHARDT, T. E. et al. Heterogeneidades e homogeneidades do quadro de vida urbano de Paranaguá. Relatório preliminar. Curitiba: DMAD/UFPR, 1996. (fotocópia)
- GODELIER, Maurice. **L'idéal et le matériel: pensée, économies, sociétés**. Paris: Fayard, 1984. p. 348.
- GODOY, Amália Maria Goldberg. Análise da enquête: Trabalho. (Relatório da pesquisa interdisciplinar do curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento na UFPR, cidade de Paranaguá, 1996). p. 7 (fotocópia).
- GODOY, Amália Maria Goldberg. Os impactos sócio-ambientais da expansão do Porto de Paranaguá frente à maior inserção do Brasil no mercado internacional. In: LIMA, Renato E.; NEGRELLE, Raquel R. B. (Org.) **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná: diagnóstico**. Curitiba: Editora da UFPR; Brasília : CNPq, 1988. p. 131-135.
- GÓES, Moacyr. Educação Popular no Brasil. In: FARIA, Lourdes Solange Camargo (org.). **A Educação Popular em discussão**. Passo Fundo: 7º. Núcleo do CPERS/APUPF/CMP, 1989. p. 32-34. Palestras e debates do II Colóquio Nacional de Educação Popular - 1986.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Populares Urbanos e Democracia. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: v. 6, n. 17, p. 15-29, abr. 1985.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: produção teórica e projetos políticos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: v. 8, n. 25, p. 51-82, dez. 1987.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991. p. 190.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 117 p. (Coleção questões da nossa época ; v. 5)
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999. 120 p. (Coleção questões da nossa época, v. 71)
- GÓMEZ, William Héctor. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 238 p.

- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989 (a). 244 p.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989 (b). 444 p.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 341 p.
- GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. São Paulo: Papirus, 1995. 107 p. (Col. Magist.: Formação e trabalho pedagógico)
- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “Ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1968. 149 p. Traduzido do alemão ao português por Artur Morão.
- HERRERO, Luis Miguel Jiménez. **Medio ambiente y desarrollo alternativo: Gestión racional de los recursos para una sociedad perdurable**. Madrid: Iepala, 1989. 400 p.
- IBGE. **Censo demográfico**. 1996-1997. Rio de Janeiro. Contagem.
- ICLEI/PNUMA. **Manual de planificación para la Agenda 21 local: una introducción a la planificación para el desarrollo sostenible**. Toronto/Canadá: ICLEI; Nairobi/Kenya: UNEP, 1996. 216 p.
- IPARDES. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 13, n. 3, p. 1-18, março. 1991.
- JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 17.
- JODELET, Denise (Dir.). **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989. 424 p.
- KNECHTEL, Maria do Rosário. **Educação permanente: da reunificação alemã a reflexões e práticas no Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR, 1994. 149 p.
- KOVARICK, Lúcio. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 30-48. (Coleção CEDEC, v. 5)
- LANE, Silvia Tatiana Maurer. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Orgs.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 40-47.
- LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981. 109 p.
- LEFF, Enrique. **Ecología y capital: hacia una perspectiva ambiental del desarrollo**. México: UNAM, 1986. 147 p.
- LEFF, Enrique. **Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. 2. ed. corregida y aumentada. México: Siglo XXI/UNAM, 1994. 437 p.

- LEFF, Enrique. Educación ambiental y desarrollo sustentable. PNUMA. **Formación Ambiental**, México, v. 9/10, n. 20/21, p. 18-23, sep. 1997/ene. 1998.
- LENIN, V. I. **El Estado y la Revolución**. Moscú: Instituto de Marxismo-Leninismo/P.C.U.S./Ediciones en Lenguas Extranjeras, 145 p.
- LIMA, Renato E.; NEGRELLE, Raquel R. B. (org.) **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná: diagnóstico**. Curitiba : Editora da UFPR; Brasília : CNPq, 1988. 266 p.
- LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 92.
- MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Cultura e Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. 450 p.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1995. 696 p.
- MAIMON, Dalia. **Passaporte verde: gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996. 111 p.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 141 p. (Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana)
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1978. 149 p. Livro 1, Cap. 6 (inédito).
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Lisboa: Editorial Avante!/SARL, 1981. 112 p.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 351 p.
- MARX, Karl. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. 5. ed. São Paulo: Global, 1985. 140 p.
- MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1987. 54 p.
- MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 14-29. (Coleção CEDEC, v. 5)
- MOLINER, Pascal. **Images et représentations sociales: de la théorie des représentations à l'étude des images sociales**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1996. p. 275.
- MORAES, Maria Esmeralda dos Santos. **Dinâmica espacial da ocupação antrópica na restinga do perímetro urbano de Paranaguá**. Curitiba, 1999. n. f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - PRPPG, Universidade Federal do Paraná. Inédito.

- MORGENSTERN, Algacyr. **Porto de Paranaguá, contribuição à história: período 1648 a 1935**. Paranaguá: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, 1985. 136 p.
- MST. **Princípios da educação no MST**. 2. ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST/Setor de Educação, 1997. 24 p.
- MÜLLER, Geraldo. Desenvolvimento sustentável: notas para a elaboração de um esquema de referência. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 117-138.
- NASCIMENTO JÚNIOR, Vicente. **História, crônicas e lendas: Paranaguá**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1980. 173 p.
- NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania em Antonio Gramsci. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 81-94.
- NUNES, Edison; JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção CEDEC, v. 5) p. 165 - 199.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386 p.
- PARANÁ. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. **Porto de Paranaguá**. Paranaguá: Governo do Paraná/Secretaria dos Transportes/APPA, 1994. 118 p.
- PARANÁ. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. **Porto de Paranaguá: Rumo à modernidade**. Paranaguá: Governo do Paraná/Secretaria dos Transportes/APPA, 1994. (folheto de propaganda)
- PARANÁ. Governo. **Programa Estadual de Meio Ambiente**. 1984. Proposta. 28 p. e 1ª. Aproximação, 62 p.
- PARANÁ. SEDU/CEDMA. **Coletânea de Legislação Ambiental: Federal e Estadual**. Curitiba, 1990. 536 p.
- PARANÁ. SEMA. **Coletânea de legislação ambiental**. 2. ed. Curitiba: IAP/GTZ, 1996.
- PARANÁ. SEMA/IAP. **ICMS Ecológico em perguntas e respostas**. Instruções básicas para Unidades de Conservação. (Organização Wilson Loureiro). Curitiba: SEMA/IAP/Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas, 1998. 34 p.
- PARANÁ. Ministério Público Estadual. **Guia de direitos ambientais e sociais: manual do cidadão**. Curitiba : Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente do Paraná; Promotoria das Garantias Constitucionais, 1998. 79 p.
- PARANAGUÁ. Prefeitura. **Relatório da Administração do Prefeito José Vicente Elias**. (Introdução) Período de 31/01/77 a 31/01/83. (fotocópias)

- PARANAGUÁ. Prefeitura. **Plano Diretor de Paranaguá**: 1990. p. 133, mais ilustrações e anexos. (fotocópias).
- PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. **Cartaz comemorativo dos 345 anos de Paranaguá: 1648-1993**. Gestão do Prefeito Carlos Antônio Tortato, Paranaguá, 1993. Cartaz.
- PARANAGUÁ. Prefeitura. **EIA/RIMA**: Distrito industrial do Embocuí em Paranaguá. Curitiba: Andrade Engenharia, 1998. 4 v.
- PASTORAL DA CRIANÇA. **15 anos**. Florestópolis/PR, 13/09/83 a 13/09/98. (Folheto comemorativo).
- PINTO, João Bosco Guedes. Reflexões sobre as estratégias educativas do Estado e a prática da educação popular. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 15, p. 125-152, ago. 1984.
- PLEKHÂNOV, G. V. **A concepção materialista da História**. 3. ed. São Paulo: Escriba, 1963. 112 p.
- PLEKHÂNOV, G. V. **Os princípios fundamentais do Marxismo**. São Paulo: Hucitec, 1978, 117 p.
- PNUD/IPEA. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil 1996**. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: PNUD, 1996. 185 p.
- PNUD/IPEA/FJP/IBGE. **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros**. Brasília: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998. (Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil, BRA/97/007) 140 p.
- PNUD/IPEA/FJP/IBGE. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 1998. 1 CD-ROM.
- PNUMA. **Formación Ambiental**. México, v. 9/10, n. 20/21, 39 p., sep. 1997/ene. 1998.
- PNUMA. **Formación Ambiental**. México, v. 11, n. 24, 28 p., ene./jun. 1999.
- POCHMANN, Márcio. A nova ordem econômica mundial e o desemprego. **Debate Sindical**, São Paulo, v. 13, n. 30, p. 12, jun./ago. 1999.
- POMBO, Olga. O conceito de interdisciplinaridade e conceitos afins. In: POMBO, Olga; GUIMARÃES, Henrique M.; LEVY, Teresa. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa : Texto Editora, 1994. p. 10 - 14.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 142 p.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 307 p.
- RAMPAZZO, Sônia Elisete. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 157-188.

- RAYNAUT, Claude. O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística. In: RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda (Ed.). **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba: Editora da UFPR, n. 1, p. 81-103, 1994.
- REBELO, Aldo. Movimento sindical sob fogo cruzado dos neoliberais: Governo investe contra os sindicatos para facilitar o processo de desregulamentação do trabalho. **Debate Sindical**, São Paulo, v. 13, p. 30, p. 33, jun./ago. 1999.
- REIGOTA, Marcos. Educação Ambiental: fragmentos de sua história no Brasil. In: NOAL, Fernando Oliveira; REIGOTA, Marcos; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. **Tendências da Educação Ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. p. 12-25.
- RIBEIRO FILHO, Anibal. **Paranaguá na História de Portugal, suas relações com a monarquia portuguesa: 1648-1822**. Prefeitura Municipal de Paranaguá, 1967. 168 p.
- ROUQUAYROL, Maria Zélia. **Epidemiologia & Saúde**. 3. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1988. p. 492.
- SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996. 189 p.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. 207 p.
- SACHS, Ignacy. Desafios para a ECO 92: Amazônia e as cidades. ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., 1991, Curitiba. **Anais**. Curitiba: ANMMA/PMC-SMMA/UNILIVRE, 1991. p. 95-125.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural urbanas. Os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, Paulo F.; WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 469-494.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Conceitos para se fazer educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Educação Ambiental, 1997 112 p. (Série educação ambiental)
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989. 150 p. (Série Didática).
- SOUZA, Valdemarina Bidone de Azevedo e. **Participação e interdisciplinaridade: Movimentos de ruptura/construção**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. 140 p.
- TORIOLO, Leny M. G. Educação Ambiental em Curitiba. ENCONTRO PARANAENSE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., 1998, Curitiba. **Anais**. Curitiba: UFPR/NAAGRI, 1998. p. 25-27.
- TORRES, Carlos Alberto. Educação de adultos e educação popular na América Latina: implicações para uma abordagem radical de educação comparada. In: GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos A. (Orgs.) **Educação Popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez/EDUSP, 1994. p. 249-270.

- UNESCO/GOBIERNO DE GRECIA. **Educación para un futuro sostenible: una visión transdisciplinaria para una acción concertada**. Paris: Proyecto Transdisciplinario: Educación para un futuro sostenible, 1997. 48 p. (Documento oficial da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Sensibilização da População para a Sustentabilidade). Thessaloniki/Grécia, 8-12 dez. 1997.
- VARGAS, Paulo Rogério. O insustentável discurso da sustentabilidade. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 207-238.
- VIEIRA, Paulo F.; WEBER, Jacques. Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, Paulo F.; WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 17-49.
- VILLAVERDE, María Novo. **Educación Ambiental**. Madrid: ANAYA, 1988. 197 p.
- VIVEKANANDA, Swami. **Paranaguá, uma senhora cidade paranaense**. Departamento Municipal de Turismo e Divulgação da Prefeitura Municipal de Paranaguá, 1970. (fotocópias)
- WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1988. 275 p.
- WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992. p. 1056.
- WEBER, Jacques; CIRAD. Conservation, appropriation et process us de décision dans le cadre de la conservation. **Biodiversité: le freit convoité**. Dossie pour un débat. Fondation pour le programme de l'homme. Fevrier, 1994. p. 28-35.
- WEBER, Jacques; REVERET, Jean Pierre. La gestion des relations societes-nature: modes d'appropriation et droits de provpriété. **Savoirs**, n. 2. p. 1-8, 1993.
- WEBER, Jacques. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisa. In: VIEIRA, Paulo F.; WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 115-146.